EXERCÍCIO 2021

RELATÓRIO DE GESTÃO

GESTÃO FISCAL

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, concerne às normas de finanças, estabelecendo limites os quais visam a responsabilidade na gestão fiscal, bem como define alguns conceitos.

Receita Corrente Líquida

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 2º define Receita Corrente Líquida - RCL, a qual serve como base para apuração dos limites com: Despesa Total com Pessoal, Dívida Pública, Operações de Créditos e Garantias e Contragarantias.

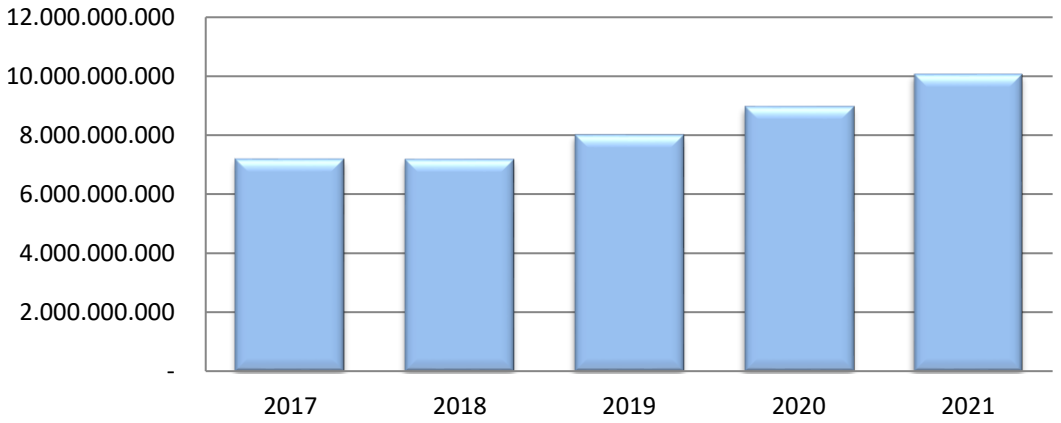
A Receita Corrente Líquida no exercício de 2021, registrou um acréscimo de 12,11% em comparação com o exercício anterior.

A tabela 01 demonstra, de forma simplificada, o cálculo da Receita Corrente Líquida Ajustada referente ao exercício de 2021, nas Receitas Correntes destaca-se o crescimento em Receita Patrimonial com 91,74%, seguido das Receitas de Serviços com 35,87%, em relação ao exercício de 2020.

Nas Deduções destaca crescimento na Compensação Financeira entre Regimes de Previdência com 64,05% e na Dedução de Receita para Formação do FUNDEB com 30,24% em relação ao exercício de 2020.

TABELA 01 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			
	2020	2021	AH%
RECEITAS CORRENTES (I)	**11.735.101.978,35**	**13.563.007.845,48**	**15,58**
Receita Tributária	4.595.595.061,62	5.579.746.512,76	21,42
Receita de Contribuições	716.254.112,97	792.163.495,82	10,60
Receita Patrimonial	94.371.482,66	180.943.555,24	91,74
Receita de Serviços	31.191.526,62	42.378.757,17	35,87
Transferências Correntes	6.198.268.164,76	6.845.889.459,31	10,45
Outras Receitas Correntes	99.421.629,72	121.886.065,18	22,60
DEDUÇÕES (II)	**(2.767.782.269,21)**	**(3.509.839.582,96)**	**26,81**
Transferências Constitucionais e legais	(961.627.750,13)	(1.207.394.653,47)	25,56
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	(476.556.435,15)	(569.517.236,41)	19,51
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	(3.577.774,02)	(5.869.514,54)	64,05
Dedução de Rec. p/ Formação do FUNDEB	(1.326.020.309,91)	(1.727.058.178,54)	30,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III = I - II)	**8.967.319.709,14**	**10.053.168.262,52**	**12,11**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (IV)	**4.199.540,53**	**1.057.814,31**	-74,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA V = (III - IV)	**8.963.120.168,61**	**10.052.110.448,21**	**12,15**

GRÁFICO 01 - EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



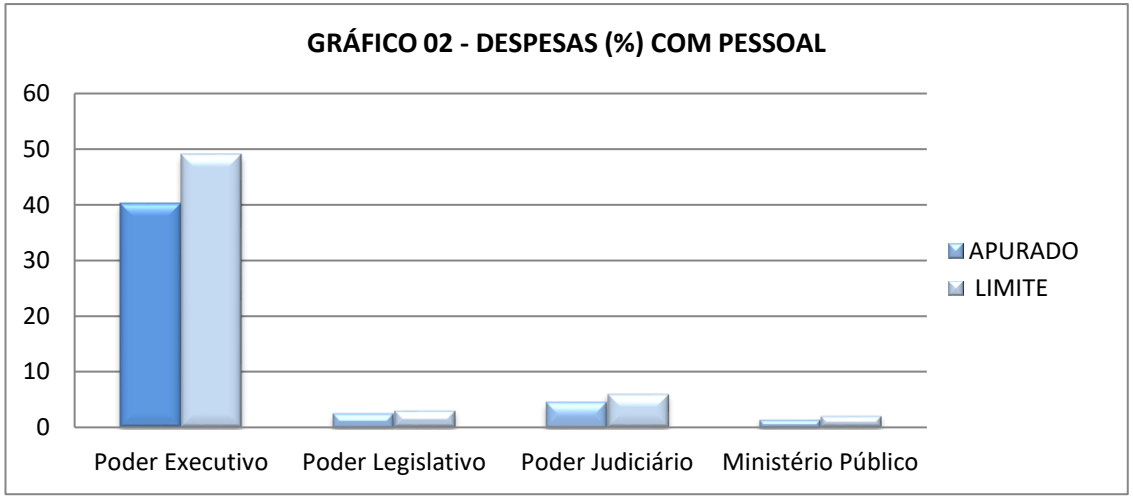
Despesas com Pessoal e Encargos

Para o controle dos gastos dos Estados, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que o total das despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, não poderá exceder 60% da RCL.

A tabela 02 evidencia o cálculo da despesa total com Pessoal do Estado do Tocantins, o qual atingiu 48,85% da Receita Corrente Líquida Ajustada, dentro do limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

TABELA 02 - RELAÇÃO DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA					
PODER/ÓRGÃO	**LIMITE**	**APURADO**			
		2018	**2019**	**2020**	**2021**
Poder Executivo	49,00	57,89	46,92	45,27	40,31
Poder Legislativo	3,00	2,89	2,69	2,48	2,60
Poder Judiciário	6,00	5,03	5,00	4,50	4,49
Ministério Público	2,00	1,94	1,62	1,43	1,45
TOTAL	**60,00**	**67,75**	**56,23**	**53,68**	**48,85**

Fonte: Siafe-TO



Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada ou Fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, inclusive as operações de créditos com prazo inferior, cujas receitas tenham constado no orçamento, conforme o art. 29 da LRF.

Para todos os fins, o conceito de endividamento utilizado na apuração dos respectivos limites, com base na Receita Corrente Líquida Ajustada, deverá ser o da Dívida Consolidada Líquida, sendo que os limites são os estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, em seu art. 3º, Inciso I, ou seja, até 2 (duas) vezes o valor da Receita Corrente Líquida Ajustada.

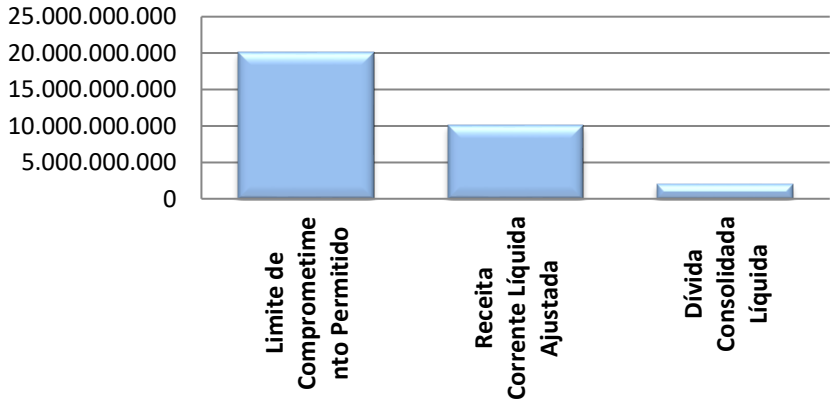
A tabela 03 demonstra o cumprimento com folga pelo Estado do Tocantins em relação ao limite de endividamento.

Outro limite quanto à Dívida Consolidada é o disposto no art. 7º, inciso II da Resolução nº 43 do Senado Federal em que determina que o limite de comprometimento com pagamento de amortização, juros e demais encargos da Dívida Consolidada é de 11,50% da Receita Corrente Líquida Ajustada, sendo que o Estado do Tocantins teve de despesas com o serviço da dívida de R$ 665.799.148,84, comprometendo 6,62% da RCL Ajustada.

TABELA 03 - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO DO ESTADO		
ESPECIFICAÇÃO	**VALOR**	**%**
Limite de Comprometimento Permitido	20.104.220.896,42	200,00
Receita Corrente Líquida Ajustada	10.052.110.448,21	100,00
Dívida Consolidada Líquida	1.970.008.799,89	19,60

Fonte: Siafe-TO

GRÁFICO 03 - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO DO ESTADO



Garantias e Contragarantias de Valores

Os Entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observado o disposto na LRF e nas Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43, de 2001, e nº 96, de 1989, e suas alterações posteriores.

O saldo global das garantias concedidas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da Receita Corrente Líquida Ajustada. Pode-se observar na tabela 04, que não houve garantias concedidas por parte do Estado do Tocantins.

TABELA 04 - LIMITE DAS GARANTIAS CONCEDIDAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Receita Corrente Líquida Ajustada	10.052.110.448,21	100,00
Limite de Garantia Permitido	2.211.464.298,61	22,00
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00

Fonte: Siafe-TO

Operações de Crédito

Corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, salvo se autorizado mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, conforme o inciso III do art. 167 da Constituição Federal.

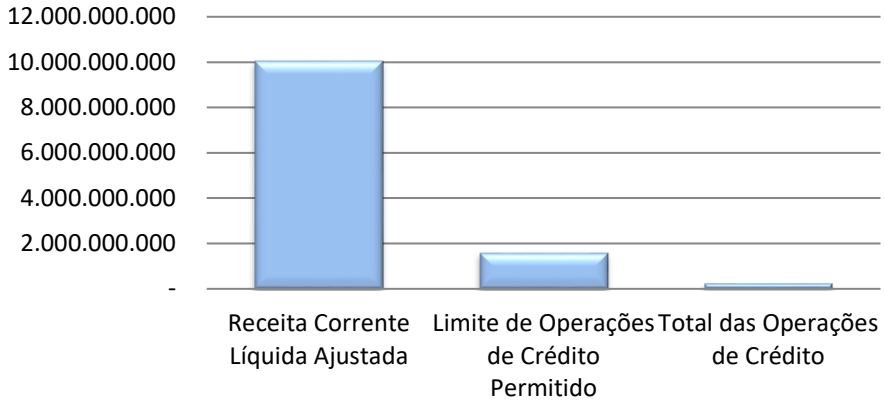
O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro, exceto as operações de crédito por antecipação de receita, não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da Receita Corrente Líquida Ajustada. Limite este cumprido pelo Estado, conforme demonstrado na tabela 05.

TABELA 05 - LIMITE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Receita Corrente Líquida Ajustada	10.052.110.448,21	100,00
Limite de Operações de Crédito Permitido	1.608.337.671,71	16,00
Total das Operações de Crédito	269.115.228,97	2,68

Fonte: Siafe-TO

GRÁFICO 04 - LIMITE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO



Disponibilidade de Caixa

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 42, veda ao titular de Poder ou Órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Cabe ressaltar que na inscrição em restos a pagar, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender o objeto de sua vinculação, conforme preceitua o art. 8º parágrafo único da LRF.

Na coluna de Demais Obrigações Financeiras, constam as obrigações financeiras que não foram executadas orçamentariamente. Também foram computados os valores restituíveis, cujos valores correspondentes aos ativos foram considerados como disponibilidade de caixa, demonstrado na tabela 06.

TABELA 06 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ANO	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	RESTOS A PAGAR	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	SALDO
2020	2.945.567	1.143.933	1.710.026	91.608
2021	3.751.181	1.133.964	1.335.282	1.281.935

Resultado Primário e Nominal

O objetivo da apuração dos resultados primário e nominal é verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas conforme planejado.

As metas fiscais são o elo entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os resultados primário e nominal podem ser mensurados por meio da metodologia "abaixo da linha", que leva em consideração as mudanças no estoque da Dívida Consolidada Líquida. Não obstante, pode ser feita também a análise das causas dos desequilíbrios, feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas orçamentárias), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha".

O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa evidenciação da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.

Portanto, a meta de resultado primário do Estado do Tocantins prevista na Lei de Diretrizes Orçamentária nº 3.742, de 22 de dezembro de 2020 foi um superávit de R$ 125.030.773,00 e o resultado atingido foi um superávit primário de

R$ 631.974.161,80 e a meta de resultado nominal do Estado do Tocantins prevista foi de (R$ 419.859.143,00) e o resultado atingido foi de R$ 497.699.597,07.

TABELA 07 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
RECEITA PRIMÁRIAS		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		10.520.531.519,09
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (II)		72.363.514,64
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL (III = I+II)		**10.592.895.033,73**
DESPESAS		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV)		9.271.247.012,02
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (V)		689.673.859,91
RESERVA DO RPPS (VI)		-
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (VII = IV+V+VI)		**9.960.920.871,93**
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da linha (VIII = III-VI)		**631.974.161,80**
META DO RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA L.D.O. P/ O EXERCÍCIO DE 2021		**125.030.773,00**
JUROS NOMINAIS	**dez/2021**	
JUROS E ENCARGOS ATIVOS		207.968.886,86
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS		342.243.451,59
RESULTADO NOMINAL - acima da linha		**497.699.597,07**
META DO RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA L.D.O. P/ O EXERCÍCIO DE 2021		**(419.859.143,00)**
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	31/12/2020	**31/12/2021**
	(a)	**(b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.313.965.354,05	4.753.705.239,62
DEDUÇÕES (II)	2.067.694.152,74	2.783.696.439,73
Disponibilidade de Caixa	1.964.805.593,78	2.683.763.472,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.287.272.825,61	2.996.297.144,97
(-) Restos a pagar processados	322.467.231,83	312.533.672,79
Demais Haveres Financeiros	102.888.558,96	99.932.967,55
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	3.246.271.201,31	1.970.008.799,89
RESULTADO NOMINAL - abaixo da linha (IV) = (IIIa - IIIb)		**1.276.262.401,42**
AJUSTE METODOLÓGICO	**31/12/2021**	
VARIAÇÃO SALDO RPP		9.933.559,04
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES		-
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC		895.021,37
VARIAÇÃO CAMBIAL		(115.593.968,73)
OUTROS AJUSTES		(653.930.297,95)
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - abaixo da linha		**497.699.597,07**
RESULTADO PRIMÁRIO - abaixo da linha		**631.974.161,80**

Fonte: Siafe-TO

GRÁFICO 06 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RESULTADO PRIMÁRIO

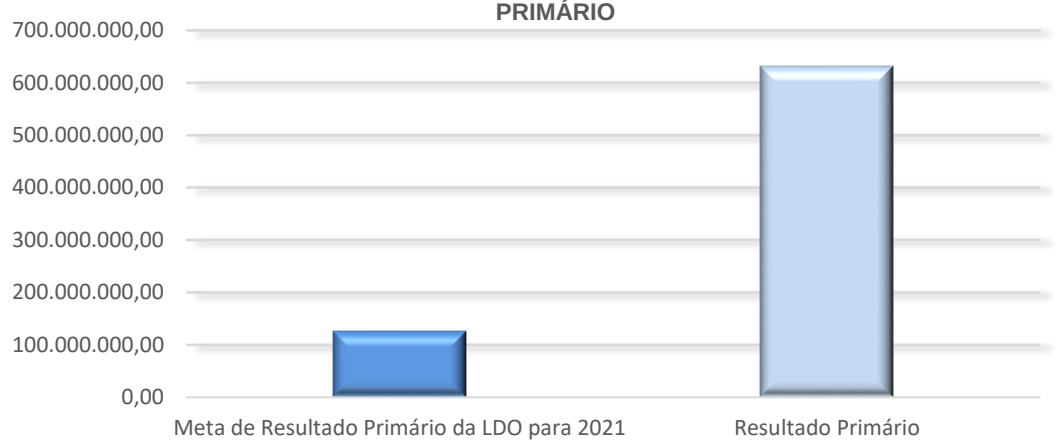
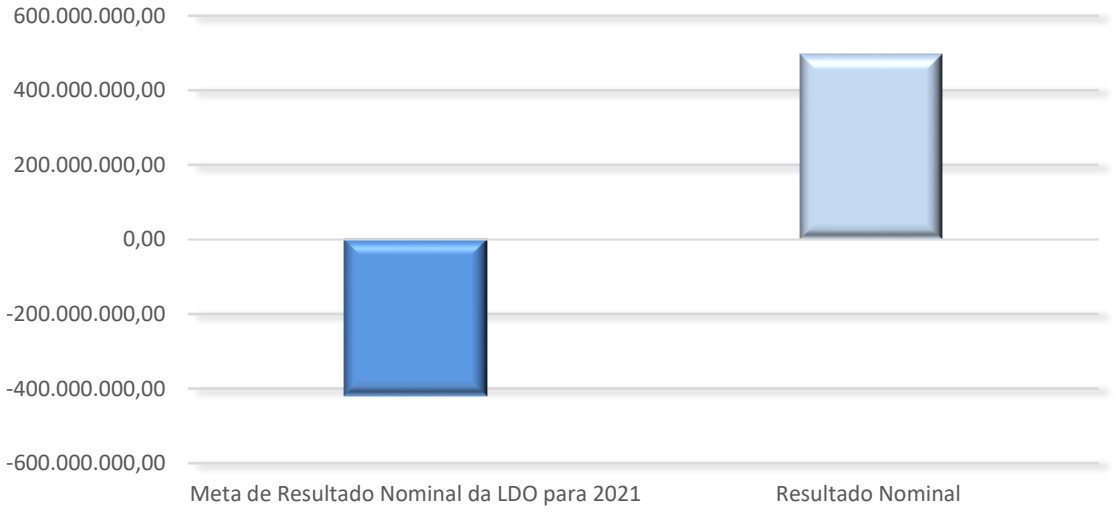


GRÁFICO 07 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RESULTADO NOMINAL



Limites Constitucionais

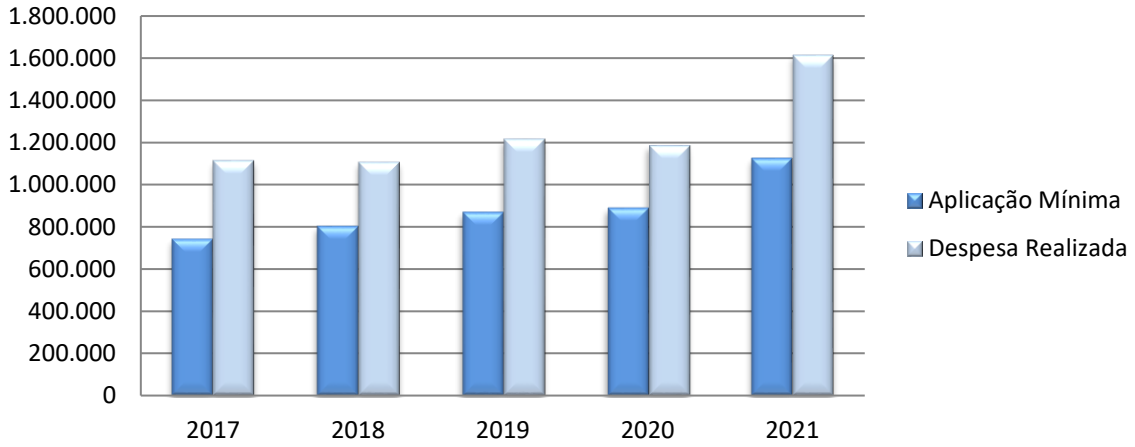
A aplicação de recursos mínimos nas ações e serviços de saúde é determinada no art. 77, da Emenda Constitucional n° 29. No exercício de 2021, o Governo do Estado do Tocantins aplicou em saúde R$ 1.610,5 milhões (despesa empenhada), ou seja, 17,19% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, no valor de R$ 9.369 milhões, superando o limite legal em 5,19%, ou seja, aproximadamente R$ 486,2 milhões.

TABELA 08 - EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO NA SAÚDE

PERÍODO	APLICAÇÃO MÍNIMA	DESPESA REALIZADA	
2017	740.728	1.112.822	18,02
2018	801.557	1.104.693	16,46
2019	867.989	1.214.519	16,79
2020	887.821	1.184.925	16,01
2021	1.124.285	1.610.491	17,19

Fonte: Siafe-TO

GRÁFICO 08 - EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO NA SAÚDE



Aplicação na Educação

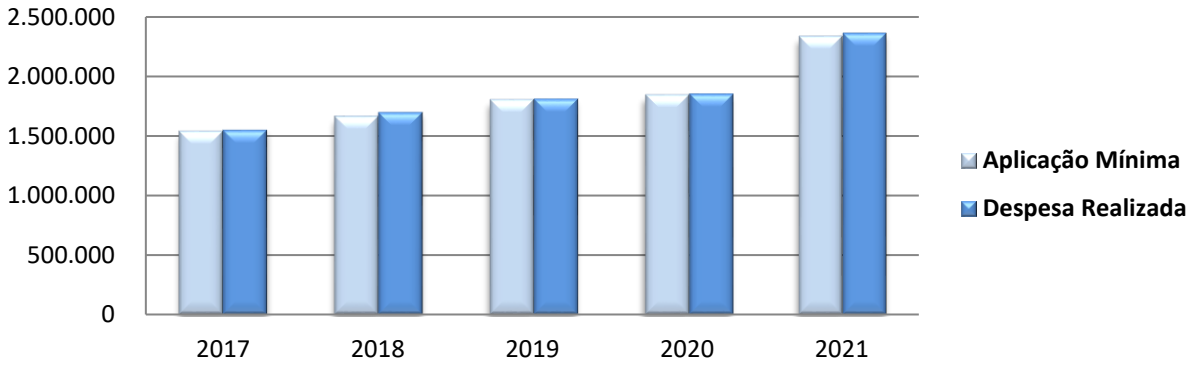
A Constituição Federal de 1988, em seu art. 212, assegurou, em seus diferentes níveis, patamares mínimos de investimentos públicos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, sendo que, no caso dos Estados, é de 25% da receita resultante de impostos. O Governo do Estado do Tocantins, em cumprimento a este dispositivo constitucional, aplicou R$ 2.364,6 milhões, correspondendo a 25,24%, da receita líquida de impostos no valor de R$ 9.369 milhões, ou seja, houve o cumprimento ao limite constitucional.

A tabela 09 evidencia a aplicação dos recursos na educação nos últimos cinco anos, juntamente com a aplicação mínima em cada exercício.

TABELA 09 - EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO			
PERÍODO	**APLICAÇÃO MÍNIMA**	**DESPESA REALIZADA**	**%***
2017	1.543.183	1.552.325	25,15
2018	1.669.910	1.700.097	25,45
2019	1.808.311	1.812.626	25,06
2020	1.849.629	1.854.963	25,07
2021	2.342.262	2.364.623	25,24

Fonte: Siafe-TO

GRÁFICO 09 - EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO



Outro investimento estadual na educação, diz respeito ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que foi instituído pela Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, revogado pela Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o FUNDEB, de que trata o artigo 212-A da Constituição Federal.

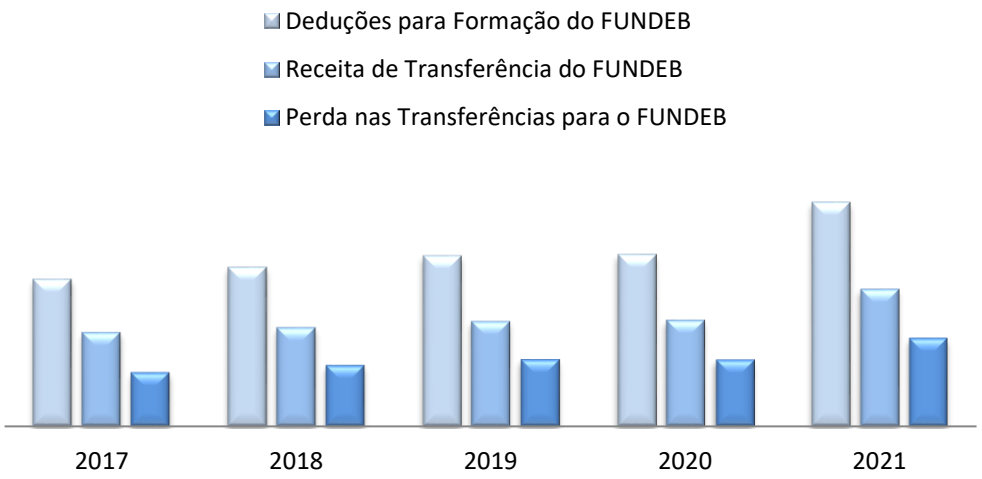
Os recursos do FUNDEB são automaticamente repassados aos Estados e Municípios, levando-se em conta diversas variáveis. Conforme exposto na tabela 10, pode-se observar que o Estado do Tocantins vem contribuindo com o Fundo mais do que dele recebe. Há, portanto, uma perda líquida gradativa de 38,30% em média. Esta perda, especificamente em 2021, foi de 39,10%.

TABELA 10 - PERDAS DO ESTADO COMO O FUNDEB

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021
Deduções para Formação do FUNDEB	1.134.888	1.226.764	1.316.695	1.326.020	1.727.058
Receita de Transferência do FUNDEB	722.071	758.407	804.736	815.900	1.051.795
Perda nas Transferências para o FUNDEB	412.817	468.357	511.959	510.030	675.263

Fonte Siafe-TO

GRÁFICO 10 - PERDAS DO ESTADO COM O FUNDEB



DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº101/00 PREVISTO X ARRECADADO EXERCÍCIO 2021

MÊS	ICMS			MULTA POR AUTO DE INFRAÇÃO			ITCD		
	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Arrecadado	Var. (%)
Janeiro	290.250.092,29	332.657.247,16	14,61	801.151,67	794.884,05	- 0,78	1.873.798,37	2.109.372,42	12,57
Fevereiro	261.018.831,02	290.395.371,88	11,25	570.369,68	763.683,00	33,89	1.148.238,03	2.285.702,90	99,06
Março	259.770.140,83	277.677.896,60	6,89	1.175.379,20	875.133,62	- 25,54	1.799.697,99	7.780.356,02	332,31
Abril	263.759.588,78	302.876.019,69	14,83	534.160,90	1.023.164,20	91,55	1.905.161,33	2.250.781,24	18,14
Maio	255.246.650,42	315.936.075,26	23,78	623.902,79	852.419,75	36,63	2.082.441,25	4.737.502,46	127,50
Junho	274.423.478,12	320.517.773,77	16,80	1.268.696,35	943.382,90	- 25,64	4.867.471,43	6.076.809,75	24,85
Julho	284.004.325,78	340.875.202,03	20,02	703.148,27	713.786,58	1,51	3.005.443,72	7.854.407,86	161,34
Agosto	310.991.698,69	368.765.008,08	18,58	1.062.421,91	944.571,90	- 11,09	2.399.454,97	4.645.808,89	93,62
Setembro	301.377.609,29	374.916.725,64	24,40	910.935,32	1.113.763,68	22,27	2.792.999,05	4.724.829,79	69,17
Outubro	298.158.674,63	377.082.037,16	26,47	976.018,08	776.269,62	- 20,47	2.166.925,67	3.913.428,79	80,60
Novembro	305.340.729,89	403.480.677,64	32,14	803.486,70	822.786,41	2,40	4.735.413,35	4.601.877,41	- 2,82
Dezembro	297.579.607,98	482.674.597,90	62,20	802.244,42	2.090.772,89	160,62	4.412.494,91	6.535.540,44	48,11
TOTAL	3.401.921.427,72	4.187.854.632,81	23,10	10.231.915,29	11.714.618,60	14,49	33.189.540,07	57.516.417,97	73,30

MÊS	IRRF			IRRF OUTROS RENDIMENTOS			IPVA		
	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Arrecadado	Var. (%)
Janeiro	13.718.644,60	35.521.593,55	158,93	-	41,36	-	41.033.999,04	38.180.511,81	- 6,95
Fevereiro	61.733.401,86	60.955.283,72	- 1,26	-	-	-	8.279.578,18	8.556.052,64	3,34
Março	90.066.453,46	52.296.425,68	- 41,94	-	-	-	6.473.195,77	8.113.134,86	25,33
Abril	44.604.968,91	55.628.686,59	24,71	-	-	-	7.243.486,93	7.412.196,35	2,33
Maio	101.155.820,37	53.046.353,50	- 47,56	-	-	-	11.108.318,59	8.441.645,87	- 24,01
Junho	67.152.849,86	58.328.384,10	- 13,14	-	-	-	11.313.038,00	10.049.667,91	- 11,17
Julho	60.470.304,84	55.608.437,72	- 8,04	-	-	-	12.784.643,50	11.694.233,54	- 8,53
Agosto	90.708.968,67	60.219.067,57	- 33,61	-	-	-	12.588.557,18	14.546.025,21	15,55
Setembro	71.768.971,21	56.662.809,16	- 21,05	-	-	-	20.753.878,71	26.322.223,75	26,83
Outubro	59.305.105,71	52.677.041,36	- 11,18	-	-	-	91.015.193,01	108.475.880,04	19,18
Novembro	64.424.094,96	49.751.484,71	- 22,78	-	-	-	24.803.119,25	17.953.722,12	- 27,62
Dezembro	52.649.499,34	142.455.900,71	170,57	-	-	-	20.689.011,80	16.608.809,71	- 19,72
TOTAL	777.759.083,79	733.151.468,37	- 5,74	-	41,36	-	268.086.019,96	276.354.103,81	3,08

JOÃO HERCULANO JÚNIOR
Diretor de Informações Econômicas e Fiscais

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL
Superintendente de Administração Tributária

MÊS	IPVA - DÍVIDA ATIVA			TAXAS			TAXAS JUDICIÁRIAS		
	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Arrecadado	Var. (%)
Janeiro	2.050.915,59	2.417.442,74	17,87	3.838.217,45	4.685.368,48	22,07	-	-	-
Fevereiro	1.186.497,64	6.735.627,49	467,69	2.271.401,88	4.807.694,58	111,66	-	-	-
Março	1.024.545,90	6.971.576,54	580,46	2.069.479,34	3.367.034,75	62,70	-	-	-
Abril	1.155.288,60	5.777.970,47	400,13	2.613.627,66	3.778.001,13	44,55	-	-	-
Maio	1.484.718,86	6.350.662,56	327,74	3.208.407,78	3.581.631,31	11,63	-	-	-
Junho	5.952.100,37	6.188.027,49	3,96	3.778.678,61	3.714.025,22	- 1,71	-	-	-
Julho	4.177.196,24	6.197.075,65	48,35	3.539.138,05	3.372.410,09	- 4,71	-	-	-
Agosto	3.468.223,99	6.638.308,46	91,40	2.800.233,04	3.898.988,95	39,24	-	-	-
Setembro	3.483.856,37	5.276.063,27	51,44	2.610.876,79	3.985.825,92	52,66	-	-	-
Outubro	3.851.893,83	6.978.844,10	81,18	5.034.457,49	5.982.707,81	18,84	-	-	-
Novembro	5.357.716,81	5.192.180,38	- 3,09	5.141.416,07	4.433.862,55	- 13,76	-	-	-
Dezembro	4.644.624,20	5.917.465,02	27,40	4.469.267,42	4.546.888,80	1,74	-	-	-
TOTAL	37.837.578,40	70.641.244,17	86,70	41.375.201,58	50.154.439,59	21,22	-	-	-

MÊS	DÍVIDA ATIVA - OUTROS			OUTRAS RECEITAS			DEDUÇÕES ICMS		
	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Deduzido	Var. (%)
Janeiro	345.535,65	481.108,08	39,24	3.248.091,63	5.543.638,80	70,67	-	12.035,58	-
Fevereiro	434.996,70	466.722,25	7,29	2.861.964,87	4.405.300,20	53,93	2.130,71	-	-
Março	270.571,78	568.634,56	110,16	2.949.013,52	5.103.250,25	73,05	191.502,54	-	-
Abril	521.003,47	581.666,06	11,64	4.548.195,30	6.731.281,63	48,00	159.012,94	321.995,29	102,50
Maio	248.015,04	586.649,55	136,54	6.212.519,11	6.939.455,18	11,70	47.141,29	696,05	- 98,52
Junho	269.103,05	498.133,22	85,11	5.966.236,42	6.908.323,53	15,79	2.676,20	-	-
Julho	672.911,55	542.430,10	- 19,39	3.618.110,28	7.639.374,18	111,14	64.005,92	86.380,14	34,96
Agosto	653.823,83	502.410,12	- 23,16	3.995.749,48	7.507.596,57	87,89	702.177,13	87.941,04	- 87,48
Setembro	539.821,72	975.004,95	80,62	3.120.454,91	7.034.163,56	125,42	142.777,14	35.531,19	- 75,11
Outubro	519.722,56	691.294,27	33,01	4.825.031,58	7.061.392,07	46,35	116.307,84	-	-
Novembro	600.143,87	1.624.224,94	170,64	7.235.106,76	7.864.704,32	8,70	41.877,33	12.532,30	- 70,07
Dezembro	474.351,87	7.350.315,32	1.449,55	5.687.255,62	7.172.801,96	26,12	-53.906,97	13.270,32	- 124,62
TOTAL	5.550.001,09	14.868.593,42	167,90	54.267.729,48	79.911.282,25	47,25	1.415.702,07	570.381,91	- 59,71

JOÃO HERCULANO JÚNIOR
Diretor de Informações Econômicas e Fiscais

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL
Superintendente de Administração Tributária

MÊS	DEDUÇÃO IRRF			DEDUÇÃO DE ITCD			DEDUÇÃO IPVA		
	Projetado	Deduzido	Var. (%)	Projetado	Deduzido	Var. (%)	Projetado	Deduzido	Var. (%)
Janeiro	-	-	-	-	5.450,00	-	-	587,61	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	1.450,16	-	-
Março	-	-	-	11.156,09	-	-	38.843,90	9.028,04	-76,76
Abril	-	-	-	3.222,03	-	-	6.906,47	5.929,71	-14,14
Maio	228,72	-	-	26.033,77	-	-	11.501,91	1.195,93	-89,60
Junho	-	-	-	23.942,93	-	-	18.687,07	-	-
Julho	-	-	-	2.883,96	3.419,92	18,58	3.638,25	24.982,47	586,66
Agosto	5.416,86	-	-	-	13.411,81	-	3.590,99	5.847,33	62,83
Setembro	-	-	-	11.243,24	948,78	-91,56	67.911,13	15.939,33	-76,53
Outubro	-	-	-	2.631,11	-	-	56.465,81	-	-
Novembro	-	-	-	-	34.505,33	-	4.227,09	946,09	-77,62
Dezembro	-	-	-	-4.407,94	7.949,32	-	-7.462,72	32.719,36	-
TOTAL	5.645,58	-	-	76.705,19	65.685,16	-14,37	205.760,06	97.175,87	-52,77

MÊS	DEDUÇÃO TAXAS			DEDUÇÃO OUTRAS RECEITAS			TOTAL		
	Projetado	Deduzido	Var. (%)	Projetado	Deduzido	Var. (%)	Projetado	Arrecadado	Var. (%)
Janeiro	-	-	-	-141.229,68	11.339,00	-	357.301.675,97	422.361.796,26	18,21
Fevereiro	2.217,27	-	-	11.187,96	15.524,50	38,76	339.488.293,76	379.355.914,16	11,74
Março	1.548,52	15,02	-99,03	48.506,27	32.619,75	-32,75	365.306.920,47	362.711.780,07	-0,71
Abril	313,25	157,00	-49,88	-	29.262,00	-	326.716.027,19	385.702.423,36	18,05
Maio	722,64	30,00	-95,85	26.002,42	1.356,00	-94,79	381.259.163,46	400.469.117,46	5,04
Junho	115,85	-	-	93.891,04	29.657,00	-68,41	374.852.339,12	413.194.870,89	10,23
Julho	15,61	1.228,30	7.768,67	175.772,04	16.853,13	-90,41	372.728.906,45	434.364.493,79	16,54
Agosto	236,77	2.299,13	871,04	11.128,13	54.267,25	387,66	427.946.581,88	467.504.019,19	9,24
Setembro	2.436,02	3.395,81	39,40	72.571,50	56.202,00	-22,56	407.062.464,34	480.899.392,61	18,14
Outubro	7.454,81	-	-	19.919,28	2.208,00	-88,92	465.650.243,71	563.636.687,22	21,04
Novembro	244,26	-	-	499.447,50	11.877,00	-97,62	417.895.431,48	495.665.659,76	18,61
Dezembro	-	-	-	-9.621,02	4.584,94	-	391.483.756,21	675.294.568,81	72,50
TOTAL	15.305,00	7.125,26	-53,44	807.575,44	265.750,57	-67,09	4.627.691.804,04	**5.481.160.723,58**	18,44

JOÃO HERCULANO JÚNIOR
Diretor de Informações Econômicas e Fiscais

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL
Superintendente de Administração Tributária

RELATÓRIO ANUAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA ESTADUAL

DCE 2021

Introdução

A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual da Dívida Consolidada Estadual - DCE (ou Dívida Pública Estadual) do exercício de 2021, elaborado pela Diretoria de Gestão da Dívida Pública. Este trabalho é centrado na total transparência das finanças públicas para informar sobre a real situação da gestão financeira Estadual, com apresentação dos seus principais atributos, números e indicadores. O mesmo apresenta-se como importante instrumento de acompanhamento da gestão do endividamento público.

1 A Dívida Consolidada Estadual

A Dívida Pública Consolidada ou Fundada ou Dívida Consolidada Estadual- DCE[1] corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado no orçamento.

O saldo da Dívida Consolidada Estadual – DCE apurado em 31 de dezembro de 2021, apresentou um estoque de ***R$ 4.753.705.239,62 (quatro bilhões setecentos e cinquenta e três milhões e setecentos e cinco mil duzentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos).*** Em termos de comparação do montante, o saldo da dívida passou da ordem de 1 bilhão em 2010 para 4,7 bilhões em 2021 conforme demonstrado no gráfico 1 abaixo.

[1] *LRF, art. 29, inciso I e § 3º. Resolução nº 40/2001, do SF, art. 1º §1º inciso III.]*

Gráfico 1 - Evolução Dívida Consolidada 2010 – 2021

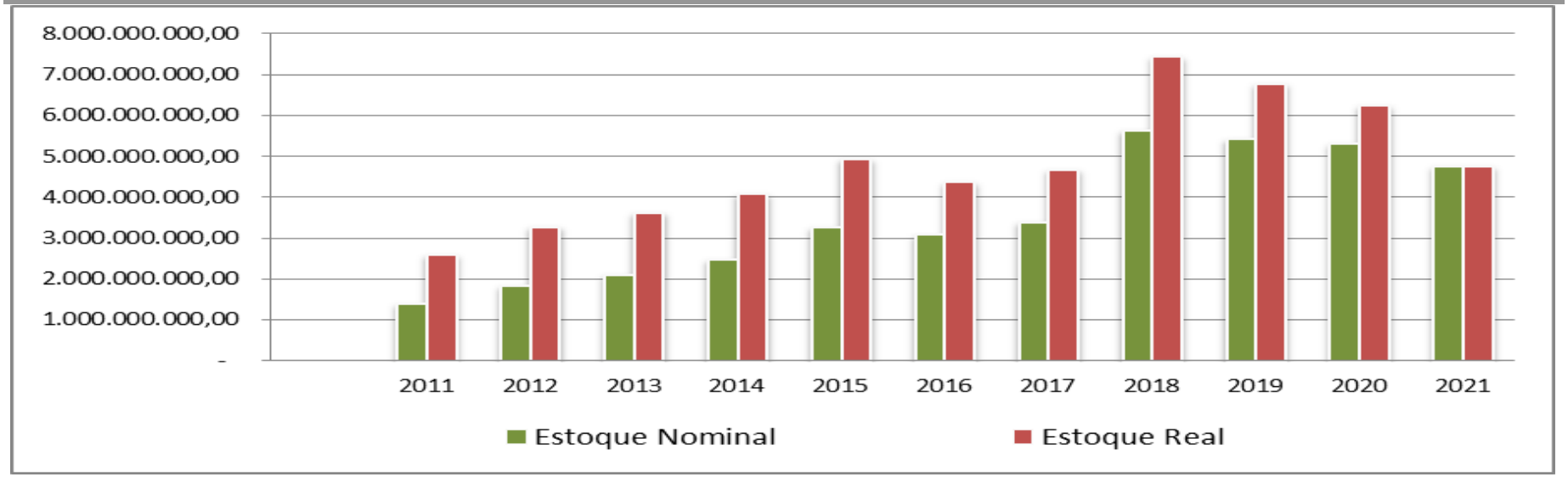
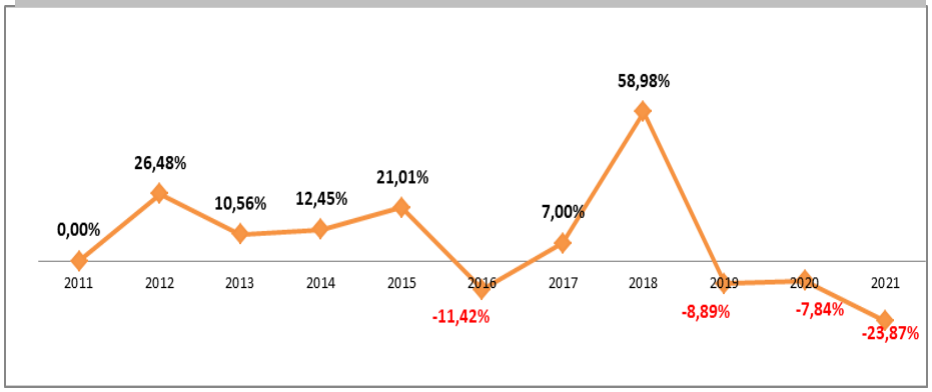


Gráfico 2 - Percentual de Crescimento Real da DCE 2010 - 2021



Ao compararmos os últimos onze exercícios, tendo por ano base 2011, observa-se um crescimento nominal acumulado da DCE na ordem de 149,35%. No entanto, ao deflacionar os valores, o aumento real foi de apenas 84,44**%,** de acordo com o gráfico 2. A dívida no ciclo 2011 a 2015 teve um incremento devido a contratação de novas operações de crédito. Em 2018 houve a inclusão de novos parcelamentos previdenciários e a obrigatoriedade de registro dos passivos no orçamento da dívida por determinação do Tribunal de Contas. Já no triênio em 2019-2021, ocorreu a redução desses passivos e quitação de parcelamentos previdenciários junto ao IGEPREV e ao mesmo tempo ocorreu novo parcelamento junto ao IGEPREV.

Na tabela a seguir, apresentamos a comparação da Dívida Consolidada conforme publicado no Cadastro da Dívida Pública – CDP, no sitio do SADIPEM, do Tesouro Nacional.

Tabela 1 - Dívida Consolidada 2020-2021

TIPO DE DÍVIDA	2020		2021	
	VALOR R$	%	VALOR R$	%
1. Dívida contratual	**4.194.982.197,52**	**88,2%**	**4.174.835.256,18**	**87,8%**
1.1 Financiamentos	***2.883.060.667,40***	***60,6%***	***3.036.112.982,30***	***63,9%***
1.1.1 Financiamentos internos	1.406.274.918,52	29,6%	1.437.066.347,27	30,2%
1.1.2 Financiamentos externos	1.476.785.748,88	31,1%	1.599.046.635,03	33,6%
1.2 Parcelamentos	***1.221.926.284,08***	***25,7%***	***1.060.917.185,02***	***22,3%***
1.2.1 Parcelamento e renegociação de tributos	24.865.659,77	0,5%	25.316.013,20	0,5%
1.2.2 Parcelamento e renegociação de contribuições previdenciária União	20.749.297,84	0,4%	15.076.120,21	0,3%
1.2.3 Parcelamento e renegociação de contribuições previdenciária Estadual	1.174.953.106,63	24,7%	1.019.350.036,01	21,4%
1.2.4 Parcelamento e renegociação com instituição não financeira	1.358.219,84	0,0%	1.175.015,60	0,0%
1.3 Demais dívidas contratuais	**89.995.246,04**	**1,9%**	**77.805.088,86**	**1,6%**
2. Outras dívidas (não contratuais)*	**1.118.983.156,53**	**23,5%**	**578.869.983,44**	**12,2%**
(1 + 2) DÍVIDA CONSOLIDADA	**5.313.965.354,05**	**100,0%**	**4.753.705.239,62**	**100,0%**
1. Precatórios posteriores a 05/05/2000 não incluídos na dívida consolidada	420.014.471,35	7,2%	406.176.214,66	6,9%
2. Passivo atuarial	274.450.515,25	4,7%	4.554.784.581,89	77,6%
3. Depósitos e consignações sem contrapartida	131.647.745,87	2,2%	106.514.168,72	1,8%
4. Restos a pagar não processados	519.137.687,74	8,9%	747.373.198,35	12,7%
5. Apropriação de depósitos judiciais	56.240.507,74	1,0%	51.072.673,23	0,9%
TOTAL VALORES NÃO INTEGRANTES DÍVIDA CONSOLIDADA	**1.401.490.927,95**	**100,0%**	**5.865.920.836,85**	**100,0%**

Fonte: https://sadipem.tesouro.gov.br/
*Passivo com atributo “p”

A dívida contratual formada por financiamentos e parcelamentos corresponde por 86,19% da DCE, e apenas 13,81% correspondem ao registro obrigações e passivos. Também são acompanhados outros débitos que por determinação legal não são integrantes da DC, mas são monitorados. Comparando os dois exercícios a rubrica com valor expressivo é o passivo atuarial que saltou 4,2 bilhões.

Iniciou-se 2021 com 61 contratos ativos entre operações de créditos e parcelamentos, no entanto, no decorrer do exercício foram quitados 5 contratos, sendo 4 referentes a parcelamentos previdenciário e 1 contrato de operação de crédito externo. Ocorreu a inclusão de 1 contrato de operação de crédito interno. Finalizou o exercício totalizando 57 contratos ativos, sendo: 53 contratos da dívida interna, e 4 contratos da dívida externa, referentes operações de crédito conforme tabela 2 abaixo.

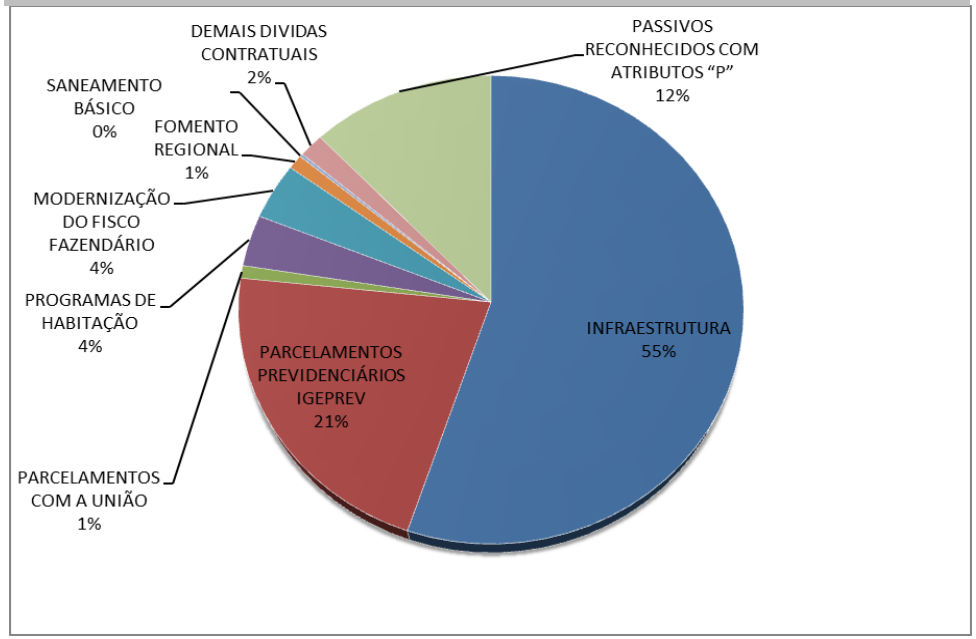
Tabela 2 - CREDORES E POSIÇÃO DOS CONTRATOS

CREDORES	ESTOQUES		CONTRATOS ATIVOS	
	Saldo em 31/12/2021	(%) Estoque	Quantidade	% Part.
BB -Banco do Brasil S.A.	1.209.145.984,23	25,44%	3	5,26%
CEF - Caixa Econômica Federal	178.920.363,04	3,76%	37	64,91%
BRB - Banco de Brasília	49.000.000,00	1,03%	1	1,75%
INSS e RFB - União	40.507.218,90	0,85%	6	10,53%
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	1.059.930,11	0,02%	2	3,51%
IGEPREV - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins	1.019.350.036,01	21,44%	4	7,02%
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS - Adiant. a Longo Prazo- exploração da folha e Encargos a Apropriar	77.805.088,86	1,64%	Não se aplica	Não se aplica
CREDORES DIVERSOS - Passivos Patrimoniais	578.869.983,44	12,18%	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL DÍVIDA INTERNA	3.154.658.604,59	66,36%	53	92,98%
BIRD - Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento	1.263.684.903,52	26,58%	1	1,75%
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	233.398.047,52	4,91%	2	3,51%
BBVA - Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	101.963.683,99	2,14%	1	1,75%
TOTAL DÍVIDA EXTERNA	1.599.046.635,03	33,64%	4	7,02%
TOTAL	**4.753.705.239,62**	**100,00%**	**57**	**100,00%**

Fonte: anexo XVI, da Lei. 4320/64.

Analisando o estoque da DCE em 31/12/2021, pela ótica da natureza especificada no gráfico 3, destacam-se as ações voltadas para infraestrutura e desenvolvimento social 55% da DCE, compreende investimentos realizados em obras permanentes em diversos setores, tais como: saneamento básico; construções de rodovias e construções/reforma de prédios públicos em diversos municípios. Os parcelamentos previdenciários junto ao IGEPREV correspondem a 21% e passivos reconhecidos com atributo "P" 12% a além de investimentos em segmentos sociais. Ainda citando os percentuais que compõem a DCE, temos.

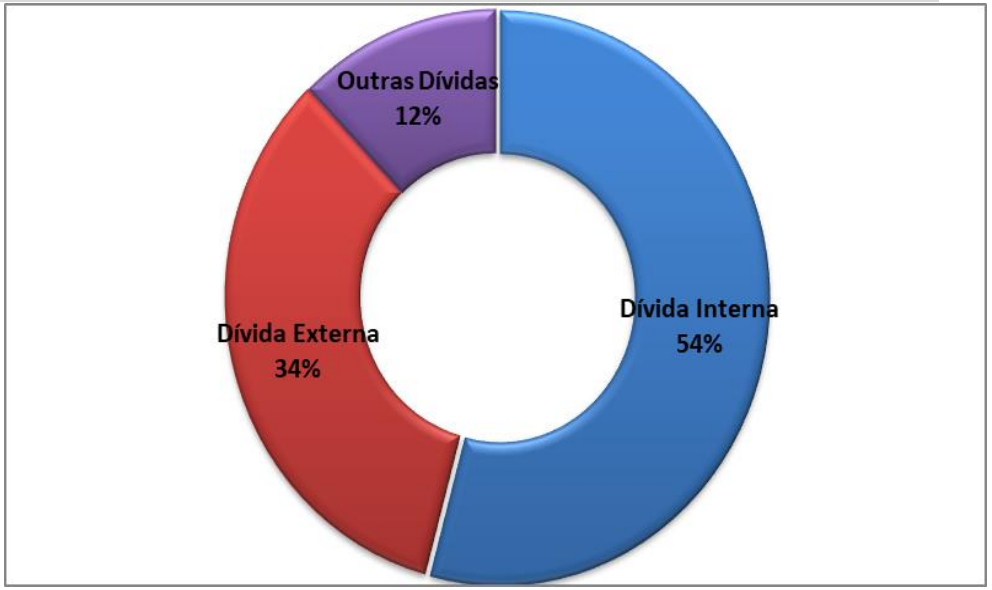
Gráfico 3 – Natureza da Dívida Consolidada 2021



Fonte: anexo XVI, da Lei. 4320/64.

O montante da Dívida pode ser visualizado pela ótica da origem geográfica da localização dos credores, como apresentado no gráfico 4. Encerrou o exercício 2021 sendo 54% da dívida interna, dívida externa 34% e 12% de outras dívida com atributo "p" em que não é possível identificar o credor.

Gráfico 4 - Origem da Dívida 2021



2 Serviço da Dívida

Em conformidade a literatura a respeito do assunto, o serviço da Dívida Estadual como sendo as despesas com pagamento de amortizações,

juros, taxas e impostos de todas as operações de crédito contratadas com recursos liberados e parcelamentos e renegociação de dívida.

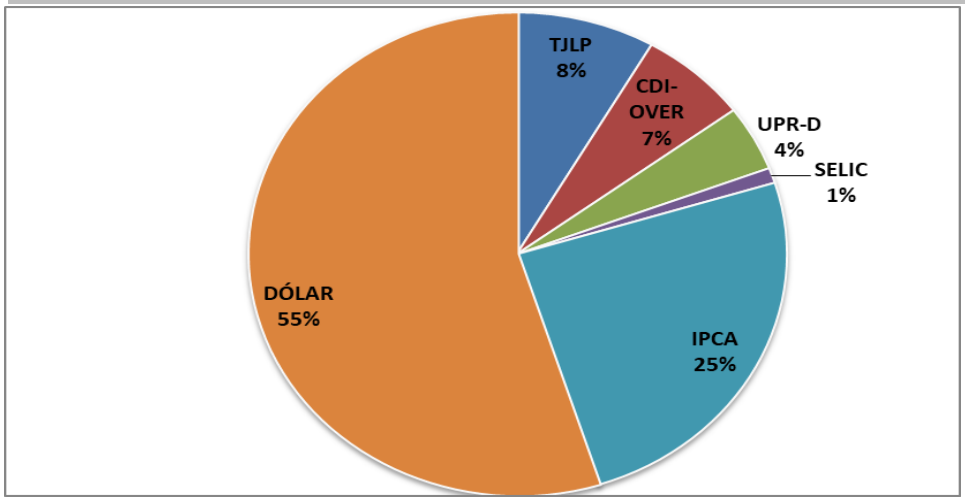
Tabela 3 – SERVIÇO DA DÍVIDA 2021

TIPO DE DÍVIDA	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO							
	SALDO EM 31/12/2020	INSCRIÇÃO	Atualização Monetária	Cancelamento	Amortização	Juros	Demais Encargos [Taxas, IR, ETC]	SALDO EM 31/12/2021
	A	B	C	D	E	F	G	[A+B+C-D-E]
Dívida Interna	3.621.690.373,16	76.370.534,00	88.477.915,21	342.780.692,09	289.099.525,69	154.026.767,56	8.530.522,07	3.154.658.604,59
Dívida Externa	1.476.785.748,88	207.057.676,40	107.807.244,09	8.739.785,31	183.864.249,03	18.126.219,40	953.785,69	1.599.046.635,03
TOTAL	**5.098.476.122,04**	**283.428.210,40**	**196.285.159,30**	**351.520.477,40**	**472.963.774,72**	**172.152.986,96**	**9.484.307,76**	**4.753.705.239,62**

Fonte: anexo XVI, da Lei. 4320/64.

Nota-se um valor expressivo na coluna inscrição na dívida externa, oriundas de liberações de operações de credito do PDRIS. A degradação do cenário macroeconômico, decorrente do choque ocasionado pela pandemia do COVID-19, aumento significativamente o valor de atualização monetária sobre o saldo devedor dos contratos, principalmente pela desvalorização do dólar e aumento do IPCA, os principais indexadores que impactam a dívida.

Gráfico 5 - Indexadores DCE



Em atendimento ao Relatório Técnico do T.C.E., n.º 14/2019, Processo n.º 3.302/2019 foram incluídos na Dívida Consolidada os passivos reconhecidos com atributo "P", que representam as despesas realizadas e que não foram devidamente empenhadas por insuficiência de créditos/recursos, fechando o exercício 2021 no montante de R$ 578.869.983,44. Parte do valor dos passivos com atributo “P” do

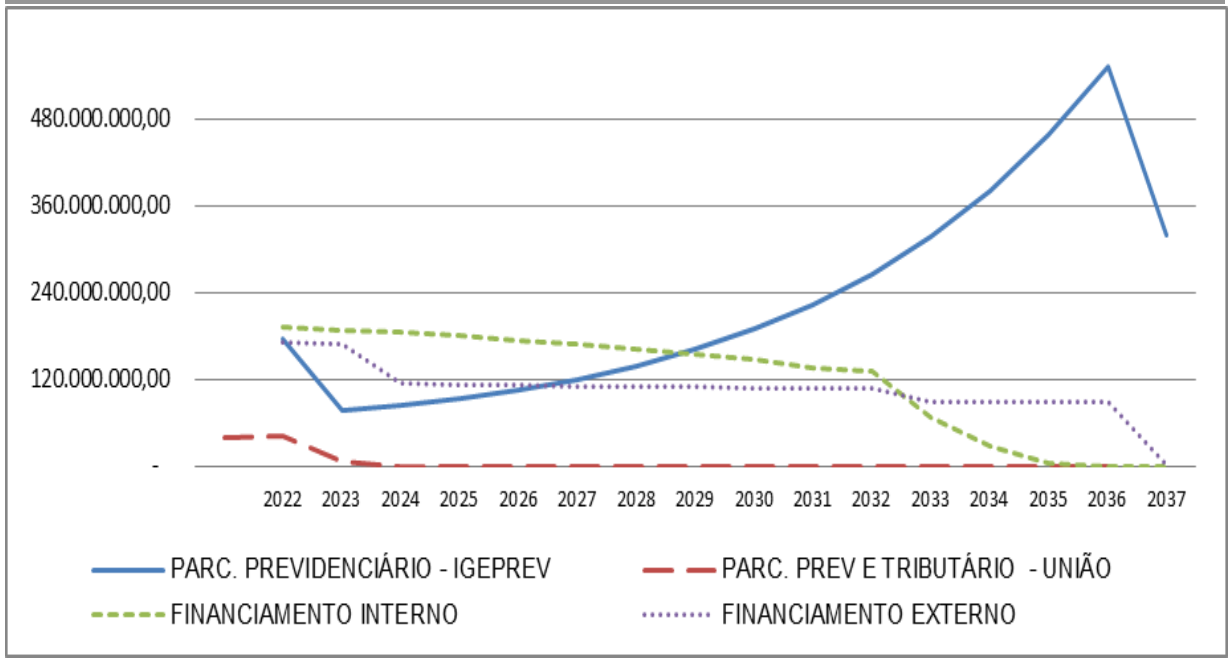
exercício anterior foram transformados em parcelamento previdenciário o que fez reduzir o saldo no final deste exercício.

Analisando os indexadores da dívida contratada identificamos que o risco de choque cambial é de 55% sobre o montante do estoque contratado e sobre o IPCA é aproximadamente 25%. Isso significa que eventual choque econômico irá impactará 80% da DCE causando repercussão no aumento dos encargos e atualização sobre o saldo devedor contratual.

4 Projeções da Dívida

A projeção da dívida reproduz o resultado do endividamento nos exercícios futuros do Estado. As projeções consideram o saldo devedor atual das operações de crédito contratadas e parcelamentos. O gráfico 6 demonstra a projeção do serviço da dívida (pagamentos de amortização e encargos) para os próximos exercícios.

Gráfico 6 - Previsão de Pagamentos Exercícios Futuros



Fonte: anexo XVI, da Lei. 4320/64.

O montante a pagar do parcelamento junto ao IGEPREV aumenta de forma exponencial ao longo do tempo, devido seu critério de capitalização de atualização e juros sobre o valor da parcela e finda em 2037. O financiamento interno composto pelas operações de crédito com o BB, CEF e BRB reduz ao longo do tempo devido a maior parte dos contratos serem no Sistema de Amortização Constante – SAC. O financiamento externo junto ao BID e BIRD termina em 2037 e a previsão de pagamento é constante mantida a taxa cambial fixa. Nos parcelamentos com a União o valor a ser pago também é constante insignificante em relação ao montante do total da dívida.

Gráfico 5 - Previsão Liberações de Operações de Crédito

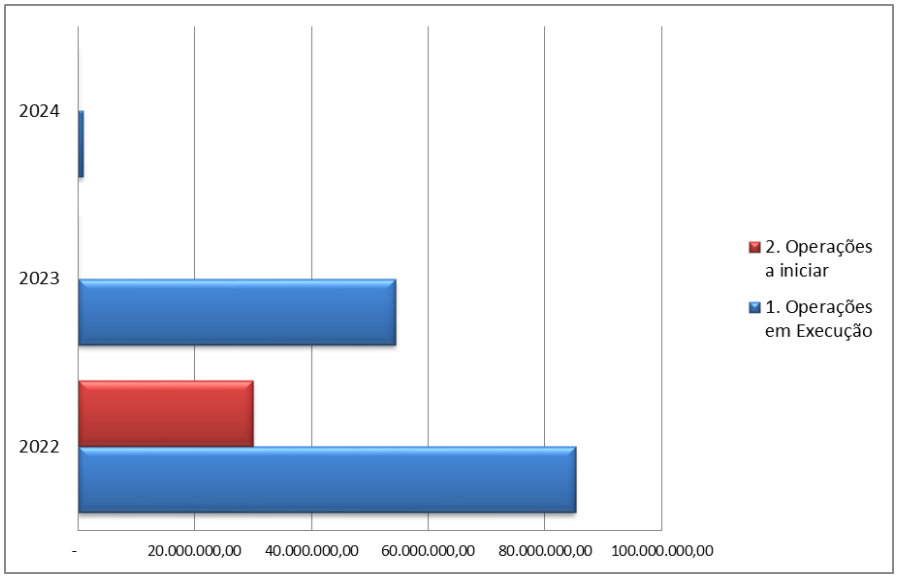
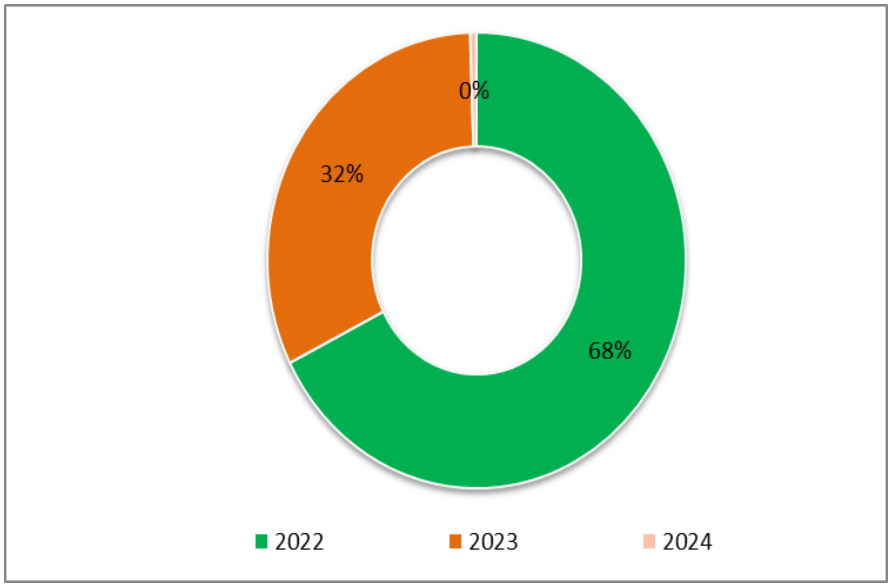


Gráfico 6 - Cronograma de Liberações



No gráfico acima, demonstra-se as projeções de liberações das operações de crédito para os próximos exercícios. Das operações contratadas com saldo a liberar está previsto que 68% ocorrerá em 2022 e 32% em 2022 e menos de 1% em 2024. Os saldos a liberar das operações de crédito são dos contratos em execução firmados junto a CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL e BANCO DE BRASÍLIA. A operação a iniciar é do BANCO DO BRASIL.

Conclusão

O presente relatório tem o propósito de contribuir para futuras tomadas de decisões, dar clareza e transparência aos números aqui apurados, detalhando os objetivos das operações, a evolução do saldo da dívida e projeção para o futuro.

GOVERNADOR DE ESTADO
Wanderlei Barbosa Castro

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Sergislei Silva de Moura

SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DO GASTO PÚBLICO
David Siffert Torres

DIRETORIA DE DÍVIDA PUBLICA
Altran de Oliveira Junior – Diretor

Gerencia de Projeção e Acompanhamento da Dívida Pública
Lucas Bruno Balbino – Economista
Krishna Garcia de Souza – Administradora

Gerencia de Registro da Dívida Pública
Evans Marise Rezende Marques – Gerente
Sandy da Silva Oliveira – Assessora Técnica
Everaldo Gonçalves Pereira

ARRECADAÇÃO

Análise das Receitas Estaduais
Recursos Ordinários - Fonte 0100

Dezembro | 2021

SECRETARIA DA FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA FAZENDA
TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR DO ESTADO, EM EXERCÍCIO
Wanderlei Barbosa Castro

SECRETÁRIO DA FAZENDA
Júlio Edstron Secundino Santos

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
Marco Antônio da Silva Menezes

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO TESOURO
Donizeth Aparecido Silva

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE GERAL
Maurício Parizotto Lourenço

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL
Ana Ferreira Alves Martins

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Luiz Carlos da Silva Leal

ASSESSOR TÉCNICO FAZENDÁRIO
Jorge Antônio da Silva Couto

ASSESSOR ECONÔMICO
Márcio Ferreira Lima

EQUIPE TÉCNICA
Glaudia Maria Gomes Marcon, economista
Melquisedeque Tavares Oliveira, economista
Telefone: (63) 3218-1333 - e-mail: asecon@sefaz.to.gov.br

É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

Praça dos Girassóis s/n – Centro
Palmas – TO – CEP 77.001-908,
Telefones: (63) 3218-1200 e 0800 63 114

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 4
2. SUMÁRIO EXECUTIVO 5
3. PREVISÃO X ARRECADAÇÃO 6
4. RECEITAS ARRECADADAS 10
5. RECEITA DO FPE 16
6. ICMS 18

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. POR TIPO DE RECEITA – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 6
TABELA 2. POR MÊS – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 7
TABELA 3. POR TIPO DE RECEITA – NOMINAL (A PREÇOS CORRENTES) 10
TABELA 4. POR TIPO DE RECEITA – REAL (A PREÇOS DE DEZEMBRO/2021 – IPCA) 10
TABELA 5. POR TIPO DE RECEITA – NOMINAL (A PREÇOS CORRENTES) 11
TABELA 6. POR TIPO DE RECEITA – REAL (A PREÇOS DE DEZEMBRO/2021 – IPCA) 12
TABELA 7. POR MÊS – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 15
TABELA 8. RECEITA REALIZADA DO FPE NOMINAL (NOMINAL – A PREÇOS CORRENTES) JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 16
TABELA 9. ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SEGMENTO ECONÔMICO (2020-2021) 18
TABELA 10. ARRECADAÇÃO DO ICMS NO CENÁRIO NACIONAL – ACUMULADO DE JANEIRO A DEZEMBRO (2019-2021) 20
TABELA 11. ARRECADAÇÃO DO ICMS NO CENÁRIO NACIONAL – ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES 22
TABELA 12. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS, BENS E/OU SERVIÇOS NO ESTABELECIMENTO DO CONTRIBUINTE DO ESTADO DO TOCANTINS (UFs E EXTERIOR) – DEZEMBRO (2021) 23
TABELA 13. BALANÇA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS – ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS, BENS E/OU SERVIÇOS NO ESTABELECIMENTO DO CONTRIBUINTE DO ESTADO DO TOCANTINS (UFs E EXTERIOR) – 2017-2021 25

1. INTRODUÇÃO

A aproximação entre Governo e sociedade está cada vez maior em decorrência das novas tecnologias, o que é interessante para a gestão dos recursos públicos, que passa, de fato, a ser compartilhada: Governo executando as políticas sugeridas e fiscalizadas pela sociedade. Uma receita simples de divisão de responsabilidades, valorização dos dados técnicos e dos princípios constitucionais da transparência e publicidade.

Contribuindo com essa forma de gestão pública, a Secretaria de Estado da Fazenda edita, desde 2017, o Boletim de Análise da Arrecadação das Receitas Estaduais. De maneira resumida, o documento expõe, por meio de tabelas e gráficos, a condição financeiro-tributária do Estado do Tocantins, sendo um instrumento facilitador da própria gestão governamental e controle dos atos do Governo do Estado por parte da sociedade.

Para melhor entendimento, as informações disponibilizadas, desde as edições de 2018, estão formatadas de acordo com o “Ementário da classificação por natureza da receita orçamentária”, documento da Secretaria Nacional do Tesouro, que visa subsidiar os entes da Federação no processo de planejamento e execução do orçamento, propiciando o adequado registro contábil das receitas orçamentárias.

A análise demonstra a arrecadação total das receitas estaduais referente à fonte de Recursos Ordinários (Fonte 0100), que tem como origem principal a arrecadação de impostos e transferências constitucionais, cuja destinação, salvo as vinculações constitucionais, é o repasse aos outros poderes (duodécimos) e órgãos, folha de pagamento, transferências constitucionais a municípios, serviço da dívida, custeio dos órgãos do poder executivo, contrapartida de convênios, dentre outras.

Desta forma, os números aqui consolidados fazem do documento um instrumento ímpar de gestão para todos – entes governamentais ou sociedade civil organizada – que têm interesses no desenvolvimento integrado socioeconômico do Tocantins. As informações contidas poderão subsidiar processos de análises gerenciais, fornecer elementos de melhoria a modelos de trabalho, agilizar e qualificar demandas e, assim, maximizar tempo, recursos financeiros e resultados de ações pretendidas.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

A Arrecadação Total das Receitas Estaduais atingiu, em dezembro de 2021, R$ 918,79 milhões, registrando uma retração real de 9,26% em relação a dezembro de 2020. No acumulado do período de janeiro a dezembro de 2021, a Arrecadação Total das Receitas Estaduais foi R$ 7,82 bilhões, apresentando um crescimento real de 4,51% em relação ao mesmo período de 2020.

DESTAQUE DE DEZEMBRO DE 2021

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: a arrecadação de dezembro de 2021 foi de R$ 659,70 milhões, com variação nominal de 39,37% e real de 26,63% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS): a receita de dezembro de 2021 foi de R$ 406,59 milhões, com variação nominal de 23,79% e real de 12,47% em relação ao mesmo mês de 2020.

Fundo de Participação dos Estados (FPE): o valor arrecadado em dezembro de 2021 foi de R$ 516,46 mi, variação nominal de 27,34% e real de 15,70% em relação ao mesmo mês de 2020.

DESTAQUE DO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: a arrecadação acumulada de janeiro a dezembro de 2021 foi de R$ 5,27 bilhões, com variação nominal de 21,31% e real de 11,78% em relação ao mesmo período do ano anterior.

ICMS: a receita acumulada de janeiro a dezembro de 2021 foi de R$ 4,01 bilhões, com crescimento nominal de 25,13% e real de 15,44% em relação ao mesmo período de 2020.

FPE: o valor arrecadado acumulado de janeiro a dezembro de 2021 foi de R$ 5,23 bilhões, variação nominal de 32,11% e real de 22,17% em relação ao mesmo período de 2020.

3. PREVISÃO X ARRECADAÇÃO

As previsões de receitas são provenientes da Lei Orçamentária Anual nº 3.781, de 15 de fevereiro de 2021, combinado com os Anexos I e II do Decreto nº 6.232, de 17 de março de 2021, que estabelecem as metas de arrecadação de 2021.

TABELA 1. POR TIPO DE RECEITA – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Em R$

Receitas	Previsão	Arrecadação	Resultado	% Arrec/Prev
IMPOSTOS, TAXAS E CONTR. MELHORIA	4.122.879.622	5.267.934.602	1.145.054.980	127,77
IRRF	664.035.529	733.746.468	69.710.939	110,50
IPVA	232.690.720	276.294.814	43.604.094	118,74
ITCMD	24.129.070	57.574.431	33.445.361	238,61
ICMS	3.099.256.021	4.005.966.837	906.710.816	129,26
Taxas	20.876.101	15.259.000	(5.617.101)	73,09
Dívida Ativa	81.892.181	179.093.051	97.200.870	218,69
CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
PATRIMONIAIS	16.418.946	139.478.876	123.059.930	849,50
SERVIÇOS	5.000	173.985	168.985	3.479,70
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.110.645.815	5.278.138.950	1.167.493.135	128,40
FPE	4.103.034.311	5.229.663.453	1.126.629.142	127,46
Demais Transferências	7.611.504	48.475.497	40.863.993	636,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	62.212.016	46.788.499	(15.423.517)	75,21
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.251.687.742)	(2.917.469.057)	(665.781.315)	129,57
Total das Receitas	6.060.473.657	7.815.045.854	1.754.572.197	128,95

Fonte: Sefaz-TO e Anexos I e II do Decreto no 6.232/2021; Notas: 1) IPVA, ITCMD e ICMS: inclui valores com multas e juros; 2) Dívida Ativa: IPVA, ITCMD e ICMS; 3) Deduções da Receita: Fundeb, transferências constitucionais aos municípios (ICMS, IPVA, IPI-EXP E FEX) e Restituições; 4) IRRF: sobre os redimentos do trabalho e outros rendimentos; 5) Outras Receitas Correntes inclui Outras Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias.

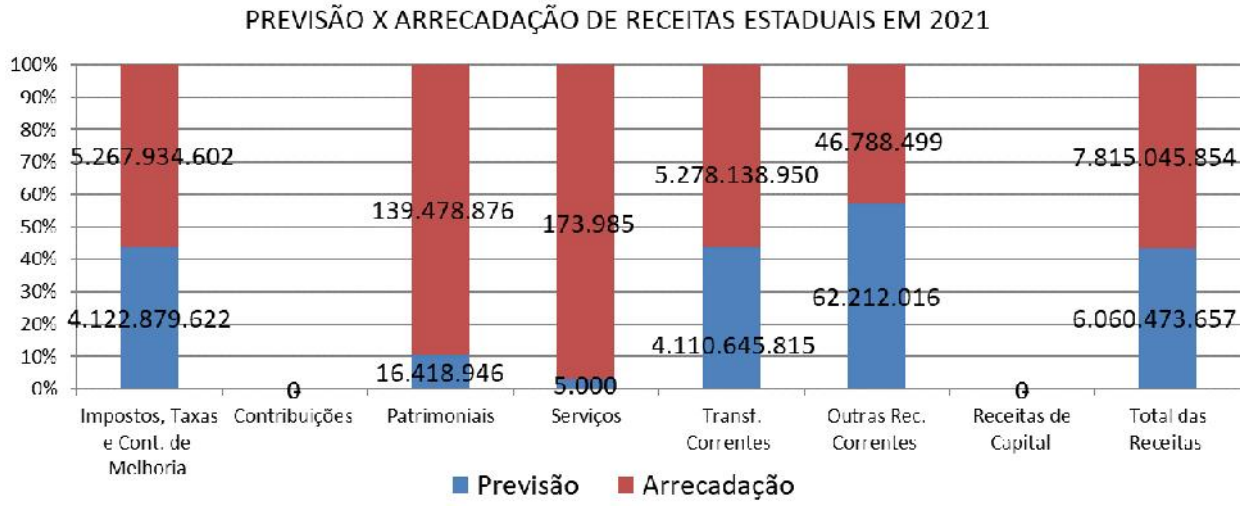
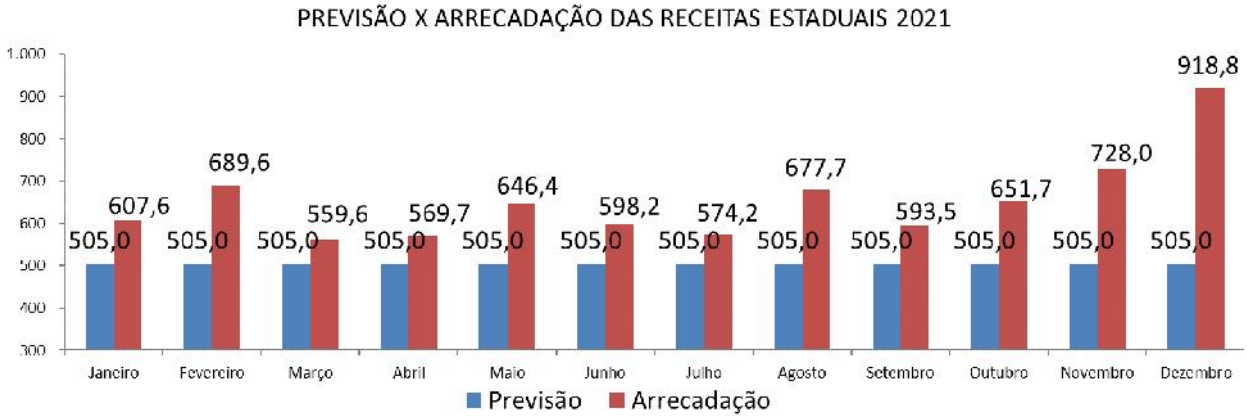


TABELA 2. POR MÊS – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Em R$

Mês	Previsão	Arrecadação	Resultado	% Arrec/Prev
Janeiro	505.039.471	607.567.463	102.527.991	120,30
Fevereiro	505.039.471	689.590.626	184.551.155	136,54
Março	505.039.471	559.593.666	54.554.195	110,80
Abril	505.039.471	569.743.885	64.704.413	112,81
Maio	505.039.471	646.393.595	141.354.124	127,99
Junho	505.039.471	598.248.487	93.209.015	118,46
Julho	505.039.471	574.225.806	69.186.334	113,70
Agosto	505.039.471	677.686.364	172.646.892	134,18
Setembro	505.039.471	593.547.802	88.508.330	117,53
Outubro	505.039.471	651.663.971	146.624.500	129,03
Novembro	505.039.471	727.996.647	222.957.175	144,15
Dezembro	505.039.471	918.787.543	413.748.072	181,92
TOTAL	6.060.473.657	7.815.045.854	1.754.572.197	128,95

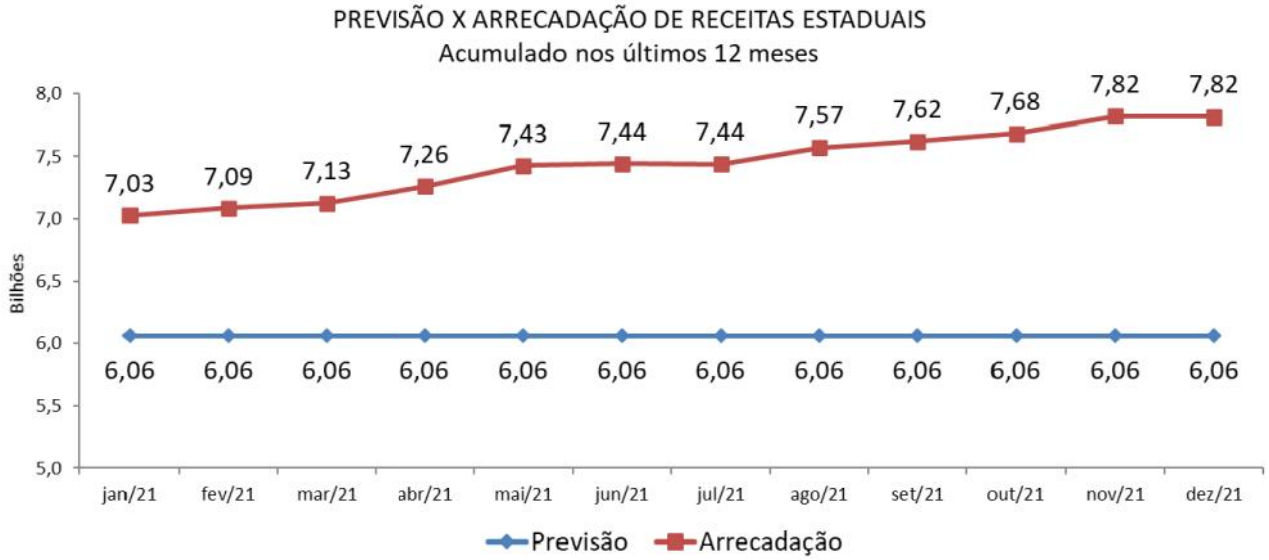
Fonte: Sefaz-TO e Anexos I e II do Decreto no 6.232/2021

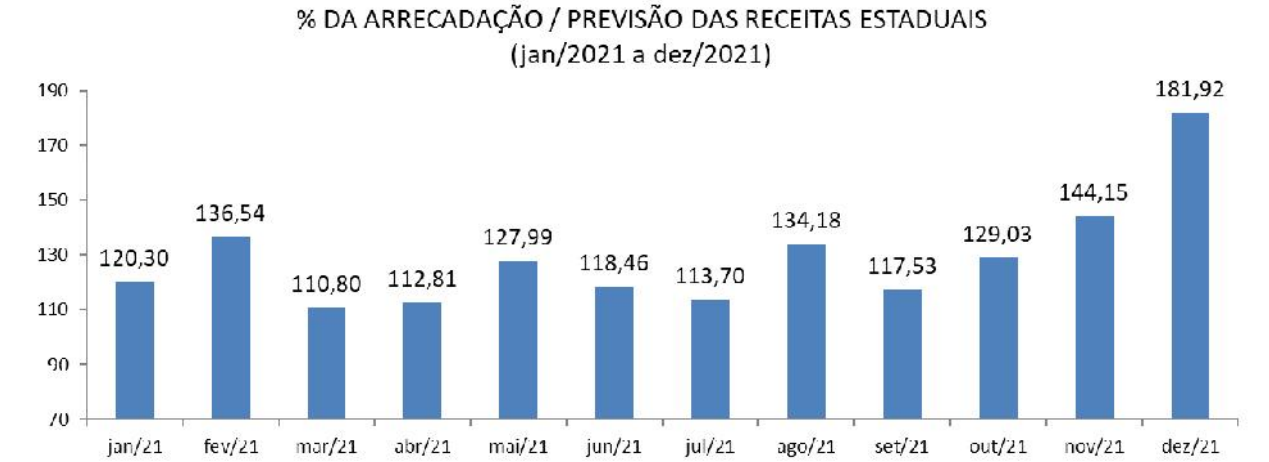


A previsão de arrecadação total das receitas de Recursos Ordinários foi de R$ 6,06 bi em 2021, enquanto o efetivamente arrecadado foi de R$ 7,81 bi, gerando uma superação de receita de R$ 1,75 bi (foram recolhidos 128,95% do previsto).

A receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria prevista foi de R$ 4,12 bi, enquanto a arrecadada foi de R$ 5,27 bi, gerando uma superação de R$ 1,15 bi, atingindo 127,77% do previsto. Adicionalmente, houve uma superação da receita do FPE, atingindo 127,46% do que estava planejado, havendo uma superação de R$ 1,13 bi.

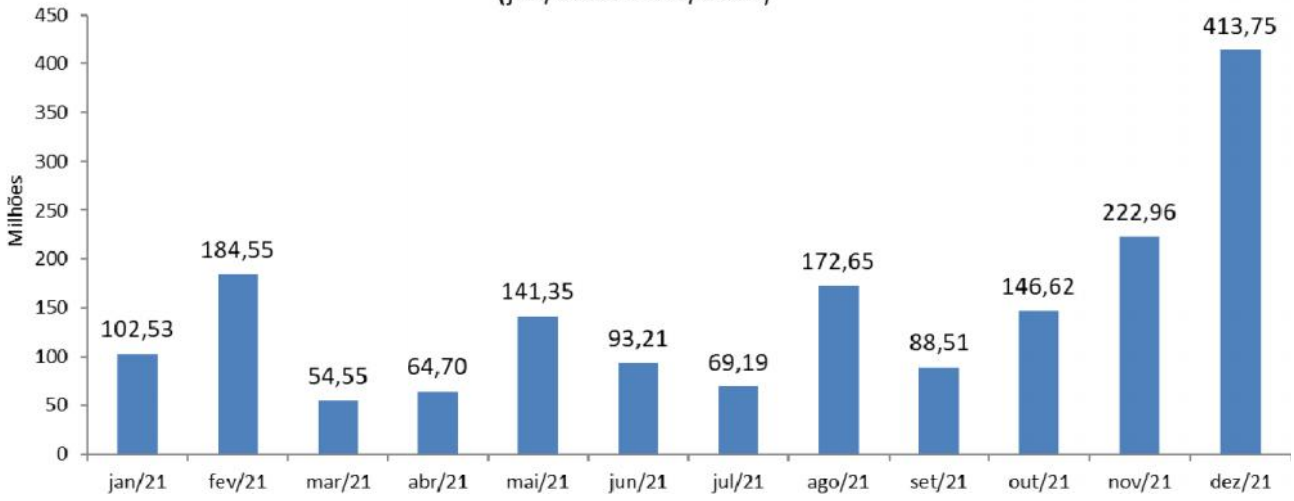
A arrecadação do ICMS foi de R$ 4,01 bi, ficando R$ 906,71 mi acima do previsto, atingido 129,26% da meta, adicionalmente houve superação de R$ 33,45 mi no ITCMD (238,61% do previsto), de R$ 43,60 mi no IPVA (118,74% do previsto) e de R$ 69,71 mi no IRRF (110,50% do previsto)[1].



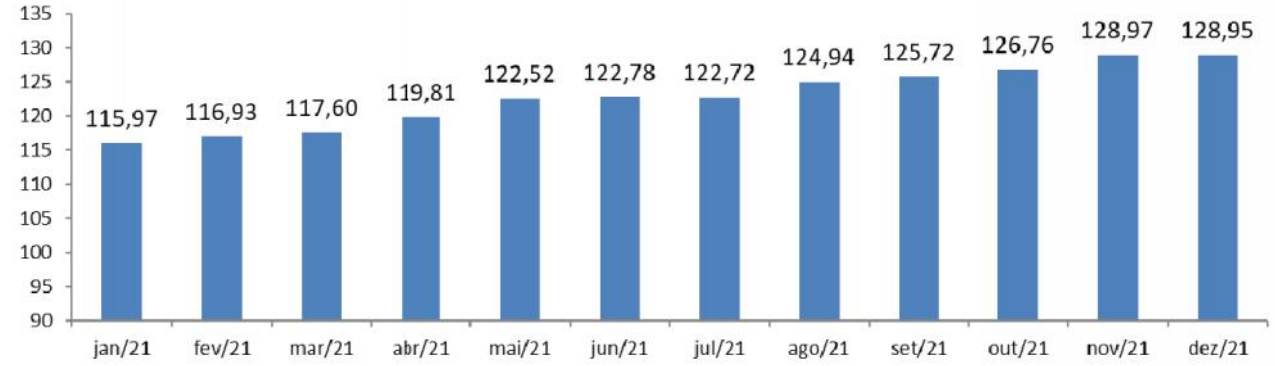


[1] A partir de 2018, a previsão mensal de arrecadação das receitas estaduais é feita com base na previsão anual, dividida por doze meses, não contemplando assim, as características de cada mês (sazonalidade). Nesse modelo, as variações percentuais tendem a se ajustar ao longo do ano.

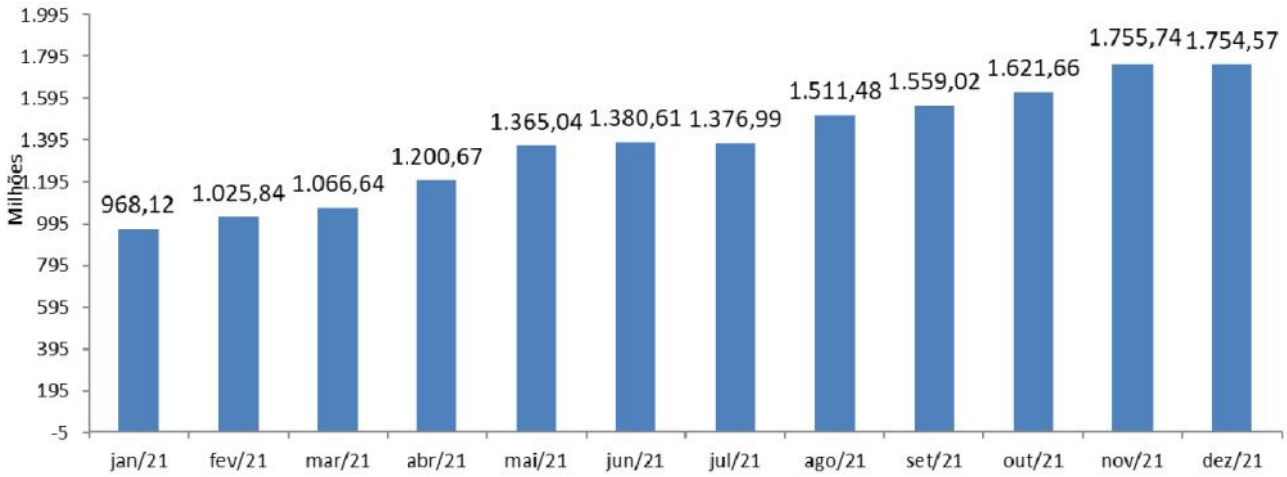
DIFERENÇA ENTRE ARRECADAÇÃO E A PREVISÃO DE RECEITAS ESTADUAIS
(jan/2021 a dez/2021)



% DA ARRECADAÇÃO / PREVISÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS
Acumulado nos últimos 12 meses



DIFERENÇA ENTRE ARRECADAÇÃO E A PREVISÃO DE RECEITAS ESTADUAIS
Acumulado nos últimos 12 meses



4. RECEITAS ARRECADADAS

ANÁLISE DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2021
TABELA 3. POR TIPO DE RECEITA – NOMINAL (A PREÇOS CORRENTES)

Em R$

Receitas	2020	2021	Var. %	Diferença
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIA	473.356.336	659.696.433	39,37	186.340.098
IRRF	115.237.635	142.455.901	23,62	27.218.266
IPVA	16.166.303	17.578.777	8,74	1.412.474
ITCMD	5.611.129	6.644.484	18,42	1.033.355
ICMS	328.451.150	406.590.564	23,79	78.139.413
Taxas	884.071	1.248.323	41,20	364.252
Dívida Ativa	7.006.048	85.178.386	1.115,78	78.172.338
CONTRIBUIÇÕES	128	-	(100)	(128)
PATRIMONIAIS	1.767.499	18.901.944	969,42	17.134.444
SERVIÇOS	24	172.918	720.392,96	172.894
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	436.371.693	520.621.113	19,31	84.249.421
FPE	405.563.224	516.456.106	27,34	110.892.882
Demais Transferências	30.808.468	4.165.007	(86,48)	(26.643.461)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	235.649.631	33.576.404	(85,75)	(202.073.228)
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(227.190.462)	(314.181.269)	38,29	(86.990.807)
TOTAL	919.954.849	918.787.543	(0,13)	(1.167.306)

Fonte: Sefaz-TO e Anexos I e II do Decreto no 6.232/2021; Notas: 1) IPVA, ITCMD e ICMS: inclui valores com multas e juros; 2) Dívida Ativa: IPVA, ITCMD e ICMS; 3) Deduções da Receita: Fundeb, transferências constitucionais aos municípios (ICMS, IPVA, IPI-EXP E FEX) e Restituições; 4) IRRF: sobre os redimentos do trabalho e outros rendimentos; 5) Outras Receitas Correntes inclui Outras Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias.

TABELA 4. POR TIPO DE RECEITA – REAL (A PREÇOS DE DEZEMBRO/2021 – IPCA)

Em R$

Receitas	2020	2021	Var. %	Diferença
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIA	520.980.976	659.696.433	26,63	138.715.457
IRRF	126.831.756	142.455.901	12,32	15.624.144
IPVA	17.792.803	17.578.777	(1,20)	(214.027)
ITCMD	6.175.668	6.644.484	7,59	468.816
ICMS	361.496.801	406.590.564	12,47	45.093.763
Taxas	973.018	1.248.323	28,29	275.305
Dívida Ativa	7.710.930	85.178.386	1.004,64	77.467.456
CONTRIBUIÇÕES	141	-	(100)	(141)
PATRIMONIAIS	1.945.328	18.901.944	871,66	16.956.615
SERVIÇOS	26	172.918	654.530,25	172.892
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	480.275.288	520.621.113	8,40	40.345.825
FPE	446.367.163	516.456.106	15,70	70.088.943
Demais Transferências	33.908.125	4.165.007	(87,72)	(29.743.118)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	259.358.470	33.576.404	(87,05)	(225.782.066)
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(250.048.219)	(314.181.269)	25,65	(64.133.050)
TOTAL	1.012.512.011	918.787.543	(9,26)	(93.724.468)

Fonte: Sefaz-TO e Anexos I e II do Decreto no 6.232/2021; Notas: 1) IPVA, ITCMD e ICMS: inclui valores com multas e juros; 2) Dívida Ativa: IPVA, ITCMD e ICMS; 3) Deduções da Receita: Fundeb, transferências constitucionais aos municípios (ICMS, IPVA, IPI-EXP E FEX) e Restituições; 4) IRRF: sobre os redimentos do trabalho e outros rendimentos; 5) Outras Receitas Correntes inclui Outras Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias.

Em dezembro de 2021, a arrecadação de receitas ordinárias variou -0,13% (nominal), comparando com o mesmo período do ano anterior, passando de R$ 919,95 mi em 2020 para R$ 918,79 mi em 2021. Em termos reais, houve uma variação de -9,26%, ou seja, uma redução de R$ 93,72 mi na arrecadação nesse período. A receita dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria foi de R$ 473,36 mi em 2020 e R$ 659,70 mi em 2021, com variação nominal de 39,37% (crescimento de R$ 186,34 mi) e real de 26,63% (aumento de R$ 138,72 mi). Nesse mesmo período, o FPE passou de R$ 405,56 mi para R$ 516,46 mi, variação nominal de 27,34% (superação de R$ 110,89 mi) e real de 15,70% (superação de R$ 70,09 mi).

As Receitas Ordinárias apresentaram os seguintes desempenhos reais: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (26,63%), Patrimoniais (871,66%), Transferências Correntes (8,40%) e Outras Receitas Correntes (-87,05%).

ANÁLISE DO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021
TABELA 5. POR TIPO DE RECEITA – NOMINAL (A PREÇOS CORRENTES)

Em R$

Receitas	2020	2021	Var. %	Diferença
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIA	4.342.672.250	5.267.934.602	21,31	925.262.352
IRRF	768.519.300	733.746.468	(4,52)	(34.772.832)
IPVA	265.128.726	276.294.814	4,21	11.166.088
ITCMD	33.814.384	57.574.431	70,27	23.760.047
ICMS	3.201.518.762	4.005.966.837	25,13	804.448.075
Taxas	12.923.261	15.259.000	18,07	2.335.739
Dívida Ativa	60.767.816	179.093.051	194,72	118.325.235
CONTRIBUIÇÕES	128	-	(100)	(128)
PATRIMONIAIS	19.629.348	139.478.876	610,56	119.849.528
SERVIÇOS	1.091	173.985	15.854,47	172.895
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.580.233.943	5.278.138.950	15,24	697.905.007
FPE	3.958.703.679	5.229.663.453	32,11	1.270.959.774
Demais Transferências	621.530.264	48.475.497	(92,20)	(573.054.767)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	238.810.098	46.788.499	(80,41)	(192.021.599)
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.275.578.146)	(2.917.469.057)	28,21	(641.890.911)
TOTAL	6.905.768.712	7.815.045.854	13,17	909.277.143

Fonte: Sefaz-TO e Anexos I e II do Decreto no 6.232/2021; Notas: 1) IPVA, ITCMD e ICMS: inclui valores com multas e juros; 2) Dívida Ativa: IPVA, ITCMD e ICMS; 3) Deduções da Receita: Fundeb, transferências constitucionais aos municípios (ICMS, IPVA, IPI-EXP E FEX) e Restituições; 4) IRRF: sobre os redimentos do trabalho e outros rendimentos; 5) Outras Receitas Correntes inclui Outras Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias.

TABELA 6. POR TIPO DE RECEITA – REAL (A PREÇOS DE DEZEMBRO/2021 – IPCA)

Em R$

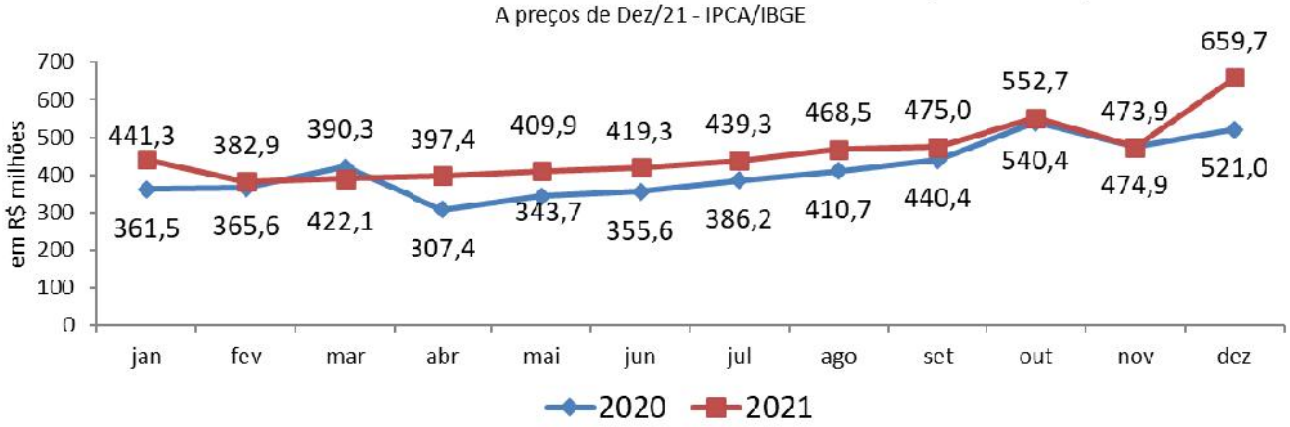
Receitas	2020	2021	Var. %	Diferença
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIA	4.929.443.121	5.510.128.788	11,78	580.685.667
IRRF	871.783.290	766.243.041	(12,11)	(105.540.249)
IPVA	300.153.692	286.970.645	(4,39)	(13.183.047)
ITCMD	38.276.498	60.258.982	57,43	21.982.484
ICMS	3.635.615.674	4.196.932.709	15,44	561.317.035
Taxas	14.667.167	15.958.693	8,81	1.291.526
Dívida Ativa	68.946.800	183.764.718	166,53	114.817.918
CONTRIBUIÇÕES	141	-	(100)	(141)
PATRIMONIAIS	22.334.082	144.294.971	546,08	121.960.889
SERVIÇOS	1.251	174.056	13.809,73	172.805
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.208.142.227	5.547.660.626	6,52	339.518.399
FPE	4.499.312.200	5.496.765.386	22,17	997.453.186
Demais Transferências	708.830.027	50.895.240	(92,82)	(657.934.787)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	262.952.342	47.282.321	(82,02)	(215.670.020)
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.584.303.862)	(3.057.078.960)	18,29	(472.775.098)
TOTAL	7.838.569.302	8.192.461.802	4,51	353.892.500

Fonte: Sefaz-TO e Anexos I e II do Decreto no 6.232/2021; Notas: 1) IPVA, ITCMD e ICMS: inclui valores com multas e juros; 2) Dívida Ativa: IPVA, ITCMD e ICMS; 3) Deduções da Receita: Fundeb, transferências constitucionais aos municípios (ICMS, IPVA, IPI-EXP E FEX) e Restituições; 4) IRRF: sobre os redimentos do trabalho e outros rendimentos; 5) Outras Receitas Correntes inclui Outras Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias.

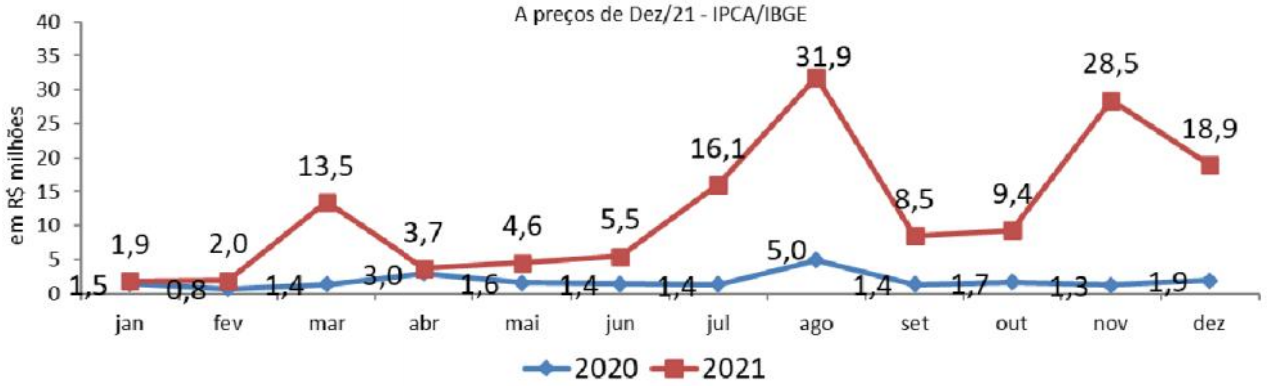
No período de janeiro a dezembro de 2021, a arrecadação de receitas ordinárias cresceu 13,17% (nominal), comparando com o mesmo período do ano anterior, passando de R$ 6,91 bi em 2020 para R$ 7,82 bi em 2021. Em termos reais, houve um crescimento de 4,51%, ou seja, um aumento de R$ 353,89 mi na arrecadação nesse período. A receita dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria foi de R$ 4,34 bi em 2020 para R$ 5,27 bi em 2021, com aumento nominal de 21,31% (acréscimo de R$ 925,26 mi) e real de 11,78% (aumento de R$ 580,68 mi). Nesse mesmo período, o FPE passou de R$ 3,96 bi para R$ 5,23 bi, variação nominal de 32,11% (crescimento de R$ 1,27 bi) e real de 22,17% (aumento de R$ 997,45 mi).

As Receitas Ordinárias apresentaram os seguintes desempenhos reais: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (11,78%), Patrimoniais (546,08%), Transferências Correntes (6,52%) e Outras Receitas Correntes (-82,02%).

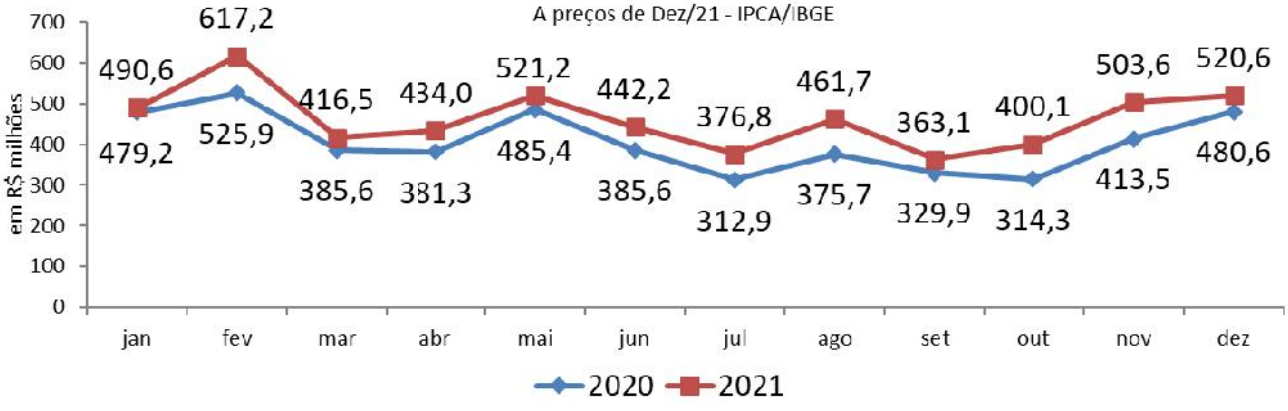
RECEITAS ARRECADADAS PELO ESTADO DO TOCANTINS
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA (2020-2021)
A preços de Dez/21 - IPCA/IBGE

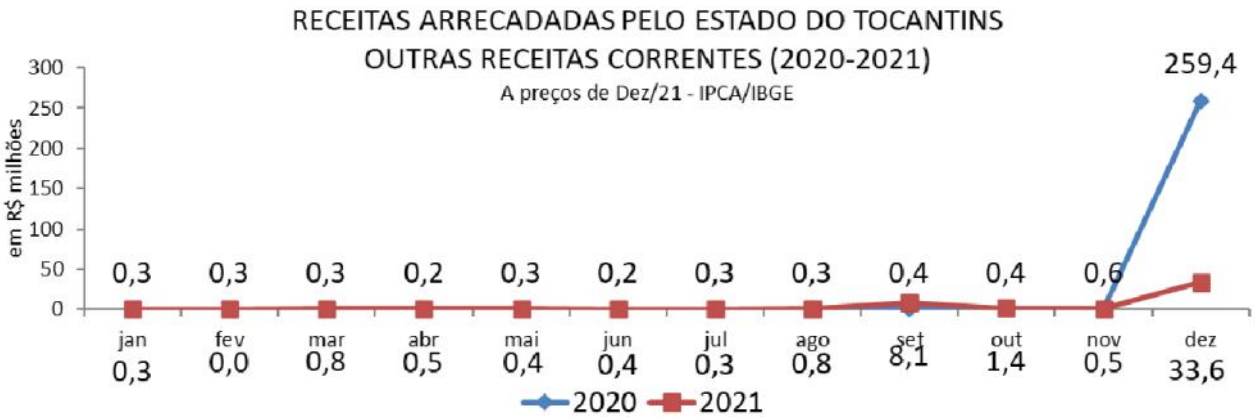


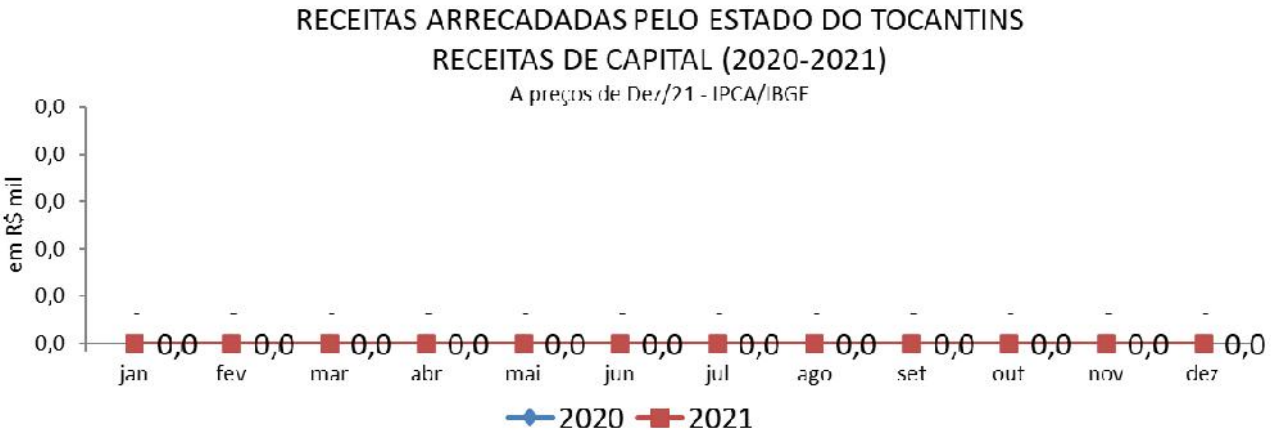
RECEITAS ARRECADADAS PELO ESTADO DO TOCANTINS
PATRIMONIAL (2020-2021)
A preços de Dez/21 - IPCA/IBGE



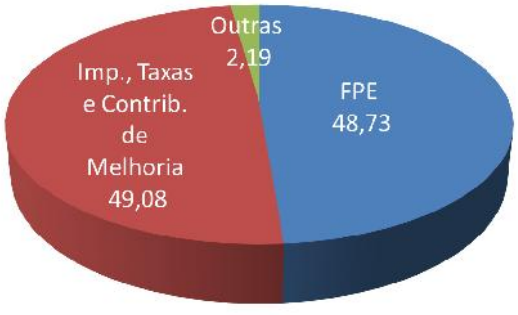
RECEITAS ARRECADADAS PELO ESTADO DO TOCANTINS
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (2020-2021)
A preços de Dez/21 - IPCA/IBGE

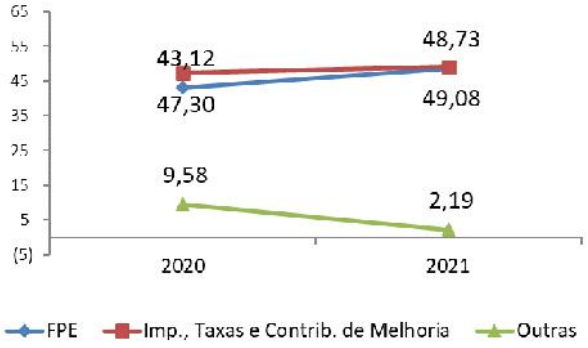






% DAS RECEITAS NA RECEITA TOTAL DO ESTADO FONTE 0100 – RECURSOS ORDINÁRIOS – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021





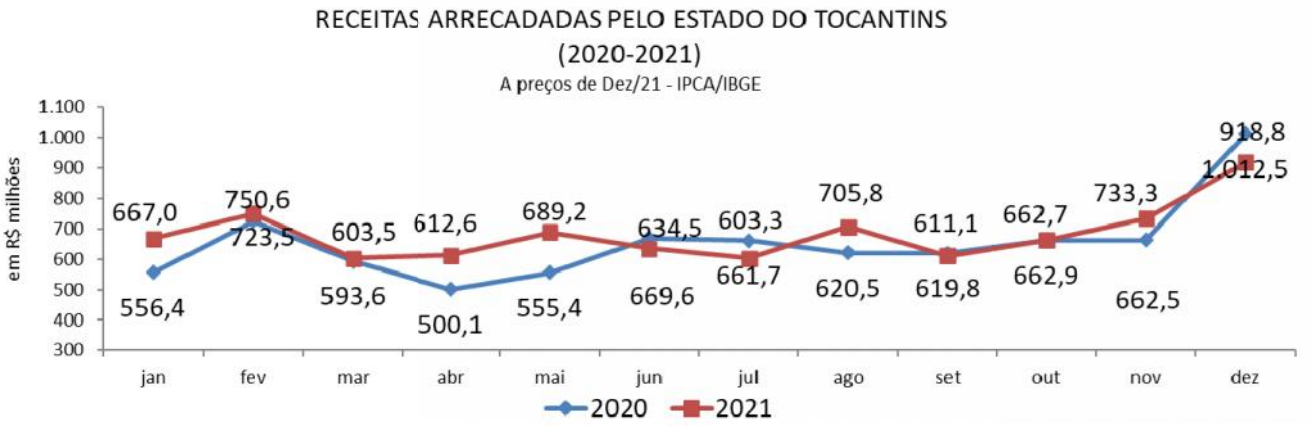
As receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria aumentaram a sua participação no total de recursos ordinários do Estado, passando de 47,30% em 2020 para 49,08% em 2021. O FPE aumentou a sua participação de 43,12%, em 2020, para 48,73%, em 2021, enquanto as outras receitas diminuíram a sua participação de 9,58% para 2,19%.

TABELA 7. POR MÊS – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021
NOMINAL E REAL (A PREÇOS DE DEZEMBRO/2021 – IPCA)

Em R$ milhões

Mês	Nominal (A Preços Correntes)					A Preços de Dez/2021 - IPCA				
	2020	2021	Var. %		Diferença	2020	2021	Var. %		Diferença
			Mês	Acum.				Mês	Acum.	
Janeiro	484,74	607,57	25,34	25,34	122,82	556,45	667,03	19,87	19,87	110,58
Fevereiro	631,87	689,59	9,14	16,17	57,72	723,52	750,62	3,75	10,76	27,10
Março	518,79	559,59	7,86	13,53	40,80	593,63	603,51	1,66	7,88	9,88
Abril	435,72	569,74	30,76	17,16	134,02	500,12	612,56	22,48	10,95	112,43
Maio	482,02	646,39	34,10	20,36	164,37	555,38	689,24	24,10	13,45	133,86
Junho	582,68	598,25	2,67	17,07	15,57	669,61	634,54	(5,24)	9,97	(35,07)
Julho	577,85	574,23	-0,63	14,32	(3,63)	661,69	603,27	(8,83)	7,05	(58,41)
Agosto	543,19	677,69	24,76	15,65	134,49	620,51	705,83	13,75	7,90	85,31
Setembro	546,01	593,55	8,71	14,86	47,54	619,77	611,11	(1,40)	6,85	(8,66)
Outubro	589,02	651,66	10,64	14,40	62,64	662,88	662,66	(0,03)	6,11	(0,22)
Novembro	593,92	728,00	22,58	15,21	134,08	662,50	733,31	10,69	6,56	70,81
Dezembro	919,95	918,79	-0,13	13,17	(1,17)	1.012,51	918,79	(9,26)	4,51	(93,72)
Total	6.905,77	7.815,05				7.838,57	8.192,46			

Fonte: Sefaz-TO.



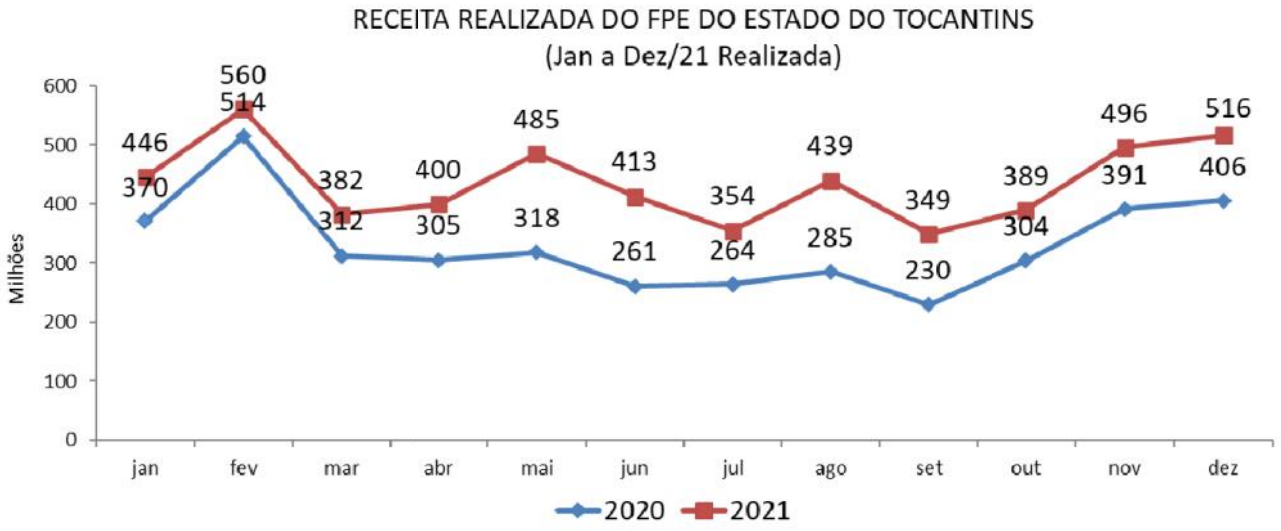
5. RECEITA DO FPE

TABELA 8. RECEITA REALIZADA DO FPE NOMINAL (NOMINAL – A PREÇOS CORRENTES) JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

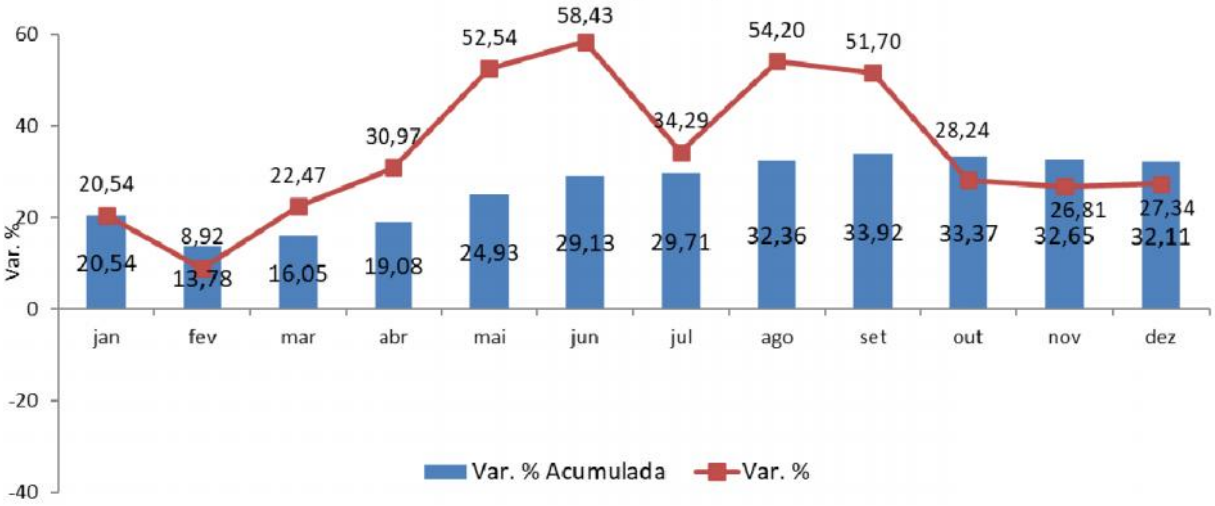
Em R$

Mês	2020	2021	Var. %		Diferença
			Mês	Acum.	
Janeiro	369.786.866	445.736.931	20,54	20,54	75.950.064
Fevereiro	514.337.101	560.227.877	8,92	13,78	45.890.776
Março	312.135.274	382.280.414	22,47	16,05	70.145.140
Abril	305.153.721	399.644.931	30,97	19,08	94.491.210
Maio	317.830.544	484.825.347	52,54	24,93	166.994.803
Junho	260.706.958	413.050.043	58,43	29,13	152.343.085
Julho	263.915.934	354.412.856	34,29	29,71	90.496.922
Agosto	284.921.722	439.335.630	54,20	32,36	154.413.908
Setembro	229.753.456	348.545.527	51,70	33,92	118.792.071
Outubro	303.571.781	389.286.269	28,24	33,37	85.714.488
Novembro	391.027.099	495.861.523	26,81	32,65	104.834.424
Dezembro	405.563.224	516.456.106	27,34	32,11	110.892.882
TOTAL	3.958.703.679	5.229.663.453	32,11		1.270.959.774

Fonte: STN e Sefaz-TO.



DESEMPENHO DA RECEITA REALIZADA DO FPE DO ESTADO DO TOCANTINS
(2021/2020)



6. ICMS

TABELA 9. ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SEGMENTO ECONÔMICO (2020-2021)

Em R$ milhões

Segmento Econômico	Qtde. Contribuintes		Acumulado no Ano					
			2020		2021		Var. %	Diferença 21-20
	Qtde.	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total		
Combustíveis, Lubrificantes, GLP e Outros Derivados de Petróleo	1.425	5,70	1.054,37	32,00	1.339,15	31,89	27,01	284,77
Energia Elétrica	82	0,33	395,51	12,00	461,41	10,99	16,66	65,90
Veículos Automotores e Componentes	2.470	9,88	220,50	6,69	334,13	7,96	51,54	113,64
Bebidas em Geral	477	1,91	269,92	8,19	289,53	6,90	7,26	19,61
Telecomunicações	299	1,20	151,48	4,60	190,64	4,54	25,85	39,16
Produtos Alimentícios em Geral	1.470	5,88	139,59	4,24	185,21	4,41	32,69	45,63
Material de Construção em Geral	2.580	10,32	121,82	3,70	177,12	4,22	45,39	55,29
Hipermercados e Congêneres	2.233	8,94	145,98	4,43	166,07	3,95	13,77	20,10
Prod. Médicos e Odont., Farmac., de Higiene Pessoal e Limpeza	1.665	6,66	116,07	3,52	141,46	3,37	21,88	25,40
Carnes e Derivados	616	2,46	73,21	2,22	116,40	2,77	59,00	43,19
Produtos Agropecuários e Veterinários	964	3,86	55,64	1,69	88,34	2,10	58,76	32,70
Móveis, Eletrod., Apar. Eletrônicos, de uso Pessoal e Doméstico	1.100	4,40	75,99	2,31	87,62	2,09	15,30	11,63
Transportes em Geral e Armazenagens	1.212	4,85	47,05	1,43	72,92	1,74	54,98	25,87
Tecidos, Confecções, Vestuário e Calçados	1.767	7,07	47,25	1,43	67,01	1,60	41,82	19,76
Artigos de Tabacaria	18	0,07	21,83	0,66	24,70	0,59	13,17	2,87
Produtos de Informática e Equipamentos de Comunicação	667	2,67	15,46	0,47	21,13	0,50	36,70	5,67
Prod. Fotográficos, Fonográficos, Óticos e Instrumentos Musicais	253	1,01	8,66	0,26	15,99	0,38	84,51	7,32
Restaurantes e Outros Estabel. de Serviços de Alimentação	1.492	5,97	9,38	0,28	12,94	0,31	37,96	3,56
Produção Florestal	200	0,80	17,89	0,54	11,79	0,28	(34,08)	(6,10)
Variedades Domésticas, Artigos de Armarinho e Brinquedos	282	1,13	7,64	0,23	10,63	0,25	39,14	2,99
Artigos Esportivos, de Caça, Pesca e Camping	231	0,92	8,20	0,25	8,42	0,20	2,75	0,23
Couros	8	0,03	3,40	0,10	6,63	0,16	95,26	3,24
Plásticos e Embalagens	49	0,20	5,13	0,16	5,87	0,14	14,33	0,74
Livros, Jornais, Revistas, Papelaria e Artigos de Escritório	405	1,62	4,18	0,13	5,09	0,12	21,85	0,91
Construção Civil	839	3,36	2,28	0,07	3,41	0,08	49,87	1,14
Jóias, Bijuterias e Relógios	201	0,80	2,35	0,07	3,40	0,08	45,03	1,06
Outras Atividades Econômicas	1.986	7,95	54,71	1,66	83,11	1,98	51,90	28,40
Subtotal	**24.991**	**100,00**	**3.075,47**	**93,34**	**3.930,14**	**93,59**	**27,79**	**854,67**
Pessoa Física (Produtor Rural)	69.232	73,48	30,02	0,91	31,66	0,75	5,46	1,64
Contribuinte Eventual			189,52	5,75	237,36	5,65	25,24	47,84
TOTAL GERAL	**94.223**	**100,00**	**3.295,01**	**100,00**	**4.199,16**	**100,00**	**27,44**	**904,15**

Fonte: SEFAZ/TO; Notas: 1) Empresas = quantidade de empresas ativas na data da elaboração do relatório (03/01/2022), cadastradas até 31/12/21; 2) inclui: juros, multa, correção monetária, dívida ativa e Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP-TO (Lei 3.015/15), em Regime de Caixa. O ICMS foi relacionado à inscrição estadual e, por conseguinte, à CNAE Subclasses, portanto, pode haver divergência se o contribuinte com inscrição estadual tiver recolhido o imposto apenas informando o CNPJ; 3) Nos segmentos da arrecadação do ICMS, foram considerados apenas os contribuintes Pessoas Jurídicas inscritas no CCI-TO, inclusive os optantes do Simples Nacional. O item Pessoa Física (produtor rural) tem como referência o CPF do contribuinte. O valor que resta para totalizar o ICMS recolhido no período foi lançado no item "Contribuinte Eventual". Poder haver também recolhimento de contribuinte não inscrito no CCI-TO, mas que recolheu o imposto informando apenas o CNPJ; 4) Contribuinte Eventual - não cadastrado no CCI-TO.

Os segmentos econômicos com maior representatividade na arrecadação do ICMS no período de janeiro a dezembro de 2021 foram: Combustíveis, Lubrificantes, GLP e Outros Derivados de Petróleo (R$ 1,34 bi ou 27,01% do total); Energia Elétrica (R$ 461,41 mi ou 16,66% do total); Veículos Automotores e Componentes (R$ 334,13 mi ou 51,54% do total); Bebidas em Geral (R$ 289,53 mi ou 7,26% do total) e Telecomunicações (R$ 190,64 mi ou 25,85% do total); Essas cinco atividades econômicas representaram 62,27% do total do ICMS recolhido de janeiro a dezembro de 2021.

Os melhores desempenhos entre os 10 maiores segmentos econômicos de janeiro a dezembro de 2021, comparados com o mesmo período de 2020, foram: Carnes e Derivados (59,00%, sendo R$ 73,21 mi em 2020 e R$ 116,40 mi em 2021); Veículos Automotores e Componentes (51,54%, sendo R$ 220,50 mi em 2020 e R$ 334,13 mi em 2021); Material de Construção em Geral (45,39%, sendo R$ 121,82 mi em 2020 e R$ 177,12 mi em 2021); Produtos Alimentícios em Geral (32,69%, sendo R$ 139,59 mi em 2020 e R$ 185,21 mi em 2021) e Combustíveis, Lubrificantes, GLP e Outros Derivados de Petróleo (27,01%, sendo R$ 1,05 bi em 2020 e R$ 1,34 bi em 2021).

Os piores desempenhos dentre os 10 maiores segmentos econômicos de janeiro a dezembro de 2021 foram: Telecomunicações (25,85%, sendo R$ 151,48 mi em 2020 e R$ 190,64 mi em 2021); Prod. Médicos e Odont., Farmac., de Higiene Pessoal e Limpeza (21,88%, sendo R$ 116,07 mi em 2020 e R$ 141,46 mi em 2021); Energia Elétrica (16,66%, sendo R$ 395,51 mi em 2020 e R$ 461,41 mi em 2021); Hipermercado e Congêneres (13,77%, sendo R$ 145,98 mi em 2020 e R$ 166,07 mi em 2021) e Bebidas em Geral (7,26%, sendo R$ 269,92 mi em 2020 e R$ 289,53 mi em 2021).

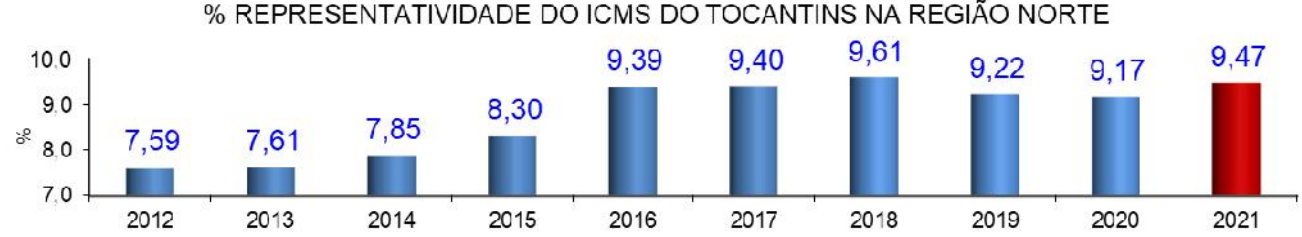
O cadastro de contribuintes do ICMS é composto 94.223 contribuintes ativos, sendo 24.991 empresas, pessoas jurídicas (26,52% do total), e 69.232 produtores rurais, pessoas físicas (73,48% do total). As atividades econômicas mais representativas entre as empresas foram: Material de Construção em Geral (2.580 empresas ou 10,32% do total); Veículos Automotores e Componentes (2.470 empresas ou 9,88% do total); Hipermercados e Congêneres (2.233 empresas ou 8,94% do total); Prod. Médicos e Odont., Farmac., de Higiene Pessoal e Limpeza (1.665 empresas ou 6,66% do total) e Tecidos, Confecções, Vestuários e Calçados (1.767 empresas ou 7,07% do total).

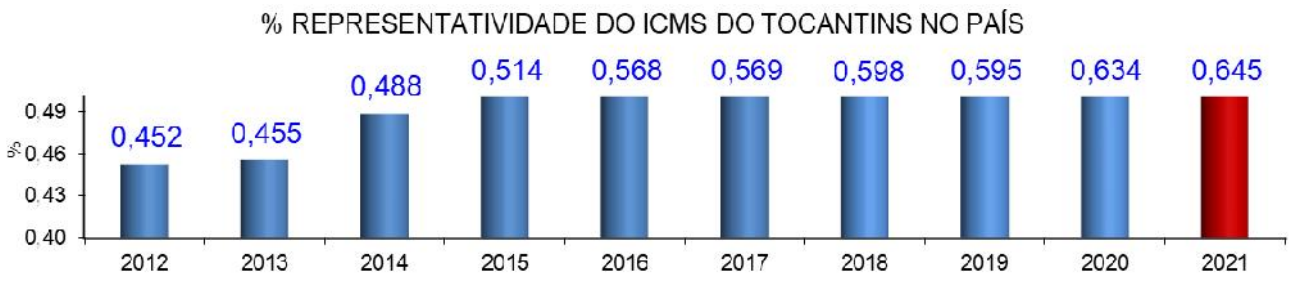
TABELA 10. ARRECADAÇÃO DO ICMS NO CENÁRIO NACIONAL – ACUMULADO DE JANEIRO A DEZEMBRO (2019-2021)

Em R$ mil (real, a preços de dez/2021 - IPCA)

Unidades da Federação	2019		2020		2021		Var. %		
	Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total	20/19	21/20 (Nominal)	21/20 (Real)
Mato Grosso	11.315.347	2,23	12.827.231	2,47	18.663.728	2,86	13,36 [2]	45,50 [1]	34,08
Goiás	17.125.875	3,37	17.921.681	3,45	23.483.381	3,60	4,65 [13]	31,03 [2]	20,92
Rondônia	4.013.195	0,79	4.376.621	0,84	5.715.481	0,88	9,06 [6]	30,59 [3]	20,53
Minas Gerais	51.945.191	10,23	52.460.606	10,09	67.811.780	10,39	0,99 [21]	29,26 [4]	19,31
Espírito Santo	11.451.867	2,26	12.001.997	2,31	15.358.060	2,35	4,80 [12]	27,96 [5]	18,05
TOCANTINS	**3.019.915**	**0,59**	**3.295.009**	**0,63**	**4.199.569**	**0,64**	**9,11 [5]**	**27,45 [6]**	**17,48**
Roraima	1.117.104	0,22	1.239.990	0,24	1.568.490	0,24	11,00 [3]	26,49 [7]	16,66
Rio Grande do Sul	35.742.813	7,04	36.207.897	6,96	45.702.190	7,01	1,30 [19]	26,22 [8]	16,60
São Paulo	149.774.384	29,50	149.823.077	28,81	188.974.908	28,97	0,03 [24]	26,13 [9]	16,42
Amapá	944.821	0,19	1.015.616	0,20	1.280.810	0,20	7,49 [8]	26,11 [10]	16,53
Bahia	24.717.852	4,87	24.978.685	4,80	31.264.933	4,79	1,06 [20]	25,17 [11]	15,63
Mato Grosso do Sul	10.048.253	1,98	11.094.691	2,13	13.831.326	2,12	10,41 [4]	24,67 [12]	15,10
Paraná	31.502.727	6,20	31.518.257	6,06	39.133.009	6,00	0,05 [23]	24,16 [13]	14,61
Acre	1.413.048	0,28	1.374.411	0,26	1.699.401	0,26	-2,73 [27]	23,65 [14]	14,26
Alagoas	4.207.569	0,83	4.368.864	0,84	5.386.652	0,83	3,83 [14]	23,30 [15]	14,03
Paraíba	5.904.253	1,16	6.108.082	1,17	7.521.301	1,15	3,45 [16]	23,14 [16]	13,74
Ceará	13.151.858	2,59	13.228.678	2,54	16.238.750	2,49	0,58 [22]	22,75 [17]	13,33
Pernambuco	17.938.842	3,53	17.673.105	3,40	21.643.712	3,32	-1,48 [26]	22,47 [18]	13,10
Pará	12.202.357	2,40	13.837.366	2,66	16.945.382	2,60	13,40 [1]	22,46 [19]	13,02
Maranhão	7.883.486	1,55	8.170.481	1,57	9.975.060	1,53	3,64 [15]	22,09 [20]	12,71
Santa Catarina	23.289.325	4,59	23.907.600	4,60	29.093.059	4,46	2,65 [17]	21,69 [21]	12,61
Sergipe	3.547.721	0,70	3.526.178	0,68	4.275.004	0,66	-0,61 [25]	21,24 [22]	12,03
Rio de Janeiro	37.015.299	7,29	39.054.403	7,51	47.136.864	7,23	5,51 [10]	20,70 [23]	11,59
Piauí	4.488.649	0,88	4.730.377	0,91	5.705.537	0,87	5,39 [11]	20,61 [24]	11,46
Amazonas	10.039.290	1,98	10.807.269	2,08	13.016.522	2,00	7,65 [7]	20,44 [25]	11,16
Rio Grande do Norte	5.724.568	1,13	5.832.087	1,12	6.868.594	1,05	1,88 [18]	17,77 [26]	8,80
Distrito Federal	8.181.619	1,61	8.680.629	1,67	9.893.449	1,52	6,10 [9]	13,97 [27]	5,27
BRASIL	507.707.229	100,00	520.060.888	100,00	652.386.954	100,00	2,43	25,44	15,83

Fonte: Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação (última atualização: 27/01/2022), Sefaz-TO e portal da transparência dos governos estaduais (os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples ou pelo desempenho da arrecadação em períodos anteriores); a(s) linha(s) destacada(s) em vermelho corresponde(m) ao(s) estado(s) com pendência(s) na divulgação da arrecadação. Elaboração Sefaz-TO.





Na arrecadação de ICMS a nível nacional, o Estado do Tocantins teve o 6º melhor desempenho no comparativo de 2021 com 2020 (acumulado do ano), variando 17,48% (real), enquanto o Brasil variou 15,68% (real). A arrecadação do ICMS do Tocantins representa 9,47% da Região Norte e 0,64% do Brasil.

TABELA 11. ARRECADAÇÃO DO ICMS NO CENÁRIO NACIONAL – ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Em R$ mil

Unidades da Federação		jan-18 a dez-19 (a)		jan-2019 a dez-20 (b)		jan-2020 a dez-21 (c)		Var. %	
		Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total	b / a	c / b
Mato Grosso	MT	11.315.347	2,23	12.827.231	2,47	18.049.804	2,77	13,36 [2]	40,71 [1]
Goiás	GO	17.125.875	3,37	17.921.681	3,45	23.483.381	3,60	4,65 [13]	31,03 [2]
Rondônia	RO	4.013.195	0,79	4.376.621	0,84	5.715.481	0,88	9,06 [6]	30,59 [3]
Minas Gerais	MG	51.945.191	10,23	52.460.606	10,09	67.814.219	10,41	0,99 [21]	29,27 [4]
Espírito Santo	ES	11.451.867	2,26	12.001.997	2,31	15.358.060	2,36	4,80 [12]	27,96 [5]
TOCANTINS	**TO**	**3.019.915**	**0,59**	**3.295.009**	**0,63**	**4.199.569**	**0,64**	**9,11 [5]**	**27,45 [6]**
Roraima	RO	1.117.104	0,22	1.239.990	0,24	1.569.037	0,24	11,00 [3]	26,54 [7]
Rio Grande do Sul	RS	35.742.813	7,04	36.207.897	6,96	45.702.190	7,01	1,30 [19]	26,22 [8]
Amapá	AP	944.821	0,19	1.015.616	0,20	1.280.264	0,20	7,49 [8]	26,06 [9]
São Paulo	SP	149.774.384	29,50	149.823.077	28,81	188.824.769	28,98	0,03 [24]	26,03 [10]
Bahia	BA	24.717.852	4,87	24.978.685	4,80	31.264.933	4,80	1,06 [20]	25,17 [11]
Mato Grosso do Sul	MS	10.048.253	1,98	11.094.691	2,13	13.831.326	2,12	10,41 [4]	24,67 [12]
Paraná	PR	31.502.727	6,20	31.518.257	6,06	39.133.009	6,01	0,05 [23]	24,16 [13]
Acre	AC	1.413.048	0,28	1.374.411	0,26	1.699.401	0,26	-2,73 [27]	23,65 [14]
Alagoas	AL	4.207.569	0,83	4.368.864	0,84	5.386.652	0,83	3,83 [14]	23,30 [15]
Paraíba	PB	5.904.253	1,16	6.108.082	1,17	7.521.301	1,15	3,45 [16]	23,14 [16]
Ceará	CE	13.151.858	2,59	13.228.678	2,54	16.238.750	2,49	0,58 [22]	22,75 [17]
Pernambuco	PE	17.938.842	3,53	17.673.105	3,40	21.643.712	3,32	-1,48 [26]	22,47 [18]
Pará	PA	12.202.357	2,40	13.837.366	2,66	16.894.959	2,59	13,40 [1]	22,10 [19]
Maranhão	MA	7.883.486	1,55	8.170.481	1,57	9.975.060	1,53	3,64 [15]	22,09 [20]
Santa Catarina	SC	23.289.325	4,59	23.907.600	4,60	29.093.059	4,47	2,65 [17]	21,69 [21]
Sergipe	SE	3.547.721	0,70	3.526.178	0,68	4.281.983	0,66	-0,61 [25]	21,43 [22]
Rio de Janeiro	RJ	37.015.299	7,29	39.054.403	7,51	47.136.864	7,23	5,51 [10]	20,70 [23]
Amazonas	AM	10.039.290	1,98	10.807.269	2,08	12.997.619	1,99	7,65 [7]	20,27 [24]
Piauí	PI	4.488.649	0,88	4.730.377	0,91	5.681.487	0,87	5,39 [11]	20,11 [25]
Rio Grande do Norte	RN	5.724.568	1,13	5.832.087	1,12	6.868.594	1,05	1,88 [18]	17,77 [26]
Distrito Federal	DF	8.181.619	1,61	8.680.629	1,67	9.893.462	1,52	6,10 [9]	13,97 [27]
BRASIL	BR	507.707.229	100,00	520.060.888	100,00	651.538.946	100,00	2,43	25,28

Fonte: Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação (última atualização: 16/01/2022), Sefaz-TO e portal da transparência dos governos estaduais (os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples ou pelo desempenho da arrecadação em períodos anteriores); a(s) linha(s) destacada(s) em vermelho corresponde(m) ao(s) estado(s) com pendência(s) na divulgação da arrecadação. Elaboração Sefaz-TO.

No acumulado dos últimos 12 meses, o Estado do Tocantins teve o 6º melhor desempenho nacional na arrecadação do ICMS no comparativo de jan/21-dez/2021 com jan/20-dez/2020, crescendo 27,45% (nominal), enquanto o Brasil variou 25,28%.

TABELA 12. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS, BENS E/OU SERVIÇOS NO ESTABELECIMENTO DO CONTRIBUINTE DO ESTADO DO TOCANTINS (UFs E EXTERIOR) – DEZEMBRO (2021)

Em R$

Região / UF		Entradas	Saídas	Diferença (Saídas - Entradas)	Var. % (Saídas - Entradas)	% Total	
						Entradas	Saídas
NORTE		316.743.004	365.545.273	48.802.269	15,41	5,48	9,37
Acre	AC	119.599 27	1.834.076 27	1.714.477 11	1.433,52	0,00	0,05
Amazonas	AM	27.230.061 18	2.678.801 26	(24.551.260) 18	(90,16)	0,47	0,07
Pará	PA	281.240.239 8	346.095.877 4	64.855.638 3	23,06	4,87	8,87
Rondônia	RO	6.460.680 22	2.891.965 25	(3.568.714) 14	(55,24)	0,11	0,07
Amapá	AP	697.354 26	8.140.015 23	7.442.661 9	1.067,27	0,01	0,21
Roraima	RR	995.070 25	3.904.538 24	2.909.468 10	292,39	0,02	0,10
NORDESTE		1.286.081.481	803.938.909	(482.142.573)	(37,49)	22,25	20,60
Maranhão	MA	948.705.699 1	331.200.369 5	(617.505.330) 27	(65,09)	16,41	8,49
Piauí	PI	46.032.140 16	54.817.316 15	8.785.177 8	19,08	0,80	1,40
Ceará	CE	37.289.061 17	51.731.784 16	14.442.724 6	38,73	0,65	1,33
Rio Grande do Norte	RN	3.940.573 24	32.962.904 18	29.022.331 4	736,50	0,07	0,84
Paraíba	PB	8.102.066 21	24.019.034 19	15.916.968 5	196,46	0,14	0,62
Pernambuco	PE	46.784.244 15	114.623.834 9	67.839.590 1	145,01	0,81	2,94
Alagoas	AL	4.473.198 23	13.885.731 21	9.412.534 7	210,42	0,08	0,36
Sergipe	SE	21.689.010 20	10.409.669 22	(11.279.341) 16	(52,00)	0,38	0,27
Bahia	BA	169.065.491 10	170.288.267 7	1.222.776 12	0,72	2,93	4,36
SUDESTE		1.506.276.222	1.388.889.438	(117.386.784)	(7,79)	26,06	35,59
Minas Gerais	MG	337.965.244 6	208.117.736 6	(129.847.508) 21	(38,42)	5,85	5,33
Espírito Santo	ES	91.454.760 14	69.413.292 14	(22.041.469) 17	(24,10)	1,58	1,78
Rio de Janeiro	RJ	161.029.865 11	130.297.355 8	(30.732.509) 20	(19,08)	2,79	3,34
São Paulo	SP	915.826.353 3	981.061.055 1	65.234.702 2	7,12	15,85	25,14
SUL		624.806.098	258.951.549	(365.854.549)	(58,55)	10,81	6,64
Paraná	PR	314.369.288 7	113.478.364 10	(200.890.924) 24	(63,90)	5,44	2,91
Santa Catarina	SC	120.242.325 12	94.118.360 13	(26.123.965) 19	(21,73)	2,08	2,41
Rio Grande do Sul	RS	190.194.486 9	51.354.825 17	(138.839.661) 22	(73,00)	3,29	1,32
CENTRO-OESTE		1.447.341.215	651.553.498	(795.787.717)	(54,98)	25,04	16,70
Mato Grosso	MT	104.694.819 13	94.934.190 12	(9.760.628) 15	(9,32)	1,81	2,43
Mato Grosso do Sul	MS	24.031.912 19	20.745.234 20	(3.286.679) 13	(13,68)	0,42	0,53
Goiás	GO	937.695.687 2	431.181.828 3	(506.513.859) 26	(54,02)	16,22	11,05
Distrito Federal	DF	380.918.797 5	104.692.246 11	(276.226.551) 25	(72,52)	6,59	2,68
BRASIL		5.181.248.019	3.468.878.666	(1.712.369.353)	(33,05)	89,65	88,90
EXTERIOR	EX	598.370.873 4	433.322.238 2	(165.048.635) 23	(27,58)	10,35	11,10
TOTAL GERAL		5.779.618.892	3.902.200.904	(1.877.417.988)	(32,48)	100,00	100,00

Fonte: Sefaz-TO
Nota: NF-e (valor contábil das entradas e saídas de mercadorias, bens e/ou serviços no estabelecimento do contribuinte)

No mês de dezembro, o Tocantins registrou R$ 5,18 bi de entradas de mercadorias, bens e/ou serviços nos estabelecimentos dos contribuintes do Estado com

origem nas demais unidades federativas do Brasil, enquanto as saídas foram de R$ 3,47 bi, resultando em um saldo negativo de R$ 1,71 bi com o restante do país.

Em relação às mercadorias, bens e/ou serviços com origem no exterior, o valor das entradas no Tocantins foi R$ 598,37 mi e as saídas, R$ 433,32 mi, apresentando, assim, saldo negativo de R$ 165,05 mi.

Dessa forma, o saldo geral das entradas e saídas de mercadorias, bens e /ou serviços no Tocantins, considerando o Brasil e o exterior, foi negativo em R$ 1,88 bi.

Dentro do Brasil, a principal origem de mercadorias que entraram no Tocantins foi o Estado do Maranhão (R$ 948,71 mi), seguido por Goiás (R$ 937,70 mi) e São Paulo (R$ 915,83 mi), enquanto que o principal destino foi o Estado de São Paulo (R$ 981,06 mi), Goiás (R$ 431,18 mi) e Pará (R$ 346,10 mi). Os maiores saldos positivos foram com os estados do Pernambuco (R$ 67,84 mi), São Paulo (R$ 65,23 mi) e Pará (R$ 64,86 mi). Os piores saldos foram com os estados do Distrito Federal (R$ -276,23 mi), Goiás (R$ -506,51 mi) e Maranhão (R$ -617,51 mi).

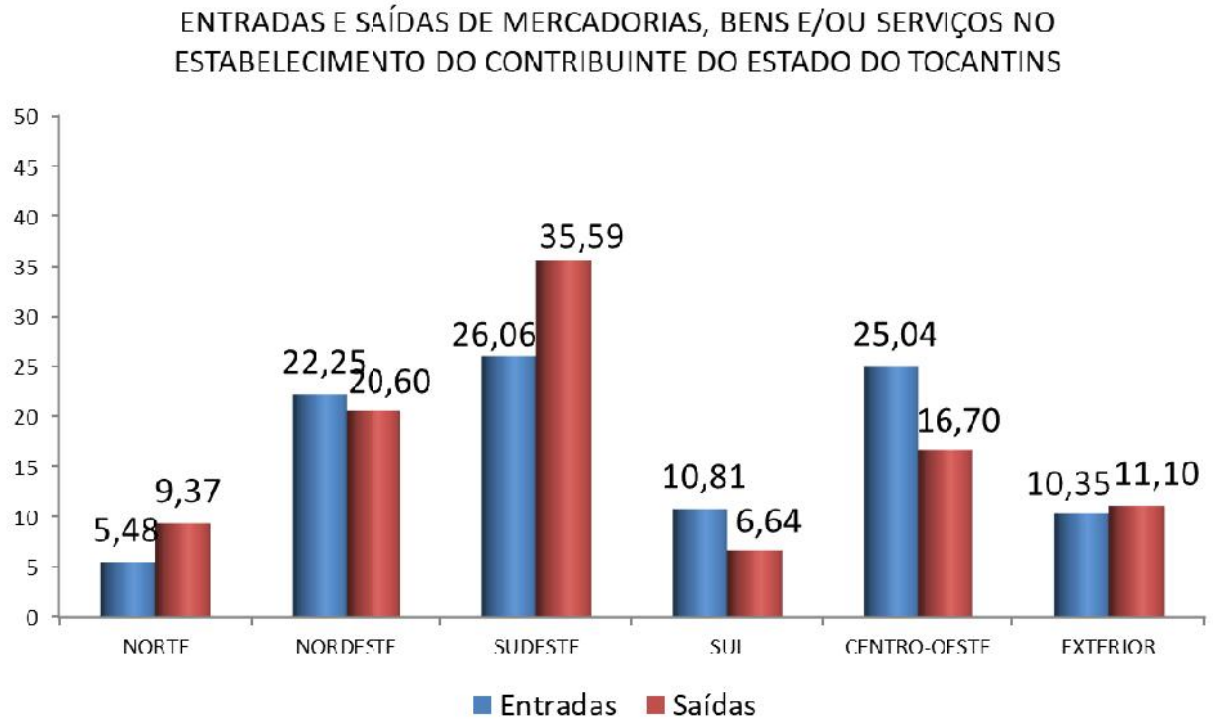


TABELA 13. BALANÇA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS – ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS, BENS E/OU SERVIÇOS NO ESTABELECIMENTO DO CONTRIBUINTE DO ESTADO DO TOCANTINS (UFs E EXTERIOR) – 2017-2021

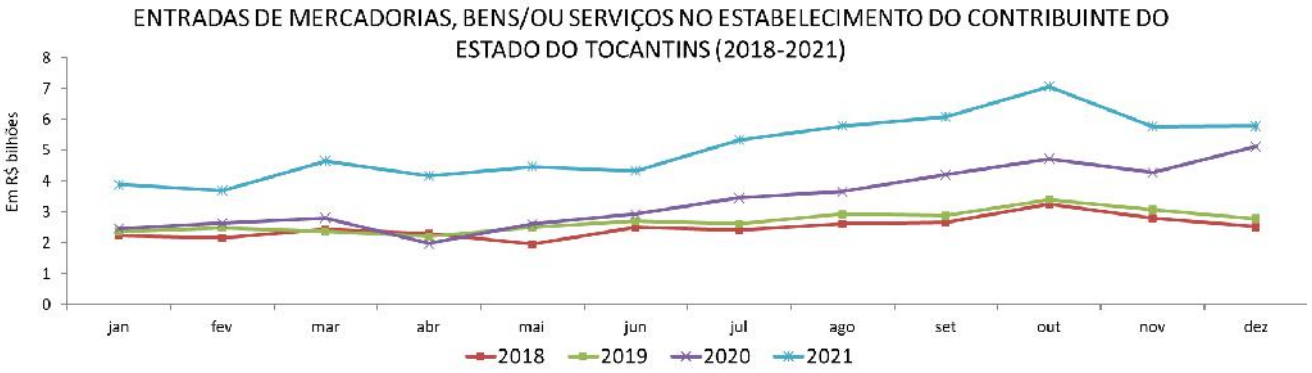
Em R$ bilhões

Mês	ENTRADAS										SAÍDAS										SALDO (Saídas - Entradas)			
					Var. %										Var. %									
					Nominal			Real							Nominal			Real						
	2018	2019	2020	2021	19/18	20/19	21/20	19/18	20/19	21/20	2018	2019	2020	2021	19/18	20/19	21/20	19/18	20/19	21/20	2018	2019	2020	2021
jan	2,24	2,37	2,46	3,89	5,83	3,96	57,90	1,98	-0,23	51,01	1,46	1,77	1,64	2,81	20,73	-7,24	71,47	16,33	-10,97	63,99	(0,78)	(0,60)	(0,82)	(1,08)
fev	2,15	2,48	2,63	3,69	15,41	5,82	40,51	11,09	1,75	33,57	1,29	1,83	1,82	2,54	41,94	-0,77	39,76	36,62	-4,59	32,86	(0,86)	(0,65)	(0,81)	(1,16)
mar	2,43	2,36	2,81	4,65	-2,94	19,01	65,32	-7,18	15,20	55,82	1,84	2,26	2,81	4,54	22,51	24,27	61,62	17,15	20,30	52,33	(0,59)	(0,10)	(0,00)	(0,11)
abr	2,29	2,20	1,97	4,17	-4,00	-10,47	111,64	-8,52	-12,56	98,24	2,22	2,21	2,65	4,83	-0,56	19,90	82,28	-5,24	17,09	70,74	(0,07)	0,01	0,68	0,66
mai	1,95	2,50	2,61	4,47	27,93	4,33	71,53	22,24	2,41	58,74	2,13	2,49	3,13	4,53	16,98	25,78	44,65	11,78	23,46	33,86	0,18	(0,01)	0,53	0,06
jun	2,50	2,70	2,93	4,34	8,01	8,53	47,93	4,49	6,27	36,53	2,21	2,23	2,77	4,12	0,95	24,04	49,01	-2,34	21,45	37,53	(0,29)	(0,47)	(0,17)	(0,22)
jul	2,41	2,61	3,46	5,33	8,55	32,41	54,25	5,16	29,43	41,52	2,30	2,27	2,78	4,61	-1,58	22,81	65,49	-4,65	20,05	51,83	(0,10)	(0,34)	(0,67)	(0,73)
ago	2,61	2,93	3,66	5,79	12,33	24,91	58,31	8,61	21,94	44,34	2,34	2,29	2,94	4,49	-2,06	28,08	52,94	-5,30	25,03	39,44	(0,27)	(0,64)	(0,72)	(1,30)
set	2,66	2,89	4,21	6,08	8,34	45,70	44,64	5,30	41,27	31,20	1,88	2,26	3,22	4,50	20,15	42,04	39,82	16,77	37,72	26,83	(0,78)	(0,62)	(0,99)	(1,59)
out	3,25	3,40	4,72	7,07	4,75	38,73	49,77	2,16	33,50	35,33	2,27	2,46	3,44	5,06	8,43	40,00	46,99	5,75	34,72	32,81	(0,98)	(0,94)	(1,27)	(2,00)
nov	2,79	3,08	4,28	5,77	10,24	38,93	34,94	6,75	33,19	21,86	1,92	2,17	2,93	4,43	13,26	34,86	51,20	9,67	29,29	36,54	(0,87)	(0,91)	(1,35)	(1,34)
dez	2,52	2,78	5,12	5,78	10,27	84,43	12,79	5,72	76,46	2,48	1,85	1,87	3,03	3,90	1,10	61,91	28,68	-3,08	54,92	16,92	(0,67)	(0,91)	(2,09)	(1,88)
TOTAL	29,81	32,31	40,86	61,04	8,37	26,47	49,40	4,52	22,23	37,80	23,73	26,12	33,16	50,36	10,08	26,95	51,90	6,19	22,93	40,13	(6,08)	(6,19)	(7,70)	(10,68)

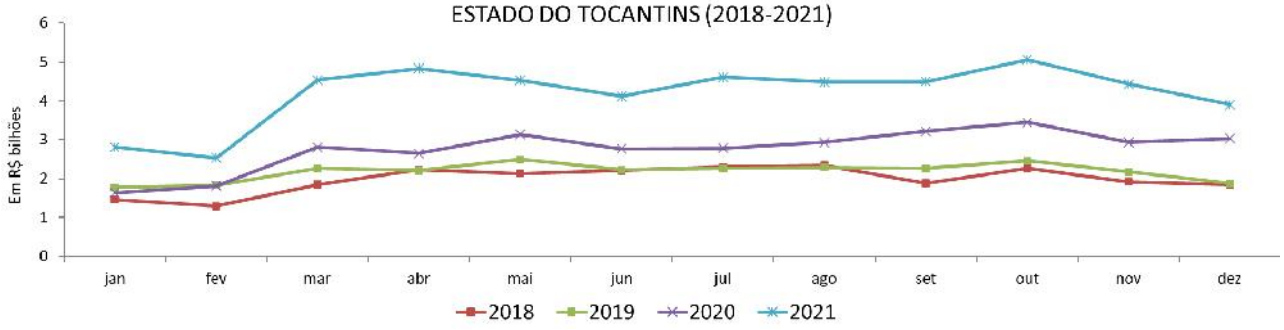
Fonte: Sefaz-TO
Notas: 1) NF-e (valor contábil das entradas e saídas de mercadorias, bens e/ou serviços no estabelecimento do contribuinte); 2) IPCA - (IBGE)

Observa-se, pelo histórico mensal, que no mês de dezembro de 2021 ocorreu um saldo negativo (R$ 1,88 bi) na relação entre as entradas e saídas de mercadorias, bens e/ou serviços do Tocantins. Desde 2018, foram observados apenas seis saldos positivos para o Estado do Tocantins. Na comparação de dezembro de 2021 com dezembro de 2020, a variação real do valor das entradas foi de 2,48%, enquanto que das saídas foi 16,92%.

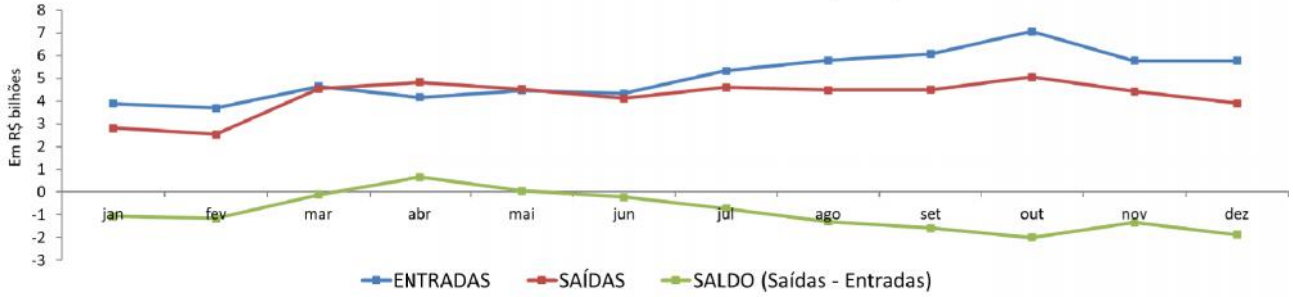
No acumulado de janeiro a dezembro de 2021, foi registrado saldo de R$ -10,68 bi, frente a um saldo de R$ -7,70 bi no mesmo período de 2020 e R$ -6,19 bi em 2019.



SAÍDAS DE MERCADORIAS, BENS/OU SERVIÇOS NO ESTABELECIMENTO DO CONTRIBUINTE DO ESTADO DO TOCANTINS (2018-2021)



SALDO (SAÍDAS - ENTRADAS) DE MERCADORIAS, BENS/OU SERVIÇOS NO ESTABELECIMENTO DO CONTRIBUINTE DO ESTADO DO TOCANTINS (2021)



IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

OFÍCIO/GABPRES Nº 0076/2022 **SGD: 2022/24839/001231**

Em 10 de Janeiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Tocantins
NESTA

Assunto: **Resposta ao OFÍCIO Nº 2730/2021/GASEC/SEFAZ.**

Em atendimento ao ofício 2730/2021/GASEC/SEFAZ, de 08/12/2021 encaminhamos a Vossa Senhoria as informações solicitadas.

Quanto ao relatório de controle de receitas serão enviados posteriormente através do setor de arrecadação deste Instituto, uma vez que o referido setor está concluindo as informações com base na competência de dezembro.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

Documento foi assinado digitalmente por SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA em 17/01/2022 11:39:03.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd-ati.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: 55F4DD9900EF66D5

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

MEMORANDO/Nº 3/2022/DINVEST SGD: 2022/24839/001221

Em 17 de janeiro de 2022.

De: Diretoria de Investimentos
Para: Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Assunto: **Resposta ao Ofício nº 4.003/2019/SEFAZ/GABSEC**

Senhor Gerente,

Em atendimento ao Ofício nº 2730/2020/SEFAZ/GABSEC de 08 de dezembro de 2021, SGD 2021/25009/061316, quanto aos itens referentes a Diretoria de Investimentos esclarecemos:

Ponto 1) Quanto a *Nota Explicativa, quando geradas perdas nos fundos de investimentos, fazendo constar se houve, possíveis responsabilidades pelas perdas*;

Esclarecemos que a contabilização de lucros e perdas só se dá na liquidação da posição na carteira, assim finalizamos este item informando que os fundos com posição total resgatada em 2021 apresentaram lucro.

Cabe ressaltar que na carteira do instituto existem fundos considerados temerários, esses porém, não tiveram resgate total, nem liquidação em 2021, permanecendo a marcação a mercado dos mesmos.

Ponto 2) Informações sobre o risco financeiro de investimentos e aplicações dos quais o Igeprev-TO detém o controle, para fins de elaboração de Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Prestação de Contas do Governo Estadual;

Relacionamos abaixo os principais riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações da carteira do Igeprev-TO, bem como suas definições e interações/controle:

1. Risco de mercado: É medido pela diferença entre o desempenho do investimento e outra referência, como a variação do CDI ou do Ibovespa, ou pela variabilidade do valor do investimento. Aqui estão envolvidos todos os

Documento foi assinado digitalmente por REYNALDO FERREIRA DE MELO em 17/01/2022 10:09:58.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: FD44E49500EF61D6.

investimentos, pois todos possuem preços e taxas que variam constantemente, o que também é conhecido como volatilidade.

Controle: *O Igeprev-TO utiliza como principal forma de minimização desse risco a diversificação das aplicações entre diferentes classes de investimentos, que além de diminuir as chances de perda, a estratégia tem o objetivo de maximizar o retorno, já que investimentos diferentes reagem de maneiras também diferentes aos estímulos e variações do mercado.*

2. Risco de liquidez: Liquidez é a facilidade ou dificuldade em vender um ativo da carteira do investidor. Possibilidade de não ser possível negociar um ativo rápido o suficiente para prevenir uma perda ou garantir um lucro, normalmente caracterizado em ativos com pouca negociação. Em momentos de crise, os investimentos de alta liquidez se saem melhor do que os de baixa.

Controle: *Os riscos de liquidez geralmente estão bem relacionados à duração do fundo. É importante fazer com que esse risco trabalhe a favor do investidor. Uma parte das suas aplicações deve ser direcionada para o longo prazo, para que seja possível aplicar em produtos de menor liquidez e se beneficiar do maior retorno que eles oferecem. O Igeprev-TO tem uma carteira diversificada possuindo fundos de curtíssimo e de longo prazo.*

3. Risco de crédito: É o risco que se corre de não haver pagamento de uma obrigação por parte da instituição contratada. Um exemplo típico é a empresa não honrar os pagamentos de uma debênture, que são títulos de dívida de longo prazo.

Controles: *Entre os principais mecanismos de proteção temos a diversificação, o fundo deve aplicar em diferentes empresas, diversificando seu portfólio e diminuindo as chances de perda, bem como a gestão por profissional especializado e com certificação, o que torna a chance da empresa falir bem menor. Além disso, O Igeprev-TO busca se atentar para a qualidade do emissor. A Política de investimento desta gestão não tem aplicado em títulos*

Documento foi assinado digitalmente por REYNALDO FERREIRA DE MELO em 17/01/2022 10:09:58.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: FD44E49500EF61D6.

privados, como as debêntures, mas busca acompanhar os que já estavam presentes na carteira. O principal ponto de controle desse risco é a aplicação em papéis de títulos públicos, que possuem um risco de crédito bem menor sendo considerados os ativos mais seguros que existem no mercado.

4. Risco operacional: Risco de haver uma falha ou até mesmo uma fraude no processo de operação, o que prejudica o investidor.

Controle: *No mercado de fundos de investimentos as operações são feitas com base em um tripé, no qual estão presentes gestão, custódia e administração. O gestor cuida da estratégia e é quem compra e vende os ativos, o custodiante é responsável pela liquidação física e financeira além da guarda e da administração de possíveis eventos com os ativos. Já o administrador, é quem cuida do funcionamento do fundo, controlando todos os envolvidos no processo. Esse tripé minimiza o citado risco uma vez que inibe fraudes, já que seria necessária a associação dos três participantes para a sua consecução. O Igeprev-TO busca acompanhar as Administradoras, Gestoras e Custodiastes dos Fundos de sua carteira, fazendo intervenções e trocando esses prestadores de serviço sempre que julga necessário.*

5. Risco legal: Está associado à legalização de contratos e cláusulas e esse risco costuma ser maior em cidades do interior e em comunidades fechadas do grande centro. Nesse caso, o investidor é atraído por alguém que oferece serviço de gestão com rendimentos superiores a produtos similares existentes no mercado.

Controle: *O Igeprev-TO adotou em sua Política de Investimento a aplicação em bancos de primeira linha.*

Em síntese, a carteira de Investimentos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS, está diversificada

Documento foi assinado digitalmente por REYNALDO FERREIRA DE MELO em 17/01/2022 10:09:58.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: FD44E49500EF61D6.

dentro das tendências de mercado, sendo que em sua maioria, cerca de 3 bilhões que corresponde a mais de 80% do patrimônio está em títulos públicos diretos e bancos de 1ª linha com liquidez, solidez e prazos de resgates curtos, portanto sendo considerados seguros. Já os fundos considerados por esta gestão como temerários, em que foram aplicados recursos sem as análises necessárias e fora dos limites e exigências da Resolução CMN nº 3.922/2010, não atendendo inclusive aos procedimentos previstos na Portaria nº 519/2011 e suas alterações, podem causar prejuízos irreversíveis ao Instituto, devido a sua não solidez e liquidez dos fundos em questão, estando mais suscetíveis aos riscos de liquidez e crédito.

Atenciosamente,

(Documento Assinado Eletronicamente)
Reynaldo Ferreira de Melo
Diretor de Investimentos

Documento foi assinado digitalmente por REYNALDO FERREIRA DE MELO em 17/01/2022 10:09:58.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: FD44E49500EF61D6.

AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ESTADO DO TOCANTNS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

ANO DE REFERÊNCIA – 2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIARIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	**108.118.170,25**	**280.548.717,19**	**167.597.389,62**
Receita de Contribuições dos Segurados	**27.824.036,94**	**49.509.434,10**	**53.513.957,96**
Civil	**27.513.474,21**	**43.654.867,71**	**49.111.611,06**
Ativo	27.479.759,31	43.612.137,36	49.027.602,81
Inativo			24.970,65
Pensionista	33.714,90	42.730,35	59.037,60
Militar	**310.562,73**	**5.854.566,39**	**4.402.346,90**
Ativo	300.184,85	5.772.932,33	4.315.526,22
Inativo			7.264,12
Pensionista	10.377,88	81.634,06	79.556,56
Receita de Contribuições Patronais	**32.983.406,61**	**35.374.078,94**	**48.609.759,30**
Civil	**32.983.406,61**	**35.374.078,94**	**26.003.322,75**
Ativo	32.983.406,61	35.374.078,94	26.003.322,75
Inativo			-
Pensionista			-
Militar	**-**		**536.496,93**
Ativo			536.496,93
Inativo			0
Pensionista			0
Em Regime de Parcelamento de Débitos			22.069.939,62
Receita Patrimonial	**40.935.649,46**	**191.522.495,25**	**61.895.898,34**
Receitas Imobiliárias	36.000,00	34.898,08	43.114,76
Receitas de Valores Mobiliários	36.716.565,01	191.487.597,17	61.852.783,58
Outras Receitas Patrimoniais	4.183.084,45		
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes	**6.375.077,24**	**4.142.708,90**	**3.577.774,02**
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	6.374.595,02	4.142.001,12	3.577.774,02
RPPSAportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1			
Demais Receitas Correntes	482,22	707,78	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III-II)	**108.118.170,25**	**280.548.717,19**	**167.597.389,62**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
ADMINISTRAÇÃO (V)	**-**	**-**	**-**
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA (VI)	**1.406.110,54**	**2.750.534,33**	**3.749.102,34**
Benefícios - Civil	**1.207.532,69**	**1.702.812,12**	**2.754.003,65**
Aposentadorias	52.717,20	150.924,14	697.518,68
Pensões	1.154.815,49	1.551.887,98	2.007.535,23
Outros Benefícios Previdenciários			48.949,74
Benefícios - Militar	**198.577,85**	**1.047.722,21**	**995.098,69**
Reformas	-	2.927,22	86.738,93
Pensões	198.577,85	1.044.794,99	908.359,76
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	**-**		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	**1.406.110,54**	**2.750.534,33**	**3.749.102,34**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV – VII)	**106.712.059,71**	**277.798.182,86**	**163.848.287,28**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2018	2019	2020
VALOR			

PREVISÃO RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2018	2019	2020
VALOR	569.692.075,00	140.798.818,00	216.148.428,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2018	2019	2020
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS	0		
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0		

BENS E DIREITOS DO RPPS	2018	2019	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.380.860,58	12.407.107,91	50.758.311,31
Investimentos e Aplicações	3.860.887.392,71	4.019.186.235,68	3.759.545.429,24
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	**2018**	**2019**	**2020**
RECEITAS CORRENTES (IX)	**514.410.190,06**	**755.094.190,24**	**963.719.106,46**
Receita de Contribuições dos Segurados	**192.479.028,94**	**430.385.707,34**	**423.581.271,40**
Civil	**155.207.499,32**	**330.973.205,04**	**332.112.903,70**
Ativo	132.214.652,05	307.335.009,19	297.257.940,92
Inativo	20.164.979,29	20.558.940,48	31.495.480,27
Pensionista	2.827.867,98	3.079.255,37	3.359.482,51
Militar	**37.271.529,62**	**99.412.502,30**	**91.468.367,70**
Ativo	16.164.476,89	73.858.236,94	55.538.701,05
Inativo	19.754.850,86	23.959.913,52	32.877.946,87
Pensionista	1.352.201,87	1.594.351,84	3.051.719,78
Receita de Contribuições Patronais	**264.062.974,46**	**322.259.429,13**	**539.311.199,11**
Civil	**263.167.620,54**	**322.224.746,66**	**532.411.704,58**
Ativo	263.167.620,54	322.224.746,66	532.411.704,58
Inativo			-
Pensionista			-
Militar	**895.353,92**	**34.682,47**	**6.899.494,53**
Ativo	895.353,92	34.682,47	6.899.494,53
Inativo			0
Pensionista			0
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial	**55.756.269,29**	**800.576,32**	**(282.320,18)**
Receitas Imobiliárias			-
Receitas de Valores Mobiliários		800.576,32	(282.320,18)
Outras Receitas Patrimoniais	55.756.269,29		-
Receita de Serviços	-		
Outras Receitas Correntes	**2.111.917,37**	**1.648.477,45**	**1.108.956,13**
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	358.890,99		-
Demais Receitas Correntes	1.753.026,38	1.648.477,45	1.108.956,13
RECEITAS DE CAPITAL (X)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XI) = (IX + X)	**514.410.190,06**	**755.094.190,24**	**963.719.106,46**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	**2018**	**2019**	**2020**
ADMINISTRAÇÃO (XII)	**17.309.038,69**	**11.916.714,80**	**13.688.876,88**
Despesas Correntes	16.566.874,00	11.904.920,83	13.328.716,90
Despesas de Capital	742.164,69	11.793,97	360.159,98
PREVIDÊNCIA (XIII)	**1.032.825.635,81**	**1.222.118.816,73**	**1.403.164.534,77**
Benefícios - Civil	**708.783.512,91**	**853.650.434,78**	**982.073.673,58**
Aposentadorias	634.855.831,92	771.864.988,51	896.510.233,06
Pensões	73.437.654,99	81.785.446,27	85.563.440,52
Outros Benefícios Previdenciários	490.026,00		
Benefícios - Militar	**324.042.122,90**	**368.468.381,95**	**419.341.971,60**
Reformas	295.276.627,80	336.094.028,32	384.090.432,50
Pensões	28.556.808,69	32.374.353,63	35.251.539,10
Outros Benefícios Previdenciários	208.686,41		
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	**1.748.889,59**
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		-	1.748.889,59
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	**1.050.134.674,50**	**1.234.035.531,53**	**1.416.853.411,65**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI – XIV) *	**- 535.724.484,44**	**- 478.941.341,29**	**- 453.134.305,19**
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	**2018**	**2019**	**2020**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

* O resultado previdenciário evidencia a ausência de repasses das contribuições no período, razão pela qual o resultado apresenta-se negativo.

ANEXO T - Projeção para Relatório de Metas Fiscais – CONSOLIDADO

LRF Art. 4°, § 2°, Inciso IV, Alínea a (R$ 1,00)
LRF Art 53, § 1°, inciso II (R$ 1,00)

(PLANO PREVIDENCIÁRIO + Plano Financeiro)

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2020	1.131.316.496,08	1.421.398.560,30	0,00	3.182.563.227,37
2021	1.363.958.562,78	2.143.828.342,78	(779.869.780,00)	2.402.693.447,37
2022	1.241.062.189,96	2.237.673.804,48	(996.611.614,52)	1.406.081.832,86
2023	1.111.644.947,08	2.329.313.785,87	(1.217.668.838,79)	188.412.994,07
2024	1.115.380.813,87	2.405.949.571,73	(1.290.568.757,86)	(1.102.155.763,79)
2025	1.118.183.499,12	2.477.713.184,87	(1.359.529.685,74)	(2.461.685.449,53)
2026	1.121.438.910,04	2.547.159.713,55	(1.425.720.803,51)	(3.887.406.253,04)
2027	1.122.225.727,14	2.647.621.617,47	(1.525.395.890,34)	(5.412.802.143,38)
2028	1.123.167.128,67	2.718.853.609,00	(1.595.686.480,33)	(7.008.488.623,71)
2029	1.124.101.823,67	2.776.714.452,83	(1.652.612.629,16)	(8.661.101.252,87)
2030	1.127.036.223,92	2.832.060.438,79	(1.705.024.214,87)	(10.366.125.467,74)
2031	1.127.288.883,58	2.922.888.930,86	(1.795.600.047,28)	(12.161.725.515,02)
2032	1.126.174.820,99	3.000.182.703,75	(1.874.007.882,76)	(14.035.733.397,78)
2033	1.128.290.305,98	3.038.677.607,71	(1.910.387.301,73)	(15.946.120.699,51)
2034	1.126.347.080,06	3.122.852.262,23	(1.996.505.182,17)	(17.942.625.881,67)
2035	1.124.195.774,51	3.192.213.354,25	(2.068.017.579,74)	(20.010.643.461,41)
2036	1.126.652.047,22	3.222.753.642,89	(2.096.101.595,67)	(22.106.745.057,08)
2037	1.041.373.050,91	3.240.507.266,22	(2.199.134.215,31)	(24.305.879.272,39)
2038	948.818.210,65	3.257.234.508,62	(2.308.416.297,97)	(26.614.295.570,36)
2039	940.217.227,37	3.265.201.979,28	(2.324.984.751,91)	(28.939.280.322,27)
2040	932.953.244,48	3.262.263.577,32	(2.329.310.332,83)	(31.268.590.655,10)
2041	925.480.535,49	3.252.756.904,59	(2.327.276.369,09)	(33.595.867.024,19)
2042	919.108.366,65	3.234.708.674,03	(2.315.600.307,38)	(35.911.467.331,57)
2043	913.706.254,30	3.207.661.837,32	(2.293.955.583,02)	(38.205.422.914,59)
2044	909.119.426,70	3.173.624.779,16	(2.264.505.352,46)	(40.469.928.267,05)
2045	905.048.507,00	3.133.045.114,68	(2.227.996.607,68)	(42.697.924.874,73)
2046	900.101.389,12	3.089.789.758,39	(2.189.688.369,27)	(44.887.613.244,00)
2047	896.447.386,07	3.038.769.008,96	(2.142.321.622,88)	(47.029.934.866,88)
2048	893.298.732,25	2.982.311.625,89	(2.089.012.893,64)	(49.118.947.760,52)
2049	890.275.030,71	2.922.180.127,90	(2.031.905.097,20)	(51.150.852.857,71)
2050	888.796.187,68	2.854.997.593,79	(1.966.201.406,11)	(53.117.054.263,83)
2051	888.253.091,02	2.783.576.790,83	(1.895.323.699,81)	(55.012.377.963,64)
2052	888.468.778,34	2.708.859.353,16	(1.820.390.574,82)	(56.832.768.538,46)
2053	889.202.112,46	2.632.023.660,86	(1.742.821.548,40)	(58.575.590.086,86)
2054	891.306.876,48	2.550.970.084,27	(1.659.663.207,79)	(60.235.253.294,65)
2055	894.724.134,54	2.466.668.532,18	(1.571.944.397,64)	(61.807.197.692,29)
2056	899.309.789,97	2.380.155.095,50	(1.480.845.305,53)	(63.288.042.997,82)
2057	905.118.053,80	2.291.635.840,02	(1.386.517.786,22)	(64.674.560.784,04)
2058	912.156.546,97	2.201.499.053,81	(1.289.342.506,84)	(65.963.903.290,89)
2059	920.479.292,03	2.109.958.749,16	(1.189.479.457,13)	(67.153.382.748,01)
2060	930.201.454,86	2.017.118.312,73	(1.086.916.857,87)	(68.240.299.605,89)
2061	941.448.676,84	1.923.139.086,03	(981.690.409,20)	(69.221.990.015,09)
2062	954.338.822,50	1.828.200.038,58	(873.861.216,07)	(70.095.851.231,16)
2063	969.010.931,45	1.732.516.724,99	(763.505.793,54)	(70.859.357.024,69)
2064	985.610.980,35	1.636.359.819,51	(650.748.839,16)	(71.510.105.863,85)

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2065	1.004.295.562,41	1.540.034.395,34	(535.738.832,93)	(72.045.844.696,78)
2066	1.025.228.708,09	1.443.883.122,17	(418.654.414,09)	(72.464.499.110,87)
2067	1.048.588.179,64	1.348.310.728,11	(299.722.548,47)	(72.764.221.659,34)
2068	1.074.558.130,00	1.253.744.492,66	(179.186.362,67)	(72.943.408.022,01)
2069	1.103.330.283,15	1.160.633.690,97	(57.303.407,82)	(73.000.711.429,83)
2070	1.135.107.379,12	1.069.413.954,26	65.693.424,86	(72.935.018.004,97)
2071	1.170.083.653,72	980.501.652,99	189.582.000,73	(72.745.436.004,25)
2072	1.208.456.555,69	894.296.652,39	314.159.903,29	(72.431.276.100,95)
2073	1.250.435.212,55	811.165.433,86	439.269.778,70	(71.992.006.322,26)
2074	1.296.228.269,84	731.433.496,98	564.794.772,86	(71.427.211.549,40)
2075	1.346.039.542,99	655.405.612,28	690.633.930,72	(70.736.577.618,68)
2076	1.400.085.879,56	583.361.629,88	816.724.249,68	(69.919.853.369,00)
2077	1.458.589.828,75	515.564.308,63	943.025.520,12	(68.976.827.848,87)
2078	1.521.776.907,92	452.234.204,92	1.069.542.703,00	(67.907.285.145,87)
2079	1.589.876.913,35	393.555.392,87	1.196.321.520,48	(66.710.963.625,39)
2080	1.663.122.552,93	339.647.459,09	1.323.475.093,84	(65.387.488.531,55)
2081	1.741.748.247,51	290.545.852,74	1.451.202.394,77	(63.936.286.136,78)
2082	1.825.990.681,54	246.210.779,25	1.579.779.902,29	(62.356.506.234,49)
2083	1.916.094.025,28	206.551.115,86	1.709.542.909,42	(60.646.963.325,07)
2084	2.012.308.976,99	171.419.767,35	1.840.889.209,64	(58.806.074.115,43)
2085	2.114.892.939,00	140.619.272,90	1.974.273.666,10	(56.831.800.449,33)
2086	2.224.113.085,03	113.925.612,78	2.110.187.472,25	(54.721.612.977,08)
2087	2.340.247.326,79	91.081.112,32	2.249.166.214,46	(52.472.446.762,61)
2088	2.463.585.504,15	71.791.128,01	2.391.794.376,13	(50.080.652.386,48)
2089	2.594.431.320,28	55.728.907,64	2.538.702.412,64	(47.541.949.973,84)
2090	2.733.105.640,61	42.555.364,90	2.690.550.275,71	(44.851.399.698,13)
2091	2.879.948.530,88	31.930.566,58	2.848.017.964,30	(42.003.381.733,83)
2092	3.035.321.344,66	23.519.619,47	3.011.801.725,19	(38.991.580.008,64)
2093	3.199.608.946,87	16.991.067,42	3.182.617.879,44	(35.808.962.129,19)
2094	3.373.222.585,82	12.028.597,61	3.361.193.988,21	(32.447.768.140,98)
2095	3.556.602.813,05	8.340.567,97	3.548.262.245,08	(28.899.505.895,91)

Notas:

Projeção atuarial elaborada em abril de 2021, com dados de dezembro de 2020.
Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

- Taxa de Juros Reais: 5,46% (cinco e quarenta e seis por cento);
- Tábua de Mortalidade de Válidos:
- Tábua de Mortalidade de Inválidos:
- Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;
- Crescimento Salarial: 1,50% a.a. (um e meio por cento);
- Crescimento dos benefícios: 0,00% a.a. (não utilizado);
- Rotatividade: 0,00% a.a. (não utilizada);
- Taxa de Administração: 2,00% (civis) / 0,00%(militar).
- Fator de Capacidade: 100,00%.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES CIVIS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2020 A 2095

RREO - ANEXO 10 (LRF Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alínea a (R$ 1,00) LRF Art 53, § 1º, inciso II (R$ 1,00)

PLANO FINANCEIRO				
ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) +
2020	963.719.106,46	1.417.649.457,96	0,00	28.095.643,97
2021	818.035.370,93	1.475.318.755,24	(657.283.384,30)	(629.187.740,33)
2022	683.894.031,00	1.536.733.415,60	(852.839.384,60)	(1.482.027.124,93)
2023	544.445.014,42	1.591.510.142,27	(1.047.065.127,85)	(2.529.092.252,78)
2024	530.826.056,88	1.643.277.521,90	(1.112.451.465,02)	(3.641.543.717,81)
2025	516.330.108,75	1.694.966.673,75	(1.178.636.565,00)	(4.820.180.282,81)
2026	501.696.894,21	1.744.510.966,50	(1.242.814.072,29)	(6.062.994.355,10)
2027	486.575.463,87	1.793.941.227,16	(1.307.365.763,29)	(7.370.360.118,39)
2028	471.741.707,90	1.840.388.588,27	(1.368.646.880,37)	(8.739.006.998,75)
2029	455.730.387,43	1.887.310.585,34	(1.431.580.197,91)	(10.170.587.196,67)
2030	442.673.741,00	1.921.276.891,43	(1.478.603.150,43)	(11.649.190.347,09)
2031	429.903.142,33	1.953.824.367,79	(1.523.921.225,45)	(13.173.111.572,55)
2032	415.238.506,71	1.990.329.001,39	(1.575.090.494,69)	(14.748.202.067,24)
2033	402.804.537,35	2.017.396.170,36	(1.614.591.633,01)	(16.362.793.700,24)
2034	389.655.708,54	2.044.879.926,98	(1.655.224.218,44)	(18.018.017.918,68)
2035	375.943.858,71	2.072.083.306,22	(1.696.139.447,52)	(19.714.157.366,20)
2036	366.543.606,13	2.083.054.137,32	(1.716.510.531,20)	(21.430.667.897,40)
2037	283.725.893,55	2.090.988.770,62	(1.807.262.877,08)	(23.237.930.774,47)
2038	196.040.884,71	2.092.181.881,23	(1.896.140.996,53)	(25.134.071.771,00)
2039	181.901.582,98	2.086.630.809,81	(1.904.729.226,82)	(27.038.800.997,82)
2040	168.958.739,71	2.075.545.594,30	(1.906.586.854,59)	(28.945.387.852,41)
2041	157.362.358,99	2.058.376.480,58	(1.901.014.121,59)	(30.846.401.974,00)
2042	147.642.391,33	2.034.152.059,84	(1.886.509.668,51)	(32.732.911.642,52)
2043	139.394.197,45	2.003.639.701,10	(1.864.245.503,65)	(34.597.157.146,17)
2044	133.250.766,21	1.965.401.956,84	(1.832.151.190,63)	(36.429.308.336,80)
2045	128.308.536,89	1.922.562.251,38	(1.794.253.714,49)	(38.223.562.051,29)
2046	123.599.736,31	1.877.802.678,38	(1.754.202.942,07)	(39.977.764.993,36)
2047	119.702.318,61	1.829.647.955,06	(1.709.945.636,45)	(41.687.710.629,81)
2048	116.398.213,01	1.778.755.796,80	(1.662.357.583,79)	(43.350.068.213,60)
2049	113.022.506,53	1.726.934.851,74	(1.613.912.345,21)	(44.963.980.558,81)
2050	109.906.312,96	1.673.332.036,56	(1.563.425.723,60)	(46.527.406.282,41)
2051	106.739.783,16	1.618.786.502,00	(1.512.046.718,84)	(48.039.453.001,26)
2052	103.548.813,78	1.563.239.906,03	(1.459.691.092,26)	(49.499.144.093,51)
2053	100.288.719,80	1.506.823.590,94	(1.406.534.871,14)	(50.905.678.964,66)
2054	96.953.410,57	1.449.560.360,35	(1.352.606.949,78)	(52.258.285.914,44)
2055	93.544.253,99	1.391.481.424,89	(1.297.937.170,90)	(53.556.223.085,33)
2056	90.055.002,43	1.332.613.282,54	(1.242.558.280,11)	(54.798.781.365,44)
2057	86.482.569,68	1.273.003.623,16	(1.186.521.053,49)	(55.985.302.418,93)
2058	82.824.293,26	1.212.709.232,81	(1.129.884.939,56)	(57.115.187.358,48)
2059	79.080.448,85	1.151.806.731,33	(1.072.726.282,49)	(58.187.913.640,97)
2060	75.256.281,80	1.090.403.230,97	(1.015.146.949,17)	(59.203.060.590,14)
2061	71.368.401,90	1.028.632.897,21	(957.264.495,31)	(60.160.325.085,45)
2062	67.414.624,43	966.663.336,63	(899.248.712,20)	(61.059.573.797,65)
2063	63.409.056,19	904.693.860,20	(841.284.804,01)	(61.900.858.601,66)
2064	59.365.686,80	842.959.206,58	(783.593.519,78)	(62.684.452.121,44)
2065	55.303.888,38	781.724.756,23	(726.420.867,85)	(63.410.872.989,29)
2066	51.244.580,24	721.286.083,18	(670.041.502,94)	(64.080.914.492,23)
2067	47.214.684,84	661.975.924,82	(614.761.239,98)	(64.695.675.732,21)

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2068	43.243.324,04	604.140.791,24	(560.897.467,21)	(65.256.573.199,42)
2069	39.360.687,31	548.130.015,98	(508.769.328,67)	(65.765.342.528,08)
2070	35.599.293,22	494.247.557,22	(458.648.264,01)	(66.223.990.792,09)
2071	31.978.627,78	442.758.287,71	(410.779.659,93)	(66.634.770.452,03)
2072	28.516.279,86	393.897.029,24	(365.380.749,38)	(67.000.151.201,41)
2073	25.232.784,53	347.866.983,90	(322.634.199,37)	(67.322.785.400,77)
2074	22.143.462,16	304.815.550,13	(282.672.087,97)	(67.605.457.488,75)
2075	19.259.943,14	264.840.618,50	(245.580.675,36)	(67.851.038.164,11)
2076	16.590.615,97	227.999.378,47	(211.408.762,50)	(68.062.446.926,61)
2077	14.142.047,06	194.323.419,10	(180.181.372,03)	(68.242.628.298,64)
2078	11.918.040,88	163.819.478,98	(151.901.438,09)	(68.394.529.736,74)
2079	9.920.690,19	136.471.059,31	(126.550.369,12)	(68.521.080.105,86)
2080	8.148.134,04	112.225.471,06	(104.077.337,02)	(68.625.157.442,88)
2081	6.595.708,84	90.994.505,72	(84.398.796,88)	(68.709.556.239,75)
2082	5.255.481,06	72.659.254,51	(67.403.773,45)	(68.776.960.013,21)
2083	4.117.424,99	57.067.315,80	(52.949.890,82)	(68.829.909.904,02)
2084	3.167.327,21	44.022.724,28	(40.855.397,07)	(68.870.765.301,09)
2085	2.388.131,32	33.299.621,85	(30.911.490,54)	(68.901.676.791,63)
2086	1.761.166,99	24.655.310,70	(22.894.143,71)	(68.924.570.935,34)
2087	1.267.259,51	17.836.884,53	(16.569.625,03)	(68.941.140.560,37)
2088	887.958,74	12.591.850,56	(11.703.891,81)	(68.952.844.452,18)
2089	604.765,76	8.663.989,70	(8.059.223,94)	(68.960.903.676,12)
2090	399.439,16	5.802.059,71	(5.402.620,55)	(68.966.306.296,67)
2091	255.172,58	3.776.798,39	(3.521.625,80)	(68.969.827.922,47)
2092	157.247,92	2.388.853,15	(2.231.605,22)	(68.972.059.527,70)
2093	93.171,30	1.469.991,30	(1.376.820,00)	(68.973.436.347,70)
2094	52.914,80	884.905,89	(831.991,09)	(68.974.268.338,79)
2095	28.763,97	528.129,12	(499.365,15)	(68.974.767.703,95)

Notas:

Projeção atuarial elaborada em julho de 2021, com dados de dezembro de 2020.

Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

- Taxa de Juros Reais: 5,46% (cinco e quarenta e seis por cento);
- Tábua de Mortalidade de Válidos: IBGE 2019 (homens e mulheres)
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: IBGE 2019 (homens e mulheres)
- Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;
- Crescimento Salarial: 1,50% a.a. (um e meio por cento);
- Crescimento dos benefícios: 0,00% a.a. (não utilizado);
- Rotatividade: 0,00% a.a. (não utilizada);
- Taxa de Administração: 2,00% (dois por cento).
- Fator de Capacidade: 100,00%.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Projeção para Relatório de Metas Fiscais - Plano Financeiro -MILITARES

LRF Art. 4º, fi 2º, Inciso IV, Alínea a (RS 1,00)

LRF Art 53, fi 1°, **inciso II (R$ 1,00)**

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	**Valor** (d) = (d Exerc. **Anterior) + ©**
2020				
2021	62.603.724,35	607.729.471,78	(545.125.747,44)	(545.125.747,44)
2022	62.395.952,30	606.461.652,93	(544.065.700,64)	(1.089.191.448,07)
2023	61.313.089,54	621.210.679,81	(559.897.590,27)	(1.649.089.038,34)
2024	61.015.898,61	619.162.535,97	(558.146.637,36)	(2.207.235.675,70)
2025	60.861.343,01	613.753.057,49	(552.891.714,49)	(2.760.127.390,19)
2026	60.329.422,40	614.453.112,05	(554.123.689,65)	(3.314.251.079,84)
2027	57.888.211,14	646.875.382,47	(588.987.171,34)	(3.903.238.251,17)
2028	57.288.816,85	645.670.002, 78	(588.381.185,93)	(4.491.619.437,10)
2029	56.942.139,89	638.313.054,94	(581.370.915,05)	(5.072.990.352,16)
2030	56.152.035,01	638.786.751,99	(582.634.716,99)	(5.655.625.069,14)
2031	53.206.431,81	674.753.083,20	(621.546.651,39)	(6.277.171.720,53)
2032	50.946.661,05	696.604.076,57	(645.657.415,52)	(6.922.829.136,05)
2033	50.378.410,16	687.103.131,86	(636.724.721,70)	(7.559.553.857,75)
2034	46.936.047,75	723.689.631,55	(676.753.583,80)	(8.236.307.441,55)
2035	44.017.826,18	747.097.650,27	(703.079.824,09)	(8.939.387.265,64)
2036	42.611.995, 17	746.142.100,51	(703.530.105,35)	(9.642.917.370,98)
2037	41.857.114,30	734.381.777,33	(692.524.663,03)	(10.335.442.034,01)
2038	40.594.036,95	731.424.630,50	(690.830.593,54)	(11.026.272.627,55)
2039	39.657.500,60	720.920.644,72	(681.263.144,12)	(1 1.707.535.771,67)
2040	38.748.922,84	709.890.539,92	(671.141.617,08)	(12.378.677.388,76)
2041	37.899.849,32	696.881.490,71	(658.981.641,39)	(13.037.659.030,14)
2042	37.046.312,41	683.388.731,90	(646.342.419,49)	(13.684.001.449,63)
2043	36.186.276,40	669.675.785,44	(633.489.509,05)	(14.317.490.958,68)
2044	35.317.657,15	655.701.579,46	(620.383.922,31)	(14.937.874.880,99)
2045	34.444.160,66	641.506.985,64	(607.062.824,98)	(15.544.937.705,97)
2046	33.568.868,28	627.123.953,88	(593.555.085,60)	(16.138.492.791,57)
2047	32.694.701,16	612.586.279,20	(579.891.578,03)	(16.718.384.369,61)
2048	31.825.019,40	597.930.292,68	(566.105.273,28)	(17.284.489.642,89)
2049	30.962.296,13	583.182.913,42	(552.220.617,29)	(17.836.710.260,18)
2050	30.108.531,20	568.365.001,09	538.256.469,89)	(18.374.966.730,07)
2051	29.265.184,77	553.490.377,07	(524.225.192,30)	(18.899.191.922,37)
2052	28.433.034,94	538.563.622,39	(510.130.587,45)	(19.409.322.509,82)
2053	27.611.793,15	523.578.352,88	(495.966.559,73)	(19.905.289.069,55)
2054	26.800.289,10	508.519.964,47	(481.719.675,37)	(20.387.008.744,91)
2055	25.997.943,70	493.375.359,95	(467.377.416,26)	(20.854.386.161,17)
2056	25.202.975,01	478.121.754,30	(452.918.779,29)	(21.307.304.940,46)
2057	24.413.772,18	462.743.308,83	(438.329.536,65)	(21.745.634.477,11)
2058	23.628.654,85	447.220.658,52	(423.592.003,67)	(22.169.226.480,78)
2059	22.844.827,07	431.531.625,79	(408.686.798,72)	(22.577.913.279,50)
2060	22.060.361,12	415.655.029,77	(393.594.668,65)	(22.971.507.948,15)
2061	21.272.481,57	399.570.365,19	(378.297.883,62)	(23.349.805.831,77)
2062	20.478.263,73	383.259.100,55	(362.780.836,82)	(23.712.586.668,59)
2063	19.675.072,61	366.706.750,82	(347.031.678,21)	(24.059.618.346,80)
2064	18.860.503,98	349.906.311,32	(331.045.807,34)	(24.390.664.154,14)
2065	18.032.196,41	332.854.392,10	(314.822.195,69)	(24.705.486.349,83)
2066	17.187.943,40	315.553.782,68	(298.365.839,28)	(25.003.852.189,11)
2067	16.325.920.08	298.013.785,06	(281.687.864,98)	(25.285.540.054,09)

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	**Valor** (d) = (d Exerc. **Anterior) + ©**
2068	15.444.853,25	280.251.219,07	(264.806.365,82)	(25.550.346.419,91)
2069	14.544.056,51	262.295.979,51	(247.751.923,00)	(25.798.098.342,91)
2070	13.624.551,04	244.196.719,56	(230.572.168,52)	(26.028.670.511,44)
2071	12.688.705,76	226.022.408,37	(213.333.702,61)	(26.242.004.214,05)
2072	11.740.516,87	207.860.962,87	(196.120.446,00)	(26.438.124.660,05)
2073	10.785.280,55	189.818.903,19	(179.033.622,65)	(26.617.158.282,70)
2074	9.830.198,41	172.019.254,06	(162.189.055,65)	(26.779.347.338,35)
2075	8.884.131,20	154.608.041,20	(145.723.910,00)	(26.925.071.248,35)
2076	7.957.338,54	137.744.692,49	(129.787.353,95)	(27.054.858.602,30)
2077	7.060.895,84	121.594.860,27	(114.533.964,43)	(27.169.392.566,73)
2078	6.205.132,38	106.309.702,94	(100.104.570,56)	(27.269.497.137,29)
2079	5.399.266,02	92.021.003,28	(86.621.737,26)	(27.356.118.874,54)
2080	4.650.322,65	78.827.097,39	(74.176.774,74)	(27.430.295.649,29)
2081	3.962.298,99	66.782.037,28	(62.819.738,29)	(27.493.115.387,57)
2082	3.336.500,84	55.901.176,30	(52.564.675,46)	(27.545.680.063,03)
2083	2.772.698,60	46.174.322,66	(43.401.624,06)	(27.589.081.687,10)
2084	2.270.192,10	37.576.034,75	(35.305.842,65)	(27.624.387.529,74)
2085	1.827.210,24	30.064.003,72	(28.236.793,48)	(27.652.624.323,22)
2086	1.442.227,03	23.594.116,79	(22.151.889,76)	(27.674.776.212,98)
2087	1.113.403,10	18.115.544,14	(17.002.141,04)	(27.691.778.354,02)
2088	837.816,45	13.562.385,38	(12.724.568,93)	(27.704.502.922,96)
2089	611.833,64	9.859.936,79	(9.248.103,15)	(27.713.751.026,11)
2090	431.461,91	6.927.900,84	(6.496.438,93)	(27.720.247.465,04)
2091	292.199,49	4.679.517,64	(4.387.318,15)	(27.724.634.783,19)
2092	188.960,77	3.021.868,83	(2.832.908,07)	(27.727.467.691,26)
2093	115.933,74	1.854.048,54	(1.738.114,80)	(27.729.205.806,05)
2094	66.954,36	1.073.027,85	(1.006.073,49)	(27.730.211.879,54)
2095	36.131,74	582.569,55	(546.437,81)	(27.730.758.317,35)

Notas:

Projeção atuarial elaborada em julho de 2021, com dados de dezembro de 2020.
Este **demonstrativo utiliza** as seguintes hipóteses:

- Taxa de Juros Reais: 5,46% (cinco e quarenta e seis por cento);
- Tãbua de Mortalidade de Válidos: IBGE 2019 (homens e mulheres)
- Tábua de Mortalidade de inválidos : IBGE 2019 (homens e mulheres)
- Tãbua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;
- Crescimento Salarial: 1,5O% a.a. (um e meio por cento);
- Crescimento dos benefícios: 0,00% a.a. (não utilizado):
- Rotatividade: 0,00% a.a. (nÕo utilizada);
- Taxa de Administração: 2,O0% (dois por cento).

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES CIVIS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2020 A 2095

LRF Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alínea a (R$ 1,00) LRF Art 53, § 1º, inciso II (R$ 1,00)

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2020	167.597.389,62	3.749.102,34	0,00	3.154.467.583,40
2021	483.319.467,50	60.780.115,76	422.539.351,74	3.577.006.935,14
2022	494.772.206,67	94.478.735,94	400.293.470,72	3.977.300.405,86
2023	505.886.843,12	116.592.963,79	389.293.879,33	4.366.594.285,19
2024	523.538.858,39	143.509.513,86	380.029.344,52	4.746.623.629,72
2025	540.992.047,37	168.993.453,63	371.998.593,74	5.118.622.223,46
2026	559.412.593,43	188.195.635,00	371.216.958,43	5.489.839.181,89
2027	577.762.052,13	206.805.007,84	370.957.044,29	5.860.796.226,18
2028	594.136.603,91	232.795.017,96	361.341.585,96	6.222.137.812,14
2029	611.429.296,35	251.090.812,54	360.338.483,81	6.582.476.295,95
2030	628.210.447,92	271.996.795,37	356.213.652,54	6.938.689.948,49
2031	644.179.309,44	294.311.479,88	349.867.829,56	7.288.557.778,06
2032	659.989.653,24	313.249.625,79	346.740.027,45	7.635.297.805,51
2033	675.107.358,47	334.178.305,49	340.929.052,98	7.976.226.858,49
2034	689.755.323,77	354.282.703,70	335.472.620,07	8.311.699.478,56
2035	704.234.089,62	373.032.397,76	331.201.691,87	8.642.901.170,43
2036	717.496.445,92	393.557.405,06	323.939.040,87	8.966.840.211,29
2037	715.790.043,06	415.136.718,26	300.653.324,80	9.267.493.536,09
2038	712.183.288,99	433.627.996,89	278.555.292,11	9.546.048.828,20
2039	718.658.143,79	457.650.524,76	261.007.619,03	9.807.056.447,23
2040	725.245.581,94	476.827.443,09	248.418.138,84	10.055.474.586,07
2041	730.218.327,18	497.498.933,30	232.719.393,88	10.288.193.979,95
2042	734.419.662,92	517.167.882,29	217.251.780,62	10.505.445.760,58
2043	738.125.780,46	534.346.350,78	203.779.429,68	10.709.225.190,25
2044	740.551.003,34	552.521.242,86	188.029.760,48	10.897.254.950,74
2045	742.295.809,45	568.975.877,66	173.319.931,79	11.070.574.882,53
2046	742.932.784,53	584.863.126,12	158.069.658,40	11.228.644.540,93
2047	744.050.366,30	596.534.774,70	147.515.591,60	11.376.160.132,53
2048	745.075.499,85	605.625.536,41	139.449.963,44	11.515.610.095,97
2049	746.290.228,04	612.062.362,74	134.227.865,30	11.649.837.961,27
2050	748.781.343,52	613.300.556,14	135.480.787,38	11.785.318.748,65
2051	752.248.123,09	611.299.911,76	140.948.211,33	11.926.266.959,99
2052	756.486.929,63	607.055.824,73	149.431.104,89	12.075.698.064,88
2053	761.301.599,50	601.621.717,03	159.679.882,47	12.235.377.947,35
2054	767.553.176,82	592.889.759,46	174.663.417,36	12.410.041.364,70
2055	775.181.936,86	581.811.747,34	193.370.189,51	12.603.411.554,22
2056	784.051.812,53	569.420.058,67	214.631.753,86	12.818.043.308,08
2057	794.221.711,94	555.888.908,03	238.332.803,92	13.056.376.111,99
2058	805.703.598,86	541.569.162,48	264.134.436,38	13.320.510.548,38
2059	818.554.016,12	526.620.392,03	291.933.624,08	13.612.444.172,46
2060	832.884.811,94	511.060.051,99	321.824.759,95	13.934.268.932,41
2061	848.807.793,37	494.935.823,64	353.871.969,73	14.288.140.902,14
2062	866.445.934,34	478.277.601,39	388.168.332,95	14.676.309.235,08
2063	885.926.802,65	461.116.113,97	424.810.688,68	15.101.119.923,77
2064	907.384.789,56	443.494.301,60	463.890.487,96	15.565.010.411,73
2065	930.959.477,61	425.455.247,00	505.504.230,61	16.070.514.642,33
2066	956.796.184,45	407.043.256,31	549.752.928,13	16.620.267.570,47

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2067	985.047.574,72	388.321.018,23	596.726.556,49	17.216.994.126,96
2068	1.015.869.952,71	369.352.482,35	646.517.470,36	17.863.511.597,32
2069	1.049.425.539,33	350.207.695,48	699.217.843,85	18.562.729.441,17
2070	1.085.883.534,87	330.969.677,48	754.913.857,39	19.317.643.298,56
2071	1.125.416.320,18	311.720.956,91	813.695.363,27	20.131.338.661,83
2072	1.168.199.758,96	292.538.660,29	875.661.098,68	21.006.999.760,51
2073	1.214.417.147,48	273.479.546,77	940.937.600,71	21.947.937.361,21
2074	1.264.254.609,27	254.598.692,78	1.009.655.916,49	22.957.593.277,70
2075	1.317.895.468,65	235.956.952,58	1.081.938.516,08	24.039.531.793,78
2076	1.375.537.925,05	217.617.558,91	1.157.920.366,13	25.197.452.159,91
2077	1.437.386.885,85	199.646.029,26	1.237.740.856,59	26.435.193.016,50
2078	1.503.653.734,66	182.105.023,00	1.321.548.711,65	27.756.741.728,15
2079	1.574.556.957,14	165.063.330,27	1.409.493.626,86	29.166.235.355,01
2080	1.650.324.096,24	148.594.890,64	1.501.729.205,60	30.667.964.560,61
2081	1.731.190.239,67	132.769.309,73	1.598.420.929,94	32.266.385.490,55
2082	1.817.398.699,64	117.650.348,44	1.699.748.351,20	33.966.133.841,75
2083	1.909.203.901,70	103.309.477,40	1.805.894.424,30	35.772.028.266,05
2084	2.006.871.457,69	89.821.008,33	1.917.050.449,36	37.689.078.715,41
2085	2.110.677.597,44	77.255.647,33	2.033.421.950,12	39.722.500.665,53
2086	2.220.909.691,01	65.676.185,29	2.155.233.505,72	41.877.734.171,25
2087	2.337.866.664,18	55.128.683,65	2.282.737.980,53	44.160.472.151,78
2088	2.461.859.728,95	45.636.892,07	2.416.222.836,88	46.576.694.988,65
2089	2.593.214.720,88	37.204.981,15	2.556.009.739,73	49.132.704.728,39
2090	2.732.274.739,54	29.825.404,35	2.702.449.335,18	51.835.154.063,57
2091	2.879.401.158,81	23.474.250,55	2.855.926.908,26	54.691.080.971,83
2092	3.034.975.135,98	18.108.897,49	3.016.866.238,49	57.707.947.210,31
2093	3.199.399.841,83	13.667.027,58	3.185.732.814,24	60.893.680.024,56
2094	3.373.102.716,66	10.070.663,86	3.363.032.052,79	64.256.712.077,35
2095	3.556.537.917,34	7.229.869,30	3.549.308.048,04	67.806.020.125,39

Notas:

Projeção atuarial elaborada em julho de 2021, com dados de dezembro de 2020.

Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

- Taxa de Juros Reais: 5,46% (cinco e quarenta e seis por cento);
- Tábua de Mortalidade de Válidos: IBGE 2019 (homens e mulheres)
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: IBGE 2019 (homens e mulheres)
- Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;
- Crescimento Salarial: 1,50% a.a. (um e meio por cento);
- Crescimento dos benefícios: 0,00% a.a. (não utilizado);
- Rotatividade: 0,00% a.a. (não utilizada);
- Taxa de Administração: 2,00% (dois por cento).
- Fator de Capacidade: 100,00%.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Projeção para Relatório de Metas Fiscais - Plano Previdenciário

MILITARES

LRF Art. 4º, fi 2º, Inciso IV. Alínea a (RS 1,00)

LRF Art 53. 9 1°, inciso II (R$ 1,00)

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	**RESULTADO** PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2020	0	0	0	0
2021	3.682.087,64	236.012,22	3.446.075,42	3.446.075,42
2022	3.914.548,90	281.5B3,17	3.632.965,73	7.079.041,15
2023	4.157.383,63	327.118,29	3.830.265,34	10.909.306,49
2024	4.411.096,68	373.002,32	4.038.094,36	14.947.400,85
2025	4.676.199,14	419.553,25	4.256.645,90	19.204.046,75
2026	4.953.192,29	466.054,33	4.487.137,96	23.691.184,71
2027	5.242.636,99	514.627,53	4.728.009,46	28.419.194,17
2028	5.538.628,64	631.948,24	4.906.680,40	33.325.874,57
2029	5.850.317,81	683.573,53	5.166.744,27	38.492.618,84
2030	6.175.722,70	737.398,20	5.438.324,50	43.930.943,35
2031	6.495.727,82	1.000.406,26	5.495.321,56	49.426.264,90
2032	6.817.452,47	1.269.284,69	5.548.167,78	54.974.432,68
2033	7.160.898,40	1.329.129,55	5.831.768,85	60.806.201,53
2034	7.478.090,21	1.821.175,17	5.656.915,03	66.463.116,56
2035	7.810.861,59	2.030.664,84	5.780.196,75	72.243.313,31
2036	8.148.857,13	2.241.511,96	5.907.345,17	78.150.658,48
2037	8.505.530,70	2.312.640,85	6.192.889,85	84.343.548,33
2038	8.848.599,71	2.681.820,60	6.166.779,11	90.510.327,44
2039	9.180.959,86	3.133.557,54	6.047.402,32	96.557.729,76
2040	9.456.568,65	4.122.447,24	5.334.121,41	101.891.851,17
2041	9.704.089,82	4.963.297,97	4.740.791,85	106.632.643,02
2042	9.684.227,83	8.491.434,02	1.192.793,81	107.825.436,83
2043	8.336.732,32	25.403.313,96	(17.066.581,64)	90.758.855,19
2044	6.114.154,78	40.786.473,15	(34.672.318,37)	56.086.536,82
2045	4.195.996,71	40.656.042,75	(36.460.046,03)	19.626.490,79
2046	1.951.536,51	43.302.182,42	(41.350.645,91)	(21.724.155,12)
2047	870.900,05	42.850.611,67	(41.979.711,62)	(63.703.866,74)
2048	861.288,23	42.369.936,99	(41.508.648,76)	(105.212.515,51)
2049	851.102,77	41.858.948,30	(41.007.845,53)	(146.220.361,04)
2050	840.300,06	41.315.928,61	(40.475.628,54)	(186.695.989,58)
2051	828.847,23	40.738.996,22	(39.910.148,99)	(226.606.138,58)
2052	816.690,16	40.126.069,85	(39.309.379,69)	(265.915.518,26)
2053	803.820,08	39.475.193,53	(38.671.373,45)	(304.586.891,71)
2054	790.167,28	38.784.080,41	(37.993.913,13)	(342.580.804,84)
2055	775.708,37	38.050.487,40	(37.274.779,04)	(379.855.583,88)
2056	760.391,50	37.272.055,62	(36.511.664,12)	(416.367.248,00)
2057	744.178,34	36.446.658,71	(35.702.480,37)	(452.069.728,37)
2058	727.035,68	35.572.488,86	(34.845.453,19)	(486.915.181,55)
2059	708.951,64	34.648.378,50	(33.939.426,85)	(520.854.608,41)
2060	689.887,17	33.673.139,07	(32.983.251,90)	(553.837.860,31)
2061	669.842, 14	32.646.165,21	(31.976.323,07)	(585.814.183,37)
2062	648.804,27	31.567.403,08	(30.918.598,81)	(616.732.782,19)
2063	626.814,92	30.438.443,95	(29.811.629,03)	(646.544.411,21)
2064	603.914,79	29.261.802,10	(28.657.887,31)	(675.202.298,52)
2065	580.159,26	28.040.812,12	(27.460.652,86)	(702.662.951,39)

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	**RESULTADO** PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2066	555.631,96	26.779.770,57	(26.224.138,61)	(728.887.089,99)
2067	530.421,78	25.484.320,98	(24.953.899,20)	(753.840.989,19)
2068	504.665,84	24.161.026,76	(23.656.360,93)	(777.497.350,12)
2069	478.480,71	22.816.691,14	(22.338.210,43)	(799.835.560,55)
2070	451.988,49	21.458.067,31	(21.006.078,81)	(820.841.639,36)
2071	425.299,50	20.091.984,73	(19.666.685,24)	(840.508.324,59)
2072	398.564,70	18.725.824,78	(18.327.260,08)	(858.835.584,67)
2073	371.905,00	17.367.141,61	(16.995.236,61)	(875.830.821,28)
2074	345.459,67	16.023.374,28	(15.677.914,61)	(891.508.735,89)
2075	319.352,92	14.701.849,42	(14.382.496,49)	(905.891.232,38)
2076	293.713,78	13.409.730,26	(13.116.016,48)	(919.007.248,86)
2077	268.649,94	12.153.342,90	(11.884.692,95)	(930.891.941,82)
2078	244.269,18	10.938.786,80	(10.694.517,62)	(941.586.459,43)
2079	220.677,08	9.772.011,79	(9.551.334,71)	(951.137.794,14)
2080	197.972,46	8.658.587,40	(8.460.614,94)	(959.598.409,08)
2081	176.255,13	7.603.852,15	(7.427.597,03)	(967.026.006,10)
2082	155.618,31	6.612.742,94	(6.457.124,63)	(973.483.130,74)
2083	136.154,19	5.689.787,14	(5.553.632,95)	(979.036.763,68)
2084	117.950,00	4.838.972,03	(4.721.022,04)	(983.757.785,72)
2085	101.085,13	4.063.648,62	(3.962.563,49)	(987.720.349,21)
2086	85.628,61	3.366.247,20	(3.280.618,60)	(991.000.967,81)
2087	71.627,52	2.747.883,18	(2.676.255,67)	(993.677.223,48)
2088	59.108,55	2.208.005,91	(2.148.897,36)	(995.826.120,84)
2089	48.069,63	1.744.336,86	(1.696.267,23)	(997.522.388,07)
2090	38.481,56	1.353.168,46	(1.314.686,91)	(998.837.074,97)
2091	30.287,14	1.029.391,75	(999.104,61)	(999.836.179,59)
2092	23.399,45	766.545,88	(743.146,43)	(1.000.579.326,01)
2093	17.710,11	557.343,65	(539.633,55)	(1.001.118.959,56)
2094	13.101,77	394.455,14	(381.353,37)	(1.001.500.312,93)
2095	9.455,06	270.980,20	(261.525,14)	(1.001.761.838,07)

Notas:

Projeção atuarial elaborada em julho de 2021, com dados de dezembro de 2020.
Este **demonstrativo utiliza** as seguintes hipóteses:

- Taxa de Juros Reais: 5,46%á (cinco e quarenta e seis por cento);
- Tãbua de Mortalidade de Válidos: IBGE 2019 (homens e mulheres)
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: IBGE 2019 (homens e mulheres)
- Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;
- Crescimento Salarial: 1,50% a.a. (um e meio por cento);
- Crescimento dos benefícios: 0,00% a.a. (não utilizado);
- Rotatividade: 0,00% a.a. (n4o utilizada);
- Taxa de Administração: 2,00% (dois por cento).
- Fator de Capacidade: 100,00%.

RELATÓRIO DEMONSTRATIVO 2021

✓ Receita De Contribuição Previdenciária

- **Plano Financeiro – Parte Patronal**

PLANO FINANCEIRO – PARTE PATRONAL			
	ACUMULADO DE JANEIRO A DEZEMBRO /2021		
	PROVISÃO	RECEBIDO	SALDO A RECEBER
ÓRGÃO	CIVIL/MILITAR/EX. EXTERIOR	CIVIL/MILITAR/EA	CIVIL/MILITAR/EA
EXECUTIVO	342.577.674,36	312.349.899,94	30.227.774,42
ASS. LEGISLATIVA	15.203.754,73	4.658.555,77	10.545.198,96
TCE	12.293.246,79	12.293.219,08	27,71
TJ	55.374.425,92	55.374.425,92	-
MPE	15.342.212,33	15.342.212,33	-
DEF. PÚBLICA	7.607.187,44	7.607.187,44	-
TOTAL	448.398.501,60	407.625.500,50	40.773.001,09

Fonte: Gerência de Arrecadação e Compensação Previdenciária

- **Plano Financeiro – Parte Servidor**

PLANO FINANCEIRO – PARTE SERVIDOR ACUMULADO			
	ACUMULADO DE JANEIRO A DEZEMBRO /2021		
	PROVISÃO	RECEBIDO	SALDO A RECEBER
ÓRGÃO	CIVIL/MILITAR/EX. EXTERIOR	CIVIL/MILITAR/EA	CIVIL/DEA CIVIL/MILITAR/EA
EXECUTIVO	276.130.172,68	253.522.595,10	22.607.577,58
ASS. LEGISLATIVA	10.386.529,55	10.386.529,55	-
TCE	8.520.298,17	8.520.298,17	-
TJ	38.544.657,13	38.544.657,13	-
MPE	10.482.545,15	10.482.545,15	-
DEF. PÚBLICA	5.263.956,05	5.263.956,05	-
TOTAL	349.328.158,70	326.720.581,20	22.607.577,58

Fonte: Gerência de Arrecadação e Compensação Previdenciária

Plano Previdenciário – Parte Patronal

PLANO PREVIDENCIÁRIO – PARTE PATRONAL ACUMULADO			
	ACUMULADO DE JANEIRO A DEZEMBRO /2021		
	PROVISÃO	RECEBIDO	SALDO A RECEBER
ÓRGÃO	CIVIL/MILITAR/EX. EXTERIOR	CIVIL/MILITAR/EA	CIVIL/MILITAR/EA
EXECUTIVO	51.670.946,27	49.995.420,83	1.675.525,44
ASS. LEGISLATIVA	106.672,87	87.523,15	19149,72
TCE	162.740,81	162.740,81	-
TJ	1.515.379,48	1.515.379,48	-
MPE	3.818.781,34	3.818.781,34	-
DEF. PÚBLICA	11.351.380,00	11.351.380,00	-
TOTAL	68.625.900,77	66.931.225,61	1.694.675,16

Fonte: Gerência de Arrecadação e Compensação Previdenciária

Plano Previdenciário – Parte Servidor

PLANO PREVIDENCIÁRIO – PARTE SERVIDOR ACUMULADO			
	ACUMULADO DE JANEIRO A DEZEMBRO /2021		
	PROVISÃO	RECEBIDO	SALDO A RECEBER
ÓRGÃO	CIVIL/MILITAR/EX. EXTERIOR	CIVIL/MILITAR/EA	CIVIL/MILITAR/EA
EXECUTIVO	39.320.199,43	36.117.192,27	3.203.007,16
ASS. LEGISLATIVA	73.931,38	73.931,38	-
TCE	104.734,29	104.734,29	-
TJ	1.043.112,96	892.896,60	150.216,36
MPE	2.646.620,34	2.646.620,34	-
DEF. PÚBLICA	7.859.161,31	7.859.161,31	-
TOTAL	51.047.759,71	47.694.536,19	3.353.223,52

Fonte: Gerência de Arrecadação e Compensação Previdenciária

EXERCÍCIO 2021

RELATÓRIO DE GESTÃO

MENSAGEM DA GESTÃO

Apresento a todos os tocantinenses a atual situação do Estado, por meio da exposição objetiva dos resultados alcançados em 2021, bem como os planos que nortearão as ações do Governo em 2022.

Em primeiro ponto, julgo importante rememorar aspectos gerais, inerentes ao cenário econômico e social de 2021. Trata-se de um ano sobre o qual a pandemia de Covid-19 continuou imprimindo suas marcas, desafiando governos a redesenharem suas estruturas econômico-financeiras e a lidarem com índices impactantes quanto ao número de internações hospitalares e de óbitos ao redor do mundo, em descompasso com a crescente demanda por leitos, respiradores e vagas nas unidades de terapia intensiva, enquanto, de outro lado, os planos de vacinação e seus resultados eram aguardados.

Apesar do complexo cenário, segundo Relatórios de Mercado - Focus, do Banco Central, com a esperança da vacinação, houve para o ano de 2021 uma meta de crescimento do PIB estipulada em 3,5%, com uma perspectiva de crescimento de 4,5%, que, de modo reverso, veio acompanhada de uma inflação anual de 10,06%, gerando choque no setor de alimentos, combustíveis e energia elétrica, bem como na ótica dos juros, com a elevação da taxa Selic, que passou de 2,5% para 9,25%.

Nesse contexto, em que vários entes federados se viam submergindo em crises, o Poder Executivo Estadual empreendeu esforços para cumprir o seu papel de impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Tocantins, conferindo melhor distribuição aos investimentos pelo território e priorizando os entes municipais, ao adequar a gestão dos gastos públicos às necessidades da população tocantinense.

Resultante dessa atuação, destacados números de ações, obras e serviços chegaram a efeito e beneficiaram a sociedade tocantinense, de modo que passo a expor, resumidamente, aquelas ações consideradas mais relevantes, dispostas por eixos temáticos.

Na área das **FINANÇAS PÚBLICAS**, a arrecadação total das receitas estaduais foi de R$ 7,82 bilhões, com um crescimento de 13% em relação a 2020. O aumento da arrecadação de impostos (ICMS, IPVA, ITCMD) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE) gerou superávit, que proporcionou ao cidadão tocantinense benefícios nos serviços públicos prestados e melhoria da infraestrutura do Estado, com a definição de projetos prioritários e a valorização do servidor público, no cumprimento de compromissos assumidos pela gestão estadual.

O protagonismo desse crescimento é atribuído ao ICMS, principal imposto estadual, com uma arrecadação de R$ 2.467.190.857, superando a projeção inicial em R$ 591.620.078 milhões, 32% acima da meta.

Quanto à **INFRAESTRUTURA PÚBLICA**, merecem destaque; termos garantido a continuidade, rumo a conclusão, das obras de construção do Hospital Geral de Gurupi; de construção de ambientes para Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), no Hospital Geral de Palmas; de ampliação de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), de lavanderia, cozinha e refeitório de unidades hospitalares; de retomada da construção do bloco do ambulatório do Hospital Geral de Araguaína e reforma e ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis.

No campo da **INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA** executamos serviços de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica, de obras de arte corrente, cumprindo-me evidenciar os 12 quilômetros iniciais de um trecho de 50 km da TO-247, que liga o município de Lagoa do Tocantins ao de São Félix do Tocantins, no Jalapão, trecho esse cujas obras recebidas contribuirão para o desenvolvimento local.

Também já executamos 32,11% dos serviços de obras de construção da ponte sobre o Rio Tocantins, na Rodovia TO-070, que interliga Porto Nacional a Fátima, em uma extensão de aproximadamente 1.488 metros.

Destaco ainda nosso empenho para com a execução de serviços rotineiros de terraplanagem, cascalhamento, roçagem lateral e manutenção nas saídas de drenagem, bem como de pontes em, aproximadamente, 5.300 km nas rodovias estaduais não pavimentadas, além de obras de conservação e manutenção em um montante de 4.955,97 km nas rodovias estaduais não pavimentadas.

Na área da **SAÚDE** foram executados serviços e ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar nos 18 hospitais sob gestão estadual, totalizando 4.279.197 atendimentos. Oportuno destacar que, além da realização de 18.617 cirurgias de emergência, determinamos a retomada de cirurgias eletivas mediante a liberação de R$ 3 milhões para a aquisição de insumos e a retribuição a agentes públicos dedicados a essa empreitada, o que redundou em um total de 1.320 procedimentos cirúrgicos ao longo dos meses de outubro a dezembro de 2021.

Concluímos todos os repasses da saúde pactuados com os municípios, somando R$ 26.236.161,77 (vinte e seis milhões, duzentos e trinta e seis mil, cento e sessenta e um reais e setenta e sete centavos), destinados aos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), às Unidades de Pronto Atendimento (UPAs – 24 horas), ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu - 192), aos Hospitais de Pequeno Porte (HPPs) e ao Hospital Municipal de Araguaína (UTI Pediátrica de Araguaína), visando ao custeio das ações de saúde por parte dos municípios e à aquisição de medicamentos.

No que se refere à **EDUCAÇÃO**, também vinculando à temática da infraestrutura pública, realizamos importantes obras de construção e reformas. Além dessas obras, contemplarmos relevantes aspectos humanos com 9.981 (nove mil, novecentos e oitenta e um) profissionais da Educação Básica recebendo formação continuada; liquidamos passivos financeiros de datas-bases referentes aos exercícios de 2015 a 2018 e a implementação de progressões e pagamento de passivos dos anos de 2015 e 2016 foram processados em um total de R$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais); contemplamos mais de 10.600 servidores públicos na folha de pagamento do mês de dezembro de 2021, com recursos do Fundeb e Tesouro 101 – MDE, adimplindo compromissos perante os integrantes do Quadro do Magistério da Educação Básica e cumprindo com o percentual mínimo de 70% dos recursos do Fundeb destinados à valorização dos Profissionais da Categoria.

No apoio ao desenvolvimento da **AGROPECUÁRIA**, entregamos tratores mediante concessão a prefeituras, e 858 toneladas de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar – 3.315 agricultores familiares –, provenientes de 106 municípios do Estado, foram adquiridos, atendendo a 698 entidades socioassistenciais e beneficiando 181.472 pessoas em todo o Estado.

Quanto ao **DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, providenciamos e entregamos cestas básicas para famílias em atendimento nos centros de referência da assistência social, em escolas, entidades religiosas, assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas, tanto por causa da pandemia quanto em pronta resposta para atender a população atingida pelas cheias dos rios no Tocantins. Além disso, 93.086 pessoas foram contempladas com a intermediação de mão de obra nos núcleos do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e 1.537 trabalhadores colocados no mercado de trabalho. Implantamos o projeto TO Mais Jovem que tem expectativa de inserir mais de 6 mil pessoas com idade entre 16 e 21 anos no mercado de trabalho tocantinense. Os jovens selecionados trabalharão nos órgãos que compõem a administração direta e indireta do Governo Estadual do Tocantins.

Como última referência de explanação acerca do cenário atual do Estado, informações sobre a **GESTÃO DE PESSOAS** no âmbito do Poder Executivo também devem ser enfatizadas, no sentido de destacar que, de maneira responsável e conforme a capacidade orçamentário-financeira do Estado, realizamos, na folha de dezembro de 2021, o pagamento dos retroativos da data-base do exercício de 2015, assim como a incorporação das progressões até 2016 dos servidores públicos que faziam jus às progressões horizontal e/ou vertical, o que gerou um reforço na economia do Tocantins na ordem de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) naquele mês.

Para o ano de 2022, o foco da autuação governamental estará voltado para as seguintes áreas estratégicas e suas ações:

I – **desenvolvimento regional, urbano e industrial**: implantação de unidades habitacionais de interesse social; conservação e manutenção de rodovias estaduais; sequência da construção da ponte sobre o rio Tocantins, em Porto Nacional; pavimentação do trecho Lagoa do Tocantins, São Félix do Tocantins, povoado do “Prata” e divisa Tocantins e Bahia; construção de aeroporto em São Félix do Tocantins; finalização das obras de pavimentação asfáltica das rodovias TO-262 e TO-040, no trecho entre Silvanópolis e Pindorama; pavimentação, incluindo obras de implantação e recuperação, nos 139 municípios; promoção, capacitação e divulgação turística; desenvolvimento da infraestrutura de logística do Distrito Agroindustrial de Araguaína (Daiara) e do Distrito industrial de Porto Nacional; pavimentação de rodovias de acesso à região do Jalapão; implantação de presídio industrial; apoio a concessões e parcerias por meio do Programa Tocantins Cidades Inovadoras e Sustentáveis; implantação

de usinas de energia solar para atendimento de unidades do Poder Executivo;

II – **educação**: conclusão de escolas de tempo integral em Araguaína, Araguatins, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Palmas; desenvolvimento dos campi da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins);

III – **saúde**: ampliação e reforma de hospitais, em especial, nos municípios de Augustinópolis, Araguaína e Palmas, incluindo a segunda etapa do Hospital Geral de Gurupi, com enfermarias de internação, centro cirúrgico, leitos de Unidade de Terapia Intensiva, imagenologia, laboratório, farmácia, almoxarifado; cozinha, refeitório e lavanderia; realização de 6.000 cirurgias eletivas; manutenção de unidades hospitalares para enfrentamento da covid-19;

IV – **segurança e direitos humanos**: conclusão da construção do Quartel do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins; implantação do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar em Guaraí; ampliação de 20% da quantidade de policiais em serviço ativo; construção de Casa de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica, em Palmas, Araguaína, Gurupi e Araguatins; implantação de centros de referência especializados de assistência social e de atendimento à mulher; seleção e capacitação de jovens entre 16 e 21 anos para o primeiro emprego;

V – **desenvolvimento agropecuário e meio ambiente**: prestação de serviços de assistência técnica a propriedades agropecuárias e de extensão rural para famílias tocantinenses; fortalecimento de cadeias produtivas agropecuárias; conclusão da implantação de frigoríficos para o beneficiamento de carne bovina em Ananás, Araguanã, Arapoema, Campos Lindos, Novo Acordo, Ponte Alta do Bom Jesus e Wanderlândia; fortalecimento da infraestrutura hídrica de irrigação e drenagem do Projeto Rio Formoso; conclusão do sistema de irrigação do Projeto Manuel Alves;

VI – **gestão pública**: otimização da qualidade do gasto e da relação custo/benefício; melhoria da eficiência da arrecadação fiscal; implementação da ferramenta de gestão para disciplinar o exercício de atividades de trabalho remoto; implantação do Parque Tecnológico do Estado do Tocantins; concessão de progressões funcionais aos servidores públicos do Estado.

Por fim, reitero que o Poder Executivo, ao longo de toda essa missão de conduzir o Tocantins ao desenvolvimento, terá suas ações pautadas na eficiência, na transparência e no uso racional dos recursos públicos, considerando como eixos

estruturantes a gestão de pessoas, o orçamento e as transferências constitucionais, o investimento público, o patrimônio, a tecnologia da informação e a comunicação, a logística, a gestão governamental e as relações entre os Poderes.

Assim, Senhoras e Senhores, faço votos de que o ano de 2022 seja próspero para todos os tocantinenses.

WANDERLEI BARBOSA

Governador do Estado, em Exercício

SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA

O Relatório de Gestão é um instrumento que viabiliza o acompanhamento das atividades desenvolvidas e os resultados alcançados pela Secretaria Executiva da Governadoria. Constitui deste modo, peça relevante para dar visibilidade e transparências às ações concretizadas no decorrer do exercício de 2021.

A Secretaria Executiva da Governadoria, unidade vinculada à Governadoria, é órgão integrante da estrutura da Administração direta estadual dirigida por um Secretário de Estado. Sua finalidade é assistir ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições nos assuntos alusivos à coordenação institucional e administrativa, aos atos de gestão da Chefia do Poder Executivo e às relações com a sociedade, agremiações políticas e aos demais Poderes, no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

O desafio assumido pela gestão, segundo o Plano de Metas de 2021, foi o de assegurar a continuidade da prestação dos serviços, tornando possível avanços e inovações no âmbito de alcançar a eficiência com a redução de gastos e a devida garantia da qualidade das ações com resultados satisfatórios.

Pelo exposto, apresentamos o Relatório de Gestão do exercício 2021 da Secretaria Executiva da Governadoria, pontuando os resultados alcançados conforme as competências da pasta bem como as metas pré-estabelecidas.

1. Metas estabelecidas para 2021:

O planejamento é atributo essencial para que a administração pública alcance os níveis de eficiência adequados. Neste sentido quando a gestão estabelece metas a serem alcançadas, traça um planejamento peculiar às devidas esferas que compõem o órgão.

Assim, para o exercício de 2021 foram traçadas quatro metas globais que contemplaram as políticas estruturantes da pasta da Secretaria Executiva da Governadoria.

METAS GLOBAIS

- **META 1 -** Implementação de Políticas de Recursos Humanos.
- **META 2 -** Implementação de Políticas de Racionalização de Gastos.
- **META 3 -** Implementação de Políticas de Instalações Físicas, Praças e Jardins.
- **META 4 -** Implementação de Políticas de Modernização Tecnológica.

2. Resultados esperados:

Os resultados esperados estão elencados em cada detalhamento de ações, conforme exposto a seguir.

META 1: IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS.

AÇÃO 1.1: Readequação de cargos e funções para geração de economia e maior produtividade.

META 2: IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS.

AÇÃO 2.1: Redução de despesas administrativas com a adoção de levantamentos específicos de demandas da Pasta e efetivo controle no planejamento de compras.
AÇÃO 2.2: Estabelecer planejamento para realização de futuras licitações.
AÇÃO 2.3: Estabelecer parcerias com órgãos ou segmentos que visem à otimização de manutenção de equipamentos, limpeza de espaços e áreas verdes e paisagismo das unidades governamentais, através do intercâmbio de ferramentas e recursos humanos.
AÇÃO 2.4: Adequação do uso racional da frota de veículos.

META 3: IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INSTALAÇÕES FÍSICAS, PRAÇAS E JARDINS.

AÇÃO 3.1: Reforma do Palácio Araguaia.
AÇÃO 3.2: Revitalização da Praça dos Girassóis.

META 4: IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA.

AÇÃO 4.1: Melhoria no Parque Tecnológico do Palácio Araguaia “aquisição de novos equipamentos de informática”.

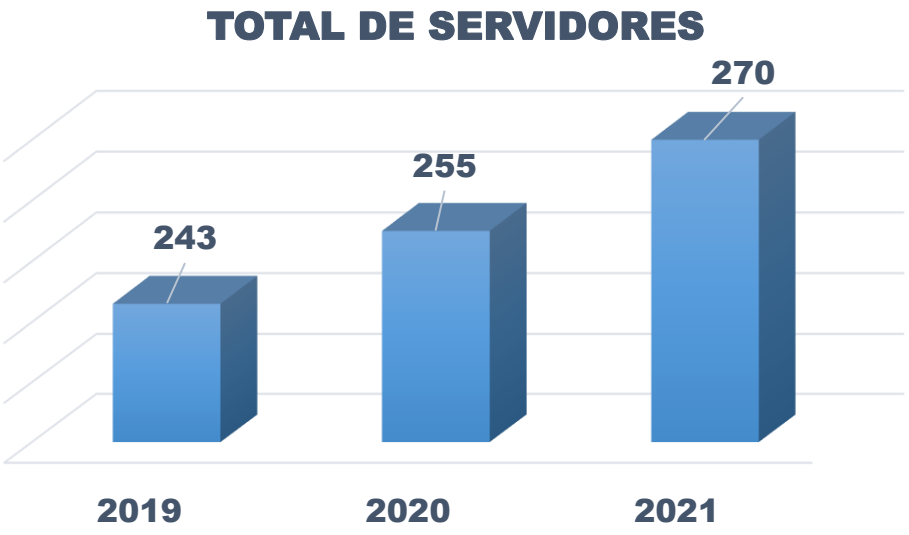
3. RESULTADOS ALCANÇADOS

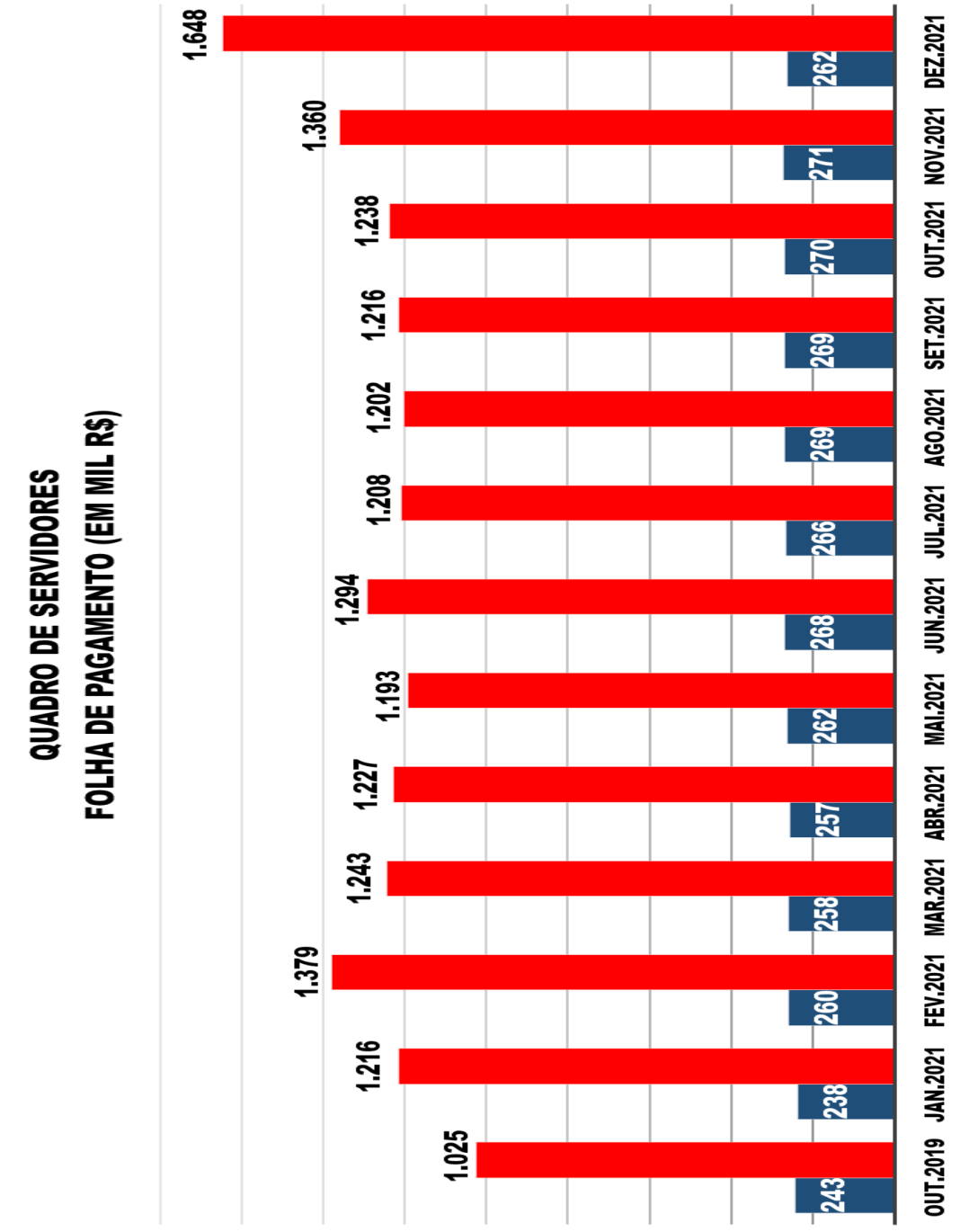
Os resultados alcançados estão expressos no acompanhamento de cada meta traça, conforme apresentado a seguir.

META 1
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS
AÇÃO 1.1: Readequação de cargos e funções para geração de economia e maior produtividade.

RESULTADO: Foi realizada readequação de cargos e funções na estrutura de pessoal, o que proporcionou considerável melhoria no aproveitamento dos recursos humanos, aumentando o quadro de pessoal, porém ao mesmo tempo tendo uma diminuição com os gastos, ou seja, com reflexos positivos de redução de custo de folha de pagamento de pessoal e melhoria significativa na qualidade dos serviços prestados.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS		
MÊS/ANO	**TOTAL DE SERVIDORES**	**VALOR GASTO COM PESSOAL**
OUTUBRO/19	243	R$ 1.025.400,07
OUTUBRO /20	255	R$ 1.239.307,83
OUTUBRO /21	270	R$ 1.237.645,95





META 2
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS

AÇÃO 2.1: Redução de despesas administrativas com a adoção de levantamentos específicos de demandas da Pasta e efetivo controle no planejamento de compras.

RESULTADO: A pasta empregou com empenho os esforços no sentido de reduzir as despesas. Para tanto adotou medidas de acompanhamento e controle da demanda efetiva de todas as unidades setoriais, com planejamento de compras para as reais necessidades do órgão. O resultado da meta foi alcançado parcialmente.

AÇÃO 2.2: Estabelecer planejamento para realização de futuras licitações.

RESULTADO: Foi constituída uma equipe multissetorial que realizou um levantamento completo das necessidades do órgão, tal equipe elaborou planejamento adequado, conforme as reais necessidades, posteriormente os processos licitatórios estão sendo efetivados. O resultado da meta foi alcançado satisfatoriamente.

AÇÃO 2.3: Estabelecer parcerias com órgãos ou segmentos que visem à otimização de manutenção de equipamentos, limpeza de espaços e áreas verdes e paisagismo das unidades governamentais, através do intercâmbio de ferramentas e recursos humanos.

RESULTADO: A pasta realizou diversas parcerias com os órgãos do Governo no intuito de promover a integração, a otimização, a economicidade e a eficiência de forma global em todos os serviços prestados. O resultado da meta foi alcançado satisfatoriamente.

AÇÃO 2.4: Adequação do uso racional da frota de veículos.

RESULTADO: Foram adotadas medidas de controle do uso racional da frota que atende às necessidades do órgão, com a implementação de maior acompanhamento do uso da frota. O resultado da meta foi alcançado satisfatoriamente.

META 3
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INSTALAÇÃO FÍSICAS, PRAÇAS E JARDINS.

AÇÃO 3.1: Reforma do Palácio Araguaia.

RESULTADO: Durante o ano de 2021 foram realizadas algumas melhorias no prédio do Palácio Araguaia, podendo citar: restauração da pintura, substituição da iluminação e reparos na estrutura externa do Prédio, manutenção das pedras portuguesas em toda praça. Meta atingida em sua totalidade.

AÇÃO 3.2: Revitalização da Praça dos Girassóis “automação do sistema de irrigação e restruturação do paisagismo”.

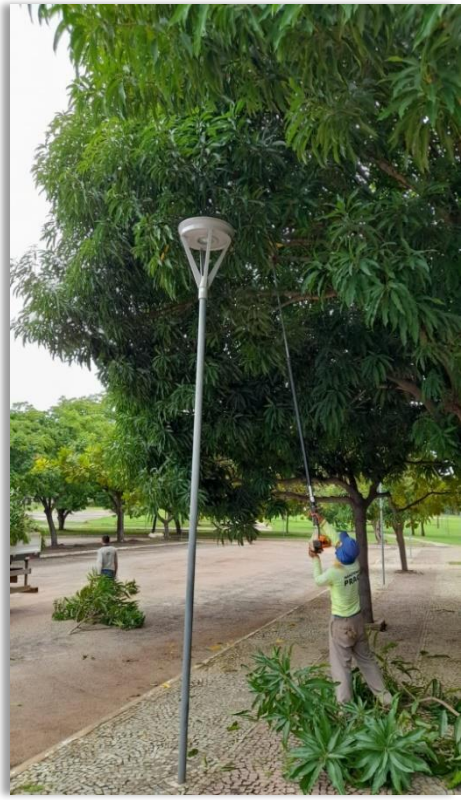
RESULTADO: Foram realizados diversos serviços objetivando a revitalização da Praça dos Girassóis, podendo ser citado: Roçagem geral, restauração em alguns pontos do calçamento e sarjetas, pintura de meio fio, replantio de grama em alguns pontos, restruturação do paisagismo em alguns locais, iluminação da cascata e jardins, melhoria no sistema de irrigação e manutenção diária da mesma, sinalização vertical, arborização ornamental e substituição das luminárias. Além dos serviços realizados na praça, o órgão também providenciou a manutenção do paisagismo na estrutura do Hangar, bem como da área do Palacinho. Meta foi alcançada com sucesso.

MEIO FIO - PINTURA

PLANTIO DE MUDAS - PRAÇA DOS GIRASSÓIS E PALACINHO

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

PODA DAS ÁRVORES



REVITALIZAÇÃO DO PARQUINHO

MANUTENÇÃO – PISO DA PRAÇA DOS GIRASSÓIS

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INSTALAÇÕES FÍSICAS, PRAÇAS E JARDINS.

META 04
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

AÇÃO 4.1: Melhoria no Parque Tecnológico do Palácio Araguaia “aquisição de equipamentos de informática”.

RESULTADO: A manutenção dos equipamentos de informática foi efetivada satisfatoriamente. Foram adquiridos projetores multimídias para as demandas administrativas da pasta. O resultado da meta foi atingido parcialmente.

Por se tratar de um órgão executivo com competências estabelecidas em Lei, além das metas traçadas no início da gestão de 2021, faz-se necessário elucidar informações adicionais que demonstram a rotina de fluxo documental, bem como de locações dos espaços do Palácio Araguaia para eventos afetos às demandas do Governador e às secretarias do Governo do Estado. Vejamos.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS – SEGOV – 2021[1]

DOCUMENTOS	QUANTIDADE
RECEBIDOS	3.921
EXPEDIDOS	2.236
TRAMITADOS	3.217
PRODUZIDOS	1.550

* Dados referentes ao período de 01/01/2021 a 31/12/2021, relativos à Unidade Assessoria de Apoio.

O Relatório Anual de Gestão da Secretaria Executiva da Governadoria, é um importante instrumento de planejamento do órgão, que proporciona a análise e avaliação dasetas traçadas e a possível implementação de novos objetivos, no intuito de prestar sempre serviços pautados na qualidade e eficiência.

A análise da gestão no exercício de 2021 foi feita a partir de dados de produção, avaliações de qualidade e relatórios de serviços, com o devido acompanhamento do Secretário da Pasta.

O órgão obteve impacto positivo na reestruturação do quadro de pessoal o que ocasionou maior economia e produtividade.

Pelo que foi exposto no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva da Governadoria referente ao exercício de 2021, verifica-se que as metas estabelecidas foram alcançadas de forma satisfatória.

CASA CIVIL

Em consonância com os princípios da administração pública e comprometido com a eficiência e a eficácia dos serviços e ações públicas no âmbito do Poder Executivo, a Casa Civil do Governo do Estado do Tocantins, produziu cerca de 5.794 Atos Administrativos governamentais, compreendendo mensagens, projetos de lei, medidas provisórias, Leis, apostilas, convênios, despachos, decretos, ofícios, publicações do Diário Oficial e outros durante o ano de 2021.

Esta pasta tem como missão assessorar a Governadoria do Estado do Tocantins, assistindo-a na produção, publicação, organização e avaliação das matérias da Administração Civil, bem como no relacionamento interinstitucional, com vistas à contribuição do bom desenvolvimento do Estado e da sociedade tocantinense.

Uma iniciativa importante do órgão foi investir em campanhas educativas e preventivas no trabalho aderindo ao “Setembro Amarelo”, campanha de prevenção ao suicídio; “Outubro Rosa”, campanha de prevenção ao câncer de mama e útero.

Por fim, referencio que informações mais detalhadas podem ser conferidas nos itens “1 – Atos Oficiais” e “2 – Produção Legislativa”, a seguir inscritos.

1. ATOS OFICIAIS

Ato oficial é “todo ato lícito que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos” (CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, Art. 81). É por esse meio que o Governador pode autorizar, designar, exonerar, nomear e promover, por exemplo.

Além de Leis e Decretos, a Casa Civil trabalha com a produção, apreciação, controle e arquivo, em meios físicos e eletrônicos, dos atos do Governador.

Tabela – Quantidade de Atos Administrativos de origem do Gabinete do Governador publicados no período de janeiro a dezembro de 2021.

GABINTE DO GOVERNADOR	Qtd.
Atos Diversos: (Agraciar, Anular, Atribuir, Autorizar, Considerar, Delegar, Designar, Exonerar, Manter, Nomear, Promover e Retificar)	**1.757**
Decretos Normativos	**178**
Medidas Provisórias	**29**
Mensagens à Assembleia Legislativa, Projetos de Lei e Projetos de Lei Complementar	**90**
Mensagens de Veto	**14**
Leis, Lei Complementar	**117**

Ofícios- GG	**48**
TOTAL	**2.233**

Tabela – Quantidade de Atos Administrativos originados na Casa Civil publicados no período de janeiro a Dezembro de 2021

CASA CIVIL	Qtd.
Portarias: (Exonerar, Retificar, Suspender, Designar, Anular, Cessão, Determinar e Revogar)	**1.993**
Apostilas	**132**
Edições online do Diário Oficial do Estado e Suplementos	**270**
Ofícios- CCI	**1.166**
TOTAL	**3.561**
TOTAL GERAL	**5.794**

2. PRODUÇÃO LEGISLATIVA

A Técnica Legislativa refere-se ao conjunto dos métodos e procedimentos redacionais e jurídicos específicos, que objetivam a produção de um texto que servirá ao âmbito jurídico.

Na área de Produção Legislativa, dentro do que compete à Casa Civil, trabalhou-se na produção e/ou publicação de 117 Leis Estaduais, e 178 Decretos Normativos.

3.1 Leis

A Lei é a regra de competência, por excelência, do Poder Executivo, que sancionada pelo Governador do Estado tem caráter de subordinação geral e possibilita a inovação à ordem jurídica.

Do número de leis descrito na Tabela anterior, apresentam-se a seguir algumas, com suas respectivas ementas, entre as que foram conclusas neste ano de 2021.

Adiante seguem tabeladas as produções por período de aprovação e publicação e suas respectivas ementas.

LEIS

Tabela - Leis sancionadas em 2021.

LEI	EMENTA
3745 de 04/01/2021	Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Angico - ACAN.

3746 de 04/01/2021	Concede Título de Cidadã Tocantinense a Lúcia Caetano Pereira.
3747 de 04/01/2021	Dispõe sobre a criação e concessão da honraria denominada "Diploma de Mérito Gastronômico Dona Camila".
3748 de 04/01/2021	Institui a "Semana Quebrando o Silêncio" no Estado do Tocantins e dá outras providências.
3749 de 04/01/2021	Declara de Utilidade Pública a Associação de Vaquejada de Campos Lindos – TO
3750 de 04/01/2021	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Alan Fábio Soares Lima.
3751 de 04/01/2021	Institui a Semana da Enfermagem no Estado do Tocantins e dá outras providências.
3752 de 04/01/2021	Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Assistência Social Elizangela Alves.
3753 de 04/01/2021	Institui o dia da morte de Zumbi dos Palmares e dia Nacional da Consciência Negra, no âmbito do Estado do Tocantins.
3754 de 04/01/2021	Concede Título de Cidadão Tocantinense a Túlio César de Oliveira.
3755 de 04/01/2021	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Lucas Fernando da Silva.
3756 de 04/01/2021	Atribui o nome Engenheiro Agrônomo Mauro Medanha ao Centro Agrotecnológico de Palmas (CAP) onde é realizada a Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins - Agrotins.
3757 de 04/01/2021	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor João Luiz Rocha Sampaio.
3758 de 04/01/2021	Concede Título de Cidadão Tocantinense a Cristiano Barbosa Sampaio
3759 de 04/01/2021	Institui o Dia Estadual de Prevenção e Combate às Drogas, e dá outras providências.
3760 de 04/01/2021	Institui a "Semana Estadual de Incentivo à Doação de Cabelos para pessoas em tratamento de câncer", e da outras providências.
3761 de 04/01/2021	Institui o Dia Estadual das vítimas da Covid-19.
3762 de 04/01/2021	Concede Título de Cidadã Tocantinense a Lucilândia Maria Bezerra.
3763 de 04/01/2021	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Dr. Luiz Sinésio Silva Neto.
3764 de 04/01/2021	Institui o "Dia Estadual de Prevenção e Combate à Depressão Pós-Parto, e dá outras providências".
3765 de 04/01/2021	Institui no âmbito Estadual, a "Semana Estadual de Conscientização, proteção e orientação sobre a Síndrome de Rett", e dá outras providências.
3766 de 04/01/2021	Institui o Dia Estadual do Médico Psiquiatra no Estado do Tocantins.
3767 de 04/01/2021	Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Vale Santa Tereza - PA - Arlindo no município de Crixas do Tocantins.
3768 de 11/01/2021	Dispõe sobre a afixação de cartazes em Cartórios de Registro de Imóveis informando sobre as isenções e os descontos nos pagamentos de emolumentos de registros de imóveis e dá outras providências.
3769 de 11/01/2021	Institui a campanha de conscientização sobre brincadeiras de potencial lesão ofensiva física no Sistema de Ensino Público e Privado, no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências.

3770 de 11/01/2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação e disponibilização de dispensadores de álcool em gel por parte de estabelecimentos que especifica em todo território do Estado do Tocantins e dá outras providências, em razão da situação de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus.
3771 de 11/01/2021	Cria Política Pública de Incentivo e Educação Tecnológica para a Terceira Idade, denominada "Terceira Digital", no Estado do Tocantins.
3772 de 11/01/2021	Autoriza transferência de recursos públicos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições correntes e de capital, por meio de emendas parlamentares, à entidade privada sem fins lucrativos denominada Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.
3773 de 11/01/2021	Dispõe sobre a vedação de homenagens a pessoas que tenham praticado atos de racismo, no Estado do Tocantins e adota outras providências.
3774 de 11/01/2021	Dispõe sobre o direito à informação sobre a possibilidade de reconstrução da mama aos pacientes que sofrerem mutilação decorrente de tratamento de câncer.
3775 de 11/01/2021	Dispõe sobre a proibição de denominação de bens públicos, de qualquer natureza, e dá outras providências.
3776 de 11/01/2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar balança para pesagem de mercadorias nos estabelecimentos que especifica, e dá outras providências.
3777 de 11/01/2021	Altera a Lei nº 3.523, de 07 de agosto de 2019, que Institui no Estado do Tocantins, a Semana de Combate à Violência e ao Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes, e dá outras providências.
3778 de 20/01/2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Cartórios, informar aos órgãos de trânsito, sobre operações de transferência de propriedade de veículos.
3779 de 20/01/2021	Dispõe sobre a vedação de exigência de valor mínimo para compras com cartões de crédito ou débito em estabelecimentos comerciais no Estado do Tocantins.
3780 de 15/02/2021	Altera a Lei 3.621, de 18 de dezembro de 2019, que instituiu o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2023. – PPA
3781 de 15/02/2021	Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2021. – LOA
3782 de 06/04/2021	Prorroga o período de que trata o art. 9º da Lei nº 3.718, de 12 de novembro de 2020, que dispõe sobre a cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de delegado de polícia e das carreiras de agente de polícia, escrivão de polícia, agente de necrotomia, papiloscopista e perito oficial da Polícia Civil do Estado do Tocantins. MP 26.
3783 de 28/04/2021	Altera o art. 1o-A da Lei 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica.
3784 de 28/04/2021	Altera o §1o do art. 4o da Lei 3.014, de 30 de setembro de 2015, que dispõe sobre o parcelamento de créditos da Fazenda Pública, e adota outras providências.
3785 de 03/05/2021	Dá nome a Escola Estadual Padrão de Tempo Integral de Araguaína-TO, no Setor Maracanã.
3786 de 05/05/2021	Altera a Lei 3.421, de 08 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências.
3787 de 05/05/2021	Altera a Lei 3.421, de 08 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências.
3787 de 06/05/2021	Dispõe sobre a criação, o manejo e a exposição de aves da Raça Mura, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências.
3788 de 14/05/2021	Estabelece como essencial no Estado do Tocantins as atividades educacionais, escolares e afins.
3789 de 11/06/2021	Altera o art. 104 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins, e o art. 76 da Lei 3.461, de 25 de abril

	de 2019, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3790 de 28/06/2021	Declara de utilidade pública estadual o Instituto Raizama.
3791 de 28/06/2021	Declara de utilidade pública estadual a Associação Anjo Azul.
3792 de 28/06/2021	Declara de utilidade pública estadual o Instituto Tocantinense de Assistência às Bandas, Fanfarras, Juventude e Cultura - ITABANFAJUC.
3793 de 28/06/2021	Declara de utilidade pública estadual a Federação Aquática do Estado do Tocantins - FAETO.
3794 de 28/06/2021	Declara de utilidade pública estadual a Associação Desperta Buriti, com sede no Município de Buriti do Tocantins.
3795 de 28/06/2021	Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Tocantins-ADEPTO. Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Tocantins-ADEPTO. Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Tocantins-ADEPTO.
3796 de 13/07/2021	Altera a Lei 3.617, de 18 de dezembro de 2019, e adota outras providências.
3797 de 13/07/2021	Altera a Lei no 2.758, de 28 de agosto de 2013, e adota outras providências.
3798 de 13/07/2021	Dispõe sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Emergência em edificações e áreas de risco no Estado, e adota outras providências.
3799 de 16/07/2021	Autógrafo de Lei 16, de 13 de março de 2019, que, vetado integralmente pelo Governador do Estado, foi mantido pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Torna obrigatório o Teste do Coraçãozinho (oximetria de pulso) em crianças imediatamente após o nascimento, entre 24 e 48 horas de vida, nas maternidades e hospitais congêneres no Estado do Tocantins e dá outras providências.
3800 de 16/07/2021	Autógrafo de Lei 24, de 10 de junho de 2020, que, vetado integralmente pelo Governador do Estado, foi mantido pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Altera a Lei no 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, na forma que especifica.
3801 de 16/07/2021	Autógrafo de Lei 47, de 04 de julho de 2018, que, vetado integralmente pelo Governador do Estado, foi mantido pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Dispõe sobre a extinção da cobrança da tarifa mínima ou de assinatura básica, pelas concessionárias prestadoras de serviços.
3802 de 04/08/2021	Autoriza a concessão e demais espécies de parcerias público-privadas da Central de Abastecimento de Hortifrutigranjeiros do Estado do Tocantins - CEASA, e adota outras providências.
3803 de 04/08/2021	Cria o Parque Agrotecnológico do Estado do Tocantins e autoriza a concessão e demais espécies de parcerias público-privadas, e adota outras providências.
3804 de 04/08/2021	Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3805 de 04/08/2021	Dispõe sobre a implementação dos efeitos financeiros decorrentes das promoções, na Polícia Militar do Estado do Tocantins-PMTO e no Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Tocantins- CBMTO, em 21 de abril de 2021 e adota outras providências.
3806 de 04/08/2021	Institui a Campanha de esclarecimento, orientação e prevenção, sobre eclampsia e dá outras providências.
3807 de 04/08/2021	Declara de utilidade pública estadual a Associação Esportiva Recreativa Aureny III.
3808 de 04/08/2021	Declara de utilidade pública estadual a associação das Mulheres Artesãs do P.A. Antônio Moreira - AMAA, Boca da Mata do Município de Ananás - TO.

3809 de 04/08/2021	Declara de utilidade pública estadual a Associação Braz Ribeiro dos Santos - ABRS.
3810 de 04/08/2021	Institui Programa de Conscientização e Prevenção do Assédio Moral no Trabalho.
3811 de 04/08/2021	Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos portadores de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e com Transtorno do Déficit de Atenção sem Hiperatividade (TDA).
3812 de 04/08/2021	Estabelece procedimento virtual de informações, acolhimento e visita por vídeochamada dos familiares de pessoas internadas por Covid-19 em hospitais públicos ou privados sediados no Estado do Tocantins.
3813 de 04/08/2021	Dispõe sobre a divulgação, mediante informativos afixados em salões de cabeleireiros, dos programas de doação de cabelos para pacientes em tratamento de câncer.
3814 de 04/08/2021	Assegura atendimento especializado na reabilitação de pessoas com sequelas decorrentes da COVID-19, no âmbito da rede pública de Saúde do Estado do Tocantins.
3815 de 04/08/2021	MP 8 - Dispõe sobre o processamento de evoluções funcionais, na forma que especifica, e adota outras providências.
3816 de 24/08/2021	Autoriza a concessão e demais espécies de parcerias público-privadas das Unidades de Conservação do Estado do Tocantins e áreas adjacentes, e adota outras providências.
3817 de 25/08/2021	Autoriza a concessão e demais espécies de parcerias público-privadas dos Terminais Rodoviários do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3818 de 31/08/2021	Cria o Fundo Especial de Créditos Inadimplidos e Dívida Ativa - FECIDAT, o Fundo de Ativos Imobiliários do Estado do Tocantins - FAITO e o Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado do Tocantins - FIITO, altera a Lei 3.666, de 13 de maio de 2020, e adota outras providências.
3819 de 31/08/2021	Altera o art. 3o da Lei no 1.303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre a redução da base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica.
3820 de 17/09/2021	Dispõe sobre a proibição da distribuição ou venda de sacolas plásticas e disciplina a distribuição de sacolas biodegradáveis ou biocompostáveis a consumidores em todos os estabelecimentos comerciais do Estado do Tocantins e dá outras providências.
3821 de 17/09/2021	Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Idosos, Grupo Renascer - AAIGR, com sede no Município de Ponte Alta do Tocantins.
3822 de 17/09/2021	Proíbe a prática de brigas (rinha) de cães e galos no Estado do Tocantins e dá outras providências.
3823 de 17/09/2021	Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Jovens Empresários e Empreendedores do Tocantins - AJEE-TO.
3824 de 20/09/2021	Institui o "Passaporte Equestre" e dá outras providências.
3825 de 20/09/2021	Dispõe sobre a autorização para cultivo da espécie exótica Pangassius Hipophtalmus no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências.
3826 de 20/09/2021	Dispõe sobre o serviço voluntário na atividade de brigada de incêndio florestal e salvamento aquático no Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3827 de 29/09/2021	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB/TO, e adota outras providências.
3828 de 29/09/2021	Institui o Programa Social Vale-Gás, para enfrentamento das adversidades decorrentes da pandemia da COVID-19, e adota outras providências.
3829 de 07/10/2021	Altera a Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre as promoções da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, e adota outras providências.
3830 de	Institui o Projeto TO Mais Jovem, e adota outras providências.

18/10/2021	
3831 de 26/10/2021	Institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais - REFIS, e adota outras providências.
3832 de 10/11/2021	Cria o Fundo de Recursos de Emenda Parlamentar Individual, e adota outras providências.
3833 de 19/11/2021	Altera a Lei nº 3.228 de 21 de junho de 2017 que isenta de custas e emolumentos, junto às serventias extrajudiciais do Tocantins, o primeiro registro de título de legitimação de posse e de título de propriedade de imóvel, outorgados na forma que especifica.
3834 de 15/12/2021	Dispõe sobre a implementação dos efeitos financeiros decorrentes das promoções dos militares estaduais, e adota outras providências.
3835 de 15/12/2021	Altera a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outra providência.
3836 de 15/12/2021	Dispõe sobre a alteração do art. 1º da Lei nº 3.580, de 17 de dezembro de 2019,que institui as indenizações que especifica.
3837 de 15/12/2021	Altera a tabela 1.1 do item 1 do inciso I do Anexo II da Lei 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.
3838 de 15/12/2021	Dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa e adota outras providências.
3839 de 27/12/2021	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, e adota outras providências.
3840 de 27/12/2021	Altera a Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, que dispões sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.
3841 de 27/12/2021	Altera a Lei 1.527, de 17 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e a Lei 1.903, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira e os vencimentos dos Servidores Efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3842 de 28/12/2021	Altera a Lei 3.621, de 18 de dezembro de 2019, que instituiu o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2023.
3843 de 28/12/2021	Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2022.
3844 de 29/12/2021	Institui o dia Estadual de Conscientização e Combate ao Bullying.
3845 de 29/12/2021	Institui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins o “Festival do Chambari” da cidade de Paraíso do Tocantins e dá outras providências.
3846 de 29/12/2021	Institui o mês Janeiro Branco, dedicado à realização de ações educativas para a difusão da saúde mental, e dá outras providências.
3847 de 29/12/2021	Altera o nome da Escola Estadual do município de Ipueiras, para denominar-se Escola Estadual ANA DE SOUZA PAIVA.
3848 de 29/12/2021	Institui o “Dia Estadual do Jalapão”, e dá outras providências.
3849 de 29/12/2021	Institui o mês Abril Laranja, dedicado à campanha de adoção e de prevenção à crueldade contra os animais, e dá outras providências.
3850 de 29/12/2021	Institui o Dia da Policial Militar Feminina do Estado do Tocantins.
3851 de 29/12/2021	Institui o Dia do Veterano em homenagem aos Policiais Militares da Reserva e Reformados do Estado do Tocantins.

3852 de 29/12/2021	Declara de utilidade pública estadual a APAA-Associação Protetora dos Animais de Araguaína "É O BICHO" localizada no Município de Araguaína/TO.
3853 de 29/12/2021	Institui o Dia do Policial Penal no Estado do Tocantins.
3854 de 29/12/2021	Institui a Semana de Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH e o Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD), no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências.
3855 de 29/12/2021	Institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Osteoporose.
3856 de 29/12/2021	Concede o "Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro" ao Senhor Napoleão de Souza Luz Sobrinho.
3857 de 29/12/2021	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor SIDNEY FIORI JUNIOR.
3858 de 29/12/2021	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Romualdo Matias Kujawski.
3859 de 29/12/2021	Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor JUVENAL KLAYBER COELHO.
3860 de 29/12/2021	Denomina "Cel Janilson Veras Barbosa" o Centro Olímpico da Polícia Militar em Palmas – TO.
3861 de 29/12/2021	Declara de utilidade pública estadual a Associação Instituto Bela Vista Futebol Cachoeirense no Munícipio de Cachoerinha/TO.
3862 de 29/12/2021	Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Moradores do Distrito de Bela Vista do Tocantins-BAMBU DE OURO.
3863 de 29/12/2021	Declara de utilidade pública a Associação dos Profissionais do Sistema Penitenciário do Tocantins - PROSISPEN- TO.
3862 de 29/12/2021	Denomina de "Prefeito Antônio Poincaré de Andrade" a ponte entre a TO-050 e a TO-255, sobre o rio Tocantins, no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins.

3.1.1 Leis Complementares

A Lei Complementar é uma regra produzida a partir de uma necessidade expressa na Constituição para regulamentar uma matéria específica.

A seguir estão as Leis Complementares publicadas, e suas respectivas ementas, no ano de 2021.

Tabela - Leis Complementares - 2021.

LEI COMPLEMENTAR	EMENTA
128 de 14/04/2021	Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, e adota outras providências. REPUBLICADA DOE 5828
129 de 03/08/2021	Altera a Lei Complementar n° 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências.
130 de 17/09/2021	Altera a Lei Complementar nº 13, de 18 de julho de 1997, que dispõe sobre regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências.
131 de 30/09/2021	Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO, e adota outra providência. REPUBLICADO DOE 5945

132 de 07/10/2021	Altera a lei complementar 112, de 30 de abril de 2018, que dispõe sobre a organização dos serviços notariais e de registro exercidos e caráter privado, por delegação do Poder Público do Estado do Tocantins.
133 de 27/12/2021	Altera a Lei Complementar n° 51, de 2 de janeiro de 2008, que "Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências".
134 de 27/12/2021	Altera a Lei Complementar n° 51, de 2 de janeiro de 2008, que Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências, a fim de regulamentar a função de Coordenador de Promotoria para as promotorias de Justiça de 1ª e 2ª entrâncias.

3.2 Decretos

O Decreto é o ato normativo, que estando abaixo da Lei, serve para regulamentá-la. Os decretos produzidos pela Casa Civil são privativos do Chefe do Poder Executivo.

Além das matérias apresentadas na tabela, os demais Decretos, tratam de assuntos tais como pontos facultativos, luto oficial, transposições de dotações orçamentárias, cessões de áreas, e situação emergência.

Tabela: Decretos de destaque produzidos na Casa Civil e publicados no período de Janeiro a Dezembro de 2021.

DECRETO	EMENTA
6.205 de 06/01/2021	IPM
6.206 de 14/01/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006.
6.207 de 24/01/2021	Luto
6.208 de 26/01/2021	Dispõe sobre a transformação da Companhia Independente de Operações Especiais - CIOE em Batalhão de Operações Especiais - BOPE.
6.209 de 27/01/2021	Credenciar o Campus Universitário da Unirg em Paraíso do Tocantins, na forma que especifica.
6.210 de 27/01/2021	Fixa os Índices de Participação dos Municípios - IPM no ICMS para o exercício financeiro de 2021.
6.211 de 29/01/2021	Dispõe sobre as atividades educacionais e a jornada de trabalho, na forma que especifica, e adota outras providências.
6.212 de 03/02/2021	Altera o inciso IV do art. 1o do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, que delega atribuições a Secretários de Estado.

6.213 de 03/02/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto no 2.912, de 29 de dezembro de 2006.
6.214 de 12/02/2021	Altera o Decreto 5.842, de 10 de julho de 2018, que institui o Grupo Executivo para Gestão e Equilíbrio do Gasto Público. - REPUBLICADO DOE 5.789 DE 16.02.2021.
6.215 de 12/02/2021	Dispõe sobre a inclusão e qualificação de pré-projetos e a autorização para realização de estudos preliminares de novos projetos, no Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins - Tocantins-PPI, nas áreas que especifica, e adota outras providências.
6.216 de 15/02/2021	Regulamenta o procedimento para o reconhecimento e a convalidação dos registros imobiliários de que trata a Lei 3.525, de 8 de agosto de 2019, observado o disposto na Lei 3.730, de 16 de dezembro de 2020, e adota outras providências.
6.217 de 16/02/2021	Abre à Secretaria do Planejamento e Orçamento e Recursos sob a Supervisão da SEPLAN crédito especial. republicado doe 5846 de 14.05.2021
6.218 de 17/02/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.219 de 17/02/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.220 de 17/02/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.221 de 18/02/2021	SEPLAN
6.222 de 26/02/2021	Estabelece medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências
6.223 de 01/03/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar
6.224 de 01/03/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.225 de 01/03/2021	Abre a diversos órgãos crédito adicional suplementar.
6.226 de 01/03/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.227 de 01/03/2021	Altera o art. 50-A do Decreto 5.815, de 9 de maio de 2018, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos do Governo do Estado do Tocantins mediante convênios.
6.228 de 04/03/2021	Autoriza o funcionamento do curso de Graduação em Medicina, ofertado pela Universidade de Gurupi - UNIRG, no Campus Universitário de Paraíso do Tocantins.
6.229 de 10/03/2021	Altera o art. 50-A do Decreto 5.815, de 9 de maio de 2018, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos do Governo do Estado do Tocantins mediante convênios.
6.230 de 12/03/2021	Estabelece medidas de enfrentamento da Covid-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.231 de 16/03/2021	Transfere recurso para o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDES-TO, e adota outra providência.

6.232 de 17/03/2021	Aprova a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso dos recursos estaduais para o exercício financeiro de 2021, e adota outras providências.
6.233 de 17/03/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.
6.234 de 22/03/2021	SARS-CoV-2
6.235 de 30/03/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outra providência
6.236 de 30/03/2021	Decreta ponto facultativo na data que especifica, e adota outra providência.
6.237 de 05/04/2021	Dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo para o exercício de 2021, e adota outras providências.
6.238 de 05/04/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.239 de 05/04/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.240 de 05/04/2021	Abre a diversos órgãos crédito adicional suplementar.
6.241 de 05/04/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.242 de 13/04/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outra providência.
6.243 de 19/04/2021	Aprova o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo - QOD do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO, e adota outra providência.
6.244 de 19/04/2021	Aprova o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo - QOD da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, e adota outra providência.
6.245 de 19/04/2021	Homologa o Resultado Final do Concurso Público da Defesa Social e Segurança Penitenciária, regido pelo edital n° 04/001, de 15 de outubro de 2014, publicado na edição nº 4.235 do Diário Oficial do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.246 de 20/04/2021	Declara facultativo o ponto nas datas que especifica.
6.247 de 20/04/2021	Altera o art. 50-A do Decreto 5.815, de 9 de maio de 2018, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos do Governo do Estado do Tocantins mediante convênios.
6.248 de 20/04/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outra providência
6.249 de 03/05/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.250 de 03/05/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar
6.251 de 03/05/2021	Abre a diversos órgãos crédito adicional suplementar. Abre a diversos órgãos crédito adicional suplementar. Abre a diversos órgãos crédito adicional suplementar.

6.252 de 03/05/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.253 de 03/05/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.
6.254 de 03/05/2021	Altera o art. 65 do Regulamento dos Procedimentos Especiais de Restituição do Indébito Tributário, Consulta, Apreensão de Mercadorias em Situação Fiscal Irregular e Leilão de Mercadorias Abandonadas, aprovado pelo Decreto 3.088, de 17 de julho de 2007.
6.255de 03/05/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.
6.256 de 03/05/2021	Transfere recurso para o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDES-TO, e adota outra providência.
6.257 de 14/05/2021	COVID
6.258 de 25/05/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006.
6.259 de 25/05/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto no 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.
6.260 de 25/05/2021	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terras que especifica, e adota outra providência.
6.261 de 26/05/2021	Institui a Comissão Estadual para atender ao que dispõe o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, e adota outras providências.
6.262 de 26/05/2021	Altera o art. 8o do Decreto 5.164, de 8 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei 1.209, de 21 de fevereiro de 2001, que institui o Ressarcimento de Despesas de Atividade Fiscal - REDAF, e adota outras providências.
6.263 de 26/05/2021	Altera o art. 5o do Regimento Interno do Contencioso Administrativo-Tributário do Estado do Tocantins - CAT, aprovado pelo Decreto 3.198, de 7 de novembro de 2007
6.264 de 28/05/2021	Fixa os Índices de Participação dos Municípios - IPM no ICMS para o exercício financeiro de 2021.
6.265 de 01/06/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.266 de 01/06/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.267 de 01/06/2021	Abre a diversos órgãos crédito adicional suplementar
6.268 de 01/06/2021	Abre a diversos órgãos crédito suplementar.
6.269 de 01/06/2021	Declara facultativo o ponto nas datas que especifica.

6.270 de 07/06/2021	Dispõe sobre a inclusão e qualificação de projetos no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins - Tocantins-PPI, nas áreas que especifica, e adota outras providências.
6.271 de 10/06/2021	Institui no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, o Regimento de Polícia Montada - RPMon, e adota outras Providências.- REPUBLICADO 5.863 DE 11.06.2021
6.272 de 11/06/2021	COVID
6.273 de 17/06/2021	Revoga o Decreto 6.186, de 25 de novembro de 2020. - REPUBLICADO DOE 5.870 DE 22.06.2021
6.274 de 30/06/2021	Prorroga o prazo previsto no caput do art. 1o do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, alterado pelos Decretos 6.156, de 18 de setembro de 2020, e 6.202, de 22 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a declaração do estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, e dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins.
6.275 de 30/06/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins.
6.276 de 30/06/2021	Fixa os Índices de Participação dos Municípios - IPM no ICMS para o exercício financeiro de 2020, em atendimento à Ação Ordinária que especifica.
6.277 de 30/06/2021	Fixa os Índices de Participação dos Municípios - IPM no ICMS para o exercício financeiro de 2021, em atendimento à Ação Ordinária que especifica.
6.278 de 01/07/2021	SEPLAN
6.279 de 01/07/2021	SEPLAN
6.280 de 01/07/2021	SEPLAN
6.281 de 01/07/2021	SEPLAN
6.282 de 05/07/2021	Declara luto oficial no Estado do Tocantins
6.283 de 08/07/2021	Institui Comissão Interinstitucional para o fim que especifica, e adota outras providências.
6.284 de 12/07/2021	Dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito da Medida Provisória no 12, de 17 de junho de 2021, que institui o serviço voluntário na atividade de brigada de incêndio florestal e salvamento aquático no Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.285 de 16/07/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outra providência.
6.286 de 16/07/2021	Altera o Decreto 6.283, de 8 de julho de 2021, que institui Comissão Interinstitucional para o fim que especifica.
6.287 de 19/07/2021	Altera o Decreto 5.992, 11 de setembro de 2019, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terras que especifica.
6.288 de 27/07/2021	Altera o art. 1o do Decreto 6.151, de 11 de setembro de 2020, que dispõe sobre a composição do Conselho Estadual de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos.
6.289 de 27/07/2021	Altera os arts. 4o e 5o do Decreto 5.264, de 30 de junho de 2015, que dispõe sobre o cálculo do valor adicionado, da quota igual, da população, da área territorial e dos critérios ambientais, relativos à composição do Índice de Participação dos Municípios - IPM, e adota outras providências.

6.290 de 28/07/2021	Dispõe sobre o uso de uniformes, insígnias, distintivos e símbolos da Policia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, e adota outras providências.
6.291 de 02/08/2021	SEPLAN
6.292 de 02/08/2021	SEPLAN
6.293 de 02/08/2021	SEPLAN
6.294 de 02/08/2021	SEPLAN
6.295 de 04/08/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006.
6.296 de 05/08/2021	Autoriza o funcionamento do curso de Graduação em Medicina, ofertado pela Universidade Estadual do Tocantins - Unitins, Campus de Augustinópolis.
6.297 de 06/08/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outra providência.
6.298 de 11/08/2021	Altera os arts. 8o e 9o do Anexo Único ao Decreto 3.076, de 2 de julho de 2007, e adota outra providência.
6.299 de 13/08/2021	Dispõe sobre as compras, licitações e contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo Estadual até a regulamentação da Lei Federal no 14.133, de 1o de abril de 2021
6.300 de 20/08/2021	Altera o Decreto no 6.237, de 31 de março de 2021, que dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo para o exercício de 2021, e adota outras providências.
6.301de 20/08/2021	Autoriza a composição da Câmara Técnica que especifica.
6.302 de 20/08/2021	Dispõe sobre o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Tocantins - CETER/TO, instituído pela Lei Estadual no 3.582, de 17 de dezembro de 2019.
6.303 de 23/08/2021	SEPLAN
6.304 de 01/09/2021	Declara facultativo o ponto na data que especifica.
6.305 de 01/09/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.306 de 01/09/2021	SEPLAN
6.307 de 01/09/2021	SEPLAN
6.308 de 01/09/2021	SEPLAN
6.309 de 01/09/2021	SEPLAN
6.310 de 01/09/2021	SEPLAN
6.311 de 01/09/2021	SEPLAN

6.312 de 14/09/2021	Dispõe sobre concessão de diárias e passagens no âmbito da Administração Pública, Direta ou Indireta, do Poder Executivo do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.313 de 14/09/2021	Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Lei Federal 13.460, de 26 de junho de 2017, e institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências.
6.314 de 21/09/2021	Regulamenta a Lei no 3.721, de 8 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a admissão especial de militares da reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO e do Corpo de Bombeiros Militar - CBMTO, e adota outras providências.
6.315 de 22/09/2021	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terras que especifica, e adota outra providência.
6.316 de 01/10/2021	SEPLAN
6.317 de 01/10/2021	SEPLAN
6.318 de 01/10/2021	SEPLAN
6.319 de 01/10/2021	CEDIDO SEPLAN
6.320 de 04/10/2021	Fixa a data de 5 de outubro de 2021 para a promoção de Subtenentes concluintes dos cursos de habilitação de oficiais que especifica.
6.321 de 07/10/2021	SEPLAN
6.322 de 07/10/2021	Declara facultativo o ponto na data que especifica.
6.323 de 07/10/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.
6.324 de 07/10/2021	SEPLAN
6.325 de 08/10/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.326 de 15/10/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.327 de 22/10/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências. SGD: 2021/09029/5026
6.328 de 22/10/2021	Dispõe sobre o Programa Social Vale-Gás, instituído pela Lei 3.828, de 29 de setembro de 2021.
6.329 de 26/10/2021	Declara facultativo o ponto nas datas que especifica, e adota outra providência.
6.330 de 27/10/2021	Institui o Grupo Gestor para o Equilíbrio do Gasto Público, e adota outras providências.
6.331 de 28/10/2021	Dispõe sobre jornada diária de trabalho nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, e adota outras providências.
6.332 de 28/10/2021	Dispõe sobre o Programa Social Vale-Gás, instituído pela Lei 3.828, de 29 de setembro de 2021.
6.333 de 03/11/2021	SEPLAN

6.334 de 03/11/2021	SEPLAN
6.335 de 03/11/2021	SEPLAN
6.336 de 03/11/2021	SEPLAN
6.337 de 03/11/2021	SEPLAN
6.338 de 08/11/2021	Altera o art. 3º do Decreto 6.025, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a Comissão Intersetorial do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – CIASE/TO, e adota outra providência.
6.339 de 08/11/2021	Dispõe sobre o Fundo Rotativo, de que trata a Lei nº 3.667, de 21 de maio de 2020.
6.340 de 08/11/2021	Altera o Decreto 5.944, de 8 de maio de 2019, que institui a Unidade Gestora Tesouro Estadual.
6.341 de 09/11/2021	Altera o inciso IV do art. 1o do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, que delega atribuições a Secretários de Estado.
6.342 de 17/11/2021	Homologa resultado final do concurso público que especifica. O **VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo, consoante o disposto no art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e na conformidade do disposto na Lei 2.578, de 20 de abril de 2012, e no item 17.30 do Edital no 1 - CBMTO, de 8 de fevereiro de 2021, publicado na edição 5.783 do Diário Oficial do Estado.
6.343 de 17/11/2021	*Abre a diversos órgãos crédito adicional suplementar.*
6.344 de 19/11/2021	*Determina a realização de inspeção em órgãos e entidades que compõem a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual visando à defesa do patrimônio público, à apuração de irregularidades e à transparência na gestão, e adota outras providências.*
6.345 de 23/11/2021	Altera o art. 1º do Decreto 6.330, de 27 de outubro de 2021, que institui o Grupo Gestor para o Equilíbrio do Gasto Público, e adota outras providências.
6.346 de 23/11/2021	Altera o art. 3º do Decreto 5.440, de 2 de junho de 2016, que dispõe sobre o procedimento preliminar para aquisição de bens e serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, e adota outras providências.
6.347 de 26/11/2021	Institui o Grupo Estratégico para Estudos, Análises e Encaminhamentos sobre a Regularização de Terras Quilombolas e Comunidades Tradicionais na Região do Jalapão, e adota outras providências.
6.348 de 26/11/2021	Dispõe sobre as áreas adjacentes ao Parque Estadual do Jalapão, nos termos da Lei nº 3.816, de 25 de agosto de 2021.
6.349 de 26/11/2021	Altera o §2º do art. 1º do Decreto 4.962, de 7 de janeiro de 2014, que regulamenta a Lei 2.766, de 5 de setembro de 2013.
6.350 de 1º/12/2021	SEPLAN
6.351 de 1º/12/2021	SEPLAN

6.352 de 1º/12/2021	SEPLAN
6.353 de 1º/12/2021	SEPLAN
6.354 de 1º/12/2021	SEPLAN
6.355 de 1º/12/2021	SEPLAN
6.356 de 1º/12/2021	Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2021, para os órgãos e entidades do Poder Executivo, e adota outras orovidências.
6.357 de 1º/12/2021	Altera o art. 1º do Decreto 6.151, de 11 de setembro de 2020, que dispõe sobre a composição do Conselho Estadual de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, e adota outra providência
6.358 de 02/12/2021	Doa às famílias de baixa renda cadastradas junto à Tocantins-Parcerias os lotes urbanos que especifica, localizados no Município de Miranorte.
6.359 de 03/12/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.360 de 07/12/2021	Modifica, no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, a Unidade de Polícia Militar - UPM especificada, e adota outras providências.
6.361 de 08/12/2021	Altera o Anexo XXI do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006.
6.362 de 08/12/2021	Altera o Regulamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP-TO, aprovado pelo Decreto 5.556, de 23 de dezembro de 2016, e adota outras providências.
6.363 de 08/12/2021	Altera o art. 2º do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.912, de 29 de dezembro de 2006.
6.364 de 08/12/2021	Altera o Decreto nº 3.088, de 17 de julho de 2007, que aprova aregulamentação dos Procedimentos Especiais de Restituição do Indébito Tributário, Consulta, Apreensão de Mercadorias em Situação Fiscal Irregular e Leilão de Mercadorias Abandonadas, e adota outras providências.
6.365 de 10/12/2021	Fixa os índices de Participação dos Municípios – IPM no ICMS para o exercício finan 2022.
6.366 de 13/12/2021	Altera o Anexo XXVI do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.
6.367 de 13/12/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.

6.368 de 14/12/2021	Desafeta e destina ao uso especial do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins o bem imóvel que especifica, e adota outra providência.
6.369 de 14/12/2021	Destina ao uso especial do Ministério Público do Estado do Tocantins – MPTO o imóvel que especifica, e adota outras providências.
6.370 de 15/12/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.
6.371 de 16/12/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado peloDecreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.
6.372 de 17/12/2021	Renova o Reconhecimento do Curso de Graduação em Medicina, ministrado pela Universidade de Gurupi – UNIRG.
6.373 de 17/12/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.
6.374 de 20/12/2021	Declara luto oficial no Estado do Tocantins.
6.375 de 20/12/2021	Declara facultativo o ponto nos dias que especifica, e adota outra providência.
6.376 de 20/12/2021	Altera o Decreto nº 6.237, de 31 de março de 2021, que dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo para o exercício de 2021, e adota outras providências.
6.377 de 20/12/2021	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra que especifica, e adota outra providência.
6.378 de 20/12/2021	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terra que especifica, e adota outra providência.
6.379 de 20/12/2021	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra que especifica, e adota outras providências.
6.380 de 25/12/2021	Declara luto oficial no Estado do Tocantins.
6.381 de 27/12/2021	Prorroga o prazo previsto no *caput* do art. 1º do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, alterado pelos Decretos 6.156, de 18 de setembro de 2020, 6.202, de 22 de dezembro de 2020, e 6.274, de 29 de junho de 2021, que dispõe sobre a declaração do estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins.
6.382 de 29/12/2021	Institui força-tarefa com o propósito de monitorar e estabelecer estratégias de enfrentamento aos impactos sociais e econômicos ocasionados pelas chuvas torrenciais e cheias fluviais em áreas rurais e urbanas de municípios tocantinenses.
6.383 de 30/12/2021	Fixa os Índices de Participação dos Municípios – IPM no ICMS para o exercício financeiro de 2022 em atendimento a Ação Ordinária que especifica.

CASA MILITAR

Dentre as diversas atividades as quais a CAMIL está submetida, principalmente no tocante à segurança pessoal do Exmo. Sr. Governador do Estado, Vice-Governador e seus familiares, respectivamente, abaixo serão apresentadas as atividades realizadas pelo órgão na busca do cumprimento de sua missão diante das informações dos setores que a compõem, nas áreas administrativa e operacional da pasta;

3.1 Divisão de Segurança

Diante das possibilidades, cursos foram realizados pela CAMIL, inicialmente ao efetivo que atua diretamente na segurança e escolta do Exmo. Sr. Governador e atual Goverandor em Exercício, de modo a ampliar os conhecimentos na segurança e proteção de autoridades bem como treinamentos de uso de material bélico, aperfeiçoando e atualizando as técnicas já aplicadas, a saber:

- Instrução de Tiro Prático Policial, Manutenção e Manuseio da Pistola PT 40 MODELO Glock com parte do efetivo da CAMIL, realizado em Junho e Outubro/2020;
- Estágio Avançado de Segurança e Proteção de Autoridades, realizado Maio e Dezembro/2021;
- Instrução de Atendimento Pré-Hospitalar e Combate a Incêndio, realizado em Maio, Junho e Agosto/2021.
  Curso/Instrução realizado fora da Camil;
- Curso de Proteção de Autoridades, realizado pela Casa Militar da Bahia em Novembro e Dezembro/2021.

Para reforçar a segurança das autoridades, o órgão recebeu, mediante cautela junto à Polícia Civil:

- Quatro espingardas calibre 12mm, CBC, modelo: Pump 12 military, ação simples, acabamento oxidada;
- Setenta e cinco munições letais calibre 12 mm, CNC;
- Quarenta e oito munições não letais, calibre 12 mm, CBC - 403 P.

3.2 Gerência de Brigada Contra Incêndio e Atendimento Emergencial - GBCIAE

Equipe composta por militares do Corpo de Bombeiros que atua na CAMIL, é responsável pela manutenção da prevenção contra incêndio e pânico do Palácio Araguaia, permanecendo em prontidão para o atendimento de emergências pré-hospitalares, bem como as competências atribuídas pelo Sr. Secretário-Chefe da Casa Militar na operacionalização dos sistemas de controle de acesso e monitoramento por imagens do Palácio Araguaia, tendo como diretriz principal a segurança das Autoridades e demais ocupantes do Palácio Araguaia assim como a Segurança Institucional do Poder Executivo;

Válido ressaltar que é também de competência da Gerência de Brigadaa organização e execução do curso de formação de brigadistas do Palácio Araguaia que no ano de 2021 não foi realizado em razão da pandemia do COVID-19, em conformidade com o art. 31 alínea b inciso II da Portaria nº 011/2020/SEGER do Corpo de Bombeiros do Tocantins de 10 de junho de 2020, que suspende a formação de brigadas de incêndio por motivo da pandemia;

Os militares do Corpo de Bombeiros estão presentes na escolta do Chefe do Poder Executivo em seus deslocamentos em viagens e em outras frentes de serviço, quando necessário, vistoria de segurança das estruturas em eventos institucionais além de outras missões incumbidas à Gerência;

Principais atividades realizadas em 2021:

Janeiro 2021	Inspeção física e avaliação dos sistemas de travamento das portas e controle de acesso do Palácio Araguaia e emissão do relatório apontando as principais falhas e riscos e sugerindo correções.
	Avaliação e relatório do sistema de monitoramento e gravação de imagens do Palácio Araguaia contendo identificação de falhas e riscos e sugerindo correções.
Fevereiro e Março 2021	Inspeção anual dos extintores do Palácio Araguaia, Hangar e Unidade Receptiva do Cantão, emissão do relatório quali-quantitativo e coordenação da troca e recarga dos extintores.
Junho 2021	Vistoria geral das condições de segurança do Palácio Araguaia e emissão do relatório constando os problemas identificados e sugerindo as soluções.
Novembro 2021	Inspeção e avaliação do nível de segurança do condomínio Excellence Tower, residência oficial. Emissão do relatório contendo as principais falhas e riscos e sugerindo soluções.
Dezembro 2021	Instalação de equipamentos de segurança e monitoramento nas Residência Oficiais do Governador em Exercício bem e de igual forma, os itens que compõem o Hangar do Estado.

3.3 Assessoria Jurídica/Corregedoria

Pela Assessoria Jurídica e Corregedoria do órgão, regulamentos internos

entraram em vigor na busca de padronizar determinados procedimentos, melhorando a atuação do órgão tanto interna como externamente, estes publicados em Boletim Geral do órgão e em Diário Oficial do Estado.

Outras atribuições estão relacionadas ao acompanhamento e análise de processos licitatórios, confecção de aditivos, análise de reajustes contratuais, notificações diversas, para melhor assistir o Secretário-Chefe da Casa militar em assuntos legais e atos oficiais inerentes a pasta.

As atividades foram desenvolvidas no intuito de reorganizar e melhorar a estrutura administrativa e operacional do órgão, em observância aos princípios Constitucionais da Administração Pública: “legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Para tanto, buscou-se apresentar propostas de reestruturação organizacional da CAMIL redigindo minutas de leis, Instauração de procedimentos administrativos e acompanhamentos das atividades administrativas e operacionais atinentes a este órgão.

Encontra-se em andamento a Minuta de Lei de Organização Básica da Casa Militar e a Minuta de Regimento Interno do órgão previstas para sua publicação em 2022.

3.4 Patrimônio e Almoxarifado

Em 2021 o Setor de Patrimônio e Almoxarifado, dentre as atividades realizadas, estão imbuídas, principalmente no tocante ao tombamento, baixa de bens inservíveis, distribuição e controle físico dos bens, assim como estabelecimento de critérios pelo uso, movimentação, guarda, conservação e manutenção, serão relacionadas abaixo as atividades realizadas pelo Setor na busca do cumprimento de suas obrigações.

Foi finalizado em 2021 o processo nº 2019/09070/000071 de baixa patrimonial de 695 (seiscentos e noventa e cinco) bens móveis inservíveis, constantes na carga da Casa Militar, através de doação a instituição beneficente, Associação Ação Social Santa Terezinha de Palmas, tudo conforme rege a Instrução Normativa Geral Nº004/02-00 de 03 de dezembro de 1998.

Foram feitas as regularizações via sistema SIGA de transferências externas e internas, como forma de domínio de todas as movimentações dentro dos setores da Casa Militar de bens moveis, para fins de atualização do Sistema SIGA/PATRIMÔNIO em que prevalece o controle e a coordenação com os respectivos chefes de setores responsáveis pelo patrimônio de suas seções.

Em 2021 foram realizados tombamento dos bens moveis adquiridos, devolução para o órgão de origem, SECAD, de Motocicleta Bross, placa MXE-5983 por não atender mais a necessidade do setor. Foram trocadas plaquetas antigas, de

bens móveis, que estavam desgastadas pelo tempo e dificultavam a conferência visual com objetivo de ter maior fidedignidade, controle e consistência na conferência física e via sistema SIGA.

Realizou-se todos tramites necessários de alienação e baixa do veículo leiloado GM Astra Sedan Advantage, cor prata polaris, fabricação/modelo 2006/2007, placa MWD-0613.

Foram formalizados em 2021 e encaminhados para Leilão do Estado do Tocantins, veículos da Casa Militar, a saber:

- Motocicleta modelo CG 150 JOB, Honda, modelo 2005, ano 2005, cor branca, placa MVZ 9618;
- Van marca Mercedes Bens, modelo micro-ônibus 313 Sprinter, capacidade para 15 (quinze) passageiros, fabricação/modelo 2004/2005, cor prata, placa MVY-1277.

No quesito de aquisições, o Setor de Patrimônio/Almoxarifado recebeu:

- 03 (três) desfibriladores externos automáticos;
- 26 (vinte e seis) câmeras infravermelhas;
- 02 (dois) gravadores de imagem DVR de 16 canais;
- 01 (um) gravador de imagem DVR com 04 canais;
- 01 (um) monitor game LG 24 polegadas;
- 01 (um) HD externo de 1TB;

As demandas acima apresentadas estão de acordo com o que ordena as obrigações dos setores de Patrimônio e Almoxarifado da Casa Militar, mantendo atualizados os Bens de Patrimônio com suas respectivas placas de identificação patrimonial, trazendo os termos de responsabilidades assinados por seus respectivos responsáveis, controlando toda movimentação através do sistema SIGA.

3.5 Assessoria de Comunicação

Nos órgãos públicos, as assessoriras de comunicação têm o papel de informar, prestar contas e criar espaços de diálogo com a sociedade assim como com os servidores a qual prestam seus serviços no que diz respeito aos interesses coletivos. Em 2021, a partir do mês de Maio, o site da Casa Militar (https://www.to.gov.br/casamilitar) obteve maior ênfase, assim como o Instagram (@casa_militar_to).

Releases foram divulgados no site, feeds foram publicados na página do Instagram, objetivando a divulgação das ações internas e externas da Casa Militar em âmbito nacional e estadual (cursos, instruções, parcerias, projetos, campanha de vacinação), assim como a participação em projetos sociais em parceria com Secretarias do Estado.

3.6 Serviço de Saúde

Diante da situação em que se encontra a população mundial no tocante à pandemia instalada e que ainda faz-se presente, o Serviço de Saúde da CAMIL foi essencial no apoio e acompanhamento ao seu efetivo militar e civil, bem como no atendimento aos servidores do Gabinete do Exmo. Sr. Governador e das demais Secretarias situadas no Palácio Araguaia, a todas as pessoas que tiveram acesso direto ao Chefe do Poder Executivo e Vice Governador no período da Pandemia, realizando assim ações informativas, preventivas e atendimentos de acompanhamento a todos que ali foram recepcionados.

Destacam-se as seguintes atividades:

• Exames PCR;
• Testes rápidos;
• Orientação de medidas preventivas e protocolos do COVID 19;
• Atendimento e acompanhamento aos familiares de militares;
• Acompanhamento hospitalar;
• Captação e doação de Máscaras e álcool gel;
• Captação e doação de equipamentos de proteção individual (EPI);
• Atendimentos preventivos e testagem em eventos, solenidades e visitas oficiais de autoridades;
• Atendimentos preventivos, testagens, vacinação, aplicação de medicamentos e serviço de enfermagem;
• Viabilização de atendimentos médicos e psicológicos;
• Triagem de exames para acompanhamento das condições de saúde dos militares e para realização de Teste de Aptidão Física - TAF;
• Campanha de vacinação contra Covid- 19 (1ª e 2ª dose) em abril e julho;
• Campanha de vacinação da dose de reforço (3ª dose) em dezembro: 91(noventa e um) doses aplicadas de reforço da Pfizer e 04 (quatro) doses de Astrazenica- 2ª dose e 84 doses da Influenza;
• Atendimentos de enfermagem em geral.

3.7 Gerência de Inteligência

Em sua estrutura apresentada na Lei 3.421/2019, a CAMIL possui a Gerência de Inteligência, cabe a ela fazer levantamento de inteligência para a segurança de autoridades e montagem de processos de compra e venda de material bélico para uso particular. Na maioria dos locais visitados pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Tocantins fez-se presente equipes de agentes de inteligência no intuito de monitorar a região acerca de potenciais ataques contra a integridade física da autoridade, permitir o andamento do trabalho pretendido e auxiliar as equipes de segurança em terreno.

Ressalta-se que a capacitação profissional dos policiais empregados é de fundamental importância para a qualidade do serviço prestado, sendo que no ano de 2021, foi ofertado aos policiais desta divisão curso prático de Tiro com pistolas Glock, Curso de Introdução a Atividade de Inteligência e ainda no final do ano de 2021, (02) dois militares da Casa Militar do Estado do Tocantins, concluíram com êxito o curso de proteção de autoridades ofertado pela Polícia Militar do Estado da Bahia.

O curso foi em regime integral e teve duração de 240 horas/aula com início dia 17/11/2021 a 13/12/2021 com várias disciplinas, tais como: Escolta a pé; Escolta motorizada; Combate velado; Tiro policial; Defesa pessoal; Salvamento aquático; Direção defensiva e Evasiva; Atendimento pré-hospitalar; Varredura em Ambientes e noções de explosivos; Inteligência aplicada a Proteção de Autoridades; Planejamento e precursão e Aspectos Legais do Serviço de Proteção de autoridades.

3.8 Recursos Humanos

No tocante ao Setor de Recursos Humanos - RH, a Casa Militar tem como servidores Policiais e Bombeiros Militares regidos por legislação própria possuindo ainda como membros da pasta 03 servidores civis (efetivo e comissionado). O RH buscou administrar de modo eficiente e eficaz todas as obrigações pertinentes a cada servidor e a cada legislação específica, em consonância com as orientações e determinações dos órgãos de origem dos militares, bem como da Secretaria de Administração do Estado – SECAD;

3.9 Gerência de Transportes

Podemos destacar, que nesse período desempenhamos diversas atividades, como:

- Controle dos Km's (entrada e saída) dos veículos;
- Manutenções preventivas, consertos dos veículos, bem como as revisões;
- Acompanhamento das notificações e infrações de trânsito, cometidas pelos motoristas da Casa Militar;
- Confecção de memorandos, partes e ofícios;
- Planejamento das viagens oficiais (escolha e checagem das condições dos veículos, conferência do cartão de abastecimento e documento);
- Gestão do Sistema de Abastecimento e Lavagem de Veículos das Empresas Vólus, Goldi Card eTicket Log;
- Cadastros e manutenção operacional dos motoristas, nos sistemas de abastecimentos Vólus, Goldi Card, e Ditra;
- Fiscalização dos Contratos nº 001/2020, vinculado ao processo nº 2020/09070/0008, firmado com a empresa GOLDI SERVIÇOS E ADMININSTRAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 20.217.208.0001/74, Contrato nº 001/2021, firmado com a empresa VÓLUS TECNOLOGIA E GESTAO DE BENEFICIOS LTDA, inscrita no CNPJ 03.817.702/0001-50; Contrato nº 001/2019, firmado com a empresa TB Serviços Transporte, Limpeza,

Gerenciamento e Recursos Humanos S. A, inscrita no CNPJ 60.924.040/0001-51, Contrato nº 002/2019, firmado com a empresa Locadora de Veículos Araguaia LTDA, inscrita no CNPJ: 01.419.973/0001-22, Contrato nº 003/2019, firmado com a empresa CS Brasil Frotas Ltda., inscrita no CNPJ: 27.595.780/0001-16, e Contrato nº 109/2021/GEGEC/SECAD, firmado com a empresa Ticket Soluções HDFGT S/A, inscrita no CNPJ: 03.506.307/0001-57.

- Elaboração do quantitativo, estimado para consumo de combustível (gasolina, diesel e etanol), no período de 12 (doze) meses.
- Troca parcial da frota, locadora CS Brasil, por veículos zero km, conforme previsto em contrato.

A equipe da Gerência de Transportes tem como foco uma atuação de controle e conservação da frota veicular os quais atendem as necessidades da Casa Militar, do Exmo. Sr. Governador do Estado em Exercício e seus respectivos familiares.

3.10 Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil

A Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil buscou o cumprimento de suas obrigações utilizando-se de todo seu orçamento, observados os programas e ações de trabalho descritos no PPA.

A CAMIL possui contratos vigentes relacionados a lavagem e locação de veículos oficiais que atendem diretamente o Exmo. Sr. Governador, no Estado, na capital, em todo território nacional e demais missões designadas ao órgão; cartões magnéticos para utilização no abastecimento dos referidos veículos; locação de impressoras para atendimento dos serviços administrativos; locação de rádios na atuação dos militares nas dependências do Palácio Araguaia e em missões externas.

Em conjunto com a Agência Técnica da Informação – ATI, iniciou-se o processo para aquisição de telefonia, disponibilizando à CAMIL telefones funcionais para utilização nas atividades do órgão.

O setor buscou em todo o exercício de 2021 impedir a interrupção ou a má realização na prestação de serviço pelas empresas contratadas, sempre buscando parceria entre ambos;

Tendo em vista orçamento anual insuficiente para o pagamento de suas despesas, após apresentação e análises da Secretaria de Planejamento e Orçamento e Secretaria da Fazenda, foi disponibilizado um crédito suplementar, possibilitando assim o pagamento de todos os seus fornecedores bem como Diárias Pessoal Militar aos militares designados para acompanhamento e segurança do Exmo. Sr Governador do Estado em Exercício.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS – FOMENTO S.A.

- ✓ Atendimento a todos empreendedores com restrições adquiridas durante a pandemia, um diferencial da Fomento Tocantins, dando a possibilidade de sanar sua dívida e continuar a crescer seu negócio. Ação exclusiva e diferenciada da Fomento no Estado.

- ✓ Programa de taxas diferenciadas, pesando pelos empreendedores do Estado a Fomento manteve e vem mantendo a menor taxa do mercado, de forma a favorecer principalmente o microempreendedor, que tem acesso restrito ao crédito. Com funcionamento integral das 8h às 18h.

- ✓ Lançamento do Crédito Online na plataforma do site institucional, com a finalidade de desburocratizar e agilizar o processo de crédito, tornando o acesso ao crédito mais acessível a todo Estado, aberto 24h por dia, nas modalidades:
  - ✓ Lançado em Abril: R$ 10.000,00 e R$ 20.000,00 (Recursos Próprios)
    - ✓ Liberados mais de R$ 504 mil em crédito;
  - ✓ Lançado recentemente: R$ 30.000,00 (Fungetur)
    - ✓ Liberados mais de R$ 60 mil em crédito;
  - ✓ Desde 2020, recursos do Fundo FDES (todos)
    - ✓ Liberados mais de R$ 5 milhões em crédito através do portal online

- ✓ Linha de Crédito exclusiva para as atividades do Turismo no Estado, atendendo desde o guia turístico até os empreendimentos de grande porte. Única instituição de crédito do Estado que mais atendeu aos empreendimentos tocantinenses, foram mais de 63 empreendimentos, um montante liberado superior a R$ 2.7 milhões.

- ✓ Lançamento do Programa Mulher Fomento, uma linha que visa resgatar os empreendimentos, exclusivamente de mulheres empreendedoras, que foram afetados durante a crise causada pela Covid-19, além de impulsionar e manter o crescimento dos pequenos negócios, foram atendidas mais de 50 mulheres empreendedoras, um montante superior a R$ 1.9 milhões em crédito liberado.

- ✓ Lançamento do programa Fomento Presente, ação desenvolvida para atender todos os municípios tocantinense. Formam realizados atendimentos em mais de 79 municípios, com liberação de crédito em mais de 54 municípios, liberação acima de R$ 4.5 milhões e outros em andamento.

- ✓ Criação de dois pontos de atendimento, ao Sul em Gurupi - TO e ao Norte em Araguaina, ambos instalados no É Pra Já, além da sede Palmas - TO, com a finalidade de estar mais próximo dos empreendedores. Em Gurupi e Araguaina, foram mais de 81 contratos liberados, volume acima de R$ 1.4 milhões, em Palmas forma mais de 200 contratos liberados, volume acima de R$ 4.400;

- ✓ Realizados parcerias com as prefeituras visitadas, com a finalidade de facilitar o acesso ao crédito em todos os municípios tocantinenses;

- ✓ Divulgação nas cidades do Estado, com carro de som, anúncios nos rádios, entrevistas na TV e reportagens nos jornais locais e estaduais;

- ✓ Programa de Crédito em parceria com ACIPA, criando condições diferenciadas para os associados da ACIPA - Palmas, liberados um montante aproximado de R$ 93 mil em crédito;

- ✓ Programa de Crédito em parceria com a FECOMERCIO, dando possibilidades aos associados;

- ✓ Programa de Crédito em parceria com a ACIG, dando possibilidades aos associados de crédito acessível e facilitado;

- ✓ Lançamento do Programa Mais Leite - O Programa Crédito Popular direcionado, designado para atender a pequeno produtor de leite do Estado do Tocantins, na produção da bacia leiteira, com o objetivo de viabilizar recursos, nas modalidades de investimentos e custeio da produção;

- ✓ Mobilidade Urbana, linha de crédito destinada a renovação das frotas de transporte público do Estado, entre eles as Vans Intermunicipais, taxis, moto taxi e micro-ônibus.

- ✓ Participação na Agrotins, disponibilizando as linhas de crédito disponíveis para o pequeno produtor e abordando os benefícios disponíveis na Fomento para o ramo da piscicultura;

- ✓ Participação do 1º e 2º Fórum de Turismo das Serras Gerais, realizado na cidade de Dianópolis - TO;

- ✓ Programa de Recuperação de Crédito, com a finalidade de auxiliar o inadimplente com a Fomento a regularizar sua situação, dando condições facilitadas para pagamento. Participação em todos os municípios da rota do turismo tocantinense;

- ✓ Programa Recupera o Turismo, criado com a finalidade de amparar os empreendedores do Turismo no período da pandemia, auxiliando com crédito facilitado, aos que já possuíam crédito em andamento, prorrogação do prazo de carência.

- ✓ Busca de conhecimento, participação da Diretoria em ações, palestras e reuniões com Associação Brasileira de Desenvolvimento - ABDE, em busca de

soluções, fontes de recursos e inovações para serem aplicadas na Fomento Tocantins.

- ✓ Reuniões de trabalho com:
  - ✓ CDL Palmas, com a finalidade de agilizar a análise de crédito da linha on-line, através de consultas dinâmicas;
  - ✓ Conselhos de contabilidade, economia e administração, com a finalidade de credenciamento de correspondentes bancários, aumentando a capilaridade da Fomento dentro do Estado;
  - ✓ Busca de novos recursos de terceiros com o BRB, Caixa e BB, tentando captação de recursos para emprestar no microcrédito.

Demonstrativos financeiros - Ação

2018 - Resultado gestão anterior

• Aportes / Capital:	R$ 26.789 (recurso disponível)
• Saldo em conta:	R$ 6.415 (recurso para uso)
• Emprestado:	R$ 4.035
• **Total Déficit:**	**R$ -16.339 (Prejuízo)**
• Carteira Ativa:	R$ 5.782 (recurso emprestado)

Resultados desta gestão

• Aportes / Capital Integralizado:	R$ 13.208
• Saldo de 2018	R$ 6.415
• **Total**	**R$ 19.695**
• Emprestado (recurso próprio) de 2019 a 2021:	R$ 19,754
• Saldo (12/21):	R$ 5.772
• Total	R$ 25.526
• **Total Superávit:**	**R$ 5.831**
• Carteira Ativa aproximado (12/21):	R$ 19.010

Conquistas da Gestão

Recursos Captados / Administrados

- Ministério do Turismo - FUNGETUR - aproximadamente R$ 20 milhões
- FINEP - Inovação Tecnológica - aproximadamente R$ 5 milhões
- Administração de recursos de Fundo Estadual - R$ 20 milhões (em ajustes)

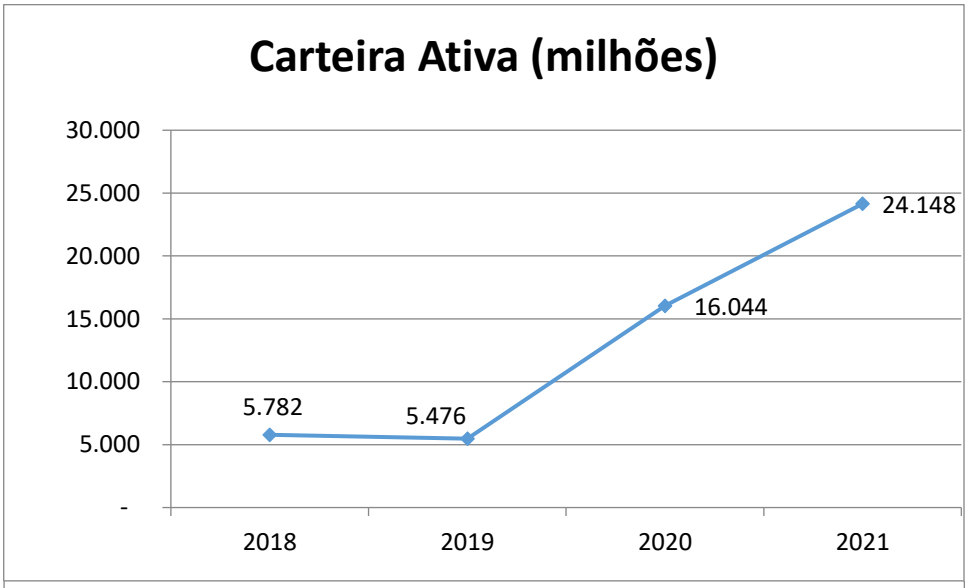
Demonstrativos Operacionais

770 contratos liberados, Totalizando R$ 12.2 milhões em crédito liberado.

Recurso Próprio: 484 contratos liberados, totalizando R$ 10.8 milhões, nas modalidades de crédito da Fomento.

Recurso FDES: 286 contratos liberados, totalizando R$ 1.4 milhões, através do recurso do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Tocantins - FDES, lembrando que essa ano foi atipico, devido alterações nas modalidades do FDES, os créditos só estiveram disponíveis de maio/21 à junho/21, recurso permanece na SEFAZ aguardando liberação.

- Recuperação de créditos baixados como prejuizo: R$ 248.673,75;
- Reversão de provisão de operações de crédito: R$457.212,65
- Provisaõ para operações de cre´dito R$ 2.040.838,08;
- Saldo Provisão: R$ 2.316.656,04.



AÇÕES REALIZADAS PELA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS EM 2021.

Neste ano a Agência de Fomento realizou ações voltada para o atendimento aos empreendimentos no Estado do Tocantins, sendo visitados 79 municípios, já liberados contratos para 78 cidades. Um montante aproximado de R$ 12.2 milhões.

O objetivo principal foi divulgar a Agência de Fomento, apresentando suas linhas de crédito e estimulando a captação de novos negócios.

Lançamento do programa Fomento Presente, ação desenvolvida para atender todos os municípios tocantinense;

Mobilidade Urbana

Recurso Fundo - FDES TO

Recurso do Ministério do Turismo - FUNGETUR

AGROTINS

Parceria ACIPA e ACIG

Linha de Crédito Mulher Fomento

Parceria FECOMERCIO

Governo do Tocantins lança linha "Crédito Fácil" em parceria com a Fecomércio

Dentro dos recursos próprios da Agência de Fomento, será disponibilizado até R$ 30 mil para MEI e até R$ 150 mil para micro, pequenas e médias empresas

por Melânia Kássia/Governo do Tocantins
publicado: 18/06/2021 15:15:00 - atualizado: 18/06/2021 15:45:26

Crédito On-line

Parcerias: ABDE, ACIG, ACIPA, ADETUC, CRC-TO, Entidades de classe, FAET, FECOMERCIO, FIETO, FINEP, Ministério do Turismo, NATURATINS, PPI, RURALTINS, SEAGRO, SETAS, SICS, SINDICATOS, entre outros;

A equipe da Agência de Fomento se reuniu nesta quinta-feira, 28, com a presidente do Sindicato dos Taxistas do Tocantins, e o presidente do Sindicato dos Mototaxistas de Palmas, para alinharem as demandas da categoria e reajustarem a linha de mobilidade urbana do Estado.
FOMENTO

Parceria Governo do Tocantins e Acipa traz benefícios aos associados.

Parceria entre Setas, Secad e Fomento, permite atendimento à classe empreendedora de Araguaína.

FOMENTO
Parceria
FomenTO
Finep
Recurso para Inovação, pesquisa e tecnologia.
A Agência de Fomento do Tocantins se credenciou na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e vai ofertar novas modalidades de crédito com taxas de juros, carências e prazos específicos por porte de linha.
FAET
SICON
FACIET
SINDUSCON-TO
FIETO
Fecomércio TO

SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS

O presente relatório apresenta o resumo das ações e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Parcerias e Investimentos no ano de 2021 relacionado ao Programa de Parcerias e Investimentos – **TOCANTINS PPI.**

O **TOCANTINS PPI** foi criado pela Lei Estadual nº 3.666, de 13 de maio de 2020, com a finalidade de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de Parcerias e Concessões, além de outras medidas de desestatização.

A lei que instituiu o Programa criou duas estruturas na Administração Estadual: o Conselho do PPI (CPPI) e o Fundo Garantidor das PPIs - FAGE-Tocantins.

O Conselho é o órgão colegiado vinculado ao Governador que qualifica os projetos que integrarão o **TOCANTINS PPI**, decidindo ainda, sobre temas relacionados à execução dos contratos de parcerias e desestatizações.

O FAGE-Tocantins tem o objetivo de viabilizar a implementação do Programa, conferindo-lhe sustentação financeira, e sua natureza é privada e tem patrimônio próprio, separado do patrimônio dos cotistas, sendo administrado e gerido pela FOMENTO-S.A.

A Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI), vinculada à Governadoria, atua diretamente na execução do Programa em apoio às demais Secretarias e às Agências Reguladoras para a execução das atividades vinculadas ao **TOCANTINS PPI**.

Uma vez que os empreendimentos forem qualificados no Programa de PPI, eles serão tratados como prioridade na administração pública. Os órgãos e entidades envolvidos devem atuar para que os processos e atos necessários à estruturação, liberação e execução do projeto ocorram de forma eficiente e econômica.

No dia 13 de maio de 2020 foi sancionada a Lei nº 3.666 que instituiu o Programa de Parcerias e Investimentos, denominado de **TOCANTINS PPI.** O Programa é um dos mecanismos para que o Tocantins encontre alternativas e meios de atender as necessidades do nosso povo buscando alternativas de uma gestão moderna onde o privado agora torna-se um Parceiro dos empreendimentos públicos.

“O Público e o Privado são faces diferentes da mesma moeda. Quando os dois se unem em parceria para um propósito comum, é toda sociedade que sai ganhando. ”

Não obstante a trilhar este caminho, a Secretaria de Parcerias e Investimentos – SPI assumiu o seu papel de Governança na temática de Parcerias Público-Privadas, e com o grande de desafio de conduzir e estruturar bons projetos mesmo em tempos de uma grave desolação econômica causada pela pandemia da COVID-19.

Serão apresentados os principais avanços dos projetos que compõe a carteira do TOCANTINS PPI em 2021.

GOVERNANÇA

Os projetos que compõe a carteira do **TOCANTINS-PPI** são classificados por etapas conforme sua evolução em 4 fases distintas, detalhadas abaixo. Ressalta-se que os projetos serão apresentados na sequência em **ordem de prioridade de implantação** dos mesmos, considerando os componentes técnicos, sociais, políticos e de mercado que envolvem cada temática:

Estudos Preliminares:
Nesta fase os projetos podem estar em diferentes tipos de maturidade. No entanto, é nesta fase que são levantados dados e informações que demonstre o enquadramento do projeto no Programa do Tocantins-PPI possibilitando a tomada de decisões do Conselho do Programa qualificando o projeto.

Qualificação de Projetos (Estruturação/Modelagem):
Os projetos que são qualificados no Programa Tocantins-PPI automaticamente passam a ser prioridade da Administração Pública no que concerne a sua devida estruturação e modelagem. É nesta fase que o projeto é aprofundado a fim de que garanta a devida segurança técnica e jurídica para o procedimento de licitação.

Licitação:
A fase de licitação segue todos os ritos legais da norma brasileira. É nesta fase que é determinado a empresa ou consórcio vencedor do pleito.

Contratação:
A fase de contrato inicia logo que é encerrada a licitação, onde já são preparados todos os ritos para assinatura do contrato. Os contratos do Tocantins-PPI serão de médio e longo prazo, observando as características próprias desse tipo de parceria.

CARTEIRA DE PROJETOS

Projetos Qualificados

Mini usina de Energia Fotovoltaica

Projeto: Mini Usinas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica
Fase: Finalizando a Estruturação e Modelagem – Janeiro de 2022
Objetivo: Realizar a concessão para instalação de mini usinas de geração de energia fotovoltaica visando à manutenção dos prédios públicos do Estado do Tocantins.
Descrição: O Governo do Tocantins é um grande consumidor de energia elétrica, sendo assim, é cada dia mais viável o mercado de energia fotovoltaica para médios e grandes consumidores. Para isso, serão desenvolvidos projetos que atendam setores públicos específicos até que chegue ao atendimento total das estruturas governamentais. Além disso, a energia solar pode contribuir consideravelmente para reduzir as taxas de emissão de carbono de diversas atividades, e seu uso vem crescendo em todo o planeta, atualmente sendo considerada uma fonte energética renovável, sustentável e com muitas vantagens sobre outras fontes, como baixo custo de manutenção e uma vida útil prolongada.
Características do Projeto: As minis usinas solares estão sendo divididas em 03 lotes distintos de modo a atender a Educação, Saúde e um lote para todos os demais órgãos da Poder Executivo Estadual. Elas poderão ficar localizadas em municípios diversos do Estado a depender de disponibilidade de entrada na rede distribuidora e localização estratégica do empreendimento.

HISTÓRICO

DATA	HISTÓRICO
09/12/2021	**Finalização da Fase 3** (Aprovação dos estudos e autorização para modelagem jurídica)
28/10/2021	**Finalização da Fase 2** (EVTEJA - Após análise das considerações da TOPar)
27/09/2021	Entrega da Fase 2 (Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Jurídica e Ambiental - EVTEJA)
02/08/2021	**Finalização da Fase 1** (Levantamento, confrontamento e validação dos dados estruturantes)
16/07/2021	Reunião de alinhamento de escopo técnico
26/06/2021	Reunião de "kick off"
12/05/2021	Acordo de Cooperação Técnica com o IPGC - Modelagem e Estruturação do Projeto (DOE nº 5.846 - Pág. 35)

Hospital Materno Infantil

Projeto: Implantação do Hospital Materno-Infantil em Palmas

Fase: Validando a Estruturação e Modelagem – Janeiro de 2022
Objetivo: A implantação de um Hospital Materno – Infantil na cidade de Palmas constitui-se em uma necessidade para o atendimento da população tocantinense. A gestão prospecta que o HMI seja referência para gestações de alto risco para a macrorregião Centro-sul. Esse serviço contará com uma estrutura totalmente nova e moderna, com atendimento 100% digital, gerando maior conforto para toda a família.
Relevância: Melhoria dos serviços de saúde hospitalar prestados pelo Governo a população; Ampliação de leitos clínicos e de UTI neonatal; Otimização dos recursos públicos envolvidos, maximizando os ganhos de eficiência para o poder público e para o usuário; Novo paradigma de qualidade na prestação do serviço médico-hospitalar no Estado do Tocantins; Redução dos custos públicos e aumento de investimentos privados; Oferta de serviços de saúde do componente parto e nascimento para a população tocantinense; Dar acesso de atendimento em saúde para a população em uma infraestrutura adequada; Promover o desenvolvimento social e econômico.

HISTÓRICO

DATA	HISTÓRICO
18/11/2021	Entrega do Estudos Econômicos e Jurídicos
11/10/2021	Entrega de cadernos complementares dos Estudos Técnicos
28/09/2021	Entrega da 2ª versão dos Estudos Técnicos
18/08/2021	Entrega da 1ª versão dos Estudos Técnicos
23/07/2021	Republicada para Correção - Autorização nº 02/2021/GASEC (DOE nº 5.893 - pág. 14)
06/07/2021	Autorização nº 02/2021 (DOE nº 5.880 - pág. 14) - autoriza realização de estudos por meio de MIP proposta pelo CONSÓRCIO “MAIS SAÚDE”
07/06/2021	Decreto nº 6.270 (DOE nº 5.859 - pág. 1) inclusão e qualificação do projeto no Tocantins-PPI
14/04/2021	Resolução nº 13 (DOE nº 5.827 - pág. 29) o CPPI/TO opina pela inclusão e qualificação do projeto no Tocantins-PPI
31/03/2021	Aprovação no CPPI/TO para inclusão e qualificação do projeto no Tocantins-PPI

Loteria do Estado do Tocantins

Projeto: Implantação da Loteria do Estado do Tocantins
Fase: Validando a Estruturação e Modelagem – Janeiro de 2022
Objetivo: Promover a regulamentação, implantação, operação e manutenção de serviços lotéricos do Estado do Tocantins com vistas a aumentar as receitas

financeiras do Estado promovendo a geração de novos empregos e a promoção de projetos sociais, em especial a área esportiva.

Descrição: O Projeto de implantação de uma Loteria Estadual está focado na exploração das modalidades previstas na norma brasileira - Sorteio de Números, Instantânea e Apostas Esportivas, podendo ser explorado as apostas físicas e on-line. O modelo estudado para implantação e operação da Loteria no Tocantins é o de Concessão, onde o Estado tem participação num percentual da Receita Operacional Bruta, destinando estes recursos para atender projetos sociais.

Características do Projeto: O Estado do Tocantins qualificou o projeto de loteria estadual no Conselho de Parcerias e Investimentos, após a decisão do STF em setembro de 2020 que tanto o governo federal quanto os governos estaduais e o do Distrito Federal podem operar loterias. Com essa decisão, surgiu uma grande oportunidade para o Estado do Tocantins ampliar sua arrecadação, gerar empregos e melhorar seu ambiente de negócios por meio da exploração dos produtos Lotéricos. O modelo idealizado para implantação permitirá ao Estado promover a implantação dos serviços lotéricos sem a necessidade de investimentos públicos, e com retornos em diversas dimensões a população tocantinense, tais como: arrecadação de tributos, participação direta das receitas, geração de emprego e renda e promoção de projetos sociais.

HISTÓRICO

DATA	HISTÓRICO
17/11/2021	Formalização a Tocantins Parcerias para apoio na avaliação e emissão de parecer técnico do projeto – SGD: 2021/75019/000568
06/09/2021	Entrega dos cadernos técnicos, econômico-financeiro e jurídico
14/08/2021	Reunião presencial para apresentação da entrega parcial da modelagem
06/07/2021	Reunião de kick off - Definição de escopo
22/06/2021	Autorização nº 01/2021/GABSEC/SPI (DOE nº 5.870 - pág. 21) - Autoriza realização de estudos por meio de MIP proposta pela empresa AM & FPA LTDA
07/06/2021	Decreto nº 6.270 (DOE nº 5.859 - pág. 1) inclusão e qualificação do projeto no Tocantins-PPI
14/04/2021	Resolução nº 14 (DOE nº 5.827 - págs. 29 e 30) o CPPI/TO opina pela inclusão e qualificação do projeto no Tocantins-PPI
31/03/2021	Aprovação no CPPI/TO para inclusão e qualificação do projeto no Tocantins-PPI

Marina Estadual

Projeto: Marina Estadual
Fase: Finalizando a Estruturação e Modelagem – Janeiro de 2022

Objetivo: Promover a construção, manutenção e gestão de uma marina seca e molhada em terreno do estado a beira do lago de Palmas que possa oferecer uma nova centralidade urbana com a implementação de equipamentos e infraestrutura de comércio, turismo, cultura e lazer para população em geral que enfatize conforto, segurança e proteção ao meio ambiente, definido em modelo de negócios estruturado para as embarcações náuticas;

Impactos Positivos Desejáveis:

- Desenvolvimento econômico por meio da dinamização e uso múltiplo do lago de palmas;
- Prover segurança, regularização e diversificação de serviços aos usuários náuticos;
- Dispor de ambiente e infraestrutura sempre conservada e atrair novos empreendimentos para o Estado
- Viabilizar investimentos que não poderiam ser arcados pela Administração Pública Estadual;

HISTÓRICO

DATA	HISTÓRICO
24/11/2021	Exposição parcial dos estudos econômicos e financeiros
25/10/2021	Alinhamento do escopo Jurídico – Minuta de Lei para Concessão de Direito Real de Uso
22/09/2021	Alinhamento do escopo do Caderno Técnico
23/07/2021	Republicada para Correção - Autorização nº 01/2021/GASEC (DOE nº 5.893 - pág. 13)
22/07/2021	Reunião de “kick off” - Definição de Escopo
06/07/2021	Autorização nº 01/2021/GASEC (DOE nº 5.880 - pág. 13) - autoriza realização de estudos por meio de MIP proposta pela empresa FAMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
15/02/2021	Publicação do Decreto nº 6.215 no DOE nº. 5.788 qualificando o projeto

Demais Projetos Qualificados

Os projetos listados abaixo foram qualificados no **TOCANTINS PPI**, mas por decisão da nova gestão, os mesmos serão priorizados de acordo com a evolução técnica dos estudos e modelagem, bem como a devida aderência ao mercado.

- **Concessão de Unidades de Conservação do Tocantins (subdividido em projetos por UCs prioritárias)**

Objetivo: Promover a concessão de uso para gestão, manutenção e exploração integradas com encargos de requalificação e modernização de Unidades de Conservação - UC do Estado do Tocantins.
Status Atual: Modelagem do Parque Estadual do Jalapão e do Cantão foram concluídas, mas por decisão governamental a concessão do jalapão foi cancelada. A concessão do cantão está sendo reavaliada quanto a sua viabilidade de mercado e adesão social.

- **Implantação de uma Rede Estadual de Banda Larga**

Objetivo: Promover a implantação, operação e manutenção de infraestruturas, serviços de uma rede de comunicação de alta velocidade que interliga todos os municípios do Estado do Tocantins denominada “INFOVIA TOCANTINS”.
Status Atual: Todos os estudos foram desenvolvidos e estão sob análise da ATI (Agência de Tecnologia da Informação). O projeto está sendo reavalido quanto a sua priorização governamental.

- **Implantação de Datacenter Governamental**

Objetivo: Estruturar um Datacenter que provê serviços de armazenamento e processamento de dados do Governo do Estado.
Status Atual: Por ser um projeto associado ao de Rede de Banda Larga, aguarda-se o andamento do mesmo.

- **Estruturação de Centros Integrados de Comando e Controle – CICC para segurança pública.**

Objetivo: Prover a Segurança Pública com mecanismos de controle e gerenciamento integrados.
Status Atual: Por ser um projeto associado ao de Rede de Banda Larga, aguarda-se o andamento do mesmo.

- **Construção, Operação e Manutenção de Unidades Prisionais Industriais**

Objetivo: Realizar uma Parceria Público-Privada para viabilizar a construção, operação e manutenção de unidades prisionais industriais que tornem a ressocialização do preso uma realidade, dispondo de um equipamento moderno, seguro, eficaz, humanizado e com custo menor que o atualmente gasto por preso/dia.
Status Atual: Os estudos e modelagem estão sendo realizados por meio de MIP autorizada. Previsão de finalização dos estudos no primeiro semestre de 2022.

- **Parque Tecnológico do Tocantins**

Objetivo: Implantar o Parque Tecnológico do Tocantins baseado em um modelo de negócio que demonstre atratividade para investimentos do setor privado na estruturação e governança do Parque.

Status Atual: Está sendo aguardado a realização das obras de infraestrutura urbanística, para definir a melhor estratégia de estruturação e modelagem de negócios para o Parque.

- **Centro Agrotecnológico do Tocantins**

Objetivo: Realizar a concepção e a concessão da operação, manutenção, conservação e revitalização do Parque Agrotecnológico do Tocantins.
Status Atual: A SPI está avaliando MIP (Manifestação de Interesse do Privado) endereçada a Secretaria. Se houver autorização da MIP a modelagem deve ocorrer num prazo de 120 a 150 dias.

- **Concessão e Estruturação da CEASA de Palmas**

Objetivo: Estruturar e modernizar a CEASA em local estratégico e com possibilidade de integração ao projeto de irrigação do São João, de forma possibilitar a ampliação do mercado de abastecimento de alimentos a nível regional e nacional.
Status Atual: Não foi identificado aderência do projeto ao momento do mercado atual. Projeto em "*stand by*".

- **Gestão de Transbordo e Tratamento de Resíduos Sólidos**

Objetivo: Estruturar um processo de transbordo e tratamento de Resíduos Sólidos para atendimento aos municípios.
Status Atual: Os estudos e modelagem estão sendo realizados por meio de MIP autorizada. Previsão de finalização dos estudos no primeiro semestre de 2022.

- **Centros Administrativos**

Objetivo: Promover parcerias público-privadas para construção, manutenção e gestão de centros administrativos regionais que possam agregar em espaços compartilhados órgãos e serviços públicos.
Status Atual: Por decisão governamental o projeto está sendo reavaliado quanto a sua priorização. Projeto em "*stand by*".

- **Concessão de terminais rodoviários do Tocantins**

Objetivo: Realizar a concessão da operação, manutenção, conservação e revitalização dos terminais rodoviários de passageiros intermunicipais. O Estado quer implantar nos 139 municípios do Tocantins infraestruturas de terminais rodoviários de passageiros.
Status Atual: Foi definido pela atual gestão não avançar com a contratação dos estudos para uma melhor avaliação de escopo e aderência do projeto. Projeto em "*stand by*"

- **Administração e Desenvolvimento de Projetos dos Perímetros Agrícolas Irrigados do Estado do Tocantins**

Objetivo: Realizar Parceria com o setor privado para administração e o desenvolvimento dos projetos agrícolas irrigados. Atrair investimentos e expertises da iniciativa privada na gestão de empreendimentos agrícolas irrigados. Atualmente, os empreendimentos agrícolas estão produzindo abaixo da capacidade potencial, pois falta uma dinâmica empresarial no processo de governança e desenvolvimento do negócio.
Status Atual: Não foi identificado aderência do projeto ao momento do mercado atual. Projeto em "*stand by*".

- **Programa Estadual de Modernização das Rodovias Estaduais**

Objetivo: Promover a concessão de rodovias estratégicas do Estado do Tocantins alavacando a melhoria da infraestrutura existente e de serviços a usuários.
Status Atual: Foi definido pela atual gestão não avançar com a contratação dos estudos para uma melhor avaliação de escopo e aderência do projeto. Projeto em "*stand by*"

Projetos em Estudos Preliminares

Campus de Augustinópolis – UNITINS

Objetivo: Estruturar a modelagem de uma Parceria Público-Privada (PPP) para projetar, construir, operar e manter o Campus Universitário de Augustinópolis da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).
Impactos Positivos Desejáveis:

- Agilizar a implantação da infraestrutura;
- Diminuir o impacto orçamentário público de curto prazo;
- Otimizar a utilização de recursos públicos dotando de infraestrutura de alta qualidade;
- Viabilizar investimentos da iniciativa privada sem deixar de oferecer educação superior de qualidade e gratuita;
- Desenvolver novos negócios na região de Augustinópolis estimulando a economia local e gerando novos empregos.

Ferrovia Estadual

Objetivo: Desenvolver uma malha ferroviária estadual que integre a ferrovia norte-sul aos polos produtivos regionais dinamizando o transporte de mercadorias e commodities do Estado e da região norte do país.
Impactos Positivos Desejáveis:

- Diversificação de soluções logísticas que possibilitarão a integração do Tocantins a todo país e ao mundo, por meio da integração multimodal;
- Desenvolver a produção agropecuária e mineral em todos Estado;
- Criar novos centros de distribuição de mercadorias e entrepostos comerciais;
- Viabilizar investimentos que não poderiam ser arcados pela Administração Pública Estadual;

Saneamento Básico

Objetivo: Ampliar a oferta de água e tratamento de esgotos nos municípios do interior do Tocantins por meio de Parcerias e Concessões.
Impactos Positivos Desejáveis

- Ampliação do atendimento à demanda por abastecimento de água nos municípios com os quais mentem-se contrato de concessão;
- Redução das perdas de água no abastecimento;
- Redução na interrupção total do fornecimento em função da necessidade de manutenção em pontos específicos do sistema;
- Diminuição na substituição de equipamentos eletromecânicos;
- Aumento das capacidades de produção e reservação para os sistemas;
- Estabelecimento de uma solução única de prestação de serviço de abastecimento de água para todos os 47 (quarenta e sete) municípios sob

concessão da ATS, permitindo ao Estado um controle mais eficaz sobre o esse serviço público.

Gás Natural - Distribuição e Comercialização

Objetivo: Identificar um modelo de parcerias público-privadas ou similar para o desenvolvimento da indústria, comércio e transporte de gás natural no Estado do Tocantins.

Impactos Positivos Desejáveis:

- Desenvolvimento econômico por meio da diversificação industrial e comercial do Estado;
- Diversificação de soluções logísticas;
- Dispor ao consumidor do Estado novos produtos, serviços com preços competitivos;
- Viabilizar investimentos que não poderiam ser arcados pela Administração Pública Estadual;

Transporte Aeroviário Regional

Objetivo: Implantar e modernizar aeroportos em municípios estratégicos do interior do Estado por meio de Parcerias Público-Privados.

Impactos Positivos Desejáveis:

- Diversificação de soluções logísticas para transporte de cargas e passageiros;
- Promover o desenvolvimento econômico e turístico;
- Viabilizar investimentos que não poderiam ser arcados pela Administração Pública Estadual;

O ano de 2021, não obstante as dificuldades subsequentes ao ano de 2020 com o prolongamento da pandemia por muito mais tempo do que inicialmente esperado, foi especialmente desafiador para gestão pública em promover investimentos em infraestrutura e na atração de investimentos, uma vez que o foco dos investimentos, dos escassos recursos públicos, continuou voltados a combater a Covid-19.

Mesmo com este cenário complexo, a Secretaria de Parcerias e Investimentos - SPI desenvolveu seu papel, avançando na estruturação e modelagem de projetos que em breve injetarão um volume grande de obras e recursos no Estado.

Pelas características dos empreendimentos de Concessões PPPs, que demandam a estruturação de projetos de qualidade, do qual o mercado confie na estruturação econômica e financeira, bem como na segurança jurídica, é imperioso ressaltar que a viabilização e assinatura dos primeiros contratos devam acontecer já no primeiro semestre de 2022, onde pode-se destacar os projetos de implantação de mini usinas de energia solar e a concessão da loteria estadual.

Assim, de forma estratégica e audaciosa, o Governador Wanderlei Barbosa, prepara o Estado com bases sólidas para executar projetos de infraestrutura e serviços públicos de alta qualidade, que irão transformar a economia do Tocantins em médio e longo prazo, mostrando uma característica empreendedora e estadista desta gestão, que pensa na melhoria da qualidade de vida da sua população no hoje e no amanhã.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

O presente relatório demonstra os resultados das principais ações desenvolvidas pela Controladoria Geral do Estado – CGE, no exercício de 2021, em observância à legislação pertinente às funções de controladoria, auditoria governamental, ouvidoria e correição aplicados à Administração Pública Estadual.

Primeiramente, é importante mencionar que mesmo diante de um ano de adversidades ocasionadas pela Covid-19 (novo Coronavírus), a Controladoria-Geral do Estado não mediu esforços para o cumprimento de sua missão institucional, apresentando resultados satisfatórios das atividades desenvolvidas.

Inserida nesse novo cenário, a CGE atuou sob as premissas de resultados positivos à gestão governamental estadual, fundamentada no suporte técnico consistente com o único objetivo que é qualificar a aplicação dos recursos de todas as unidades administrativas que compõem a estrutura do Poder Executivo Estadual.

Por todos estes avanços até agora conquistados pela CGE, o nosso objetivo que também se constitui um desafio, é continuar investindo na qualidade dos serviços prestados ao Governo do Estado e à sociedade, na diretiva da boa governança.

Estrutura Organizacional

A Controladoria Geral do Estado está organizada em três unidades finalísticas: Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno, Corregedoria-Geral do Estado e Ouvidoria Geral do Estado.

A Controladoria Geral do Estado-CGE, por meio da Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno - SUGACI, exerce as atividades de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, sendo responsável por fiscalizar e auditar a gestão dos recursos públicos estaduais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicas.

Nesse contexto, cabe à CGE avaliar a execução de programas de governo; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão dos administradores públicos estaduais; exercer o controle das operações de crédito e, também, exercer atividades de apoio ao controle externo, em cumprimento ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal.

Durante a realização das suas atividades, a SUGACI mantém o foco no aprimoramento da gestão e da execução das políticas públicas, ao mesmo tempo em que oferece recomendações para o aprimoramento da governança e da

operacionalização de controles internos da gestão de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

A atuação da Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno - SUGACI esteve focada nas atividades de fiscalização, auditoria e prevenção à corrupção, cabendo frisar que as várias ações realizadas no ano de 2021, certamente colaboraram para um destacado trabalho do setor. Foram realizadas as análises dos Processos de Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas das 65 (sessenta e cinco) unidades orçamentárias do Governo do Estado, contendo os relatórios de auditoria, acompanhados dos respectivos pareceres, e ainda, a elaboração do Relatório das Contas Consolidadas do Governador, ambos referentes ao exercício financeiro de 2020. As atividades tiveram como objetivo demonstrar, por meio de dados e informações técnicas, os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de Governo, em atendimento à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, bem como à própria Constituição Estadual.

Ressalta-se dentre as atividades de controle interno, a elaboração de 35 (trinta e cinco) Relatórios Panorâmicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de cada área de gestão, que visam subsidiar os gestores na identificação de possíveis riscos (pontos de criticidade/vulnerabilidade) que podem afetar o alcance dos objetivos estratégicos das respectivas pastas. Foram feitos 05 (cinco) relatórios de acompanhamento do gasto público, contendo informações acerca da situação dos gastos com educação, saúde e pessoal; sobre a dívida interna e externa; o resultado primário e nominal; a evolução da receita corrente líquida; e análise do desempenho da receita e da despesa, dentre outros apontamentos de maior relevância para a tomada de decisão dos gestores estaduais a frente dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

No que diz respeito às inspeções instauradas, são 24 (vinte e quatro), dentre elas no Sistema de Acompanhamento do PPA: a Secretaria o Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas); Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins), Secretaria da Educação, Juventude e Esportes (Seduc), da Agricultura, Pecuária e Aquicultura (Seagro), da Saúde (SES), da Cidadania e Justiça (Seciju) e da Indústria, Comércio e Serviço (Sics). Nas inspeções nos Sistemas de Almoxarifado e Patrimônio: Agência de mineração (Ameto), Agência de Metrologia (AEM), Corpo de Bombeiros (CBMTO) e Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Público (ATR); e Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias: Agência de Transporte e outras. No período, ainda certificou 08 (oito) Tomadas de Contas Especial, sendo: 02 (duas) da Agência Tocantinense de Saneamento; 01 (uma) na Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A; e 05 (cinco) da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços.

Além disso, foram elaborados 111 (cento e onze) pareceres técnicos, 90 (noventa) despachos decorrentes de análises processuais, 97 (noventa e sete)

relatórios de fiscalização, 77 (setenta e sete) relatórios de auditoria, 25 (vinte e cinco) relatórios de inspeção, 72 (setenta e dois) pareceres de auditoria , 35 (trinta e cinco) relatórios panorâmicos, 06 (seis) certificados de auditoria atendendo às demandas provenientes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões dos gestores estaduais.

CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO

A Corregedoria-Geral é unidade estratégica de direção, subordinada diretamente ao Gabinete do Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado, sendo responsável por zelar pelo cumprimento da legislação disciplinar, fiscalizar, orientar e colaborar no aprimoramento das condutas dos servidores públicos e na eficácia da prestação de serviço no âmbito do Poder Executivo Estadual, de acordo com a Lei Estadual n° 1.818/2007 e com a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Estadual, em conformidade com a Lei Federal nº 12.846/2013.

Neste aspecto, possui as funções de instaurar e conduzir procedimentos administrativos disciplinares e de responsabilização de entes privados relativos à apuração de irregularidades cometidas por agentes públicos quando no exercício das funções públicas e das empresas privadas que transacionam com o executivo estadual; avocar a correição administrativa e conduzir o regime disciplinar dos servidores do Poder Executivo, quando necessário. A partir do Decreto Estadual n° 5.917/2019 a CGE, por meio da Corregedoria assume também o papel de normatizar as regras gerais da correição administrativa e do regime disciplinar dos servidores civis do Poder Executivo de modo a padronizar procedimentos para a atuação disciplinar.

No que se refere às ações da Corregedoria-Geral, destaca-se a realização do curso sobre Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para 99 (noventa e nove) servidores do Executivo Estadual, do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública do Estado; participação dos servidores da Corregedoria-Geral do Estado, unidade administrativa da CGE-TO nos cursos de Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo; Indiciamento e Relatório Final no PAR; e Introdução Probatória. A COGE ofertou uma oficina sobre procedimentos investigativos para 359 (trezentos e cinquenta e nove) participantes e uma mesa de diálogo sobre violência laboral, assédio moral e sexual para especialmente pessoas que atuam nos RH dos órgãos do Executivo Estadual, tendo 317 (trezentas e dezessete) participantes, curso sobre enquadramento legal de condutas lesivas para 44 (quarenta e quatro) servidores/as, e o curso de processo administrativo disciplinar-PAD com 3 módulos, que será finalizado em fevereiro de 2022.

Ainda no âmbito da correição, de janeiro a setembro, foram registrados 129 (cento e vinte e nove) atendimentos pela Corregedoria-Geral. Nesse quantitativo,

contabilizou-se o recebimento de 38 (trinta e oito) denúncias referentes a servidores públicos, 08 (oito) contra pessoas jurídicas,17 (dezessete) investigação preliminar servidores públicos, 01 (um) investigação preliminar pessoa jurídicas. Foram instaurados 41 (quarenta e um) processos administrativos disciplinares (PADs) e 18 (dezoito) termos de ajustamento de conduta (TACs), permitido nas situações de infrações disciplinares de menor potencial ofensivo cometida por servidor público estadual. Isso foi possível mediante a publicação da Instrução Normativa CGE nº 02/2021, que regulamentou o Ajustamento de Conduta previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado (Lei nº 1.818/2007- artigo 147 e seguintes).

Importante destacar a realização de duas (02) inspeções ordinárias realizadas, sendo uma no Naturatins com objetivos funcionais e outra na ATS com objetivos de identificar procedimentos em relação as empresas privadas. Outro importante acontecimento, foi a participação, como Jurada nacional, da Corregedora-geral do Estado no II Concurso de Boas Práticas da Rede de Corregedorias ocorrido entre outubro e novembro deste ano.

Outra importante linha de atuação da CGE está relacionada à ouvidoria e à transparência, que são instâncias responsáveis pelo acesso à informação, a conduta ética, a integridade e o controle social na Administração Pública e sua relação com a sociedade.

A Ouvidoria-Geral do Estado - OGE, funciona como importante instrumento para acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado do Tocantins. A sistemática de trabalho da Ouvidoria tem como base as manifestações procedentes do banco de dados da Plataforma Fala.Br e do Sistema de Gestão de Ouvidoria - SGO, ferramentas de Ouvidoria que permitem ao cidadão o registro dessas manifestações, garantindo a participação popular e contribuindo para o desenvolvimento da cultura de cidadania e o aprimorando dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo.

Na transparência, com o maior fomento ao controle social, se ampliou a escuta ao cidadão. No período de janeiro a 30 de novembro do ano de 2021, os dados da Ouvidoria-Geral do Estado (OGE) indicam 2.281 (dois mil duzentos e oitenta e um) atendimentos pelo canal do WhatsApp e 581 (quinhentos e oitenta e um) atendimentos pela central 162 da Ouvidoria; 4.408 (Quatro mil e quatrocentos e oito) manifestações por meio da Plataforma Fala.BR, com tempo médio de resposta de 15 dias, atendendo em menor tempo o prazo que rege a Lei Federal nº 13.460/2017, na qual se estabelece um período de 30 (trinta) dias entre registro, análise, solução e resposta de uma demanda. O Módulo de Acesso à informação foi integrado à Plataforma Fala.Br Tocantins, contando com o Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic), realizado por meio do Sistema de Gestão de Ouvidorias (SGO). O usuário pode acessar diretamente a plataforma quanto aos pedidos de acesso às informações públicas. A iniciativa facilita os mecanismos de participação dos usuários no campo da transparência pública promovidos pelo Governo do Tocantins, o que ocorre por

meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE-TO), órgão que é responsável pela Ouvidoria-Geral do Estado (OGE).

De janeiro a 30 novembro foram contabilizados os seguintes dados: 1.569 (mil quinhentos e sessenta e nove) pedidos de Acesso à Informação pelo e-SIC (SGO e e-mail) dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; Atendimentos pelo canal do whatsapp da Ouvidoria-Geral; 100 (cem) Relatórios dinâmicos trimestrais de ouvidoria e acesso à informação dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; 770 (setecentos e setenta) Informativos de monitoramento semanal de manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; 06(seis) Treinamentos de equipe externa sobre uso da Plataforma Fala.Br e SGO; 03 (três) Reuniões virtuais de articulação com conselhos de políticas públicas; 33.866 (trinta e três mil oitocentos e sessenta e seis) Número de acesso ao sítio da Ouvidoria; 27.573 (vinte e sete mil quinhentos e setenta e três) Usuários do sítio da Ouvidoria; 27.433 (vinte e sete mil quatrocentos e trinta e três) novos usuários do sítio da Ouvidoria; 76.561 (setenta e seis mil quinhentos e sessenta e um) Acesso de usuários ao sítio da Controladoria-Geral do Estado do Tocantins; 32.711 (trinta e dois mil setecentos e onze) Usuários do sítio da Controladoria-Geral do Estado do Tocantins; 31.861 (trinta e um mil oitocentos e sessenta e um) Novos Usuários do sítio da Controladoria-Geral do Estado do Tocantins; 302.749 (trezentos e dois mil setecentos e quarenta e nove) Acesso de usuários ao Portal da Transparência; 99.479 (noventa e nove mil quatrocentos e setenta e nove) Usuários do Portal da Transparência; 96.444 (noventa e seis mil quatrocentos e quarenta e quatro) Novos usuários do Portal da Transparência; 05 (cinco) Análise dos Portais da Transparência dos Municípios do Tocantins.

No âmbito da ouvidoria e do controle social, destaca-se a articulação da rede estadual de ouvidorias com a realização de reuniões virtuais com as unidades setoriais instaladas nas pastas do executivo estadual. A participação das reuniões de conselhos de políticas públicas **onde recebeu do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente uma Moção de Aplauso** pela iniciativa, por estar promovendo o diálogo com estas instâncias, visando fomentar a participação social na construção da democracia. Foi elaborado e publicado o guia metodológico para elaboração das cartas de serviços aos usuários dos serviços públicos. Ainda, a publicação do Decreto Estadual nº 6.312/2021 que regulamentou a Lei nº 13.460/2017, que trata sobre a participação, proteção e defesa do usuário dos serviços públicos da administração pública, e, ainda, criou o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual; a publicação da Instrução Normativa CGE Nº 04/2021, que dispões sobre o exercício das competências da Ouvidoria-Geral do Estado e das unidades setoriais do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual.

Importante mencionar, a realização e/ou participação em encontros presenciais e virtuais da CGE/TO: XVII Encontro Nacional de Controle Interno, em Curitiba, no Paraná, uma iniciativa do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) com a Controladoria-Geral do Paraná (CGE-PR); a realização de palestra sobre

Controle Social e Transparência em encontro de novos gestores, promovido pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM); a apresentação de relatório preliminar sobre indicações da situação fiscal do Estado do Tocantins, participação on-line, em reunião entre as pastas para discutir capacitação sobre a nova Lei de Licitações que entrou em vigor no início do mês de abril do ano corrente, promovida pelo Governo do Tocantins, por meio da Controladoria-Geral do Estado, pelo Secretário-Chefe, Senivan Almeida de Arruda.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO E SUAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2021

No que se refere à qualificação técnica, é uma das principais estratégias adotadas pelo Governo do Tocantins para a boa gestão do gasto público. Só nesse período, 2.966 (dois mil novecentos e sessenta e seis) servidores públicos foram contemplados com capacitações realizadas pela Controladoria ou por meio de gestão do órgão. Parte desse total recebeu as capacitações da própria Controladoria que, além de servidores do Poder Executivo Estadual, também atenderam o Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO), a Defensoria Pública do Estado (TCE-TO), o Ministério Público do Estado (MPE-TO), a Prefeitura de Gurupi, e para servidores da Secretaria da Administração (SECAD) e Agência de Tecnologia da Informação (ATI).

Quanto à temática dos cursos realizados pela CGE-TO, foram nas áreas de: Gestão e Fiscalização de Contratos no Âmbito da Administração Pública; Prestação de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas do Poder Executivo Estadual; Suprimento de Fundos; Infrações e atos lesivos cometidos por entes privados; Sistema de Gestão de Documentos (SGD); Aplicabilidade do Termo de Ajustamento de Conduta para Infrações Disciplinares; Checklist: identificação da Prática de Infração ou Ato Lesivo por Ente Privado; SGD Sistema de Gestão de Documentos; Enquadramento Legal de Condutas Lesivas; Processo Administrativo Disciplinar à luz da Lei nº 1818/2007; Análises dos Demonstrativos da Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas; Nova Lei de Licitações e Contratos, realizado pelo Tribunal de Contas em junho, resultado de articulação da CGE-TO por meio da parceria com o TCE-TO e também todos os demais disponibilizados na 1ª Semana da Controladoria.

Vale destacar a realização da 1ª Semana da Controladoria: promovendo a governança, com o objetivo de fomentar a governança, promovendo discussões, troca de experiências e debates em torno das temáticas do controle interno, da transparência, do controle social, da ouvidoria e da correição**.** Recebeu mais de 8.089 (oito mil e oitenta e nove) visualizações no canal do YouTube, CGE Tocantins em parceria com a Secretaria da Fazenda por meio da EGEFAZ (Escola de Gestão Fazendária) e a Secretaria da Comunicação (SECOM). Foram contabilizados 1.189 (mil cento e oitenta e nove) likes, um percentual que representa manifestação positiva de 99,4% das interações na plataforma. O canal ganhou nesse período 478 (quatrocentos e setenta e oito) novos inscritos, o que fortalece a ferramenta como um

importante meio a ser mais fortemente aproveitado para a ampliação do alcance das atividades de formação e capacitação do órgão. A programação aconteceu nos dias 14 a 17 de setembro, contando com 851 (oitocentos e cinquenta e um) inscritos, dos quais 740 (setecentos e quarenta) são participantes de 74 (setenta e quatro) municípios tocantinenses, e 111 (cento e onze) de outros estados, como Mato Grosso, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal.

Por todos esses avanços até agora conquistados pela CGE, o nosso objetivo que também se constitui um desafio, é continuar investindo na qualidade dos serviços prestados ao Governo do Estado e à sociedade, na diretiva da boa governança e da integridade.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

GESTÃO DE PESSOAS

1 – LRF

O limite de despesa com pessoal teve uma redução de 43,51% do primeiro quadrimestre de 2021 (DOE 5.869) para 41,30% no segundo quadrimestre de 2021 (DOE 5.938) da Receita Corrente Líquida. Para que essa redução acontecesse foram necessários diversos esforços, dentre os quais, suspensão das progressões, conforme a Lei 3.562, de 25 de abril de 2019, manutenção dos quadros de funcionários, totalizando 46.743 (Ergon) servidores, divididos da seguinte forma:

a) Efetivos: 25.761;
b) Exclusivamente Comissionados: 1.732;
c) Contratos temporários: 19.250.

2 – INSTALAÇÃO DE CÂMARAS TÉCNICAS

Em 2021 foram implantadas, através da Portaria nº 233, de 17 de março de 2021 as Câmaras Técnicas, instituídas por meio do art. 3º, da Lei nº 3.642, de 25 de abril de 2019. Regulamentadas pelos incisos II, III e IV, do Decreto nº 5.997, de 26 de setembro de 2019, quais sejam:

a) **Câmara Técnica de Revisão dos Planos de Carreiras dos Servidores do Poder Executivo:** Compete reavaliar a estrutura remuneratória, o desenvolvimento ao longo de padrões, níveis, classes, referências e outros aspectos específicos exigidos para evolução funcional;

b) **Câmara Técnica de Análise e Solução do Passivo Retroativo devido aos Servidores do Poder Executivo:** Compete requisitar o levantamento dos passivos retroativos individualizados dos servidores públicos e apresentar relatório com opções para quitação sem que haja solução de continuidade com as despesas com pessoal; e

c) **Câmara Técnica de Revisão do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins:** Compete realizar estudo comparativo do Estatuto dos Servidores Civis do Estado em relação ao Governo Federal e dos outros Estados.

Dentre os serviços das câmaras técnicas, destacamos a **Câmara Técnica de Análise e Solução do Passivo Retroativo devido aos Servidores do Poder Executivo** que possibilitou a edição da MP MP 27, de 22 de dezembro de 2021, a qual possibilitou o pagamento, já na folha de dezembro de 2021 dos retroativos da diferença da data base do exercício de 2015, assim como a incorporação das progressões até 2016 dos servidores que tinham o direito às progressões horizontal e/ou vertical, o que levou a uma reforço na economia do Estado na ordem de R$ 50.000.000,00 ainda em dezembro de 2021.

Destacamos ainda, o acerto na ordem de R$ 100.000.000,00 aos servidores da Educação, também referentes a progressões com recursos do FUNDEB.

3 – CONCURSO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Constituída Comissão através da Portaria SSP nº 308, de 28 de maio de 2021 que realizou estudo técnico apontando a necessidade de 332 vagas para o certame e início da elaboração do Termo de Referência.

4 – GESTÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
O Programa "Oportunidade Jovem" é acompanhado pela Superintendência de Benefícios e Atendimento ao Cidadão e visa atender até 5.000 jovens. Em 2021 atendeu 521 jovens, distribuídos em diversos órgãos, da seguinte forma:

ÓRGÃO	QUANTIDADE
ADAPEC	04
ATR	16
ATS	07
COLÉGIO MILITAR	107
DETRAN	125
FAPT	05
IGEPREV	50
NATURATINS	17
PGE	30
RURALTINS	11
SECAD	51
SECIJU - PROCON	59
SEMARH	10
SEPLAN	13
SERVIR	13
SICS	07
TOTAL	**521**

5 – CAPACITAÇÃO CONTINUADA
No exercício de 2021 a DICAP ofertou 18 cursos através da UNICET, com 1.604 inscrições e quase 87,41% de aproveitamento. Em parceria com a CGE e a PGE, foram ofertados 13 cursos, qualificando 793 servidores. Entre os cursos próprios da DICAP, somados à parceria com a CGE, totalizamos **2.397 qualificações em 2021.**
No Sistema de Capacitação Funcional, de 38 órgãos/entidades cadastradas, 15 deles informaram os dados de registro das capacitações do Poder Executivo, totalizando **15.484** capacitações executadas pelos diversos órgãos do Poder Executivo. Contamos ainda com a produção de 19 cursos em 2021, sendo 10 já concluídos e 9 em fase de finalização.

6 – CONSIGNAÇÕES

Em 2021 podemos destacar, em relação aos empréstimos consignados aos servidores do Poder Executivo do Estado do Tocantins:

- Projeto Educação Financeira, Consumo Consciente e Prevenção do Endividamento, aos Servidores Públicos Estaduais, que visa informar os consumidores servidores públicos do Estado do Tocantins, bem como possíveis usuários do empréstimo consignado, oferecendo melhor proveito do benefício, por meio de capacitação. O Projeto ocorreu em parceria com a Secretaria de Cidadania e Justiça (SECIJU/PROCON), Instituto de Gestão Previdenciária (IGEPREV), Secretaria da Comunicação (SECOM e Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Atendendo **933** servidores na primeira fase.

- Retomada de parcerias com instituições financeiras: Após anos sem que o Servidor Público tivesse acesso a uma gama maior de instituições que ofertassem o empréstimo consignado foram retomadas parcerias históricas, com destaque para o retorno da Caixa Econômica Federal, ofertando taxas a partir de 1,43% a.m., com prazo de até 96 meses. Isso significa mais liberdade de escolha para o servidor que pretende tomar um empréstimo consignado.

GESTÃO PATRIMONIAL

1 – SIGA – TO

Após à implantação do SIGA-TO, estão sendo realizadas as seguintes ações:

1. Reunião com setores e gestores de patrimônio dos órgãos para alinhamento;
2. Treinamentos com servidores dos gestores, curso em vídeo-aula;
3. Definição de fluxo do uso do sistema, assim como a parametrização do mesmo.
4. Implantado o módulo de patrimônio, sendo realizada melhorias e customizações para que atenda as realidades apresentadas;
5. Realizadas reuniões para integração do sistema SIGA com o SIAFE e configuração do modulo imobiliário;
6. Assim como a realização de acordo técnico com a Contabilidade Geral do Estado da SEFAZ, para procedimentos contábeis;
7. Elaboração dos manuais de Bens Móveis do Estado do Tocantins, em fase de finalização, de Instrução do Sistema de Gestão de Almoxarifado, em analise pela CGE, e de Procedimentos para Gestão do Patrimônio Imobiliário, em analise na CGE.

2 – PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO

Alteração da IN do Patrimônio Mobiliário através da INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 2/2021/GASEC de 16 de fevereiro de 2021, com o objetivo de proporcionar maior eficácia à gestão do patrimônio público estadual no tocante as baixas e empréstimo de bens móveis.

3 – PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Realizado levantamento de cerca de 500 bens imóveis, compostos em sua maioria por terrenos localizados em Palmas, aptos ao reconhecimento como ativos nos Balanços do Poder Executivo, o que proporcionará ao Estado maior credibilidade e poder de negociação junto aos investidores e instituições financeiras, uma vez que esses ativos poderão alavancar os indicadores financeiros. Além disso, será atendida exigência de Órgãos fiscalizadores da União e do próprio Estado no que diz respeito à obrigatoriedade de reconhecimento e controle de todos os seus ativos e passivos.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO E AO SERVIDOR

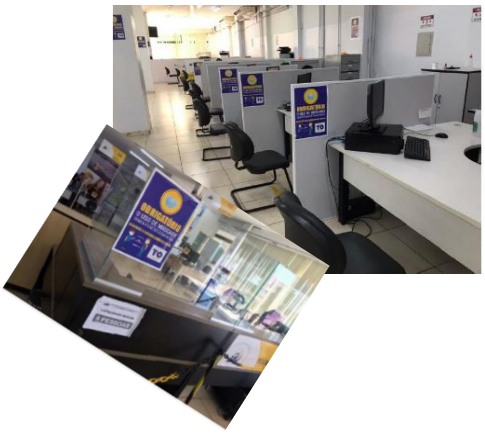
1 – É PRA JÁ

1.1 Quantidade de Atendimentos e Satisfação

Em 2021 as Unidades de Atendimento de Araguaína e Gurupi realizaram cerca de **60.474** atendimentos mesmo em época de pandemia, o que reduz drasticamente a procura por serviços in loco, obtendo um desempenho de satisfação (ótimo e bom) do cidadão atingindo **92,28%.**

1.2 Melhoria na estrutura

Visando o combate à pandemia de Covid-19, foram instaladas divisórias entre os guichês de atendimento, assim como proteção de vidro/acrílico no balcão da recepção da Unidade de Atendimento de Araguaína. Ainda visando o combate à pandemia, os atendimento têm sido feitos mediante agendamento via SGA – Sistema de Gestão de Atendimento, além de atendimentos virtuais mediante utilização de telefones fixos e Whatsapp.



1.3 Ações administrativas de Melhoria do Ambiente

Devemos destacar que as Unidades de Atendimento passaram por readequações visando o distanciamento social, a fim de dirimir a propagação da COVID-19 naqueles ambientes. Ainda nas ações de combate à pandemia, foram distribuídos EPI's (máscaras, luvas, viseiras de acrílico, álcool em gel, entre outros), além de equipamentos de proteção coletiva (dispenser de álcool em gel, tapetes sanitizantes, entre outros). As unidades passaram por higienização nesse período de pandemia, visando o combate à mesma.

2 – JUNTA MÉDICA OFICIAL DO ESTADO

2.1 Atendimentos

A Junta Médica Oficial do Estado – JMOE concedeu, em 2021, **8.671** licenças médicas diversas, além **1.900** licenças por COVID (nos 5 maiores órgãos).

2.2 Projetos Desenvolvidos pela JMOE

3 – SERVIR

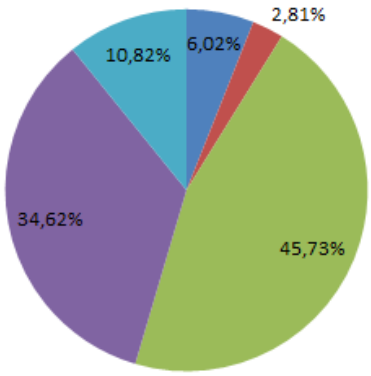
3.1 Beneficiários e Prestadores

O SERVIR conta com **74.965** beneficiários ativos. Para atender essa gama de beneficiários contamos com uma carteira de mais **600** prestadores em diversas especialidades e distribuídos por todas as regiões do Estado do Tocantins, assim como nos estados cobertos pelo plano.

Município	Prestadores Ativos	% Prestadores	% Beneficiários
Palmas	328	54,4%	33,2%
Araguaína	80	13,3%	12,4%
Porto Nacional	24	4,0%	6,1%
Gurupi	41	6,8%	4,7%
Paraíso do Tocantins	23	3,8%	3,9%
Guaraí	5	0,8%	2,1%
Miracema do Tocantins	4	0,7%	2,1%
Dianópolis	8	1,3%	1,9%
Colinas do Tocantins	9	1,5%	1,8%
Tocantinópolis			1,7%
Araguatins	4	0,7%	1,2%
Pedro Afonso			

3.2 Procedimentos realizados

No ano de 2021 foram realizados mais de **1 milhão** procedimentos e exames médicos.



Conforme fatura de julho/21

Top 15 Tipos de Exame por Valor Faturado

Tipo Exame	Valor Faturado	% Exames
MEDICINA LABORATORIAL	R$1.874.592	36,2%
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	R$898.656	17,3%
ULTRA-SONOGRAFIA	R$624.146	12,0%
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	R$586.928	11,3%
MÉTODOS DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM	R$417.949	8,1%
PROCEDIMENTOS CLÍNICOS AMBULATORIAIS	R$205.849	4,0%
EXAMES ESPECÍFICOS	R$170.863	3,3%
ELETROFISIOLÓGICOS / MECÂNICOS E FUNCIONAIS	R$112.080	2,2%
ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA	R$80.053	1,5%
OUTROS	R$78.850	1,5%
TESTES PARA DIAGNÓSTICO	R$45.829	0,9%
ENDOSCÓPICOS	R$41.199	0,8%
SISTEMA CÁRDIO-CIRCULATÓRIO	R$18.024	0,3%
OUTROS PROCEDIMENTOS INVASIVOS	R$14.066	0,3%
Material Hospitalar	R$11.710	0,2%
Total	**R$5.180.793**	**100,0%**

3.3 Gestão do Plano e Cronograma de Pagamento

Foram contratadas as operadoras de odontologia PREVIDENT ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA S/A e Operadora médica TECH SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA PARA SISTEMA DE SAÚDE LTDA para gestão do Plano.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado Nº 5987, a Portaria Nº 1.507/2021/GASEC, de 13 de dezembro de 2021, que visa disciplinar os procedimentos relativos à ordem cronológica de pagamentos das obrigações assumidas junto aos Prestadores de Serviços, após o fato gerador da despesa.

Com isso estabelece-se a obediência da ordem cronológica, regulamentando o faturamento mensal que deverá ser totalmente quitado, para que se possa iniciar o pagamento de uma próxima competência, trabalhando em estudos que viabilizem a quitação de débitos antigos para que haja fluidez no processo de pagamento dos

Prestadores de Serviço, com exceção daqueles que não apresentarem as certidões de comprovação de regularidade exigidas pelo Plano.
O governo vem trabalhando na redução da dívida do poder executivo junto ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Tocantins, o qual houve uma redução do passivo no valor de 76 milhões, isso proporcionou o pagamento de 4 meses de atraso dos prestadores de serviços, recuperando a credibilidade do plano.

GESTÃO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA

1 – SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS ADMINISTRATIVO E OPERACIONAIS PARA OS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

Em 2021 foi concluído e registrado Ata para Registro de Preços – Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 099/2020, onde obtivemos uma economia no processo licitatório de 47% em relação ao valor estimado, sendo que:

- O valor estimado inicialmente para licitar os 2.076 veículos, era de R$ 12.425.617,02;
- Foi licitado e registrado na ARP 2.076 veículos, no valor global mensal de R$ 6.949.347,72;
- Até 31/12/2021 já foram contratados 1.204 veículos, no valor mensal de R$ 4.237.446,70;
- Em 2014 foi licitado e registrado na ARP 1.232 veículos, no valor global mensal de R$ 6.112.496,00; e
- Para efeito de comparação em Outubro/2019, estávamos com 1.064 veículos contratados, no valor global mensal de R$ 5.380.847,00.

Percebe-se que, mesmo com um acréscimo de **140** veículos, ou seja, **13%** de aumento na frota obtivemos uma economia na ordem de R$ 1.143.400,30, ou seja, **21%** em relação ao contrato anterior.

2 –IMPLANTAÇÃO DE CARTÃO COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

Em 2021 foi assinado o Contrato Nº 109/2021/GEGEC/SECAD para atender o gerenciamento de frota com fornecimento de combustível e manutenção, o que permitirá uma melhor gestão da frota de veículos do Poder Executivo pelos órgãos,

assim como a proposição de novas normas por esta Pasta, que é o órgão gestor do contrato.
O contrato proporciona uma economia anual média de 6,84% do valor estimado, entre os serviços de:
- Fornecimento de Combustível: 4,70%;
- Manutenção Preventiva/corretiva: 16,00%
- Limpeza/Higienização: 4,70%

SECRETARIA DA FAZENDA

A Secretaria da Fazenda tem como atribuição principal planejar, organizar e gerir a política tributária, fiscal do Estado e de arrecadação, a administração financeira e contábil, a conta única e o equilíbrio financeiro do Estado.

Em relação às receitas estaduais, tem-se:

A Arrecadação Total das Receitas Estaduais, no período de Janeiro a Dezembro de 2021, foi R$ 7,82 bilhões, apresentando um crescimento real de 4,51% em relação ao mesmo período de 2020.

Com o crescimento da arrecadação do Estado, principalmente no que tange à arrecadação dos Impostos (ICMS, IPVA e ITCMD) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE), gerou-se superávit financeiro, o que proporcionou, ao cidadão tocantinense, benefícios nos serviços prestados e na melhoria da infraestrutura do Estado, com a definição de projetos prioritários; bem como a valorização do servidor público, no cumprimento de compromissos anteriormente assumidos pela gestão estadual.

1. Previsão e Arrecadação do Estado

As previsões de receitas são provenientes da Lei Orçamentária Anual no 3.781, de 15 de fevereiro de 2021, combinado com os Anexos I e II do Decreto no 6.232, de 17 de março de 2021, que estabelecem as metas de arrecadação de 2021.

TABELA 1. POR TIPO DE RECEITA – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Em R$

Receitas	Previsão	Arrecadação	Resultado	% Arrec/Prev
IMPOSTOS, TAXAS E CONTR. MELHORIA	4.122.879.622	5.267.934.602	1.145.054.980	127,77
IRRF	664.035.529	733.746.468	69.710.939	110,50
IPVA	232.690.720	276.294.814	43.604.094	118,74
ITCMD	24.129.070	57.574.431	33.445.361	238,61
ICMS	3.099.256.021	4.005.966.837	906.710.816	129,26
Taxas	20.876.101	15.259.000	(5.617.101)	73,09
Dívida Ativa	81.892.181	179.093.051	97.200.870	218,69
CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
PATRIMONIAIS	16.418.946	139.478.876	123.059.930	849,50
SERVIÇOS	5.000	173.985	168.985	3.479,70
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.110.645.815	5.278.138.950	1.167.493.135	128,40
FPE	4.103.034.311	5.229.663.453	1.126.629.142	127,46
Demais Transferências	7.611.504	48.475.497	40.863.993	636,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	62.212.016	46.788.499	(15.423.517)	75,21
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.251.687.742)	(2.917.469.057)	(665.781.315)	129,57
Total das Receitas	6.060.473.657	7.815.045.854	1.754.572.197	128,95

Fonte: Sefaz-TO e Anexos I e II do Decreto no 6.232/2021; Notas: 1) IPVA, ITCMD e ICMS: inclui valores com multas e juros; 2) Dívida Ativa: IPVA, ITCMD e ICMS; 3) Deduções da Receita: Fundeb, transferências constitucionais aos municípios (ICMS, IPVA, IPI-EXP E FEX) e Restituições; 4) IRRF: sobre os redimentos do trabalho e outros rendimentos; 5) Outras Receitas Correntes inclui Outras Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias.

TABELA 2. POR MÊS – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Em R$

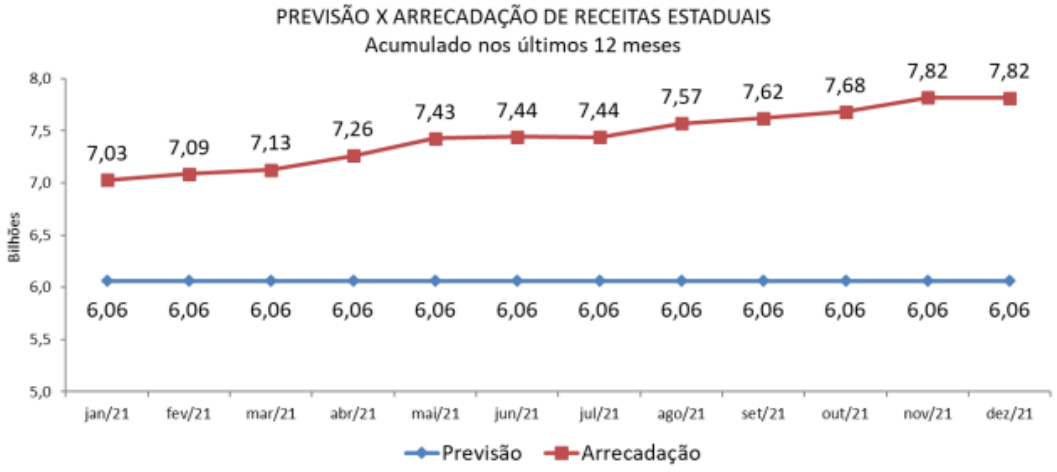
Mês	Previsão	Arrecadação	Resultado	% Arrec/Prev
Janeiro	505.039.471	607.567.463	102.527.991	120,30
Fevereiro	505.039.471	689.590.626	184.551.155	136,54
Março	505.039.471	559.593.666	54.554.195	110,80
Abril	505.039.471	569.743.885	64.704.413	112,81
Maio	505.039.471	646.393.595	141.354.124	127,99
Junho	505.039.471	598.248.487	93.209.015	118,46
Julho	505.039.471	574.225.806	69.186.334	113,70
Agosto	505.039.471	677.686.364	172.646.892	134,18
Setembro	505.039.471	593.547.802	88.508.330	117,53
Outubro	505.039.471	651.663.971	146.624.500	129,03
Novembro	505.039.471	727.996.647	222.957.175	144,15
Dezembro	505.039.471	918.787.543	413.748.072	181,92
TOTAL	6.060.473.657	7.815.045.854	1.754.572.197	128,95

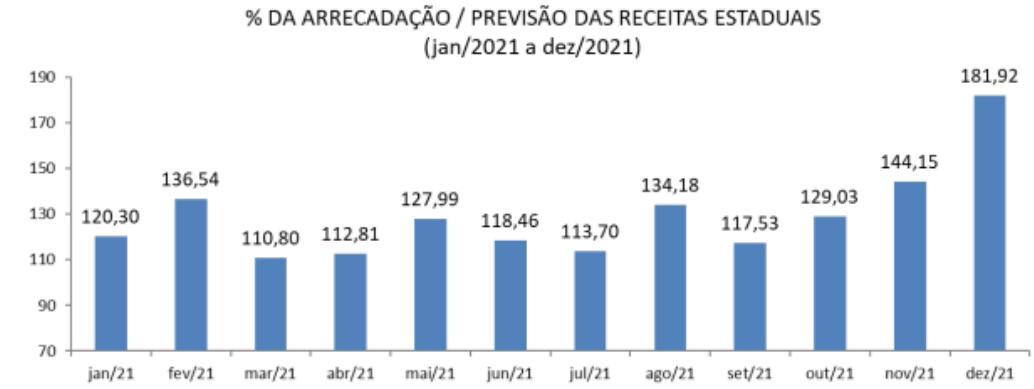
Fonte: Sefaz-TO e Anexos I e II do Decreto no 6.232/2021

A previsão de arrecadação total das receitas de Recursos Ordinários foi de R$ 6,06 bi em 2021, enquanto o efetivamente arrecadado foi de R$ 7,81 bi, gerando

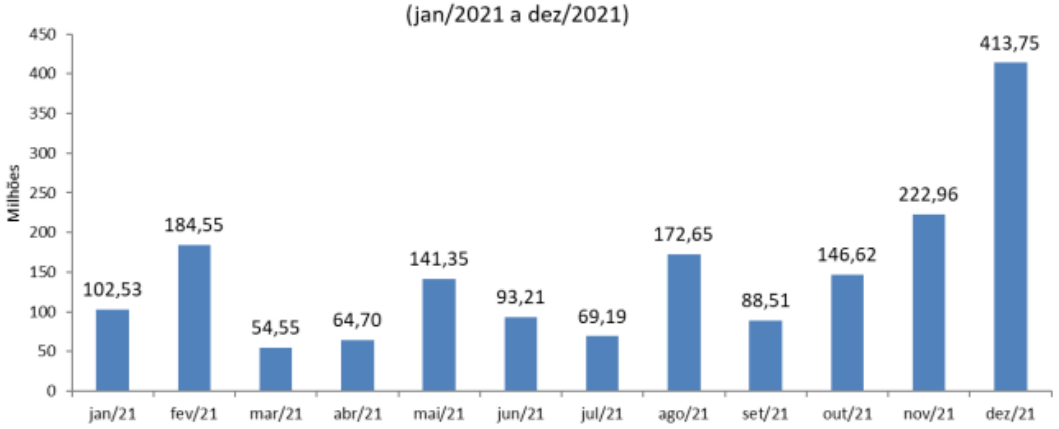
uma superação de receita de R$ 1,75 bi (foram recolhidos 128,95% do previsto). A receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria prevista foi de R$ 4,12 bi, enquanto a arrecadada foi de R$ 5,27 bi, gerando uma superação de R$ 1,15 bi, atingindo 127,77% do previsto. Adicionalmente, houve uma superação da receita do FPE, atingindo 127,46% do que estava planejado, havendo uma superação de R$ 1,13 bi.

A arrecadação do ICMS foi de R$ 4,01 bi, ficando R$ 906,71 mi acima do previsto, atingido 126,26% da meta, adicionalmente houve superação de R$ 33,45 mi no ITCMD (238,61% do previsto) e de R$ 43,60 mi no IPVA (118,74% do previsto) e de R$ 69,71 mi no IRRF (110,50% do previsto)

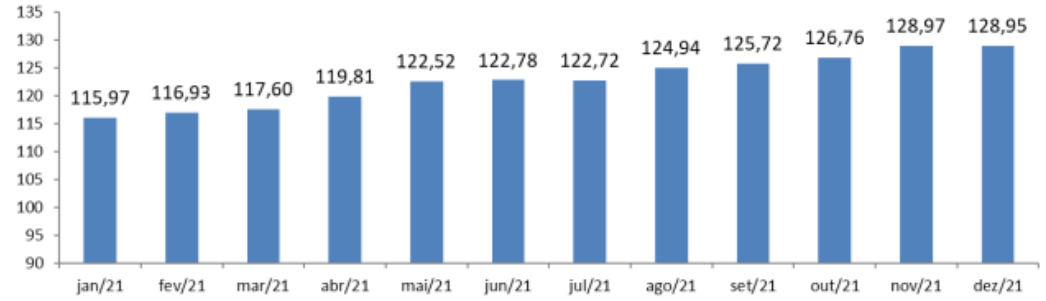




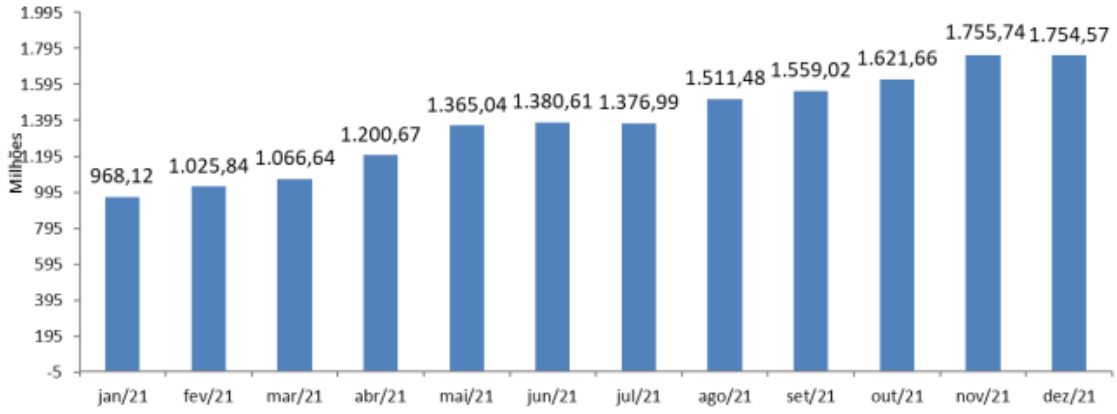
DIFERENÇA ENTRE ARRECADAÇÃO E A PREVISÃO DE RECEITAS ESTADUAIS
(jan/2021 a dez/2021)



% DA ARRECADAÇÃO / PREVISÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS
Acumulado nos últimos 12 meses



DIFERENÇA ENTRE ARRECADAÇÃO E A PREVISÃO DE RECEITAS ESTADUAIS
Acumulado nos últimos 12 meses



2. Receitas Arrecadadas

As Receitas Ordinárias apresentaram os seguintes desempenhos reais: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (26,63%), Patrimoniais (871,66%), Transferências Correntes (8,40%) e Outras Receitas Correntes (-87,05%).

ANÁLISE DO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021
TABELA 5. POR TIPO DE RECEITA – NOMINAL (A PREÇOS CORRENTES)

Em R$

Receitas	2020	2021	Var. %	Diferença
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIA	4.342.672.250	5.267.934.602	21,31	925.262.352
IRRF	768.519.300	733.746.468	(4,52)	(34.772.832)
IPVA	265.128.726	276.294.814	4,21	11.166.088
ITCMD	33.814.384	57.574.431	70,27	23.760.047
ICMS	3.201.518.762	4.005.966.837	25,13	804.448.075
Taxas	12.923.261	15.259.000	18,07	2.335.739
Dívida Ativa	60.767.816	179.093.051	194,72	118.325.235
CONTRIBUIÇÕES	128	-	(100)	(128)
PATRIMONIAIS	19.629.348	139.478.876	610,56	119.849.528
SERVIÇOS	1.091	173.985	15.854,47	172.895
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.580.233.943	5.278.138.950	15,24	697.905.007
FPE	3.958.703.679	5.229.663.453	32,11	1.270.959.774
Demais Transferências	621.530.264	48.475.497	(92,20)	(573.054.767)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	238.810.098	46.788.499	(80,41)	(192.021.599)
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.275.578.146)	(2.917.469.057)	28,21	(641.890.911)
TOTAL	6.905.768.712	7.815.045.854	13,17	909.277.143

Fonte: Sefaz-TO e Anexos I e II do Decreto no 6.232/2021; Notas: 1) IPVA, ITCMD e ICMS: inclui valores com multas e juros; 2) Dívida Ativa: IPVA, ITCMD e ICMS; 3) Deduções da Receita: Fundeb, transferências constitucionais aos municípios (ICMS, IPVA, IPI-EXP E FEX) e Restituições; 4) IRRF: sobre os redimentos do trabalho e outros rendimentos; 5) Outras Receitas Correntes inclui Outras Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias.

TABELA 6. POR TIPO DE RECEITA – REAL (A PREÇOS DE DEZEMBRO/2021 – IPCA)

Em R$

Receitas	2020	2021	Var. %	Diferença
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIA	4.929.443.121	5.510.128.788	11,78	580.685.667
IRRF	871.783.290	766.243.041	(12,11)	(105.540.249)
IPVA	300.153.692	286.970.645	(4,39)	(13.183.047)
ITCMD	38.276.498	60.258.982	57,43	21.982.484
ICMS	3.635.615.674	4.196.932.709	15,44	561.317.035
Taxas	14.667.167	15.958.693	8,81	1.291.526
Dívida Ativa	68.946.800	183.764.718	166,53	114.817.918
CONTRIBUIÇÕES	141	-	(100)	(141)
PATRIMONIAIS	22.334.082	144.294.971	546,08	121.960.889
SERVIÇOS	1.251	174.056	13.809,73	172.805
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.208.142.227	5.547.660.626	6,52	339.518.399
FPE	4.499.312.200	5.496.765.386	22,17	997.453.186
Demais Transferências	708.830.027	50.895.240	(92,82)	(657.934.787)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	262.952.342	47.282.321	(82,02)	(215.670.020)
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.584.303.862)	(3.057.078.960)	18,29	(472.775.098)
TOTAL	7.838.569.302	8.192.461.802	4,51	353.892.500

Fonte: Sefaz-TO e Anexos I e II do Decreto no 6.232/2021; Notas: 1) IPVA, ITCMD e ICMS: inclui valores com multas e juros; 2) Dívida Ativa: IPVA, ITCMD e ICMS; 3) Deduções da Receita: Fundeb, transferências constitucionais aos municípios (ICMS, IPVA, IPI-EXP E FEX) e Restituições; 4) IRRF: sobre os redimentos do trabalho e outros rendimentos; 5) Outras Receitas Correntes inclui Outras Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias.

No período de janeiro a novembro de 2021, a arrecadação de receitas ordinárias cresceu 13,17% (nominal), comparando com o mesmo período do ano anterior, passando de R$ 6,91 bi em 2020 para R$ 7,82 bi em 2021. Em termos reais, houve um crescimento de 4,51%, ou seja, um aumento de R$ 356,89 mi na arrecadação nesse período. A receita dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria foi de R$ 4,34 bi em 2020 para R$ 5,27 bi em 2021, com aumento nominal de 21,31% (acréscimo de R$ 925,26 mi) e real de 11,78% (aumento de R$ 580,68 mi). Nesse mesmo período, o FPE passou de R$ 3,96 bi para R$ 5,23 bi, variação nominal de 32,11% (crescimento de R$ 1,27 bi) e real de 22,17% (aumento de R$ 977,45 mi). As Receitas Ordinárias apresentaram os seguintes desempenhos reais: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (11,78%), Patrimoniais (546,08%), Transferências Correntes (6,52%) e Outras Receitas Correntes (-82,02%).

As receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria aumentaram a sua participação no total de recursos ordinários do Estado, passando de 47,30% em 2020 para 49,08% em 2021. O FPE aumentou a sua participação de 43,12%, em 2020, para 48,73%, em 2021, enquanto as outras receitas diminuíram a sua participação de 9,58% para 2,19%.

TABELA 7. POR MÊS – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021
NOMINAL E REAL (A PREÇOS DE DEZEMBRO/2021 – IPCA)

Em R$ milhões

Mês	Nominal (A Preços Correntes)					A Preços de Dez/2021 - IPCA				
	2020	2021	Var. % Mês	Var. % Acum.	Diferença	2020	2021	Var. % Mês	Var. % Acum.	Diferença
Janeiro	484,74	607,57	25,34	25,34	122,82	556,45	667,03	19,87	19,87	110,58
Fevereiro	631,87	689,59	9,14	16,17	57,72	723,52	750,62	3,75	10,76	27,10
Março	518,79	559,59	7,86	13,53	40,80	593,63	603,51	1,66	7,88	9,88
Abril	435,72	569,74	30,76	17,16	134,02	500,12	612,56	22,48	10,95	112,43
Maio	482,02	646,39	34,10	20,36	164,37	555,38	689,24	24,10	13,45	133,86
Junho	582,68	598,25	2,67	17,07	15,57	669,61	634,54	(5,24)	9,97	(35,07)
Julho	577,85	574,23	-0,63	14,32	(3,63)	661,69	603,27	(8,83)	7,05	(58,41)
Agosto	543,19	677,69	24,76	15,65	134,49	620,51	705,83	13,75	7,90	85,31
Setembro	546,01	593,55	8,71	14,86	47,54	619,77	611,11	(1,40)	6,85	(8,66)
Outubro	589,02	651,66	10,64	14,40	62,64	662,88	662,66	(0,03)	6,11	(0,22)
Novembro	593,92	728,00	22,58	15,21	134,08	662,50	733,31	10,69	6,56	70,81
Dezembro	919,95	918,79	-0,13	13,17	(1,17)	1.012,51	918,79	(9,26)	4,51	(93,72)
Total	6.905,77	7.815,05				7.838,57	8.192,46			

Fonte: Sefaz-TO.

TABELA 8. RECEITA REALIZADA DO FPE NOMINAL (NOMINAL – A PREÇOS CORRENTES) JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Em R$

Mês	2020	2021	Var. % Mês	Var. % Acum.	Diferença
Janeiro	369.786.866	445.736.931	20,54	20,54	75.950.064
Fevereiro	514.337.101	560.227.877	8,92	13,78	45.890.776
Março	312.135.274	382.280.414	22,47	16,05	70.145.140
Abril	305.153.721	399.644.931	30,97	19,08	94.491.210
Maio	317.830.544	484.825.347	52,54	24,93	166.994.803
Junho	260.706.958	413.050.043	58,43	29,13	152.343.085
Julho	263.915.934	354.412.856	34,29	29,71	90.496.922
Agosto	284.921.722	439.335.630	54,20	32,36	154.413.908
Setembro	229.753.456	348.545.527	51,70	33,92	118.792.071
Outubro	303.571.781	389.286.269	28,24	33,37	85.714.488
Novembro	391.027.099	495.861.523	26,81	32,65	104.834.424
Dezembro	405.563.224	516.456.106	27,34	32,11	110.892.882
TOTAL	3.958.703.679	5.229.663.453	32,11		1.270.959.774

Fonte: STN e Sefaz-TO.

Os segmentos econômicos com maior representatividade na arrecadação do ICMS no período de janeiro a novembro de 2021 foram: Combustíveis, Lubrificantes, GLP e Outros Derivados de Petróleo (R$ 1,34 bi ou 27,01% do total); Energia Elétrica (R$ 461,41 mi ou 16,66% do total); Veículos Automotores e Componentes (R$ 334,13 mi ou 51,54% do total); Bebidas em Geral (R$ 289,53 mi ou

7,26% do total) e Telecomunicações (R$ 190,64 mi ou 25,85% do total); Essas cinco atividades econômicas representaram 62,27% do total do ICMS recolhido de janeiro a dezembro de 2021.

Os melhores desempenhos entre os 10 maiores segmentos econômicos de janeiro a dezembro de 2021, comparados com o mesmo período de 2020, foram: Carnes e Derivados (59,00%, sendo R$ 73,21 mi em 2020 e R$ 116,40 mi em 2021); Veículos Automotores e Componentes (51,54%, sendo R$ 220,50 mi em 2020 e R$ 334,13 mi em 2021); Material de Construção em Geral (45,39%, sendo R$ 121,82 mi em 2020 e R$ 177,12 mi em 2021); Produtos Alimentícios em Geral (32,69%, sendo R$ 139,59 mi em 2020 e R$ 185,21 mi em 2021) e Combustíveis, Lubrificantes, GLP e Outros Derivados de Petróleo (27,01%, sendo R$ 1,05 bi em 2020 e R$ 1,34 bi em 2021).

O cadastro de contribuintes do ICMS é composto 94.223 contribuintes ativos, sendo 24.991 empresas, pessoas jurídicas (26,52% do total), e 69.232 produtores rurais, pessoas físicas (73,48% do total). As atividades econômicas mais representativas entre as empresas foram: Material de Construção em Geral (2.580 empresas ou 10,32% do total); Veículos Automotores e Componentes (2.470 empresas ou 9,88% do total); Hipermercados e Congêneres (2.233 empresas ou 8,94% do total); Prod. Médicos e Odont., Farmac., de Higiene Pessoal e Limpeza (1.665 empresas ou 6,66% do total) e Tecidos, Confecções, Vestuários e Calçados (1.767 empresas ou 7,07% do total).

TABELA 9. ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SEGMENTO ECONÔMICO (2020-2021)

Em R$ milhões

Segmento Econômico	Qtde. Contribuintes		Acumulado no Ano					
			2020		2021		Var. %	Diferença 21-20
	Qtde.	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total		
Combustíveis, Lubrificantes, GLP e Outros Derivados de Petróleo	1.425	5,70	1.054,37	32,00	1.339,15	31,89	27,01	284,77
Energia Elétrica	82	0,33	395,51	12,00	461,41	10,99	16,66	65,90
Veículos Automotores e Componentes	2.470	9,88	220,50	6,69	334,13	7,96	51,54	113,64
Bebidas em Geral	477	1,91	269,92	8,19	289,53	6,90	7,26	19,61
Telecomunicações	299	1,20	151,48	4,60	190,64	4,54	25,85	39,16
Produtos Alimentícios em Geral	1.470	5,88	139,59	4,24	185,21	4,41	32,69	45,63
Material de Construção em Geral	2.580	10,32	121,82	3,70	177,12	4,22	45,39	55,29
Hipermercados e Congêneres	2.233	8,94	145,98	4,43	166,07	3,95	13,77	20,10
Prod. Médicos e Odont., Farmac., de Higiene Pessoal e Limpeza	1.665	6,66	116,07	3,52	141,46	3,37	21,88	25,40
Carnes e Derivados	616	2,46	73,21	2,22	116,40	2,77	59,00	43,19
Produtos Agropecuários e Veterinários	964	3,86	55,64	1,69	88,34	2,10	58,76	32,70
Móveis, Eletrod., Apar. Eletrônicos, de uso Pessoal e Doméstico	1.100	4,40	75,99	2,31	87,62	2,09	15,30	11,63
Transportes em Geral e Armazenagens	1.212	4,85	47,05	1,43	72,92	1,74	54,98	25,87
Tecidos, Confecções, Vestuário e Calçados	1.767	7,07	47,25	1,43	67,01	1,60	41,82	19,76
Artigos de Tabacaria	18	0,07	21,83	0,66	24,70	0,59	13,17	2,87
Produtos de Informática e Equipamentos de Comunicação	667	2,67	15,46	0,47	21,13	0,50	36,70	5,67
Prod. Fotográficos, Fonográficos, Óticos e Instrumentos Musicais	253	1,01	8,66	0,26	15,99	0,38	84,51	7,32
Restaurantes e Outros Estabel. de Serviços de Alimentação	1.492	5,97	9,38	0,28	12,94	0,31	37,96	3,56
Produção Florestal	200	0,80	17,89	0,54	11,79	0,28	(34,08)	(6,10)
Variedades Domésticas, Artigos de Armarinho e Brinquedos	282	1,13	7,64	0,23	10,63	0,25	39,14	2,99
Artigos Esportivos, de Caça, Pesca e Camping	231	0,92	8,20	0,25	8,42	0,20	2,75	0,23
Couros	8	0,03	3,40	0,10	6,63	0,16	95,26	3,24
Plásticos e Embalagens	49	0,20	5,13	0,16	5,87	0,14	14,33	0,74
Livros, Jornais, Revistas, Papelaria e Artigos de Escritório	405	1,62	4,18	0,13	5,09	0,12	21,85	0,91
Construção Civil	839	3,36	2,28	0,07	3,41	0,08	49,87	1,14
Jóias, Bijuterias e Relógios	201	0,80	2,35	0,07	3,40	0,08	45,03	1,06
Outras Atividades Econômicas	1.986	7,95	54,71	1,66	83,11	1,98	51,90	28,40
Subtotal	**24.991**	**100,00**	**3.075,47**	**93,34**	**3.930,14**	**93,59**	**27,79**	**854,67**
Pessoa Física (Produtor Rural)	69.232	73,48	30,02	0,91	31,66	0,75	5,46	1,64
Contribuinte Eventual			189,52	5,75	237,36	5,65	25,24	47,84
TOTAL GERAL	**94.223**	**100,00**	**3.295,01**	**100,00**	**4.199,16**	**100,00**	**27,44**	**904,15**

Fonte: SEFAZ/TO; Notas: 1) Empresas = quantidade de empresas ativas na data da elaboração do relatório (03/01/2022), cadastradas até 31/12/21; 2) inclui: juros, multa, correção monetária, dívida ativa e Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP-TO (Lei 3.015/15), em Regime de Caixa. O ICMS foi relacionado à inscrição estadual e, por conseguinte, à CNAE Subclasses, portanto, pode haver divergência se o contribuinte com inscrição estadual tiver recolhido o imposto apenas informando o CNPJ; 3) Nos segmentos da arrecadação do ICMS, foram considerados apenas os contribuintes Pessoas Jurídicas inscritas no CCI-TO, inclusive os optantes do Simples Nacional. O item Pessoa Física (produtor rural) tem como referência o CPF do contribuinte. O valor que resta para totalizar o ICMS recolhido no período foi lançado no item "Contribuinte Eventual". Poder haver também recolhimento de contribuinte não inscrito no CCI-TO, mas que recolheu o imposto informando apenas o CNPJ; 4) Contribuinte Eventual - não cadastrado no CCI-TO.

Na arrecadação de ICMS a nível nacional, o Estado do Tocantins teve o 6º melhor desempenho no comparativo de 2021 com 2020 (acumulado do ano), variando 17,48% (real), enquanto o Brasil variou 15,68% (real). A arrecadação do ICMS do Tocantins representa 9,47% da Região Norte e 0,64% do Brasil.

No acumulado dos últimos 12 meses, o Estado do Tocantins teve o 6º melhor desempenho nacional na arrecadação do ICMS no comparativo de janeiro a

dezembro de 2021 e de janeiro a dezembro de 2020, crescendo 27,45% (nominal), enquanto o Brasil variou 25,28%.

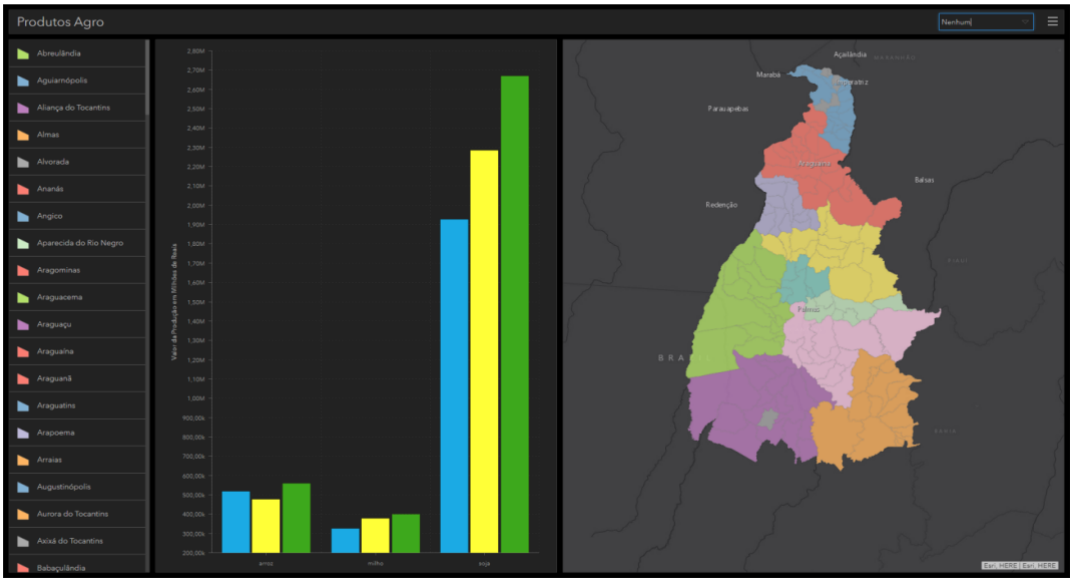
Com a instituição do Programa de Recuperação de Créditos Fiscais - REFIS, Lei nº 3831 de 26/10/2021, que teve início no dia **08 de outubro de 2021 e será encerrado no dia 28 de janeiro de 2022, será possível realizar** negociações ou quitação de débitos tributários de ICMS, IPVA, ITCMD, além de débitos não tributários e não inscritos na Dívida Ativa, como débitos do Procon, multas do Naturatins, da ATR, TCE, dentre outras vinculadas à Receita Estadual. Até 24 de dezembro de 2021 arrecadou-se o montante de R$ 121 milhões (cento e vinte e um milhões).

Visando a melhoria de atendimento ao cidadão contribuinte e as condições de trabalho dos servidores da Secretaria foram reparadas as seguintes unidades; Agência de Atendimento de Colinas, Agência de Atendimento de Dianópolis, POSTO FISCAL DE BELA VISTA, Posto Fiscal de Duas Cabeceiras, Posto Fiscal de Duas Pontes, Agência de Atendimento de Guaraí, Agência de Atendimento de Formoso do Araguaia e Posto Fiscal de Talismã, Posto Fiscal de Xambioá e Posto Fiscal de Araguanã. - Os Prédios das instalações operacionais da Sefaz – agências de atendimento e postos de fiscalização – apresentavam problemas de manutenção, além de intercorrências em sistemas elétrico, hidrossanitário e de telecomunicações, inclusive internet, climatização e, sobretudo, acessibilidade e mobilidade. Assim, com vistas a mitigar esses problemas e proporcionar ao contribuinte e ao servidor ambiente de trabalho mais digno e funcional, foi constituída equipe multiprofissional que atuou na manutenção desses imóveis, sobretudo nos postos fiscais (mais remotos e com menor atuação para manutenção) e nas agências de atendimento, reparando-se danos em telhado, alvenaria, infiltração, pintura, rede elétrica, rede hidrossanitária, iluminação da área externa (inclusive pátios), acessos de pedestres e veículos, limpeza e higienização de aparelhos de ar-condicionado, drenagem pluvial do terreno, capina e remoção de interferências, limpeza, drenagem e adequação de fossa séptica. Também foi realizada a substituição de móveis em diversas Regionais sendo: **Mobiliario:** Mesas Lineares, Mesas sinuosas, Mesas com diálogo, Mesas de Reunião, Cadeiras Fixas, Cadeiras giratórias, Armários Médios em MDP, Longarinas; **- Equipamento de informática:** Scanner; e **Aparelhos e utensílios domésticos:** Bebedouro, Condicionador de ar.

A Secretaria da Fazenda está utilizando a Plataforma ARCGIS (Sistema de Informações Geográficas) para acompanhamento em tempo real da arrecadação das regionais. O ARCGIS é utilizado na criação e compartilhamento de mapas e dashboards (painéis de ilustração), para fins de análise, apoio às verificações, auditorias fiscais e gerenciamento, em vários setores, gerando/atualizando: Mapa atualizado das DRF, Painel de Produção de Produtos Agro, Arrecadação / Meta, Arrecadação Anual e Mensal das DRF, Arrecadação Combustíveis por Delegacia, Arrecadação Agrossilvipastoril, Monitoramento dos Frigoríficos no Estado do Tocantins, dentre outros. Alguns dashboards gerados pelo ARCGIS:

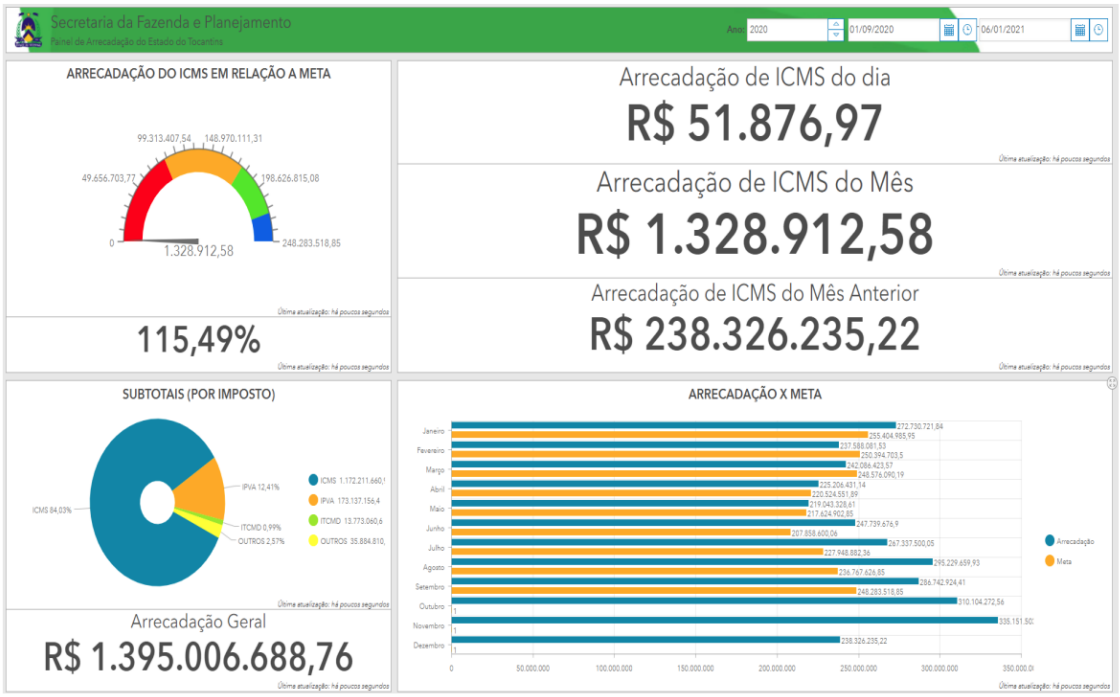
Painel de Arrecadação Anual das Delegacias

Painel Produtos Agro – Produção

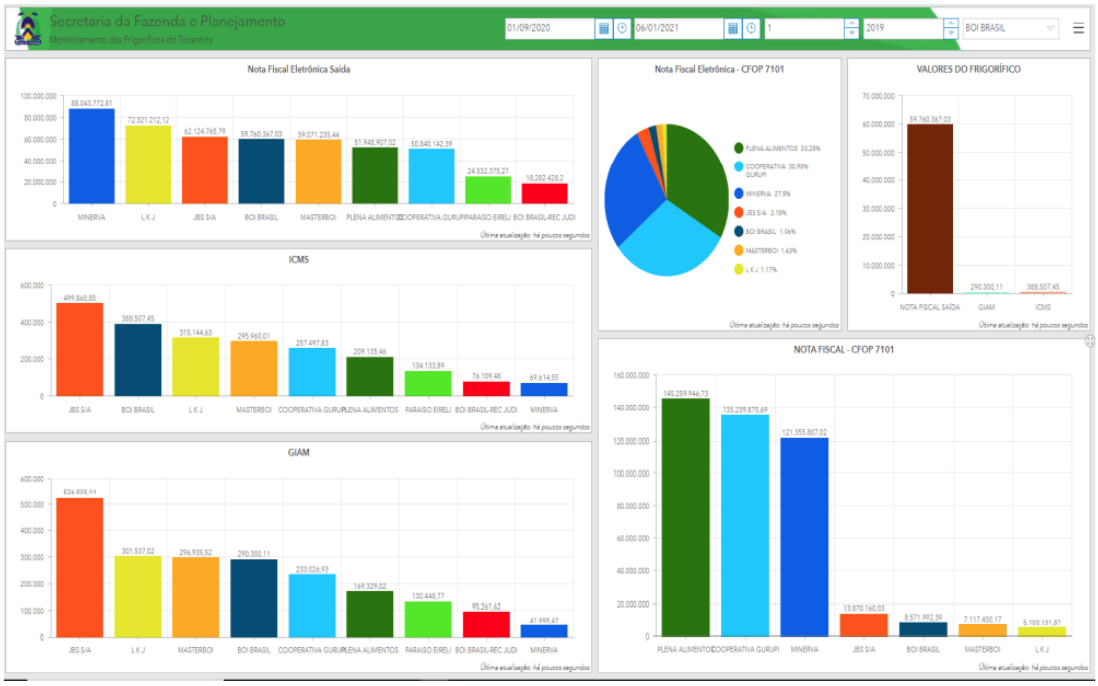


Painel Arrecadação Mensal por Delegacia Regional

Painel de Arrecadação/Meta



Monitoramento dos Frigoríficos



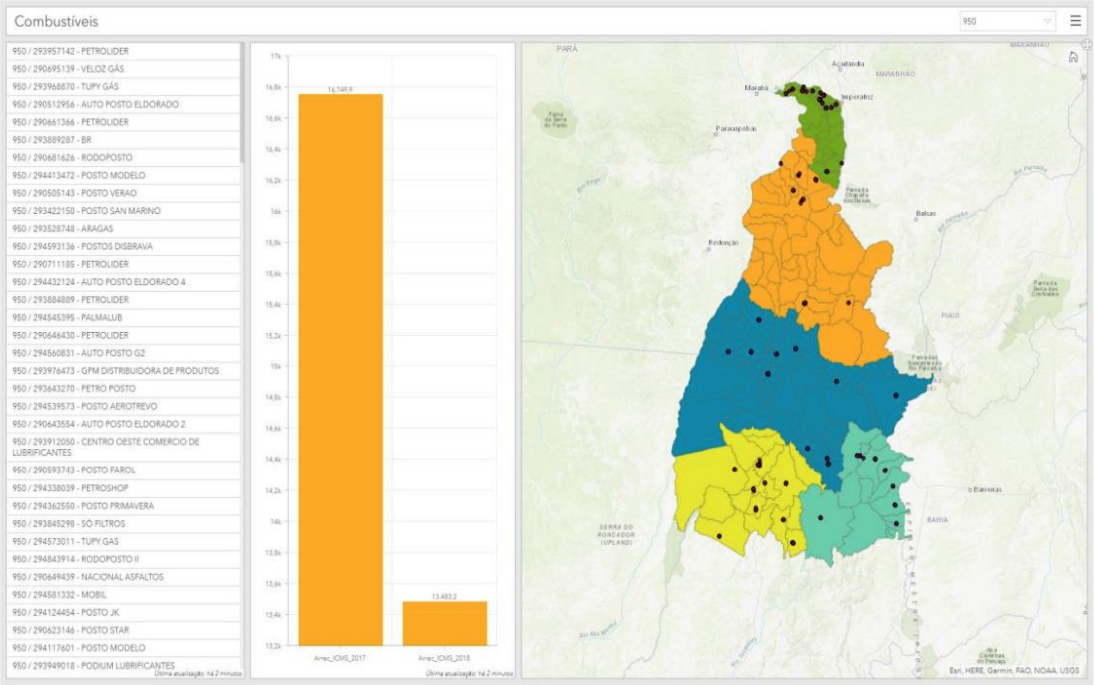
Foram executadas ainda as seguintes ações:

- Desenvolvimento do Web Service que integra a Redesim a Sefaz com o recebimento dos arquivos relacionados a constituição das empresas e alterações contratuais, o que mantêm o cadastro de contribuintes do Estado atualizado, além da geração da inscrição estadual automática;
- Implementação da nova declaração de informações de meios de pagamentos – DIMP, com a pandemia houve um substancial crescimento das vendas pela internet, marketplaces e deliverys, bem como, a criação do PIX uma nova modalidade de pagamento. Nessa nova declaração consegue-se acessar importantes informações sobre esse mercado. O objetivo é que em 2022 o setor de fiscalização possa desenvolver malhas fiscais, utilizando destes dados;
- Consolidação da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e, modelo 55 – Produtores Rurais e modelo 65 que acoberta as operações de vendas para não contribuinte do imposto possibilitando automatizar malhas fiscais e efetivar consultas de forma transparente com a garantia de sua autorização por parte da Administração tributária;
- Modernização dos processos de arrecadação das receitas públicas no âmbito estadual, estabelecendo políticas e diretrizes para controle das atividades dos agentes arrecadadores - Automatização do DARE com os outros módulos (nota fiscal eletrônica e cadastro); atualização nos dados do programa de emissão da Nota Fiscal do Produtor e Nota Fiscal Avulsa Eletrônica; Disponibilização de serviço webservice (API – Application Programming Interface) para emissão do DARE - Documento de Arrecadação Estadual aos orgãos: Polícia Militar; Corpo de Bombeiro e ADAPEC; homologação da versão 2.00 da GNRE Simples, com as

especificações nacionais e regras internas da SEFAZ – TO e implementação com múltiplos documentos de origem e com múltiplas receitas; Integração com outros órgãos do Estado do Tocantins com permissão de emissão de documento de arrecadação e consulta de arrecadação; parametrização das regras de geração das Guias Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais – GNRE, e do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE, bem como ajustes de relatórios constantes do Sistema Integrado de Administração Tributária – SIAT;

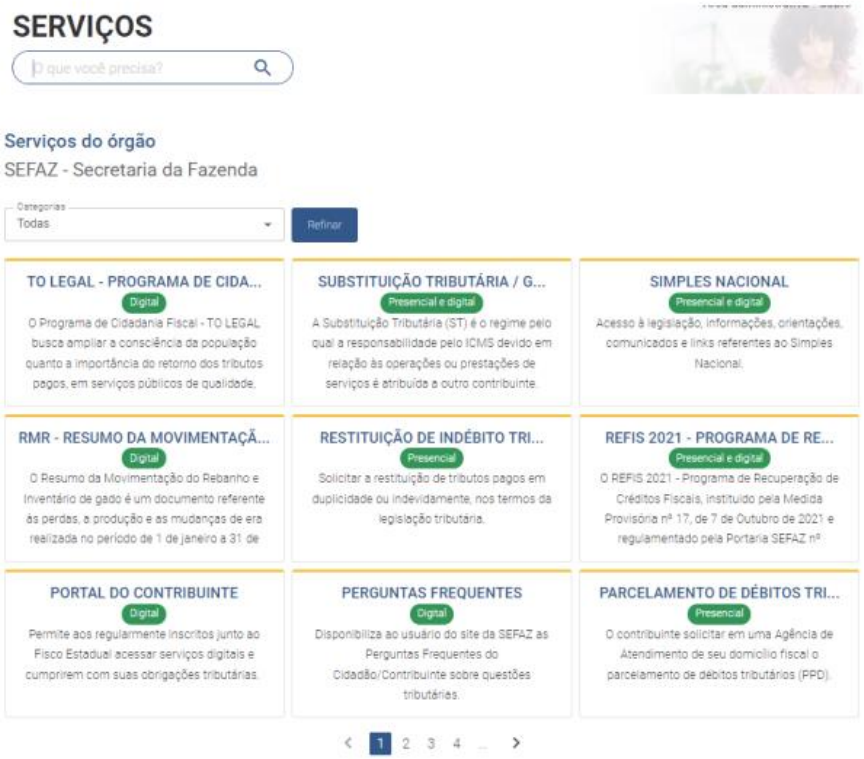
- Participação em grupo técnico de trabalho a nível nacional para cumprimento do Protocolo ICMS 69, de 23 de julho de 2008 – PT ICMS 69/08, que dispõe sobre os critérios para partilha de recursos entregues aos Estados e Distrito Federal pela União a título de compensação do ICMS desonerado nas exportações de produtos primários e semielaborados e dos créditos de ICMS decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente, e de fomento às exportações;
- Disponibilização no site da Sefaz de informações relativas à arrecadação tributária estadual, com detalhamento por mês e ano, por tributo e atividade econômica e dados comparativos do desempenho da arrecadação em relação ao mês anterior, ao mesmo mês do ano anterior e à arrecadação acumulada no ano;
- Definição dos requisitos para o sistema de Pauta Fiscal gerada a partir dos documentos fiscais constantes da base de dados do SIAT, possibilitando a fixação prévia, por parte da administração tributária dos estados, dos preços de determinadas mercadorias. O principal objetivo da Pauta Fiscal é adequar o valor das operações com base nos impostos cobrados nas relações comerciais — coibindo o subfaturamento e o superfaturamento — e também para efeito de fiscalização das operações interestaduais;
- Consolidação da SEFAZ/TO no Programa Portal Único de Comércio Exterior – Portal Siscomex proporcionando a redução da burocracia, do tempo e dos custos nas exportações e importações tocantinenses;
- Implementação da liberação das GLME's - Guia para Liberação de Mercadorias Estrangeiras, de forma automatizadas sendo todas emitidas e deferidas através do Portal Único da RFB;
- Fiscalização e monitoramento de toda movimentação de combustíveis líquidos e gasosos dentro do Estado do Tocantins, em média 24 refinarias são monitoradas mensalmente para verificar os repasses de ICMS-ST para o Tocantins;
- Participação em câmaras, fóruns e projetos com outras secretarias; acompanhamento de repasse do ICMS-ST pela refinaria dos produtos Gasolina; Óleo Diesel; Óleo Combustível e Álcool Etílico Anidro Combustível – AEAC; fiscalização efetiva "in loco" nos Postos Revendedores Varejistas (PR) das diversas cidades do Estado do Tocantins;

Painel de Arrecadação de Combustíveis



- Conclusão de diversos processos de pedido de restituição de indébito tributário com valores elevados que demandaram praticamente a realização de uma fiscalização, em quatro empresas (OI; OI MÓVEL, TELEFÔNICA e TIM;
- Desenvolvimento de um site dedicado ao Agronegócio e Comércio Exterior a ser criado no Portal da SEFAZ/TO, aguardando análise da ATI para implantação
- Uso do sistema Drawback que consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produto exportado. O mecanismo funciona como um incentivo às exportações, pois reduz os custos de produção de produtos exportáveis, tornando-os mais competitivos no mercado internacional. O referido regime aduaneiro especial de Drawback atualmente está em fase de implantação;
- Foram disponibilizados e monitorados quanto à acessibilidade e navegabilidade, no Portal de Serviços do Estado, 46 serviços referentes aos serviços da SEFAZ/TO ativos até o momento na Plataforma, serviços esses que se encontram cadastrados e ajustados, para o uso de qualquer usuário, com facilidade e consistência. Maior agilidade no atendimento ao cidadão/contribuinte: na racionalização da busca por informações, orientações e procedimentos tributários; no acesso, em tempo real, 24 horas, 7 dias por semana, a nível global, aos serviços disponibilizados pela Sefaz/TO; na funcionalidade das informações, orientações, links e serviços disponíveis; tornar a página da Sefaz um ponto de referência quanto aos assuntos e serviços pertinentes às questões tributárias, seja para o cidadão, empresas, contribuintes, outros órgãos das três esferas, associações e conselhos de classe, e demais entidades da sociedade civil organizada;

Serviços da SEFAZ/TO: https://servicos.to.gov.br/servicos/orgao/13.



- Criação da página do ITCMD no site da Sefaz, a disponibilização da GIA ITCMD on line e a melhoria das informações prestadas ao cidadão contribuinte, através do aprimoramento dos servidores, contribuiram para o aumento da arrecadação do imposto, comforme tabela e gráfico abaixo;

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ITCMD NOS ULTIMOS 5 ANOS					
ANO	2017	2018	2019	2020	2021
ARRECADAÇÃO R$	23.050.807,69	22.416.811,59	25.168.560,38	33.849.502,21	57.567.114,47
VARIAÇÃO PERCENTUAL		-2,75%	12,28%	34,49%	70,07%

Fonte: SIAT - Módulo de Arrecadação

- Ouvidoria, no ano de 2021 realizou atendimento ao cidadão utilizando a plataforma federal de integração de ouvidorias FalaBr, como também atendimentos por telefone e e-mail, com um total 1.329 (um mil, trezentos e vinte e nove) demandas, no período de Janeiro/2021 a Setembro/202;
- Consolidadas e disponibilizadas 181 (cento e oitenta e uma) alterações da legislação tributária no site da Sefaz; e formalização de aproximadamente 400 (quatrocentos) documentos referente à benefícios fiscais / termos de acordos de regime especial - Tare;
- Foram elaboradas 298 minutas de edital para procedimentos licitatórios, sendo adjudicadas 112 licitações, entre aquisições e registro de preços. Dos procedimentos licitatórios já realizados e finalizados, alcançou-se uma economia nas aquisições em torno de 25% em relação ao estimado pelos órgãos requisitantes que, somados, equivalem a um total aproximado de R$ 70 milhões de economia aos cofres públicos.
- Participação em diversos cursos e seminários realizados na área de compras públicas e nova lei de licitações;
- Iniciou-se a gestão de aquisições e materiais promovendo, a PADRONIZAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, por meio do módulo de Catálogo do Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA/TO;
- Portal de Compras Governamentais modernizado;
- Iniciado a implantamos do módulo de Compras Diretas e concluído a implantação do módulo de cadastro de fornecedores centralizado - E-fornecedor;

- Revisão da Portaria que define normas e procedimentos para as aquisições através do sistema de compra direta – Cotação Eletrônica;
- Inicio da implantação dos módulos de licitação e compras, através do SIGA, que permitirá o controle completo de todo o processo de aquisição de bens e serviços realizados, desde a fase de planejamento das aquisições até a entrega do bem ou prestação do serviço pelo fornecedor;
- Aplicação da Metodologia para Avaliação da Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal- (MD-GEFIS), que se trata do levantamento de dados referentes à maturidade dos processos da SEFAZ, evidenciando todos os pontos fortes e pontos fracos, envolvendo não só a Secretaria da Fazenda, mas também diversos órgãos da estrutura estadual. O objetivo da avaliação é subsidiar o planejamento de iniciativas e projetos de modernização e estimular a adoção de procedimentos inovadores, que aperfeiçoem a gestão fiscal no Estado e a cultura de avaliação de resultados. Em agosto/2021 foi realizada a primeira reunião da Assessoria de Gestão Estratégica com o consultor do BID, para transmitir orientações para a elaboração da carta-consulta, visando o PROFISCO II. No período de setembro a novembro/2021 foram realizadas reuniões com o objetivo de orientar as equipes sobre a identificação dos problemas, causas e soluções que irão compor o documento Matriz de Problemas da carta-consulta ao Profisco II;
- No programa de Qualidade de Vida realizou-se ação conjunta com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - SETAS para a entrega de 111 cestas básicas a servidores em condições de vulnerabilidade social, bem como a realização de palestras motivacionais, beneficiando servidores no período de pandemia;
- Realização de eventos, na EGEFAZ, de forma virtual, visando à preservação da saúde do servidor, o que resultou em mais de 1.300 (mil e trezentos) servidores puderam aprimorar seus conhecimentos, por meio da oferta de 37 (trinta e sete) eventos de capacitação, totalizando 502 de carga horária;

Resumo dos eventos ofertados pela EGEFAZ em 2021, com certificados emitidos.

EVENTOS REALIZADOS 2021				
CAPACITAÇÃO	QUANTIDADE	MODALIDADE		QTD. CERTIFICADOS
		EAD	PRESENCIAL	
Cursos	16	14	1	392
Lives	10	10	0	466
Fóruns	1	1	0	187
Treinamentos	4	4	0	129
Trilhas	2	2	0	90
Palestras	5	5	0	54
Total	**38**	**36**	**1**	**1318**

Fonte: Relatório de Gestão 2021.

- Ofertou-se mais de 500 (quinhentos) horas/aulas de conhecimento, total que possibilitou o acesso de mais de 1.600 (mil e seiscentos) usuários a plataforma

oficial de ensino-aprendizagem da Escola (http://ead.egefaz.to.gov.br). O nível de aceitação dos servidores cursistas em relação à metodologia, conteúdo, material didático e ambiente de aprendizagem disponibilizado nas atividades educacionais é bem representativo, sendo superior a 95%.

Lista de eventos de capacitação realizados pela EGEFAZ em 2021.

Eventos	Nome
CURSOS	Comunicação Estratégica para Líderes
	Prevenção a Fraudes
	Contabilidade Geral
	Compliance e Controle Interno na Administração Pública
	Direito Tributário Avançado - Turma 2021.2
	Rotina Produtiva - Turma 2
	Fiscalização de Contratos Administrativos-2021.1
	Contágil Lite Introdutório - Turma 2021.2
	Escrituração Contábil Digital - ECD | Turma 2021.1
	Direito Tributário Avançado - Turma 2021/1
	Comunicação Estratégica: Os Desafios da Comunicação Organizacional
	Atendimento ao Público - Turma 2021/1
	Língua Portuguesa
	GEEF | Curso Introdutório de Monitoramento e Avaliação de Programas de Educação Fiscal
	GEEF | Design Thinking em Educação Fiscal
PALESTRAS AO VIVO	Palestra Engajamento de Equipe
	Palestra Gestão por Resultados
	Palestra Como Marcar Presença no Mundo Digital
	Palestra Dia Internacional da Mulher
	Palestra Comportamento Ético na Prestação do Serviço Público
	Palestra Roda de Conversa Previdenciária
	Palestra Gestão do Conhecimento
	Projeto Tributação em Pauta Monitoramento Online
	Projeto Tributação em Pauta Escrituração Fiscal Digital
	Palestra Mães no Trabalho: a multiplicidade de tarefas

- Deu-se seguimento a modernização da estrutura para realização de eventos online com a inauguração do estúdio de gravação totalmente equipado com modernos aparelhos de áudio-vídeo e para transmissão ao vivo.

Figura 1: Estúdio de gravação..

Fonte: Escola de Gestão Fazendária – Egefaz, dez/2021.

O canal do Youtube dobrou o número de seguidores em 1(um) ano e recebeu acréscimo de mais 300% de visualizações no mesmo período, tendo um salto de 992 horas de exibição.

- As ações de Educação Fiscal foram direcionadas à sociedade e às escolas. Em parceria com a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes foram realizados 3 cursos e o II Fórum Internacional de Educação Fiscal, alcançando 231 pessoas entre servidores e sociedade civil.

Todas as ações de capacitação oferecidas pela EGEFAZ estão disponíveis na plataforma de ensino a distância da EGEFA, podendo ser acessadas pelo link < http://ead.egefaz.to.gov.br/ > e nos canais oficiais da Escola no Youtube, que pode ser acessados pelos links: Escola de Gestão Fazendária e GEEF TOCANTINS.

I – Gestão de Pessoas

As ações descritas a seguir integram o programa “Qualidade de Vida da Sefaz”, cuja premissa é oportunizar melhor qualidade de vida e contribuir para o bom clima organizacional.

As atividades envolvendo a presença dos servidores foi severamente restrita em face das limitações e restrições impostas pelo Governo do Estado com relação aos eventos presenciais, com o fito de evitar a aglomeração de pessoas.

Em janeiro, realizou-se ação conjunta com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - SETAS para a entrega de 111 cestas básicas a servidores em condições de vulnerabilidade social nas regionais de Araguatins, Porto Nacional, Tocantinópolis, Colinas, Araguaína, Miracema, Paraíso, Pedro Afonso, Gurupi, Taguatinga, Alvorada e na sede, em Palmas.

Foto: Ascom/2021/João Di Pietro.

Em março, ocorreu a palestra motivacional virtual da diretora regional do SENAI, **Márcia Rodrigues**, com a abordagem: “Empreender: negócio de mulher”. A palestrante relatou sua trajetória de vida e deu dicas de como montar o próprio negócio. No mesmo vento, a jornalista Glês Nasimento conduziu a discussão nominada “Marca pessoal: conheça a sua”, na qual abordou o conceito básico de marca pessoal e o refinamento do uso da imagem e do comportamento pessoais no dia-a-dia e nas redes sociais.

Banner do evento – 2021

Em comemoração ao “Dia das mães” foi apresentado o resultado de pesquisa aplicada na Sefaz com o tema: “Mãe multitarefas”. Nela, 47 mães responderam à pesquisa que tratou, ainda, de questões relacionadas à pandemia do coronavírus, pois a necessidade de compatibilizar a vida familiar com a profissional, a convivência

no lar, o trabalho doméstico e a educação online dos filhos têm criado momentos de muita tensão.

Em 7 de maio, a roda de conversa online: "Mães no trabalho: a multiplicidade de tarefas" foi conduzida pela psicóloga doutora Ellen Klinger e teve a participação das servidoras: Janine Mota, Kátila Araújo e Ana Clara Sousa. Na oportunidade, foi apresentado, pela diretora da Junta Médica, Márcia Barros Sampaio, o projeto “Saúde Mental”, que visa ofertar ações de ajuda na manutenção da saúde mental dos servidores públicos do Estado do Tocantins.
Durante o mês foram divulgados os vídeos da série “Feliz Dia das mães”, com a participação das servidoras com suas mães e filhos.

Banner do evento, 2021

Registrem-se, também, ações conjuntas com a Polícia Militar e com a SEMUS em junho, para a realização de testes rápidos para a covid-19 para monitorar casos suspeitos e o reforço das medidas preventivas: foram testadas 357 pessoas, quatro com sintomatologia foram identificadas de imediato.

Também em junho, consciente das situações atípicas originadas pela aposentadoria de servidores, realizou-se a transmissão de palestra com o tema: “Hora de aposentar, e agora?”, via do Canal Egefaz. O palestrante foi o presidente do Igeprev, Sharlles Lima, que contou com a participação de representantes dos sindicatos Sisepe, Sindare e Sindifiscal, e foi acompanhado por técnica daquele instituto. Na ocasião, houve explanações dos tipos de aposentadoria concedidos e variado tira-dúvidas. Essa live obteve mais de 600 visualizações.

Em dezembro, em parceria com a Assessoria de Comunicação e a Egefaz, houve a “Cantata de Natal” com a apresentação da Banda de Música da Polícia Militar

no hall do prédio sede, transmitida ao vivo pelo canal da Egefaz. O momento de bastante reflexão frente ao cenário vivido por todos nós.

Fotos: Ascom/2021/João Di Pietro.

II – Concessão de estágios:

Em 2021, a Sefaz consolidou a celebração de convênios com várias faculdades e universidades de Palmas para a concessão de estágio não obrigatório a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva: sendo 17 estagiários do nível médio e 112 do nível superior, dos cursos de graduação de Administração, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Comunicaçáo Social, Direito e Engenharia Civil.

O estágio visa à complementação de ensino e aprendizagem, além do treinamento prático, do aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e do relacionamento humano, em consonância com o plano de curso em cada período. O investimento na ação representa cerca de R$ 139.000,00 (cento e trinta nove mil reais) mensal.

A ação antecipa a prática da atividade profissional e prepara os estudantes para o emprego. Alguns dos estagiários são posteriormente contratados ou nomeados em função de sua efetiva participação. É a certeza de a Sefaz contribuir de forma positiva para com a sociedade.

Em setembro, com o objetivo de integrar pessoas, realizou-se evento presencial com o secretário Sandro Henrique Armando, os secretários executivos e os estagiários; na oportunidade, foram entregues as camisetas identificativas dos estudantes.

Foto: Ascom/2021/João Di Pietro.

III – Melhoria das instalações das unidades de fiscalização

De há muito, os prédios das instalações operacionais da Sefaz – agências de atendimento e postos de fiscalização – apresentavam problemas de manutenção, além de intercorrências em sistemas elétrico, hidrossanitário e de telecomunicações, inclusive internet, climatização e, sobretudo, acessibilidade e mobilidade. A situação piorou ainda mais após o início da pandemia da covid-19, que impôs o distanciamento social.

Com vistas a mitigar esses problemas e proporcionar ao contribuinte e ao servidor ambiente de trabalho mais digno e funcional, foi constituída equipe multiprofissional que atuou na manutenção desses imóveis, sobretudo nos postos fiscais (mais remotos e com menor atuação para manutenção) e nas agências de atendimento cujos prédios estavam mais possuíam danos físicos.

Nesses locais foram reparados danos em telhado, alvenaria, infiltração, pintura, rede elétrica, rede hidrossanitária, iluminação da área externa (inclusive pátios), acessos de pedestres e veículos, limpeza e higienização de aparelhos de ar-

condicionado, drenagem pluvial do terreno, capina e remoção de interferências, limpeza, drenagem e adequação de fossa séptica. Os casos mais complexos, que necessitem de projetos técnicos e ações pertinentes, estão incluídos em processos específicos em tramite na Secretaria de Estado da Infra Estrutura, Cidades e Habitação.

As benfeitorias e melhorias foram realizadas nas seguintes localidades:

1 – Agência de Atendimento de Colinas

Foram realizados serviços de pintura em todo prédio, tanto na parte interna quanto externa e reaparos elétricos e hidráulicos.

Figura 1 – Parede lateral antes dos reparos

Figura 2 – Parede lateral após os reparos

Figura 3 – Área externa antes da pintura

Figura 4 – Área externa após a pintura

Figura 5 – Fachada frontal após reparos

Figura 6 – Marcas de infiltração nos rodapés

Figura 7 – Paredes após os reparos

2 – Agência de Atendimento de Diánopolis

Na Agência de Atendimento de Diánopolis, foram realizados reparos e higienação nos aparelhos de ar condicionado, serviço necessário para a limpeza do ambiente e saúde dos servidores, serviços de drenagem na parte de trás do prédio, devido ao acúmulo de água quando chovia. O referido problema resultava em patologias nos rodapés do prédio como mostrado nas figuras abaixo. A solução encontrada foi drenar a água das calhas para facilitar o escoamento e reparos no telhado devido às condições precárias, foi necessário realizar a troca de parte das telhas, que se encontravam quebradas ou mal posicionadas.

Figura 2 – Local onde estava acumulando água

Figura 3 – Dreno sendo executado

Figura 4 – Realização da drenagem completa

Figura 5 – Drenagem

Figura 6 – Saída de água

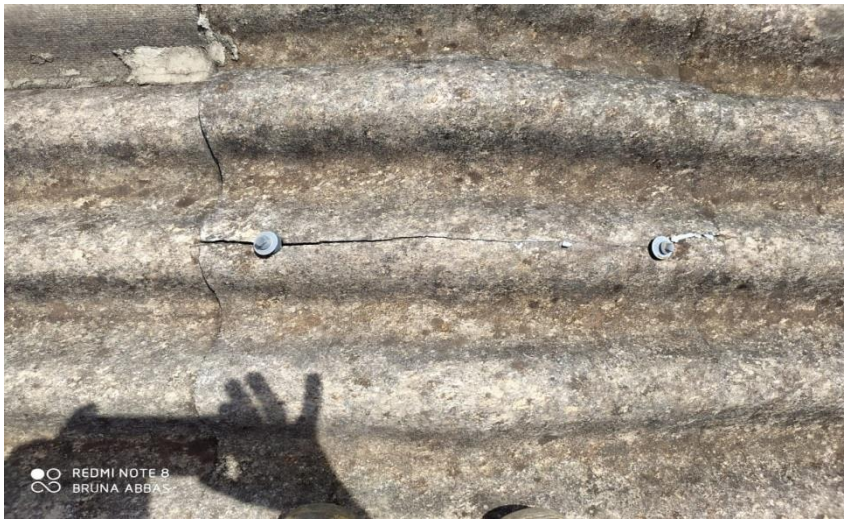


Figura 7 – Telhas quebradas

3 – POSTO FISCAL DE BELA VISTA

Na Unidade do Posto Fiscal de Bela Vista, foi necessário realizar vários reparos, como, pintura nas dependências do prédio que já se encontrava desgastada,

como atestado nas figuras abaixo. O serviço foi realizado em todo o entorno do prédio para melhorar a aparência e consequentemente proteger o prédio contra infiltrações pelas paredes. Adicionalmente, também foi realizada a pintura dos portões de acesso ao pátio interior; serviços de limpeza do terreno e retirada de mato com a utilização de roçadeira no terreno do posto fiscal; mudança no layout e serviços de pintura de rampas e guarda-corpos, troca de dobradiças dos portões, troca de fechaduras, assim como outros serviços pequenos para o pleno funcionamento do prédio.

Figura 1 – Fachada frontal do prédio antes da pintura

Figura 2 – Fachada frontal do prédio após a pintura

Figura 3 – Pintura da fachada frontal

Figura 4 – Porta de acesso a quarto sendo fechada

Figura 5 – Abertura de porta para acesso a quarto pela SEFAZ

Figura 6 – Situação dos portões antes da pintura

Figura 7 – Instalação de novas dobradiças no portão já pintado

Figura 8 – Paredes internas após a pintura

Figura 9 – Processo de queima das teias de aranha

Figura 10 – Processo de reparo na pintura

Figura 11 – Após o reparo na pintura

Figura 12 – Pintura de guarda-corpo e rampa de acesso

Figura 13 – Presença de mato no terreno

Figura 14 – Limpeza do terreno com roçadeira

Figura 15 – Pintura da área externa

4 - Posto Fiscal de Duas Cabeceiras

No Posto fiscal de Duas Cabeceiras, foi realizada a pintura externa de todo o perímetro do prédio como atestado nas figuras abaixo. O serviço foi realizado em todo o entorno do prédio para melhorar a aparência e consequentemente proteger o prédio contra infiltrações pelas paredes; Foi realizado reparo na fossa, sendo confeccionada uma tampa para a fossa, como demonstrado nas figuras abaixo. O serviço se fez necessário devido ao risco eminente que se encontrava ao chegar próximo a fossa, pois a mesma estava aberta.

Figura 1 – Lateral do prédio antes da pintura

Figura 2 – Lateral do prédio após pintura

Figura 3 – Área externa antes da pintura

Figura 4 – Área externa após a pintura

Figura 5 – Fundo do prédio antes da pintura

Figura 6 – Fundo do prédio após a pintura

Figura 7 – Preparação p/ concretar a tampa da fossa

Figura 8 – Realização da concretagem

Figura 9 – Finalização do serviço

5- Posto Fiscal de Duas Pontes

No posto fiscal de Duas Pontes, foi realizado higienização de todos os aparelhos de ar condicionado, serviço necessário para a limpeza do ambiente e saúde dos servidores; serviços de iluminação, foram trocadas as lâmpadas dos postes do pátio, que se encontravam queimadas e também foi instalado lâmpadas na área externa do Posto para melhor iluminação e segurança do Posto; reparos nos forros as condições precárias, foi necessário realizar a troca total dos forros localizados na sala de atendimento, quarto principal e banheiro externo. O forro antigo, de madeira, foi substituído pelo forro de PVC; serviços de troca da pia de cozinha, troca de lâmpadas, troca da caixa de descarga entre outros serviços necessários para as tarefas diárias do posto fiscal.

Figura 1 – Limpeza aparelho ar condicionado

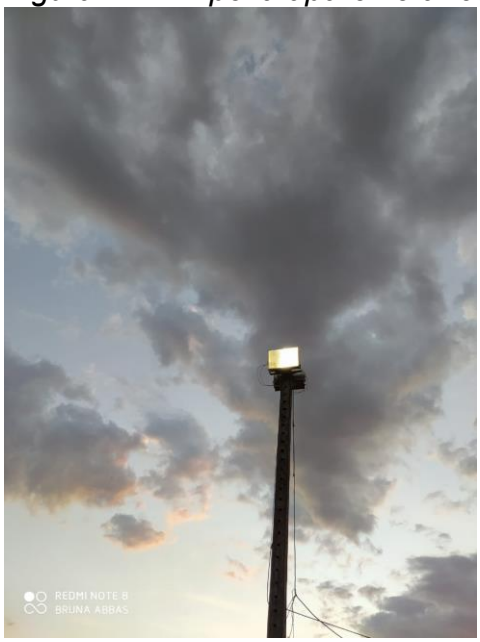


Figura 2 – Poste com lâmpada trocada

Figura 3 – Iluminação externa

Figura 4 – Forro antigo quebrado

Figura 5 – Forro antigo com fiação aparente

Figura 6 – Forro PVC sendo instalado

Figura 7 – Forro PVC instalado

Figura 8 – Pia antiga

Figura 9 – Pia nova instalada

6 – Agência de Atendimento de Guaraí

Na Agência de Atendimento de Guaraí, foram realizados serviços de pintura nas dependências dos prédios, em alguns pontos, desgastada, como atestado nas figuras abaixo. O serviço foi realizado em todos os cômodos do prédio, inclusive banheiros, para melhorar a aparência e consequentemente proteger o prédio contra infiltrações pelas paredes; serviços de troca de tomadas que não se encontravam em condições adequadas para uso, assim como lâmpadas substituídas. Além disso, novos pontos de luz foram colocados a pedido da supervisora do local.

Os buracos de ar condicionado foram tampados, além de ser retirado o fundo que o sustentava, conforme demonstra as imagens abaixo. Também foi consertado rachaduras e defeitos aparentes em todo o perímetro do prédio.

Figura 1 – Fachada frontal antes da pintura

Figura 2 – Fachada frontal após a pintura

Figura 3 – Área externa antes da pintura

Figura 4 – Área externa após a pintura

Figura 5 – Buraco do ar condicionado antes dos reparos

Figura 6 – Buraco do ar condicionado após os reparos

7 – Agência de Atendimento de Formoso do Araguaia e Posto Fiscal de Talismã

Nas duas Unidades citadas acima, as quais pertencem a Regional de Alvorada, foram realizados serviços de pintura nas dependências dos prédios, no posto fiscal de Talismã, foi feita a pintura da fachada do balcão de atendimento, junto com as laterais do prédio. Na Agência de Atendimento de Formoso, foi feito o fechamento, com placa de gesso, dos buracos de ar-condicionado antigos. Também foram feitos serviços de manutenção predial, tais como troca de lâmpadas, colocação de quadro de avisos, troca de tomadas que se encontravam sem condições de uso, troca de sifão da pia externa, entre outros serviços que melhoraram as condições de trabalho do prédio. Conforme registro fotográfico abaixo.

Figura 1 – Fachada frontal da coletoria de Formoso antes da pintura

Figura 2 – Fachada frontal da coletoria de Formoso após a pintura

Figura 3 – Área externa da coletoria de Formoso antes da pintura

Figura 4 – Área externa da coletoria de Formoso após a pintura

Figura 5 – Parede sala de atendimento da coletoria de Formoso antes da pintura

Figura 6 – Parede sala de atendimento da coletoria de Formoso após a pintura

Figura 7 – Sala de atendimento da coletoria de Formoso antes da pintura

Figura 8 – Utilização de lixadeira para lixar manchas de infiltração

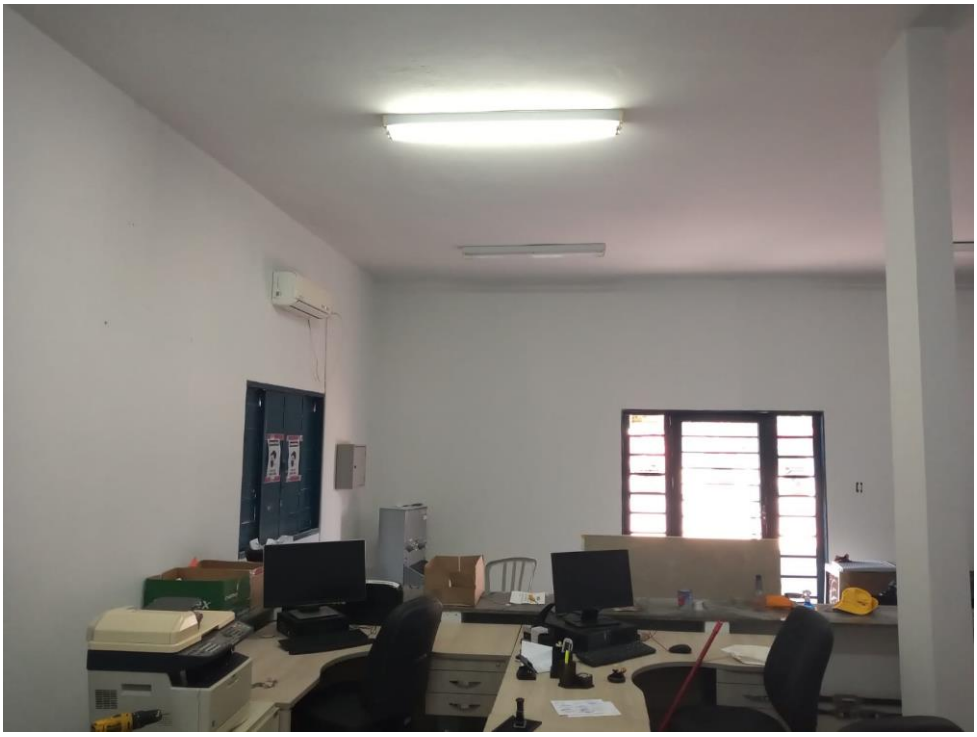


Figura 9 – Sala de atendimento da coletoria de Formoso após a pintura

Figura 10 – Balcão de atendimento Posto Fiscal de Talismã antes da pintura

Figura 11 – Balcão de atendimento Posto Fiscal de Talismã após a pintura

Figura 13 – Lateral do Posto Fiscal de Talismã após a pintura

8 - Posto Fiscal de Xambioá

No Posto Fiscal de Xambioá, foi realizada a pintura interna e externa de todos os cômodos do prédio como atestado nas figuras abaixo. Foi necessário reparos no telhado sendo feito substituições de telhas, também foi realizada a limpeza da fossa séptica.

Figura 1 – Área externa antes da pintura

Figura 2 – Área externa após pintura

Figura 3 – Fachada frontal antes da pintura

Figura 4 – Fachada frontal após a pintura

Figura 5 – Condição do telhado antes da troca de telhas

Figura 6 – Substituição de telhas

Figura 7 – Corredor antes da pintura

Figura 9 – Corredor após pintura

Figura 10 – Limpeza do terreno da fossa

Figura 11 – Abertura do terreno

Figura 12 – Limpeza da fossa

9 - Posto Fiscal de Araguanã

No Posto Fiscal de Araguanã, foi realizada a pintura interna e externa de todos os cômodos do prédio conforme atestado nas figuras abaixo. Foi necessário reparo em toda a área de cobertura do prédio, sendo feita a substituição de telhas e sanado os problemas de infiltrações e vazamentos.

Figura 1 – Fachada frontal antes dos serviços

Figura 3 – Fachada frontal após a pintura

Figura 4 – Corredor antes da pintura

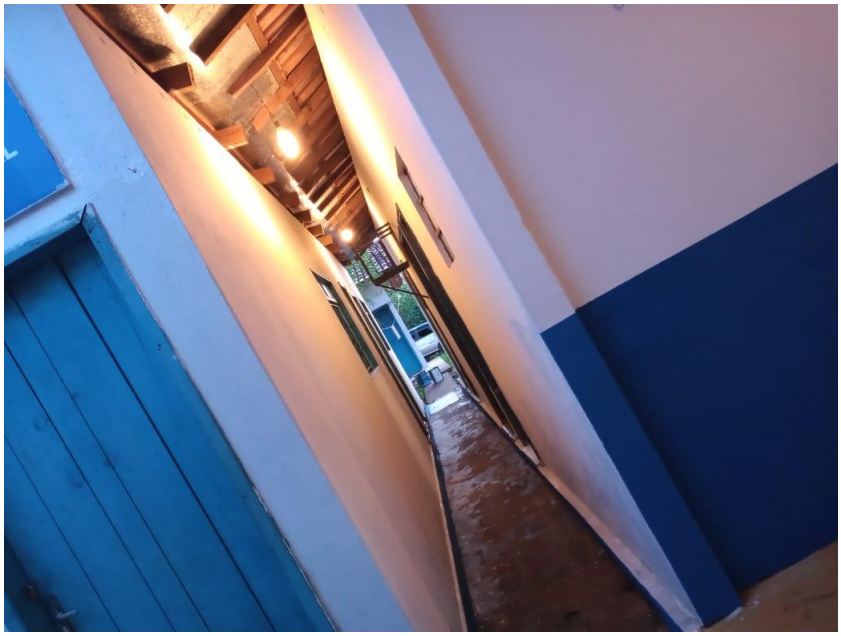


Figura 5 – Corredor após pintura e retirada de forro

Figura 6 – Área comum antes da pintura

Figura 7 – Área comum após pintura

Figura 8 – Interior antes da pintura

Figura 9 – Interior durante pintura

Figura 10 – Interior após pintura

Fonte de todo registro fotográfico:
Bruna Lopes Abas e Arthur Anizio Rodrigues Araujo

IV – SUBSTITUIÇÃO DE BENS MÓVEIS

Foi realizada a substituição de móveis em diversas Regionais sendo:

- Mobiliário: Mesas Lineares, Mesas sinuosas, Mesas com diálogo, Mesas de Reunião, Cadeiras Fixas, Cadeiras giratórias, Armários Médios em MDP, Longarinas.

- Equipamento de informática: Scanner.

- Aparelhos e utensílios domésticos: Bebedouro, Condicionador de ar.

Localidades atendidas:

DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA DE TAGUATINGA	**AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO E POSTOS FISCAIS**	
	Agência de Atendimento de Almas	
	Agência de Atendimento de Arraias	
	Agência de Atendimento de Aurora	
	Agência de Atendimento de Combinado	
	Agência de Atendimento de Conceição	
	Agência de Atendimento de Dianópolis	
	Agência de Atendimento de Novo Alegre	
	Agência de Atendimento de Paranã	
	Agência de Atendimento de Ponte Alta do Bom Jesus	
	Posto Fiscal de Duas Pontes	
	Posto Fiscal Garganta	
	Posto Fiscal de Novo Jardim	
	Posto Fiscal de Serra Geral	
	Posto Fiscal de Novo Alegre	
AGÊNCIA AVANÇADA DE COLINAS	**AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO E POSTOS FISCAIS**	
	Agência de Atendimento de Arapoema	
	Agência de Atendimento de Bandeirantes	
	Agência de Atendimento de Bernardo Sayão	
	Agência de Atendimento de Brasilândia	
	Agência de Atendimento de Colinas	
	Agência de Atendimento de Couto Magalhães	
	Agência de Atendimento de Itaporã	
	Agência de Atendimento de Juarina	
	Agência de Atendimento de Pau d' Arco	
	Agência de Atendimento de Pequizeiro	
	Agência de Atendimento de Presidente Keneddy	
	Agência Avançada de Colinas	Sala do Delegado
		Sala de Fiscalização
		Auditório
		Recepção
	Posto Fiscal de Couto Magalhães	

AGÊNCIA AVANÇADA DE ALVORADA	**AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO E POSTOS FISCAIS**	
	Agência de Avançada de Alvorada	
	Agência de Atendimento de Alvorada	
	Agência de Atendimento de Araguaçú	
	Agência de Atendimento de Figueirópolis	
	Agência de Atendimento de Jaú	
	Agência de Atendimento de Sandolândia	
	Agência de Atendimento de Palmeirópolis	
	Agência de Atendimento de Talismã	
	Posto Fiscal de Talismã	
	Posto Fiscal de Jaú	
DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA DE GURUPI	**AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO E POSTOS FISCAIS**	
	Agência de Atendimento de Aliança	
	Agência de Atendimento de Cariri	
	Agência de Atendimento de Crixás	
	Agência de Atendimento de Dueré	
	Agência de Atendimento de Formoso do Araguaia	
	Agência de Atendimento de Peixe	
	Agência de Atendimento de São Valério	

	Agência de Atendimento de Sucupira	
	Delegacia Regional da Receita de Gurupi	Sala do Delegado
		Auditório
AGÊNCIA AVANÇADA DE PEDRO AFONSO	**AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO E POSTOS FISCAIS**	
	Sala do Gabinete do Chefe da Agência Avançada	
	Agência de Atendimento de Guaraí	
	Agência de Atendimento de Santa Maria	
DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA DE TOCANTINÓPOLIS	**AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO E POSTOS FISCAIS**	
	Sala do Delegado da DRR de Tocantinópolis	
	Posto Fiscal de Aguiarnópolis	

Foram substituídos também todos os móveis da Sede da Sefaz e da Delegacia Regional da Receita de Palmas.

Pretende-se proceder, ainda no primeiro trimestre de 2022, ao inventário, regularização e baixa patrimonial desses bens para sua doação, conforme determinado na legislação vigente e ainda a substituição de móveis nas localidades que ainda não foram atendidas.

V – ESCOLA DE GESTÃO FAZENDÁRIA ANTÔNIO PROPÍCIO DE AGUIAR FRANCO - EGEFAZ

Em 2021 a EGEFAZ se destacou no cenário de educação corporativa no Tocantins. Em meio às condições adversas decorrentes da pandemia, continuamos a aprimorar a oferta de eventos de capacitação online, por meio da modernização do nosso ambiente virtual de aprendizagem e estrutura física para gravação e transmissão ao vivo, bem como, retornamos aos eventos presenciais com muita satisfação.

No quadro abaixo é possível ver os resultados que foram alcançados até o momento. Mais de 1300 certificados emitidos em 36 eventos EADs, tais como: cursos, "*lives*", fóruns, treinamentos, trilhas e palestras.

Quadro 1: Resumo dos eventos ofertados pela EGEFAZ em 2021, com certificados emitidos.

EVENTOS REALIZADOS 2021				
CAPACITAÇÃO	**QUANTIDADE**	**MODALIDADE**		**QTD. CERTIFICADOS**
		EAD	**PRESENCIAL**	
Cursos	16	14	1	392
Lives	10	10	0	466
Fóruns	1	1	0	187
Treinamentos	4	4	0	129
Trilhas	2	2	0	90
Palestras	5	5	0	54
Total	**38**	**36**	**1**	**1318**

Fonte: Relatório de Gestão 2021.

Deu-se seguimento à modernização da estrutura para realização de eventos online com a inauguração do estúdio de gravação totalmente equipado com modernos aparelhos de áudio-vídeo e para transmissão ao vivo.

O canal do Youtube dobrou o número de seguidores em 1(um) ano e recebeu acréscimo de mais 300% de visualizações no mesmo período, tendo um salto de 992 horas de exibição.

As ações de Educação Fiscal foram direcionadas à sociedade e às escolas. Em parceria com a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes foram realizados 3 cursos e o II Fórum Internacional de Educação Fiscal, alcançando 231 pessoas entre servidores e sociedade civil.

Todas as ações de capacitação oferecidas pela EGEFAZ estão disponíveis na plataforma de ensino a distância da EGEFA, podendo ser acessadas pelo link < http://ead.egefaz.to.gov.br/ > e nos canais oficiais da Escola no Youtube, que pode ser acessados pelos links:

- Escola de Gestão Fazendária
- GEEF TOCANTINS

A seguir listamos os principais eventos realizados em 2021.

Quadro 2: Lista de eventos de capacitação realizados pela EGEFAZ em 2021.

Eventos	Nome
CURSOS	Comunicação Estratégica para Líderes
	Prevenção a Fraudes
	Contabilidade Geral
	Compliance e Controle Interno na Administração Pública
	Direito Tributário Avançado - Turma 2021.2
	Rotina Produtiva - Turma 2
	Fiscalização de Contratos Administrativos-2021.1
	Contágil Lite Introdutório - Turma 2021.2
	Escrituração Contábil Digital - ECD | Turma 2021.1
	Direito Tributário Avançado - Turma 2021/1
	Comunicação Estratégica: Os Desafios da Comunicação Organizacional
	Atendimento ao Público - Turma 2021/1
	Língua Portuguesa
	GEEF | Curso Introdutório de Monitoramento e Avaliação de Programas de Educação Fiscal
	GEEF | Design Thinking em Educação Fiscal

PALESTRAS AO VIVO	Palestra Engajamento de Equipe
	Palestra Gestão por Resultados
	Palestra Como Marcar Presença no Mundo Digital
	Palestra Dia Internacional da Mulher
	Palestra Comportamento Ético na Prestação do Serviço Público
	Palestra Roda de Conversa Previdenciária
	Palestra Gestão do Conhecimento
	Projeto Tributação em Pauta Monitoramento Online
	Projeto Tributação em Pauta Escrituração Fiscal Digital
	Palestra Mães no Trabalho: a multiplicidade de tarefas
FÓRUM	II Fórum Internacional de Educação Fiscal
TREINAMENTOS	Treinamento PLDO & PLOA
	Treinamento BIC Simplifica 2021
	Treinamento IPVA 2021
	Treinamento Levantamento de Débitos - REFIS 2021
TRILHAS	Trilha de Aprendizagem Plano Plurianual - Turma Gurupi
	Trilha de Aprendizagem Modelo de Competências de Lideranças da Sefaz
Ciclo de Palestras 2021	Orçamento Público
	Consciência para mais saúde e um corpo honrado
	Liderando em Tempos de Desafios
	Exercícios & Bem-Estar
	2021, O Ano do Seu Pódio
PRESENCIAL	Curso: Comunicação Estratégica para Líderes
	Seminário: Sefaz é você

Fonte: Relatório de Gestão 2021.

Seguimos para 2022 determinados a continuar cumprindo a nossa MISSÃO de formar e capacitar o capital humano, realizar estudos e pesquisas fazendários, construir a cultura fiscal na sociedade tocantinense, visando a excelência dos serviços prestados pela SEFAZ e o bem estar social, firmados pelos nossos VALORES, a saber:

- Ética
- Profissionalismo
- Qualidade
- Transparência

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

A Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) torna publico o relatório de atividades da Captação de Recursos do Estado do Tocantins ano base 2021. O relatório foi elaborado pela equipe técnica da Diretoria de Gestão para Captação de Recursos (DICAP), da Superintendência de Captação de Recursos e Gestão do Gasto Público, para apresentar dados sobre a captação de recursos realizada pela administração pública estadual.

Assim como no Brasil em geral, ocorre a escassez de recursos e de inúmeras demandas sociais a serem atendidas, a captação de recursos financeiros, tanto de fontes nacionais como internacionais, torna-se muito importante para a promoção das políticas públicas.

Este relatório tem o objetivo de contribuir para o melhor entendimento do processo de captação de recursos e, também, melhorar a execução destes recursos, do ponto de vista de eficiência, eficácia e efetividade. Vale observar que processo envolve não apenas obtenção de recursos, mas o processo de projetos públicos: preparação, financiamento, acompanhamento e monitoramento da execução e finalização. Assim, entende-se que é possível contribuir para uma melhor alocação de recursos e a realização ações efetivas para a sociedade.

A razão de captar recursos deriva da necessidade de implementar políticas públicas e investimentos que não seriam viáveis somente com recursos próprios, sejam eles financeiros ou técnicos. Dessa maneira, a captação de recursos nacionais e internacionais garante a entrega de produtos com valor público, gerando benefícios à sociedade na forma de construção e manutenção de estradas, reforma de escolas e aquisição de equipamentos para segurança pública, entre outros, bem como melhorias em processos diversos, como os de gestão de ativos, compras públicas e licenciamento ambiental, por exemplo.

Em vista das limitações fiscais do Tesouro, a captação de recursos financeiros tem papel muito relevante para permitir a realização de investimentos em todas as áreas de atuação do Estado. Além disso, operações de crédito com bancos multilaterais de desenvolvimento oportunizam também a qualificação técnica e a capacitação de servidores, bem como o desenvolvimento de melhores projetos, visto que essas operações via de regra possuem componentes de assistência técnica. Recursos de transferências voluntárias da União, por sua vez, permitem a realização de investimentos importantes e contribuem para fortalecer políticas que são de interesse recíproco do Estado e da União. Recursos técnicos oriundos de acordos de cooperação com organismos internacionais podem fortalecer e melhorar os serviços prestados pelo Estado, possibilitando o acesso a tecnologias, conhecimentos, informações e capacitações.

O tema da captação de recursos, especialmente financeiros, ocupa um papel relevante na Administração Pública estadual há vários anos: desde que a função de planejamento começou a ser institucionalizada no Estado já se buscava identificar fontes e captar recursos para o financiamento de políticas públicas.

2 – TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - OGU

A DICAP, através da Gerencia de Convênios e Contratos de Repasse presta assistência técnica as unidades orçamentárias estaduais, quando solicitada, na preparação das propostas e dos planos de trabalho a serem apresentados, durante a execução e prestação de contas, para garantir que atendam às exigências da legislação federal e estadual e às regras de cada concedente, a análise de viabilidade das propostas, bem como a verificação de alinhamento entre políticas públicas, programas e projetos relevantes para a população tocantinense e os objetivos e as metas estabelecidos no planejamento federal. Essa atuação visa ampliar a captação dos recursos, mas também qualificar a execução dos projetos e as entregas para a sociedade. No retrospecto do ano de 2021 temos os principais tópicos:

PERÍODO	AÇÕES
1º TRIMESTRE	Participação da Reunião do Comitê Gestor Estadual da Rede Mais Brasil; Preparação de minutas de alterações dos Decretos 5.815 e 5.816/2018; Minuta de Decreto instituindo CONV-TO; participação reunião GEFIN; Participação para implementação do MEG-TR
2º TRIMESTRE	Elaboração de cadernos de projetos para emendas parlamentares federais; Relatórios sobre contratos DICAP com o PDRIS; aditivos de contratos PDRIS; Elaboração relatório de obras; Preparação de Decreto para Termo de Execução Descentralizada;
3º TRIMESTRE	Auxílio à construção da Carta Consulta PROGESTÃO; Preparação e elaboração das receitas de operações de crédito e convênios para LDO 2022; Adesão ao MEG-TR; Capacitação presencial Rede Mais Brasil; Apoio a realização do SUDAN nos Estados;
4º TRIMESTRE	Participação na revisão do PPA 2022; Definição dos casos de uso para integração SIAFE/CONV-TO; Finalização dos Contratos DICAP/PDRIS; análise de produtos consultores PDRIS e CONV-TO;

Abaixo estão os relatórios de acompanhamento de convênios federais disponibilizados para o Tocantins, provenientes do OGU e de emendas federais; Acompanhamento dos programas disponibilizado pelo OGU, com finalidade de informar aos órgãos para captação de recurso junto a Plataforma Mais Brasil.

2.1 Total de Propostas Cadastradas em 2021

Em 2021, o Governo do Estado do TO cadastrou 12 propostas na Plataforma Mais Brasil, totalizando um valor de R$ 23,8 milhões, sendo R$ 23,5 milhões de recursosda União e R$ 374 mil de contrapartida do Estado. Oito órgãos estaduais demandaram recursos de 7 órgãos federais, conforme detalhado abaixo:

Propostas cadastradas na Plataforma Mais Brasil - 2021

Órgão	Qtd.	Valor total (R$)	Repasse (R$)	Contrapartida (R$)
ATS	2	3.780.000,00	3.742.200,00	37.800,00
RURALTINS	1	950.372,64	940.000,00	10.372,64
PMTO	3	1.197.733.33	1.196.535,60	1.197,73
SEAGRO	1	4.886.784,34	4.783.096,96	103.687,38
SEDUC	1	409.802,69	386.527,50	23.275,19
SECIJU	1	999.613,12	995.908,99	3.704,13
SETAS	1	9.309.600,00	9.300.000,00	9.600,00
UNITINS	2	2.364.716,56	2.180.032,00	184.684,56
TOTAL	**12**	**23.898.622,68**	**23.524.301,05**	**374.321,63**

Fonte: Plataforma Mais Brasil. Elaboração própria

Essas 12 propostas responderam a oportunidades divulgadas na Plataforma Mais Brasil, originadas por emendas parlamentares ou por programas de órgãos federais que abriram oportunidade nacional ou específica para o TO. O detalhamento é apresentado a seguir:

Propostas cadastradas na Plataforma Mais Brasil 2021

Origem	Qtd.	Valor total (R$)
Emenda de específico de bancada	1	9.309.600,00
Emenda parlamentar	3	2.180.032,00
Proponente específico	1	1.197.733,33
Proposta voluntária	7	10.839.194,79
Total	**12**	**23.898.622,68**

Fonte: Plataforma Mais Brasil. Elaboração própria

2.2 Total de Convênios Celebrados em 2021

Quanto à situação dessas 12 propostas cadastradas pelo Estado do TO, em 2021, na Plataforma Mais Brasil, 10 serão Convênios (81,37% das demandas) e 2 Contratos de Repasse (64,34% das demandas) com valor total previsto de R$ 19,4 milhões e 10 serão Convênios (18,62% das demandas), valor esse de R$ 4,4 milhões.

Situação das Propostas apresentadas em 2021		
Situação	**Qtd.**	**Valor Global**
Plano de Trabalho Aprovados	8	15.668.250,04
Plano de Trabalho Cadastrados	2	3.780.000,00
Plano de Trabalho Enviado para Análise	2	4.450.372,64
Total Resultado	**12**	**23.898.622,68**

Fonte: Plataforma Mais Brasil. Elaboração própria

Desses 08 planos de trabalho aprovados, 06 já foram celebrados, se encontram em execução e com mais de 98% dos valores empenhados, conforme demonstrativo da tabela abaixo:

Convênios Celebrados na Plataforma Mais Brasil - 2021					
Proponente	**QTD.**	**Valor Global**	**Valor Repasse**	**Contrapartida**	**Empenhado**
PMTO	1	1.197.733,33	1.196.535,60	1.197,73	1.196.535,60
SEAGRO	2	1.386.784,34	1.286.596,96	100.187,38	1.286.596,96
SEDUC	1	409.802,69	386.527,50	23.275,19	205.810,50
SECIJU	1	999.613,12	995.908,99	3.704,13	995.908,99
SETAS	1	9.309.600,00	9.300.000,00	9.600,00	9.300.000,00
Total	**6**	**13.303.533,48**	**13.165.569,05**	**137.964,43**	**12.984.852,05**

Fonte: Plataforma Mais Brasil. Elaboração própria

2.3 Convênios em Execução

Atualmente, os instrumentos de Transferências Voluntárias em execução no contabilizam em 100 (cem) no Estado do Tocantins, ou seja, uma injeção na economia tocantinense por volta de R$ 516 milhões onde já foram devidamente pagos cerca de R$ 139,5 milhões, com execução de 27% dos recursos.

Na tabela abaixo verificamos as Unidades Orçamentárias do TO que possuem instrumentos sendo executados e o resumo de suas atividades:

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE CONVÊNIOS FEDERAIS EM VIGÊNCIA

Qts.	Proponente	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Valor a Desembolsar	Ingresso de Contrapartida	Falta Depositar Contrapartida	Saldo a Executar	Valor pago	% Execução
1	ADAPEC	7.782.000,00	7.500.000,00	282.000,00	5.606.487,83	158.000,00	124.000,00	6.788.000,00	994.000,00	12,77%
3	ADETUC	1.553.192,00	1.540.850,00	12.342,00	1.370.225,00	0,00	12.342,00	1.553.192,00	0,00	0,00%
1	AGETO	68.738.010,10	68.250.000,00	488.010,10	8.055.155,78	486.654,18	1.355,92	8.112.652,50	60.625.357,60	88,20%
16	ATS	38.492.773,33	75.487.375,30	32.246.989,05	30.608.211,79	590.250,00	31.656.739,05	34.981.056,98	3.511.716,35	9,12%
1	BMTO	11.601.607,17	11.589.907,17	11.700,00	1.337.612,06	11.700,00	0,00	6.982.913,54	4.618.693,63	39,81%
1	FAPTO	600.000,00	450.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	20.771,18	579.228,82	96,54%
6	RURALTINS	10.353.060,26	9.704.285,00	513.174,22	2.662.430,90	497.496,76	15.677,46	5.350.009,94	5.003.050,32	48,32%
5	PMTO	22.706.781,20	22.361.328,42	345.452,78	15.581.084,66	344.254,96	1.197,82	19.786.635,80	2.920.145,40	12,86%
7	SEAGRO	9.790.144,01	9.263.258,09	360.270,92	4.392.693,80	390.723,18	-30.452,26	7.108.750,03	2.681.393,98	27,39%
5	SEDUC	3.457.987,41	5.931.577,46	3.224.189,89	2.250.891,02	389.288,78	2.834.901,11	3.096.464,46	361.522,95	10,45%
7	SSP	46.635.753,60	45.985.653,59	290.166,77	20.970.000,00	260.166,47	30.000,30	29.315.224,35	17.320.529,25	37,14%
9	SECIJU	8.561.515,40	8.305.204,29	134.897,65	995.988,99	127.430,09	7.467,56	7.566.372,75	995.142,65	11,62%
26	SESAU	71.179.229,27	62.510.454,60	5.041.301,34	11.265.096,06	4.199.196,08	842.105,26	36.076.056,36	35.103.172,91	49,32%
7	SEINFRA	197.260.981,54	172.036.289,00	25.224.692,54	172.036.289,00	0,00	25.224.692,54	197.260.981,54	0,00	0,00%
3	SETAS	16.453.867,30	15.144.471,00	714.574,00	9.300.000,00	705.325,20	9.248,80	11.628.310,10	4.825.557,20	29,33%
2	UNITINS	1.397.198,00	1.389.226,00	7.972,00	1.389.226,00	0,00	7.972,00	1.397.198,00	0,00	0,00%
100	**Total**	**516.564.100,59**	**517.449.879,92**	**69.047.733,26**	**287.821.392,89**	**8.310.485,70**	**60.737.247,56**	**377.024.589,53**	**139.539.511,06**	**27,01%**

Relatório emitido em 06/01/2022, com referência até 31/12/2021
Fonte: http://paineismaisbrasil.economia.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=siconv%5Cpainel%20siconv.qvw&lang=pt-BR&host=QVS%4017-0112-b-etp

2.4 Evolução dos Convênios no Triênio 2019-2021

SITUAÇÃO DOS CONVÊNIOS TRIÊNIO 2019-2021						
Situação Convênio	**Qtd.**	**Valor Global**	**Valor Repasse**	**Valor Contrapartida**	**Remanescente Tesouro**	**Valor Pago**
Aguardando Prestação de Contas	1	4.785.000,00	4.775.000,00	10.000,00	0	4.399.999,92
Assinado	1	1.199.406,34	1.099.406,34	100.000,00	0	0
Convênio Rescindido	1	3.489.250,00	3.485.750,00	3.500,00	0	0
Em execução	36	284.243.317,50	258.380.437,67	25.862.879,83	0	1.079.565,57
Prestação de Contas enviada para Análise	1	409.877,11	388.879,16	20.997,95	60.858,55	187.708,50
Total Resultado	**40**	**294.126.850,95**	**268.129.473,17**	**25.997.377,78**	**60.858,55**	**5.667.273,99**

Fonte: Plataforma Mais Brasil. Elaboração própria

EVOLUÇÃO DOS CONVÊNIOS NO TRIÊNIO 2019-2021						
Ano Assinatura	**Qtd**	**Valor Global**	**Valor Repasse**	**Valor Contrapartida**	**Empenhado**	**Valor Pago**
2019	17	87.231.998,19	65.207.891,36	22.024.106,83	61.647.801,36	5.605.589,49
2020	17	193.591.319,28	189.756.012,76	3.835.306,52	69.265.020,36	0
2021	6	13.303.533,48	13.165.569,05	137.964,43	12.984.852,05	61.684,50
Total	**40**	**294.126.850,95**	**268.129.473,17**	**25.997.377,78**	**143.897.673,77**	**5.667.273,99**

Fonte: Plataforma Mais Brasil. Elaboração própria

2.5 Total de Convênios devolvidos em 2021.

CONVÊNIOS DEVOLVIDOS EM 2021						
N° Convênio	**Proponente**	**Situação Convênio**	**Valor Global**	**Saldo Remanescente União**	**Saldo Remanescente Convenente**	**% do Convênio**
780538	SEMARH	Prestação de Contas em Análise	799.941,00	1.062.040,13	35.216,68	137%
780428	PMTO	Prestação de Contas Concluída	1.152.277,84	260.152,67	0	23%
782755	SETAS	Prestação de Contas em Análise	2.645.250,00	2.891.948,58	191456,08	117%
797318	SESAU	Prestação de Contas Comprovada em Análise	251.356,46	109.559,78	0,00	44%

797659	SESAU	Prestação de Contas Comprovada em Análise	250.000,40	55.861,02	0,00	22%
813246	SECIJU	Prestação de Contas Comprovada em Análise	1.745.620,80	137.899,18	101.664,02	14%
813234	SECIJU	Prestação de Contas Comprovada em Análise	772.379,33	231.286,21	28150,96	34%
833012	SEAGRO	Prestação de Contas Concluída	319.675,00	60.650,12	559,85	19%
831515	SEDUC	Prestação de Contas Concluída	975.882,50	184.364,09	259,19	19%
841237	SEAGRO	Prestação de Contas Concluída	14.639.639,64	1.389.819,28	1.391,21	10%
853685	PMTO	Prestação de Contas Comprovada em Análise	3.905.086,25	37.992,95	1447,35	1%
851387	SESAU	Prestação de Contas Concluída	498.940,00	91.611,77	0	18%
883078	SEDUC	Prestação de Contas enviada para Análise	409.877,11	60.858,55	3286,12	16%
	TOTAL		**28.365.926,33**	**6.574.044,33**	**363.431,46**	24%

Fonte: Plataforma Mais Brasil. Elaboração própria

2.6 Capacitação Rede Mais Brasil em 2021

Em 2021, apesar de ainda estarmos vivendo na Pandemia a DICAP realizou Capacitações da Rede SICONV, onde foram oferecidas vagas aos servidores dos Órgãos Estaduais e para os 139 Municípios, e **foram capacitados 33 técnicos** no Módulo A - Elaboração de Projetos Sociais e Inclusão de Propostas no SICONV **e 26 técnicos** no Módulo B - Execução e Prestação de Contas, num total de 84 horas de capacitações.

3 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O processo de captação de recursos via operação de crédito é uma atividade que contempla, de um lado, a prospecção de fontes disponíveis para uma determinada condição do Estado de contratação de crédito. Este trabalho envolve um relacionamento com as instituições financiadoras e a aquisição de conhecimento sobre suas políticas e normas operacionais, bem como sobre suas linhas de crédito. Por outro lado, requer o conhecimento das políticas públicas e das necessidades de financiamento das diversas áreas de atuação do Estado.

A confluência do trabalho junto aos órgãos estaduais e às fontes financiadorasnormalmente se inicia com a manifestação de interesse do tomador do empréstimo, materializada em carta consulta enviada à instituição financeira. O longo caminho dacaptação de recursos encerra-se somente quando concluída a última prestação de contas e feitas as devidas avaliações, com o encerramento da operação. Após o encerramento, há ainda a auditoria, os esclarecimentos ao financiador em relação à auditoria e o pagamento do financiamento.

3.1– Operação de Crédito Interna:

Em 2021 a Dicap, através da Gerência de Operações de Crédito, trabalhou nas operações de créditos internas sem garantia da União, devido sua atual classificação na CAPAG – Capacidade de Pagamento do Estado e situação fiscal. No retrospecto do ano de 2021 temos os principais tópicos:

PERÍODO	AÇÕES
1º TRIMESTRE	Ocorre primeiro desembolso da operação de crédito da Ponte de Porto Nacional; Solicita junto a CEF cumprimento de decisão PET na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2815 - TO (2020/0272355-6) viabilizando a celebração do empréstimo FINISA; instrução de pleito para Duplicação da TO-080; Pelo dispositivo Art. 27 da LC 178/2021 o Estado do Tocantins não possui limite para realizar contratação de operação de crédito no exercício de 2021, o que paralisou o cadastramento de PVLs no SADIPEM; Bloqueio judicial na conta do BRB;
2º TRIMESTRE	Em tramitação o PL010/2021 com a revogação do Art. 27 da LC 178/2021. Continuação das tratativas com agentes financeiros para continuidade dos pleitos em negociação; Banco do Brasil apresenta proposta para Lei Kandir e oferece antecipação de até R$ 150 milhões; continuam a solicitação de aditivos e remanejamentos do Prosestado I, II e Proinveste.
3º TRIMESTRE	Definição de novos objetos para operações de Crédito junto ao Banco de Brasilia, pavimentação de Estrada do Jalapão no valor de R$150 milhões; Paralização dos contratos do sistema de operações de crédito; Definição das obras para as operações de crédito de 230 e 180 milhões via BB,
4º TRIMESTRE	Redução do valor da Lei Kandir para 60 milhões, Preparação de Documentação para instrução de pleitos, Projetos de Lei 15 e 16, respectivamente 230 e 180 milhões.

3.1.1- Operação de Crédito interna – Em execução:

Und	Nome Da Operção	Valor Do Financiamento	Contrapartida	Execução	Situação	Saldo À Executar	Rendimentos	Total (Saldo + Rendimentos)	Objetos
		CONTRATADAS / EM EXECUÇÃO							
		AGENTE FINANCEIRO: BANCO DO BRASIL S/A							
1	PROESTADO – I (21/00004-2)	390.000.000,00	-	92,08%	Solicitado a minuta do 5º Aditivo ao Contrato em. Em 10/11/2021 BB solicitou confirmação de alteração do objeto.	36.606.535,09	1.403.757,33	38.010.292,42	Remanejamento para Trecho da Estrada Jalapão
2	PROESTADO – II 21/00005-0	260.000.000,00	0	88,00%	Solicitado a minuta do 4º Aditivo ao Contrato em 11/11/2021 BB solicitou novo Parecer Jurídico da PGE.	32.657.002,43	-	32.657.002,43	Conclusão do HGP.
3	PROINVESTE - 21/00003 - 2015/09060/0169	553.367.668,00	0	97,39%	Em 10/11/2021 BB manutenção dos usos das operações e continuidade. Pendencia: Assinatura e encaminhamento das declarações sem data; Regularidade no CAUC;	13.443.796,57	3.926.856,43	17.370.653,00	Obras a Concluir: Reforma e Ampliação de Hospital - HRG e Construção de Unidade de Atendimentos Socioeducativo – CASE de Araguaína.
4	PARQUE TECNÓLOGICO - 40/00013-3 - 2020/25000/606	30.000.000,00	0	0,00%	Solicitado alteração do objeto em 10/11/2021.	-	-	-	Obras: Construção de prédio, pavimentação no Parque Tecnológico em Palmas. Alteração para Rodovia TO -

									428, Trecho: Santa Maria (KM 25,00) Recursolândia
		AGENTE FINANCEIRO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL							
5	PAC I – PRO-MORADIA	100.303.850,00	15.923.150,00	63,00%	Em Execução	42.661.751,78	-	44.439.748,00	Construção de Unidades Habitacionais.
6	PAC II – PRÓ-TRANSPORTE	177.009.776,00	57.608.381,00	78,00%	Em Execução	46.415.461,81	-	72.555.142,00	Infraestrutura Urbana em Pavimento. Obs: Municípios de Palmas, Araguaína, Porto Nacional, Paraíso e Colinas.
		AGENTE FINANCEIRO: BANCO DE BRASILIA - BRB							
7	BRB - PPN - 2020/25000/	149.000.000,00	0	32,80%	Em Execução	100.128.000,00	-	100.128.000,00	Construção da Ponte de Porto Nacional - TO.[i]
TOTAL		**1.659.681.294,00**	**37.957.929,00**			**299.830.224,09**	**5.330.613,76**	**305.160.837,85**	

2.2 - Operação de Crédito interna – Em tramitação:

NOME DO PROJETO	**ANO PROJETO**	**VALOR FINANCIAMENTO**	**AGENTE FINANCIADOR**	**SITUAÇÃO DA OPERAÇÃO**	**OBJETO DO PROJETO**
DUPLICAÇÃO TO-080 - B.B. S/A. 2020/25010/232	2021	150.000.000,00	BANCO DO BRASIL	BANCO DO BRASIL...Encaminhado documentação. Solicitado atualização de documentação OUTUBRO/2021. Cronograma de Dívida e Pagamentos	Infraestrutura Rodoviária

INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA E HOSPITALAR- B.B. S/A. 2021/13010/16	2021	85.970.000,00	BANCO DO BRASIL	Carta Consulta E Oficio assinados encaminhada ao BB em 18/11/21. CONCLUÍDO NA FORMA DO PROJETO DE LEI 16, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021, PROTOCOLADO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2021.	1º Lote – Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica na Rodovia TO-255, Trecho: Lagoa da Confusão/Barreira da Cruz 48km, Rodovia TO - 239, Trecho: Itapiratins/Itacajá - 30,9 KM
INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA E HOSPITALAR- B.B. S/A. 2021/13010/16	2021	83.030.000,00	BANCO DO BRASIL	Carta Consulta E Oficio assinados encaminhada ao BB em 18/11/21. CONCLUÍDO NA FORMA DO PROJETO DE LEI 16, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021, PROTOCOLADO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2021.	2º Lote – Execução dos serviços de restauração Rodovia TO – 030, Trecho: Entroncamento BR 010 (Taquaralto) / Buritirana - 52,17; Rodovia TO - 420, Trecho: Entrocamento BR 153 / Piraque - 31,72 KM; Piraque / BR 153 - 6,43 KM; Rodovia TO – 164, Trecho: Colmeia/Itapora - KM 23,42; Rodovia TO – 415, Trecho: Palmeiras/Santa Terezinha/BR 230 - 28,92 KM; Rodovia TO – 010, Trecho: Wanderlândia/Riachinho - 57,32 KM
INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA E HOSPITALAR- B.B. S/A. 2021/13010/16	2021	61.000.000,00	BANCO DO BRASIL	Carta Consulta E Oficio assinados encaminhada ao BB em 18/11/21. Projeto de lei 16, de 7 de dezembro de 2021, protocolado na assembleia legislativa em 8 de dezembro de 2021.	3º Lote - Hospital Geral de Araguaína - HGA
INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA PARA ACESSO AO PARQUE DO JALAPÃO - BRB. PROC. 2021/13010/17	2021	150.000.000,00	BANCO DE BRASILIA	Carta Consulta assinada encaminhada ao BRB em 05/07/21. Processo na Casa Civil para instrução de minuta de Lei Autorizativa desde 30/08/2021. Solicitar processo para alteração, BRB liberou apenas 30 milhões.	Infraestrutura Rodoviária
ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS - LEI CANDIR - BB S/A PROC. 2021/13010/88	2021	70.000.000,00	BANCO DO BRASIL	Processo na Casa Civil para minuta de Lei Autorizativa em 09/12/2021	Recebíveis da Lei complementar nº 176.
PRO-MUNICIPIOS 2021/13010/96	2021	180.000.000,00	BANCO DO BRASIL	PROJETO DE LEI 15/2021, PROTOCOLADO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2021.	Infraestrutura Rodoviária para os 139 municipios
		780.000.000,00		//////////////////	

4- EMENDAS PARLAMENTARES:

A DICAP, através da Gerência de Descentralização de Recursos é responsável pelo acompanhamento da liberação das emendas parlamentares estaduais. Desde a indicação na LDO, até a destinação pelo parlamentar. No retrospecto do ano de 2021 temos os principais tópicos:

PERÍODO	AÇÕES
1º TRIMESTRE	Implementação do Cronograma de Emendas Parlamentares através do Decreto de Execução Orçamentária de 2021; Reunião com parlamentares sobre sistema de convênios e cronograma de emendas;
2º TRIMESTRE	Programação das capacitações do CONV-TO; acompanhamento da implantação do sistema de convênios, integrações, operação assistida;
3º TRIMESTRE	Demandas do Sistema de Convênios, lançamento do Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de emprego e renda do Estado do Tocantins
4º TRIMESTRE	Suporte técnico ao Sistema de Convênios, acompanhamento do Programa de Governo, inserção de projetos para os 139 municípios tocantinenses, acompanhamento orçamentário do programa e emendas parlamentares.

4.1 Emendas Individuais Pagas:

Relatório de Emendas Individuais Pagas					
Pagas em 2019, 2020 e 2021					
Unid.	**Deputado**	**Pago em 2019**	**Pago em 2020**	**Pago em 2021**	**Total Geral**
01	Amália Santana	1.028.574,09	2.525.180,67	3.241.250,00	**6.795.004,76**
02	Amélio Cayres	1.239.224,02	2.140.500,00	3.810.850,00	**7.190.574,02**
03	Antônio Andrade	1.473.800,15	1.245.500,00	4.107.643,90	**6.826.944,05**
04	Cláudia Lelis	1.294.298,00	2.408.832,57	3.396.467,66	**7.099.598,23**
05	Cleiton Cardoso	2.137.819,89	2.661.707,37	3.967.245,23	**8.766.772,49**
06	Eduardo do Dertins	1.338.645,59	1.191.920,62	3.101.690,00	**5.632.256,21**
07	Eduardo Siqueira Campos	1.057.322,99	2.674.372,19	4.042.480,00	**7.774.175,18**
08	Elenil da Penha	1.126.000,00	2.184.403,60	2.774.892,98	**6.085.296,58**

09	Fabion Gomes	738.495,92	2.568.560,48	2.528.000,00	**5.835.056,40**
10	Issan Saado	1.066.996,00	2.540.158,17	4.056.298,78	**7.663.452,95**
11	Ivory de Lira	1.089.393,82	3.120.175,07	2.870.899,99	**7.080.468,88**
12	Jair Farias	1.486.994,36	1.908.879,94	5.079.360,99	**8.475.235,29**
13	Jorge Frederico	846.288,00	1.929.538,20	3.475.860,00	**6.251.686,20**
14	Léo Barbosa	938.254,15	2.879.275,00	3.897.810,33	**7.715.339,48**
15	Luana Ribeiro	774.500,00	2.221.103,65	1.560.195,05	**4.555.798,70**
16	Nilton Franco	978.995,24	2.724.685,00	3.558.578,82	**7.262.259,06**
17	Olyntho Neto	1.783.462,64	2.360.849,35	3.471.570,98	**7.615.882,97**
18	Prof. Júnior Géo	0,00	1.231.361,42	2.190.014,15	**3.421.375,57**
19	Ricardo Ayres	1.975.254,00	3.081.794,29	5.447.643,42	**10.504.691,71**
20	Valdemar Júnior	1.386.400,00	2.327.826,79	3.035.158,33	**6.749.385,12**
21	Valderez Castelo Branco	1.301.668,75	2.607.550,89	4.328.706,54	**8.237.926,18**
22	Vanda Monteiro	1.455.670,00	2.959.249,99	2.823.480,00	**7.238.399,99**
23	Vilmar de Oliveira	1.430.765,00	1.854.260,27	2.771.425,00	**6.056.450,27**
24	Zé Roberto	1.206.000,00	1.335.800,00	2.490.132,31	**5.031.932,31**
Total Geral		**29.154.822,61**	**54.683.485,53**	**82.027.654,46**	**165.865.962,60**
LEGISLATURAL ANTERIOR					
	Eli Borges	130.000,00	100.000,00		**230.000,00**
	José Bonifácio	656.000,00	840.719,82	400.000,00	**1.896.719,82**
	Junior Evangelista	502.287,08	986.527,84	968.680,36	**2.457.495,28**
	Mauro Carlesse	485.000,00	120.000,00		**605.000,00**
	Osires Damaso	200.000,00	100.000,00	588.178,77	**888.178,77**
	Paulo Mourão	0,00	146.650,00	234.993,00	**381.643,00**
	Rocha Miranda	150.000,00	400.000,00	370.180,00	**920.180,00**
	Wanderley Barbosa	495.000,00	180.000,00		**675.000,00**
Total Geral		**2.618.287,08**	**2.873.897,66**	**2.562.032,13**	**8.054.216,87**

Total Geral	**31.773.109,69**	**57.557.383,19**	**84.589.686,59**	**173.920.179,47**

4.2 Execução Emendas Parlamentares 2021

Parlamentar	Valor Indicado TOTAL	Valor Empenhado TOTAL	Valor Liquidado TOTAL	Valor pago 2021	Valor pago COVID 2021	Valor pago TOTAL
AMÁLIA SANTANA	3.380.000,00	3.171.800,34	1.901.180,00	744.750,00	1.100.000,00	1.844.750,00
AMÉLIO CAYRES	3.380.000,00	3.315.000,00	2.425.500,00	1.345.500,00	1.080.000,00	2.425.500,00
ANTÔNIO ANDRADE	3.380.000,00	3.045.113,33	2.255.800,00	1.255.800,00	1.000.000,00	2.255.800,00

CLÁUDIA LELIS	3.380.000,00	2.953.263,33	2.411.813,33	1.411.813,33	1.000.000,00	2.411.813,33
CLEITON CARDOSO	3.380.000,00	3.299.113,60	1.615.316,20	1.315.316,20	300.000,00	1.615.316,20
EDUARDO DO DERTINS	3.335.000,00	3.001.099,96	1.679.250,00	744.250,00	835.000,00	1.579.250,00
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	3.340.000,00	3.031.713,00	2.392.700,00	1.364.650,00	900.000,00	2.264.650,00
ELENIL DA PENHA	2.930.000,00	2.827.815,79	1.582.900,00	582.900,00	1.000.000,00	1.582.900,00
FABION GOMES	2.895.000,00	2.826.500,00	1.240.000,00	240.000,00	1.000.000,00	1.240.000,00
ISSAM SAADO	3.480.000,00	3.453.598,72	2.112.500,00	1.264.750,00	700.000,00	1.964.750,00
IVORY DE LIRA	3.080.000,00	2.825.610,00	1.500.250,00	987.575,00	512.675,00	1.500.250,00
JAIR FARIAS	3.380.000,00	3.306.126,86	3.109.126,86	1.961.376,86	1.000.000,00	2.961.376,86
JORGE FREDERICO	3.380.000,00	3.308.845,06	1.473.080,00	473.080,00	1.000.000,00	1.473.080,00
LEO BARBOSA	3.380.000,00	3.313.078,33	3.002.240,83	1.652.349,99	1.349.890,84	3.002.240,83
LUANA RIBEIRO	3.130.000,00	3.089.346,67	246.250,00	147.750,00	-	147.750,00
NILTON FRANCO	3.380.000,00	3.305.941,66	2.060.466,66	560.466,66	1.500.000,00	2.060.466,66
OLYNTHO NETO	3.230.000,00	3.010.800,00	1.500.000,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00
PROF. JÚNIOR GEO	3.380.000,00	3.055.844,05	309.100,00	250.000,00	-	250.000,00
RICARDO AYRES	3.280.000,00	3.095.550,00	2.822.050,00	934.300,00	1.740.000,00	2.674.300,00
VALDEMAR JÚNIOR	3.204.000,00	3.043.813,33	1.621.563,33	621.563,33	1.000.000,00	1.621.563,33
VALDEREZ CASTELO BRANCO	3.380.000,00	3.366.000,74	2.133.385,74	646.750,00	1.256.000,00	1.902.750,00
VANDA MONTEIRO	3.380.000,00	3.365.000,00	2.224.750,00	844.750,00	1.380.000,00	2.224.750,00
VILMAR DE OLIVEIRA	3.380.000,00	3.952.654,01	1.833.425,00	1.133.425,00	700.000,00	1.833.425,00
ZÉ ROBERTO	3.240.000,00	3.093.580,78	1.800.460,31	720.460,31	1.080.000,00	1.800.460,31
TOTAL	**79.084.000,00**	**76.057.209,56**	**45.253.108,26**	**21.203.576,68**	**22.933.565,84**	**44.137.142,52**

EVOLUÇÃO DO PDRIS EM 2021

O Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS) financiado pelo Banco Mundial (BIRD) através de um Acordo de Empréstimo de US$ 290 milhões, assinado em 06/12/2012 finalizou no dia 31/12/2021. Foram 9 anos de parceria entre o BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (Banco) e o GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS (mutuário). O Projeto PDRIS financiou a construção de diversas obras rodoviárias e não rodoviárias e possibilitou a aquisição de bens e serviços de consultorias com o objetivo de promover o fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos: AGETO, SEPLAN, SEAGRO, ADETUC, SEMARH, SEDUC e NATURATINS. Dessa forma, as atividades desenvolvidas no âmbito do PDRIS contribuíram para uma maior

efetividade do transporte rodoviário e da logística do Tocantins, bem como melhoraria da eficiência de uma seleção de serviços públicos no Estado.

Os beneficiários diretos do Projeto PDRIS foram as populações localizadas na parte oeste do Tocantins, que não se beneficiaram com melhorias semelhantes nas operações anteriores com o Banco Mundial. Estima-se que cerca de 944.954[1] (novecentas e quarenta e quatro mil, novecentas e cinquenta e quatro) pessoas em 72 (setenta e dois) municípios foram beneficiadas diretamente com investimentos do Projeto em estradas municipais como resultado da melhoria das condições rodoviárias, diminuição do tempo de viagem, maior acessibilidade, e diminuição das interrupções, assim como as atividades desenvolvidas relativas ao desenvolvimento local, a melhoria do sistema de ensino, a melhoria da gestão ambiental e a modernização da administração.

[1] *Fonte: https://www.ibge.gov.br/*

1. PRINCIPAIS CONTRATOS ASSINADOS EM 2021

SEPLAN

1. Consultoria para elaboração de estudo diagnóstico e proposta de solução para os desafios e gargalos agrologísticos no Tocantins.
   Valor: R$ 1.970.024,76
2. ***Consultoria para elaborar o mapeamento hidrogeológico da região centro norte do Estado do Tocantins.***
   Valor: R$ 3.882.781,03
3. ***Obras de construção do pórtico de entrada com guarita, de cerca de concreto e de reformas das edificações da oficina e centro administrativo no Polo de Fruticultura Irrigada São João.***
   Valor: R$ 1.125.116,16
4. ***Serviços de auditoria independente para auditar as contas do PDRIS.***
   Valor: R$ 48.900,00
5. ***Consultoria para elaboração de estudo para avaliação do potencial e das limitações para a implantação e desenvolvimento das cadeias da avicultura e da suinocultura no Estado do Tocantins.***
   Valor: R$ 3.160.405,08
6. ***Instalação de sistemas de minigeração de energia solar fotovoltaico.***
   Valor: R$ 15.173.737,40
7. ***Aquisição e instalação de tomadas d'água dos lotes (micromedição) e hidrometria (macromedição) do Projeto de Fruticultura Irrigada São João.***
   Valor: R$ 181.350,00
8. ***Serviços de consultoria individual para avaliação final do PDRIS.***
   Valor: R$ 355.200,00

AGETO

1. *Empresa especializada para execução de recuperação de desmoronamento de talude e de erosão nas rodovias TO -130, trecho Santa Tereza / trevo TO-255, km 19 e TO-130/255, trevo TO-255 / Ponte Alta do Tocantins, km 3.*
   Valor: R$ 7.189.194,10
2. Empresa especializada para execução de obras de recuperação de voçorocas localizadas na margem da rodovia TO-255, município de Ponte Alta do TO.
   Valor: R$ 2.620.676,29
3. Empresa especializada para execução dos serviços de eliminação de 20 pontos críticos em rodovias estaduais não pavimentadas através da construção de pontes, bueiros e galerias.
   Valor: R$ 4.549.180,63
4. Empresa especializada para execução de obras de restauração das rodovias TO-498 - Entr. TO-373/Jau, TO-498 - Jau/Entr. TO-387 e TO-387 - Palmeirópolis/divisa TO/GO.
   Valor: R$ 34.979.004,78
5. Empresa especializada para execução de obras de restauração da rodovia TO-070 - Brejinho de Nazaré/Aliança do TO.
   Valor: R$ 23.270.228,30
6. Empresa especializada para execução dos serviços de eliminação de 20 pontos críticos em rodovias estaduais não pavimentadas através da construção de pontes, bueiros e galerias.
   Valor: R$ 52.559.128,22
7. Empresa especializada para execução de obras de restauração da rodovia TO-255 - Monte do Carmo/Ponte Alta do TO
   Valor: R$ 28.879.776,60
8. Empresa especializada para execução de obras de recuperação de voçoroca localizada na margem da rodovia TO-010, município de Babuçulandia.
   Valor: R$ 2.533.258,20
9. Empresa especializada para execução de obras de recuperação de voçorocas localizada na margem da rodovia de ligação, município de São Miguel do Tocantins.
   Valor: R$ 640.451,57

SEAGRO

1. Aquisição de 7 (sete) caldeiras para os matadouros.
   Valor: R$ 543.698,10
2. *Aquisição de sêmen bovino e kit para aplicação do protocolo de inseminação artificial em tempo fixo.*
   Valor: R$ 944.500,00
3. *Kit para aplicação do protocolo de inseminação artificial em tempo fixo.*
   Valor: R$ 3.284.000,00

ADETUC

1. *Sinalização turística da Serra Gerais*
   Valor: R$ 2.201.262,15

SEDUC

1. *Contratação direta para finalizar a obra de reforma e ampliação da Escola Estadual Ana Maria De Jesus, em Alvorada.*
   Valor: R$ 1.950.912,05
2. *Contratação direta para finalizar a obra de reforma e ampliação do Colégio Estadual Conceição Brito, em Fátima/TO.*
   Valor: R$ 5.198.042,11

2. VALOR DOS CONTRATOS ASSINADOS EM 2021, POR EXECUTOR

EXECUTOR	VALOR EM R$
SEPLAN	R$ 26.750304,65
AGETO	R$ 153.737.161,09
SEAGRO	R$ 4.772.192,10
ADETUC	R$ 2.229.030,90
SEDUC	R$ 7.148.954,16
TOTAL	R$ 194.637.642,90

3. VALOR PAGO EM 2021, POR EXECUTOR EM REAIS

Período 01/01/2021 a 31/12/2021

Executor	Total (1)	1.1	1.2	1.3	1.4	Total (2)	2.1a	2.1b	2.2	2.3	2.4	Total (3)	3.1	Total (1+2+3)
AGETO	174.145.478,31	3.130.644,43	112.246.164,65	52.321.129,37	6.447.539,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.774,69	250.774,69	174.396.253,00
NATURATINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	421.024,83	0,00	421.024,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	421.024,83
RURALTINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEAGRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.339.695,45	0,00	0,00	6.339.695,45	0,00	0,00	6.557,25	6.557,25	6.346.252,70
SEDEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337.591,02	0,00	0,00	337.591,02	0,00	0,00	5.389,50	5.389,50	342.980,52
SEDUC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.632.397,25	0,00	8.873.245,53	0,00	0,00	759.151,72	36.288,00	36.288,00	9.668.685,25
SEMARH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.533.636,01	0,00	0,00	0,00	1.533.636,01	0,00	0,00	0,00	1.533.636,01
SEPLAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.951.727,43	5.086.050,49	43.883,51	2.821.793,43	0,00	0,00	2.352.158,92	2.352.158,92	10.303.886,35
Total (BIRD)	174.145.478,31	3.130.644,43	112.246.164,65	52.321.129,37	6.447.539,86	26.216.071,99	5.086.050,49	9.338.153,87	9.499.079,90	1.533.636,01	759.151,72	2.651.168,36	2.651.168,36	**203.012.718,66**
Total Geral (BIRD) 203.012.718,66														

Em 2021, o total pago em contratos do PDRIS foi **R$ 203.012.718,66** (duzentos e três milhões, doze mil, setecentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos) equivalente a **US$ 37.415.742,20** (trinta e sete milhões, quatrocentos e quinze mil, setecentos e quarenta e dois dólares e 20 centavos).

4. Valor Pago pelo PDRIS - período 2012 a 2021

Resumo Pagamentos por executor R$ | Período 01/01/2012 a 31/12/2021

Exexutores	Reembolso Ano 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total Pago
	R$	R$	R$	R$	R$	R$	R$	R$	R$	R$	R$
AGETO	-	5.024.953,20	54.400.698,78	63.558.341,14	148.073.472,32	158.524.591,16	71.821.719,00	79.247.004,72	115.040.357,11	174.401.698,00	870.092.835,43
NATURATINS	-	83.200,00	732.960,00	83.180,80	525.856,29	707.515,74	5.319.850,96	3.340.096,77	4.601.709,46	421.024,83	15.815.394,85
SEAGRO	-	22.221,04	77.690,64	190.861,24	84.218,95	599.502,13	2.421.280,09	6.566.765,68	3.468.946,94	6.346.252,70	19.777.739,41
SEDEN	-	0	427.027,28	0	168.993,64	674.236,71	654.227,44	1.366.445,42	3.829.018,97	342.980,52	7.462.929,98
SEDUC	-	0	0	45.247,50	2.117.081,96	10.476.822,99	4.366.193,28	6.647.121,69	2.397.750,03	9.668.685,25	35.718.902,70
SEMARH	-	0	1.297.657,58	1.982.679,08	491.790,92	10.508.996,46	3.814.920,40	812.346,63	1.171.053,91	1.533.636,01	21.613.080,99
SEPLAN	-	246.462,58	276.294,10	3.085.759,57	2.713.987,97	5.835.148,88	8.124.822,13	8.485.717,80	6.571.836,18	10.303.886,35	45.643.915,56
Total Desemb.	**-**	**5.376.836,82**	**57.212.328,38**	**68.946.069,33**	**154.175.402,05**	**187.326.814,07**	**96.523.013,30**	**106.465.498,71**	**137.080.672,60**	**203.018.163,66**	**1.016.124.798,92**
Front End	-	-	-	-	-	-	-	-			1.508.062,50
Total Geral											**1.017.632.861,42**

5. Resumo de pagamentos por executor período 2102 a 2021 em US$

				Resumo Pagamentos por executor US$			Período 01/01/2012 a 31/12/2021				
Secretarias	**Reembolso Ano 2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**Total Pago**
	US$	**US$**	**US$**	**US$**	**US$**	**US$**	**US$**	**US$**	**US$**	**US$**	**US$**
AGETO	0	2.491.671,15	23.929.124,32	20.188.086,33	43.637.029,70	49.652.153,14	19.418.016,40	19.808.564,81	22.640.518,12	32.210.262,05	233.975.426,02
NATURATIN	0	41.255,52	297.709,18	25.582,29	164.886,20	223.384,84	1.386.404,38	834.015,61	995.736,60	78.018,13	4.046.992,75
SEAGRO	0	11.018,52	36.677,56	58.122,46	24.901,66	188.295,42	621.947,54	1.652.398,02	735.419,73	1.140.299,43	4.469.080,34
SEDEN	0	0	164.822,63	0	52.307,06	212.014,45	164.772,35	329.162,32	764.777,86	64.831,40	1.752.688,07
SEDUC	0	0	0	13.138,21	646.802,23	3.274.796,01	1.221.554,61	1.678.614,73	487.925,14	1.761.949,58	9.084.780,51
SEMARH	0	0	568.737,88	604.815,30	141.290,39	3.361.439,69	1.083.007,50	202.614,39	215.181,69	276.483,31	6.453.570,15
SEPLAN	0	119.077,17	125.850,39	962.332,62	794.366,24	1.842.946,16	2.229.820,43	2.139.356,62	1.335.615,73	1.884.847,41	11.434.212,77
Total Pago	0	2.663.022,36	25.122.921,96	21.852.077,20	45.461.583,48	58.755.029,72	26.125.523,41	26.644.726,50	27.175.174,87	37.416.691,31	**271.216.750,81**
Front End US$											**750.000,00**
Total Geral											**271.966.750,81**

6. Valor Desembolso PDRIS em 2021 em R$ e em US$ (12,62%)

NÚMERO DE CONTROLE DE SAQUE BANCO MUNDIAL/VALORES							
Pedido de saque	**Referência**	**Data do Pedido**	**Data da Aprovação o *Signatário***	**Data do valor**	**Taxa de Câmbio**	**US$**	**R$**
45	adiantamento	22/01/2021	01/04/2021	04/02/2021	5,46050000689	$ 2.951.458,11	R$ 16.116.437,03
46	adiantamento	15/05/2021	18/05/2021	21/05/2021	5,25850000197	$ 4.705.943,91	R$ 24.746.206,06
47	adiatamento	07/07/2021	12/07/2021	15/07/2021	5,22359999535	$ 3.882.912,29	R$ 20.282.780,62
48	adiantamento	23/08/2021	23/08/2021	26/08/2021	5,36829999819	$ 4.554.966,68	R$ 24.452.427,62
49	adiantamento	10/09/2021	13/09/2021	16/09/2021	5,21870000249	$ 4.597.678,64	R$ 23.993.905,53
50	adiantamento	27/10/2021	27/10/2021	03/11/2021	5,61209999344	$ 2.965.096,65	R$ 16.640.418,89
51	adiantamento	16/11/2021	16/11/2021	19/11/2021	5,47690000136	$ 4.053.518,42	R$ 22.200.715,04
52	adiantamento	03/12/2021	06/12/2021	09/12/2021	5,68739999454	$ 4.372.267,55	R$ 24.866.834,44
53	adiantamento	20/12/2021	20/12/2021	27/12/2021	5,73695000222	$ 4.527.009,39	R$ 25.971.226,53
Total Geral em U$S e R$						**$36.610.851,64**	**R$ 199.270.951,76**

Desembolsos totais do Projeto período 2012 a 2021 (94,13%)

US$ 273.733.536,02

R$ 1.026.260.754,76

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

ATIVIDADES PDRIS 2022

- FECHAMENTO DO PROJETO
- PAGAMENTO DE SALDOS EXECUTADOS EM 2021
- RELATÓRIOS FINAIS POR EXECUTOR E GERAL
- PRESTAÇÃO DE CONTAS
- RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO E GERAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DE OBRAS RODOVIÁRIAS E MATADOUROS QUE NÃO FORAM FINALIZADOS, CONFORME PLANO DE AÇÕES ACORDADO COM O BANCO MUNDIAL ATÉ 31-12-2022
- RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO PROJETO DO ANO DE 2021 E 2022
- PREPARAÇÃO DE CARTA CONSULTA PARA NOVO PROJETO EM PARCERIA COM O BANCO MUNDIAL E EXECUTORES DO ESTADO
- ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PRÓ-GESTÃO
    - COFIEX
    - SENADO
    - LEI AUTORIZATIVA
    - DETALHAMENTO DO PROJETO EM CONJUNTO COM O BANCO MUNDIAL
    - ASSINATURA FINAL DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO
    - EXECUÇÃO DO PROJETO

4.3 Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos

Para o biênio 2021-2022 foi projetado investimentos de R$ 2,9 bilhões de reais, recursos originários das mais variadas fontes, demonstrando a confiança das Instituições de Crédito e nossa capacidade política e técnica para acessar os recursos, como as Operações de Crédito, Convênios Federais, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), para investimento em infraestrutura de transporte, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), Blocos de Investimentos (Saúde e Segurança Pública) e Contrapartidas. O investimento R$ 2,9 bilhões de reais, propiciará a geração de aproximadamente 104 mil empregos e 359 mil beneficiários a população tocantinense.

O projeto ”Plano de Ação Municipal” abrange repasse de recursos via convênios entre o Estado do Tocantins e os 139 municípios com uma estimativa de valor de R$ 2,0 milhões por município, com objetos a serem proposto exclusivo para Investimentos em obras e equipamentos públicos.

SITUAÇÃO - PROGRAMA	Quantidade	R$ (1/3)
Análise Jurídica	29	14.623.333,33
Diligenciado e retornado ao convenente	7	2.883.333,33
Minuta de Convênio	7	3.666.666,67
Plano de trabalho submetido ao Concedente	19	9.420.000,00
PT Aprovado, aguardando submeter ao jurídico	39	14.725.788,41
Termo de Convênio assinado	130	47.272.580,39
Total	**231**	**92.591.702,13**

Fonte: SIAFETO. Elaboração própria

Órgão	Quantidade	R$ (1/3)
ADETUC	10	3.650.000,00
SEDUC	56	19.705.769,41
SEAGRO	5	833.714,33
SEINRFA	43	8.703.139,18
AGETO	114	59.393.745,88
ATS	3	305.333,33
Total	**231**	**92.591.702,13**

Fonte: SIAFETO. Elaboração própria

5. PLANEJAMENTO PARA 2022:

5.1 – Transferências Voluntárias Federais

- Capacitação Rede Mais Brasil: Módulo Fundo e Fundo e Siconv para os técnicos estaduais e municipais, em consonância com cronograma de atividade 2022;

- Implementação do MEG-TR;
- Atualização do Caderno de Projetos para Bancada Federal;

5.2 – Operações de Crédito Internas

- Continuidade da gestão da captação das operações de crédito R$230 milhões e 180 milhões;
- Elaboração e gestão da captação da operação de crédito do Banco de Brasília – Turismo Estrada Jalapão – R$150 milhões.
- Estruturação (inserção de dados) do Sistema de Operações de Crédito;

5.3 – Emendas Parlamentares Estaduais

- Operacionalização do Sistema de Convênios Estaduais para atender as Emendas Especiais; Módulo Fundo e Termo de Execução Descentralizada; proposições elencadas no PROGESTÃO;
- Gestão das ações de emendas parlamentares estaduais referentes ao exercício 2022;
- Proposição de legislação para Emendas Especiais;

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Plano de Metas 2022 – DICAP

AÇÃO	ETAPAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO		LOCAL	MOTIVO	CUSTO
			Início	Fim			
Capacitação Rede Mais Brasil para os técnicos estaduais e municipais;	Preparação de metodologia, planejamento didático; Operacionalização	Vivian, Carmem e Andressa	15/02/2022	31/12/2022	EGEFAZ-Palmas/Gurupi e Araguaína	Acordo de Cooperação Técnica com Ministério da Economia	R$ 12.000,00
Implementação do MEG-TR	Aplicação de instrumento de gestão	Vivian, Carmem e Andressa	01/03/2022	31/12/2022	SEPLAN	Atender a Legislação federal	R$ 0,00
Atualização do Caderno de Projetos para Bancada Federal	Proposição de projetos conforme necessidade do Estado	Vivian e Andressa	01/02/2022	31/12/2022	DICAP	Alinhamento de Projetos, Auxilio aos Órgãos na captação de recursos	R$ 0,00
Continuidade da gestão da captação das operações de crédito R$230 milhões e 180 milhões	Aprovação de PL, parecer jurídico e encaminhar PVL	Rildo, Michel e Maria Julia	15/01/2022	31/12/2022	DICAP	Melhoria da infraestrutura	R$ 0,00
Elaboração e gestão da captação da operação de crédito do Banco de Brasília – Turismo Estrada Jalapão – R$150 milhões	* Reuniões com órgãos executores, Servidor executivo	Rildo, Michel e Maria Julia	15/01/2022	31/12/2022	DICAP	Melhoria da infraestrutura	R$ 0,00
Estruturação (inserção de dados) do Sistema de Operações de Crédito	Levantamento das operações em execução, documentos, contratos.	Rildo, Michel e Maria Julia	15/01/2022	31/12/2022	DICAP	Aperfeiçoamento, melhoria na prestação de serviços.	R$ 0,00
Operacionalização do Sistema de Convênios Estaduais para atender as Emendas Especiais; Módulo Fundo e Termo de Execução Descentralizada; proposições elencadas no PROGESTÃO	Elaboração de cronograma, legislação pertinente, proposição ao Decreto de Execução orçamentária.	Vivian, Galttieri, Enrick e Felipe	10/01/2022	31/12/2022	DICAP	Controle e transparência dos recursos públicos	200.000,00
TOTAL							R$ 212.000,00

1) GESTÃO DE GASTO PÚBLICO

a) RECEITAS

A receita total arrecadada no exercício de 2021 foi de **R$ 12.208.464.707,08**, correspondentes a 99,94% da receita orçamentária atualizada, sendo:

RECEITAS CORRENTES	**10.729.161.654,20**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.698.103.771,98
CONTRIBUIÇÕES	792.163.495,82
RECEITA PATRIMONIAL	281.543.328,67
RECEITA DE SERVIÇOS	42.378.757,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.793.079.368,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	121.892.932,48
RECEITAS CAPITAL	**344.475.714,24**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	269.115.228,97
ALIENAÇÃO DE BENS	7.356.424,79
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	2.996.970,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	65.007.089,85
SUBTOTAL GERAL	**11.073.637.368,44**
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.134.827.338,64
TOTAL GERAL	**12.208.464.707,08**

Em relação a receita total arrecadada no exercício de 2020, no valor de R$ 10.760.458.795,00, tivemos um incremento da ordem de 13,5%.

Quanto ao valor da Receita Corrente Líquida – RCL, parâmetro para cálculo do índice de pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o valor para o exercício de 2021 foi de R$ 10.053.198.282,00, superior em 12,1% ao ano anterior.

Quanto aos recursos ordinários compostos pelas receitas decorrentes de impostos e taxas (ICMS, IRRF, IPVA, ITCA e demais taxas), oriundas de transferências (FPE, Auxílio Financeiro Federal e outras transferências) e Outras Receitas Correntes, a arrecadada 2021 em relação a previsão orçamentária inicial 2021 foi superior em 28,9%.

A Receita Tributária Líquida superou em R$ 707,6 milhões da receita prevista para o período e em R$ 540,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior;

O repasse do FPE superou em R$ 901,3 milhões o previsto para o período e R$ 1 bilhão a mais ao repasse no mesmo período do ano anterior.

As outras Receitas do Tesouro superaram em R$ 145,6 milhões a prevista para o período. Porém, teve uma redução no montante de R$ 648,7 milhões ao ano anterior, devido à redução e o posterior encerramento dos Auxílios Federais ao COVID.

b) DESPESAS

A despesa total liquidada no exercício de 2021 foi da ordem de **R$ 11.054.134.008,22**, acarretando um superávit de R$ 1.154.330.698,86.

A despesa com pessoal e encargos do Poder Executivo representou 40,31% da Receita Corrente Liquida – RCL, inferior ao limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF da ordem de 46,55%.

Importante destacar os índices anteriores de Pessoal / LRF: 2017 = 54,99%, 2018 = 57,89%, 2019 = 46,92% e 2020 = 45,27%, ou seja, o Poder Executivo a cada ano vem ajustando o seu gasto com pessoal, dando claros sinais de excelência na responsabilidade fiscal.

Com referência a investimentos, tivemos as seguintes realizações:

FONTES	**EMPENHADO**	**%**	**LIQUIDADO**	**%**
Recursos do Tesouro	243.027.707,00	30%	147.426.020,00	28%
Outras Fontes	558.339.452,00	70%	387.697.248,00	72%
TOTAL GERAL	**801.367.159,00**	**100 %**	**535.123.268,00**	**100 %**

Dos recursos liquidados, 44,1% foram destinados à função transporte, 17,9% a educação, 12,4% a saúde e os restantes 25,6% às demais funções do setor público.

Com referência as despesas com a COVID, em 2020 foram gastos R$ 269 milhões e em 2021 R$ 321 milhões, totalizando um valor de **R$ 590 milhões**.

Outros indicadores importantes a destacar referem-se a educação e saúde.

Na educação temos que aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE sobre a receita líquida resultante de impostos foi de 25,32%, sendo o limite mínimo constitucional de 25%.

Já o mínimo em despesas com a remuneração dos profissionais do ensino básico na ordem mínima de 70%, foi aplicado 73,22%.

Quanto a apuração do cumprimento do limite mínimo de 15% da receita de impostos e transferências constitucionais e legais aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, o índice apurado em 2021 foi de 17,19%.

No exercício de 2021, a dívida consolidada líquida foi de R$ 1.608.342.474,84, representando 19,6% do limite definido em Resolução do Senado Federal, cujo índice máximo é de 200% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Outros indicadores do exercício de 2021:

- Resultado nominal igual a R$ 497.730,00 e resultado primário de R$ 631.974,00;

- Receitas previdenciárias de R$ 880.639.095,00, para despesas previdenciárias de R$ 2.083.048.227,00, acarretando resultados previdenciários negativos de R$ 1.202.409,00;

- Serviço da dívida igual a R$ 412.979.857,21, sendo amortização R$ 322.728.224,25 e juros R$ 90.251.632,96.

A Superintendência de Planejamento Governamental realizou importantes trabalhos com destaque para a revisão do Planejamento Plurianual para o ano de 2022, o Plano de Retomada Econômica do Estado do Tocantins (*Programa Tocando em Frente*), o lançamento do *Geoportal da SEPLAN* pela Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas, conduzido por meio da Gerência de Zoneamento Territorial, o Perfil Socioeconômico dos Municípios, desenvolvido pela Gerência de Informações Socioeconômicas e a elaboração do Produto Interno Bruto - PIB do Tocantins, coordenada pela Gerência de Contas Regionais.

Ainda este ano a Diretoria de Planejamento, por meio da Gerência de Desenvolvimento Regional, coordenou um importante trabalho de cooperação técnica para a elaboração do Planejamento Plurianual do município de Gurupi, dando um passo inédito e de grande importância rumo a um projeto antigo que visa proporcionar a melhoria gradativa e uniformização metodológica dos processos de planejamento nos principais municípios do Tocantins.

Conforme poderá ser demonstrado ao longo deste relatório, a Superintendência de Planejamento Governamental realizou importantes atividades que impactaram tanto o ambiente interno do órgão, quanto os grupos de interesse da Secretaria, colaborando com a gestão do Executivo Estadual em cumprimento às suas

obrigações específicas, mas estendendo seu alcance institucional para outras áreas de colaboração do órgão.

Principais Ações da Superintendência de Planejamento Governamental
Revisão do Plano Plurianual 2022

O Planejamento Plurianual ou PPA cumpre a determinação legal constitucional, segundo a qual, o governo estadual elaborará a cada quatro anos, plano de governo contendo objetivos, diretrizes e metas para a administração pública durante o quadriênio. O PPA Estadual é elaborado conjuntamente entre a SEPLAN, responsável direta pela coordenação dos trabalhos de elaboração da peça do PPA e os órgãos da administração direta e indireta que compõem a administração pública do Estado. Cada PPA têm vigência de quatro anos, mas considerando o caráter dinâmico que deve reger o planejamento público, a cada ano é realizada uma revisão da peça de planejamento, onde são revistos todos os detalhes característicos da estrutura do PPA.

Em 2022, a revisão do PPA contemplou inclusão, exclusão ou alteração de objetivos, indicadores, metas de ações do PPA 2020-2023 de aproximadamente 37 órgãos da administração, direta e indireta do Estado, bem como assistência metodológica aos outros poderes de Estado e Ministério Público.

A revisão do Plano Plurianual foi operacionalizada de forma mista, hora utilizando ferramenta on-line, hora reunindo de forma presencial os técnicos responsáveis pelos órgãos na sede da SEPLAN. Ao todo foram realizadas entre o dia 10 a 27 de agosto, cerca de 30 (trinta) reuniões setoriais online via *Google Meet*, com os órgãos do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

Plano de Retomada da Economia do Estado do Tocantins (*Programa Tocando em Frente*)

A grave crise sanitária e econômica decorrente da pandemia de coronavírus (Covid-19), declarada pela Organização Mundial de Saúde ao final de 2019, acarretou enormes desafios econômicos e sociais a nível mundial. No caso dos Estados, a crise global gerou impactos fiscais, em razão do crescente aumento de despesas relacionadas à saúde pública, paralelamente à expressiva queda na arrecadação tributária.

No intuito de garantir a sustentabilidade econômica no enfrentamento da situação emergencial, a Superintendência de Planejamento Governamental apresentou ao Governo do Estado um projeto de retomada ao desenvolvimento da economia, baseado no direcionamento dos recursos orçamentários do Estado em áreas de investimento capazes de promover a alavancagem da economia no período de 2020 a 2021. O objetivo era a retomada do equilíbrio fiscal, sempre comprometido, prioritariamente, em ações que preservassem a vida e a saúde da população.

Este plano, mais tarde denominado de *Programa Tocando em Frente*, previu o investimento de aproximadamente R$ 2 bilhões com recursos de Operações de Crédito, Convênios Federais, CIDE (Investimento em Infraestrutura de Transporte), FUNDEB, Blocos de Investimentos (Saúde, Segurança Pública) e Contrapartidas.

QUADRO 1 - Valor global de investimentos por Regional do Estado

REGIONAIS DO ESTADO - INVESTIMENTOS	VALOR GLOBAL	VALOR A EXECUTAR
REGIONAL BICO DO PAPAGAIO	292.627.483	177.430.310
REGIONAL CENTRAL PALMAS	1.002.053.354	654.051.283
REGIONAL JALAPÃO	168.227.430	164.131.732
REGIONAL NORDESTE PEDRO AFONSO	122.694.422	113.124.131
REGIONAL NOROESTE COLINAS DO TOCANTINS	139.308.592	126.626.887
REGIONAL NORTE ARAGUAÍNA	408.850.925	267.167.171
REGIONAL OESTE PARAÍSO	239.283.324	218.284.280
REGIONAL SUDESTE	230.392.321	78.482.833
REGIONAL SUL GURUPI	257.293.796	178.938.883
Total Geral	**2.860.731.648**	**1.978.237.511**

Além da divisão territorial/regional, os recursos destinados a implementação do programa Tocando em Frente estão subdivididos em 8 eixos temáticos que contemplam diversas áreas de investimento conforme as necessidades da população do Estado.

EIXO TEMÁTICO	VALOR A EXECUTAR
Saúde	354.302.373,00
Segurança Pública	74.738.673,00
Agricultura	112.281.590,00
Educação	112.554.792,00
Infraestrutura	1.180.454.959,00
Social	6.612.035,00
Esporte	5.794.611,00
Turismo	131.498.478,00
TOTAL GERAL	1.978.237.511,00

Estes eixos temáticos desdobram-se em inúmeros projetos, de diversas áreas de atuação do Estado, com aplicação de recursos em cada município.

O programa possui 4 projetos e 2 subprogramas principais: Projeto “Pró-município”; Programa “Tô Mais Jovem”; Programa “Essa Terra é Nossa”; Projeto de Crédito Tributário para o Agronegócio; Projeto Terra Forte; e Projeto Vale-Gás.

Além dos projetos e subprograma, os investimentos do Tocando em Frente nas sub-regiões administrativas do Estado contempla outras ações como: construção de hospitais, restauração e pavimentação de estradas; infraestrutura urbana dos municípios, aquisição de máquinas agrícolas, construção/ampliação/reforma de unidades escolares, aquisições de ônibus para transporte escolar, investimento em sistemas de irrigação, construção de aeroporto na região do Jalapão, construção de matadouros, entre outros.

O Programa Tocando em Frente está em plena fase de execução, devendo estender a aplicação dos recursos ora descritos até o final do ano de 2022.

Cooperação Técnica para elaboração do PPA de Gurupi

Em 2021, a Superintendência de Planejamento Governamental foi convidada pela prefeitura da cidade de Gurupi a colaborar para a elaboração do Planejamento Plurianual do município em questão. A parceria foi realizada através de um termo de cooperação técnica entre a SEPLAN e a Prefeitura Municipal de Gurupi.

O PPA da cidade foi elaborado durante o período de setembro a novembro de 2021, contemplando as seguintes etapas:

- Levantamento e desenvolvimento de estudos e informações socioeconômicas;
- Consulta de legislação específica; reuniões com o grupo técnico e gestor para a definição de metodologia e diagnóstico da gestão municipal e do município;
- Desenvolvimento metodológico para elaboração do PPA;
- Preparação de material para curso de capacitação das equipes técnicas;
- Reuniões setoriais *online* e presenciais para supervisão das propostas;
- Organização da consulta pública;
- Organização e treinamento das equipes para inserção das informações no *Sistema Planeja*;
- Elaboração da mensagem da Prefeita, Minuta da Lei e anexos;
- Elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Tocantins em Números

O ***Tocantins em Números*** consiste na divulgação de dados econômicos, sociais, emprego, finanças públicas, dentre outros, com frequência mensal, trimestral, semestral e anual, de acordo com a última informação disponibilizada. Ele é disponibilizado na página da Secretaria do Planejamento e Orçamento, por meio do link https://www.to.gov.br/seplan/tocantins-em-numeros/3hvjt9o2111 e atualizado a medida que os dados são divulgados pelos órgãos responsáveis. Os indicadores disponibilizados são referentes aos temas: Agropecuária, Balança Comercial, Emprego Formal, Empresas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua, Demografia, Dados de Arrecadação e Repasse do Estado para os municípios e Transferências Constitucionais.

Solicitação de Dados

No cumprimento das suas competências em fornecer dados, a Gerência de Informações Socioeconômicas atendeu a solicitação de demanda de vários órgãos e entidades, como a própria Secretaria do Planejamento e Orçamento, nos setores de Planejamento Governamental, Orçamento e Captação de Recursos. Atendeu também

a Secretaria de Comunicação com dados para matéria especial dos 33 anos do Estado do Tocantins, assistiu a Secretaria de Indústria e Comércio, UNITINS, Prefeitura de Gurupi, Prefeitura de Palmas e Prefeitura de Porto Nacional.

Produto Interno Bruto do Estado do Tocantins

O Produto Interno Bruto do Tocantins é um trabalho realizado por meio de parceria entre o IBGE e a Secretaria do Planejamento e Orçamento, através da Gerência de Contas Regionais, com metodologia única e comparável entre todas as Unidades da Federação. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais, produzidos dentro do território econômico do Estado do Tocantins em um determinado período de tempo.

O PIB é divulgado com 2 anos de defasagem em relação ao ano corrente (T-2), em razão do calendário de disponibilização de algumas informações econômicas utilizadas em seu cálculo, a exemplo das Pesquisas Estruturais do IBGE. Para o cálculo do PIB, são utilizados diversos dados; alguns produzidos pelo IBGE, outros provenientes de fontes externas. Essas são algumas das peças que compõem o quebra-cabeça do PIB: Balanço de Pagamentos (Banco Central); Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ (Secretaria da Receita Federal); Índice de Preços ao Produtor Amplo - IPA (FGV); Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE); Produção Agrícola Municipal - PAM - (IBGE); Pesquisa Anual de Comércio - PAC (IBGE); Pesquisa Anual de Serviços - PAS (IBGE); Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF (IBGE); Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa (IBGE); Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF (IBGE); Pesquisa Mensal de Comércio - PMC (IBGE); Pesquisa Mensal de Serviços - PMS (IBGE).

Em novembro de 2021 foi realizada a divulgação do PIB do Tocantins, referente ao ano 2019, e contou com membros da Administração Pública Estadual, Instituições privadas e Conselhos. Os resultados e as apresentação do PIB do Tocantins estão disponibilizados no site da Secretaria do Planejamento e Orçamento, disponível no link https://www.to.gov.br/seplan/estadual/5zm92wq8g88k.

Em 2019, o Tocantins foi o estado que mais cresceu dentre as 27 (vinte e sete) Unidades Federativas do Brasil, com uma taxa de 5,2% e atingindo o valor de R$39,36 bilhões e incrementando R$ 3,69 bilhões à economia tocantinense, em relação a 2018.

O Setor de Serviços é o grupo de atividade de maior peso na economia tocantinense, com participação de 74% e registrou acréscimo em volume de 2,2% em 2019. Entre as atividades que influenciaram o resultado em volume do setor destacaram-se *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*, cuja variação foi de 4,7%; *Administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social*, com crescimento em volume de 1,3%; *Alojamento e alimentaçã*o, com expansão de 9,6% e A*tividades Imobiliárias,* que cresceu 1,3%. Esse resultado revela uma grande

participação do setor público na economia estadual, assim como um incremento na área de saúde e turismo. No turismo a expansão do setor de alojamento e alimentação com volume de 9,6% revela o quanto é promissor o setor no Estado.

O Setor Agropecuário teve acréscimo em volume de 31,4% em relação ao ano anterior, com destaque para o desempenho da *Silvicultura, extração vegetal e serviços relacionados*, que registrou crescimento de 278,2%. A variação positiva foi impulsionada pela extração de madeira em tora de eucalipto. Completando o grupo de atividades agropecuárias, *Pecuária, inclusive apoio à pecuária*, teve crescimento em volume de 6,1% e *Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita* se manteve estável.

O setor Industrial do Tocantins, assim como o brasileiro, apresentou queda em relação ao seu desempenho em 2018. É importante destacar que este setor foi o mais atingido pela crise econômica desencadeada em meados de 2014 cujos efeitos ainda são sentidos neste segmento. A indústria é um setor que produz bens elásticos em relação à renda. Assim, nas fases de prosperidade a indústria tende a aumentar de peso na economia. O contrário ocorre nas fases de estagnação e/ou recessão. No ano de 2019 a indústria do Tocantins apresentou queda de -4,2%. Este resultado ocorreu principalmente pela queda em volume de 14,2% na atividade de Construção, devido aos segmentos de construção de edifícios e obras de infraestrutura. Além disso, a atividade de Eletricidade e água apresentou queda de 0,7%. Apesar destas quedas, alguns setores da indústria tocantinense apresentaram valores positivos, como é o caso da Indústria extrativa, que possui pequena participação na economia total do estado, e cresceu 24,4%. A Indústria de transformação também apresentou crescimento, registrando uma alta de 4,7%.

Produto Interno Bruto dos Municípios do Tocantins

O PIB dos municípios foi divulgado em 17 de dezembro de 2021 obedecendo ao calendário de divulgação dos dados do IBGE nacional.

O PIB dos municípios é realizado por meio de parceria do IBGE com a Secretaria do Planejamento e Orçamento, por meio da Gerência de Contas Regionais, com metodologia única e comparável entre as Unidades da Federação.

Neste trabalho são apresentados o PIB a preços correntes, os Valores Adicionados Brutos dos três grandes setores de atividade econômica - Agropecuária, Indústria e Serviços - bem como os impostos, líquidos de subsídios e PIB *per capita*.

O setor agropecuário foi o responsável pelo maior crescimento do PIB nos municípios do Estado do Tocantins.

O PIB do Estado do Tocantins atingiu o valor de R$39,36 bilhões e apresentou crescimento em volume de 5,2% em relação ao ano anterior, registrando, assim, o maior crescimento entre as 27 unidades federativas do Brasil. Esses números

positivos do PIB foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) dia 12 de novembro.

O PIB Municipal, assim como o PIB Estadual, apresentaram números igualmente positivos em suas cidades. Os municípios com maior crescimento nominal no Produto Interno Bruto em 2019 foram impactados pelo setor agropecuário, como já havia sido evidenciado no resultado positivo do crescimento o PIB Estadual.

Araguaçu, Peixe e São Miguel do Tocantins foram impactados pela atividade de Silvicultura, extração vegetal e serviços (lenha ou madeira em tora). Tocantínia e Bom Jesus do Tocantins foram impactados pelo cultivo de algodão e cana-de-açúcar, respectivamente.

O impacto da Silvicultura, extração vegetal e serviços no município de Araguaçu fizeram o valor do seu PIB crescer 5 vezes mais que no ano de 2018 e ganhar 15 posições no ranking, passando de 27º em 2018 para a 12ª posição em 2019 e tornou-se tornou o maior município no setor agropecuário em 2019.

No PIB do Estadual, a Agropecuária teve acréscimo em volume de 31,4% em relação ao ano anterior, com destaque para o desempenho da Silvicultura, já que a extração de madeira em tora de eucalipto impulsionou esta variação positiva, registrando um crescimento de 278,2%. Isso revela o poder deste setor no ano de 2019 dentro da economia Tocantinense.

São Miguel do Tocantins subiu 28 posições no ranking, passando de 55º em 2018 e ocupando a 27ª posição em 2019. Bom Jesus do Tocantins subiu 19 posições no ranking, estava em 74º em 2018 e em 2019 ocupa a 55ª posição. Peixe subiu 2 posições no ranking, passando de 9º em 2018 para a 7ª posição em 2019.

Importante salientar que o crescimento no setor agropecuário impactou o crescimento em outros setores da economia, como o transporte terrestre de cargas que é uma atividade interligada ao crescimento de setores econômicos.

Os cinco maiores PIB's do Estado são dos municípios de Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins, municípios que participam com mais da metade **(53%)** da economia do Estado. Destes, Palmas acumula a maior participação **(27%)**. As duas principais atividades desses 5 municípios são: Administração Pública e Comércio. Em 4 destas cidades a Administração Pública é a principal atividade. Em Palmas, pela primeira vez na história, a atividade Comércio ultrapassou a Administração Pública, com destaque para o crescimento no comércio varejista.

Os outros 5 maiores municípios, Colinas do Tocantins, Peixe, Guaraí, Miracema do Tocantins e Lagoa da Confusão, participam com **8,3%** da economia. Assim, os 10 maiores PIB's Municipais concentram **61%** da economia tocantinense.

A Administração Pública é responsável pela maior atividade econômica do Tocantins. Considerando os 139 municípios tocantinenses, em 57 deles essa atividade representa mais que 50% do Valor Adicionado Total do município e em 82 municípios, a Administração Pública tem um peso menor que 50%.

Projeção do Produto Interno Bruto

No sentido de ofertar informações mais atualizadas a Gerência de Contas Regionais disponibiliza a Projeção do Produto Interno Bruto do Estado do Tocantins para os anos de 2020 a 2025. Para as projeções de 2020 foram consideradas as projeções das Contas Nacionais Trimestrais - IBGE e para os anos de 2021 a 2025 são consideradas as projeções do Bradesco.

Elaboração do Geoportal da Secretaria do Planejamento e Orçamento

O Geoportal é uma plataforma digital destinada ao compartilhamento público de informações geográficas, dados espaciais, insumos técnicos, serviços e aplicações referentes ao Estado do Tocantins. O acesso ao Geoportal da SEPLAN é realizado por meio do endereço https://geoportal.to.gov.br/ .

Por meio da estrutura tecnológica é possível consultar e acessar um servidor de mapas interativos no qual são representados dados multidisciplinares, possibilitando a integração de informações georreferenciadas, mapas, imagens de satélite, dados censitários, e relatórios técnicos.

As informações retratam aspectos territoriais, demográficos, produtivos, ambientais e socioeconômicos do Tocantins. Estão organizadas por temas, projetos e recortes espaciais.

Essa plataforma disponibiliza aos usuários novas formas de consulta e análise às informações sobre o Tocantins. Navegando em um visualizador de mapas é possível escolher as informações temáticas a serem visualizados conjuntamente, a escala geográfica de visualização, e a identificação de atributos de um dado local ou região. Executa-se cruzamento de planos de informação, medição de distâncias, cálculos aproximados de áreas, seleção de feições, cópia de informações (downloads), elaboração de mapas simplificados, e elaboração de gráficos, dentre outras operações.

Para usuários avançados, com domínio de sistemas de informação geográfica, estão disponíveis serviços de mapas e aplicações, que possibilitam visualizações e integrações com aplicativos.

A implantação da plataforma digital objetiva subsidiar o planejamento do ordenamento e da gestão territorial, a formulação e avaliação de políticas públicas no Estado, a definição e implementação de investimentos privados, bem como o atendimento de demandas de conhecimento de aspectos geográficos e socioeconômicos do Tocantins.

A construção do Geoportal foi conduzida pela SEPLAN por meio da elaboração do “Sistema Estadual de Informações Geográficas do Estado do Tocantins”, executado pela consultora GvSIG Asociación mediante contrato nº 44/2019 no escopo do PDRIS.

Zoneamento do Potencial de Escassez Hídrica da Região Sudeste do Tocantins

O Zoneamento do Potencial à Escassez Hídrica é um estudo inédito vinculado à questão hídroclimática, realizado em 23 municípios da região sudeste do Tocantins, numa área de 51.775 km2. Neste trabalho foi elaborado um detalhado diagnóstico da paisagem, com a geração e análise de planos de informação sobre os sistemas ambientais (geologia, relevo e solos), a cobertura vegetal nativa, o uso da terra e diversas outras informações como mapas climáticos e de aptidão agrícola das terras, cartografados em escalas 50.000. Com toda informação organizada é possível realizar análises para solucionar problemas e direcionar a implementação de políticas públicas em diversas esferas, como o desenvolvimento regional, a produção ou o meio ambiente.

Com o resultado deste estudo é possível criar estratégias para a mitigação dos efeitos da escassez hídrica nas áreas mais críticas, a proteção das áreas produtoras de água e direcionar incentivos com efeitos positivos diretos para uma produção agropecuária sustentável em termos do uso de recursos naturais, manutenção/produção de água, conservação dos ambientes com maior fragilidade natural e uma melhoria efetiva das condições de vida da população.

Em razão do maior detalhe de escala, os diversos planos de informação gerados servem como insumos técnicos ao planejamento territorial municipal (elaboração de planos diretores, licenciamentos de atividades, políticas públicas). Para o setor agropecuário, podem auxiliar a definição de áreas produtoras, bem como aperfeiçoamento de técnicas que propiciem melhor convivência com as oscilações climáticas.

No mês de dezembro foi realizada apresentação técnica dos principais resultados do estudo sobre escassez hídrica na região sudeste do estado junto a gestores e técnicos de municípios da região, bem como a disponibilização pública para consulta e cópia da base técnica completa (relatórios técnicos, mapas em diferentes escalas de detalhamento, e bases georreferenciadas) no site da SEPLAN, e para análise interativa no Geoportal da SEPLAN. Adicionalmente, também foi elaborada apresentação técnica no canal do Governo Estadual no Youtube, que pode ser acessada por meio do endereço https://www.youtube.com/watch?v=Sb4KxxLGYWc .

O trabalho para “Delimitação e Caracterização Cartográfica das Áreas Vulneráveis a Escassez Hídrica na Região Sudeste do Estado do Tocantins” foi conduzido pela Gerência de Zoneamento Territorial e executado pelo Consórcio Serras Gerais (Contrato nº 19/2017) no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS.

Estudos Hidrogeológicos da Região Centro Norte do Estado do Tocantins

Os serviços de Elaboração do Diagnóstico Hidrogeológico da Região Centro-Norte, referentes ao contrato nº 04/2021, tiveram início em 29 de junho de 2021, com a publicação da ordem de serviço no Diário Oficial nº 5892. A área objeto do estudo possui uma superfície de 104.457,59 km², representando cerca de 37,7 % do território estadual.

Este estudo, ao seu final, será uma ferramenta de grande valia na gestão dos recursos hídricos subterrâneos, permitindo avaliar de modo regional à potencialidade dos aquíferos, suas condições de recarga, fluxo e descarga, aspectos de quantidade e qualidade das águas subterrâneas, grau de vulnerabilidade à contaminação, problemas de superexplotação e esgotamento. Isto subsidiará o Governo do Estado do Tocantins na elaboração de políticas públicas adequadas ao aproveitamento sustentável das águas subterrâneas da região objeto de estudo.

Dentre os principais resultados do trabalho, até o momento, destaca-se:

(i) avaliação do estado da arte na hidrogeologia, geomorfologia, geologia, hidrologia, hidrogeoquímica, geofísica, estudos socioeconômicos, de uso e ocupação da terra na área em estudo;

(ii) elaboração de rede de monitoramento para realização de estudos, constituída por 124 poços de captação de água, através de cruzamentos de dados cadastrais e visita *in situ* por geólogo, identificando, informações de caráter construtivo, vazão de explotação, aquíferos captados, níveis estático e dinâmico, qualidade química e usos da água, tipo e capacidade da bomba instalada, regime de bombeamento e observação se o uso da água do poço está outorgado.

Toda a base de informação do Projeto passará por um processo de editoração, conforme normas cartográficas brasileiras e editoriais utilizadas pela SEPLAN, e posteriormente será disponibilizada publicamente nos canais oficiais de divulgação no início do ano de 2022.

Capacitações para Sistematização da Produção Cartográfica

Finalizada atividade de capacitação de 80 técnicos de 16 diferentes órgãos para apoiar os procedimentos de normatização e sistematização da produção cartográfica do Estado dos técnicos que atuam na área de geoprocessamento nas diversas pastas que compõe a Comissão de Cartografia do Estado. A capacitação foi realizada em 6 módulos e tratou de temas específico com fundamentação teórica e aplicação prática dos principais fundamentos da cartografia. Parte dos módulos foi realizado em formato Ensino a Distância devido a Pandemia do Corona vírus que acometeu o mundo a partir de março de 2020.

A capacitação foi desenvolvida no escopo do Projeto PDRIS sob a coordenação pela Gerência de Zoneamento Territorial, conduzida pelo consultor individual Omar Antônio Lunardi (Contrato nº20/2019), tendo sido fundamentada no Plano Cartográfico do Estado do Tocantins, ferramenta que norteia a Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado do Tocantins - IDE e contém as atividades e estratégias voltadas ao desenvolvimento das ações de cartografia no Estado, conforme regulamentado no Decreto Estadual no 5.459/2016, que instituiu o Sistema Cartográfico do Estado do Tocantins.

O ano de 2021 marcou o retorno gradativo da transição do regime de teletrabalho para o regime presencial na Secretaria de Planejamento e Orçamento. A redução dos índices de contágio da pandemia trouxe novo fôlego para as atividades desenvolvidas na Superintendência de Planejamento Governamental à medida que os servidores foram sendo reintegrados ao trabalho presencial possibilitando o cumprimento integral do cronograma de ações previsto para 2021.

No início do ano, vigorando ainda a maioria das restrições direcionadas à contenção do avanço da pandemia, a maioria das atividades foi realizada de forma virtual, como algumas capacitações coordenadas pela Diretoria de Informações Socioeconômicas e Territoriais, por exemplo. A revisão do Planejamento Plurianual, uma das principais atividades sob responsabilidade da Superintendência, utilizou modalidade mista e contou com a participação de todos os órgãos da administração Direta e Indireta.

Além do cumprimento de suas funções típicas, a Superintendência colaborou diretamente com a gestão do executivo estadual, com a criação do plano de retomada econômica do Estado, programa de investimento planejado nas regiões que passou a ser denominado *Tocando em Frente* e firmou-se como a principal estratégia integrada de governo nos últimos anos.

A Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas também executou atividades importantes em nível de Estado, como a elaboração do Perfil Socioeconômico dos Municípios e a elaboração e publicação do PIB Estadual e Municipal, ações permanentes desta diretoria que fornecem subsídios imprescindíveis para a tomada de decisões a nível municipal e estadual. Também foram disponibilizados produtos inéditos voltados a subsidiar o planejamento territorial em nível regional e municipal, e que servem de insumo técnico à políticas públicas e projetos privados, caso do Zoneamento do Potencial de Escassez Hídrica do Sudeste do Tocantins. Destaca-se ainda o lançamento do Geoportal da SEPLAN, ferramenta tecnológica disponibilizada no site da Secretaria do Planejamento e Orçamento onde é possível consultar e acessar um servidor de mapas interativos, subsidiando o planejamento do ordenamento e da gestão territorial no Estado, atendendo diversos setores da sociedade, como diretrizes legais, dentre elas a Legislação de Acesso à Informação.

Apesar das dificuldades decorrentes de um ano turbulento, seja no âmbito político ou econômico, a SPG conseguiu realizar a contento todas as atividades previstas para o ano de 2021. Dentre as ações previstas para o ano de 2022, a Superintendência de Planejamento Governamental deverá dar continuidade ao monitoramento dos Acordos de Resultados assinados ao final de 2020 com cinco órgãos estaduais, a revisão do planejamento estratégico do Estado e seus órgãos, ao acompanhamento da execução do *Programa Tocando em Frente*, aos projetos e atividades da Diretoria de Gestão de Informações Socioeconômicas e Territoriais e o acompanhamento dos objetivos, indicadores e metas previstos no PPA do Estado para o ano de 2022.

A Diretoria de Administração e Finanças – DAF, unidade orgânica pertencente à estrutura organizacional da Secretaria do Planejamento e Orçamento que tem sob sua subordinação para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos para o exercício as seguintes gerencias:

- Gerência Geral de Administração;
- Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil;
- Gerência de Gestão de Pessoas.

No decorrer do exercício de 2021, esta diretoria realizou ações de planejamento, coordenação e direção das atividades administrativa e financeira, visando ao bom atendimento das demandas da Seplan, bem como, para informações e respostas às solicitações via ofício realizadas pelos diversos órgãos que compõe a estrutura organizacional do Estado.

Desta forma, foram desenvolvidas as seguintes atividades pela Gerencia Geral de Administração:

- Comunicação visual da Secretaria do planejamento com a identificação das salas em conformidade com a estrutural atual;
- Adequação do Layout de salas da Seplan com a disponibilização de novas salas executadas com o apoio da equipe técnica da Gerência de Obras da Secretaria da Segurança Pública;
- Locação de 03 (três) veículos para atendimento das necessidades desta Pasta;
- Contratação de empresa para gerenciamento do abastecimento e manutenção dos veículos via cartão magnético e sistema web;
- Manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionados;
- Manutenção no telhado do prédio desta Seplan, para retirada de goteiras;
- Designação de servidores para responder pelos setores de patrimônio e almoxarifado desta Seplan;
- Aquisição de forno micro ondas para atender as necessidades desta Seplan;

- Aquisição de desinfetante, detergente, café e água mineral para atendimento das necessidades da Seplan;
- Designação de servidores para realizarem as informações de licitações e contratos ao Tribunal de Contas do Estado via sistema SICAP – LCO;
- Atualização dos lançamentos das informações de licitações e contratos no SICAP-LCO;
- Realização de levantamento patrimonial para localização e controle dos bens disponibilizados a essa Seplan na cisão ocorrida na conformidade da Lei nº 3.786/2021 de 05 de maio de 2021;
- Realização de adequação da localização dos bens no sistema SIGA-Patrimônio;
- Autuação de 110 processos em atendimento às solicitações das diversas áreas desta Seplan;
- Realização de tombamento (registro patrimonial) de bens adquiridos e de bens localizados sem plaquetas.

Através da Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Execução de despesas em atividades relativas ao planejamento e orçamento em conformidade com as normas legais;
- Execução das ações relativas à coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais no percentual de 83,09% do total autorizado para o exercício;
- Execução das ações relativas à manutenção dos serviços de informática no percentual de 43,21% do total autorizado para o exercício;
- Execução das ações relativas à manutenção dos serviços de transporte no percentual de 44,41% do total autorizado para o exercício;
- Execução das ações relativas à manutenção de recursos humanos no percentual de 91,95% do total autorizado para o exercício.
- Realização dos registros dos atos e fatos contábeis ocorridos no exercício de 2021;
- Realização da depreciação dos bens patrimoniais em conformidade com a legislação vigente;
- Realização das remessas de prestações de contas mensais ao Tribunal de Contas do estado do Tocantins.

Por fim, pela Gerência de Gestão de Pessoas, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Foram desenvolvidas ações de registros e informações de pessoal, pertinentes a frequências, férias, afastamentos, licenças, remunerações e aposentadorias;
- Autuação de processos para despesa com folhas de pagamento referente aos meses de março a dezembro de 2021, incluindo 13º salário e folha extra de dezembro referente ao retroativo da data base de 2015, que totalizaram

R$ 6.968.242,58 (dois milhões, novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos);

- Foram realizados processos de aposentadorias de dois servidores, sendo uma voluntária e outra compulsória;

- Foram realizados o encerramento do exercício de 2021 (folha de dezembro) com um total de 79 servidores, sendo: 52 – concursados, 13 – comissionados, 9 – contratos temporários, 1 – requisitado, 3 - acertos contratos temporário e 1 – acerto concursado aposentado.

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO TOCANTINS – IGEPREV-TOCANTINS

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TO, reorganizado na conformidade da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e suas alterações, tem a função de gerir os ativos financeiros originados das contribuições e demais receitas previdenciárias, visando sua maximização por meio de aplicações no mercado de capitais, em conformidade com as normas específicas, a fim de cumprir suas obrigações previdenciárias, constituídas pelo passivo previdenciário oriundo dos direitos aos benefícios de aposentadorias, reserva remunerada, reformas e pensão por morte pelos dependentes, objetivando assegurar aos beneficiários os meios de subsistência nos eventos de idade, invalidez e morte.

Apesar da pandemia, o ano de 2021 teve importantes ações previdenciárias e tecnológicas, para os mais de 17 mil aposentados e pensionistas do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins.

Cabe destacar a excelente adaptação ao aplicativo “Meu RPPS”, que pode ser acessado de qualquer parte do mundo pelos beneficiários do Instituto e que é possível consultar informações em tempo real, como: Contracheque; Meus Processos, onde o segurado tem acesso aos processos previdenciários; Comprovante de Rendimentos; Consignações; Fale Conosco; Prova de Vida, dentre outros serviços. O servidor ativo também pode usar o aplicativo e realizar simulações de aposentadoria e benefícios, entre outras funcionalidades. O aplicativo conta ainda com um recurso de informativos, onde o beneficiário receberá notificações a respeito de seu benefício e mensagens informativas do IGEPREV.

Importante ressaltar, como fator preponderante para o alcance da Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social/Pró-Gestão RPPS, o empenho e o esforço dos gestores do Instituto, assim como a participação de todos os setores envolvidos na busca dos resultados de todas as ações exigidas na obtenção da certificação, como o intuito de proporcionar maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

Uma das ações foi a aprovação do novo Regimento Interno dos Conselhos Fiscal e Administrativo. O documento regulamenta o funcionamento e as competências dos Conselhos, com algumas implementações administrativas estabelecidas pelo programa Pró-Gestão. É importante destacar que os Conselhos de Administração e Fiscal têm um papel substancialmente importante e fundamental, para que seja feita uma boa gestão dos recursos do Instituto.

Na área de investimentos, a gestão permaneceu com uma política conservadora, segura e que buscou maximizar os retornos através de instituições financeiras sérias de renome nacional (bancos de primeira linha), os riscos assumidos foram os inerentes ao mercado de investimentos, há que se destacar que 2021 ainda foi marcado pela crise mundial provocada pela COVID-19, a volatilidade nos principais índices de renda variável como o IBOVESPA foram alta devido aos ruídos no cenário político, na renda fixa o principal ponto é a retomada da taxa de juros como medida de política monetária.

Todas as realocações realizadas em 2021 foram devidamente aderentes à Política Anual de Investimentos aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto, dentro dos limites e exigências da Resolução CMN nº 3.922/2010, atendendo aos procedimentos previstos na legislação vigente, e em conformidade com o assessoramento do Comitê de Investimentos do Instituto.

O ano de 2021 apresentou recuperações na economia, todavia a instabilidade econômica permanece, inflação em altos patamares, crises políticas, o impacto do corona vírus, isso levou a Diretoria de Investimentos a encontrar uma estratégia de descorrelacionar a carteira de investimentos, buscando assim uma possibilidade de reduzir os riscos/volatilidade e ainda gerar alfa para a carteira. Visando esta estratégia o IGEPREV-TO investiu no final de abril/21 em fundos de Investimento no Exterior, vale ressaltar que a segmentação está prevista na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), nº 3922/10, e na Política Anual de Investimentos.

Em fevereiro de 2021 o IGEPREV-TO recebeu o valor de R$ 22.102.384,11 (vinte e dois milhões e cento e dois mil e trezentos e oitenta e quatro reais e onze centavos), esse recurso é oriundo dos fundos ADINVEST Top FI RF, CNPJ nº 10.355.516/0001-02 e Vitória Régia FI RF, CNPJ nº 15.350.909/0001-47. A recuperação deste recurso foi possível após minuciosas análises e aprovações do Igeprev-TO acerca dos planos de liquidações dos fundos acima citados em dezembro de 2021.

É importante observar que 72,61% da carteira se encontra aplicada em FI classificados no Art. 7º (Renda Fixa), 24,75% no Art. 8º (Renda Variável e Produtos Estruturados) e 2,64% no Art. 9º (Investimentos no Exterior). Outro destaque relevante de ser considerados é que as três maiores posições de gestão e Administração de recursos se encontram com o Banco do Brasil (BB DTVM) Caixa Econômica Federal

(Caixa) e no Tesouro Nacional (TN), em ambos os casos com participação superior a 70% dos recursos.

A Carteira de Investimentos do IGEPREV-To iniciou o ano de 2021 com um total de R$ 3.701.195.447,32 (três bilhões e setecentos e um milhões e cento e noventa e cinco mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos) e fechou o ano de 2021 com um total de R$ 3.591.208.699,18 (três bilhões e quinhentos e noventa e um milhões e duzentos e oito mil e seiscentos e noventa e nove reais e dezoito centavos).

A Diretoria de Investimentos com relação aos investimentos estressados, empenhou-se vigorosamente na busca por recuperar e diminuir os prejuízos inerentes a esses investimentos, através de numerosas Assembleias de Cotistas, onde buscou obter dos prestadores de serviços dos Fundos estressados informações concretas sobres os ativos que compõem esses investimentos, realizando assim análises para possíveis liquidações, objetivando prováveis recuperações e minimização de prejuízos.

Ainda, no decorrer do exercício de 2021, o quantitativo de processos analisados, deferidos, concedidos, revisados, tramitados e diligenciados aos Órgãos/Poderes e a segurados para as diversas providências, totalizaram **15.125** processos, resultando na concessão de **3.124** benefícios, e **1.340** revisões de benefícios (aposentadorias, reforma, reserva remunerada, pensão por morte e revisão de benefícios, dentre os quais, estão inclusos os concedidos/revisados em cumprimento à decisão judicial), e ainda, o quantitativo de processos de Abono de Permanência analisados, revisados, tramitados e diligenciados totalizaram **2.176** processos, dentre os assuntos citados, ainda tramitaram no setor 554 de situações diversas.

A seguir, tabela com a descrição por tipo de benefício:

PROCECESSOS CONCEDIDOS	
BENEFÍCIOS	**QUANTIDADE**
Aposentadoria	1.137
Reforma	25
Reserva Remunerada	225
Pensão por Morte	397
SUBTOTAL	**1.784**
Revisão	1.340
TOTAL GERAL	**3.124**

Fonte: SisprevWeb

Em dezembro/2020 o Instituto contava com 16.083 beneficiários, com uma folha mensal no valor de R$ 113.265.167,12 (cento e treze milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e sete reais e doze centavos). Com a manutenção da celeridade adotada por essa gestão na análise e concessão dos

benefícios aos segurados, em dezembro/2021 chegamos a 14.848 aposentados e 2.293 pensionistas, fechando o referido mês com 17.141 (dezessete mil e cento e quarenta e um) segurados, com o valor mensal da folha fechando em R$ 125.585.977,38 (cento e vinte e cinco milhões e quinhentos e oitenta e cinco mil e novecentos e setenta e sete reais e trinta e oito centavos).

A tabela abaixo mostra os valores pagos pelos Planos Financeiro e Previdenciário, bem como o quantitativo de aposentadorias (civis, militares e reformas) e pensões por morte (civis e militares) por plano, conforme determinação da Lei 2.603 de 5 de julho 2012.

QUANTITATIVO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS 2021

		FINANCEIRO				PREVIDENCIÁRIO				TOTAL			
		Inativos		Pensionistas		Inativos		Pensionistas		Inativos		Pensionistas	
		Quant	Valor	Quant	Valor	Quant	Valor	Quant	Valor	Quant	Valor	Quant	Valor
JAN	Civil	12.060	72.618.988,42	1.593	6.834.491,12	14	25.722,43	58	211.482,01	12.074	72.644.710,85	1.651	7.045.973,13
	Militar	1.981	31.779.905,65	422	2.918.840,33	1	1.100,00	5	51.303,51	1.982	31.781.005,65	427	2.970.143,84
FEV	Civil	12.053	72.706.165,25	1.576	6.832.428,39	18	34.556,77	58	181.269,71	12.071	72.740.722,02	1.634	7.013.698,10
	Militar	2.026	32.032.873,63	421	3.023.889,87	1	1.100,00	8	41.756,21	2.027	32.033.973,63	429	3.065.646,08
MAR	Civil	12.078	72.749.288,74	1.561	7.081.124,74	17	31.528,47	66	223.231,63	12.095	72.780.817,21	1.627	7.304.356,37
	Militar	1.978	31.335.516,98	422	3.064.917,88	1	1.100,00	6	14.275,68	1.979	31.336.616,98	428	3.079.193,56
ABR	Civil	12.144	73.685.552,28	1.574	6.961.452,53	14	23.936,28	66	182.799,59	12.158	73.709.488,56	1.640	7.144.252,12
	Militar	2.038	32.231.570,33	421	3.045.689,98	1	1.100,00	6	14.275,68	2.039	32.232.670,33	427	3.059.965,66
MAI	Civil	12.268	75.118.505,02	1.595	7.125.134,04	15	24.669,61	66	182.799,59	12.283	75.143.174,63	1.661	7.307.933,63
	Militar	2.052	32.467.321,36	421	3.034.605,55	1	1.100,00	6	14.275,68	2.053	32.468.421,36	427	3.048.881,23
JUN	Civil	12.344	77.605.849,78	1.646	7.907.529,52	17	59.812,59	67	192.771,09	12.361	77.665.662,37	1.713	8.100.300,61
	Militar	2.097	32.945.588,00	427	3.227.427,30	1	1.100,00	6	14.275,68	2.098	32.946.688,00	433	3.241.702,98
JUL	Civil	12.406	77.325.823,01	1.644	7.910.102,69	17	41.727,85	67	192.771,09	12.423	77.367.550,86	1.711	8.102.873,78
	Militar	2.120	33.340.316,68	427	3.227.427,30	1	1.100,00	6	14.275,68	2.121	33.341.416,68	433	3.241.702,98
AGO	Civil	12.431	77.741.260,38	1.675	8.382.784,01	19	102.364,73	75	230.580,88	12.450	77.843.625,11	1.750	8.613.364,89
	Militar	2.119	33.851.346,79	442	4.442.124,67	1	1.100,00	6	14.275,68	2.120	33.852.446,79	448	4.456.400,35
SET	Civil	12.446	78.719.879,88	1.702	8.112.468,11	19	70.773,94	79	244.021,22	12.465	78.790.653,82	1.781	8.356.489,33
	Militar	2.119	34.197.234,05	448	3.630.230,51	1	1.100,00	6	14.275,68	2.120	34.198.334,05	454	3.644.506,19
OUT	Civil	12.527	77.734.159,22	1.723	8.235.784,12	19	68.467,41	81	242.039,12	12.546	77.802.626,63	1.804	8.477.823,24
	Militar	2.151	34.079.187,42	449	3.483.015,31	1	1.100,00	6	14.275,68	2.152	34.080.287,42	455	3.497.290,99
NOV	Civil	12.675	78.657.756,14	1.754	8.382.028,46	23	79.523,16	84	218.583,86	12.698	78.737.279,30	1.838	8.600.612,32
	Militar	2.164	34.241.835,99	450	3.317.637,87	1	1.100,00	6	14.275,68	2.165	34.242.935,99	456	3.331.913,55
DEZ	Civil	12.663	79.061.204,22	1.755	8.618.677,40	23	81.709,34	84	213.969,43	12.686	79.142.913,56	1.839	8.832.646,83
	Militar	2.161	34.291.792,23	448	3.303.249,08	1	1.100,00	6	14.275,68	2.162	34.292.892,23	454	3.317.524,76

De forma digital, a Prova de Vida, essencial para evitar fraudes e pagamentos indevidos dos benefícios previdenciários, foi realizada em novembro e dezembro de 2021, por meio do aplicativo MEU RPPS.

A Prova de Vida tem como objetivo provar a existência física de aposentados e pensionistas do Instituto, com a finalidade de garantir os direitos previdenciários de cada segurado. O processo para realizar a Prova de Vida é simples

e seguro. Assim, os beneficiários não precisaram ir até a sede do IGEPREV, podendo realizar o processo de qualquer local, a partir de um celular ou dispositivo móvel conectado à internet.

Foi publicada também em 2021 a Instrução Normativa que trata sobre a realização do Recenseamento Previdenciário dos servidores ativos, inativos e pensionistas. O Recenseamento Previdenciário será realizado por meio do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado, de forma digital, pelo aplicativo “Meu RPPS”, no período de 17 de janeiro a abril de 2022, cuja finalidade é atualização permanente da base de dados cadastrais do IGEPREV.

Em novembro de 2021 foi apresentado pelo IGEPREV-TO a primeira Audiência Pública, com transmissão ao vivo, por meio do canal do Youtube, Momento Previdência IGEPREV-TO, com conteúdos do Relatório de Governança Corporativa, os Resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial. A audiência pública é uma forma de prestação de contas aos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como aos segurados e à sociedade, reforçando o compromisso do IGEPREV com a transparência e a eficiência da gestão previdenciária.

Em novembro de 2021 também foi editada pelo Governo do Estado do Tocantins a Medida Provisória nº 20 que institui o Regime de Previdência Complementar para os Servidores Civis do Estado do Tocantins (RPC/TO). O Regime de Previdência Complementar abrange os servidores civis dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas do Estado.

Um marco importante para o Instituto foi fechar o ano de 2021 com todos os repasses das contribuições previdenciárias (patronal e servidor) que estavam em atraso desde 2017, devidamente quitados, no valor total de R$ 301.536.000,00 (trezentos e um milhões e quinhentos e trinta e seis mil reais).

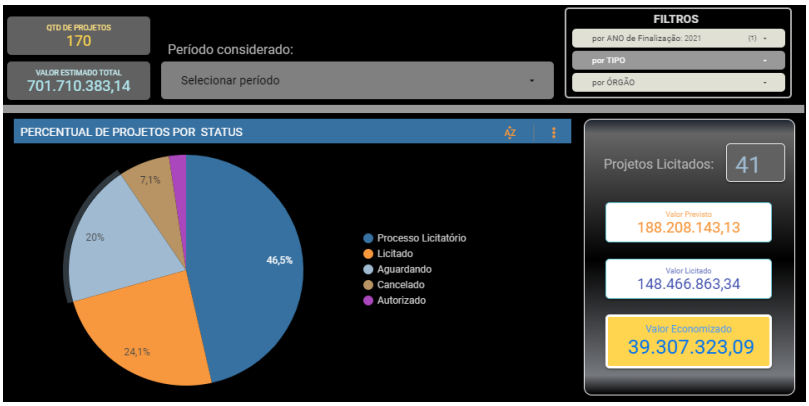
O IGEPREV-TO continua empenhado nas boas práticas de gestão, o que contribui sobremaneira para que não haja descontinuidade ou retrocessos na gestão previdenciária, na condução assertiva e transparente de uma gestão comprometida com os deveres e direitos previdenciários de cada segurado e beneficiário do Instituto.

Continuamos empenhados na recuperação e manutenção da credibilidade do IGEPREV-TO, com o saneamento econômico-financeiro, modernização dos processos e procedimentos, aperfeiçoamento dos instrumentos e programas de Tecnologia da Informação, postura austera e transparente da Diretoria Executiva, com ações que se transformaram em confiança e proporcionaram a manutenção dos trilhos deste Instituto.

AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ATI

Governança e Gestão de TI
2.1.1 Gestão de Aquisições e Contratações de TI

Foram trabalhados 170 Projetos Básicos de TI e Termos de Referência (PBTI/TR). Desses, licitados 41, totalizando um valor estimado de R$ 188.208.143,13 (Cento e oitenta e oito milhões, duzentos e oito mil e cento e quarenta e três reais e treze centavos) em investimentos nas diversas áreas de aquisição de hardware, software e contratação de serviços. Após o processo licitatório o valor efetivamente licitado foi de R$ 148.466.863,34 (Cento e quarenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e oitocentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos), gerando uma economicidade de R$ 39.307.323,09 (Trinta e nove milhões, trezentos e sete mil e trezentos e vinte e três reais e nove centavos).



https://datastudio.google.com/reporting/50779ef4-1111-47bd-b658-3e890b6eca21/page/KSSNB

2.1.2 Inovações Tecnológicas

A ATI tem buscado inovar na sua forma de conduzir a área de Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Tocantins, para isso, criou uma área de inovação, que no ano de 2021 o projeto TIA – Tocantins Inteligência Artificial, que é uma ferramenta robotizada, para o atendimento on-line, que estará disponível 24 horas por dia, através dos diversos canais de comunicação oficiais do Governo do Estado do Tocantins, orientando o cidadão que necessita de informações sobre os diversos serviços de governo. O projeto encontra-se em fase de homologação com os serviços da ATI.

https://homologacaotia.ati.to.gov.br/

O módulo TIA do RURALTINS foi implantado, como projeto piloto, em dezembro/2021. Neste momento inicial a TIA auxiliará o produtor rural sobre práticas

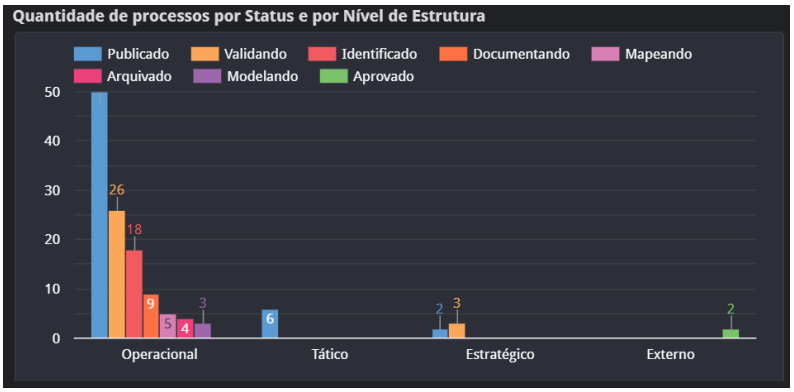
sustentáveis de produção conhecidas como Agroecologia (adubação, defensivos, produtos orgânicos), orientará sobre Crédito Rural, como conseguir, quem pode comprar, quem pode vender, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), informações sobre Piscicultura e informações institucionais sobre o RURALTINS.

https://www.to.gov.br/ruraltins

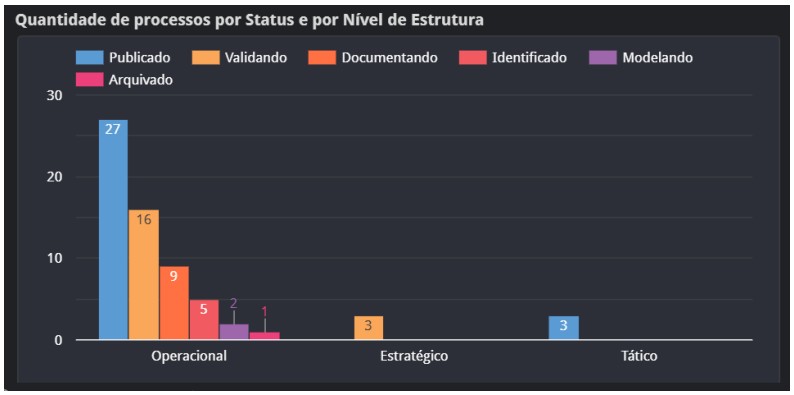
2.1.3 Gestão de Processos

A padronização dos processos de negócio vem sendo apoiada de forma transversal em toda a ATI, com o objetivo de criar mecanismos de gerenciamento, acompanhamento e controle dos serviços prestados que entregam valor através da execução de processos de negócio, com vistas a promover a melhoria contínua, evitar desvios e perdas de desempenho e de qualidade.

A ATI, desde sua criação, tem em seu portfólio de BPM nas diversas fases do ciclo de modelagem de processos, com o consequente panorama:



Sendo que, em 2021 o panorama foi o seguinte:



https://datastudio.google.com/u/0/reporting/45ca4cc6-0f19-4dee-8e64-2a6fdfd4e5ea/page/p_9biereaymc

https://www.to.gov.br/ati/processos/5di3nzq2bhi6

2.1.4 Catálogo de Serviços

A ATI adotou uma abordagem orientada a Serviços para a solução dos problemas de negócio e do suporte para modelos do negócio, estratégias e operações. Assim, apesar de não oferecer serviços diretamente à população, dispõe de um extenso Catálogo de Serviços onde estão listados todos os serviços de TI na visão de negócio, que estão ativos e disponíveis aos usuários.

O catálogo foi construído associando produtos da área de negócio a serviços de TI que são prestados pelas áreas operacionais. Devido à sua extensão e granularidade de áreas operacionais, o gerenciamento do catálogo de serviços foi centralizado na SUPGES. Atualmente a ATI executa 40 serviços relacionados a 435 produtos de sistemas, infraestrutura e gestão. O Catálogo de Serviços pode ser consultado no link:

https://www.to.gov.br/ati/catalogo-de-servicos/oibqn1lbxi9

2.1.5 Serviços

Em apoio aos serviços foram elaborados e publicados os seguintes manuais: Aquisição e Contratação de Bens e Serviços de TI; Consulta para Renovação de Contratos de TI; Indicação de Fiscal Técnico e Substituto de Fiscal Técnico para Contratos de TI; Vistoria de Aquisições de Bens de TI; Apoio a Cotação de Aquisições e Contratações de Bens e Serviços de TI; Solicitação de Operações no Catálogo de Serviços. Esses manuais podem ser acessados através do *link*: https://ati.to.gov.br/servicos/

2.1.6 Gestão de Projetos

A Gestão de Projetos de TI foi implantada com o objetivo de garantir o desenvolvimento das demandas de acordo com as estratégias da ATI, buscando melhorar a eficiência na gestão e otimização de recursos, reduzindo riscos e retrabalhos, garantindo assim a conclusão dos projetos da melhor maneira possível.

A seguir destacamos as principais atividades realizadas e projetos acompanhados e catalogados no ano de 2021:

- Estudo e definição da metodologia de gerenciamento de projetos de TI baseada no guia PMBOK;
- Criação dos modelos de artefatos que serão utilizados para o gerenciamento de projetos;
- Mapeamento dos processos das fases iniciação, planejamento, execução e encerramento;
- Capacitação de gerentes de projetos, através da plataforma EAD;
- Apoio à implantação da Plataforma Target, com sugestões de parametrização, configuração, correção de erros e evolução de funcionalidades;
- Monitoramento e administração do Target nas instâncias da ATI e Governo.

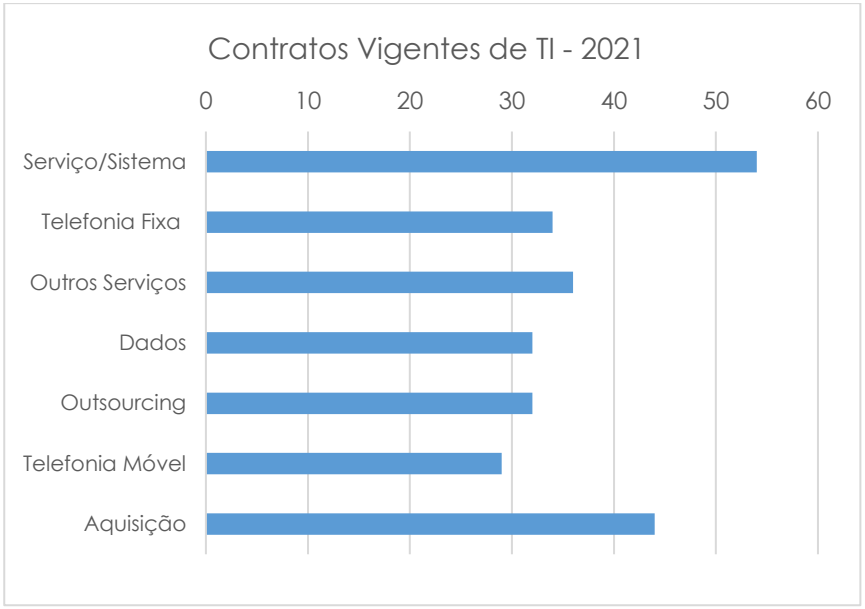
- TIA – Tocantins Inteligência Artificial;
- Migração do SIGCAR para a estrutura da ATI;
- Implantação da PLATAFORMA TARGET no ambiente da ATI;
- Escritório de Gestão e Governança na ATI;
- Modelagem dos Processos Primários da ATI;
- PAC – Plano Anual de Contratação.

https://supersetto.plataformatarget.com.br/superset/dashboard/projetos_gproj/

2.1.6 Gestão de Contratos

Atualmente acompanhamos e supervisionamos 261 (duzentos e sessenta e um) Contratos de TI de todas as unidades gestoras distribuídas por finalidade da seguinte forma:

Contratos
54 de Serviço/Sistemas;
34 de Telefonia Fixa;
36 de outros Serviços;
32 de Dados/Internet;
32 de Impressão/Outsourcing;
29 de Telefonia Móvel;
44 de Aquisição;



https://docs.google.com/spreadsheets/d/18LMDTwcsceDuYNZEDdaJv_lGDFJgcmA5IQcC6NQKoZ0/edit#gid=928811008

A DGC através da sua Gerência de Fiscalização de Contratos-GFC/DGC/SUPGES/ATI, realizou 21 (vinte e uma) Vistorias em todas as Aquisições de TI dos Órgãos, com o objetivo de inspecionar os itens entregues, a fim de emitir Laudo e Parecer Técnico de Conformidade.

Em 2021 a DGC/GFC alavancou para 94% o número de processos de TI para o suporte digital, e que 100% dos mesmos fossem absorvidos pela Diretoria, ressalta-se que a absorção consiste no preenchimento dos dados destes Processos no Plano de Gestão de Contratos de TI, desde sua autuação até a situação atual.

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES DE TI

Entende-se que o planejamento das compras em um processo licitatório é de suma importância para a Administração Pública, nesse sentido a nova lei de Licitações e Contratos - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, traz em seu texto alguns dispositivos que mostram a necessidade de organizar os procedimentos, como previsto no artigo 40, da referida norma, a observância do consumo anual como uma diretriz a ser prevista.

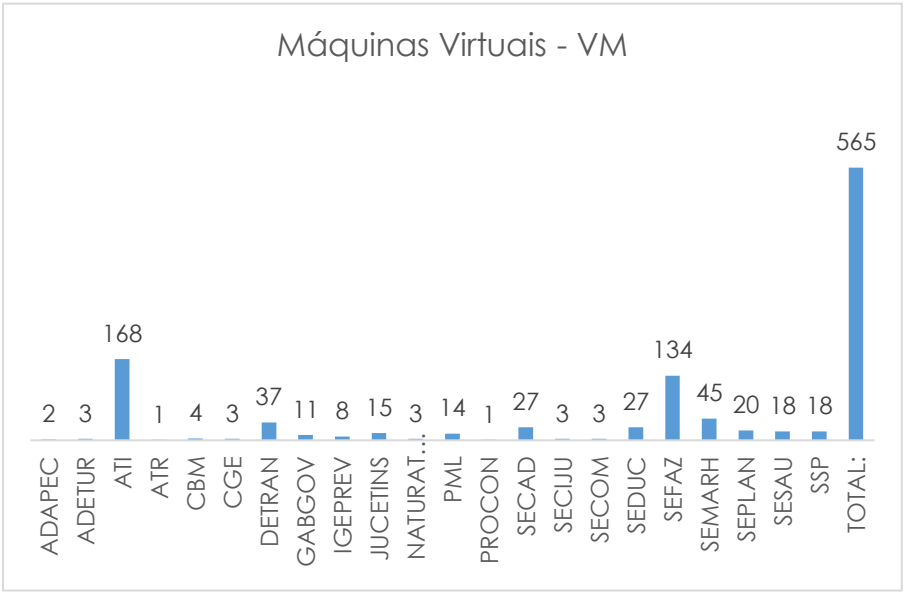
Neste sentido, foi elaborado o PAC/TI 2022 pela DGC, que é composto pela soma dos processos de TI vigentes, mais processos em andamento e novas demandas.

2.2. Infraestrutura de TI

2.2.1 Números da Infraestrutura de TI sob a Gestão da Agência

- 3 Datacenters – ATI, SEFAZ e PALÁCIO ARAGUAIA;
- + 500 Servidores Virtuais;
- + 750 TB de dados;
- + 800 Domínios .to.gov.br apontados para nosso DNS (Estado e Prefeituras);
- + 2000 acessos de VPN;
- ~ 7 Gbps de *links* de dados administrados e distribuídos em mais de 200 pontos;
- 1 Laboratório de Manutenção em Informática;
- Serviços de Nuvem (*NextCloud*) e Videoconferência (*BigBlueButtom*) locais, sem custo adicional;
- + 7000 contas de e-mail, distribuídas em 25 domínios to.gov.br.

ÓRGÃO	VM
ADAPEC	2
ADETUR	3
ATI	168
ATR	1
CBM	4
CGE	3
DETRAN	37
GABGOV	11
IGEPREV	8
JUCETINS	15
NATURATINS	3
PML	14
PROCON	1
SECAD	27
SECIJU	3
SECOM	3
SEDUC	27
SEFAZ	134
SEMARH	45
SEPLAN	20
SESAU	18
SSP	18
TOTAL:	**565**



2.2.2 Gestão Permanente de Infraestrutura de TI

REDE DE DADOS PARA VÁRIOS ÓRGÃOS

SEFAZ, SES, SECAD, SECIJU, CGE, SECOM, DETRAN, SSP, EGEFAZ, SETAS, ADAPEC, ITERTINS, NATURATINS;

SUPORTE E MANUTENÇÃO PARA OS ÓRGÃO

RURALTINS, ADAPEC, SES, SEFAZ, SSP, ITERTINS, SETAS, SECIJU, SECOM, CASA CIVIL, CASA MILITAR, EGEFAZ, CGE, SEAGRO, SEMARH, SEINF, AGETO, SEDUC, ATR, ATS, FAPT, GABGOV, DETRAN, ADETUC, JUCETINS, SPI, SECAD, NATURATINS;

2.2.2 Atendimento ao Usuário

A central de atendimento ao usuário da ATI, no ano de 2021, amadureceu expressivamente seus processos de atendimento, expandiu, de acordo com o Catálogo de Serviços a quantidade de produtos e serviços ofertados na plataforma, além de capacitar, quanto a operação da fermenta OTRS, todos os servidores da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Tecnologia da Informação – SUPINF e da Superintendência de Gestão e Governança – SUPGES.

Atualmente a Central de Serviços, atende nesta nova plataforma de atendimento os seguintes sistemas:

GESTÃO ADMINISTRATIVA	GESTÃO FAZENDÁRIA E PLANEJAMENTO
CENTRAL DE NOTÍCIAS	CONV@TO
DIARIAS	SGD
ERGON	SIAFEM
FROTAS	SIAFETO
MOODLE ATI	GESTÃO RURAL E AMBIENTAL
PORTAL DE SERVIÇOS	SGNT - ITERNTINS
PORTAL DO SERVIDOR	SIGAM - NATURATINS
QUALIFICA	SIGERS
SAEDE	SISECO - SEMARH
SAP-CGE	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
SAPED	ECONÔMICO E SOCIAL
SGA	PIT
SGF	GESTÃO SAÚDE
SICAP	SIVATT
SIGA	
GESTÃO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E OBRAS	
A3P - SEINF/AGETO	CONTRAF - SEINF/AGETO
ADMINISTRAÇÃO - SEINF/AGETO	DENÚNCIA - SEINF/AGETO

AET - SEINF/AGETO	FINAN - SEINF/AGETO
AVANÇO - SEINF/AGETO	HABITACIONAL – SEINF
AVISO DE LICITAÇÃO - SEINF/AGETO	SCARQ - SEINF/AGETO
AVISOS INTERNOS (WEB .NET) - SEINF/AGETO	SCCV (WEB-.NET) - SEINF/AGETO
AVISOS INTERNOS (WEB PHP) - SEINF/AGETO	SCCV - SEINF/AGETO
SCCV (WEB-.PHP) - SEINF/AGETO	SCO - SEINF/AGETO
SCSERV - SEINF/AGETO	SIPLAN - SEINF/AGETO
SEGUR - SEINF/AGETO	SISCONV - SEINF/AGETO
SISDOC - SEINF/AGETO	SUF – SEINF/AGETO
SISECO – SEMARH	
TELEFONIA (WEB-NET) - SEINF/AGETO	
TELEFONIA (WEB-PHP) - SEINF/AGETO	

Todos estes produtos ou sistemas relacionados atualmente, são categorizados ou triados pela Gerência de Atendimento a Usuários-GAU/SUPINF e ainda existe a previsão de que todos os produtos e serviços pertencentes a SUPINF e SUPGES, entrem em operação na Central, no dia 03 de janeiro de 2022. Além dos sistemas que são absorvidos, sob demanda, de forma gradual na central.

2.2.2 Atendimentos da Área de Infraestrutura e Serviços

A SUPINF realizou um total de 40.164 atendimentos, como demonstrado na Tabela a seguir. Mesmo sendo um ano atípico, terceiro ano de criação da Agência, e possuindo 78 servidores, esta têm adquirido maturidade, compreensão, conhecimento, habilidades e competências que culminaram num crescimento em atendimento de demandas, na ordem de 167%.

ATENDIMENTOS POR GERÊNCIA	TOTAL
Redes e Comunicação	19.129
Infraestrutura	7.533
Banco de dados	316
Segurança da Informação	10
Geoprocessamento	17
Suporte e Manutenção	5.280
Atendimento ao Usuário	7.879
TOTAL DE ATENDIMENTOS	40.164

2.3. Sistemas e Treinamentos em TI

2.3.1 Sistemas Implantados

SIGA - Solução Integrada de Gestão Administrativa: realiza a gestão de todo o processo da cadeia de suprimentos de forma integrada do Poder Executivo Estadual. O SIGA é composto pelos seguintes módulos: e-Fornecedor (Cadastro de Fornecedores), Catálogo de Materiais e Serviços, Solicitação de Compras (Elaboração do Termo de Referência), Compras (Processo de Aquisição, Ata de Registro de Preço), Pregão, Compra Direta (Dispensa de Licitação), Gestão de Contratos, Almoxarifado, Patrimônio Mobiliário e Imobiliário;

Diárias - Sistema de Controle de Diárias: gerencia as solicitações de viagens, autorizações e relatórios;

Central de Serviços: ferramenta que controla, de forma centralizada, todas as demandas destinadas à Agência, seja por: e-mail, portal ou telefone. O papel da Gerência de Implantação e Integração de Sistemas -GIIS na implantação da ferramenta é gerenciar o ingresso dos sistemas na Central, sendo que, esta atividade está sendo realizada temporariamente;

Sistema Integrado de Gestão da Recuperação de Ativos com Saneamento e Consolidação dos Cadastros e Controle Integrado da Cobrança e Sistema informatizado de Gestão e Monitoramento do ICMS: prestação de serviços destinados à Inteligência Administrativa, contemplando implantação, treinamento, suporte, manutenção, saneamento e consolidação do cadastro de Sistema Integrado de Gestão da Recuperação de Ativos com Saneamento e Consolidação dos Cadastros e Controle Integrado da Cobrança, visando à gestão integrada dos cadastros da dívida e da cobrança, sincronizado aos cadastros da administração e serviços de Sistema Informatizado de Gestão Tributária do ICMS para monitoramento e controle fiscal do desempenho de contribuintes estaduais para modernização da administração fazendária, visando controlar e gerir o ICMS por homologação do Estado do Tocantins, incluindo implantação, treinamento, suporte técnico e garantia tecnológica;

Target: Plataforma para gerenciamento de projetos, viabilizando melhor visualização das ações e metas do Estado;

Qualifica SEDUC: Implantação do Qualifica, o sistema de gestão de informações de qualificações dos servidores da administração pública direta e indireta do poder executivo, na Secretaria de Educação do Estado do Tocantins;

PIT - Plataforma de Integrada de Turismo: é uma ferramenta com o objetivo de permitir a gestão eletrônica dos municípios, através da metodologia do Inventário da Oferta Turística.

SGE - Sistemas de Gestão Escolar: Sistema que gere o controle da frequência, através de leitores de reconhecimento facial, alimentação, transporte escolar dos alunos.

SIGPAD - Sistema de Gerenciamento de Procedimento Administrativo Disciplinar: realiza a gerência de procedimentos administrativos disciplinares, como: cadastro de denúncias, autuação e tramitação de procedimentos e processo disciplinares;

PROJETO	FASE	SITUAÇÃO	%	PREVISÃO
SIGA - Compras (Ata de Registro de Preço)	Operação Assistida	Implantado	100%	Dez/2021
SIGA - Compras (Pregão)	Operação Assistida	Implantado	100%	Dez/2021
SIGA -Gestão de Contratos	Migração	Em Andamento	70%	Fev/2022
SIGA - Patrimônio Imobiliário	Operação Assistida	Implantado	100%	Ago/2021
SCD - Diárias	Homologação	Em Andamento	90%	Jan/2021
Integrações SIGA/SIAFE - Patrimônio e Almoxarifado	Implementação	Em Andamento	90%	Jan/2021
Target	Levantamento dos Projetos e Treinamentos	Em Andamento	30%	Jul/2021
Qualifica - SEDUC	Operação Assistida	Implantado	100%	Set/2021
Plataforma Integrada de Turismo - PIT	-	Implantado	100%	Jun/2021
Sistema de Gestão Escolar - SGE	Homologação e Migração	Em Andamento	30%	Jul/2021
Sistema de Gerenciamento de Procedimento Administrativo - SIGPAD	-	Implantado	100%	-
Monitoramento do ICMS e Recuperação de Ativos	Interface de Comunicação	Suspenso	5%	Set/2023

2.3.2 Sistemas de Informação em Desenvolvimento

Sistema de Administração Financeira do Cartão Escola (SAF) - tem como objetivo gerenciar todos os recursos financeiros repassados pelo Governo do Estado às escolas estaduais. Com a implantação do Sistema SAF, será possível acompanhar toda e qualquer transação financeira inerente aos recursos disponibilizados pelo Governo do Estado do Tocantins, bem como, sua prestação de contas.

Sistema de Gestão de Escalas - Sistema corporativo de Gestão de Escalas dos servidores públicos, integrantes dos quadros de pessoal do Poder Executivo do Governo do Tocantins, visa sistematizar o processo de gestão de escalas, desde a criação, manutenção, distribuição, publicação, dentre outas funcionalidades.

Sistema de Controle de Vendas de Agrotóxicos - consiste em uma solução que unificará a forma de envio dos receituários agronômicos - pelas casas agropecuárias, além de prover, por meio de um sistema, o controle relacionado a comercialização dos agrotóxicos, o descarte de suas embalagens e a administração desse insumo por parte dos produtores.

Sistema de Gestão de Frequência (SGF) - Sistema corporativo de Gestão de Frequência dos servidores públicos, integrantes dos quadros de pessoal do Poder Executivo do Governo do Tocantins, visa sistematizar a frequência dos servidores, com o módulo de registro de frequência via biometria, justificativa de ausências, banco de horas, banco de folgas, integrado ao Sistema de Recursos Humanos, registros de frequências, como férias, licenças, afastamentos.

Sistema integrador da REDESIM - objetivo desse Sistema é desenvolver a integração da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins com a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), por meio do integrador da Junta Comercial do Estado – JUCETINS e realizar o processamento automático de eventos de cadastramentos, alteração e baixa, dos cadastros do contribuinte, bem como a geração automática da Inscrição Estadual.

Sistema de Gestão do PAGH Cirúrgico - Sistema tem objetivo de gerir o PAGH Cirúrgico - Programa de Aprimoramento à Gestão Hospitalar, instituído pela Lei 3.369 de 04 de julho de 2018, que possui como objetivo acesso aos procedimentos cirúrgicos no estado do Tocantins.

Sistema de SIVATT - consiste em uma solução que realizará o controle de estoque de insumos e medicamentos de algumas áreas técnicas da Diretoria de Vigilância de Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis, como por exemplo: Hanseníase, Imunização e Doenças Crônicas.

2.3.3 Contratos de Sistemas de Informação

Serviços Especializados para Implementação do Programa TransformaTO - o objetivo deste projeto é realizar o Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos, sob demanda, para projeto, sustentação, documentação e transferência de tecnologia de sistemas de informação, objetivando atender, de forma continuada, às implementações de serviços públicos digitais e demais ações do programa TranformaTO, através da Agência de Tecnologia da Informação (ATI-TO), dimensionados através da técnica de Unidade de Serviço Técnico (UST);

Solução de Gestão e Monitoramento do ICMS e Recuperação de Ativos – SEFAZ - o objetivo deste projeto é a contratação de prestação de serviços técnicos especializados de solução de Gestão e Monitoramento do ICMS e Recuperação de Ativos com Saneamento e Consolidação dos Cadastros e Controle Integrado da Cobrança para aprimoramento da qualidade e modernização do sistema de arrecadação do Estado do Tocantins, incluindo o fornecimento de licenças, treinamento e suporte para atender demanda da Superintendência de Administração Tributária da SEFAZ;

Projeto para Aquisição de Solução para Implementação do DETRAN-DIGITAL - o objetivo deste projeto é a contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Gestão da Informação, a fim de atender demandas do DETRAN-TO, quanto à digitalização do acervo físico, serviços de manutenção e suporte dos sistemas legados, bem como desenvolvimento e integração de sistemas visando a transformação digital dos serviços oferecidos ao cidadão;

2.3.4 Treinamentos Realizados

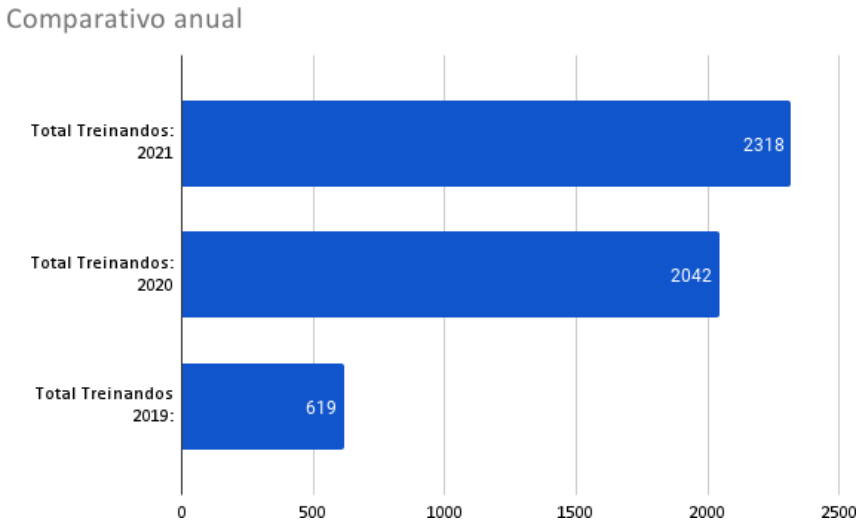
A Gerência de Treinamento realizou e/ou apoiou os treinamentos, conforme a tabela abaixo:

PERÍODO	SISTEMA	ÓRGÃOS	QTD.
19/01/2021	Terra Nossa	ITERTINS	46
28/01/2021	SGA	SINE (Palmas, Taquaralto)	31
09/02/2021	SAP	SEFAZ	12
18/01 - 18/04/2021	SGD	VÁRIOS ÓRGÃOS	455
17/02/2021	SGA	JUNTA MÉDICA	14
19/02/2021	Central de Serviços	SEFAZ	24
22/02/2021	Central de Serviços	SEFAZ	14
01/03/2021	BigBlueButton	ESPOL	10
05/03/2021	Hades	Defensoria Pública do Estado - DPE	69
11/03/2021	SGA	SEDUC	10
12/03 - 12/06/2021	SGD	HGP	107
12/03/2021	BBB	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	36
22/03/2021	SIGA	SES	24
12/04/2021	Portal de Serviços	SEPLAN	1

20/04 - 20/07/2021	SGD	VÁRIOS ÓRGÃOS	59
04/05/2021	SIGA	SES	15
12/05/2021	BBB	ATI e SECOM	10
14/05/2021	Central de Notícias	SECOM	33
14/05/2021	Central de Notícias	VÁRIOS ÓRGÃOS	116
19/05/2021	Moodle	DVISA/SES	4
25/05/2021	Portal de Serviços	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	120
25/05/2021	Portal de Serviços	SECOM	38
07/06/2021	SIGA	RURALTINS, ITERTINS, CBMTO	8
16/06/2021	SIGA	AMETO	2
17/06/2021	Moodle	PM	23
22/06/2021	Central de Serviços	VÁRIOS ÓRGÃOS	33
24/06/2021	SIGA	SECAD	11
13/07/2021	SIGA	SEPLAN	2
15/07/2021	SIGPAD	SSP	21
30/07/2021	Moodle	ADAPEC	4
02/08/2021	BBB	SETAS	4
05/08/2021	Moodle	ADAPEC	6
12/08/2021	FROTAS	SECAD	19
20/08/2021	Estrutura Organizacional	SEDUC, SECAD, CGE, JUCETINS, NATURATINS e ATI	23
25/08/2021	Central de Serviços	SECAD e SEFAZ	10
30/08/2021	FROTAS	SECAD, ADAPEC, ITERTINS, NATURATINS, RURALTINS, SEAGRO, TERRATINS, ADETUC, ATR, ATS, SECOM, SEDUC, AGETO,AMETO, FAPT, SEMARH, SESAU, CBMTO	26
31/08/2021	FROTAS	DETRAN, CAMIL, PM, SEPLAN, SSP,ATI, CGE, JUCETINS, PGE, SEGOV, AEM, SICS, UNITINS, SECIJU, IGEPREV, SEFAZ, SPI, SETAS	29
10/09/2021	BBB	ADAPEC	8
15/09/2021	QUALIFICA	SEDUC	13
16/09/2021	Diárias	SEDUC, SECAD, ATI, CGE, JUCETINS, NATURATINS	28
17/09/2021	Diárias	SEDUC, SECAD, ATI, CGE, JUCETINS, NATURATINS	58
20/09/2021	SGF	ATI	2
23/09/2021	REFIS	SEFAZ e AGÊNCIAS MUNICIPAIS	85
24/09/2021	REFIS	SEFAZ e AGÊNCIAS MUNICIPAIS	100
28/09/2021	REFIS	SEFAZ	34
02/08 - 02/10/2021	SGD	VÁRIOS ÓRGÃOS	101
25/10/2021	Estrutura Organizacional	ADETUC, ITERTINS, SSP, SEFAZ,AMETO, IGEPREV, ADAPEC, SECIJU, RURALTINS	30
26/10/2021	Diárias	ADETUC, ITERTINS, SSP, SEFAZ,AMETO, IGEPREV, ADAPEC, SECIJU, RURALTINS	23
27/10/2021	Diárias	ADETUC, ITERTINS, SSP, SEFAZ,AMETO, IGEPREV, ADAPEC, SECIJU, RURALTINS	52
04/11/2021	SIGA	VÁRIOS ÓRGÃOS	15
11/11/2021	SIGA	ATI, CGE, SECAD, PGE, SEFAZ, SEDUC, SEINF, AGETO, UNITINS,SES	25
18/11/2021	SIGA	ADAPEC, SSP, IGEPREV, PMTO, ATS, SEPLAN, SICS, SEMARH,ADETUC	28
25/11/2021	SIGA	CBMTO, SEAGRO, SETAS, NATURATINS, JUCETINS, ITERTINS,SECIJU, DETRAN, RURALTINS	29
29/11/2021	Estrutura Organizacional	CACIV, SEGOV, FAPT, SICS, AGETO, SEINF, CAMIL, CBMTO, SECOM, SEPLAN	19

30/11/2021	Diárias	CACIV, SEGOV, FAPT, SICS, AGETO, SEINF, CAMIL, CBMTO,SECOM, SEPLAN	22
01/12/2021	Diárias	CACIV, SEGOV, FAPT, SICS, AGETO, SEINF, CAMIL, CBMTO,SECOM, SEPLAN	32
02/12/2021	SIGA	SEGOV, CACIV, CAMIL, SECOM, AEM, MINERATINS, ATR, FAPT,AMETO	10
13/12/2021	Estrutura Organizacional	DETRAN, PMTO, PGE, ATR, AEM, SEAGRO, UNITINS, SETAS	21
14/12/2021	Diárias	DETRAN, PMTO, PGE, ATR, AEM, SEAGRO, UNITINS, SETAS	17
15/12/2021	Diárias	DETRAN, PMTO, PGE, ATR, AEM, SEAGRO, UNITINS, SETAS	39
03/10 - 03/12/2021	SGD	VÁRIOS ÓRGÃOS	58

Foram realizados um total de 61 treinamentos para 2.318 usuários de todos os órgãos do Poder Executivo Estadual do Tocantins.



2.3.5 Treinamentos em EAD

A ATI, por meio da Gerência de Treinamento, vem implantando e disponibilizando a Plataforma Moodle para capacitações de sistemas e formação dos servidores nos órgãos. O Moodle é uma plataforma online e gratuita de aprendizado a distância. É um sistema de gerenciamento de aprendizado, que oferece a possibilidade de disponibilizar cursos e treinamentos de forma online. O nome do sistema Moodle é uma sigla em inglês para *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*. Podemos traduzir como “Ambiente de aprendizado modular orientado ao objeto”.

O Ambiente Moodle da ATI encontra-se no endereço eletrônico: http://ead.ati.to.gov.br e possui diversos cursos de sistema para os servidores do Estado.

Alguns órgãos utilizam a Plataforma da ATI para a realização de capacitações, dentre eles: A Polícia Militar do Tocantins - PMTO, a Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON, a Agência de Defesa Agropecuária - ADAPEC, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - SETAS, entre outros.

As plataformas implantadas nos órgãos Estaduais foram:

NOME	URL
Unidade Certificadora do Estado - UNICET	http://unicet.to.gov.br
Agência de Tecnologia da Informação - ATI	http://ead.ati.to.gov.br
Escola Superior de Gestão Penitenciária e Prisional - ESGEPEN	http://esgepen.cidadaniaejustica.to.gov.br/seciju
Hospital Geral de Palmas - HGP	http://ead.hgp.to.gov.br
Escola Técnica do SUS - ETSUS	http://eadetsus.saude.to.gov.br
Escola do Socioeducativo - EST	http://capacitasocioeducacao.cidadaniaejustica.to.gov.br
Escola Superior de Polícia - ESPOL	http://ead.espol.to.gov.br
Secretaria da Educação, Juventude e Esportes - SEDUC	http://ead.seduc.to.gov.br
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC	http://pronatec-novoscaminhos.to.gov.br
Sistema Nacional de Emprego - SINE	http://ead.sine.to.gov.br
Diretoria de Vigilância Sanitária - DVISA	https://moodle.dvisa.saude.to.gov.br

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

Diretoria de Agricultura Familiar

Planejamento da Diretoria da Agricultura Familiar teve como base ações contempladas no Plano Plurianual (PPA) e emendas parlamentares estaduais para fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado, compreendendo as tipificações, comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agroextrativistas e assentados de reforma agrária e dos projetos do Crédito Fundiário. É importante salientar, que as emendas destinadas a SEAGRO tenha sintonia com as ações do PPA, para que possa fortalecer mais ainda os programas, ações e atividades desenvolvidas por essa Secretaria.

O fortalecimento dos sistemas produtivos visa a potencialização de recursos e vocações econômicas, acesso a tecnologias apropriadas de produção, beneficiamento, transformação e diversificação da produção, agregando valor e renda. Geração à produção da agricultura familiar com aquisição de máquinas e implementos agrícolas e/ou insumos agropecuários e apoio nas organizações sociais, promovendo e apoiando as feiras de comercialização e exposições dos produtos dos agricultores familiares.

Articulação de ações para disponibilização das patrulhas mecanizadas, com tratores e implementos agrícolas, caminhões para o transporte e distribuição de insumos e calcário; apoio para análise físico química dos solos; e buscando uma estratégia de acompanhamento e monitoramento no Estado e outras iniciativas que se articulem com fomento a produção agropecuária, correção da acidez e melhoria da fertilidade dos solos e o fortalecimento da agricultura familiar.

No primeiro quadrimestre, foram realizadas as ações voltadas à agricultura familiar, mas dado a pandemia do CORONAVIRUS, as atividades ficaram prejudicadas no decorrer do ano;

Agrotins:

Participação da Agricultura Familiar na Agrotins, principais temas e quantas palestras foram realizadas, quais as principais participações, temas discutidos, quantidade de vídeos gravados, principais pessoas que vieram participar e quais os temas que essas pessoas debateram.

A participação da Agricultura familiar na Agrotins 2021, como fundamental para o agro tocantinense foi de grande importância e que contribuiu mais uma vez para abrilhantar a maior feira do norte do país, sabendo que esse setor contribui para levar à mesa do tocantinense 70% dos alimentos e que representa 62% dos estabelecimentos do nosso estado.

Com a participação de grande número de acessos em todo estado e fora dele, tivemos diversos temas que envolvem e que fazem parte da agricultura familiar, como Bioeconomia e mercado internacional, Cadeias de Valor, Sociobiodiversidade, Selo da Agricultura Familiar, Mercado Local e Privado para agricultura familiar, tecnologias do

Babaçu e quebradeiras de coco, Agroextrativismo e beneficiamento dos produtos, Associações e cooperativas da agricultura familiar. Agroecologia e Sistema agroflorestal.

Foram gravados vídeos que foram apresentados ao vivo:

- 1 vídeos sobre as quebradeiras de coco e os produtos do babaçu no Bico do Papagaio, na comunidade de Juverlândia - Sítio Novo, - 8,000 visualizações dia 16/06
- Vídeo das cadeias de valor em plantas medicinais em Marianópolis, Assentamento Piracema, em Caseara no Assentamento 1º de maio, e no município na loja dos produtos da agricultura familiar, - 9.355 visualizações dia 18/06
- Vídeo capim dourado e associação de mulheres do Jalapão. Assentamentos Santa Tereza e Santo Onofre em Ponte Alta do Tocantins. 12 visualizações.
- Vídeo sobre a Agricultura Familiar e sua participação em Feiras e venda para o mercado institucional e os caminhos para chegar no mercado, com a agricultora familiar, Maria do Carmo da Cooperativa de Agricultores familiares do Projeto São João- CCOPRATA e 9.360 visualizações. Dia 18/06
- Vídeo, Produção na agricultura Familiar, seus diversos produtos e o mercado institucional para o açafrão. do agricultor familiar Waldemir Martins do projeto São João. - 62 visualizações;

As palestras ao vivo realizadas foram:

Cadeia de Valor, Mercado Institucional e Privado para a Agricultura Familiar. Dia 16/06 8.000 visualizações.	Palestrantes
	Mateus Soares – Coordenador Geral de Acesso a Mercados- SFA-MAPA – Brasília-DF
	Joseane Costa - Dra da Universidade do sul e sudeste do Pará (Fecampo/Unifespa) e Pesquisadora da Fiocruz e Coordenadora Técnica do Projeto de cadeias de Valor. RJ-Rj
	Rose Bezecry Manaara – Empresária – proprietária da Cativa Natureza – Curitiba- PR
	Zilmar Cunha - agricultora familiar agroecológica do P.A. Piracema, e associada da Associação de Mulheres Agroextrativistas da APA CANTÃO.
	Francisca Marta Barbosa dos Santos – Engenheira Agrônoma, Mestre em Administração Rural e Desenvolvimento – UFLA. Servidora efetiva da SEAGRO .
Bioeconomia: perspectiva de mercado para os agricultores familiares e mercado internacional para os produtos da Agricultura Familiar Dia 18/06 9.360 visualizações.	Marco Pavarino. Coordenador Geral de Extrativismo da SAF/MAPA . Eng. Agrônomo UNB- DF. Mestre em Desenvolvimento Sustentável, especialista em Gestão do Meio Ambiente e Recursos Naturais- Madri – Espanha. Brasilia-DF

	Maria Beatriz Bley - Empresária, brasileira, idealizadora do Planeta Orgânico - Organizou o primeiro German-Brazilian Bioeconomy Workshop durante o Green Rio 2017. Coordenou a presença da delegação de bioeconomia da Alemanha no Green Rio 2018 e Green Rio 2019. RJ
	Jaime Café – Secretário da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Tocantins.
	Francisca Marta Barbosa dos Santos – Engenheira Agrônoma, Mestre em Administração Rural e Desenvolvimento – UFLA. Servidora efetiva da SEAGRO.
	Raquel Pinheiro, - agricultora familiar e artesã de capim dourado, coordenadora do Fórum Estadual de Economia Solidária e presidente da Associação das Mulheres do Assentamento Santo Onofre-Ponte Alta-Jalapão.
Tecnologias de Processamento do Coco Babaçu em Escala Familiar. Dia 18/06 9.360 visualizações	José Mário Ferro Frazão - engenheiro agrônomo com mestrado em agroecologia. Trabalha com pesquisa com babaçu na Embrapa há 37 anos - MA
	Francisca Marta Barbosa dos Santos – Engenheira Agrônoma, Mestre em Administração Rural e Desenvolvimento – UFLA. Servidora efetiva da SEAGRO . Mediadora

Palestras gravadas: Campo do conhecimento

Produção de Xampu a partir das folhas da Mangabeira –Possibilidade de Renda para as comunidades Extrativistas da Mangaba. – Juliane Farinelli Panontin – Coordenadorae Professora CEULP/ULBRA- Doutoranda CIAMB-UFT. Palmas-TO – 59 visualizações

Utilização do selo Nacional da Agricultura familiar e Mercado – Mônica Batista Souza – Coordenadora de Acesso a Mercados – SAF/MAPA – Braília-Df – 102 visualizações.

Total de visualizações: 605 e total de exibições 1.130

Anúcios - (Total de Visualizações 605 e Total de Exibições 1.130)

- Barúkas - Agroindústria no processamento de castanha de baru.
- Cooperativa Multifuncional de Economia Solidária do Tocantins – COOMESOL2- Vídeos do Agricultores Familiares e Associações
- Socorro - Agricultura familiar Assentamento Palmeirinha.
- Raquel - Capim Dourado, Artesanatos, doces e queijo.
- Zilma- Produção de Xampu a partir das folhas da Mangabeira
- Agricultores Familiares do Assentamento Piracema-Chácara Bio Natureza – Marianópolis-To

Expositores Artesanais Total de 21:

- Associação do Produtor Rural, Comércio, Turismo, Artesanato e Extrativismode São Felix do Tocantins
- Associação Mulheres Unidas nos Assentamentos Santo Onofre e Santa Tereza
- AGA - Associação Gurupiense de Artesão
- Cooperativa dos Artesãos de Biojóias de Xambioá
- ACDP - Associação dos Artesãos Pontealtense
- Cooperativa dos Artesãos de Biojóias de Xambioá
- Associação dos Artesãos de Novo Jardim4- Expositores Agricultura Total de 21:
- Associação Mão Amiga de Britânia (A.M.A.B)
- FONT'FRUTI POLPAS NATURAIS
- DOMINGAS NASCIMENTO DE ARAUJO - Derivados de Mandioca
- JEAN SANTANA BARBOSA- FAZENDA TAPADA
- ROSA ALIMENTOS -PRODUTOS ARTESANAIS- ROSA C.NOGUEIRA
- QUEIJO VÓ HELENA
- JACARANDÁ DOCES E RAPADURAS – RAIMUNDA
- LEITE EBENÉZER - ELIANA BARBOSA DE SOUSA
- FARINHA DA ROÇA - GILMANI R. CERQUEIRA

Visualizações Totais; 8,000+9360+ 102+ 12 + 59 + 62= 17.493 visualizações
Vídeos de agricultores familiares e associações: 21+ 5 = 26

Reunião no Assentamento 1º de Maio em Caseara- APA Cantão

Reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais com Associação da Reserva Extrativista – ARENT em Carrasco Bonito

Reunião no Assentamento Piracema, em Marianópolis APA Cantão.

Dia 27 de setembro de 2021, na cidade de Caseara- APA Cantão, reunião realizada com a Associação das Mulheres Agroextrativistas da APA Cantão para discussão do Projeto de Bioeconomia apresentação da proposta de projeto para estruturação e construção de unidades produtivas para as agricultoras familiares e agroextrativistas da APA CANTÃO.

Na reunião estiveram presentes as mulheres de Caseara, Marianópolis, Divinópolis e Araguacema.

Dia 28 de setembro de 2021, na cidade de Carrasco Bonito - Bico do Papagaio, reunião realizada no sindicato dos Trabalhadores Rurais com a Associação da Reserva Extrativistas do Extremo Norte- ARENT para discussão do Projeto de Bioeconomia apresentação da proposta de projeto para estruturação da unidade de óleo do Babaçu para as quebradeiras de coco da RESEX.

Dia 29 de setembro de 2021, na cidade de Marianópolis – APA Cantão, reunião realizada no Assentamento Piracema com as mulheres agroextrativistas e agricultores familiares para discussão do Projeto de Bioeconomia apresentação da proposta de projeto para estruturação da unidade de açafrão e sobre agroturismo e o festival da mangaba.

Festival da Mangaba e Feira da Agricultura Familiar de Ananás 16 a 18 de dezembro de 2021

Dia 16 de dezembro de 2021, na cidade de Marianópolis, no assentamento Piracema – APA Cantão, participação no evento I Festival da Mangaba e Feira das Mulheres Agroextrativistas da APA Cantão.

Ministração da Palestra Agricultura Familiar e Bioeconomia, representando a Secretaria da Agricultura, Pecuária e aquicultura.

São Miguel do Tocantins
Dia Estadual das quebradeiras de Coco – 7 de nov 2021

Dia 07 de novembro de 2021, na cidade de São Miguel – Bico do Papagaio, participação no evento do Dia estadual das Quebradeiras de Coco e II Feira Agroecológica e Homenagem à dona Raimunda Gomes da Silva, com abordagem sobre a história das políticas públicas voltadas para as mulheres e a agricultura familiar e o projeto de Bioeconomia para as quebradeiras de coco.

Reunião no Assentamento 1º de Maio em Caseara – APA Cantão

Dia 21 de outubro de 2021, na cidade de Caseara – Apa Cantão, reunião realizada no assentamento 1º de maio em Caseara, sobre projeto de Bioeconomia, unidades de óleos e organização formal da associação das mulheres Agroextrativistas.

Orientações sobre organização formal da associação e apoio juntamente com a Fiocruz no Projeto das Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Reunião no Assentamento Progresso em Pequizeiro – Território Médio Araguaia, Reunião no assentamento em Couto Magalhães - Território Médio Araguaia

Dia 23 de novembro 2021, na cidade de Pequizeiro – Médio Araguaia, reunião realizada com a comunidade e as mulheres agricultoras familiares para proferir palestra sobre Agricultura Familiar e Bioeconomia.

Dia 24 de novembro 2021, na cidade de Couto Magalhães – Médio Araguaia, reunião realizada com a comunidade e as mulheres agricultoras familiares para proferir palestra sobre Agricultura Familiar e Bioeconomia.

Reunião no Assentamento Santo Onofre e Santa Tereza em Ponte Alta – Jalapão, Reunião no Assentamento Santa Tereza em Ponte Alta, Reunião na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira em São Félix - Jalapão

Dia 5 de outubro de 2021, na cidade de Ponte Alta - Jalapão, reunião realizada com a Associação das Mulheres Unidas dos Assentamentos Santo Onofre e Santa Tereza para discussão do Projeto de Bioeconomia apresentação da proposta de projeto para estruturação de unidades produtivas, do artesanato, capim dourado e agroturismo para as agricultoras familiares e agroextrativistas do Jalapão.

Dia 6 de outubro de 2021, na cidade de São Félix - Jalapão, reunião realizada na Comunidade Quilombola do Prata com a Associação dos Quilombolas do Prata para a discussão do Projeto de Bioeconomia com estruturação de unidades produtivas o agroturismo, artesanatos, capacitação em boas práticas.

Feira das Mulheres do Assentamento Santo Onofre e Santa Tereza em Ponte Alta - Jalapão

Dia 12 a 14 de novembro de 2021, na cidade de Ponte Alta - Jalapão, Feiras das Mulheres Agroextrativistas da Associação das Mulheres Unidas dos Assentamentos Santo Onofre e Santa Tereza, Palestra sobre Bioeconomia e agricultura Familiar.

GREEN RIO

Dia 25 a 27 de novembro 2021, na cidade do Rio de Janeiro, participação no Green Rio nas palestras sobre Bioeconomia e participante da capacitação em Cadeia de Valor – metodologia Value Links B. Participação em reunião com empresas interessadas nos produtos da sociobiodiversidade tocantinenses. Participação em reunião sobre articuladores da cadeia de valor e articulafito.

Foram apresentadas as potencialidades extrativistas do Tocantins. O evento teve como tema principal a “Bioeconomia na América Latina e Cooperativas da Amazônia”.

Explicou-se a importância de o Estado estar presente em um evento voltado principalmente para cooperativas da sociobiodiversidade. “O Tocantins tem potencial de produtos naturais extrativistas. É importante estarmos presente para apresentar as nossas riquezas de produtos do cerrado”, ressaltou.

O Secretário de Estado, representante do Estado do Tocantins no evento, explicou ainda que, na ocasião, reuniu-se com empresários interessados em investir no beneficiamento de produtos extrativistas no Estado. “Eles demonstraram interesse nos produtos do cerrado. Em breve estaremos reunidos para apresentar a nossa biodiversidade de produtos como, o óleo de pequi, buriti, baru, copaíba, sucupira e muitos outros. A intenção é que possamos trabalhar juntos com os extrativistas como alternativa de geração de renda”, complementou.

Ao participar do evento, a engenheira agrônoma da Seagro, Marta Barbosa, disse que o Estado já desenvolve ações para valorizar as cadeias dos produtos extrativistas no Estado. “Desde 2018 que o Tocantins participa de discussões do projeto bioeconomia iniciado na Alemanha e continuamos com projeto de plantas medicinais e fitoterápico, buscando agregar valor, as quais foram mapeadas no Tocantins, como a macaúba, a babosa, sucupira e hortelã Além de outras cadeias de frutos do cerrado. Portanto este é um momento fundamental para articulação nestas cadeias de valores dos produtos da biodiversidade”, disse.

A engenheira acrescentou ainda que existe também projeto para ser aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Superintendência Federal de Agricultura (SFA) que “irá atender as mulheres agroextrativistas da APA Cantão, quebradeiras de coco do Bico do Papagaio e as mulheres do Jalapão das comunidades quilombolas e da agricultura familiar”.

Green Rio

Desde 2012, o evento Green Rio vem se firmando como a plataforma de negócios que reúne expositores, palestrantes e representantes da Economia Verde, dos setores orgânico e sustentável. O público do Green Rio 2021, além de conhecer produtores comprometidos com alimentação saudável e desenvolvimento sustentável, teve acesso gratuitamente às conferências com palestrantes do Brasil e de outros países. Em sua nona edição, o importante evento foi importante para consolidar o Brasil como um país estratégico no cenário da bioeconomia mundial, deu enfoque a dois temas: a bioeconomia na América Latina e a Amazônia, com olhar voltado principalmente para as cooperativas da sociobiodiversidade.

Programas referentes à distribuição de implementos agrícolas:

No primeiro semestre de 2021, foram entregues tratores e implementos aos parceiros da agricultura familiar do Estado.

O Governo federal entregou pelo CODEVASF maquinas e equipamentos a mais de 50 prefeituras no estado do Tocantins, os itens serão empregados em obras e serviços públicos, no suporte a atividades produtivas e no reforço de sistemas de coleta de resíduos sólidos.

Entre os equipamentos estão 112 unidades de Tratores agrícolas LS tractor U80, 93 unidades de carretas agrícolas IAC 4 TON, 94 unidades de grade aradora

KOHLER 12x26, 7 unidades de retroescavadeiras modelo XT870BR e 2 unidades de motoniveladora.

Sendo assim foram distribuídos um total de 308 implementos, entre eles são tratores e implementos agrícolas, no estado do Tocantins, através do programa CODEVASF.

O programa Terra Forte também contemplou o estado com maquinário agrícola, através do processo de licitatório nº 2019. 33000 000360, referente à compra de 46 tratores e implementos agrícolas com recursos da União (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA), com intuito de apoiar a produção agrícola conforme preceitos da Lei Estadual nº 2.701/2013, onde foi instituído o programa de modernização do Estado e de sua infraestrutura Econômica e social.

Esse programa chega atender até 50.568 famílias no estado do Tocantins.

Emendas parlamentares:

Em relação às emendas parlamentares estaduais de 2021, foram homologados os seguintes projetos que serão implementados e executados entre 2021 e 2022:

- PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZINÓPOLIS/TO

Processo 33010.000001/2021

Aquisição de combustível para recuperação de estradas vicinais em atendimento a agricultura familiar

Valor do Convênio

R$98.545,62

DEPUTADO JAIR FARIAS

- PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRANTE

Processo 33010.000002/2021

Aquisição de combustível para recuperação de estradas vicinais

R$197.999,99

DEPUTADO JAIR FARIAS

- PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO OURO

Processo 33010.000003/2021

Aquisição de calcário.

R$50.807,25

DEPUTADO ISSAM SAADO

- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

Processo 33010.000004/2021

Promover o fortalecimento e a dinamização da agricultura familiar, de modo a proporcionar o desenvolvimento local das cidades de Ananás e Riachinho, através da implantação e dinamização de arranjos produtivos (apl) agregando valor a produção dos agricultores familiares, além de contribuir com alternativas de melhorias organizacionais e estruturais das propriedades rurais, mitigando os problemas relacionados à segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas e dos consumidores bem como das suas condições de vida.

R$147.757,96

DEPUTADA LUANA RIBEIRO

- MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Processo 33010.000005/2021

Celebração de convênio com a prefeitura municipal de Dois Irmãos do Tocantins para aquisição de combustível para recuperação de estradas vicinais em atendimento a agricultura familiar com recursos de emenda parlamentar do deputado Jair Farias.

R$49.299,25

DEPUTADO JAIR FARIAS

- PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS

Processo 33010.000007/2021

Aquisição de combustível para recuperação de estradas vicinais

R$98.600,00

DEPUTADO JAIR FARIAS

- PREFEITURA MUNICIPAL DE SITIO NOVO DO TOCANTINS

Processo 33010.000008/2021

Aquisição de combustível para recuperação de estradas vicinais

R$60.480,00

DEPUTADO EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUATINS

Processo 33010.000009/2021

Aquisição de óleo diesel s-10 para recuperação de estradas vicinais

R$99.083,52

DEPUATDO JAIR FARIAS

- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS

processo 33010.000010/2021

Aquisição de combustível para recuperação de estradas vicinais no município de São Sebastião do Tocantins

R$102.545,73

DEPUATDO JAIR FARIAS

Programa Mesa Farta:

O programa mesa farta foi lançado no dia 8 de novembro de 2021 e teve como intuito apoiar pequenos produtores rurais que foram impactados com a pandemia

da covid 19. O programa promoveu a distribuição de 2,2 toneladas de milho, feijão e arroz, sendo 139 municípios beneficiados, sendo cerca de 8 mil famílias beneficiadas.

Para a retirada das sementes o município deveria apresentar a documentação atualizada da sua prefeitura, logo o gestor receberia seu termo de cooperação técnica assinado entre prefeito e secretário, logo seria autorizada a retirada das sementes na capital de Palmas Tocantins, sendo que cada município foi contemplado com 1.500 KG de arroz, 350 KG de feijão e 350 KG de milho.

Junto com o termo de cooperação, foi elaborado e entregue a cada prefeitura um modelo de relatório de atividade, para que cada prefeitura monitorasse as entregas, a fim de justificar a sua maneira de distribuição aos órgãos públicos. Dele deveria constar o nome do beneficiado, a quantidade doada, o endereço, Município e a assinatura do produtor rural.

O programa teve o intuito de reestabelecer a dignidade do cidadão no campo, sendo que cada quilo de semente plantada gera e média 60 quilos de alimentos produzidos.

Em 30 dias após o lançamento, o programa já havia distribuído mais de 70% das sementes. A distribuição foi feita em ordem planejada, de acordo com a solicitação de cada município, porém todos teriam acesso, pois a distribuição das quantidades foi feita para que todos pudessem ser beneficiados. No dia 20 de dezembro de 2021, 98% dos municípios já haviam retirado suas sementes e distribuído em suas cidades.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS – ADAPEC-TOCANTINS

DEFESA AGROPECUÁRIA – ÁREA ANIMAL

Segue abaixo a apresentação de resultados, no exercício de 2021:

- Crescimento da agroindústria com a abertura de quatro estabelecimentos no Serviço de Inspeção Estadual - SIE, incluindo um frigorífico de abate de aves, sendo a capacidade de abatimento de até 150 mil aves/dia e também um frigorifico de pescado em Palmas, com capacidade de processamento de até 8 toneladas/dia, com isso o Estado encerra 2021, totalizando 39 estabelecimentos certificados e 12 no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (*Sisbi*-POA). Além de certificar a primeira indústria, com selo ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, em Porto Nacional.
- Mesmo diante da pandemia, a Agência acompanhou diariamente o abate nos frigoríficos e periodicamente os laticínios e os entrepostos, garantindo a certificação destes produtos e o fortalecimento da produção.
- De janeiro a outubro de 2021, os frigoríficos certificados no SIE, abateram 36.062 mil bovinos, em um total de 8.831 mil toneladas de carnes comercializadas. Nos laticínios, foram processados cerca de 18 milhões de litros de leite. Nos entrepostos foram processados 792 mil kg de produtos cárneos.

- Visando a valorização do pequeno produtor, implantamos o Selo Artesanal, para produtos cárneos e também para o processamento do pescado.
- O sistema de defesa sanitária animal segue vigilante, na prevenção e no controle das principais doenças que atingem os animais de produção.
- Seguimos com os índices vacinais contra febre aftosa elevados, cumprindo assim as exigências do Plano Estratégico de Retirada da Vacinação do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No primeiro semestre do ano de 2021 foram vacinados 99% do rebanho bovídeo tocantinense, que conta com 9.761.083 animais. Além disso, cerca de 108.895 bovinos na Ilha do Bananal foram vacinados na Agulha Oficial, em agosto e setembro/2021.
- Conforme pactuado pelos estados que compõem o bloco IV, no qual o Tocantins faz parte e o MAPA, o calendário do PNEFA – Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa foi alterado e a expectativa é executar a última vacinação contra febre aftosa em maio de 2023.
- Os índices vacinais contra brucelose também seguem elevados, sendo que no 1º semestre de 2021 foram vacinadas 96,98% das bezerras, cumprindo as metas firmadas com o MAPA e garantindo a sanidade do rebanho tocantinense e da nossa produção.
- Mantivemos o status de reconhecimento internacional de livre da Peste Suína Clássica - PSC, com a implementação das vigilâncias epidemiológicas baseadas em risco, através do Plano Estratégico Brasil Livre da PSC.
- Em 2021, intensificamos as orientações aos piscicultores através de palestras, disponibilizamos o módulo GTA – Guia de Trânsito Animal, *on line,* aos piscicultores, realizamos capacitações dos profissionais da ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária, na área piscícola, intensificamos nossos atendimentos a notificações de suspeita de doenças em peixes e aparelhamos nossas unidades regionais para realização das vigilâncias, contribuindo para o desenvolvimento da cadeia no Estado.
- Outras doenças que afetam os animais de produção como a brucelose, a doença de Newcastle das aves, a raiva dos herbívoros, o mal da vaca louca EEB - Encefalopatia Espongiforme Bovina e o mormo dos equídeos se mantêm sob controle e vigilância no Estado.

Os nossos resultados colocam o Tocantins em uma posição que lhe permite abrir novos mercados, ampliando cada vez mais suas relações de comércio no agronegócio, pois, anula os entraves causados por restrições sanitárias e demonstram um sistema de defesa forte e de qualidade, capaz de atender as demandas, sejam do mercado consumidor ou dos órgãos fiscalizadores.

DEFESA AGROPECUÁRIA – ÁREA VEGETAL

Com o intuito de preservar a segurança fitossanitária das culturas de importância econômica no Estado do Tocantins, em 2021 foram executadas:

- Na área de Agrotóxicos, Sementes e Mudas, 4.722 fiscalizações em estabelecimentos agropecuários, propriedades rurais que utilizam tais produtos, comércio de sementes e mudas no Estado;
- Com relação às ações de profilaxia e controle de pragas, foram realizadas inúmeras fiscalizações nos principais programas fitossanitários consolidando assim, os seguintes serviços:

- Realização de aproximadamente 65 mil fiscalizações do trânsito de vegetais, seus produtos e subprodutos nos postos fiscais de entrada e saída do Estado, onde conseguimos minimizar a entrada de novas pragas ausentes no Estado, mantendo assim, um sistema de defesa forte e de qualidade sempre em busca de novos mercados consumidores;
- Realização de ações de controle da ferrugem asiática na cultura da soja e manutenção da condição de excepcionalidade do plantio de soja, nas planícies tropicais tocantinenses, dentro do período de vazio sanitário, onde foram realizadas 1.242 fiscalizações, em 141 propriedades;
- Manutenção do Status Fitossanitário de praga quarentenária ausente no Estado para Cancro Cítrico, Pinta Preta e Greening com 161 monitoramentos em propriedades para cada praga;

- Realização de 1.623 monitoramentos, em 100 armadilhas distribuídas em todo Estado; fortalecendo as ações de monitoramento da praga quarentenária da Mosca da Carambola em locais estratégicos, o que mantém o Tocantins como sem ocorrência da praga;

- Realização na Certificação Fitossanitária de 337 fiscalizações, em 24 Unidades de Produção e emissão de 2.549 Permissões de Trânsito Vegetal (PTV);

- Emissão de 577 Certificados de Registros de estabelecimentos comerciais agropecuários, localizados em território tocantinense, tendo um acréscimo de 20,21% em relação ao ano anterior;

- O Tocantins plantou na safra 2020/2021 uma área de plantio de algodão de 3.121 hectares. A produção foi de 10,76 mil toneladas de algodão, em caroço na safra 2020/2021;

Pelo exposto, a soja atualmente é o principal produto de exportação do Estado do Tocantins. A produção de soja sequeiro em 22 anos evoluiu de forma

grandiosa, em 1998 a área plantada era de 40,1 mil hectares, já em 2020/2021, a área plantada foi de 1.049 milhões de hectares. No período de entressafra, nas várzeas tropicais, onde o Tocantins tem autorização para plantar a oleaginosa, com destinação para sementes ou pesquisa. Assim, a área na SAFRA passada foi 66.327 mil hectares em 2020, já na SAFRA 2021 consolidou-se em 71.327 mil hectares.

Desse modo, preservar o Patrimônio Fitossanitário contra a entrada de pragas, principalmente as de importância econômica e, proteger a saúde pública é o grande desafio da Defesa Agropecuária Vegetal.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS – RURALTINS

O ano de 2021 foi marcado por adversidades como a Pandemia da Covid19, no entanto, houve a retomada gradativa das atividades de Ater com bons resultados ainda que com limitações em decorrência da pandemia.

Diante de um ano de retomada, o agro manteve-se firme para garantir o alimento na mesa das famílias tocantinenses, neste contexto o Ruraltins, adaptou-se à nova forma de trabalho com utilização de meios híbridos, presencial e remoto, e não deixou de levar assistência técnica e extensão rural à classe produtora, alcançando resultados positivos nas diversas atividades realizadas.

Às famílias mais vulneráveis e impactadas pela pandemia entregou alimentos, garantindo a segurança alimentar e nutricional dos pequenos agricultores.

Nas ações empreendidas, destacam-se as relevantes parcerias no âmbito municipal, estadual e federal para qualificar e dar continuidade às ações previstas.

Dentre os trabalhos executados pelo Ruraltins se destacam as ações de parceria com o Ministério da Agricultura e Ministério da Cidadania por meio de convênios celebrados.

O Ruraltins possui um quadro de mais de 700 servidores lotados nos escritórios que se subdividem em uma central, 94 unidades locais e seteescritórios regionais. Atendendo assim os 139 municípios do Tocantins, com profissionais que atuam com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, com difusão de tecnologias e práticas adequadas de produção, com geração de renda e proporcionando melhor qualidade de vidas as famílias ruraisdo Estado.

Fomentar as cadeias produtivas voltadas para os agricultores familiares e médios produtores são vertentes marcantes do Ruraltins que através de políticas públicas, contribui para que as atividades se tornem lucrativas, recebendoassistência técnica por profissionais capacitados e incentivos ao uso de tecnologias adaptadas aos sistemas de cultivos ambientalmente corretos, que é uma das propostas da atual gestão, para a agricultura familiar bem como para o médio produtor rural. Dentre as ações de trabalho, o crédito rural, compra de produtos da agricultura familiar por meio do Programa Compra Direta, instalação de Unidades Referência Tecnológica em diversos municípios, de acordo a demanda da região e as cadeias produtivas trabalhadas, além da celebração deconvênios e parcerias.

1 - CONVÊNIOS COM O GOVERNO FEDERAL

- ATER PARA MÉDIO PRODUTOR- 837123/2016;
- CONTRATO DE REPASSE Nº 772342/2012- CADEIA DA SILVICULTURALEITE E PEIXE;
- CONVÊNIO QUINTAL VERDE Nº 835818/2016;
- CONVÊNIO OPORTUNIDADE Nº 839847/2016
- CONVÊNIO ATER DIGITAL Nº 903732/2020 – EM ELABORAÇÃO
- CONVÊNIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATORES Nº 890153/2019
- PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROPOSTA000.006.130.17/2020
- ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - AC.TO.0000001-18 AÇÃOFOMENTO
- CONVÊNIO PROSPERAR N° 17.003 – SISTEMINHA EMBRAPA –FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL;
- CONVÊNIO PLANO ABC

1.1 - Ater para médio produtor - 837123/2016

Prevê assistência técnica para **160 médios** produtores rurais direto e 320 de forma indireta, em **44 municípios** do Tocantins na atividade produtiva de Pecuário, Fruticultura e Culturas Anuais. Durante o ano foram feitos monitoramento nas unidades locais e nas propriedades atendidas pelo convenioem formato de amostragem (sorteio) para avaliar o atendimento prestado os resultados alcançados e a satisfação do produtor, onde tivemos excelentes resultados para os parâmetros avaliados.

Foram feitos **10 i**ntercâmbios técnicos e **914** visitas técnicas em 2021.

1.2 - Contrato de repasse nº 772342/2012 - cadeia da silvicultura, leite e peixe

Convênio que, desde 2012, passou por adequações onde previa a aquisição de tanques de resfriamento de leite e repassados em comodato para produtores, implantação de viveiro de mudas e compra de equipamentos laboratoriais para mapeamento genético de peixes. Os tanques foram todos adquiridos, porém, por readequação, os recursos destinados a implantação do viveiro de mudas foram redirecionados para a complementação das aquisições dos equipamentos que irá compor o laboratório da Embrapa Pesca e Aquicultura em Palmas – TO. **Foram adquiridos todos os equipamentos faltantes do laboratório da Embrapa, em fase de entrega para vistoria e pagamento**.

1.3 - Convênio quintal verde nº 835818/2016

Convênios prevê aquisição de sementes de culturas como milho, feijão e hortaliças e doação para agricultores familiares do Estado. O convenio passou por aditivo e ajustes no plano de trabalho e alteração do prazo de execução.

1.4 - Convênio oportunidade nº 839847/2016

Com **1.322 visitas** realizadas no ano de 2021 a produtores assistidos por meio do Convênio, que contribui para que os mesmos alcançassem: Aumento da produtividade de sistemas produtivos utilizando diversos formatos de forma presencial e virtual, como: Visita técnica, Dia de Campo, Oficina, Reunião técnica, curso em sala física e virtual.

Foram capacitados **132 técnicos** do Ruraltins para prestar assistência técnica especializada sobre a bovinocultura leiteira para agricultores, Curso de formação em bovinocultura de corte e leite, Silvicultura olericultura, Milho, Mandioca, Avicultura caipira melhorada, Piscicultura e Fruticultura (Melancia e Maracujá).

Oficinas de monitoramento e planejamento, com o objetivo de execução do Convênio Oportunidade na área de capacitação técnica e de produtores. Foram apresentadas propostas para execução em 2021 e 2022.

1.5 - Convênio ater digital nº 903732/2020

O convênio passou por processo de elaboração de proposta e encontra- se pré-aprovado pelo Ministério.

O Convênio Ater digital tem o intuito de fortalecer o SISBRATER, promovendo a ampla utilização de tecnologias da informação e comunicação nasações desenvolvidas pelas empresas de Ater, ampliando o acesso dosagricultores a serviços modernos, ágeis e eficientes, e o RURALTINS veminovando sua estrutura por meio da criação do departamento de pesquisa einovação, que irá desenvolver ferramentas de monitoramento, avaliação esistematização voltadas à promoção dos empreendimentos rurais tocantinenses. O convênio prevê a aquisição de equipamentos para fortalecer a estrutura tecnológica do RURALTINS e promoção de capacitações dos extensionistaspara utilização dos recursos móveis de TI, visando prestar uma assessoria técnica e extensão rural aos produtores com maior eficiência e qualidade.

1.6 - Convênio para aquisição de tratores nº 890153/2019:

O programa visa apoiar projetos de desenvolvimento do setor agropecuário e a proposta prevê aquisição de maquinários para fortalecer o setoragrícola do Estado do Tocantins. Para minimizar esse entrave foi proposto aquisição de tratores para dinamizar a produção. Foi adquirida e entregue **36 tratores que foram repassados em concessão as prefeituras**.

1.7 - Programa de aquisição de alimentos proposta 000.006.130.17/2020:

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar é um instrumentode política pública com normas e regulamentos próprios que permite tais aquisição com dispensa de licitação e sua distribuição às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. A proposta se iniciou em Abril de 2021, foi executado R$ **3.961.469,19** (três milhões e novecentos e sessenta e um mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e dezenove centavos), o qual adquiriu **858** Toneladas, em **106** municípios do Estado, contemplando **3.315** agricultores familiares, atendendo **698** entidades sócio assistenciais atendendo e beneficiando com os alimentos adquiridos a **181.472** pessoas.

Foi disponibilizado um montante no valor de R$ **835.000,00** (oitocentos e trinta e cinco mil reais) pelo Ministério da Cidadania-MC, que está em fase de cadastramento no SISPAA que terá início previsto para março de 2022.

1.8 - Acordo de cooperação técnica - ac.to.0000001- 18 ação fomento:

Estratégia de inclusão produtiva rural que articula a oferta de Ater e o repasse de recursos financeiros não reembolsáveis para apoiar a estruturação produtiva de famílias em situação de extrema pobreza.

As famílias recebem R$ 2.400 (divididos em duas parcelas, de R$ 1.400 e R$ 1.000) para desenvolverem seus projetos produtivos (agrícola ou não agrícola).

1.8.1 - São objetivos do programa:

1. Reduzir a vulnerabilidade de famílias em situação de pobreza;

2. Ampliar a segurança alimentar e nutricional;

3. Aumentar a renda e o patrimônio produtivo;

4. Permitir o desenvolvimento da capacidade produtiva;

5. Incentivar o acesso a outras políticas públicas.

1.8.2 - Resultados:

1. Acordo de Cooperação Técnica - AC.TO.0000001-18 – No período de Agosto a Dezembro de 2021, 600 beneficiários receberam 1ª parcela, novalor de R$ 1.400,00, totalizando **R$ 840.000,00**. Em relação ao pagamento da 2ª parcela, no valor de R$ 1.000,00, 400 beneficiários foram contemplados nesse período, totalizando **R$ 400.000,00**.

Região	Municípios	Beneficiários
Araguaína	Aragominas	10
	Goiatins	108
	Muricilândia	10
	Nova Olinda	20
	subtotal	**148**
	Guaraí	1
	Rios dos Bois	33
	Recursolândia	65

Miracema	Tocantínia	75
	Tupiratins	3
	Presidente Kennedy	5
	Brasilândia	24
	subtotal	**206**
Paraíso	Araguacema	30
	Caseara	17
	Pugmil	3
	Paraíso	5
	Monte Santo	1
	Nova Rosalândia	34
	Dois Irmãos	30
	subtotal	**121**
Porto Nacional	Porto Nacional	12
	Lajeado	4
	Ponte Alta do Tocantins	12
	subtotal	**28**
Taguatinga	Arrais	19
	Paranã	32
	subtotal	**51**
Araguatins	Aguiarnópolis	15
	Maurilândia	39
	Palmeiras do Tocantins	30
	Tocantinópolis	27
	Itaguatins	11
	Buritis	8
	São Sebastião	8
	Araguatins	15
	Subtotal	**153**
Palmas	Palmas	5
	Subtotal	**5**
Total		**711**

1.9 - Convênio prosperar n° 17.003 – Sisteminha Embrapa – fundação Bancodo Brasil

Com objetivo de implantar sistema integrado alternativo para a produçãode alimentos, focado na melhoria de renda e diversificação alimentar dos agricultores, contudo, fomentar a produção agroecológica visando à segurança alimentar de agricultores familiares em situação de vulnerabilidade social no Estado do Tocantins do Tocantins.

1.10 - Convênio plano ABC

O Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) é uma parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, firmada por meio do Convênio MAPA/Ruraltins e Embrapa, nº 817962/2015. A iniciativa tem por finalidade organizar e planejar ações, no sentido de estimular os produtores rurais a adotarem tecnologias de produções sustentáveis, com objetivo de promover a segurança alimentar, e reduzir a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera.

Para atingir esse propósito, o ABC está estruturado em seis processos tecnológicos, sendo a recuperação de pastagens degradadas, sistema plantio direto integração a lavoura-pecuária-floresta, fixação biológica de nitrogênio no solo, florestas plantadas e tratamento de dejetos de animais. Desde 2012 foram implantadas 74 Unidades de Referencia Tecnológicas implantadas de ILPF em 63 municípios. Posicionando-nos atrás apenas dos estados de São Paulo e Minas Gerais na aplicação de recursos – temos 185 técnicos treinados em tecnologias do Plano ABC. O programa, no Ruraltins, se divide em três vertentes: ABC Corte, ABC leite/Balde cheio e ILPF (integração Lavoura Pecuária e Floresta).

Os recursos são oriundos do Governodo Estado/Embrapa/ MAPA, no total de R$ 1,2 milhão, com vigência até 31 dezembro de 2021 (proposta esta em analise para aditivo de prazo) e utiliza astecnologias preconizadas pelo Plano ABC (Programa Nacional) e prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural em propriedades rurais de todoo estado.

Foram capacitados através da Meta – 02 – modulo de capacitação continuada Plana ABC LEITE/BALDE CHEIO, **20 técnicos** na temática irrigaçãode pastagem; instrutor projeto Balde Cheio; Além de Prática em Unidade de Referência Tecnológica.

Capacitação ocorrida pela **meta – 7** – em intercambio técnico na temática ILP com 08 técnicos, intercâmbio técnico de pecuária leiteira com **19 técnicos** e dia de campo na condução de lavoura de milho **33 técnicos**.

Acompanhamento pelas **Metas – 05 e 06** - Visita de acompanhamento técnico as Unidades de Referência Tecnológica com planejamento prévio da safra, implantação das mudanças que foram discutidas no planejamento com objetivo de trazer uma maior rentabilidade ao produtor e aplicação do conhecimento adquirido nas capacitações ao técnico extensionista, com execução de **visitas de 41 e 422** para ambas as metas respectivamente.

Vale ressaltar que em 22 de Outubro de 2021 foi solicitado junto ao MAPA, solicitação de aditivo de prazo e ajuste no plano de trabalho com objetivo de dar continuidade a execução do Convênio.

2 - AÇÕES DE GOVERNO

2.1 - Projeto RESTAURA-TO/projeto Burle Marx

O Restaura-TO (Restauração ecológica e econômica em áreas degradadas e alteradas no Estado do Tocantins), tem como objetivo promover ouso racional da cobertura vegetal e da flora nativa do Tocantins, transformando Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) degradadas e alteradas em zonas estratégicas para conservação dos recursos naturais e para a economia do estado. A iniciativa conta com um Banco de Germoplasma, commais de 300 mil sementes de espécies madeireiras, medicinais, frutíferas e ornamentais com vistas a implementar ações de reflorestamento e recuperaçãode vegetação nativa em áreas degradadas.

Em paralelo foi criado o projeto “MISSÃO BURLE MARX” que tem por objetivo coletar germoplasma vegetal nativo do Tocantins (semente e mudas), cujo propósito principal será a Preservação da biodiversidade, Paisagismo urbano e Recuperação de áreas degradadas com espécies nativas,e assim também demonstrar a sociedade tocantinense quão rica é a “nossa flora” e também instalar, avaliar e monitorar Módulos Demonstrativos de Restauração(MDR). Neste projeto é utilizada a área do Centro Agrotecnológico de Palmas (Agrotins) para reprodução do material.

A missão passou por alguns municípios tocantinenses para a coleta de material propagativo entre os Meses de Setembro a Novembro e assimcompor a coleção de representantes da flora do Estado e assim ser utilizadaspara fins do

programa. Os municípios visitados/coletados foram: Barrolândia, Lajeado, Miracema, Miranorte, Palmas, Pindorama, o, Ponte Alta do Tocantins.

Em 2022 a meta é realizar o plantio de 20 mil árvores em distintas regiõesdo Tocantins, incluindo os parques estaduais Cantão e Lajeado, área quilombolaBarra da Aroeira e região do córrego Taquaruçu Grande, localizada no municípiode Palmas e inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Serra de Lajeado. O projeto é uma parceria firmada pelo Governo do Estado, por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) e da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

2.2 ICMS Ecológico

Recursos aplicados em Conservação do Solo municípios que desenvolvem ações em relação ao meio ambiente através do repasse de recursosdo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, para os municípios. Foram analisadas **processo dos 139 municípios** no SISECO, novo sistema de gestão do ICMS Ecológico, no entanto, houve 32 impugnaçõesrespondidas.

2.3 – Ações na atividade de Piscicultura:

No ano de 2021 houve desenvolvimento de diversos projetos e capacitações nessa cadeia produtiva, orientando produtores e capacitando técnicos para o bom desenvolvimento da atividade estabelecimento de parcerias com prefeituras.

Foram realizados:

04 capacitações **com** 118 participantes
13 palestras com **327 participantes**
01 mutirão de levantamento técnico em **17 propriedades**
03 Encontros com associações e colônias **com** 24 participantes

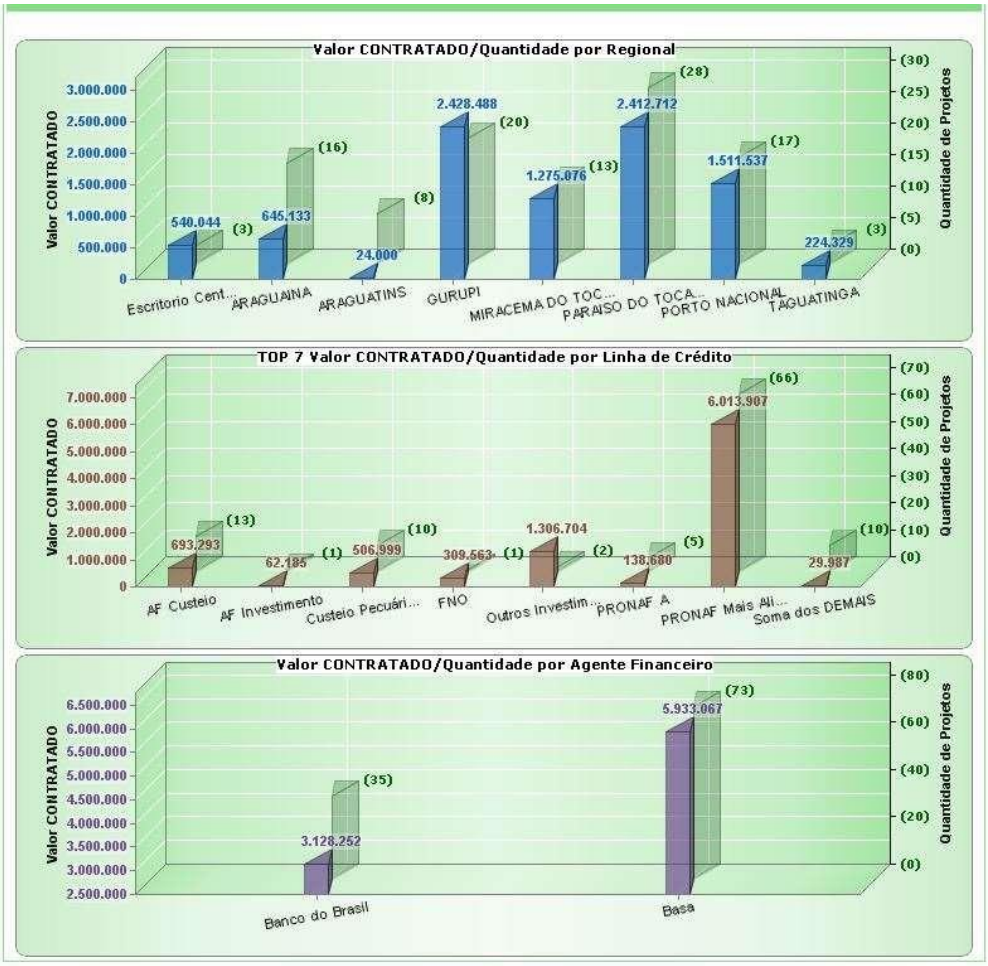
Neste sentido esse seguimento produtivo teve robusto investimento no acompanhamento da ATER de forma coletiva e atendimento individual no Estado.

3- CRÉDITO RURAL
3.1 - Contratos e Convênios:

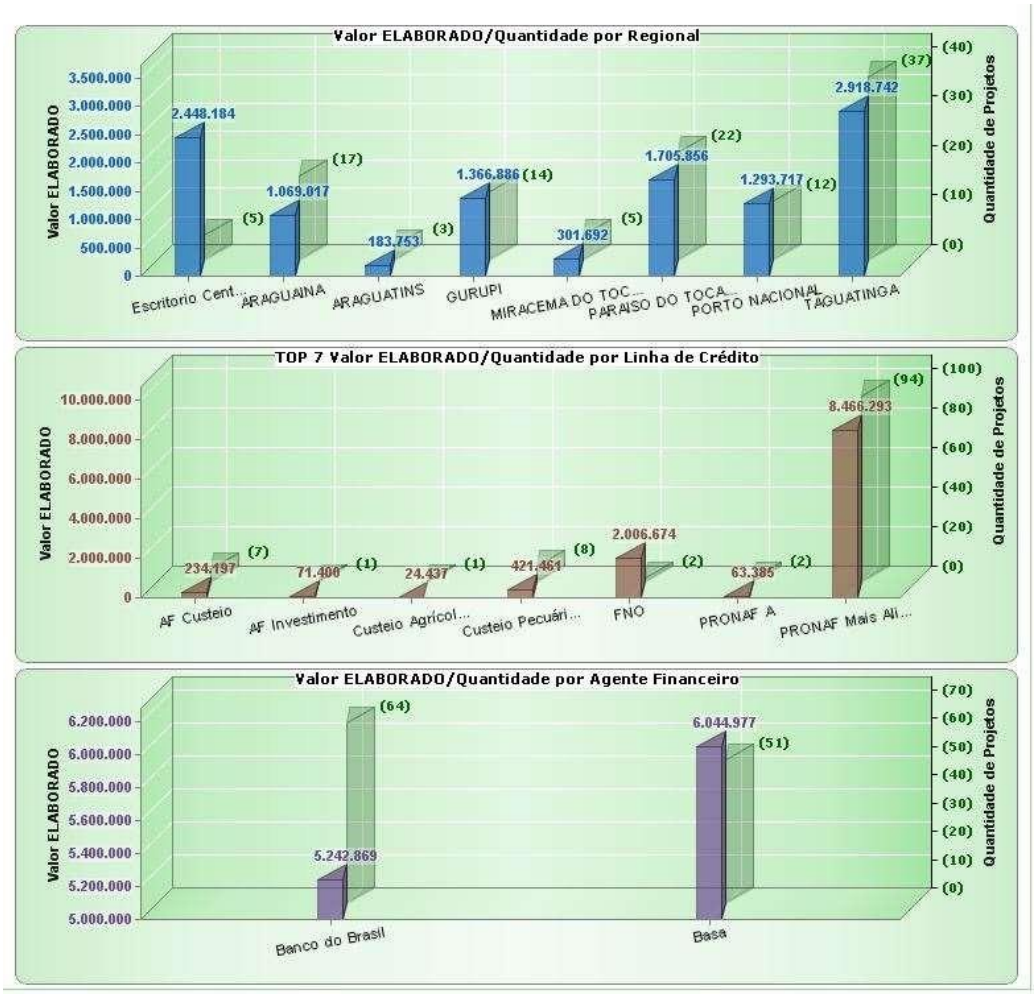
Em 2021 foi formalizado e assinado aditivo de convênios junto ao Banco da Amazônia.

3.2 - Execução do crédito no Estado

A contratação do crédito rural junto às instituições financeiras oficiais de crédito rural tem passado por profundas mudanças o que faz necessariamente passarmos por transição e adaptação o que muitas vezes torna o processo moroso e com algumas dificuldades de acesso. Mesmo com tantos desafios o crédito rural até o momento contratado, de acordo com o relatório do RURATERde 28/12/2021, ressaltou os seguintes dados:



Gráficos 1,2,3 - Valor Contratado por Regional e por linha de crédito



Gráficos 4,5,6 - Valor em analise por regional por Linha de Crédito

Os gráficos 1, 2 e 3 acima demonstram o valor pela data de contratação entre 01 de Janeiro de 2021 e 28 de Dezembro de 2021, data da retirada do relatório. foram contratados a quantidade de **108 projetos** que somaram uma taxa de ATER no valor de **R$ 159.149,48** do montante contratado de **R$9.061.319,00.**

Nos gráficos 3, 4 e 5 acimas, identifica-se o valor ELABORADO, ou seja, nesta soma entram os projetos em elaboração, contratado, desistidos, com pendências e demais status do sistema e que somam um total de **115 projetos**com possibilidade de taxas de ATER em **R$ 220.275,71** totalizando o valor ELABORADO de **R$ 11.287.847,00**.

3.3 - Mutirões do agrocrédito

A ação do Mutirão do Agrocrédito tem como premissa fomentar o acessoa crédito pelos produtores rurais tocantinenses, reciclar/treinar técnicos para elaboração de projetos de crédito rural, visitas as propriedades rurais para levantamento patrimonial com fins creditícios, de dados para alimentação do programa TERRAS.AGR. e GeoMap Rural. As atividades atendem ao planejamento de execução com foco na otimização de recursos (humanos, escritório e veículos), para melhor desenvolvimento dos eventos hora realizados.Esta ação visa prestar atendimento otimizado aos produtores rurais nas linhas do PRONAF e FNO, PRONAMP, através de parceria com o Banco daAmazônia E Banco Do Brasil utilizando o Programa TERRAS.AGRI e Geo MapRural e Coban, respectivamente, facilitando a análise e contratação dos projetoselaborados em menor tempo possível, desde que haja capacidade depagamento e que os produtores estejam em conformidade com as documentações exigidas em cada uma das linhas de crédito a serem trabalhadas.

Em 2021 houve 02 edições do Mutirão beneficiando 04 municípios (Peixe, Santa Rita, Recursolândia e Centenário) e treinando 6 técnicos para atuação nas áreas de bovinocultura de corte e leite, agricultura, fruticultura e piscicultura.

3.4 – Capacitação técnica:

Entra os Meses de Abril e Maio foi planejado e executado capacitação/treinamento ao portal de crédito do Banco do Brasil, novo sistema de envio de projetos no formato digital que tem por objetivo analisar de forma célere as propostas e contração das linhas ofertadas pelo agente financeiro. A capacitação ocorreu nas 07 regionais com **70 técnicos treinados.**

3.5 - Crédito fundiário:

O crédito fundiário está sendo desenvolvido pelo governo através do programa Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que oferece condições para que os agricultores sem acesso à terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural por meio de um financiamento. Além da terra, os recursos financiados podem ser utilizados na estruturação da propriedade e

do projeto produtivo, na contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (RURALTINS) para que o agricultor desenvolva as suas atividades de forma independente e autônoma.

Durante os meses de novembro e dezembro, foram vistoriadas a 04 associações do crédito fundiário, com objetivo de fiscalizar e acompanhar a prestação de contas das entidades envolvidas, com levantamento de vários subprojetos de investimento comunitário, e assim apresentar a unidade técnica estadual setro responsável pela gestão do PNCF no Estado.

3.6 - Daps físicas emitidas:

O total de DAP´s físicas emitidas pelo RURALTINS até no ano de 2021 foram **3.983 DAPs** nos 139 municípios do Estado e **12 DAP's jurídicas** para associações de agricultores familiares, totalizando atendimento em todos os municípios tocantinenses, confirmando assim a importância e presença das ações de execução de políticas públicas junto à sociedade.

Há registrados no Sistema de Emissão de DAPs, 296 registros de técnicos e o recadastramento de mais de 55 técnicos realizados a partir de Abril de 2021, onde se atualizaram informações básicas e pessoais de cadastros dosmesmos.

3.7 - Desbloqueios de CPFs para emissão Dap

Neste tema, a gerência de crédito rural executou um trabalho de padronização documental e procedimentos para garantir ao produtor rural bloqueado o acesso ao documento que lhe é de direito. A Corregedoria Geral daUnião, através de cruzamento de informações, identificou indícios de fraudes e erros no processamento de DAPs. Estes erros geraram através da ação do Tribunal de Contas da União TC n. 012.700/2017-7 Fiscalização n. 151/2017 a identificação de quase 10% de DAP emitidas no Estado do Tocantins com indícios de irregularidades.

Para a regularização dos CPF os procedimentos elaborados da Gerência deCrédito seguem este rito para melhor otimização das análises e encaminhamentos:

- Identificação do Beneficiário Bloqueado (executado na ULES);

- Montagem de processo contendo os documentos necessários conformeinstrução (executado na ULES)
- Admissão dos documentos na gerência;
- Análise de documentação comprobatória e montagem de pendênciapara retorno às ULES;
- Padronização do processo unificando os dados de várias ULES, anexando os documentos individuais que comprovem o procedimento de desbloqueio (prova documentacional);
- Montagem da minuta de ofício para o MAPA / SEAD;
- Colhida das Assinaturas dos representantes do RURALTINS(presidência);
- Retorno do Ofício via SGD e envio do mesmo via e-mail da gerência aoMAPA/SEAD para análise e desbloqueio;

Foram realizados **84 nomes conferidos** e analisados e encaminhados paradesbloqueio.

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO

Diante de um cenário pandêmico do Coronavírus – COVID-19, no qual houve a necessidade de adoção de medidas de contenção do vírus, ocasionando quedas significativas nos investimentos públicos acarretados pela retração econômica nacional, os esforços do Governo do Estado do Tocantins, garantiu a disponibilização de recursos públicos com vista a promover a manutenção e implemento das infraestruturas públicas, o desenvolvimento regional, urbano e habitação, bem como ainda das infraestruturas hídricas para irrigação e usos múltiplos, através de ações desenvolvidas pela Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação.

Nesse período, o Estado adotou fortemente uma política de atração de novos investimentos públicos privados, nacionais e internacionais, na busca de alavancar a economia, e, por conseguinte, a melhoria dos índices de bem-estar dos tocantinenses, o que depende, sobretudo, da capacidade do Estado sanear suas finanças, reestruturar-se e modernizar-se institucionalmente para melhor prestar os serviços públicos essenciais, saúde, educação, segurança, etc. Ao longo da história, nenhuma sociedade alcançou justiça social sem desenvolvimento econômico sustentável. Posto, isto relatamos abaixo.

Obras de Infraestrutura Pública:

A SEINF, por meio da Superintendência de Obras Públicas, fiscalizou em 2021, a construção de 4 obras de edificações. Dentre elas, vale destacar a construção do Prédio da Naturatins, em Palmas, a conclusão da Escola de Gestão Fazendária Antônio Propécio, em Palmas, a conclusão do Laboratório de Referência Animal – LARA, em Araguaína e a construção do Hospital Geral de Gurupi.

Sede do NATURATINS em Palmas.

Hospital Geral de Gurupi.

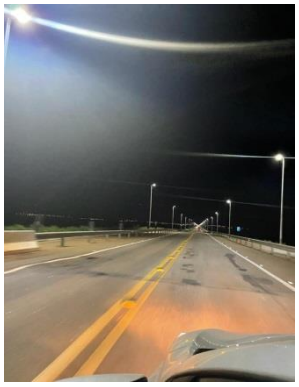
Foram fiscalizadas em 2021, a conclusão de 07 obras de reformas e ampliação, a saber: reforma e ampliação do Colégio Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira, no município de Paraíso do Tocantins; reforma da Cia Independente de Operações Especiais - CIOE, em Palmas – TO, reforma e ampliação do Colégio Estadual Anaides Brito Miranda, no município de Guaraí, reforma e ampliação (lote 01) do Colégio Estadual Lacerdino de Oliveira Campos, no município de Colinas do Tocantins, reformas, adequações, especificações técnicas ambientais e sociais (ETAS) da residência rodoviária de Porto Nacional, reforma e ampliação do Colégio Estadual Conceição Brito, no município de Fátima e reforma e ampliação do Colégio Estadual Lacerdino de Oliveira Campos, no município de Colinas do Tocantins.

Reforma e ampliação da Escola Estadual Juscelino Kubitscheck de Oliveira em Paraíso do Tocantins.

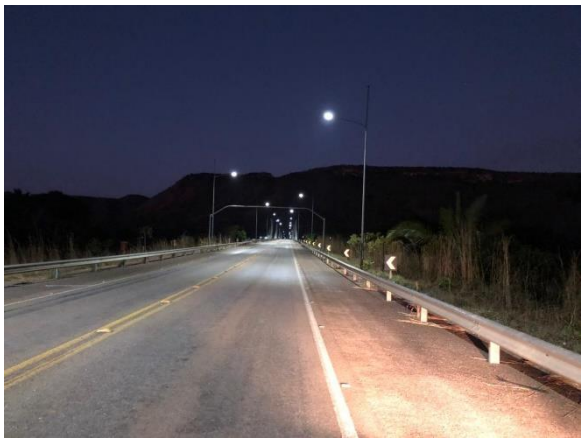
Reforma e ampliação do Colégio Estadual Lacerdino de Oliveira Campos, em Colinas do Tocantins.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento regional com energia eficiente, segura e renovável, a SEINF realizou no período a execução da instalação de novas luminárias de LED e a realização dos serviços de manutenção no sistema de iluminação das pontes sobre o Rio Tocantins - Ponte Fernando Henrique Cardoso em Palmas e Ponte dos Imigrantes Nordestinos em Lajeado/Miracema.

Foram entregues no período os projetos de iluminação rural que irão beneficiar mais de 400 famílias em diversos assentamentos do Estado, proporcionando o desenvolvimento regional para esses munícipes. Foram instalados ainda, geradores de energia elétrica no Parque Estadual do Cantão e no Palácio Araguaia.



Iluminação de LED da Ponte da Amizade e Integração – FHC, em Palmas



Iluminação de LED da Ponte dos Imigrantes Nordetisno – Pe. Cícero em Lajeado/Miracema.

Desenvolvimento regional, urbano e habitação:

Em 2021, foram entregues cerca de 62 unidades habitacionais de interesse social(his) pelo Governo do Estado, por meio da Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano da SEINF, na qual 36 habitações de interesse social foram entregues no município de Palmas aos moradores da Quadra T-23 no setor Taquari, 06 his foram entregues aos moradores do município de Axixá, 09 his aos moradores de Carrasco Bonito e 11 his aos beneficiários de Praia Norte, na qual estes três últimos municípios fazem parte da conclusão de his do projeto Quebradeiras de Coco.

Habitação de Interesse Social Jardim Taquari Quadra T-23 em Palmas

Habitação de Interesse Social Quebradeiras de Coco - Reformada

A Superintendência executou ainda o atendimento à mais de 2.284 famílias com o trabalho social, com atividades que vão desde o cadastramento em projetos habitacionais à realização de plantões sociais e visitas técnicas domiciliares. Foi realizado ainda o projeto de trabalho social – PTS em empreendimentos sociais no município de Darcinópolis e no município de Palmas na Quadra ALC-NO 33 – Residencial Maria Olívia, com cursos de capacitação e geração de renda para os beneficiários desses empreendimentos.

4. Projeto de Trabalho Social – Curso de corte/costura – Darcinópolis.

Projeto de Trabalho Social – Curso de maquiagem – Darcinópolis.

Projeto de Trabalho Social – Curso de fabricação de pães – Darcinópolis.

Projeto de Trabalho Social – Curso de manutenção de ar condicionado – Palmas.

Projeto de Trabalho Social – Curso de salgadeira – Palmas.

Projeto de Trabalho Social – Curso de depilação - Palmas.

Projeto de Trabalho Social – Curso de computação - Palmas.

Além disso, visando a promoção do desenvolvimento urbano, durante o ano de 2021 foram celebrados mais de 58 convênios para repasses de recursos destinados à execução de obras municipais, beneficiando 53 cidades, com investimentos na ordem de mais de R$ 17.000.000,00 (dezessete milhões), recursos estes oriundos de emendas dos parlamentares bem como ainda da contrapartida do Estado ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos.

Obras de infraestrutura hídrica para irrigação e usos múltiplos:

No exercício, por meio da Superintendência de Irrigação e Drenagem, foi liberada a exploração da barragem do rio Manuel Alves para a produção de energia, com geração de 8 MW.

Visando otimizar a produção agrícola do Projeto Manuel Alves, foram desenvolvidos os Termos de Referências para contratação da instalação de uma balança rodoviária, com o objetivo de controle das saídas da produção, da instalação de uma usina fotovoltaica com capacidade de produção de 1,2 MW de energia elétrica, da revitalização/manutenção de todo o sistema de bombeamento, da aquisição de veículos para o Distrito de Irrigação, bem como, da aquisição de equipamentos de medição e controle.

Para o Projeto São João, foram adquiridos veículos de suporte técnico e manutenção, iniciada a construção de cerca no perímetro do Projeto, da pórtico de entrada e reforma do centro administrativo e oficina, bem como, iniciada a instalação de uma usina fotovoltaica com capacidade de produção de 3,2 MW de energia elétrica.

Para o Projeto Rio Formoso, foram iniciadas as elaborações dos Termos de Referência para contratação de obras civis de revitalização da Taboca 1 e parte da Taboca 3, com o objetivo de recuperar as barragens e garantir a produção agrícola e a segurança.

No município de Lagoa da Confusão, foram iniciados os procedimentos licitatórios para contratação das obras e dos serviços de Recuperação das Barragens Auto-Vertentes do Rio Urubu - eixos Tartarugas e Pontes, visando elevar o nível de produção, pois atualmente o município ocupa a 59ª posição entre os mais ricos do País, de acordo com a Nota nº 01-2022/CGPLAC/DAEP/SPA/MAPA.

Cabe salientar que estas obras contam com investimentos do Governo do Estado como contrapartida, além de recursos oriundos de convênios federais e financiamentos internos e externos com vista a desenvolver a agricultura tocantinense.

Obras do Projeto de Irrigação São João em Porto Nacional.

Pequena Central Hidroelétrica do Projeto de Irrigação Manoel Alves

Vista aérea da barragem do projeto Manoel Alves.

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS – AGETO

O ano de 2021 apresentou um conturbado panorama político e econômico nacional, com a continuidade da crise pandêmica do Coronavírus (COVID-19). Apesar disso e mesmo diante de um cenário de recessão e crises, o setor de transporte e logística do Estado do Tocantins dirigiu-se para a expansão de ações que permitiram ampliar os investimentos públicos nesta área e promover o desenvolvimento regional.

Como dito, em detrimento a crise, o Governo do Estado estabeleceu uma corrente de cooperação com os municípios tocantinenses para ampliação de investimentos públicos em ação de Governo voltadas, principalmente para a mobilidade urbana e ao desenvolvimento da rede de estradas municipais. O cenário nacional adverso impõe um grande desafio ao Governo do Tocantins que é continuação das políticas sociais e de estímulo aos investimentos neste cenário de expansiva queda nas transferências federais. A solução para este desafio foi a busca de parcerias privadas e financiamentos e investimentos capazes alavancar o setor de transporte e logística do Estado. Posto isto, relatamos abaixo as ações desenvolvidas em 2021.

Obras de Pavimentação Rodoviária

Por meio da AGETO, no exercício findado, executou-se serviços de obras rodoviárias de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica, obras de arte corrente e programas ambientais em 12 km da rodovia TO - 247, trecho Lagoa do Tocantins à São Félix e ao Jalapão, em uma extensão de 50 km; em 3,07 km de implantação da Rodovia TO-365, trecho entre o Entroncamento da BR-153 ao km 50 (Gurupi), com extensão de 50,25 km e em 2,18 na Rodovia TO-255 Trecho: Lagoa da Confusão / Barreira da Cruz, numa extensão de 47,29 km.

Pavimentação da TO-247 – Lagoa do Tocantins

Obras de Artes Especiais e Correntes

Deu-se em 2021 a continuidade das obras de execução de construção da ponte sobre o Rio Tocantins, na Rodovia TO-070, ligando Porto Nacional à Fátima, com o percentual de 32,11% dos serviços executados, em uma extensão de aproximadamente 1.488,00 m.

Obras de construção da Ponte entre Porto Nacional/Fátima.

Foi realizado também, as obras de correção em um pequeno desmoronamento no aterro da ponte da Amizade e da Integração, na TO-080, entre Palmas e o Distrito Luzimangues visando garantir maior segurança aos usuários.

Correção e aterro executados com pedras de sustentação na ponte FHC em Palmas.

Destacamos também as obras de conclusão de 09 dos 20 pontos críticos a serem eliminados com a construção de estrutura hidrológica (pontes) nas rodovias TO´s não pavimentadas, nas quais as obras foram divididas em 7 lotes de trechos e os 11 demais pontos críticos estão em avançado estágio de execução, faltando apenas algumas correções para efetiva conclusão. Isso é resultado da parceria do Governo do Tocantins com o Banco Mundial por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável – PDRIS, no qual destacamos a finalização dos seguintes trechos: Entroncamento TO-050(Arraias)/Entroncamento BR-242 (Paranã); Entroncamento TO-040 (Dianópolis/Taipas) e Entroncamento TO-050 (Conceição/Paranã).

Obra –TO-226 – Nova Olinda/Palmeirante.

Obras de Conservação e Manutenção de Rodovias

Umas das ações desenvolvidas pela AGETO, com execução de serviços de rotina de tapa buraco, roçagem, restauração da sinalização horizontal e vertical, manutenção do sistema de drenagem e em alguns trechos, restauração do pavimento por meio de contrato tipo CREMA, frutos da parceria entre Governo do Estado do Tocantins e Banco Mundial por meio do Programa de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável – PDRIS, realizou em 2021 a manutenção rotineira em aproximadamente 1.556 Km de melhorias nos seguintes trechos: Lote 07:1 TO-040 Dianópolis/Novo Jardim, 2 TO-040 Novo Jardim/Divisa TO-BA, 3 TO-110 Divisa TO-BA (garganta)/Entr. TO-040 (Dianópolis), 4 TO-110 Entr. TO-040/Ponte Alta do Jesus, 5 TO-110 Ponte Alta do Jesus/Entr. BR- 242 (Taguatinga), 6 TO-110 Taguatinga/Aurora, 7 TO-110 Aurora/Lavandeira, 8 TO-110 Lavandeira/Combinado, 9 TO-110 Combinado/Novo Alegre, 10 TO-110 Novo Alegre/Divisa TO-GO e11 TO-110 Entr. TO-110/Azuis; Lote 8: 1 TO- 070 Porto Nacional (Pinheirópolis)/Brejinho, 2 TO-255 Monte do Carmo/Porto Nacional e 3 TO- 080 Palmas/Paraíso.

CREMA/PDRIS – Restauração e manutenção TO-070 Brejinho de Nazaré.

Com a finalidade de recuperar, manter e conservar as rodovias e manter a malha viária em bom estado para garantir a segurança e melhorar a trafegabilidade dos veículos, em 2021, o Governo do Estado por meio da AGETO, realizou serviços rotineiros de terraplanagem, cascalhamento, roçagem lateral e manutenções nas saídas de drenagem e de pontes em aproximadamente **5.300,36 km** nas rodovias estaduais não pavimentadas, serviços e obras estes, executados pelas 07 residências rodoviárias da AGETO: RR-01 Porto Nacional 623 km; RR-02 Araguaína 370,80 km; RR-03 Tocantinópolis 372,96 km; RR-04 Guaraí 1.110,20 km; RR-05 Gurupi 744,40 km, RR-06 Dianópolis 1.109,00 km; RR-Paraíso do Tocantins 970,00 km.

Manutenção da TO-030 – Novo Acordo.

Ainda por meio das Residências Rodoviárias da AGETO, em 2021, com a finalidade de garantir a trafegabilidade com segurança aos usuários das rodovias estaduais pavimentadas, foram executados serviços como roçagem, tapa-buracos e manutenções corriqueiras, perfazendo neste exercício um total de **4.955,97 km** de conservação e manutenção nas TO's: RR-01 Porto Nacional 693,60 km; RR-02 Araguaína 974,37 km; RR-03 Tocantinópolis 494,10 km; RR-04 Guaraí 501,50 km; RR-05 Gurupi 798,70 km; RR-06 Dianópolis 488,70 km; RR-07 Paraíso Do Tocantins 1.005,00 km. A meta alcançada ultrapassou o planejado para o ano, tendo em vista a necessidade de intervenção de serviços em rodovias com pontos considerados críticos para o Governo do Tocantins.

Serviços de manutenção e conservação do trecho da rodovia TO-050, entre Porto Nacional e Silvanópolis

Obras de Mobilidade Urbana e Melhoramento de Vicinais

Visando melhorar a qualidade de vida das populações das cidades tocantinense viabilizando a mobilidade urbana, em 2021, a AGETO realizou obras de pavimentação e drenagem, iluminação pública e calçamento nas quadras T-22 e T-23 de um total de a **27.334,99 m²** além das avenidas TNS 02, TNS 04, TNS 08 e TLO 05 num total de **12.142,45 m²** no Jardim Taquari e avenida NS-15 e LO-13 num total de **98.373,38 m²** no município de Palmas.

Realizou-se ainda a conclusão das obras físicas relacionadas a pavimentação asfáltica do tipo TSD, drenagem pluvial, sinalização viária, passeios com acessibilidade, realizadas nos Bairros Jardim América; Jardim Paulista e Vila Milena localizada na Zona Urbana de Paraíso do Tocantins – TO, num total de **21.578,77 m²**. Ao final, foram realizadas intervenções urbanas totalizando **159.429,59m².**

Obras de pavimentação urbana no Jardim Taquari em Palmas.

Obras de pavimentação urbana em Paraíso do Tocantins.

Finalizando a parceria com o Banco Mundial por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável – PDRIS, em 2021, executou-se em aproximadamente 66,14 km de melhorias com a obras de arte correntes (bueiros) e obras de arte especiais (pontes de até 30 metros), além de galerias, redução de rampas excessivas, elevações de greides e gabiões nas estradas vicinais nos municípios da região sudoeste: Aparecida do Rio Negro, Porto Nacional, Monte do Carmo, Palmas, Silvanópolis, Grupo Indígena JK/Fontoura/Santa Isabel (ILHA) e municípios da região noroeste: Aragominas, Araguaina, Araguanã, Carmolândia, Piraquê e Xambioá.

Obras de melhorias em estradas vicinais – PDRIS – Lote 09 – Aparecida.

Ressalta-se também que o Governo do Tocantins liberou as primeiras 53 ordens de repasse de recursos do Programa de Fortalecimento de Investimentos nos Municípios, por meio da Agência Tocantinense de Transportes e Obras (Ageto). Os recursos são procedentes dos instrumentos de convênios para o Fortalecimento dos Investimentos do Governo do Estado nos Municípios. A primeira etapa de liberação de recursos de convênios beneficiou 50 municípios, sendo que três deles receberam duas ordens de repasse referentes a dois convênios cada, perfazendo um total de aproximadamente, R$ 28,7 milhões.

Cabe salientar que em 2021, aproximadamente 15 convênios foram firmados para beneficiar 13 municípios tocantinenses com recursos de emendas parlamentares e obras de pavimentação de vias urbanas e em bloquetes em povoados, recuperação de estradas vicinais, implantação de mata-burros, execução de obras de artes correntes, aquisição de materiais, entre outros.

Obras de Sinalização Rodoviária

Em 2021, visando a melhoria de segurança viária nas rodovias estaduais com instalação de dispositivos de segurança em pontos considerados críticos nas rodovias, foi elaborado o projeto para execução de serviços de sinalização em aproximadamente 1.011,54 km de rodovias.

Realizou-se também levantamentos e estudos técnicos com vistas à instalação de redutores eletrônicos de velocidade em pontos cruciais das rodovias estaduais visando maior segurança e fluidez do trânsito.

Avaliação da implantação da Sinalização Vertical na TO-080.

No exercício, relata-se ainda outras atividades desenvolvidas pela Diretoria de Engenharia de Tráfego e Segurança Rodoviária, no que diz respeito à circunscrição de faixa de domínio, fiscalizou cerca de 1.103 km de rodovias emitindo cerca de 445 autos de notificação, 445 relatórios técnicos além de 30 pareceres técnicos, recolhimento de 28 animais nas rodovias, levantamentos de 21 áreas para desapropriação de áreas em várias regiões do Estado, dentre outras.

Operações de Fiscalização Rodoviária

Em 2021, as unidades móveis de fiscalização com o intuito de coibir veículos com excesso de peso, foram abordados 3.272 veículos e 1.031 lavratura de autos de infração (AITRs). Os 11 postos de pesagem espalhado em rodovias estratégicas do Estado abordou cerca de 93.840 veículos e aplicou 21.498 autos de infração. Foram emitidas em 2021, cerca de 21.543 autorizações especiais de trânsito.

Operações de fiscalização com Unidades Móveis de Apoio à Pesagem em Taquaralto.

A parceria entre AGETO e o Batalhão de Polícia Militar Rodoviário e de Divisas – BPMRED, realizou em 2021 cerca de 144 operações de policiamento ostensivo abrangendo todas as regiões do Estado. As equipes do BPMRED percorreram mais de 521.520 quilômetros nas rodovias estaduais, resultando na abordagem de 44.817 veículos e 12.144 pessoas, procedendo na aplicação de 12.957 autos de infração de trânsito rodoviário, apreensões de pessoas, CNH, veículos roubados, dentre outras.

Operação de Fiscalização na TO 374 sentido Gurupi/Dueré

Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR

A Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos–ATR tem como missão promover a regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos do transporte rodoviário, aquaviário, saneamento básico e energia elétrica.

O ano de 2021, apesar de continuar atípico e de reestruturação da Agência, foi um ano de realizações para a ATR onde foram obtidos resultados satisfatórios mesmo com as restrições ainda ocasionadas pela pandemia do COVID19. Durante o ano, a agência, buscou dar continuidade aos trabalhos realizando ações de fiscalizações tanto no setor de saneamento quanto no de fiscalização do transporte e terminais rodoviários. No âmbito da regulação do Saneamento foram realizadas atividades da Consultoria contratada para a revisão tarifária da Saneatins/ BRK Ambiental, onde o processo de consultoria junto a FUNDACE em 2020 objetiva garantir o cumprimento das metas estabelecidas pelo novo Marco do Saneamento. Termos de compromissos foram firmados para administração de terminais rodoviários nas cidades do Tocantins, assim como fiscalização e orientação aos administradores para que ocorra uma eficiente apresentação de serviços à população.

Regulação de Saneamento

No ano de 2021, a GRS coordenou as atividades da Consultoria contratada para a revisão tarifária da Saneatins/ BRK Ambiental, por meio de reuniões virtuais, presenciais e análise de produtos. No total, foram realizadas 72 reuniões com a Consultoria, com uma estimativa de 104 horas de trabalho entre as equipes técnicas da ATR e da FUNDACE. Quanto à BRK, foram realizadas 10 reuniões para alinhamento de questões sobre a revisão tarifária. Ademais, foram realizadas 4 reuniões com órgãos de governo, como PROCON, Ministério Público (MPE-TO), Procuradoria Geral do Estado (PGE-TO) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)

Reunião entre a ATR e a BRK

Reunião entre a ATR e Órgãos de Governo

Além dessas reuniões técnicas, foi realizada a Consulta Pública nº 01/2021 que colocou sob análise da sociedade em geral a Nota Técnica da FUNDACE apresentando a Metodologia de Revisão Tarifária e o Manual de Controle Patrimonial e Base de Ativos Regulatória. Essa consulta ficou aberta no período de 05 de julho a 17 de setembro de 2021. Aliada a essa consulta, foi realizada Audiência Pública em 18 de agosto de 2021, também para apresentar a Metodologia de Revisão Tarifária à sociedade.

Ainda no ano de 2021, foi aberta outra Consulta Pública, sendo esta a 02/2021, a qual apresenta à sociedade para apresentarem contribuições o Manual de Contabilidade Regulatória. Esta consulta foi aberta no dia 01 de dezembro de 2021 e permanecerá recebendo contribuições até o dia 30 de dezembro de 2021.

- Audiência Pública

Vale mencionar ainda que a ATR participou da pesquisa “Saneamento Básico – Regulação”, promovida pela Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), que consolida os dados sobre as características gerais das agências reguladoras do país, seu perfil financeiro, natureza de seus quadros técnico, gerencial e de dirigentes e aspectos de sua atividade regulatória voltada ao atendimento das exigências legais. Além disso, a agência participou da pesquisa “Governança Regulatória no Setor de Saneamento”, executada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em parceria com o Banco Mundial, cujo o objetivo era elaborar o panorama da governança regulatória no setor de saneamento do Brasil.

Fiscalização do Saneamento

AÇÕES DE FISCALIZAÇÕES

- Inspeções em 45 sistemas municipais de abastecimento de água,
- Inspeções em 10 sistemas municipais de esgotamento sanitário,
- Realização de 120 coletas e análises de amostras de água,
- Realização de 159 aferições de pressão na rede de distribuição.

CUSTOS TOTAIS PREVISTOS: R$ 40.364,00

METAS PREVISTAS EM LEVANTAMENTOS FÍSICOS

- Aquisição de insumos para as análises de água

CUSTOS TOTAIS PREVISTOS: R$ 7.243,89

- **AÇÕES DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS**

1 - Inspeções em 31 sistemas municipais de abastecimento de água (69 %)

2 - Inspeções em 05 sistemas municipais de esgotamento sanitário (50 %)

3 - Realização de 367coletas e análises de amostras de água (205,83%)

4 - Realização de 129 aferições de pressão na rede de distribuição (81%)

CUSTOS TOTAIS REALIZADOS: R$ 38,335,64

(40.364,00) (95,00%)

OBS 01: Metas cumpridas total e parcial. Atribui-se o cumprimento parcial, ao espaço temporal para a substituição de técnicos, com melhores qualificações profissionais, da Gerência de Fiscalização.

1- Aquisição de insumos para as análises de água

COMPRA REALIZADA R$ **7.243,89** X COMPRA PREVISTA R$ **7.243,89 (100%)**

RESULTADOS

Inspeções em 31 sistemas municipais de abastecimento de água:

Os sistemas inspecionados apresentaram, de um modo geral, bom estado de conservação e desempenho, fornecendo às populações dos municípios água com qualidade e desempenho assegurado pela Agência de Fiscalização - ATR.

Pequenas não-conformidades apresentadas foram corrigidas através de 15(quinze)determinações em Termos de Notificações ATR. Outras não-conformidades foram corrigidas através de 07(sete) Autuações ATR.

Inspeções em 05 sistemas municipais de esgotamento sanitário:

Os sistemas municipais de esgotamento sanitário no Estado, em torno de 12(doze) não se encontra universalizado. Nas inspeções, observou-se que de um modo geral, apresentam bom desempenho. Inclusive com boa eficiência no tratamento dos efluentes lançados no meio ambiente.

Pequenas não-conformidades apresentadas foram corrigidas através de 03(três) determinaçõesem Termos de Notificações ATR. Outras não-conformidades foram corrigidas através de 03(três) Autuações ATR.

Realização de 367 coletas e análises de amostras de água:

Um verdadeiro diagnóstico realizado pelos Técnicos da ATR, nos sistemas municipais, assegurando os parâmetros físicos-químicos, determinados pelo Ministério da Saúde, para a portabilidade da água para consumo humano.

Realização de 129 aferições de pressão na rede de distribuição

Os trabalhos técnicos para a realização dessa inspeção, assegura que a Concessionária dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, forneça água satisfazendo as condições de regularidade, generalidade, continuidade, eficiência e segurança. Inclusive com pressões suficientes, para acessar aos reservatórios internos das residências.

Fiscalização de Transporte Público

No período compreendido de janeiro a dezembro de 2021, desenvolveu inúmeras ações de fiscalizações e orientações aos usuários e permissionários do transporte público intermunicipal, administradores de Terminais Rodoviários, donos de guichês e funcionários com o objetivo de garantir o cumprimento da Resolução ATR 05/2016, que dispõe sobre a Regulação, Controle e Fiscalização do Sistema de

Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Tocantins, do Decreto Estadual nº 6.072, de 21/03/2020, que dispõe das medidas gerais de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional - COVID-19, no âmbito do Estado do Tocantins, da Resolução ATR Nº 01 de 24/03/2020, que impôs a implementação de medidas de prevenção, controle de riscos, danos e agravos à saúde pública no âmbito do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros e Terminais Rodoviários do Estado do Tocantins, divulgação do Direito do Idoso à passagem gratuita conforme (Lei Federal n° 10.741, de 01 de outubro de 2003 e a Lei Estadual n° 2.001, de 17 de dezembro de 2012), combate ao transporte rodoviário intermunicipal irregular de passageiros. Com foco na segurança, no combate a disseminação do covid-19, no respeito aos usuários do transporte público de passageiros e no cumprimento da legislação vigente.

Cabe à Gerência de Fiscalização de Transportes Públicos e Terminais Rodoviários – GFTPTR exercer em caráter permanente a fiscalização dos serviços de transportes públicos em suas diversas modalidades. E para que a GFTPTR desenvolva uma fiscalização efetiva e eficiente, é preciso dispor de recursos humanos e materiais (pessoal, financeiro e veículos) para as ações volantes, ações de fiscalização diária dentro dos terminais rodoviários, atendimento as demandas registradas via ouvidoria e protocolo, além de outros canais disponíveis, para reclamações e sugestões.

Para entender as áreas de competência e quais procedimentos práticos são inerentes, em ações conjuntas ATR/ANTAQ, no compartilhamento dessas informações, e por oportuno participou da fiscalização dos serviços de travessia entre Xambioá/São Geraldo do Pará, previstas nos dias 08 e 09 do mês de fevereiro, com a finalidade de aprimorar conhecimentos na área do transporte aquaviário;

Realizou ações de fiscalização de transporte intermunicipal de passageiro, principalmente aquelas oriundas de denúncias ou reclamações protocoladas neste Órgão, quanto as atividades irregulares de transporte de pessoas.

No mês de junho realizamos ações de fiscalização de transporte intermunicipal de passageiros, principalmente aquelas oriundas de denúncias ou reclamações protocoladas neste Órgão, quanto as atividades irregulares de transporte de pessoas na região de Araguaína e do Bico do Papagaio. Intensificamos ações conjuntas ATR/ANTT, na fiscalização de veículos oriundos de outros Estados, como Pará e Maranhão, que praticam transportes e comercialização de passagens de forma irregular, com demandas já identificadas.

Acompanhamos a equipe de regulação de transportes, em tratativas em alguns municípios do norte, tendo como objetivo discutir a administração dos terminais rodoviários daquela região.

No mês de agosto foram adquiridos e entregue 04 veículos novos, que foram distribuídos para as unidades de Palmas, Araguaína, Araguatins e Gurupi.

Foram adquiridos 09 aparelhos celulares com linha(chip) para as unidades de fiscalização.

No mês de setembro ocorreu o primeiro workshop sobre fiscalização dos serviços de transporte público intermunicipal de passageiros e terminais rodoviários no Estado do Tocantins.

Diante das demandas e necessidades observadas, bem como o clamor dos fiscais e outros colaboradores que atuam no campo de fiscalização do transporte coletivo intermunicipal, foi idealizado, planejado e executado um Workshop, com a finalidade de capacitar e compartilhar as experiências de agências com maior expertise no campo da fiscalização.

Em outubro reunimos com os Administradores dos Terminais Rodoviários para tratar da apresentação e discussão do Manual Técnico de Prestação de Contas.

No mês de dezembro ocorreram as ações de fiscalização diária nos terminais rodoviários nas cidades de Palmas, Porto Nacional, Paraíso, Gurupi, Guaraí, Araguaína, Dianópolis, Colinas e Araguatins.

UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO	MÊS DE REFERÊNCIA
Araguatins, Palmas, Guaraí, Dianópolis, Porto Nacional, Paraíso, Araguaína, Gurupi e Colinas	Dezembro/2021

RESUMO DAS ATIVIDADES FISCALIZAÇÃO	
ATIVIDADE FISCALIZAÇÃO	**QUANTIDADE**
VEÍCULOS FISCALIZADOS NO TERMINAL RODOVIÁRIO	2.055
VEÍCULOS FISCALIZADOS EM FISCALIZAÇÃO VOLANTE (FORA DO TERMINAL)	26
VEÍCULOS FISCALIZADOS EM FISCALIZAÇÃO VOLANTE (VIAGEM)	29
FISCALIZAÇÃO VOLANTE (FORA DO TERMINAL RODOVIÁRIO)	43
FISCALIZAÇÃO VOLANTE (VIAGEM)	21
AUTO DE INFRAÇÃO EMITIDOS	11
CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO	1.059
VERIFICAÇÃO DE ITENS DE SEGURANÇA	847
APREENSÃO DO VEÍCULO	-
RETENÇÃO DE VEÍCULO	-
DENÚNCIAS	19
OUVIDORIA	4
QUANTIDADES DE PASSAGEIROS	24.600
ATENDIMENTO AO USUÁRIO	278
ATENDIMENTO AO PERMISSIONÁRIO/EMPRESA	64
ATENDIMENTO AO IDOSO	68

Ações da Arrecadação:

Durante o ano de 2021, foram emitidas 139 Certidões Negativas e 04 Certidões Positivas, 1.620 Tafitrans referente ao Transporte Alternativo e 804 Tafitrans referente ao Transporte Convencional, lembrando que não entra nesta soma as atualizações.

Quanto a emissão de multas, foram feitos, entre convencional e alternativos, 700 boletos de 2ª instância, e 35 boletos de auto de infração de clandestinos, lembrando que não entra nesta soma atualização de boletos.

Certidões Negativas e 04 Certidões Positivas, 1.620 Tafitrans referente ao Transporte Alternativo e 804 Tafitrans referente ao Transporte Convencional, lembrando que não entra nesta soma as atualizações.

Ações de Operacionalização:

Durante o ano de 2021, foram emitidos de janeiro a dezembro de 2021:

DESPACHOS DIVERSOS (RESPOSTAS A ANÁLISE DE REQUERIMENTOS)	78
CRC	25
ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	23
CRC – VEÍCULOS	103
ATUALIZAÇÃO DE VEÍCULOS	74

Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins – AEM TO

AÇÕES REALIZADAS

41.267 ações que foram executadas de janeiro a dezembro de 2021.

ÁREA DE QUALIDADE

Foram realizadas 7.227 ações, dentre elas a verificação dos produtos com Selo Inmetro, as coletas têxteis, as visitas às oficinas reparadoras de pneus, às oficinas de manutenção de extintores.

ÁREA DE INSTRUMENTOS

Foram realizadas 22.834 ações, dentre elas a Verificação de Radar, Taxímetro, Cronotacógrafo, Balanças, Bombas de Medidores de Combustível e de Cronotacógrafos.

ÁREA DE PRÉ-MEDIDOS

Foram realizadas 11.206 ações, dentre elas a pesagem e conferência de produtos dos gêneros alimentícios e de higiene pré-embalados, além de operações especiais.

INMETRO PRESENTE NA VIDA DA SOCIEDADE

Um pão na padaria, o abastecimento de um veículo, o consumo energético de um produto eletrodoméstico, o peso da mercadoria dentro da embalagem, os dados informados na etiqueta são alguns dos exemplos de atuação do Inmetro no que se refere à garantia da relação empresa-consumidor.

É da competência metrológica assegurar à sociedade que tudo o que está sendo anunciado nas propagandas e nas embalagens dos produtos pode ser visto como verdade, desde que tenha o Selo de Identificação.

PRODUTIVIDADE – ATIVIDADES REALIZADAS

Neste relatório estão condensadas as informações sobre as principais atividades desenvolvidas no período de Janeiro a Dezembro, do corrente ano, executadas pela Agência de Metrologia. As atividades realizadas estão separadas pelas três áreas que a AEM atua.

Setor de Instrumentos

Especificações	Quantidade
Massas (Pesos)	39
Balanças classes de exatidão I e II (saúde)	49
Balanças classes de exatidão III e IIII (comercial)	3.899
Balanças classes de exatidão III e IIII (média capacidade)	42
Balanças classes de exatidão III e IIII (rodoviária)	195
Dispositivos adicionais	1.920
Instrumentos de medição de comprimento	1.260
Cronotacógrafo	4.091
Medidas materializadas de volume	368
Bombas medidoras para combustíveis	3.189
Esfigmomanômetros	22
Medidores de energia elétrica	1.350
Taxímetros	147
Radares/Barreias eletrônicas	230
Oficinas de reparo e manutenção	6.033
Total das atividades	**22.834**

Setor da Qualidade

Especificações	Quantidade
Número de fiscalizações	6.805
Número de visitas	319
Operações especiais	61
Número de coletas têxteis para análise laboratorial	26
Serviços de Inspeção	05
Fiscalização Técnica	11
Total das atividades	**7.227**

Setor de Pré-Medidos

Especificações	Quantidade
Número de avaliações preliminares	10.530
Número de exames formais	35

Número de exames finais	465
Número de exames finais (GLP)	17
Número de visitas	159
Total das atividades	**11.206**

Total Geral das Atividades Realizadas	**41.267**

Fonte: Item 13.1.8 do SGI / PL5075 - 13.3.2.2 Planejamento Técnico (PLANEJ_REL_BOS)

PRODUTIVIDADE NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO

1. FISCALIZAÇÃO DE QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR
Nº ações de fiscalização **TOTAL**	**941**	**1.059**	**523**
Nº de visitas	11	27	-
Nº ações em operações especiais	-	-	-
Nº de coletas de produtos têxteis para análise laboratorial	-	1	-
Serviços	-	-	-
Fiscalização Técnica	-	-	-
TOTAL	**352**	**520**	**-**

TOTAL GERAL QUALIDADE	**7.227**

2. FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA (ÁREA INSTRUMENTOS)

VERIFICAÇÕES POR GRUPO DE SERVIÇO	JAN	FEV	MAR	TOTAL
Balanças	9	198	-	**207**
Bombas Medidoras	-	119	-	**119**
Medidas Materializadas de volume	14	11	-	**25**
Cronotacógrafos	404	141	209	**754**
Medidor de Energia	97	56	37	**190**
Radares	-	32	-	**32**
Outros Instrumentos de medir	500	486	490	**1.476**

TOTAL	**2.803**

VERIFICAÇÕES POR GRUPO DE SERVIÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Balanças	-	190	649	**839**
Bombas Medidoras	-	178	402	**580**
Medidas Materializadas de volume	-	23	43	**66**
Cronotacógrafos	396	402	352	**1.150**
Medidor de Energia	37	50	84	**171**
Radares	-	-	65	**65**
Outros Instrumentos de medir	492	604	514	**1.610**

TOTAL	**4.481**

VERIFICAÇÕES POR GRUPO DE SERVIÇO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
Balanças	623	492	537	**1.652**
Bombas Medidoras	463	255	310	**1.028**
Medidas Materializadas de volume	45	31	36	**112**
Cronotacógrafos	284	556	359	**1.199**
Medidor de Energia	290	-	-	**290**
Radares	-	-	7	**7**
Outros Instrumentos de medir	1.043	821	788	**2.652**

TOTAL	6.940

VERIFICAÇÕES POR GRUPO DE SERVIÇO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Balanças	607	557	323	**1.487**
Bombas Medidoras	572	422	468	**1.462**
Medidas Materializadas de volume	51	47	67	**165**
Cronotacógrafos	206	349	433	**988**
Medidor de Energia	391	-	306	**697**
Radares	4	57	65	**126**
Outros Instrumentos de medir	1.162	1.525	293	**2.980**

TOTAL	7.905

TOTAL GERAL INSTRUMENTOS	22.129

Também nos meses de janeiro a dezembro de 2021, foram executadas 536 ações de fiscalização de orientação, conforme quadro abaixo:

AÇÃO METROLÓGICA	JAN A DEZ	TOTAL
Fiscalização de Orientação		**536**

3. FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS PRÉ-MEDIDOS

PRODUTOS	JAN	FEV	MAR
Nº avaliações preliminares	144	485	-
Nº de exames formais	1	2	1
Nº de exames finais	-	38	24
Nº de exames finais (GLP)	-	-	-
Nº de visitas	9	10	1
TOTAL	**154**	**535**	**26**

PRODUTOS	ABRIL	MAIO	JUNHO
Nº avaliações preliminares	-	1.100	1.327
Nº de exames formais	-	1	2
Nº de exames finais	-	22	79
Nº de exames finais (GLP)	-	-	6
Nº de visitas	-	10	29
TOTAL	**-**	**1.133**	**1.443**

PRODUTOS	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
Nº avaliações preliminares	1.282	1.225	1.321
Nº de exames formais	6	2	14
Nº de exames finais	27	57	40
Nº de exames finais (GLP)	-	3	3
Nº de visitas	10	22	17
TOTAL	**1.325**	**1.309**	**1.395**

PRODUTOS	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Nº avaliações preliminares	1.279	1.313	1.054
Nº de exames formais	4	4	1
Nº de exames finais	47	34	61
Nº de exames finais (GLP)	3	2	1
Nº de visitas	22	17	13
TOTAL	**1.355**	**1.370**	**1.130**

TOTAL GERAL PRÉ-MEDIDOS	11.175

A fiscalização do setor de Pré-Medidos recolhe, para análise laboratorial, diversos produtos de gêneros alimentícios, tais como arroz, café, açúcar, macarrão, biscoitos, leite integral, achocolatado, creme dental, óleo de cozinha e etc. Após o final do processo administrativo, esses produtos são destinados à Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social (Setas), para posterior doação às entidades sociais ali cadastradas. Apresentamos abaixo demonstrativo mensal dos produtos repassados à SETAS.

Foram entregues aproximadamente 437 kg dos gêneros alimentícios, 20 litros 925ml e 34.740 unidades de produtos e de higiene pessoal e outros. Todos os produtos doados são próprios para o consumo, contudo sem conformidade para a comercialização por divergirem nos ensaios laboratoriais que aferem o peso, a massa e o volume informado nas embalagens.

As doações da Agência Estadual de Metrologia são procedidas de acordo com a Norma NIE-DIMEL-068, que disciplina o destino final de produtos pré-medidos após exame metrológico.

A AEM só promove as aferições em produtos que estão aptos ao consumo. Desta forma, quando existem divergências nas informações relacionadas às mercadorias que são pré-medidas, é possível fazer a doação, sem oferecer riscos ao consumidor final e, assim, evitar o desperdício de alimentos e produtos de higiene.

A fiscalização dos produtos pré-medidos que são comercializados nos estabelecimentos varejistas, atacadistas, fabricantes e envasadores do Estado e a submissão a ensaios metrológicos para averiguar se as informações dos rótulos condizem com o peso líquido informado são ações rotineiras da Metrologia Estadual, pactuadas junto ao Plano de Trabalho do Inmetro.

Produtos repassados para a Setas

RESUMO E TOTALIZAÇÃO DA RECEITA:

As atividades metrológicas realizadas no mês de **dezembro** de 2021, bem como o acumulado do período demonstrado no quadro Resumo do Cumprimento do Plano de Trabalho, conforme números abaixo:

Mês de Referência			Acumulado		
Planejado	**Realizado**	**(%)**	**Planejado**	**Realizado**	**(%)**
344.670,16	**379.739,49**	**110**	**5.900.105,70**	**3.697.138,92**	**63**

1. Assessoria de Imprensa

Com o objetivo de propagar o trabalho realizado na Agência de Metrologia e de dar visibilidade às ações do Inmetro no Tocantins, a Assessoria de Comunicação vem produzindo releases com conteúdo técnico em linguagem acessível. De janeiro a dezembro de 2020, foram produzidos 61 releases, que geraram matérias entre impresso, online, rádio e TV, que contribuíram para a divulgação dos projetos da AEM, bem como a aproximação com a comunidade em geral.

Isso significa que a pasta produziu pelo menos (e em alguns meses mais) um release por semana, independente da sua especificidade tão técnica.

Todas as matérias estão disponíveis no site da AEM e nas redes socais do órgão

2. Assessoria de Comunicação

Desde 2019, o órgão conta com Redes Sociais Instagram e Facebook da Agência de Metrologia com o intuito de ampliar a visibilidade da pasta, sem custos, e de aproximar a agência dos seus públicos estratégicos. Diariamente são postadas notícias de cunho educativo, dicas para o consumidor, dicas para o empresário, dicas para o fabricante, momentos sociais e de trabalho, visando estreitar o relacionamento com a sociedade. Além disso, a ação também gerou uma efetiva melhoria no ambiente

interno, com a divulgação de fotos e vídeos dos colaboradores em diversos momentos, tanto profissionais, quanto pessoais.

Além disso, os colaboradores enviam sugestões de assuntos a serem compartilhados nas redes, aumentando assim, a participação coletiva.

3. Comunicação Interna

No âmbito da comunicação interna, a Assessoria de Comunicação tem atuado para fortalecer o espírito colaborativo e de equipe, bem como para aumentar a estima do colaborador, que hoje tem como mostrar aos seus pares o que é e como é o trabalho que realiza.

Para isso, são usados os recursos tecnológicos como as Redes Sociais, o grupo do WhatsApp que atua como suporte interativo e, tanto a equipe diretiva, como todo o corpo de funcionários recebe, diariamente, notícias, aniversariantes do dia, datas comemorativas e outras informações importantes relacionadas ao universo da Metrologia Legal.

Além disso, a AEM conta com o Jornal Mural, elaborado com ferramentas específicas de Relações Públicas, visando informar, integrar e entreter. Vale ressaltar que, cada colaborador, recebe em seu aniversário, cartão personalizado, conforme anexo. Todos os cartões são produzidos alusivos à Metrologia e, quando possível, à atuação do colaborador na pasta.

CARTA DE SERVIÇOS

A área de atuação de em uma pasta tão técnica, como a AEM-TO, tem também como objetivo contribuir para o desenvolvimento social, a partir do envolvimento de diversos atores, entre os quais, a própria instituição, os técnicos, coordenadores, e todos que compõem a pasta, que trabalha dia a dia com o propósito de atender a missão do Inmetro: a MEDIDA CERTA para promover confiança à sociedade e competitividade ao setor produtivo.

Para difundir toda essa atuação, a Ouvidoria, em conjunto com a Assessoria de Comunicação disponibiliza a Carta de Serviços da AEM. Em conformidade com a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, regulamentada no Estado do Tocantins pelo Decreto no 5.919, de 25 de março de 2019, o documento tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. Estão disponíveis informações claras e precisas sobre os serviços prestados, apresentando, no mínimo, informações relacionadas a: serviços oferecidos; requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessar os serviços; principais etapas para processamento do serviço; previsão do

prazo máximo para a prestação do serviço; forma de prestação do serviço; locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço.

CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA AEM

As obras de construção da sede própria da AEM/TO, que serão custeadas exclusivamente com recursos federais, foram iniciadas em agosto de 2018, conforme a Ordem de Serviços publicada na edição nº 5.181, do Diário Oficial do Estado, de 21 de agosto de 2018.

O projeto prevê a execução de uma edificação de 1790,15m² de área construída em um terreno de 12.000,00m², com amplas instalações para atender as atividades de metrologia e avaliação de conformidade que são desempenhadas pela Agência.

Para continuação da obra em 2022, a Agência aguarda a autorização por parte do INMETRO do aporte programado para este ano no valor aproximado de R$ 2 milhões de reais.

A Agência de Metrologia vem se consolidando como Instituição primordial na defesa dos interesses dos consumidores e de apoio ao desenvolvimento comercial, industrial e de serviços do Tocantins. Suas ações são voltadas para a melhoria dos serviços e produtos oferecidos à sociedade tocantinense, e seus programas vêm ao encontro do necessário desenvolvimento do Estado. Atuando todo o território do Tocantins baseada na legislação metrológica e, principalmente, na busca pela conscientização das instituições, por meio de trabalhos educativos, da necessidade da certificação dos produtos.

A AEM-TO tornou-se uma importante instituição que agrega valores aos produtos comercializados no Estado e às relações de consumo, valores éticos, morais e de respeito ao cidadão, uma vez que a marca Inmetro propicia uma elevação no nível de segurança e qualidade dos produtos e serviços submetidos à sua análise. Por essa razão, a AEM-TO, como detentora desta valorosa atribuição no território tocantinense, vem conquistando cada vez mais, o respeito e a confiança da sociedade.

Com o objetivo de promover segurança aos consumidores, tem procurado atender prontamente todas as denúncias recebidas, tem aperfeiçoado os seus métodos através de capacitações constantes do seu pessoal, e, acima de tudo, tem procurado estar presente em todas as comunidades do Estado, fiscalizando, orientando e, quando necessário, autuando os infratores, atribuindo-lhes não somente multa pecuniária, mas, sobretudo, despertando um comportamento responsável, justo e mais respeitoso nas relações de consumo entre consumidores e fornecedores.

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO – ATS

A Agência Tocantinense de Municípios terminou 2020 com contratos de concessão ativos em 45 municípios, a saber:

SEQ	NOME	ÁREA (km2)	POPULAÇÃO		
			TOTAL	URBANA	RURAL
01	Aragominas	1.179,77	5.882	2.230	3.652
02	Aurora do Tocantins	753,02	3.446	2.482	964
03	Bandeirantes do Tocantins	1.678,87	3.122	1.685	1.437
04	Barra do Ouro	1.110,24	4.123	2.186	1.937
05	Bernardo Sayão	931,08	4.456	2.187	2.269
06	Brasilândia do Tocantins	643,04	2.064	1.436	628
07	Carmolândia	340,15	2.316	1.824	492
08	Caseara	1.700,11	4.601	2.737	1.864
09	Centenário	1.963,13	2.566	1.504	1.062
10	Conceição do Tocantins	2.512,87	4.182	2.911	1.271
11	Couto Magalhães	1.592,89	5.009	1.884	3.125
12	Crixás do Tocantins	990,81	1.564	872	692
13	Fátima	385,18	3.805	3.135	670
14	Ipueiras	817,54	1.639	958	681
15	Itaporã do Tocantins	923,44	2.445	1.563	882
16	Juarina	481,96	2.231	1.033	1.198
17	Lagoa do Tocantins	915,76	3.525	2.538	987
18	Lajeado	323,82	2.773	2.166	607
19	Luzinópolis	280,70	2.622	1.675	947
20	Marianópolis do Tocantins	2.099,43	4.352	2.383	1.969
21	Maurilândia do Tocantins	740,05	3.154	2.017	1.137
22	Monte Santo do Tocantins	1.097,13	2.085	450	1.635
23	Muricilândia	1.193,82	3.152	1.800	1.352
24	Nova Rosalândia	490,46	3.770	2.468	1.302
25	Novo Acordo	2.680,30	3.762	3.083	679
26	Novo Jardim	1.316,52	2.457	1.776	681
27	Palmeirante	2.652,75	4.954	1.926	3.028
28	Pau D'Arco	1.375,60	4.588	3.303	1.285
29	Piraquê	1.370,45	2.920	1.122	1.798
30	Pugmil	403,07	2.369	2.004	365
31	Recursolândia	2.223,35	3.768	1.990	1.778
32	Riachinho	614,45	4.191	1.812	2.379
33	Rio dos Bois	848,66	2.570	1.029	1.541
34	Sampaio	200,93	3.864	3.516	348
35	Sandolândia	3.541,85	3.326	1.764	1.562
36	Santa Tereza do Tocantins	542,67	2.523	1.616	907
37	Santa Terezinha do Tocantins	271,27	2.474	1.594	880
38	São Bento do Tocantins	1.112,16	4.608	2.716	1.892
39	São Félix do Tocantins	1.915,75	1.437	931	506
40	São Salvador do Tocantins	1.428,19	2.910	1.588	1.322
41	Sucupira	1.031,33	1.742	1.106	636
42	Taipas do Tocantins	1.119,75	1.945	1.557	388
43	Tocantínia	2.616,33	6.736	2.955	3.781
44	Tupirama	714,82	1.574	930	644
45	Tupiratins	899,99	2.097	1.065	1.032
TOTAL			145.699	85.507	60.192

Ao longo de 2021,

executamos projetos e ações que buscavam prioritariamente, conforme definido em nosso PPA 2020-2023, a ampliação da população atendida com abastecimento de água, atuando na expansão das redes de abastecimento, na melhoria da qualidade da água fornecida, reduzindo perdas no abastecimento e as interrupções no fornecimento.

As ações que relataremos a seguir foram conduzidas por nossas áreas de Administração e Finanças, Comercial, Obras e Produção.

2 – Principais Ações

2.1 – Administração e Finanças

2.1.1 – Planejamento e Orçamento:

Nossa execução orçamentária apresentou os seguintes números:

→ Do total orçado com recursos próprios (fonte 240), *executou-se 110,4%*, sendo assim representados: Orçados R$ 28.243,0 mil, Executados R$ 31.175,4 mil, tendo sido executados R$ 2.932,4 mil a mais do que o originalmente orçado;

→ Na área de Pessoal, executou-se R$ 7.676,0 mil, o que *representou uma execução orçamentária de 98,9%*, utilizando-se exclusivamente recursos próprios;

→ Em nossa área de Produção, foram executados R$ 16.371,4 mil, *representando 99,99% do orçamento previsto*, R$ 16.373,7 mil

Merece destaque o fato de que, ao longo de nossa execução orçamentária de 2021, utilizamos apenas recursos próprios (fonte 240). Quando foram utilizados recursos de outras fontes o foram por determinação/autorização do Governo do Estado.

2.1.2 – Ações Administrativas:

Merecem ser destacadas as seguintes ações administrativas, com impacto significativo sobre nosso desempenho:

→ Disponibilização para os servidores da Agência de materiais de prevenção no combate à COVID-19;

→ Implantação de medidas de distanciamento social, inclusive com incentivos ao uso de máscara;

→ Regularização financeira junto ao Conselho Regional de Química do Tocantins;

→ Esforço concentrado na renovação de contratos objetivando a redução nos valores, sem prejuízo dos serviços ofertados;

2.2 – Comercial

A área Comercial atuou na elaboração de estratégias que permitissem a melhoria no faturamento, arrecadação e no atendimento aos clientes da Agência.

Foi implementado sistema de atendimento (Agência Virtual), criando-se um ambiente onde os nossos clientes pudessem acessar serviços relativos à sua conta, inclusive realizando negociação de dívidas sem a intervenção de terceiros, facilitando a negociação de débitos.

Foram realizadas várias formações/capacitações dirigidas aos nossos colaboradores, objetivando melhorar o nosso atendimento ao cliente.

Realizamos ações de conferência de contas em campo, alterando o número de economias e ajustando as faturas.

Objetivando elevar nosso faturamento e arrecadação, com a consequente queda da inadimplência, foram realizadas audiências públicas em algumas localidades, para esclarecermos nossas ações, projetos e ouvirmos nossa clientela.

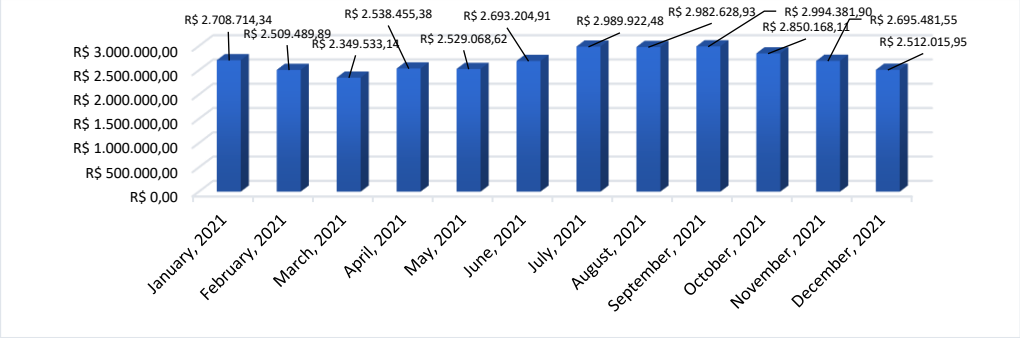
Merecem destaque a evolução dos nossos principais indicadores para a área:

→ *O Faturamento aumentou*, ao longo de 2021, se comparado com 2020, *3,27%*, passando para R$ 32,4 milhões em 2021, mesmo considerando o efeito negativo sobre esta variável provocado pela rescisão unilateral da concessão efetivada por alguns municípios;

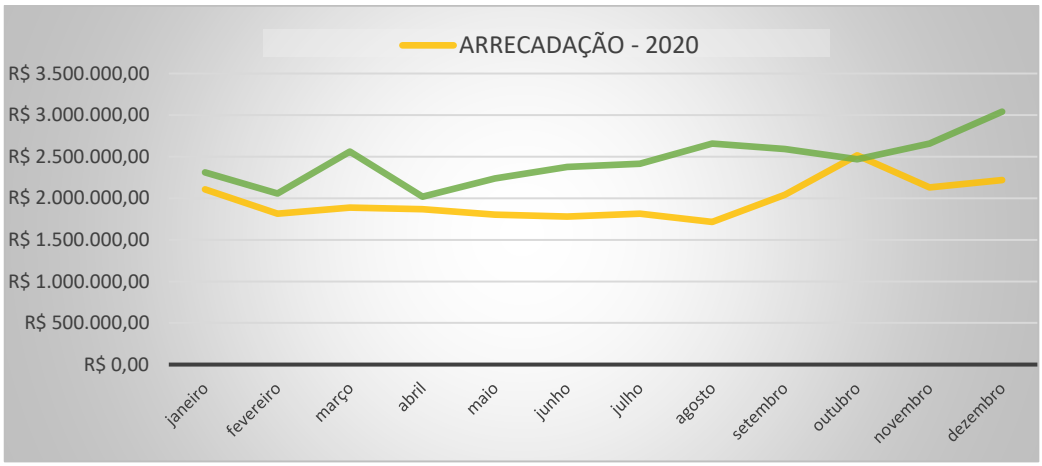
→ *A Arrecadação observou acréscimo*, ao longo de 2021, se comparado com 2020, *de 24,06%*, passando para R$ 29,4 milhões em 2021;

→ No que diz respeito a Inadimplência, em que pese o fato acima mencionado em relação à pandemia provocada pela COVID-19, conseguimos reduzi-la para 9,3% em 2021:

Faturamento



Arrecadação



2.3 – Obras

Nossa área de Obras inclui os projetos e ações voltados para atendimento dos sistemas de abastecimento de água na sede dos municípios e nas zonas rurais, priorizando a utilização de recursos de convênios federais, de emendas parlamentares federais e estaduais e do Programa de Fortalecimento de Investimentos nos Municípios:

→ Iniciado procedimento licitatório pra a contratação de empresa visando a execução de 16 (dezesseis) sistemas de abastecimento de água – convênio nº 770.572/2012 – Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR -, com um valor estimado de R$ 2,8 milhões, nos municípios de Monte do Carmo, Ponte Alta do Tocantins, Peixe, Natividade, Couto Magalhães, Carmolândia, Piraquê, Pau D'Arco e Santa Fé do Araguaia

→ Firmado o convênio nº 908910/2020 – FUNASA, no valor de R$ 5,0 milhões, para ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água em municípios do Estado do Tocantins;

→ Formalizado o convênio nº 908909/2020 – FUNASA, no valor de R$ 10,9 milhões, para implantação de sistemas de esgotamento sanitário, em municípios do Estado do Tocantins;

→ Formalizado, junto ao MDR, os convênios 890313/2019 e 887417/2019, para aquisição de 3 (três) comboios de máquinas perfuratrizes, visando a perfuração de poços tubulares profundos, no valor de R$ 9,3 milhões;

→ Execução de Poços Tubulares Profundos – PTP nos municípios de: Bernardo Sayão, Combinado, Lavandeira, Marianópolis, Monte Santo, Novo Jardim, Pau D'Arco, Sandolândia e Tupiratins;

→ Convênios em que a ATS atuou como concedente para execução de obras em municípios do Estado do Tocantins:

o Filadélfia – aquisição de material para máquina perfuratriz – R$ 246.640,00 – Emenda parlamentar Deputada Estadual Valderez Castelo Branco;
o Ananás – aquisição de hidrômetros – R$ 98.552,00 – Emenda parlamentar Deputado Estadual Júnior Geo;
o Monte do Carmo – sistema de abastecimento de água – R$ 100.000,00 - Emenda parlamentar Deputado Estadual Júnior Geo;
o Rio dos Bois – implantação de sistemas de abastecimento de água – R$ 316.316,00 – Programa de Fortalecimento de Investimentos nos Municípios;
o Lajeado – ampliação/melhorias em sistemas de abastecimento de água na comunidade Pedreira – R$ 302.000,00 - Programa de Fortalecimento de Investimentos nos Municípios;
o Santa Rita do Tocantins – construção de sistema de abastecimento de água – R$ 302.000,00 - Programa de Fortalecimento de Investimentos nos Municípios.

2.4 – Produção

Esta área concentra nossas principais atividades no que diz respeito à operacionalização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, mantidas sob os contratos de concessão firmados com os municípios ao final de 2020, 46 (quarenta e seis) municípios, o que no ano de 2020 perfez total de R$ 2,714 milhões:

→ Executados 21.030 metros de extensão de rede, totalizando R$ 1,266 milhão investidos com recursos próprios, em 20 (vinte) municípios, atendendo a cerca de 4.880 pessoas, proporcionando 1.220 novas ligações;

→ Implantadas melhorias nos sistemas de abastecimento de água em 23 (vinte e três) municípios, totalizando R$ 1,289 milhão, nas seguintes ações: troca de

bombas, quadros comando, ativação de poços tubulares profundos, perfuração de poços tubulares profundos e limpeza de poços;

→ Ações de melhorias nos sistemas de tratamento através da aquisição e implantação de novos equipamentos dosadores ("*Gutwasser*") e instalação de filtros pressurizados, num total investido de R$ 159,9 mil.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS – TOCANTINS PARCERIAS

A Diretoria-Geral coordenaas atividades relacionadas à estruturação dos projetos do Tocantins-PPI e não supervisionaria as atividades das demais Diretorias da Companhia.

TocantinsNet - Rede de Banda Larga do Tocantins
O TocantinsNet irá prover o serviço de transporte de dados, voz, imagem e vídeo ou infovia digital pelo Governo do Estado do Tocantins. **Demanda SPI:** Apoio e suporte técnico necessário para avaliação e emissão de pareceres de conformidade, conforme ofício nº 099/2021/GABSEC (2021/75019/00251). **Status atualizado 17.12.2021**: Aguardando manifestação por parte da ATI.
Miniusinas de Energia Solar Fotovoltaica
O projeto tem por objetivo realizar a concessão para instalação de usinas de geração de energia fotovoltaica visando à manutenção dos prédios públicos do Estado do Tocantins. **Demanda SPI:** Prestar serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de projetos e estudos necessários para a modelagem econômica, financeira e jurídica, conforme ofícionº 13/2021/GABSEC (2021/75019/000029). **Status atualizado 17.12.2021**: Os estudos estão em andamento, com a previsão de entrega para 30 dias. Essa previsão deverá levar em consideração o período de recesso 7do IPGC que ocorrerá entre17.12.2021 a 03.01.2022.
Hospital Materno Infantil (HMI)
O projeto tem por objetivo promover parcerias público-privadas para a gestão, manutenção e operação dos hospitais estaduais, prioritariamente o Hospital Maternidade Dona Regina. **Demanda SPI:** Apoio e suporte técnico necessário para avaliação e emissão de pareceres de conformidade, conforme ofício nº 112/2021/GABSEC (2021/75019/000298). **Status atual 17.12.2021:** Avaliando as alternativas para contratação de consultoria para validação doscadernos a serem entregues pela MIP.
Rodovias Estaduais (Bloco 1)
O objetivo desse projeto é promover a concessão de rodovias estratégicas do Estado do Tocantins, alavancando a melhoria da infraestrutura existente e de serviços a usuários. **Demanda SPI:** Prestar serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de projetos e estudos necessários para modelagem econômica, financeira e jurídica do Projeto de Modernização das Rodovias do Estado do Tocantins, previstas na Lei 3.684, de 24 de junho de 2020,conforme ofício nº 14/2021/GABSEC (2021/09019/000030). **Status atual 17.12.2021**: Sobrestado
Marina Estadual
O objetivo deste projeto é promover parcerias público-privadas para construção, manutençãoe gestão de uma marina no lago de Palmas que possa oferecer conforto, segurança, serviços de manutenção, proteção ao meio ambiente, comércio e lazer aos usuários diretos e indiretos de embarcações náuticas. **Demanda SPI:** Apoio e suporte técnico necessário para avaliação e emissão de pareceres de conformidade, conforme Ofício n° 125/2021/GABSEC (2021/75019/000322). **Status atual 17.12.2021**: Aguardando a aprovação da lei de uso do solo.
Terminais Rodoviários (BLOCOS 1, 2 e 3)
O objetivo do projeto é realizar a concessão da operação, manutenção, conservação e revitalização dos terminais rodoviários de passageiros. **Demanda SPI:** Prestar serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de projetos e estudos necessários para modelagem econômica, financeira e jurídica do Projeto Terminais Rodoviários do Estado do Tocantins para atendimento do Terminal Rodoviário de Palmas e, em subsequência os demais municípios do Estado, conforme ofício nº 125/2021/GABSEC (2021/75019/000322). **Status atualizado 17.12.2021:** Sobrestado
Centros Administrativos
O objetivo do projeto é promover parcerias público-privadas para construção, manutenção e gestãode unidades administrativas regionais que possam agregar, em espaços compartilhados, órgãos e serviços públicos. **Demanda SPI:** Apoio e suporte técnico necessário para avaliação e emissão de pareceres de conformidade, conforme ofício nº

124/2021/GABSEC (2021/75019/000318). **Status atualizado 17.12.2021:** Sobrestado.
Parque Agrotecnológico
O objetivo do projeto é realizar a concessão da operação, manutenção, conservação e revitalizaçãodo Parque Agrotecnológico do Tocantins. **Demanda SPI:** Prestar serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de projetos e estudos necessários para modelagem econômico-financeira e jurídica do Pré-Projeto Parque Agrotecnológico do Estado do Tocantins, conforme Ofício n° 75/2021/GABSEC(2021/75019/000175). **Status atualizado 17.12.2021:** Aguardando a definição, pela SPI, de como será contratada/autorizadaa modelagem.
Agrotins 2022
O objetivo do projeto é realizar a concessão da operação, manutenção, conservação e revitalizaçãoda AGROTINS, que é o maior evento de agronegócios da região norte do País, e um dos maiores do Brasil, sendo realizada no Parque Agrotecnológico. **Demanda SPI:** Verificar a possibilidade de estabelecer uma Parceria junto à Secretaria de Agricultura,Pecuária e Aquicultura do Estado do Tocantins, para operacionalização e realização da Feira Agrotins 2022, conforme Ofício n° 090/2021/GABSEC (2021/75019/00230). **Status atualizado 17.12.2021**: Aguardando definição de como será feita a operacionalização da feira e as responsabilidades de cada Parceiro do ACT.
Loterias do Estado do Tocantins
O objetivo do projeto é promover a regulamentação, implantação, operação e manutenção de serviços lotéricos do Estado do Tocantins com vistas a aumentar as receitas financeiras do Estado promovendo a geração de novos empregos e a promoção de projetos sociais, em especial na área esportiva. **Demanda SPI:** Apoio e suporte técnico necessário para avaliação e emissão de pareceres deconformidade, conforme ofício nº 267/2021/GABSEC (2021/75019/000568). **Status atualizado 17.12.2021:** Os estudos foram entregues a Tocantins Parcerias em 15.12.2021.
Outros Projetos
A Diretoria-Geral, a pedido da Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI), também atuou de forma pontual em outros projetos integrantes da carteira, seja viabilizando reuniões para troca de conhecimentos e experiências, seja desempenhando atividade específica conforme demanda: Norma de Ressarcimento; Capacitação e Treinamentos; Representação em Eventos; Regulamento de Licitações e Contratos; *Benchmark* dos Projetos; Lei das Estatais; Relatórios de Avaliação.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2021
DIRETORIA IMOBILIÁRIA E COMERCIAL- DIRIC

Gerência de Gestão do Atendimento
Foram realizados: atendimentos em geral/ entrada nos pedidos de Autorizações para Escritura; Regularização Fundiárias (Lei 836 e Lei 2.758/13); Convalidações de Títulos; Termo de Quitações; Cálculos de Saldo Devedor; Baixa nos Pactos de Retrovendas; Baixa na Condições Resolutivas; Cópia de Processo. Total de **4.195** atendimentos.
Gerência de Comercialização:
Termo de Quitação = **190.**
Calculo de Saldo Devedor **250.**
Gerência de Gestão Social:
Palmas = Foram realizadas **90** visitas sociais para Regularização Fundiária, conforme as Leis 836 e Lei 2.758/13.

Cadastramento no Interior do Estado
Miranorte do Tocantins (LOTEAMENTO QUADRA 102) = Lei Nº 3.700, publicado no Diário Oficial nº 5635, de 29/06/2020.
Araguaína (VILA COUTO MAGALHÃES) = Aguardando aprovação do loteamento pelo Município.
Araguatins (LOTEAMENTO DOS PALMARES) = Protocolado o Projeto de Desmembramento das áreas no Cartório de Imóveis.
Couto Magalhães (VILA CRUZALTINA) = Protocolado o Projeto de Desmembramento das áreas no Cartório de Imóveis.
Filadélfia (VILA NOVA ESPERANÇA) = Protocolado o Projeto de Desmembramento das áreas no Cartório de Imóveis.
Miracema do Tocantins (VILA FLAMBOYANT) = Projeto devolvido pelo Município e encaminhado para o NUPREF para definição de aprovação de acordo com a Lei 2766/79.
São Félix do Tocantins = Aguardando GEO da área geral para destacamento da área urbana.
Banco de Dados do Sistema Social = Foram inseridos **792** cadastros no Banco de Dados do Sistema Social, no intuito de facilitar e preservar o acesso às informações dos processos do interior do Estado do Tocantins, sendo: **207** do município de Araguaína – TO; **116**

do município de Couto Magalhães – TO; **45** do município de Filadélfia – TO; **133** do município de Miracema – TO; **50** no município de Araguatins – TO; **241** no município de São Félix – TO; **111** (Parque Eldorado) Porto Nacional – TO; **39** (Setor Consórcio) Porto Nacional – TO; **20** (Vila Maria) Miranorte – TO. Vale ressaltar que nos imóveis no interior do estado ocorre primeiramente a regularização das áreas, que é realizada pela equipe da Diretoria Técnica e Operacional - DIRTO, e após, é encaminhada a equipe da Gerência de Gestão Social para realizar os cadastramentos com visitas in loco, para então a Gerência de Gestão Imobiliária analisar e emitir os Títulos de Propriedades de cada proprietário; recolher as assinaturas do Governador, do Presidente da Tocantins Parcerias, e posteriormente as assinaturas dos proprietários; e por fim, encaminha-se os Títulos para os Cartórios de Registro de Imóveis de cada município para o registro dos mesmos, e por fim, ocorrer a entrega aos seus proprietários de fato e de direito.
Gerência de Gestão Imobiliária
Autorizações para Escritura e Registro = Foram emitidas **212** Autorizações.
Autorizações para Escritura e Registro = Foram entregues **146** Autorizações para os proprietários e/ou Cartórios.
Escritura e Registro dos Cartórios de Palmas = Foram assinadas **160** Escrituras.
Imóveis Registrados (área de doação) prontos para serem entregue aos Proprietários em Araguaína (Vila Norte e Vila Cearense) = 24 Títulos prontos.
Imóveis Registrados (área de doação) prontos para serem entregue aos Proprietários em Gurupi (Vila Dertins) = 60 Títulos entregues.
Imóveis Registrados (área de doação) prontos para serem entregue aos Proprietários em Gurupi (Vila São José) = 55 Títulos entregues.
Imóveis Registrados (área de doação) = 774 Títulos entregue aos proprietários de Palmas - TO.
Títulos de Propriedades Emitidos (área de doação da Quadra ARSO 131) = 624 registrados, aguardando a agenda do Governador.
Títulos de Propriedades Registrados (área de doação da Quadra Taquari's, ARSE'S) = 410 registrados aguardando a agenda do Governador.
Títulos de Propriedades Emitidos (área de doação Residencial Maria Olívia Carlesse) = Foram emitidos **80,** para recolhimento das assinaturas do Governador, do Presidente da Tocantins Parcerias e dos proprietários.
Títulos de Propriedades Emitidos (área de doação) = Foram emitidos **350** para recolhimento das assinaturas do Governador, do Presidente da Tocantins Parcerias e dos Proprietários.
Convalidação de Títulos no Município de Palmas (área de doação) = Foram convalidados **150** Títulos.
Contrato (IPCA) = Foram emitidos **229** Contratos.
Contrato de Compra e Venda (Lei 2.758/13) = Foram emitidos **62** Contratos.
Termo Aditivo (Lei 2.758/13) = Foram emitidos **50.**
Baixa no Pacto de Retrovenda e Comissório / Baixa na Condição Resolutiva = Foram emitidas **69** Baixas.
Notificações para Regularização = Foram realizadas **2.504** notificações.
Licitação 001/2021 = Foram leiloados **53** imóveis localizado em Palmas – TO.
Núcleo de Documentação e Arquivo:
Levantamento de Processos / Arquivo / para Regularização / Doação / Levantamento Habitacional para o Programa Minha Casa Minha Vida (Prefeitura Municipal de Palmas) = Foram realizados o levantamento de **38.591** processos no arquivo.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2021
DIRETORIA TÉCNICO E OPERACIONAL- DIRTO

ASSESSORIA CHEFE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	QUANTIDADE
Elaboração da Planta de Valores de Imóveis da TOCANTINS PARCERIAS – Palmas	01
Laudos de Avaliação de acordo com a Planta de Valores Genéricos de Palmas	11
Laudos de Avaliação de acordo com a Tabela Oficial da TOCANTINS PARCERIAS	24
Laudo de Avaliação de acordo com o Valor de Mercado	32

GERENCIA DE FISCALIZAÇÃO E VISTORIA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	QUANTIDADE

Laudos de Vistoria	1.598
Levantamentos Ocupacional	157
Termo de Embargo	13
Notificação Extrajudicial	03
Notificação de Devedores - DIRIC	921
Retirada de Ocupações Irregulares	10

ANALISTA - TOPOGRAFIA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	QUANTIDADE
Palmas - Levantamentos topográficos cadastral georreferenciado e demarcação de lotes para Regularização Fundiária (***Remembramento e Desmembramento***) e Licitação de Imóveis	77
Filadélfia - Levantamentos topográficos cadastral georreferenciado e demarcação de lotes / cidade	**01 gleba** (AGETO e SEFAZ)
Gurupi - Levantamentos topográficos cadastral georreferenciado e demarcação de lotes / cidade	**06 glebas e 18 lotes** (Parque Linear Pouso do Meio)
Araguaína - Levantamentos topográficos cadastral georreferenciado e demarcação de lotes / cidade	**01 gleba** (Polícia Militar e MPE)
Dianópolis e Porto Alegre - Levantamentos topográficos cadastral georreferenciado e demarcação de lotes / cidade	**02 glebas** (para definir áreas para Praia, Píer, Aeroporto, Administrativo, Mista e Estrada Vicinal)

LICITAÇÃO DE IMÓVEIS EM PALMAS

PALMAS – Foram disponibilizados para Licitação **60 (sessenta) lotes** de propriedade da TOCANTINS PARCERIAS**,** sendo alienados **53 (cinquenta e três) lotes.**

ÁREAS DOS CLUBES TITULADAS E REGISTRADAS - PALMAS - TO

Doação em Pagamento do Jardim Taquari:

M-153.639 (ALC-SO 34, LOTE 02-A);
M-153.640 (ALC-SO 34, LOTE 02-B);
M-153.642 (ALC-SO 34, LOTE 03);
M-153.649 (ALC-SO 34, LOTE 10);
M-153.652 (ALC-SO 34, LOTE 13);
M-153.647 (ALC-SO 34, LOTE 08);
M-153.669 (ALC-SO 34, LOTE 30);
M-153.670 (ALC-SO 34, LOTE 31).

CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS: ALC-NO 33, HM 12 e HM 13 = **336 apartamentos**.

TRANSFERÊNCIA DE ÁREAS DA EXTINTA FUNDAÇÃO SANTA RITA DE CÁSSIA PARA O ESTADO DO TOCANTINS:

1 - **Miranorte** - M-2.227 com área de 999,99 m² - **01** - Escola Municipal de Tempo Integral;
2 - Miracema do Tocantins - M-5.196 com área de 8.520,00 m² - **01** - Delegacia Regional de Ensino;
3 - Itaguatins - M-267 com área de 13.000,00 m² - **52 famílias** - Conjunto Habitacional Projeto Paraíso;
4 - **Araguaína** - M-3.651 com área de 7.920,00 m² - **01** - Policia Militar Ambiental;
5 - **Ponte Alta do Tocantins** - M-2.582 com 3.938,33 m² - **19 famílias** - Conjunto Habitacional.

LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO CADASTRAL E OCUPACIONAL

PALMAS:

- SISTEMA VIÁRIO / RUA NS-1B da Matrícula nº 2.715;
- ARSO 43, QI 19, ALAMEDA 01, LOTE 03;
- ASR-SE 65, QI 06, ALAMEDA 07, LOTE 73;
- ASR-SE 65, QI 06, ALAMEDA 07, LOTE 74;
- ACSU-SO 100, CONJUNTO 02, LOTE 08;
- ACSU-SO 60, CONJUNTO 02, LOTE 01 - APE, demarcação de uma área com 600,00 m² para o Conselho Estadual da Saúde;
- Lote 09-B do Estado do Tocantins, passando pela área da UFT: Lote 09-B.1 = 2.911,21 m², Lote 09-C.3 = 854,67 m², Lote 09-A.3 = 5.724,95 m², perfazendo um total de 9.389,77 m².
- AURENY III, QD 138, LOTE 14;
- Georreferenciamento da área do Lote 09-B da UFT, com área de 50,28 hectares e/ou 580.280,00 m², passou a ter uma área de 50,2228 hectares e/ou 50.222,80 m².
- Lotes HM 14 e HM 15, da quadra ALC-NO 33, com áreas de 11.235,76 m² e 10.570,84 m².
- LOTE 14, CONJUNTO 02, ACSU-SE 110.
- LOTE 15, QI 07-A, ARSO 44.
- LOTE 26, QD 184, JARDIM AURENY III;
- LOTE 13, Q-04, ACSE 80.
- ACSO 91 = 14 Lotes, ARSE 141 = 01 Lote, ARSE 142 = 03 Lotes, TAQUARY, T-23 = 10 Lotes, ACSE 90 = 03 Lotes, ACSV-SE 52 = 08 Lotes, ACSV-SE 51 = 12 Lotes e ACSU-SO 130 = 09 Lotes, perfazendo 60 Lotes demarcados / Licitação 2021.
- AURENY III, QD 162, LOTE 02
- AURENY IV, QD 23, LOTE 15;
- ASR-SE 65, QI 01, LOTE 17;

FILADÉLFIA: área de 31.635,32 m², a ser doada do Município para o Estado do Tocantins para atender a AGETO (Posto de Pesagem/Balança) e SEFAZ (Posto Fiscal);
ARAGUAÍNA: Levantamento topográfico e cadastral com demarcação com piquetes da área da Matrícula nº 19.387, para definir área de 57.347,622 m² a PM-TO e 4.948,209 m² para o MPE;
GURUPI: 06 (seis) Glebas Urbana e **18 (dezoito) Lotes Urbano** para obter a área real para formatação de DECRETO DE UTILIDADE PÚBLICA (24/05 a 05/06/2021).
DIANÓPOLIS - Levantamento topográfico georreferenciado com Mapas e Memoriais Descritivos das áreas para **PIER e PRÁIA DO RIO MANOEL ALVES (Praia e Píer = 36,0937 ha e Estrada = 48,9385 ha);**
DIANÓPOLIS e **PORTO ALEGRE** - Levantamento topográfico georreferenciado para definição de Área Administrativa, Aeroporto, Píer, Praia, Mista e Estrada Vicinal, bem como, servir para iniciar projeto de rerratificação das Matrícula nº 4.890, com área de área de 6.620,5543 hectares e nº 5.492 com área de 7.976,8182 (Projeto Manoel Alves);

PROCESSO REFERENTE AO PROJETO DE REMEMBRAMENTO E DESMEMBRAMENTO - APROVADO E REGISTRADO

ENDEREÇO	BENEFICIADOS
ASR-SE 65, QI 07, ALAMEDA 06, LOTE 69	**02 famílias**
ARSO 43, QI 19, ALAMEDA 01, LOTE 03	**02 famílias**
SISTEMA VIÁRIO da Matrícula nº 2.715	PMTO - **AESO 31** (stand de tiro)
ASR-SE 65, QI 06, ALAMEDA 07, LOTES 73 e 74	**02 famílias**
ARAGUATINS	07 (sete) quadras
ARAGUAÍNA	57.347,622 m² para a PM-TO e M-102.120 / 4.948,209 m² para o MPE
ASR-SE 65, QI 06, ALAMEDA 07, LOTE 71	**02 famílias**
ASR-SE 65, QI 06, LOTE 73-A	**02 famílias**

PROCESSO DE RE-RATIFICAÇÃO DE ÁREA E PERIMETRO - APROVADO E REGISTRADO

PALMAS
- ASR-SE 65, QI 06, ALAMEDA 07, LOTE 73
- ASR-SE 65, QI 06, ALAMEDA 07, LOTE 74
- ARSO 21, QI 08, LOTE 08

TOCANTINÓPOLIS: Setor Central, QD 83, Lote 02, com área de 8.760,68 m²

DIANÓPOLIS e **PORTO ALEGRE**

- Matrículas nºs 4.890 e 5.492;

- DESMEMBRAMENTO que definiu os seguintes: Praia (Matrícula nº 8.167), Píer (Matrícula nº 8.168), Aeroporto (Matrícula nº 8.169), Administrativo (Matrícula nº 8,170) e Estrada Vicinal (Matrícula nº 8.172) - Projeto Manoel Alves).
ARAGUAÍNA - PREFEITURA MUNICIPAL - Rerratificação perímetro e área da Matrícula nº 19.387.

GEORREFERENCIAMENTO COM CERTIFICAÇÃO NO INCRA E REGISTRADO NO CRI

- SÃO FELIX DO TOCANTINS - Gleba Jalapão: 1º Etapa - LOTEAMENTO BAIRRO CENTRO/ LOTEAMENTO JALAPÃO 2 e Área para o AERÓDROMO.
- SÃO FELIX DO TOCANTINS - Gleba Jalapão 2º Etapa (LOTEAMENTO CIDADE VELHA).

REDIMENCIONAMENTO DO PROJETO DO MICROPARCELAMENTO URBANO

PALMAS: ALC-NO 13 - Parque Tecnológico do Estado do Tocantins de 80 para 74 (setenta e quatro) lotes.

APROVAÇÃO AMBIENTAL DO PROJETO DO MICROPARCELAMENTO URBANO

PALMAS: ALC-NO 13.

PROCESSO DE REVERSÃO DE DOAÇÃO E/OU DESTINAÇÃO

ARAGUAÍNA: Matrícula nº 19.387 da Polícia Militar do Estado do Tocantins para o ESTADO DO TOCANTINS.
PALMAS: TAQUARI, QUADRA T-12/T-22, LOTE 11, CONJUNTO C-24, RUA NS 14, Matrícula nº 72.116 para o domínio do ESTADO DO TOCANTINS.

APOIO NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REURB

PALMEIROPOLIS - TO - REURB do **Setor Bom Tempo II** com **136 (**cento e trinta e seis) famílias.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2021
ASSESSORIA JURÍDICA- ASSEJUR

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
Foram confeccionados ao longo destes 345 (trezentos e quarenta e cinco) dias: 474 (quatrocentos e setenta e quatro) pareceres jurídicos, compreendendo:
✓ 51 (cinquenta e um) Processos administrativos;
✓ 74 (setenta e quatro) Processos de regularização de imóveis no âmbito dos programas habitacionais;
✓ 57 (cinquenta e sete) Termos de aditamento;
✓ 252 (duzentos e cinquenta e dois) Autorização de escritura;
✓ 40 (quarenta) Pedidos de cópia de processo.
✓ Foram confeccionados 197 (cento e noventa e sete) Despachos (assuntos variados: saneamento de processo quanto à formalidade, materialidade, etc.).

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
DIRETORIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

AÇÃO: ATENDIMENTOS SALA DE SUPORTE EMPRESARIAL

Atendimentos empresariais gerais, virtual e presencial, por meio da Sala de Suporte Empresarial, com foco no recebimento de demandas empresariais diversas, na conscientização empresarial sobre os protocolos de segurança sanitária (Projeto Tocantins + Consciente); nas orientações sobre as linhas de crédito das instituições financeiras de fomento (Projeto Tocantins + Crédito), na articulação com outros Órgãos, atendimentos sobre Benefícios Fiscais (presencial e online), realização de Rodadas Virtuais de Negócios, dentre outros.

AÇÃO ESTRATÉGICA HOMENAGEM EMPRESARIAL

AÇÃO: PARCERIAS ESTRATÉGICAS

SETOR PRODUTIVO: Objetivo: Consolidar a mútua cooperação entre os signatários, com foco nos seguintes pilares estratégicos: - Fortalecer a rede empresarial; - Disseminar a Cultura do Associativismo e Cooperativismo; - Ativar o Associativismo industrial, comercial e de serviços; e Impulsionar o Desenvolvimento Econômico Regional. Em 2021, foram realizadas 15 parcerias.

EXECUTIVO MUNICIPAL: Objetivo: Promover, por meio de projetos e/ou ações específicas, a implantação de ações de desenvolvimento sustentável, promover um maior intercâmbio de informações e articulação de projetos e ações que facilitarão a atração de investimentos, desenvolvimento empresarial e o fortalecimento da economia no Tocantins. Em 2021, foram realizadas 36 parcerias.

ÓRGÃOS ESTADUAIS: Objetivo: Proporcionar a implantação de ações de desenvolvimento sustentável, promover um maior intercâmbio de informações e articulação de projetos e ações que facilitarão investimentos, desenvolvimento empresarial e fortalecimento da economia no Tocantins, bem como, a conjugação de esforços, com foco na divulgação de projetos benéficos aos setores produtivos. Em 2021, foram realizadas 03 parcerias.

Execução do Programa Clube de Benefícios, em parceria com a SECAD, a ação visa prospectar empresas para ser parceira do programa de descontos para os servidores públicos estaduais, com vistas a aumentar o volume de vendas das empresas parceiras, até o momento 123 empresas se tornaram parceiras do Clube, tendo um alcance de 30 cidades, contemplando as 8 regiões econômicas do Tocantins.

AÇÃO: VISITAS TÉCNICAS EMPRESARIAIS

A ação visa uma aproximação com as empresas instaladas procurando conhecer seus produtos e processos, canais de vendas, matéria prima, empregabilidade, principais demandas, bem como, divulgar as ações desenvolvidas pela SICS e governo.

REGIÕES ATENDIDAS: Região do Bico do Papagaio; Região Médio Norte; Região Metropolitana; Região Sul; Região Sudeste; Região Vale do Araguaia; Região Portal do Jalapão.

AÇÃO: EVENTOS WORKSHOP MAIS DESENVOLVIMENTO

Objetivo: Promover a integração entre o governo e setores produtivos com foco no Desenvolvimento Regional do Tocantins, buscando mapear as oportunidades e potencialidades locais;

Ações realizadas:

- Realização do Encontro com o Associativismo Comercial e Industrial, com a participação de todas as Associações Comerciais formalizadas do Tocantins;
- Elaboração da Carta de Serviços da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços;
- Realização do Encontro com Gestores Municipais Região Vale do Araguaia;
- Realização do Encontro com Gestores Municipais Região Sudeste;
- Encontro com as entidades representativas dos Setores Produtivos para Divulgação do Refis 2021;
- Realização de mesas executivas para direcionamento de demandas;
- Visitas técnicas institucionais aos municípios de: Monte Santo, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Guaraí, Gurupi, Araguatins, Chapada da Natividade e Natividade.

AÇÃO: PROJETO CAMPANHAS NATALINAS 2021

Objetivo: Fomentar e movimentar a economia do Estado e auxiliar no aquecimento das vendas nos comércios locais, evitando a fuga de clientes para centros comerciais de outros Estados.

Ações realizadas: Desembolso financeiro no valor de R$ 1.531.697,00. Os recursos serão investidos na aquisição de 50 motos, 220 bicicletas, 130 aparelhos de TV e 24 pacotes de viagem para o Jalapão com direito à acompanhante.

Reunião com o Governador em exercício, Wanderlei Barbosa, com as associações comerciais contempladas.

AÇÃO: PROJETO TECNOVA

Objetivo: Apoiar por meio da concessão de recursos de subvenção econômica (recursos não reembolsáveis) o desenvolvimento de produtos (bens e serviços) e/ou processos inovadores, novos ou significativamente aprimorados, de empresas brasileiras com sede no Tocantins. Projeto em parceria com a Finep, administrado pelo IEL-TO, que contempla mais de 20 empresas com soluções inovadoras no ramo da construção civil, tecnologia da informação, energias renováveis, agronegócio, entre outros.

Ação realizada: Pagamento da última parcela da contrapartida do Governo do Tocantins. Desembolso financeiro no valor de R$ 645.390, 38.

AÇÃO: PROJETO ESTUDOS DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO TOCANTINS – SUINOCULTURA, AVICULTURA E LÁCTEOS

Objetivo: Apoiar o governo, entidades, empresários instalados e potenciais investidores quanto as informações estratégicas das principais cadeias produtivas do estado (nesse projeto o foco foi nas cadeias da suinocultura, avicultura e lácteos), com vistas ao entendimento de toda a cadeia produtiva, desde a situação da cadeia no Tocantins, análises nacionais, internacionais, projeções de mercado, custos, logística, aspectos tributários, dentre outros.

Parceiro: FIETO

Ação realizada: Desembolso financeiro no valor de R$ 300.000,00.

AÇÃO: PROJETOS EM TRÂMITES PROCESSUAIS

SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Objetivo: Implantar a sinalização visual rodoviária, dos arranjos produtivos locais, identificados pelo Estudo, que mapeou, identificou e caracterizou os principais arranjos produtivos e aglomerados produtivos do Estado do Tocantins, indicando seu nível de estruturação e competitividade.

Ação realizada: Suplementação de recursos para atender ao preço de mercado. Valor total aprovado no CDE/TO, R$ 507.306,16. Processo pronto para licitar.

PROJETO DE EXPANSÃO DA APICULTURA DO TOCANTINS

Objetivo: Implantar a sinalização visual rodoviária, dos arranjos produtivos locais, identificados pelo Estudo, que mapeou, identificou e caracterizou os principais arranjos produtivos e aglomerados produtivos do Estado do Tocantins, indicando seu nível de estruturação e competitividade. Produto: Projeto Elaborado.

Ações realizadas: Realização de reuniões estratégicas com parceiros (Seagro, Ruraltins, Câmara técnica da Apicultura, Núcleo de Apoio do Arranjos Produtivos Locais); Seleção de apicultores para o projeto piloto; Articulação entra

o Setor Produtivo, Setor Público e Apicultores. Aprovação do recurso do Censo da Apicultura, no CDE/TO, Valor de R$ 350 mil.

Obs.: Desembolso realizado em 2020: em Acompanhamento e fiscalização, no período 2021 e início de 2022.

AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DA 65

AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DA CIDADE DO AUTOMÓVEL

O Projeto Cidade do Automóvel será implantado na área do Distrito Industrial Tocantins II (Quadra ASR NE 65). Em atendimento aos empresários do setor automotivo, o Governo do Estado, por meio da Sics, publicou a Portaria nº 132/2020, que trata da criação da Cidade do Automóvel. A área compreende uma área de 105.041,09 m², dividida em 137 lotes com tamanhos que variam de 360m² a 1.826,60 m2. Os terrenos serão destinados a todos os tipos de empresas e negócios do ramo automobilístico, entre eles concessionárias de caminhões e máquinas, lojas de novos e seminovos, autopeças, despachantes, oficinas mecânicas, funilaria e pintura, dentre outros.

Ações realizadas:

1. Realização de reunião estratégica com pauta acerca da prospecção, seleção e implantação da infraestrutura da área destinada à Cidade do Automóvel, no Distrito Industrial da ASR-NE 65, em Palmas – TO.
2. Mapeamento setorizado para prospecção e seleção das empresas.

AÇÃO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS

Objetivos: Realizar a regularização fundiária dos Distritos Industrias Estaduais referente às quadras ASR-NE 55 e ASR-SE 55, as quais estão há mais de 10 anos em imbróglio jurídico.

Ações realizadas:

- Realização de reuniões com empresários; Encaminhamento dos processos para Procuradoria Geral do Estado para deferimento das regularizações; Cerimônia entrega das escrituras dos imóveis regularizados. No ano de 2021, foram regularizadas 15 empresas.

VERIFICAÇÃO DE REGULARIDADE

Objetivos: Verificar a regularidade das empresas instaladas Distrito Industrial da ASR NE 55.

Ações realizadas: Notificação de 31 empresas para verificação de regularização.

AÇÃO DE GOVERNO:

PROGRAMA DE IMPULSIONAMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - PICS

Objetivos: Estimular o desenvolvimento socioeconômico do Tocantins com a ampliação e estruturação de áreas empresariais e industriais, realizando ainda projetos e ações estratégicas de fomento empresarial para o aumento da competitividade dos negócios instalados e atração de novos investimentos.

Ações realizadas:

• Reunião estratégica com o Governador em exercício, Wanderlei Barbosa, para aprovação do PICS;

• Reuniões estratégicas para apresentação do PICS, com Secretários de Estado, deputados estaduais, Entidades representativas dos Setores Produtivos.

DIRETORIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

AÇÃO: 4142 - PROMOÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS.

RESULTADOS: Atendimento direto aos empresários interessados em investir no Tocantins - Foram atendidas mais de 38 empresas diretamente que demonstraram relevante interesse em implantar novos negócios ou ampliar negócios já existentes no Tocantins.

• Destaca-se, que somadas todas as empresas atendidas, possibilitará em investimentos aproximadamente R$ 488 milhões de reais, podendo gerar mais de 4.100 empregos diretos.

• Os números apresentados acima são de expectativas apontadas pelo setor privado, e nem todas se concretizam. Contudo, a Diretoria de Atração de Investimentos e Desenvolvimento Estratégico promove de forma proativa o acompanhamento ao longo do processo de implantação do empreendimento, podendo assim, obter um melhor índice de efetividade de negócios implantados no Estado. Segue abaixo algumas das principais marcas das empresas atendidas:

• A Diretoria de Atração de Investimentos e Desenvolvimento Estratégico se empenhou na elaboração de projetos para participação em feiras e eventos estratégicos que aconteceriam ao longo do ano de 2021. Ressaltamos que não foi possível a participação nestes eventos considerados estratégicos para divulgação do Estado do Tocantins devido ao cenário pandêmico da COVID-19, pois todos os grandes eventos foram cancelados.

• A Diretoria redirecionou esforços na execução e aprovação dos projetos que viabilizarão a participação do Tocantins nas seguintes feiras previstas para acontecer em 2022, no intuito de captação de investidores interessados nas potencialidades econômicas, principalmente do fornecimento de produtos e serviços, bem como oportunizando a geração de novos negócios.

- 11ª AQUISHOW – São José do Rio Preto – SP – de 24 a 26 de maio.
- 27ª AGRISHOW – Ribeirão Preto -SP- de 25 a 29 de abril.
- China Hi-Tec Fair 2021 – Tem como objetivo a divulgação do desenvolvimento econômico e as oportunidades de investimentos no estado. Divulgação do Parque Tecnológico para investidores internacionais. Foi realizado em formato online realizado nos dias 27 e 28 de dezembro de 2021, em uma parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, Apex Brasil.
- Site Investe Tocantins – Tem como objetivo apresentar dados precisos, números e informações básicas e estratégicas de cada região do Estado. Destacar pontos como desenvolvimento econômico, localização estratégica, infraestrutura, políticas de incentivos fiscais, expansão agrícola, turismo e eventos, logística e economia diversificada. Utilizar imagens e fotos que representem os diversos segmentos que possam atrair o interesse dos investidores.

FORMATO DE APRESENTAÇÃO: Conteúdo digital web.

- Criação de Material Publicitário Digital e Impresso para Atração de Investimentos: A criação de material publicitário tem por objetivo utilizar diversos mecanismos de divulgação para nos diferentes contextos e público alvo promover o Tocantins e mostrar as principais potencialidades do Estado destacando atrativos que demonstrem toda a pujança e exuberância natural do Estado, bem como apresentar informações e dados dos diversos segmentos econômicos, logístico e estratégico que coloca o Estado numa privilegiada situação econômica. O foco das peças publicitárias criadas deve culminar na busca de atrair empresas e investimentos para o Estado. Ainda é ofertado através de e-mail marketing da divulgação do Estado do Tocantins das oportunidades, potencial econômico e da política de incentivos fiscais, para potenciais investidores de empresas diversas, captados através de notícias, em sites e ou revistas eletrônicas.
- Processo para confecção de material gráfico institucional a caráter promocional.
- Folder dos principais motivos para se investir no Tocantins (todos os materiais foram elaborados juntamente com a ASCOM)

AÇÃO: 2047 - DIVULGAÇÃO DAS OPORTUNIDADES E POTENCIALIDADES DE NEGÓCIOS DO TOCANTINS.

- Projeto de realização de “Road Show” - No ano de 2021 foi elaborado um projeto de “Road Show” no estado do Paraná, com o intuito de realizar visitas as cooperativas agroindustriais da região, com o objetivo de divulgar as ações que estão sendo desenvolvidas pelo Estado do Tocantins, o potencial da piscicultura, a localização geográfica privilegiada e vastas áreas de lâminas d’água propícias ao cultivo em especial tilápias. Cooperativas sugeridas

para visitas: C. VALE, COPACOL, COPAGRIL, AGROINDUSTRIAL LAR E NUTRON.

- Road Show com previsão para acontecer no primeiro semestre de 2022.
- Projeto de Atração de Investimentos – Municipal – Com objetivo de auxiliar os municípios Tocantinenses a se tornarem mais atrativos para receberem novas empresas, gerando novas oportunidades de empregos e renda e de novos negócios, além de mapear áreas municipais que estão sujeitas a doação de terrenos.

FORMATO DE APRESENTAÇÃO: lançamento no Palácio Araguaia, com a presença dos 139 prefeitos e dos presidentes das Câmaras Municipais. Em seguida serão realizados 8 encontros regionais para capacitação dos servidores municipais para trabalhar com esta nova visão. Por exemplo criação de leis de incentivos fiscais e benefícios municipais. Ainda será disponibilizado material impresso e digital do guia de investimentos.

Sugestão de lançamento do projeto primeiro semestre de 2022.

AÇÃO: 3026 - FOMENTAR EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O TOCANTINS

RESULTADOS: Houve ações e participação em diversas reuniões e elaboração de documentos que viabilizarão a continuidade dos seguintes projetos:

- Parque Tecnológico do Tocantins;
- Com o objetivo de estruturar novos ambientes empresariais em regiões estratégicas do Tocantins que promova o crescimento do emprego e renda, a Diretoria de Atração de Investimentos e Desenvolvimento Estratégico vem concentrando esforços nas ações que colaboram com andamento do projeto do Parque Tecnológico do Tocantins;
- Participação no grupo técnico criado para resolver pendências e demandas relacionadas ao Parque Tecnológico do Tocantins;
- Acompanhamento das adequações dos projetos de engenharia e arquitetura elaborados através da consultoria contratada Fundação CERTI.

AÇÃO: 4337 - PROMOÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO TOCANTINS.

RESULTADOS:

- Levantamento de demandas para o alfandegamento do terminal de cargas do aeroporto de Palmas – foram solicitadas informações sobre o andamento dos processos para o alfandegamento do terminal, através de ofício encaminhado a INFRAERO.
- O Alfandegamento do TECA possibilitará ao Tocantins acessar os mercados internacionais diretamente. Assim, novas empresas vão interessar em abrir negócios no Estado, e as que já estão instaladas poderão expandir terão maiores possibilidades de mercados e de expansão.

- Participação ativa no Comitê Gestor Estadual de Comércio Exterior: que tem como objetivo fortalecer a governança local no sentido de possibilitar o planejamento, o monitoramento e a implementação do Comércio Exterior do Estado do Tocantins, assim como avaliar as ações constantes no PNCE – Plano Nacional da Cultura Exportadora para o Tocantins.
- Projeto para a missão empresarial internacional – EXPO DUBAI 2021 - Em razão da pandemia do COVID-19 a Expo DUBAI que aconteceria em 2020 foi adiada para 2021.
- O Secretário da Indústria, Comércio e Serviços, representou o Estado em momento oportuno, em uma viagem particular, para tal foi elaborada uma cartilha para divulgação do estado. A EXPO DUBAI é uma feira internacional que reúne diversos setores, como: empresas privadas, ongs e instituições governamentais, todas destinadas a discutir temas como negócios, tecnologia, urbanismo, sustentabilidade, ciências, cultura, gastronomia e economia.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA – ADETUC

O ano de 2021 foi um ano desafiador para os setores Turísticos e Cultural, mas apesar da crise, conseguimos nos reinventar e trabalhar para amenizar os impactos da pandemia, desenvolvendo ações inovadoras que contaram com apoio do Governo do Estado, como destaque temos:

No Turismo:

- O projeto de Sinalização turística da região de Serras Gerais foi aprovado pelo Banco Mundial e está em fase de implantação;
- Foi firmado um Termo de Parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais para aquisição da Plataforma Integrada de Turismo (PIT) e qualificação da equipe da ADETUC e da ATI. A plataforma já está em funcionamento e a qualificação sendo repassada aos municípios na medida em que estão sendo inventariados;
- Lançamento do Guia de Pesca Esportiva e do Guia de Observação de Aves;
- Foi dado andamento ao Voucher do Jalapão que terá o principal papel de fazer agendamento online e controlar a capacidade de carga, além de arrecadar impostos;
- Foram realizadas oficinas gastronômicas nas comunidades Quilombolas do Rio Novo, Mumbuca, Prata e Barra do Aroeira;
- Foi realizada oficina de gestão de negócio, tecnologia, designer e inovação do artesanato, nas comunidades Quilombolas do Rio Novo, Mumbuca, Prata e Barra do Aroeira;

- Foi dado continuidade ao processo de Orientação dos Protocolos de Segurança Sanitária e de Implantação do Selo TO Seguro em diversos municípios do Estado;
- Foi realizada a Inventariação turística com a equipe da ADETUC em diversos municípios do Tocantins;
- Participação no Roraima Fishing Show e 1° Simpósio de Pesca Esportiva;
- Organização e recepção no estande da ADETUC no Baja Jalapão e Sertão Séries, em São Félix do Tocantins;
- Organização e participação no estande virtual no Word Travel Market – WTM;
- Participação na EXPO ABAV & COLLAB – Fortaleza;
- Participação em parceria com Ministério do Turismo e RAI – Rede da Amazônia Integrada, na edição da Feira Internacional de Turismo – FESTURIS 2021 em Gramado RS;
- Participação na Feira Internacional do Turismo na Amazônia – FITA.

Na Cultura:

- Inclusão da Festa de Vaquejada do município de Novo Alegre no Calendário Cultural, publicada no DOE nº 5773, de 25 de janeiro, processo realizado via e-mail;
- Atualização do Calendário Cultural do Estado do Tocantins, com a inclusão de eventos importantes para o Estado;
- Publicação Plano museológico do Museu histórico do Tocantins e do Regimento Interno do Museu Histórico do Tocantins;
- Catalogação do acervo museológico do Museu Histórico do Tocantins, conforme diário oficial nº 5775, de 27 de janeiro de 2021;
- Realização de termo de compromisso entre a FUNARTE e ADETUC para recebimento e entrega de instrumentos musicais de sopro, do PRÊMIO FUNARTE DE APOIO A BANDAS DE MÚSICA 2020 aos municípios de Conceição do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Peixe e Taipas do Tocantins;
- Termo de cooperação técnica entre ADETUC e ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MUSEU PALACINHO – INSTITUTO PALACINHO, para gestão compartilhada do Museu Histórico do Tocantins;
- Atualização do cadastro dos Museus em funcionamento no Estado do Tocantins;
- Elaboração de processo para restauração de nove museus e monumentos históricos estaduais: Casa de Cultura de Paranã (Paranã), Casarão Aires (Porto Nacional), Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Monte do Carmo), Igreja Matriz de Nossa Senhora de Natividade (Natividade), Memorial Coluna Prestes (Palmas), Museu de Zoologia José Hidasi de Porto Nacional, Museu

Histórico e Cultural de Arraias (Arraias), Museu Iny Heto – Museus dos Povos Indígenas da Ilha do Bananal (Formoso do Araguaia);

- Coordenação e acompanhamento na execução dos projetos vencedores da Lei Aldir Blanc;
- Elaboração do projeto sobre preservação do Patrimônio Imaterial das 8 cidades Históricas do Tocantins;
- Entrega de cestas básicas aos segmentos artísticos, nos municípios de Gurupi, Cariri do Tocantins, Figueirópolis, Alvorada, Palmeirópolis, São Salvador do Tocantins, Peixe, Santa Rita do Tocantins, Brejinho de Nazaré e Monte do Carmo;
- Realização da 19ª Semana Nacional de Museus, na modalidade remota, com o tema: Futuro dos Museus: Recuperar e Reimaginar;
- Recebimento e guarda dos instrumentos enviados pela FUNARTE, para ser entregues aos municípios de Conceição do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Peixe e Taipas do Tocantins;
- Organização da programação cultural da Agrotins;
- Atualização dos dados do Catálogo Institucional do Consórcio Brasil Central;
- Entrega do vestido de Gala e do Traje Típico da Cultura Regional do Tocantins a Miss Tocantins, Millena Silva do Nascimento, para desfile no Miss Brasil Mundo;
- Realização da Inventariação Cultural nos Municípios de Almas, Arraias, Aurora e Lavandeira, Natividade, Filadélfia, Pedro Afonso, Novo Acordo, Dianópolis, Taguatinga;
- Participação do lançamento do programa Avança Tocantins, no município de Almas;
- Assinatura do termo de colaboração entre a ADETUC, UFT e Prefeitura municipal de Arraias para a gestão compartilhada do Museu Histórico e Cultural de Arraias;
- Foram aprovados, junto ao Conselho de Política Cultural – CPC/TO, para execução do Fundo Cultural no ano de 2022 os seguintes projetos em fase inicial:

a) Construção de um pavilhão no Museu Histórico do Tocantins (Palacinho) em fase de licitação;

b) Edital Chamamento Público Sexta Cultural;

c) Projeto Edital Festival dos Festivais;

d) Projeto Encontro de Rabecas e Viola de Buriti;

e) Projeto Avança Cultura;

f) Projeto Reforma Adequação Memorial Coluna Prestes;

g) Material Promocional (Artesanato).

Portanto, temos plena ciência que nossos desafios foram grandes, mas trabalhamos arduamente para cumprir a nossa missão de promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a geração de emprego e renda das comunidades envolvidas com a cadeia produtiva do turismo, cultura e economia criativa.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS – JUCETINS

Ações em 2021

Dentro dos objetivos estabelecidos no PPA 2020/2023 foram realizadas as principais ações:

Objetivo: Promover a melhoria na formalização de empresas mercantis

Meta: Implantar a RedeSim (Lei 11.598/2007)

- Realizado Termo de Cooperação com a ANOREG para inicio das atividades de integração com os cartórios.
- Implantado a integração sistêmica com o município de Araguaína, agilizando o processo de inscrição e liberação de alvará, servido de modelo para outros municípios;
- Realizada visita técnica em Gurupi, para enquadramento na nova legislação e integração sistêmica com a RedeSim;
- Reiniciadas tratativas como o Corpo de Bombeiros, para integração entre os sistemas;
- Realizada visita técnica em Brejinho de Nazaré para integração entre os sistemas;
- Iniciados teste de integração com a Prefeitura de Palmas;
- A Implantação da RedeSim já foi realizada em todos os 139 municípios e na SEFAZ, mas continuamos ampliando conforme novas legislações, que automatizam a inscrição e alvará nos municípios, integrados com a Jucetins.

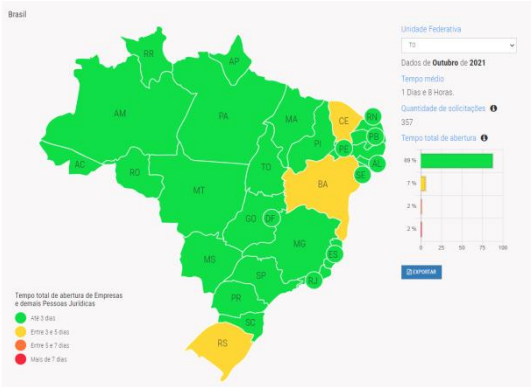
Meta: Manter a operacionalização do Simplifica nos 139 municípios e órgãos implantados:

- Restruturação do setor de suporte simplifica, passando a compor a Gerência de Planejamento e focar nos índices e metas estabelecidas;
- Realizados 1910 atendimentos durante o ano de 2021, para resolver demandas relacionadas ao simplifica Tocantins;

- Alterado todo o layout do Portal Simplifica, melhorando a interação com o usuário.

Meta: Redução do Tempo de Registro de empresas

- **Flexibilidade no reconhecimento de firma** - Uma novidade importante que facilitou para o empresário foi a revogação da Resolução Plenária n° 02 de 2020, que obrigava o reconhecimento de firma dos atos apresentados a registro na autarquia. Sendo assim, ***contador ou advogado podem dar autenticidade em cópia de documento, mediante declaração de autenticidade***, dos processos eletrônicos realizados no Portal Simplifica. Contadores e advogados podem fazer esses procedimentos via certificado digital, por meio do contrato assinado manualmente pelo empresário, assumindo a responsabilidade por sua veracidade. Essa medida foi adotada para simplificar os processos, dando confiabilidade aos profissionais, que são os principais responsáveis pela abertura de empresas no país.
- **Exclusividade Digital -** A Junta Comercial se tornou exclusivamente digital em agosto/2021, assim a abertura, alteração e baixa passaram a ser realizadas somente pela internet por meio do portal Simplifica Tocantins (simplifica.to.gov.br). O uso do protocolo em papel foi extinto, dando maior celeridade aos processos.
- **Assinatura Eletrônica Avançada e gratuita -** Foi adotado a integração com o Gov.Br, permitindo a assinatura eletrônica gratuitamente, apenas como o cadastro e validação facial ou por certificação.
- **Ranking da Redesim** – A receita federal lançou um site de estatística da RedeSim com um mapa que mostra os Estados e seus tempos de abertura. Ressaltamos que as métricas utilizadas pela Receita considera: o tempo de analise de consulta prévia, (realizadas pelos municípios); o tempo de passagem na Junta Comercial e o tempo de deferimento da Receita Federal, gerando o CNPJ.
- Utilizando essas métricas, finalizamos o ano, dentro da faixa **VERDE**, que indica que as empresas são abertas em menos de 3 dias úteis. Em 2021 alcançamos a 5º posição no Ranking Nacional, no mês de outubro, com 1 dia e 8 horas sendo a melhor posição dos últimos 6 anos.



Fonte**:** *https://estatistica.redesim.gov.br/tempos-abertura*

OUTRAS AÇÕES

Posse de Novos Vogais: Em setembro, a Jucetins empossou 17 vogais titulares e seus respectivos suplentes, para fazer parte do colégio de vogais.

Fonte: https://www.to.gov.br/jucetins/noticias/novos-vogais-da-jucetins-tomam-posse/64ou0xc0ghdl

Os vogais formam o plenário, que é o órgão deliberativo superior. Eles julgam recursos, deliberam sobre a tabela de preços, aprovam o regimento interno e suas alterações, e decidem sobre matérias, propostas e proposições de relevância para o registro mercantil no estado.

Colégio de vogais da Jucetins quadriênio 2021/2025 é formado por representantes do Governo Estadual, Acipa, Corecon, CRA, CRC-TO, FACIET, FAET, FECOMERCIO, FEMICRO, FIETO, OAB-TO, OCB, e representantes da União.

Capacitação OCB: A Junta Comercial do Tocantins capacitou entidades como a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB-TO para orientar quanto ao registro de cooperativas no Estado.

Fonte:https://www.to.gov.br/jucetins/noticias/jucetins-capacita-equipe-da-ocbto-para-facilitar-abertura-de-novas-cooperativas-no-tocantins/5sebrqy56tqp

Live com Contadores: A Junta Comercial do Estado do Tocantins (Jucetins) e o CRC/TO (Conselho Regional de Contabilidade) promoveram uma live para explicar as inovações tecnológicas que estão aperfeiçoando o registro e formalização de empresas no Tocantins. A transmissão aconteceu no Instagram e reuniu mais de 120 pessoas ao vivo simultaneamente.

Fonte: https://www.to.gov.br/jucetins/noticias/live-da-jucetins-com-o-crcto-conta-com-mais-de-100-espectadores-simultaneos-e-a-gravacao-já-esta-disponivel-na-integra/624em12aofjx

Parceria com SEBRAE: Em parceria com o SEBRAE, a Jucetins participou do Encontro com Prefeitos onde a presidente Thais Coelho palestrou sobre a simplificação do Registro Mercantil e legalização de empresas.

Fonte: https://www.instagram.com/p/CWlEwN0r74m/?utm_medium=copy_link

Ainda em Parceria com o SEBRAE, foi realizada, em dezembro, uma LIVE com o tema: Desburocratização e Município Simplificado, atingindo 38 municípios que utilizam o simplifica para emissão de inscrição e alvará.

Fonte: https://www.instagram.com/jucetins/p/CXbXqiMuCfu/?utm_medium=copy_link

Treinamentos para Municípios: Visando a continuidade dos serviços nos municípios, a Jucetins, cumprindo o papel que lhe foi atribuído de integrador Estadual, realizou treinamentos específicos para os municípios de Paraíso, Gurupi e Augustinópolis conforme solicitação dos gestores de cada município.

Parcerias e Cooperações

SECAD

Com vista a prevenir os casos de servidores que estejam em desacordo com o Estatuto do Servidor, a Secretaria de Estado da Administração (Secad) assinou o Termo de Cooperação Técnica com a Junta Comercial do Estado do Tocantins (Jucetins), cujo objetivo é ter acesso ao sistema de conveniados dentro do Portal Simplifica Tocantins, para subsidiar as ações preventivas, no que tange a regularização da vida funcional dos servidores.

Fonte:https://www.to.gov.br/jucetins/noticias/administracao-firma-parceria-com-jucetins-para-acesso-ao-portal-simplifica-tocantins/30tpec6dmpmb

Anoreg

A Junta Comercial do Estado do Tocantins (Jucetins) e a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Tocantins (ANOREG/TO), que representa os cartórios, assinaram um termo de cooperação técnica em agosto.

O termo estabelece a parceria entre ambos com o objetivo de integrar o sistema Simplifica Tocantins, da Jucetins, e a Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados, sistema de registros e notariais da ANOREG.

Fonte:https://www.to.gov.br/jucetins/noticias/jucetins-e-anoreg-assinam-termo-de-compromisso-para-integrar-sistemas/b7btfrlq0vv

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A Junta Comercial do Tocantins (Jucetins) e a secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (Sics) assinaram o Termo de Cooperação Técnica que consolida a articulação de ações para facilitar investimentos e fortalecer a economia do estado.

A cooperação estabelece intercâmbio de informações cadastrais das empresas registradas no Estado, dados econômicos, pesquisas e estudos setoriais, bem como a troca de informações sobre projetos, oportunidades de investimentos, implantação e expansão de empreendimentos internacionais, nacionais e regionais.

Demais Parcerias

Visando a maior integração entre órgãos Estaduais e Federais, e agilizando as demandas de troca de informações, a Junta Comercial manteve a cooperação com diversos órgãos, para acesso direto ao Simplifica, diminuindo a burocracia e reduzindo tempo de atendimento. Atualmente temos cooperação com os seguintes órgãos:

- Controladoria Geral do Estado - CGE
- Controladoria Geral da União - CGU
- Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins
- Diretoria de Vigilância Sanitária
- Fecomercio
- Instituto Natureza do Tocantins
- Ministério Público do Estado do Tocantins
- Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Tocantins - PFN
- Procuradoria da República no Estado do Tocantins - MPF
- Procuradoria Geral de Justiça - PGJ-MP
- Procuradoria Geral do Estado do Tocantins - PGE
- Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região
- Receita Federal do Brasil - RFB
- Secretaria da Fazenda
- Secretaria do Trabalho e Des. Social - SETAS
- Secretaria da Segurança Pública - SSP-TO
- Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCE

FENAJU – Representação na Região Norte

Federação Nacional das Juntas Comerciais – FENAJU – Entidade criada em 2017 para suceder a Anprej, a Associação Nacional de Presidentes de Juntas Comerciais. A atual FENAJU é composta por presidentes das Juntas de todo o país, é o espaço de encontro para debater a modernização e simplificação do registro empresarial no Brasil.

Por meio da troca de experiências entre gestores de diferentes estados, a Federação proporciona uma atuação estratégica dos órgãos de registro para incentivar o empreendedorismo.

Em 2021, a presidente da Jucetins, **Thais Coelho de Souza Amaral Monteiro**, foi recondusida ao cargo que ocupava desde 2020, de **vice-presidente da Fenaju da região Norte**, significando uma representatividade para o Tocantins nas definições nacionais relacionadas ao registro mercantil e formalização de empresas.

Maiores informações: https://fenaju.com.br/institucional-fenaju/

Números do Registro Mercantil

Em 2021, o Estado do Tocantins teve uma evolução significativa em relação a 2020, com aumento de **33,60%** nos números de empresas abertas. Mesmo com um aumento no numero de empresas extintas, o saldo foi de 16.404 empresas registradas.

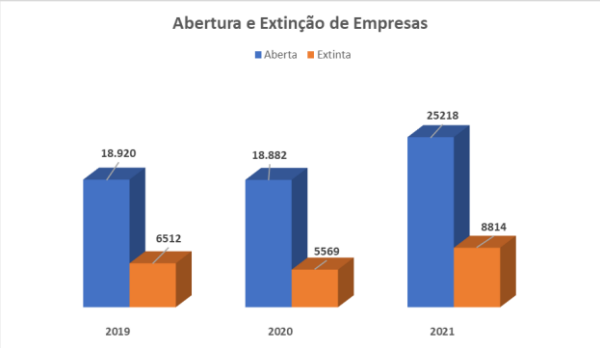


Gráfico 01: Empresas abertas e extintas

Ato/ano	2019	2020	2021
Aberta	18.920	18.882	25218
Extinta	6512	5569	8814
Saldo	12.408	13.313	16.404

Tabela 01: Empresas abertas e extintas

Os números levantados, incluem o MEI – Micro empreendedor individual que é aberto no portal do micro empreendedor e enviado pela Receita Federal para a JUCETINS.

Financeiro

A arrecadação da Jucetins teve um aumento de **25,93% em 2021**, superando os últimos 4 anos.

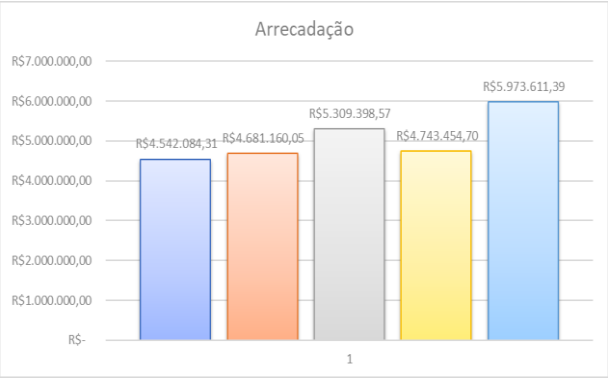


Gráfico 02: Arrecadação 2017 a 2021

Ano	**Valor Total**
2017	**R$ 4.542.084,31**
2018	**R$ 4.681.160,05**
2019	**R$ 5.309.398,57**
2020	**R$ 4.743.454,70**
2021	**R$ 5.973.611,39**

Tabela 02: Arrecadação 2017 a 2021

Vale ressaltar que tivemos a continua da pandemia e mudanças na legislação em 2020, o que causou impacto negativo, como a instrução normativa nº 81/2020 que estabeleceu que os atos referente a filiais devem ser realizados na jurisdição onde se encontra a Matriz.

> CAPÍTULO II- PROCEDIMENTOS DE REGISTRO
> SEÇÃO IV ALTERAÇÃO CONTRATUAL
> 4. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES
> 4.8. ABERTURA, ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DE FILIAL
> 4.8.3. Filial em outra Unidade da Federação
> Quando se tratar de filial em outra unidade da federação, o arquivamento do ato deve ser promovido exclusivamente na Junta Comercial da sede, uma vez que após o deferimento do ato, os dados relativos à sede e filial serão encaminhados eletronicamente para Junta Comercial da outra Unidade da Federação.

Outro fator foi Lei da liberdade economica Lei nº 13.874/2019 determinou a isenção de taxas para extinção de empresas de algumas naturezas conforme consta:

> Art. 55. § 2º É vedada a cobrança de preço pelo serviço de arquivamento dos documentos relativos à extinção do registro do empresário individual, da empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) e da sociedade limitada.” (NR)

Essas duas alterações na legislação, continuam impactando, mas o aumento de processos fez com que a arrecadação do Tocantins fosse a maior nos ultimos anos.

Ressaltamos também que não realizamos ajuste nas tabelas de preços desde 2020, devido a pandemia.

O ponto principal foi a simplificação nos serviços, fazendo com que as empresas realizem mais procedimentos de alteração e outros arquivamentos.

Conclusão

A Junta Comercial do Estado do Tocantins exerceu um papel fundamental no desenvolvimento do Estado, simplificando e desburocratizando todos os processos de legalização e registro empresarial.

Em 2021, Tocantins foi considerado o **6º melhor estado** para manter um negócio, conforme Relatório do Doing Business Subnacional Brasil 2021 realizado pelo Banco Mundial e Ministério da Economia.

O *Doing Business Subnacional Brasil 2021* apresenta uma análise comparativa do ambiente de negócios nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Este estudo mede a regulamentação das atividades de pequenas e médias empresas nacionais em cinco áreas: **abertura de empresas**, obtenção de alvarás de construção, registro de propriedades, pagamento de impostos e execução de contratos.

Ainda em 2021, a Jucetins alcançou a **5º no Ranking da Receita Federal**, que mede o trabalho das Juntas Comerciais como integrador Estadual, responsável pelo início do processo de abertura até a liberação das licenças nos demais órgãos, sendo o **1º lugar** na região norte.

Em síntese, a Junta Comercial do Estado do Tocantins, melhorou o tempo de abertura de empresas, que para análise é em média 11 horas, e melhorou sua arrecadação em 25,93%, mesmo sem alteração da tabela de preços.

A Junta Comercial do Estado do Tocantins, colaborou diretamente com o desenvolvimento do Estado, de forma proativa e colaborativa com diversos órgãos e entidades do Tocantins, fomentando o ambiente de negócio com a simplificação de desburocratização na abertura e demais processos mercantis.

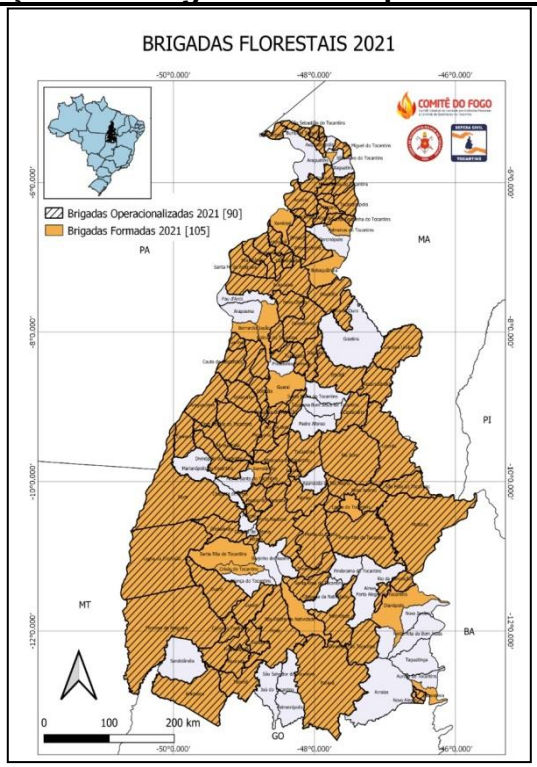
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

- Nivelamento em Salvamento Aquático ministrado a 52 bombeiros militares nas cidades de Palmas, Gurupi, Araguaína e Araguatins;
- Apoio à Defesa Civil Estadual na formação de brigadas municipais de combate à incêndios florestais;
- Operação Fora Covid de desinfecção das áreas de aglomeração de público nos municípios com unidade do CBMTO;
- Missão de prevenção e apoio ao evento 7º Rally do Jalapão/sertões séries, nos dias 14 a 23 de junho, realizado na cidade de são Félix do Tocantins;
- Operação Jalapão de 21 de junho a 1º de novembro;
- Apoio ao projeto “Foco no fogo”;
- Operação de Incêndios Florestais com centenas atendimentos;
- Participação na Operação ENEM;
- Controle de arboviroses realizado em todas as unidades operacionais do CBMTO;
- Operação Enchente iniciada em 30 de dezembro, que continua em andamento;
- Estatística 2021: 11.977 atendimentos totalizados sendo 1870 de Combate em Incêndio, 6368 Atendimentos Pré-Hospitalar, 2160 de Busca e Salvamento, 30 envolvendo Produtos Perigosos, 840 Atividades Preventivas e 709 Atividades de Defesa Civil.

DEFESA CIVIL

- Campanhas publicitárias e ações educativas de prevenção aos incêndios florestais e controle de queimadas ilegais com realização de visitas de sensibilização e orientação aos produtores rurais;
- Em 2021, 29 (vinte e nove) instituições atuaram nas ações do Comitê do Fogo, sendo que através da Defesa Civil Estadual, todas as coordenadorias municipais fazem parte das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais;
- Formação de Brigadas Municipais, se destacado como a principal ação do eixo preparação, pela grande capilaridade e homogeneidade que promove no combate aos incêndios florestais e as queimas ilegais. Ao todo, a CEPDEC-TO tem informação de 90 (noventa) brigadas municipais, que foram ativadas em 2021, sendo que foram formados brigadistas em 103 (cento e três) municípios tocantinenses, além de outras 02 (duas) que foram revalidadas, ou seja, recontrataram brigadistas que atuaram em 2019 ou 2020 e que estavam com os certificados dentro do prazo de validade.

Localização das Brigadas Municipais no Tocantins



Fonte: CEPDEC-TO, 2021

Ocorrências atendidas em 2021

QUANTITATIVO DE COMBATES REALIZADOS		
Instituição		Quant. de Combates
CBMTO	Araguaína	310
	Araguatins	38
	Colinas	95
	Palmas	347
	Paraíso	189
	Porto Nacional	69
	Gurupi	239
	Dianópolis	76
Formoso do Araguaia	*** Operação Guardiões do Bioma**	09
Paranã		16
Ponte Alta do Tocantins		21
São Félix do Tocantins		186
Prevfogo/IBAMA		209
Naturatins		122
Brigadas Municipais		361
Total		**2.287**

Fonte: Instituições de Combate/COMITÊ DO FOGO, 2021

Ranking dos Focos de calor

Figura 14 – Focos de Calor Brasil

Fonte: CEPDEC-TO, 2021

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

- Lançamento das fichas na intranet dos militares da ativa, reserva, reformados etc....
- Atualização mensal dos efetivos e almanaque;
- Relatórios e respostas a pesquisas (EXÉRCITO, SENASP, SECAD...);
- Acompanhamento da APED e SAPED;
- Transferências dos BG e BGR atualizadas.

ASSESSORIA JURÍDICA

- Publicação da Lei n° 3.798, de 13 de julho de 2021. Dispõe sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Emergência em edificações e áreas de risco no Estado, e adota outras providências.
- Publicação da Lei nº 3.826, de 29 de setembro de 2021. Dispõe sobre o serviço voluntário na atividade de brigada de incêndio florestal e salvamento aquático no Estado do Tocantins, e adota outras providências.
- Publicação da Lei Complementar nº 131, de 30 de setembro de 2021. Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO, e adota outra providência.
- Publicação da Medida Provisória n° 15. Altera a Lei n° 2.665, que regula as promoções no CBMTO.
- Publicação do Decreto nº 6.314, de 21 de setembro de 2021. Regulamenta a Lei 3.721, de 8 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a admissão especial de militares da reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO e do Corpo de Bombeiros Militar - CBMTO, e adota outras providências.
- Concurso Público regido pelo Edital n° 001. Execução e homologação do resultado final.
- Em tramitação o Projeto de Lei sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares;
Minuta de Decreto de regulamentação da LOB.

COORDENADORIA DE SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL

- Imunização da tropa: Covid 19, H1N1, Tríplice Viral;
- Contratação de Médico, Assistente Social e auxiliares de Fisioterapia e Odontologia;
- Inspeção médica dos cursos CHOA, CAS, e do concurso público 2021;
- Condução da comitiva da SENASP pelas instalações da saúde (apresentação de projetos e necessidades);
- Ação no Jalapão: Distribuição de 3000 kits de higiene bucal e cestas básicas com orientação de escovação nos municípios de São Felix e Mateiros, e nas comunidades Quilombola, Do Prata e Boa Esperança;
- Ação da Saúde em Brejinho de Nazaré, Colinas, Guaraí e Porto Nacional;

- Atendimentos realizados pelos profissionais de saúde: Dentistas 2.867 procedimentos, Fisioterapia 1.480 atendimentos, Psicologia 697 atendimentos, Médico 294 atendimentos, Nutricionista 20 atendimentos, além de diversos atendimentos pela Capelania e Assistente Social.

ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA

ORD	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	QTDE.
1	Processo e cadastramento de aquisição de arma de fogo junto ao SIGAP	22
2	Processo de transferência de arma de fogo e registro junto ao SIGMA	11
3	Autorização para carga e porte de arma de fogo	3
4	Certificado e Registro de Arma de Fogo - CRAF	48
5	Termo de recolhimento de arma de fogo	7
6	Termo de recolhimento de Certificado de arma de fogo - CRAF	1
7	Boletim Geral Reservado - confecção e publicação na intranet	13
8	Processo de CPO Promoção	1
9	Processo de CPP Promoção	1
10	Processo de CPO APED	1
11	Processo de CPP APED	1
12	Atos de convocações	16
13	Atas de reuniões	16
14	Análise e aprovação de Pré-cadastro no Sistema SINESP	48
15	Despacho	2
16	Relatório	4
17	Relatório diário sobre a situação do Covid-19	106
18	Relatório do Mapa de Material Bélico do CBMTO e envio para o Exército	2
19	Relatório do Resumo do Material de mobilização do CBMTO para o Exército	2
20	Ofício	93
21	Ofício circular	5
22	Pedido de Busca	71
23	RELINT	5
24	Portaria	17
25	Reuniões das Comissões de promoção de Oficiais e Praças	32
26	Relatório de Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública	1
TOTAL GERAL		**529**

OBS.: Principais ações desenvolvida pela ASSINT no ano de 2021
Covid-19 - Monitoramento e alimentação de planilha estadual e federal com dados da situação do vírus.

DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA

- Curso de Agente Municipal de Prevenção aos Afogamentos: Capacitação de agentes municipais para atuar na prevenção aos afogamentos, mapeando locais de riscos em diversos pontos turísticos do estado.
- Brigadas de Incêndio Florestal da Defesa Civil: Seleção e capacitação de brigadistas florestais, que atuaram sob a coordenação da Defesa Civil Estadual.
- Curso de Altos Estudos Estratégicos (CAEE): Envio de 4 (quatro) bombeiros militares do CBMTO para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
- Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS): Formação de 39 alunos aptos para melhor servir a população tocantinense.
- Curso de Habilitação de Oficiais da Administração (CHOA): Curso em andamento para formar em 2022 mais 45 militares.
- Curso de Nivelamento de Salvamento Aquático: Foram capacitados aproximadamente 70 militares nesta atividade.
- “II Simpósio Nacional Município + Resiliente em Afogamento”: Implantação do programa município + resiliente em afogamentos – Tocantins/2021: Em parceria com a Unitins, foi possível instruir, por meio

de palestras e oficinas, agentes públicos com responsabilidade direta ou indireta pela prevenção contra afogamentos.
- Parcerias firmadas: Unitins para formação dos 100 novos soldados em nível superior; CBMDF para a formação de 5 cadetes; CBMMS para a formação de 20 cadetes; Tratativas e planejamento para implantação do Colégio Militar da cidade de Araguaína, em parceria com a SEDUC.

DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Processo	Fonte de Recursos	Assunto	Valor Orçado	Status 16/12/2021
2021/31000/002567	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	Material de Salvamento	R$ 572.862,60	em análise edital sccl
2021/31000/002117	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	Camionetes - 06 (Frontier)	R$ 1.592.835,00	Fase Adjudicação SSP
2021/31000/001157	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	Aquisição de Equipamentos Academia	R$ 634.604,49	Fase de homologação
2021/31000/02623	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	Curso de Pregão	R$ 16.000,00	refazer proposta
2021/31000/1518	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	Aquisição de embarcação	R$ 240.600,00	empenhado/contratado
2021/31000/1157	FNSP 2019	Aquisição equipamentos academia	R$ 503.659,98	em licitação de itens fracassados

Programa de Trabalho	Natureza	Assunto	Valor Orçado	Status 15/12/2021
Prevenção Sócio Educativa	Material de Consumo	Material de Bombeiro e Salvamento	R$ 492.006,72	Para Empenhar prox. Exercício financeiro
Projetos para Modernização das Instituições de Segurança	Material de Consumo	Material de Salvamento	R$ 572.862,60	Fase de Licitação
Construção e Ampliação de Unidades do CBMTO	Obras a Instalações	Construção 5ª CIA	R$ 1.157.834,03	Fase de Licitação
Projetos para Modernização das Instituições de Segurança	Equipamentos e Material Permanente	Camionetes - 06 (Frontier)	R$ 1.576.500,00	Fase Adjudicação SSP
Projetos para Modernização das Instituições de Segurança	Material de Consumo	Aquisição de Equipamentos Academia	R$ 634.604,49	Fase de homologação
Prevenção Sócio Educativa	Equipamentos e Material Permanente	Ar Condicionado, Tendas	R$ 115.775,00	Para Empenhar prox. Exercício financeiro
Valorização dos Profissionais de Segurança Pública,	Serviço de terceiros	Curso de Pregão	R$ 16.000,00	andamento
Fundo de Modernização e Aparelhamento do CBMTO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANE	Impressora	R$ 1.109,00	andamento

Processo	Unidade Orçamentária	Aquisição	Fonte	Valor orçado	Status 16/12/2021	Empenho
2021/10090/000010	Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins	Soprador	semarh	R$ 52.607,01	Aguardando Entrega	2021NE00390
2021/10070/000050	Fundo de Modernização e Aparelhamento do CBMTO	Novos Computadores	Leilão	R$ 45.980,00	Aguardando Entrega	2021NE0062
2021/31000/001518	Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins	Embarcação - 01	FNSP	R$ 240.000,00	Aguardando Entrega	2021NE0027
				R$ 4.196,50	Aguardando Entrega	2021NE01032
				R$ 2.794,50	Entregue(caneta e resma)	2021NE01033
				R$ 11.088,00	Aguardando Entrega	2021NE01034
2020/09090/000088	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	Material Didático e Papelaria	Proebom	R$ 1.071,00	Aguardando Entrega	2021NE01035
2021/09090/000030	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	Serviços de Limpeza	Tesouro Estado	R$ 166.000,00	Em execução	
2021/10150/000003	Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros	Fardamento dos Novos Alunos	Tesouro do Estado	R$ 49.852,50	Aguardando Entrega	2021NE00002
2021/10090/000004	Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins	Uniforme Brigadista (aditivo 25%)	Semarh	R$ 6.700,00	Aguardando Entrega	2021NE00389
2021/10070/000037	Fundo de Modernização e Aparelhamento do CBMTO	Materiais de Consumo	Distec	R$ 30.000,13	Entrega e pagamento parcial	
2021/10070/000028	Fundo de Modernização e Aparelhamento do CBMTO	Manutenção de Ar Condicionado	Distec	R$ 17.370,00	Pagamento parcial - 5.800,00	2021NE00082
				21.907,50	Entregue (Bola Futebol e Touca)	2021NE00766
				22.932,00	Aguardando Entrega	2021NE00767
2020/09090/000084	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	Unif. Mat. Esp. e inst.	Proebom	283.905,00	Entrega parcial - 25.998,00 (óculos)	2021NE00769
2021/09090/000034	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	Construção Piscina	Infraero	R$ 726.420,33	Empenhado - Aguardando contrato	2021NE00969
				181.996,00		2021NE00665
2021/09090/000088	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	Gerenciamento de Frotas	Tesouro Estado	223.548,00	Em execução	2021NE00666
				71.358,00	Pago 131.234,00	2021NE00642
2021/09090/000039	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	Locação de veículos	Tesouro Estado	59.876,00		2021NE00982
2021/09090/000091	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	Passagens aéreas	Infraero	R$ 50.000,00	Pago 11.329,37	2021NE00764
2021/10070/000030	Fundo de Modernização e Aparelhamento do CBMTO	Medalhas	Tesouro Estado	R$ 18.790,00	Aguardando entrega	2021NE00161
				49.080,00	Aguardando entrega	2021NE00396
				6.000,00	Aguardando entrega	2021NE00397
2021/10090/000008	Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins	Material Combate Incendio	semarh	8.610,00	Aguardando entrega	2021NE00398
2020/09090/000102	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	Material de Bombeiro e Salvamento	Proebom	R$ 492.006,72	Para Empenhar	
2021/31000/002117	Fundo Nacional de Segurança Pública - FUSP	Camionetes - 06 (Frontier)	FNSP	R$ 1.576.500,00	Fase de homologação SSP	
2021/31000/001157	Fundo Nacional de Segurança Pública - FUSP	Aquisição de Equipamentos Academia	FNSP	R$ 634.604,49	Fase de homologação	
2020/09090/000089	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	Ar Condicionado, Tendas	Proebom	R$ 115.775,00	Diorf para Empenho	

DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS

- Promulgação da Lei 3.798/2021, em 13 de julho de 2021, a qual dispõe sobre o novo Código de Segurança Contra Incêndio e Emergência. Esta lei aprovou o texto da Medida Provisória nº 7, de 7 de abril de 2021, adotada pelo Governador do Estado do Tocantins;

- Instituição da Comissão de Estudos sobre Segurança contra Incêndio e Emergência, órgão deliberativo e permanente. Esta comissão atuou na alteração de diversas normas técnicas permitindo uma atualização das normativas e migração do atendimento para o sistema online de protocolo;

- Implementação do Sistema Prevenir para regularização das edificações de baixo e médio risco por meio do Processo Técnico Simplificado, permitindo ao contribuinte a realização do protocolo de forma online e, de acordo com os critérios específicos, a obtenção do Alvará Digital;

- Implementação do Formulário de Atendimento Técnico para retirada de dúvidas por meio online na plataforma do Sistema Prevenir;

- Implementação do protocolo de Análise Digital na plataforma do Sistema Prevenir;

- Implementação do protocolo de Vistoria na plataforma do Sistema Prevenir;

- Adequação do checklist de vistoria conforme a nova legislação;

- Participação na Operação Tolerância Zero integrada com outras forças de Segurança Pública para controle de aglomeração visando a prevenção à disseminação do Covid-19;

- Foram recebidos 976 projetos protocolados para análises;

- Foram realizadas 1402 análises de projetos;

- Foram realizadas 3827 vistorias;

- Foram emitidas 2360 Alvarás de Segurança Contra Incêndio e Emergência;

- Foram fiscalizados/regularizados 52 eventos temporários;

- 3 (três) Oficiais do CBMTO participaram de Curso de Especialização em Segurança Contra Incêndio junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Mato Grosso;

- Palestra sobre a influência das Normas da NFPA (National Fire Protection Association) nas normas brasileiras, especialmente a adoção de sistemas de chuveiros automáticos nos projetos de segurança contra incêndio, ministrada pela fundadora da Rede Especialistas, a Engenheira Débora Arjona, aos militares do CBMTO atuantes nos Serviços Técnicos.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

INTRODUÇÃO

Este relatório foi elaborado em atendimento à solicitação da Secretaria de Planejamento e Orçamento, registrado no SGD nº 2021/13019/008929 para que a PMTO encaminhe a descrição das principais atividades realizadas no ano de 2021.

1. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA PMTO EM 2021

A Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO é uma instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, organizada com base na hierarquia e na disciplina militares, destina-se à preservação da ordem pública e à realização do policiamento preventivo, ostensivo e repressivo no território do Estado do Tocantins e é subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo.

Visando atender as necessidades da comunidade tocantinense, bem como garantir a sensação de segurança, a PMTO vem aprimorando suas ações nas diversas modalidades de policiamento, bem como investimentos em aquisições, capacitações e infraestrutura, que serão elencados a seguir:

1.1 Equipamentos/Materiais Permanentes

Os seguintes equipamentos e materiais permanentes foram entregues nas diversas Unidades Policiais Militares em todo o Estado, o que contribuirá para maior efetividade nas ações da PMTO.

2.1.1 Implantação do sistema de radiocomunicação digital na PMTO (Convênio nº 853685/2017 – Fonte 225)

Instalação de estrutura completa de radiocomunicação digital na área do Comando de Policiamento da Capital, incluindo **torres, repetidoras, antenas, fontes, abrigos, licenças** e aquisição de **100 rádios portáteis e 50 móveis**. Foi investido o valor de R$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), oriundos de Emenda de Bancada e contrapartida do Estado.

2.1.2 Parceria entre Ministério Público do Trabalho, Poder Judiciário e PMTO

Entre os meses de fevereiro e agosto de 2021 a PMTO, por meio de sua equipe técnica de informática, realizou a instrução da tropa quanto ao uso do sistema PMTO *Mobile*, bem como da configuração e distribuição de 350 kits de tecnologia embarcada (tablet, impressora térmica, *case* e suporte para carregamento veicular), que se encontra em uso nas Unidades, bem como o suporte aos usuários.

Atualmente, as consultas, providências diversas e lavraturas de autos de infrações, boletins de ocorrências e TCO's são feitas exclusivamente de forma digital. Foram investidos R$ 1.916.089,48 (um milhão, novecentos e dezesseis mil, oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos), oriundos de recursos do Estado, do MPT e Poder Judiciário Estadual.

2.1.3 Repasses Federais

- **01 (um) computador** para o setor de alimentação escolar para a Unidade do CMTO II.

2.1.4 Emenda de bancada com contrapartida estadual (Fonte 225)

- **67 (sessenta e sete) carabinas,** no valor de R$ 451.597,04;
- **1.297 pistolas Glock** no valor de R$ 1.735.110,02;
- **400 transceptores de rádio móvel ou portátil,** no valor de R$ 3.241.500,00.

2.1.5 Convênio de Cooperação Federativa 047/2017 entre a PMTO e Ministério da Justiça

- **98 pistolas 9mm**, (doação), no valor de R$ 191.777,18;
- **2 caminhonetes** (doação), no valor de R$ 372.000,00;
- **1 micro-onibus semi-novo** (doação), no valor de R$ 224.200,00.

2.1.6 Convênio nº 02/2019 entre a PMTO e o DETRAN-TO (Fonte 630)

- **36 etilômetros**, no valor de R$ 338.364,00;
- **Munições diversas** no valor de R$ 802.702,00.

2.1.7 Convênio nº 01/2019 entre a PMTO e a AGETO

- **09 caminhonetes mmc triton**, **07 camionetas GM trailblazer, 06 computadores de mesa positivo,** destinados ao BPMRED.

2.1.8 Fonte 930 (recursos de alienação de bens/ativos)

- **432 pistolas 9 mm**, no valor de R$ 845.385,14.

2.1.9 Recursos oriundos do FUSP

- **266 desktops, adquiridos junto à SSP**, com recursos oriundos do FUSP, os quais foram distribuídos a toda a instituição, no valor de R$ 1.055.022,00.

2.1.10 Doações

- **02 Mitsubishi L-200 Triton 0 km, 01 ônibus Volare W9 usado,** doado pela SENASP à PMTO, veículos próprios recebidos em 2021;
- **01 (uma) carreta de transporte de embarcação usada,** entregue ao BOPE por meio de Doação feita pela Naturatins;
- 01 aeronave (Baron G 58, unidade Bimotora, com capacidade para 6 Passageiros (4 + 2), mediante decisão judicial, foi destinada pela Justiça Federal para compor a frota do GRAER PMTO. O referido bem está avaliado em R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e logo estará apto a operar em prol da sociedade tocantinense, sendo a segunda aeronave que compõe o GRAER;

- 01 lancha Marajó, 17 machine, 1 motor de popa Yamaha 90 HP, 1 reboque para embarcação free hobby, 2 drone Phanton 4-pro, 4 baterias suplementares phanton 4-pro, 2 óculos google dji racing edition (br), 15 coletes salva vidas doados ao BPMA pela INVESTCO S.A;

- 05 CPU intel, 10 monitor lenovo, 8 nobreaks, 1400 va, 3 cpu hq, 3 monitores itautec, 2 tablet galaxy 10", 2 impressoras térmica portátil, doados ao BPMA por meio de cessão de empréstimo externo – Naturatins;
- 03 CPU easypc intel i5, 4 monitores HQ gamer, 3 nobreaks sms 600W, 2 roteadores dual band tp-link, doado ao BPMA pelo Ministério Público do Trabalho;
- 02 evaporadoras gree, 2 condicionadores de ar gree, 1 gps etrex 32x cnz portátil, 2 centrais de pabx conecta, 1 drone dj mavic fly, 1 impressora multifuncional epson, 1 monitor aoc led 21.5 windescreen, 1 computador lenovo, 1 kit ferramentas, 1 parafusadeira 220 V, 1 serra circular 7 ¼ 1400w, 4 rádios dual band, 1 roçadeira fs 220 sthil, 1 computador dell, 1 monitor dell, 1 motosserra mod. ms 250, 1 esmerilhadeira bosch, doados ao BPMA pela Justiça Federal de Araguaína (TO);
- 01 gabinete kmex micro, 2 monitores aoc led, 1 gabinete w8, 1 nobreak ups new orion, 1 protetor/estabilizador, 1 auto trafo (transformador, 1 impressora mult sam laser, doados ao BPMA por pessoa física em Gurupi (TO);
- 01 condicionador de ar 12.000 btus split, doados ao BPMA por pessoa jurídica em Gurupi (TO);
- 14 condicionadores de ar doados ao BOPE pelo Tribunal de Justiça do Tocantins;
- 02 filhotes de pastor Belga Malinóis, adquiridos através de cruzamento com cão de pessoa física, para aumentar o plantel canino do GOC, os quais serão treinados para atuarem no patrulhamento e detecção de entorpecentes, de forma a contribuir com as forças de segurança nas ações de combate à criminalidade e, consequentemente, aumentar a sensação de segurança da população;
- 60 cadeiras escolares acolchoadas doados a 2ª CIPM pela Prefeitura Municipal de Dianópolis/TO destinadas a sala de aula da unidade;
- 04 condicionadores de ar doados a 5ª CIPM, através de parcerias com associações, para serem instalados na base da Força Tática, auditório e alojamentos das Praças;
- 14 cadeiras, 03 mesas de reunião e 25 longarinas doados à 5ª CIPM pelo Fórum de Justiça da cidade de Tocantinópolis.

2.1.11 Veículos locados

- Entrega de 305 veículos locados, sendo 100 camionetes mitsubishi L-200 Triton, 100 Renault duster, 92 VW gol, 08 motocicletas Honda África Twin 1.100cc, 03 motocicletas Honda XRE 300cc e 02 Toyota SW4.

1.2 Ensino, Instrução e Pesquisa

A PMTO, por meio da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa (DEIP) realizou neste ano diversas capacitações, que alcançaram quase que a totalidade do efetivo em todo o Estado do Tocantins, nas mais diversas Unidades Operacionais e Administrativas, além de encaminhar militares para Cursos em Coirmãs, onde não houve suspensões, em detrimento do período de pandemia provocada pelo novo Coronavírus.

Assim, serão discriminadas a seguir, as ofertas e execução dos Cursos, Instruções de Nivelamento de Conhecimentos e Estágios, Seminários e Oficinas em 2021, com o apoio das Polícias Militares de outros Estados da Federação, outras instituições de ensinos parceiras e das UPMs/Unidades-Escolas do Tocantins:

2.2.1 Cursos concluídos na PMTO

- I Curso de Policiamento Ostensivo Rural – I CPOR;
- XIII Curso de Força Tática da PMTO;
- I Curso de Ações Táticas Especiais da PMTO;

- IV Curso Operacional de Rotam – COR; Curso de Policiamento Ambiental – CPA/PMTO/2021;
- Curso de Habilitação de Oficiais de Administração – CHOA;
- Curso de Habilitação de Oficiais de Administração da Saúde– CHOAS;
- Curso de Habilitação de Oficiais Músicos – CHOM;
- III Curso de Policiamento de Trânsito Rodoviário – CPTR;
- I Curso de Instrutor de Armamento e Tiro – CIAT;
- Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS/2021;
- Curso de Piloto de Embarcação.

2.2.2 Cursos ofertados em outras polícias militares e instituições de ensino

- Estágio de Policiamento Montado – PMPB;
- Curso de Policiamento Montado – PMMS;
- XII Curso de Técnicas Operacionais – XII CTO/SR/PF/TO;
- XII Curso de Direção Operacional – XII DO/SR/PF/TO;
- Capacitação Voltada para a Nova Lei de Licitações n° 14.133/2021 - CGE/TO;
- Curso de Capacitação em Gestão e Fiscalização de Contratos no Âmbito da Administração Pública - CGE/TO;
- Oficina de Aplicação de Papel de Trabalho-Checklist - CGE/TO;
- Patrulhamento Tático e Ações Especiais de Polícia –II/21 – PMESP;
- I Curso de Ações Ambientais – I CAAM/2021-PMPA;
- XI Turma do Curso Especial de Policiamento com Motocicleta – CEPM/RAIO/2021;
- Estágio Prático de Equoterapia;
- Curso de Contramedidas – 2ª edição;
- 7º Curso de Especialização em Cinotecnia – CEC/2021;
- Curso Nacional de Patrulha Maria da Penha – SENASP;
- Patrulhamento Tático e Ações Especiais de Polícia – II/21;
- Curso de Especialização Profissional – Inteligência policial para Oficiais – CEP-IP OF/21;
- XI Turma do Curso de Especial de Policiamento com Motocicleta – CEPM/RAIO/2021 – PMCE;
- Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Tático - Nível Básico / 3ª edição;
- 1º Curso Básico de Equoterapia de Gurupi;
- 6ª edição do Curso de Unidades Especializadas de Fronteiras – BMRS;
- VII Curso de Especialização em Policiamento de Fronteiras – CEPFRON;
- XII Curso de Técnicas Operacionais – XII CTO -PF-TO;
- Curso Nacional de Patrulha Maria da Penha – SENASP;
- Curso Academia Itinerante – SSP;
- Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Tático - Nível Básico / 3ª edição.

2.2.3 Instruções de nivelamento de conhecimento realizadas na PMTO e coirmãs

- Instrução de tiro e treinamento com fuzis de assalto cal. 5,56 Imbel IA2 e MD97;
- Instrução de abordagem policial, uso seletivo da força, Patrulhamento em viatura 04 rodas e noções de gerenciamento de crises - 1º BPM;
- Instrução para o uso, manuseio e manutenção nas pistolas GLOCK G17, G19 em GEN5;
- Instrução para o uso, manuseio e manutenção nas pistolas GLOCK G17, G19 em GEN5 - nível multiplicador;
- Curso de Operador PMTO – “Mobile” - 1ª e 2ª etapas;
- Instrução Tática Individual - armamento, equipamento e tiro policial;
- Operações em Áreas de Divisas;
- Instrução de Armamento, Equipamento e Tiro Policial;
- Instrução de Polícia Judiciária Militar e Legislação;

- Uso, Manutenção e Manejo da Pistola .40 e a carabina 5,56;
- Instrução de Técnicas para Atendimento de Primeiros Socorros;
- Capacitação de Militares do 4º BPM para Uso da Carabina Armalite m-15";
- Manuseio e Tiro com Armamento - Carabina m - 15, Armalite 5,56.

2.2.4 Instruções de cursos em andamento na PMTO e coirmãs

- Curso de Formação em Mecânico Aeronáutico - SEST/SENAT Nacional;
- Curso MBA de Criminologia, Ciências e Investigação Criminal – UNIPÊ;
- Curso de Especialização em Estratégias para Conservação da Natureza – PMMS;
- VIII Curso de Operações de Divisas (VIII COD);
- Curso Academia Itinerante 2021 - ESPOL-TO;
- Instrução para o Uso, Manuseio e Manutenção nas Pistolas GLOCK G17, G19 em GEN5.

Totalizando até o presente momento 37 (trinta e sete) cursos com 656 (seiscentos e cinquenta e seis) policiais militares capacitados e 14 (quatorze) Instruções de Nivelamento de Conhecimento nas UPMs da Capital e do Interior e outras Instituições parceiras, com 2.857 (dois mil oitocentos e cinquenta e sete) policiais militares capacitados, perfazendo um total de 3.513 (três mil quinhentos e treze) profissionais instruídos, além de 17 (dezessete) cursos e instruções de nivelamento que estão em andamento, aguardando ata de conclusão ou em fase final de seleção para 1.339 (um mil trezentos e trinta e nove) policiais militares, além da previsão do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos destinado a 50 (cinquenta) policias militares e 03 (três) bombeiros militares de nosso Estado. Este último teve início no dia 20 de dezembro de 2021.

2.2.5 Parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

A Polícia Militar do Estado do Tocantins, através da DEIP realizou várias ações dentre elas: Firmou Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (TCT 039/2021/REI/IFTO. D.O, 5.946,2021) que estabelece cooperação mútua e de ampla extensão, visando ao Ensino, Pesquisa e Extensão a formação, habilitação, aperfeiçoamento e qualificação continuada profissional dos Policiais Militares do Estado do Tocantins. Logo, a referida parceria possibilitou que o Curso de Formação de Praças – CFP - 2022 (Antigo Curso de Formação de Soldados - CFSD) seja um curso de nível superior tecnológico, portanto, o CFP será denominado **Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.**

2.2.6 Projetos pedagógicos de cursos

Outra novidade foi à submissão de três Projetos Pedagógicos de Cursos - PPC, no Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins, que possibilitará a elevação dos cursos de Formação, Habilitação e Aperfeiçoamento, em nível de Especialização Lato Sensu, que qualificará com conhecimentos específicos os profissionais para o desempenho das funções na Corporação.

Serão ofertados:

- **Curso de Especialização em Políticas de Segurança Pública e Cidadania Aplicada à Atividade Policial**, para os 1º Sargentos e Subtenentes não possuidores do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos – CAS supracitado;
- **Curso de Especialização em Planejamento e Gestão Estratégica em Segurança Territorial** voltado para os capitães da Corporação;
- **Curso de Especialização em Liderança, Gestão e Assessoramento em Segurança Pública** destinado aos alunos dos cursos de habilitação de oficiais. Cabe destacar que os cursos, serão ofertados para todos os quadros de profissionais, ou seja, colaboradores da saúde, especialistas e combatentes.

2.2.7 Cursos relevantes na ordem institucional

- **Curso de Adaptação do uso, manutenção e manejo das pistolas Glock G17, GEN5 e G19 GEN5 e Fuzil M15** – ETAPA I, II, (Conhecimento e adaptação dos militares no

uso, manejo e manutenção das novas armas de porte adquiridas pela Polícia Militar do Estado do Tocantins; Maior segurança no uso do material durante a execução da atividade operacional);

- **Instrução de Polícia Judiciária Militar – PJM e Legislação,** destinada, preferencialmente, aos Fiscais de Dia, Comandantes do Policiamento da Unidade – CPUs e integrantes da Corregedoria/Assessoria Jurídica da 5ª CIPM/CPI, tendo como foco a atualização de conhecimentos e fortalecimento dos procedimentos técnico-doutrinários a serem adotados por esse público durante o cumprimento do Serviço Policial Militar – SPM, sobretudo quando investidos da autoridade de PJM. Visando o compartilhamento de conhecimento, a instrução será extensiva a Oficiais e Praças de outra Unidade (9º BPM);
- **I CATE (Curso de Ações Táticas Especiais)** da Polícia Militar do Estado do Tocantins. O curso foi promovido pelo BOPE da PMTO e contou com 59 (cinquenta e nove) dias de curso e 610 horas/aulas;
- **Conclusão da Parte Teórica do Curso de Mecânicos de Integrantes do GRAER:** foi concluído o módulo teórico do Curso em manutenção aeronáutica realizado em BRASÍLIA ministrado pelo CIAC - SEST SENAT com 18 meses de duração /1800 horas com especificações em célula (estrutura de aeronaves) e GMP (Grupo Motopropulsor) iniciado em Julho de 2020 e finalizado em Dezembro de 2021. Dois integrantes do GRAER finalizaram o referido curso e agora iniciarão a parte prática em Oficinas Homologadas;
- **Conclusão do Curso Prático de Piloto Privado de Asa Fixa de 2 (Dois) Oficiais do GRAER PMTO:** está em fase de finalização o Curso Prático de Piloto de Avião de 2 (dois) oficiais lotados no GRAER. Esta primeira etapa faz parte do cronograma exigido pela ANAC, sendo requisito obrigatório para a composição da Tripulação de uma Aeronave de Segurança Pública.

Verifica-se que a PMTO capacitou no ano de 2021 **mais de dois mil profissionais**, apesar de todos os impedimentos sanitários impostos pela pandemia da Covid-19, demostrando obstinação para a capacitação profissional, que resultará numa série de vantagens para todos os envolvidos no Sistema de Segurança Pública: a Corporação, o profissional e a sociedade tocantinense, a quem os serviços são destinados.

Portanto, a PMTO destaca-se como uma das instituições, da região Norte do Brasil, com forte visão inovadora no quesito ensino.

1.3 Construção/Reforma

- Construção do refeitório do BPCHOQUE;
- Construção de 11 (onze) vagas de garagem coberta para as viaturas, nas dependências do BPCHOQUE;
- Criação da RPMon (Regimento de Polícia Montada) instituída na estrutura operacional da Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO, pelo Decreto nº 6.271, de 10 de junho de 2021, com sede na capital e que está em fase de implantação;
- Inauguração da base do BOPE (Batalhão de Operações Especiais), em 26 de janeiro de 2021;
- Reforma e pintura da sala dos Professores, Diretoria e Subdiretoria do CMTO II;
- Finalização da revitalização da base do GRAER (Grupamento Aéreo) e assinatura do Decreto regulamentando nova nomenclatura (Decreto número 6.360 de 07 de dezembro de 2021, o qual muda o nome da extinta CIOA – Companhia Independente de Operações Aéreas, passando a ser, de fato, denominada GRAER – Grupamento Aéreo da PMTO);

- Reestruturação da Reserva de Armamento da 3ª CIPM;
- Reforma dos banheiros da sede da Unidade da 2ª CIPM;
- Continuação da construção da Base da Força Tática/2ª CIPM;
- Reforma e pintura de banheiros, refeitório, das salas de aulas, das salas dos professores do CMTO II;
- Inauguração do Núcleo de Saúde do 6º BPM;
- Inauguração do Consultório Médico Pediátrico no QCG;
- Construção da Base da Força Tática, concluída na área do 5º BPM;
- Construção do Clube de Tiro do 1º BPM;
- Aprovação de terreno com área de 19.500 m² (metros quadrados) para construção de UPM, no Distrito de Luzimangues com terraplanagem em andamento.

1.4 Saúde

Visando evitar a propagação da COVID-19, foram distribuídos diversos *kits* de proteção individual, como: máscara descartável, luvas, álcool em gel e protetor facial nas Unidades da Polícia Militar. As principais ações foram:

- Realização da Vacinação contra a Covid-19; 1ª, 2ª e 3ª doses;
- Implantação do serviço de pilates no 1º BPM;
- Inspeção de Saúde anual;
- Realização do Teste de Aptidão Física.

1.5 Despesas Correntes Fixas

Despesas Fixas	Valor (R$)
Energia Elétrica	1.533.719,88
Água Tratada	464.494,44
Telefonia fixa	470.956,19
Telefonia móvel	71.574,59
Link de Internet	575.650,02
Serviço de impressão	204.027,04
Aluguéis de imóveis	447.595,29
Limpeza e manutenção de unidades	1.328.278,70
Total	**5.096.296,15**

1.6 Despesas com Pessoal

Diária	Valor R$
Diárias Pessoal Civil	5.937,75
Diárias Pessoal Militar	490.605,15
Diárias Pessoal Militar - COVID	141.641,25
Total	**638.184,15**

Auxílios a Servidores	VALOR R$
Natalidade	599.578,56
Funeral	112.465,74
Ajuda de Custo operacional (Fonte 100)	399.151,67
Ajuda de Custo operacional (Fonte 218)	1.118.859,58
Auxílio Alimentação a Policiais	4.435.160,00
Total	**6.665.215,55**

Folha de Pagamento	Valor R$
Pagamento de pensionistas	125.547,96
Contratos temporários	3.782.244,41
Salário família	3.845,25
Pessoal Civil	6.616.802,00
Pessoal Militar	362.390.907,46
Encargos INSS	87.464,07
Despesas de Exercício Anterior	47.361.559,35
Indenizações trabalhistas	5.915.041,48
Plano de saúde/Igeprev	4.183.791,64
DEA – Plano de saúde/Igeprev	148.679,62
Total	**430.615.883,24**

1.7 Despesas com Combustível e Débitos Oriundos do Contrato de Locação

- Combustível para viaturas R$ 1.888.040,65.
- Combustível para aviação R$ 56.896,69

Débitos Oriundos do Contrato de Locação	Valor (R$)
TB Serviços	37.354.058,15
Selenorte 2 – Locadora de veículos	731.538,73
Total	**38.085.596,88**

Obs.: As dívidas são referentes aos anos de 2017, 2019 e 2020.

Ressalta-se que o valor pago com prestação de serviços locação de veículos em 2020 - R$ 6.309.625,08.

1.8 Convênios

2.8.1 Convênios Federais

Nº Convênio	Objeto	Valor Pago (R$)

780428/2012 (SENASP/MJ)	Construção da CIOE (9ª à 12ª medições)	173.810,16
839102/2016 (SENASP/MJ)	Construção do Centro Olímpico (4ª a 7ª medições)	204.539,76
853684/2017 (SENASP/MJ)	Aquisição de Munições e Lançadores	164.263,16
853685/2017 (SENASP/MJ)	Aquisição de equipamentos e sistemas de Radiocomunicação Digital	3.699.999,99
853685/2017 (SENASP/MJ)	Restituição de saldo remanescente	37.992,95
780428/2012 (SENASP/MJ)	Restituição de saldo remanescente	260.152,67
Total		**4.540.758,69**

2.8.2 Convênios com a Iniciativa Privada (PMTO/BPMA)

Nº Convênio	Objeto	Valor Pago
Convênio Enerpeixe PX-TO-5300-CO0026/18	Pró-labore do IV Curso de Policiamento Ambiental – CPA/PMTO	9.000,00
Convênio ENGIE Brasil Energia S/A nº 245/2007	Restituição de saldo remanescente	304,58
Total		**9.304,58**

Observação: As diárias pagas através dos convênios com a iniciativa privada são processadas pela Coordenação de Execução Financeira – CEFIN.

2.8.3 Convênio com o DETRAN-TO

Nº do Processo	Objeto	Valor Pago
2015/0903/00467	Aquisição de Cones de Sinalização	17.216,25
2020/0903/00392	Aquisição de Serviços Gráficos	31.472,31
2021/0903/00392	Pgto de Pró-Labore Cursos de Oficiais	255.750,00
Total		**304.438,56**

1.9 Fundos

2.9.1 Fundo de Modernização (FUMPM)

Nº do Processo	Objeto	Valor Pago
2020/09030/000397	Concurso Público da PMTO - contrato nº 10/2020.	2.099.157,60
2021/0903/00035	Devolução das taxas de inscrição do Concurso Público CFO – PMTO/2018	424.440,00
2021/0903/00044	Devolução das taxas de inscrição do Concurso Público CFSD – PMTO/2018	1.348.720,00
Total		**3.872.317,60**

Obs.: O valor de 2.099.157,60 foi pago pela Sefaz e a PM não tem cesso.

2.9.2 Fundo de Fardamento (FUNFARDA)

Orçamento disponibilizado no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões), conforme QDD-2021, no entanto o processo de aquisição de fardamentos foi extinto e em consequência disso o orçamento não foi utilizado.

2. CONCLUSÃO

O ano de 2021 foi um período de grandes avanços para a PMTO em virtude dos vários obstáculos superados. Percebe-se que, mesmo diante das limitações orçamentárias, foi possível fazer inúmeras entregas, com criatividade, voluntariedade e dedicação, através de medidas e protocolos de segurança sanitária em decorrência da pandemia do novo Coronavírus. Seja com meios próprios ou através de parcerias com outras

instituições foi possível proporcionar melhores condições de trabalho, tornando o atendimento à sociedade mais eficiente e eficaz.

Portanto, verifica-se que esta Instituição Militar procurou atender com o máximo de eficiência a crescente demanda social por segurança pública, cumprindo assim o seu importantíssimo papel constitucional de manutenção da ordem pública e da paz social.

SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Realização de ações virtuais para o fortalecimento da política de enfrentamento à exploração sexual, trabalho infantil e combate à todas as violências cometidas às crianças e adolescentes por meio das campanhas junto aos municípios;
- Realização dos cursos de formação de Escolta Tática socioeducativa, modalidade presencial – 30h, para 81 servidores;
- Realização do Curso EaD, 40h, sobre Comunicação não Violenta para 32 servidores;
- Realização de oficina EaD, sobre o fortalecimento das competências pedagógicas, com carga horária de 20h, voltada aos pedagogos das unidades socioeducativas;
- Curso presencial de Procedimentos Operacionais Socioeducativo – CPOS; 64 horas, para 50 servidores;
- Realização do Curso de Facilitadores da Justiça Restaurativa em parceria com a Escola da Magistratura do TO – carga horária de 72h, 8 servidores multiplicadores;
- Realização do curso de combate ao incêndio e suporte básico de vida com carga; para 40 servidores;
- Promoção de atividades de educação em saúde nas Unidades socioeducativas, com destaque para a prevenção ao suicídio e automutilação;
- Articulação e implantação do “Projeto Justiça Terapêutica” no Sistema Socioeducativo;
- Inscrição de 39 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (Encceja PPL) para diplomação no Ensino Fundamental ou Médio.

SUPERINTENDÊNCIA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

- Realização do Feirão de negociação do Procon Tocantins com saldo estimado em 800 mil reais negociados;
- Promoção de treinamento para 35 fiscais por meio de cooperação técnica e operacional com a Agência Nacional do Petróleo
- Realização da Operação Black Friday com notificação de 132 estabelecimentos comerciais no Tocantins;
- Realização da Operação Tempo Certo em 44 instituições bancárias no Estado com aplicação de 17 autos de infração;
- Criação do Programa Estadual de Proteção e Tratamento ao Superendividado "TO EM DIA";
- Realização de monitoramento de mais de 1.400 produtos para evitar publicidade enganosa na Black Friday em 124 empresas.

POLÍTICAS DE DEFESA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

- Campanhas virtuais sobre defesa e proteção dos direitos humanos e combate à violência nas áreas de: pessoa com deficiência; igualdade racial; direitos da mulher; direitos da pessoa idosa; diversidade sexual; diversidade religiosa;
- Entrega de cestas de alimentos para comunidades tradicionais (quilombolas e ribeirinhos), e às comunidades vulneráveis conforme distribuição da CONAB e Programa Estadual coordenado pela SETAS.
- Ação de conscientização na Semana Nacional da Pessoa Intelectual e Múltipla com entrega de cartilha informativa sobre os direitos da pessoa com deficiência, para 350 pessoas;
- Realização de duas edições da Campanha de Educação em Direitos Humanos, com palestras online, promovida em conjunto com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, com a participação de 1.020 pessoas;
- Ação em Palmas com a entrega de cartilhas sobre os direitos da comunidade LGBTQIA+ para 120 pessoas;
- Realização de palestras em escolas estaduais sobre igualdade racial e direitos da pessoa com deficiência para estudantes adolescentes;
- Atendimentos para 80 mulheres pelo Centro de Referência em Atendimento à Mulher, localizado em Arraias;
- Retorno das Unidades Móveis – Centro de Referência da Mulher Itinerante, com atendimentos para 200 mulheres em situação vulnerável;
- Realização de palestra online para orientação aos municípios quanto a realização de ações sobre violência doméstica em tempos de Pandemia com 32 participantes;
- Realização de capacitação Multidisciplinar com a Rede de Atendimento à Mulher com 100 servidores estaduais e municipais participantes;
- Realização de palestra em conjunto com a Rede de Proteção à Mulher sobre enfrentamento à Violência contra a Mulher para estudantes de Palmas com 150 participantes.

POLÍTICA SOBRE DROGAS

- Realização da XX vigésima semana Estadual Sobre Drogas com o tema: "Atenção à Família nos Tempos de Pandemia", em parceira com os CRAS, CREAS, COMAD´S e Comunidades terapêuticas, em 14 municípios;
- Realização de palestras e capacitações para as equipes técnicas dos municípios com a participação de conselheiros, representantes das secretarias Municipais responsáveis pelas políticas sobre drogas, diretores de escolas e institutos, polícia militar e comunidade interessada;
- Realização de campanhas virtuais de combate ao uso de drogas;

- Realização de *lives* para discussão e disponibilização da Cartilha eletrônica com prevenção ao uso de drogas: “Atenção à Família em tempos de pandemia”: 10 práticas de prevenção do uso de drogas no ambiente familiar”, com 3.205 pessoas atingidas;

POLÍTICA DE EXECUÇÃO PENAL

- Realização de Curso de Inteligência emocional, com carga horária de 33h, na modalidade EaD, para 172 servidores do Sistema Penitenciário;
- I Encontro da Rede de Instituições parceiras das CEPEMAS, por meio da plataforma *YouTube*, com objetivo de fortalecer a política de alternativas penais, com participação de aproximadamente 200 pessoas;
- Realização do Curso de Ações e Operações Policiais, com carga horária de 80h (Presencial), nas cidades de Palmas, Araguaína e Araguatins, contemplando 191 policiais penais;
- Curso presencial sobre Procedimentos Disciplinares – O que o Servidor deve saber? Carga horária de 8h, com participação de 108 servidores;
- Capacitação em Alternativas Penais online, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Programa Fazendo Justiça;
- Instalação da I Central de Alvarás de Soltura em Palmas, com atuação em 1.645 processos;
- Atendimento para 1.742 pessoas monitoradas pela Gerência de Monitoramento Eletrônico de Pessoas;
- Realização do I Seminário Estadual sobre a Política de Atenção às Pessoas Presas do Sistema Penal;
- Participação no III Fórum Nacional de Alternativas Penais;
- Execução do Projeto Formação para a Cidadania, voltado ao público atendido no Escritório Social de Palmas, com participação de 200 egressos do Sistema Penal e familiares;
- Realização do I Seminário Estadual sobre a Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Penal com 212 participantes;
- Realização do Webinário de Alternativas Penais: uma abordagem político criminal no contexto do não encarceramento com 120 participantes;
- Entrega de veículos especializados e equipamentos em todas as unidades penais;
- Elaboração do Plano Estadual de Atenção às Mulheres privadas de liberdade Egressas do sistema prisional;
- Realização de 22 mutirões de assistência à saúde nas unidades penais para promoção de atendimentos médico às doenças de maior agravo e prevalência, imunização, diagnóstico precoce infecções sexualmente transmissíveis; identificação de doenças crônicas não transmissíveis; identificação dos casos de tuberculose, hanseníase e dermatites em geral – foram atendidas no período, 1.355 pessoas privadas de liberdade;
- Imunização contra a Covid-19 em 100% da população carcerária;
- Aparelhamento de seis unidades básicas de saúde em unidades penais, com atendimento de 1.265 pessoas privadas de liberdade;
- Participação das reuniões do Grupo de articulação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas privadas de liberdade, para o fortalecimento da política estadual de saúde das pessoas presas;
- Distribuição de matérias do projeto “Prisões Livres de Tuberculose”, em 38 unidades penais;

- Inserção de pessoas privadas de liberdade em cursos profissionalizantes, oficinas de produção e Pronatec, nas áreas de agricultura, construção civil, restauração automotiva, contemplando 259 custodiados;
- Instalação de 10 espaços multiusos para realização de oficinas de trabalho e estudo em unidades penais do Tocantins;
- Matriculados na Educação Básica, modalidade EJA: 77 pessoas privadas de liberdade;
- Nível Superior: 8 pessoas privadas de liberdade;
- Inscritos no Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos: 523 pessoas privadas de liberdade;
- Inscritos no ENEM 2021: 693 pessoas privadas de liberdade;
- Inscritos no ENCCEJA 2021: 775 pessoas privadas de liberdade.
- Regulamentação da remição de pena pela leitura em nível estadual com a criação do Projeto Ler para Libertar com 526 custodiados participantes;
- Acompanhamento de 2.246 pessoas em cumprimento de Penas e Medidas Alternativas;
- Instalação do Centro de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor, em parceria com o Centro Universitário Luterano de Palmas, com vista a atendimento psicossocial aos servidores dos sistemas penitenciário e socioeducativo.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

A Polícia Civil do Estado do Tocantins tem como missão promover a segurança pública, por meio da investigação criminal, contribuindo para a redução da criminalidade e pacificação social em território Tocantinense.

Nos últimos anos a instituição vem percorrendo um trajeto de inovações, sempre pautadas nos valores institucionais de eficiência, transparência, responsabilidade, compromisso com o interesse público, fortalecimento institucional, promoção da cultura de paz e comprometimento, seguindo diretrizes estratégicas de forma a buscar sempre a excelência no exercício das funções de polícia judiciária.

O Relatório de Gestão apresenta as atividades desempenhadas pela Polícia Civil do Estado do Tocantins no exercício de 2021, com base no Plano Estratégico da PCTO e sempre alinhadas aos Plano Estadual de Segurança Púbica e Defesa Social – PESSE e ao Sistema Integrado de Metas - SIM, o que fortaleceu a perspectiva organizacional, administrativa e operacional dentro da instituição, permitindo que os esforços fossem direcionados a promoção da segurança pública, por meio de uma investigação criminal eficaz, contribuindo, assim, para a redução da criminalidade.

Sendo assim, importante contextualizar que foram definidas e distribuídas 12 (doze) câmaras temáticas, por seis eixos, os quais direcionaram a execução das ações:

1. GESTÃO INTERAGÊCIAS	**2. MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO DE INVESTIMENTOS**	**3. DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL**
4. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	**5. PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ**	**6. SEGURANÇA NO TRÂNSITO**

Quando se trata de planejamento, execuções de ações e resultados, é importante compreender o organograma da Delegacia-Geral da Polícia Civil do Tocantins, a qual, levando-se em consideração a execução finalística da estrutura organizacional básica e setorial da Secretaria da Segurança Pública, apresenta a seguinte estrutura, composta por

unidades centrais e desconcentradas:

Ao todo são 205 Unidades Policiais distribuídas por todo território tocantinense:

Tabela 01 – Unidades Policiais

UNIDADES POLICIAIS:	QUANTIDADE:
Delegacia-Geral da Polícia Civil	1
Diretorias	5
Delegacias Regionais	8
Centrais de Atendimento	15
Central de Atendimento à Mulher – 24h	1
Delegacias de Polícia Circunscricionais	107
Delegacias Especializadas	29
Divisões Especializadas	14[1]
Núcleos de Atendimento	25[2]
TOTAL:	**205**

[1] Constam 17 (dezessete) Divisões Especializadas no Regimento Interno da Secretaria de Segurança Pública, todavia 03 (três) tiveram suas atividades suspensas (2ªDEIC-Araguatins, 4ªDEIC-, 9ªDEIC).

[2] 13 Núcleos, apesar de haver Termo de Cooperação, estão pendentes de implementação/estruturação.

Fonte: Polícia Civil

Ademais, a Polícia Civil do Tocantins encerrou este ano com 707 Agentes, 343 Escrivães e 169 Delegados de Polícia, o que corresponde a 1.219 policiais civis e a 69,78% desses cargos ocupados quando comparados com a quantidade de cargos existentes na Lei nº 2.808/2013. De forma mais detalhada é possível verificar a força de trabalho distribuída nas unidades policiais subordinadas às Diretorias:

Tabela 02 – Policiais Civis vinculados

TOTAL DE POLICIAIS CIVIS VINCULADOS À DGPC				
UNIDADES	**DELEGADOS**	**AGENTES**	**ESCRIVÃO**	**TOTAL DE POLICIAIS**
Delegacia Geral da Polícia Civil - DGPC	3	6	8	**17**
Diretoria de Inteligência Policial – DIP	1	9	6	**16**
Diretoria de Polícia da Capital - DPC	33	111	55	**199**
Diretoria de Polícia do Interior - DPI	85	446	175	**706**
DRACCO (PALMAS)	12	29	21	**62**
GOTE	1	19	2	**22**
TOTAL	**135**	**620**	**267**	**1022**

Fonte: Polícia Civil

Sendo assim, considerando a necessidade do permanente monitoramento e avaliação das estratégias institucionais, e de acordo com as ações estabelecidas para a Polícia Civil do Estado do Tocantins, foram desenvolvidas, no âmbito da Delegacia-Geral da Polícia Civil mais de 100 operações policiais, além do registro de 93.231 Boletins de Ocorrência, 982 Boletins de mandados de prisão cumpridos, 16.268 Inquéritos Policiais instaurados, 3.589 IP com pessoas presos e 111 AIAI com infratores apreendidos, 4.056 TCO instaurado, 666 BOC instaurado, dentre outros, conforme tabela abaixo:

Tabela 03 – Estatística criminal do Estado do Tocantins

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS EM NÚMEROS	
Lapso temporal: 1º de Janeiro a 17 de Dezembro/2021	
Tabela 1.1 - Atividades de Polícia Judiciária	
Procedimentos	**Nº Absolutos**
BO - Boletim de Ocorrência	
Boletins registrados	**93.231**
Boletins de mandados de prisão cumpridos	982
Boletins de mandados de busca e apreensão domiciliar cumpridos	366
Boletins de mandados de busca e apreensão de adolescente autor cumpridos	33

Boletins de cartas precatórias cumpridas	374
Boletins despachados	71.814
Boletins despachados para Verificação Preliminar de Informações	1.945
IP - Inquérito Policial	
Total de Inquéritos Policiais instaurados	**16.268**
Inquéritos Policiais – instaurados por portaria e demais tipos de instauração	12.612
Inquéritos Policiais – instaurados por APF	3.656
Total de despacho de Remessa final	**10.331**
Remessa final com autoria determinada/identificada	7.402
Remessa final sem informação de Autoria	1.206
Remessa final com autoria desconhecida	1.723
Número de IP com pessoas presas	3.589
TCO - Termo Circunstanciado de Ocorrência	
Instaurados	**4.056**
Remessa final	2.364
Em andamento	11.073
AIAI - Auto de Investigação de Ato Infracional	
Total de AIAI instaurados	**344**
Auto de Investigação de Ato Infracional - instaurados por portaria e demais tipos de instauração	256
Auto de Investigação de Ato Infracional - instaurados por AAFAI	88
Total de despacho de Remessa Final	**227**
Remessa final com autoria determinada/identificada	207
Remessa final com autoria desconhecida	10
Remessa final sem informação de autoria	10
Número de AIAI com Infratores apreendidos	111
BOC - Boletim de Ocorrência Circunstanciado	
Instaurados	**666**
Remessa Final	540
Em andamento	**1.972**
Fonte: Relatório Gerencial do PPE.	

Fonte: Polícia Civil

Além disso, no que se refere aos dados de objetos apreendidos dentro dos procedimentos policiais os resultados são os que segue:

DROGAS	ARMA DE FOGO	ARMA BRANCA	VEÍCULOS	CELULARES
8.837,30 kg 3.372,0 un.	**1.725**	**1.276**	**1.530**	**1.793**

Fonte: Relatório Gerencial do PPE.

Dentre as principais ações, insta ressaltar o programa V.I.G.I.A. - Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas -, trabalho integrado, que possui como principal

ferramenta a **"Operação Hórus"**, focada estrategicamente nos crimes transfronteiriços e na diminuição dos índices criminais, garantindo a ordem pública e a paz social nas áreas onde é desencadeada.

Tabela 04 – Operação Hórus

Operação Hórus		
Grupo	**Indicador**	**Qtd Total**
Ocorrências	Homicídio	2
	Porte Ilegal de Arma de Fogo	42
	Receptação	40
	Roubo	70
	Tráfico de Drogas	53
	Total de ocorrências	**207**
Apreensão de armas de fogo	Arma artesanal / fabricação caseira	6
	Arma branca	11
	Espingarda	5
	Garrucha	1
	Metralhadora	1
	Pistola	3
	Revólver	17
	Quantidade total	**44**
Apreensão de munição	Munição de espingarda	91
	Munição de pistola	60
	Munição de revólver	286
	Quantidade total	**437**
Apreensões	Simulacro de arma de fogo	2
	Celular (unid.)	64
	Quantidade total	**66**
CGFRON - Apreensão de Moedas	a. Dólar (U$)	R$ 20,00
	b. Real (R$)	R$ 8.797,00
	Quantidade total	**R$ 8.817,00**
CGFRON - DROGAS - Materiais para tráfico de Drogas	Balança de precisão	9
	Quantidade total	**9**
CGFRON - DROGAS apreendidas (Kg)	a. Maconha (Kg)	217,79
	b. Skank (Kg)	20
	c. Cocaína (Kg)	3
	d. Crack (Kg)	8
	Quantidade total	**248,79**
CGFRON - DROGAS Sintéticas apreendidas (unid)	a. Anfetaminas	37
	Quantidade total	**37**
CGFRON - Prejuízos aos Criminosos - (em Reais)	a. Maconha (Kg)	R$ 1.088.950,00
	b. Skank (Kg)	R$ 200.000,00
	c. Cocaína (Kg)	R$ 45.000,00
	d. Crack (Kg)	R$ 80.000,00
	Quantidade total	**R$ 1.413.950,00**

Polícia Judiciária	a. Inquérito policial instaurado (unid)	199
	b. Inquérito policial concluído e encaminhado à justiça (unid)	41
	c. Laudo pericial elaborado (unid)	122
	Quantidade total	**362**
Prisão / Condução	Pessoas Apreendidas em Flagrante (menores)	17
	Pessoas Presas em Flagrante (maiores)	118
	Quantidade total	**135**

Fonte: Polícia Civil

Esta operação no Estado do Tocantins, iniciou no mês de abril e conta com 6 operadores diários para auxiliar as Delegacias que respondem por 56 municípios que fazem divisas com outros Estados, totalizando 4.163,60 Km de divisa ferramentas para auxiliar nas informações e acompanhamento de informações para o combate na criminalidade.

O resultado foi de 135 pessoas presas, 199 IPs instaurados, mais de 200 kg de drogas apreendidas, mais de 1 milhão de prejuízo aos criminosos, conforme tabela ao lado.

Outrossim, como forma a realizar a inclusão periódica e regular para manter o efetivo mínimo necessário à regularidade do serviço público (AE nº 110) foi desenvolvido estudo quanto ao efetivo de Escrivães, Agentes e Delegados de Polícia a fim de subsidiar a realização de Concurso Público.

Buscando desenvolver atividades dentro do eixo da promoção da Cultura de paz, foram implementadas Sala de Depoimento Especial para atender crianças, adolescentes e vítimas de violência sexual na CAM-24h e DEAMV's, como forma de salvaguardar as mulheres e grupos vulneráveis, de estruturar, ampliar, aparelhar e manter a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, e, com fundamento nos princípios de proteção integral e atendimento prioritário; intervenção mínima; atendimento qualificado, individualizado e confidencial. Além da participação em operações nacionais voltadas ao combate à violência contra grupos vulneráveis: Resguardo, Acalento e Vetus.

No âmbito da modernização institucional e gestão de investimentos, um passo muito importante foi a criação da Cidade da Polícia, resultado de um processo de fortalecimento da identidade da Polícia Civil do Tocantins, o que consequentemente consolidou a instituição interna e externamente, intensificou a valorização profissional por meio da humanização do ambiente, melhorando a condição de trabalho dos policiais.

Ademais, é possível citar como melhorias realizadas a aquisição de 300 novas pistolas 9mm, a renovação do mobiliário de toda a 2ª DRPC – Araguaína, de todas as Centrais de Atendimento, e outras unidades policiais, além da entrega de 20 notebooks e mais de 700 computadores, que substituíram em torno de 50% das máquinas antigas, distribuídas proporcionalmente em todas as Unidades Policiais do território tocantinense.

Além disso, novas viaturas foram locadas e distribuídas ao longo do estado, sendo 124 Duster, 24 L-200, sendo que todas as Centrais de Atendimento receberam caminhonetes com cela. Foi, ainda, instituído Projeto para envio de kits mensais das Delegacias de materiais de expediente, limpeza e EPI, de acordo com sua referência, assim, as unidades passaram a ser devidamente atendidas, evitando a falta de itens indispensáveis para o devido funcionamento.

Ocorreu a distribuição de 136 Kits audiovisual, modernizando as unidades, bem como implementada ação de descentralização orçamentária e financeira através do suprimento de fundos para execução pelo Delegados Regionais, sendo realizada capacitação e apoio de integrantes da SAF para auxiliar na utilização dos recursos.

Outro passo importante diante do novo contexto anual foi a ampliação do atendimento da Delegacia Virtual, ferramenta essa que permite o registro das mais variadas espécies de ocorrências policiais, facilitando e desburocratizando o registro de ocorrências para o cidadão, reduzindo, além disso, o contato direto e a aglomeração de pessoas nas delegacias, e por consequência o risco de propagação da COVID-19.

Ou seja, muitas foram as atividades desenvolvidas pela Polícia Civil do Estado do Tocantins e as ações estratégicas instituídas ainda estão em curso, mas já é possível vislumbrar os resultados positivos.

No âmbito operacional, foram deflagradas diversas operações, a exemplo das denominadas: NARCOS, ODISSEU, CÁLICE DE HIGEIA 2, HÓRUS, todas com objetivo de desarticular a rede que comanda o tráfico de Drogas intermunicipal e interestadual. Operação PELOPONESA, GUERRA JUSTA III, PRECATÓRIA MT, PRESÍDIO, PRIMEIRA CAPITAL, OLLIGATOR E DELIVERY, que desarticularam Organizações criminosas. Operação PERFIL OCULTO, PERVETERE, RELAPSO DE IDENTIDADE, SAQUE RÁPIDO, VÍNCULO ARTIFICIAL, ESCUDO DE HIPÓCRATES, AMIGO DE PENICHE, EMPRÉSTIMO INVERTIDO, que investigaram crimes cibernéticos. Operação FRANQUIA, SOBRE-ERA, SINERGIA, UNAÍ, IP 4505, ODISSEU, MATRIX, que atuaram na repressão de crimes tributários. O resultado foi a instauração de 370 IPs e a conclusão de 160, além de 50 mandados de prisão cumpridos, 216 mandados de busca e apreensão e 11 APF lavrados.

Tabela 05 – Operações interior do estado

	OPERAÇÕES - UNIDADES POLICIAIS DO INTERIOR DO ESTADO	**TOTAL**
	Total de operações realizadas	67
Grupo	**Indicador**	QTD.
Mandados cumpridos	Mandado de busca e apreensão domiciliar cumprido	340
	Mandado de busca e apreensão de menor infrator cumprido	19
	Mandado de prisão cumprido	378
	Medida Protetiva solicitada/expedida	690
Objetos apreendidos	Substâncias entorpecentes (descrever a substância)	0
	Armas	90
	Munições	1192
	Outros (descrever):	163
Prisões/ Apreensões	Menor apreendido	24
	Pessoas presas	473

Procedimentos Policiais	Auto de Apreensão em Flagrante de Ato Infracional (AAFAI)	49
	Auto de prisão em flagrante lavrados	430
	Boletim de ocorrência circunstanciado lavrados - BOC	122
	Inquérito policial concluído	1843
	Inquérito policial instaurado	2417
	Termo circunstanciado de ocorrência lavrados - TCO	719

No interior do Estado do Tocantins, foram mais de 60 Operações deflagradas ao longo do ano, resultando em 340 mandados de busca e apreensão cumpridos, 378 de prisão, 690 Medidas Protetivas solicitadas, 430 APFs lavrados e 2.417 IPs instaurados.

Por fim, importa ressaltar que foi deliberada como meta a redução de 6% para os seguintes indicadores: Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), que são compostos pelos crimes de homicídio, feminicídio, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte; Crimes Contra o Patrimônio (CCP), quais sejam, roubo e furto.

A segurança pública do Estado do Tocantins **fechou o ano de 2021 cumprindo com sucesso a meta estabelecida em relação aos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI**, uma vez que foram registrados 363 casos, **reduzindo em 15%,** quando comparado com os 427 casos do mesmo período de 2020.

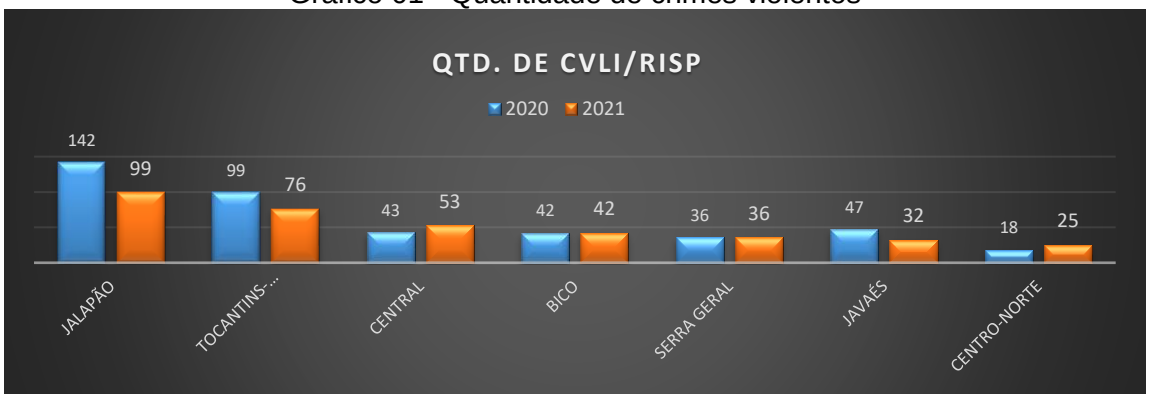
De forma mais detalhada é possível verificar os números por natureza criminal, conforme demonstração da tabela, bem como os nº de casos por Região Integrada de Segurança Pública- RISP, de acordo com o gráfico:

Tabela 6 – Crimes Violentos

CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS	2020	2021	%
HOMICÍDIO	390	332	↓15%
FEMINICÍDIO	10	21	↑110%
LATROCÍNIO	17	9	↓47%
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	10	1	↓90%
TOTAL	**427**	**363**	↓15%

FONTE: Secretaria de Segurança Pública. NUCAE - Núcleo de Coleta e Análise Estatística. Disponível em: <https://intranet.ssp.to.gov.br/ideia/12/sistema-integrado-de-metas>.

Gráfico 01 - Quantidade de crimes violentos



Fonte: Polícia Civil

Nota-se que o crime de homicídio reduziu em 15%, sendo 390 casos no mesmo lapso temporal de 2020, contra 332 em 2021. A lesão corporal seguida de morte, até o dia 17/12/2021, foi registrado apenas 1 caso consumado, contra 10 no ano passado. Quanto ao crime de latrocínio a diminuição foi de 47%, havendo apenas 9 ocorrências no ano corrente. Todos os crimes que compõe o CVLI tiveram uma redução considerável, a exceção do Feminicídio, que dobrou o número de casos.

Os números do gráfico demonstram a quantidade de casos de Crimes Violentos Letais Intencionais, não incluindo as tentativas, registrados por cada Região Integrada de Segurança Pública, assim, observa-se que as RISPs Jalapão, Tocantins-Araguaia e Javaés, reduziram os casos em 30%, 23% e 32%, respectivamente.

Por outro lado, as RISPs Central e Centro-Norte aumentaram as ocorrências de CVLI em 23% e 39%, respectivamente. Enquanto a Região Integrada Bico e Serra-Geral, mantiveram o mesmo quantitativo nos dois anos.

Dentro do CVLI a natureza com maior índice é o homicídio. Infere-se pelos dados expostos que foram 332 casos registrados em 2021, 155 a menos que no mesmo lapso temporal do ano passado. Além disso, as RISPs Jalapão, Tocantins-Araguaia e Javaés reduziram as ocorrências em 33,33%, 21,34% e 38,63%, respectivamente.

Levando em consideração as 5 maiores cidades do Estado do Tocantins, a capital Palmas apresentou um excelente índice de atenuação dos casos de homicídio, já que

em 2020 foram 90 casos registrados e em 2021 o número caiu para 53, reduzindo, portanto, em 41,11%. Na mesma esteira estão os municípios de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, que em 2020 registraram 42, 23 e 27 ocorrências de homicídio, respectivamente, contra 34 (-19,04%), 13 (-43,47%) e 23 (-11,11%) no ano de 2021 no mesmo período. Todavia, no que diz respeito a cidade de Paraíso do Tocantins, os dados mais que dobraram, uma vez que em 2020 foram 6 ocorrências de homicídio, e em 2021 o número subiu para 14 casos registrados.

Pelo exposto, infere-se que as atividades desenvolvidas pela Polícia Civil do Estado do Tocantins foram diversas, apesar da pandemia e de outras dificuldades, os resultados apresentados são satisfatórios, mantendo os trabalhos dentro da normalidade, com dados estatísticos excelentes, participação ativa nas operações isoladas e integradas, no cumprimento de mandados judiciais, nas representações típicas da atividade policial civil e êxito no levantamento da materialidade e individualizações de autoria dos diversos crimes.

1. POLÍCIA CIENTÍFICA

A Polícia Científica do Estado do Tocantins é o órgão público incumbido das perícias criminais, médico-legais e análises papiloscópicas, indispensáveis para elucidação de crimes quando houver vestígios.

O presente relatório visa apresentar um resumo das ações desenvolvidas por todas as unidades da Polícia Científica durante o ano de 2021, apresentando dados do período de janeiro a novembro.

2.1 Principais ações

- Implantação de Núcleos de Identificação no interior do Estado do Tocantins, em parceria com os municípios, sendo que foram inauguradas 65 unidades, visando descentralizar o atendimento e levar cidadania a todos os tocantinenses, contemplando as cidades de Abreulândia, Aguiarnópolis, Almas, Aragominas, Araguacema, Ananás, Araguaçu, Arapoema, Axixá do Tocantins, Babaçulândia, Barrolândia, Buriti do Tocantins, Campos Lindos, Carmolândia, Carrasco Bonito, Caseara, Chapada da Natividade, Chapada de Areia, Colméia, Couto Magalhães, Cristalândia, Crixás, Divinópolis do Tocantins, Dueré, Esperantina, Fátima, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Goianorte, Itacajá, Itaguatins, Itapiratins, Itaporã, do Tocantins, Lagoa da Confusão, Lajeado, Lizarda, Marianópolis, Monte do Carmo, Monte Santo, Nova Olinda, Nova Rosalândia, Novo Acordo, Palmeiras do Tocantins, Pedro Afonso, Palmeirópolis, Peixe, Pequizeiro, Pium, Praia Norte, Presidente Kennedy, Pugmil, Recursolândia, Rio dos Bois, Rio Sono, Santa Rita do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Salvador, São Valério, Tabocão, Taipas, Tocantínia, Tupiratins e Tupirama;
- Firmado Convênio com a Universidade Estadual do Tocantins- UNITINS para a realização de estágio obrigatório nas unidades da Polícia Científica;
- Gestão para nomeação dos remanescentes do concurso Público de 2014, sendo nomeados 22 Peritos Oficiais;
- Participação na Comissão Organizadora designada para a elaboração do Edital do próximo concurso público para os cargos do quadro da Polícia Civil;
- Implantação e utilização do Sistema de Gestão de Exames Periciais e Cadeia de Custódia de Vestígios (Sistema Galileu), nas unidades do Instituto de Criminalística e IML;
- Iniciada a emissão das carteiras de identidades expedidas pelo Estado do Tocantins, conforme padrão nacional descrito pelo Decreto nº 9.278/2018;
- Identificação papiloscópica de candidatos ao vestibular de medicina da UNIRG e UNITINS parcerias firmadas via Acordos de Cooperação Técnica;

- Planejamento e captação de recursos para reforma do novo prédio para implantação do Núcleo Regional de Medicina Legal de Porto Nacional;
- Reforma do corredor da sala de necropsia e morgue do Núcleo Especializado de Medicina Legal de Palmas;
- Realização de Campanhas de prevenção ao suicídio nos Núcleos Regionais de Medicina Legal de Araguaína e Colinas do Tocantins;
- Tratativas para a construção do morgue do Núcleo Regional de Medicina Legal de Gurupi através de parceria com a UNIRG.

2.2 Aquisições e Doações

Foram abertos 25 processos de aquisição, indispensáveis para as atividades de perícia criminal, medicina Legal e papiloscópica, sendo finalizadas compras no valor aproximado de 1 milhão e quatrocentos mil reais em equipamentos, ferramentas, materiais de consumo e reagentes químicos para as três diretorias, além de termos recebido doações da SENASP e Receita Federal, destacamos:

2.2.1 Aquisições

1. A aquisição de material permanente (espectrômetro de infravermelho com transformada de Fourier - FTIR). Valor Total: R$ 240.000,00;
2. Gás Hélio (R$ 38.373,28) e Reagentes químicos (R$ 260.000,00), para o Instituto de Criminalística;
3. Aquisição de 416 Certificados Digitais. Valor R$ 31.476,80 para as três Diretorias;
4. Material de consumo, Material gráfico, formulários e impressos de segurança para o Instituto de Papiloscopia. (R$ 214.000,00);
5. Ampliação da frota de Veículos com a locação de 37 carros, tipo SUV e 04 camionetes, totalizando 41 automóveis;
6. Aquisição de EPI´s: máscaras, Luvas, saco pra cadáver, avental e álcool em Gel (Valor R$120.000,00);
7. Renovação de Licença de uso de software UFED (Cellebrite) 3 anos, para o Núcleo de Computação Forense. Valor R$ 123.000,00;
8. Renovação de Licença de uso de software AXIOM 3 anos. Valor R$ 72.000,00;
9. Aquisição de Microscopio Trinocular; R$77.675,00;
10. Testes de Multidrogas para urina R$ 55.485,00;
11. Aquisição de 15 cofres. Valor R$ 110.261,25;
12. Aquisição de 07 BLANÇAS Eletrônicas R$ 3.199,98;
13. Aquisição de 26 Impressoras Térmicas. R$ 42.999,84.

2.2.2 Doações

1. Doação de 16 Tablets (SENASP);
2. Doação de 05 Detectores de Metais (SENASP);
3. Doação de 03 Freezer -30 graus (SENASP);
4. Doação de Autoclave Digital 50L (SENASP);
5. Doação Capela para Exaustão (SENASP);
6. Doação de 06 Nobreaks (SENASP);
7. Doação de Boroscópio (SENASP);
8. Doação de 36 Maletas de levantamento e coletas digitais (SENASP);
9. Doação de 06 camionetes (SENASP);
10. Doação de 26 Placas mãe e 35 fontes de computadores (Receita Federal);
11. Doação de 25 Telefones celulares (Receita Federal);
12. Doação de 50 PenDrive´s (Receita Federal);

13. Doação de 10 HD SSD Skandisk (240 GB) (Receita Federal);
14. Doação de 15 HD Estern Digital (Receita Federal).

2.3 Capacitações

Foram realizadas diversas capacitações e treinamentos para servidores, a saber:

- Participação da Superintendente da Polícia Científica Aldênis Bezerra Cavalcante e Perita Oficial Georgiana Ferreira Ramos no maior evento de ciências Forenses da Amárica Latina *"Interforensics* – 2021", em Foz do Iguaçu/PR;
- Treinamento de servidores do IC e IML para utilização do Sistema Galileu;
- Participação de Perito Oficial no Curso "Novas Substâncias Psicoativas" (Turma 3/2021), promovido pela SENASP;
- Participação de Perito Oficial do Tocantins no curso "Perícia: Análise de Produtos Farmacêuticos" promovido pela SENASP;
- Realização de Curso de aperfeiçoamento, para 50 Papiloscopistas, relacionado a levantamento de fragmentos papilares em local de crime e veículos, bem como revelação de fragmentos papilares em objetos em laboratório;
- Participação de Perito Oficial em Curso Básico de Perícias de Áudio promovido pela SEGEN/MJ;
- Participação de Perito Oficial em curso de Perícias em Incêndios Florestais, promovido pela Superintendência de Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás;
- Participação de dois Peritos Oficiais no Curso de Interpretação de Misturas, na modalidade síncrona, por meio da plataforma TEAMS, promovido pela SEGEN/MJ;
- Participação de Perito Oficial no Curso do Sistema ICSE (International Child Sexual Exploitation image database) que trata sobre técnicas investigativas de identificação de vítimas de crimes de abuso sexual infantil;
- Participação de Perito Oficial no Curso de Análises Toxicológicas: Alcoolemia e solventes orgânicos voláteis - Projeto Minerva 2021, promovido pela SENASP/MJ;
- Realização de treinamento sobre Suprimento de Fundos para as chefias das três Diretorias, totalizando 34 gestores capacitados;
- Treinamento em identificação de madeiras aos peritos do NELMA, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins;
- Treinamento de Multiplicadores do Programa BRASIL MAIS.

2. SEGURANÇA INTEGRADA

SIOP

O Sistema Integrado de Operações – SIOP, instituído por intermédio da Lei nº 1.565/2005 é um órgão de execução estratégica da Secretaria de Estado da Segurança Pública, subordinado à Superintendência de Segurança Integrada, ao qual compete promover, precipuamente, a integração entre as Instituições, Órgãos e Agências de segurança pública e defesa social que atuam no estado, com vistas à atuação complementar e harmônica destes diversos atores, bem como a redução do tempo de resposta no atendimento às demandas urgentes e emergenciais.

Compõem o SIOP as seguintes instituições: Polícia Civil - PCTO, Polícia Militar - PMTO, Corpo de Bombeiros Militar - CBMTO e Secretaria Municipal de Segurança e mobilidade Urbana, a qual é subdivida em Guarda Municipal de Palmas – GMP e Agência de Trânsito e Transporte Municipal - ATTM. Os chamados até o momento estão divididos da seguinte forma:

- **14.923** boletins de atendimento pelo Sistema SIOP (ATTM e Guarda Metropolitana de Palmas);
- **36.024** pelo Sistema Integrado de Atendimento e Despacho (SIAD) pela Polícia Militar;
- **12.135** boletins de atendimento pelo Corpo de Bombeiros Militar pelo Sistema Integrado de Operações do Corpo de Bombeiros Militar (SIOCB);
- **2.514** liberações de acesso ao app SIAD para policiais.

Para 2021 está prevista a migração para Centro Integrado de Comando e Controle. Nesse sentido, está sendo preparada a legislação pertinente, com propostas de Projeto de Lei, estrutura e regimento interno. E também, a definição da estrutura predial, aquisição de sistema de tecnologia e aquisição de mobiliário técnico. Este projeto será um marco na segurança pública estadual.

3.2 CAPACITAÇÃO

Foram ofertadas 1.408 vagas em cursos, palestras, workshop e vídeo aulas. O público-alvo destes eventos foram os policiais civis, militares, penal, militares bombeiros e policiais da guarda metropolitana de Palmas. A maior parte dos eventos foram realizados na modalidade de ensino à distância. Ressalta-se a finalização do processo licitatório para oferta de Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Políticas de Segurança Pública**.**

3.3 CIOPAER

Foi inaugurada a nova sede administrativa do CIOPAER/TO, prédio público (galpão), localizado entre a Avenida NS-10 e a Marginal Leste da Rodovia TO-050, no Plano Diretor Sul, Quadra 412 Sul (AV-SE 45), em Palmas – TO, sendo realizadas gradativas adequações para a melhoria do trabalho administrativo da Unidade Aérea.

As ações operacionais do Centro Integrado de Operações Aéreas - Ciopaer consistem na execução de atividades aéreas de policiamento ostensivo e repressivo. Além disso, o Ciopaer dá apoio às atividades das instituições de segurança pública, como resgates, deslocamentos, levantamentos, buscas, salvamentos, combate a incêndios e defesa civil. Em 2020, houve grande demanda do emprego da Aeronave Tocantins 01.

3.3.1 Principais ações realizadas:

- Ao todo foram 199 (cento e noventa e nove) horas de voo, no período de 1º janeiro a 9 de novembro de 2020.
- Realização de diversos RPA (Radiopatrulhamento Aéreo) nas cidades de Palmas – TO, Porto Nacional -TO, Araguaína -TO, Gurupi -TO, Guaraí -TO, Araguanã -TO, Paraíso do Tocantins -TO, Miracema -TO, Lajeado -TO, Ipueiras -TO, Itacajá -TO, Santa Maria -TO, Alvorada -TO, Pindorama -TO, Natividade -TO, Dianópolis -TO, Taguatinga -TO, Nova Rosalândia -TO, Talismã- TO, Caseara -TO, Silvanópolis -TO, Brejinho de Nazaré -TO, Distrito de Luzimangues e Tabocão -TO.

- Remoção aero médica, em apoio ao SAMU, em diversos municípios, ao HGP em Palmas -TO.
- Realização de buscas a refém de sequestro relâmpago na Capital, em apoio ao SIOP
- Apoio à SECIJU em operações ou RPA com sobrevoo em presídios e cadeias públicas nas cidades de Palmas -TO, Porto Nacional -TO, Paraíso do Tocantins -TO, Miracema -TO, Caseara -TO, Silvanópolis -TO, Araguaína -TO, Arraias -TO, Formoso do Araguaia -TO e Lajeado -TO.
- Apoio ao CBMTO nas buscas à possível embarcação naufragada na Praia do Segredo em Lajeado -TO.
- Apoio ao CBMTO, NATURATINS, EXÉRCITO BRASILEIRO no combate a incêndios, transporte de brigadistas, equipamentos e monitoramento de queimadas e incêndios florestais no Estado do Tocantins, especialmente em Palmas -TO, Miracema -TO, Lajeado -TO, Natividade -TO, Marianópolis -TO, regiões do Jalapão, Parque Estadual do Cantão e Ilha do Bananal, totalizando 137 lançamentos de helibalde e o transporte de aproximadamente 400 brigadistas culminando em 53 horas voadas.

3.4 OUVIDORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, esteve voltada para a divulgação da sua atuação junto a sociedade como “porta voz do cidadão” exercendo o seu papel de instrumento da cidadania, entre outros ofícios, registrando, processando e agilizando as reclamações, sugestões, críticas e elogios. Como interlocutor da sociedade fez o acompanhamento das demandas com imparcialidade, legalidade, agilidade, presteza e ética profissional.

Em 2020, recebeu em torno de 704 manifestações pelos diversos canais de acesso, devidamente cadastradas, com as devidas providências tomadas, conforme tabela a seguir:

Tabela 07 – Demandas

DEMANDAS POR ORIGEM	
CANAIS	QUANTIDADE
SONDHA (Ligue 180 e Disque 100)	523
SGO (www.cge.to.gov.br)	70
FALA BR	85
E-MAIL	10
PRESENCIAL	0
LIGAÇÃO	16
TOTAL DE DEMANDAS: 704	

Fonte: Ouvidoria

3. INTELIGÊNCIA E ESTRATÉGIA

Desde a vigência do Decreto 6072, de 21.03.2020, declarando a calamidade pública decorrente da Covid 19, a Superintendência de Inteligência e Estratégia- SIE ficou responsável por coordenar os trabalhos de Inteligência de Segurança Pública - ISP que

resultaram em relatórios diários para o monitoramento da situação na saúde pública no Estado que pudessem impactar, direta ou indiretamente, na segurança da população (índices de criminais, migração de criminosos para novas modalidades delitivas, análise de risco e prospecção de movimentos atentatórios contra a ordem pública, análise de risco de rebeliões no sistema prisional, criação de estratégias de atuação frente ao descumprimento de medidas sanitárias, levantamento de "zonas quentes" de probabilidade de disseminação do vírus, e diversas outras missões de inteligência). Durante meses nossos relatórios de inteligência subsidiaram os gestores de mais alto nível, com informações coletadas em diligências de campo diárias e levantamentos junto as mais diversas agências de inteligência do Tocantins e do País.

Foi efetivado o titular da SIE como representante da Região Norte do país e membro do Grupo de Trabalho criado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), responsável pelas elaborações da Estratégia, da Política e do Plano de Ação de Inteligência de Segurança Pública (ENISP, PNISP e PLANISP, respectivamente), instrumentos normativos de regulamentação em nível nacional já há muito demandados tanto pela comunidade de inteligência quanto pela sociedade em geral.

A busca de fortalecimento da integração com os principais parceiros de sistema de inteligência foi permanente durante o ano, podendo-se afirmar que houve reforço considerável nos laços de parceria com vários daqueles, em especial ABIN, PMTO, PCTO, PF e PRF e TJ, dentre outros.

Neste sentido, em âmbito estadual, a criação do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Tocantins (SISP/TO) foi marco de extrema relevância para a mudança de patamar institucional, estratégico e operacional das forças de segurança tocantinense, que passam a trabalhar "inteligência de segurança" de maneira coordenada e integrada.

Ainda no âmbito normativo, destaca-se o papel desta SIE na formalização de novos instrumentos de cooperação técnica com parceiros diversos. Neste sentido, foram de muita importância a construção e formalização de acordos de cooperação técnica com o MJSP (Sistema CRONOS, Sistema ORCRIM e Projeto EXCEL), que permitiram melhoria substancial na capacidade de armazenamento e desenvolvimento seguro de bases de dados, registros e cruzamentos de informações relacionadas a organizações criminosas, bem como expansão do potencial de análise qualificada e produção de conhecimento estratégico em vários níveis.

Em 2020 também houve a celebração de acordo de cooperação técnica com o Estado do Mato Grosso, para trocas de bases de dados, e está em avançado estado a negociação com o Estado de Goiás (aprovada pelo conselho gestor respectivo e em fase de ajustes técnicos) para celebração de ACT visando a utilização de ferramenta de registro e análise de dados desenvolvida por aquela unidade federativa.

Ratificando a importância da busca de parcerias estratégicas, a SIE foi responsável pelos encaminhamentos que resultaram na formalização de ACT com a Organização Não Governamental *"The Exodus Road",* dos Estados Unidos, com vistas à capacitação e incremento operacional das atividades desenvolvidas pela PCTO na prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, exploração sexual e do trabalho, e crimes correlatos de natureza organizada.

No terreno das parcerias, vale mencionar a cessão de dois equipamentos "CELEBRITE" da carga patrimonial desta SIE (um deles fruto do Projeto Excel, e outro de aquisição própria) à perícia de informática da SPC/SSP-TO, para fortalecimento da

capacidade de resposta pericial à grande demanda represada naquela superintendência, em especial no que respeita aos casos envolvendo a criminalidade organizada, foco absoluto de atenção desta gestão.

4. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

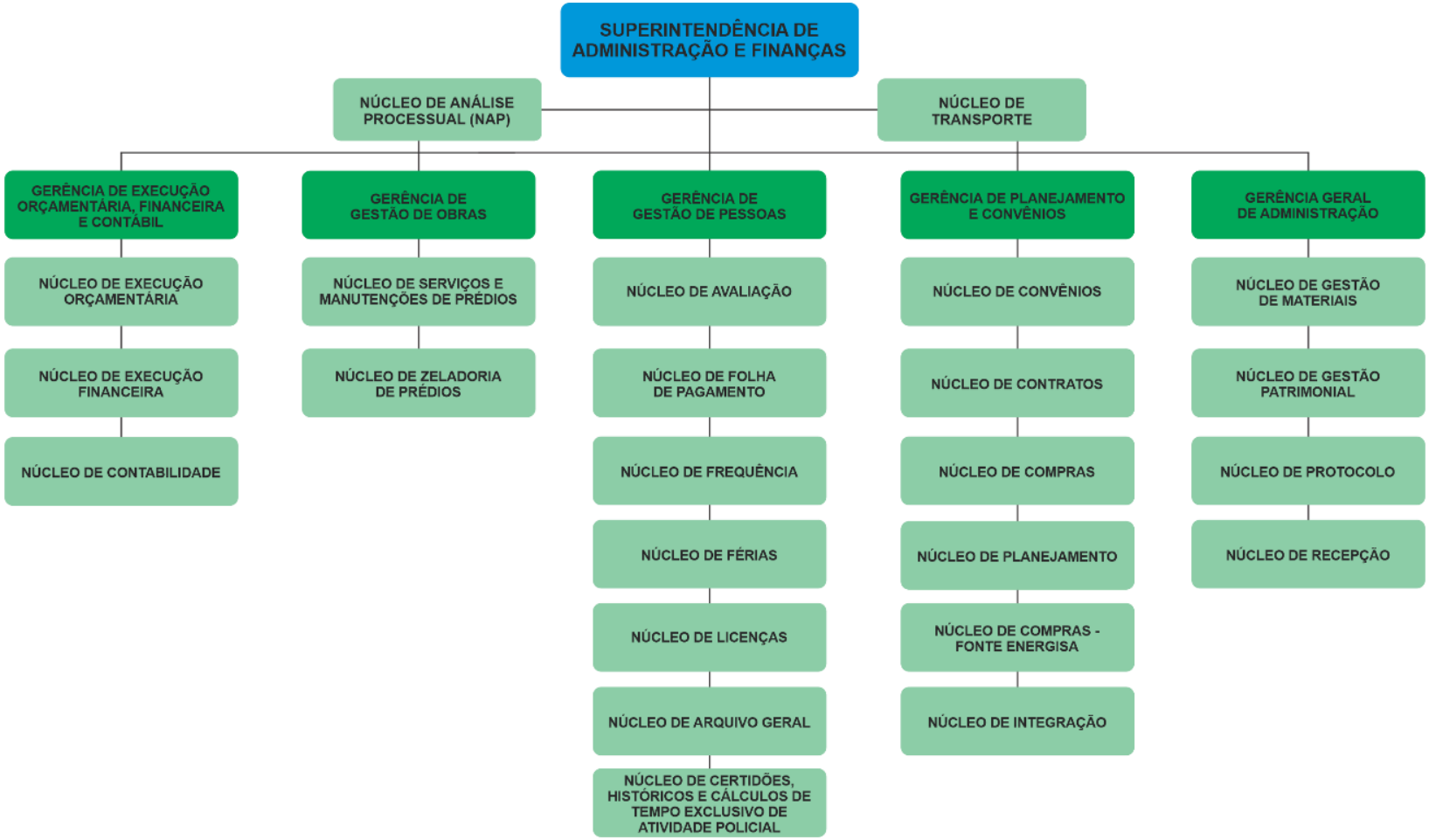
Considerando o Decreto nº 5.979, de 12 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Regimento Interno da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins, conforme o art. 8º, compete a esta Superintendência de Administração e Finanças: dirigir, planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades relacionadas com pessoal, material, patrimônio, protocolo, transporte, planejamento, convênios, obras, bem como execuções orçamentária, financeira e contábil, desta pasta e dos fundos vinculados.

Dessa forma, esta Superintendência é composta por 05 (cinco) Gerências Técnicas e 02 (dois) Núcleos, os quais fazem parte da estrutura organizacional básica de nível instrumental, distribuídos da seguinte forma: Gerência de Execução Orçamentária Financeira e Contábil, Gerência de Planejamento e Convênios, Gerência de Gestão de Obras, Gerencia de Gestão de Pessoas, Gerência-Geral de Administração, Núcleo de Transporte e Núcleo de Análise Processual, considerando ainda, que cada gerência possui diversos núcleos.

Destarte, de forma a sistematizar toda a gestão no tocante a área administrativa e financeira, esta Superintendência, por meio das suas unidades subordinadas, executa todo o serviço relacionado à administração-geral, obras e serviços, celebração de termos de convênios, parcerias e cooperação técnica, orçamento, financeiro e contábil, sistemática de transportes e gestão de pessoas.

Assim, o presente relatório foi organizado de forma pormenorizada, a fim de permitir uma visão da conformidade e desempenho dos atos desta Superintendência evidenciando a transparência dos atos praticados e os resultados das atividades desempenhadas para dar suporte administrativo, logístico e garantir o pleno funcionamento a todas as unidades administrativas e policiais.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS



5.1 Administração Geral e Patrimônio

As principais atividades desenvolvidas englobam: gestão patrimonial, gestão de almoxarifado, tarifas públicas, protocolo e recepção.

Destaca-se a aquisição de itens de proteção individual para enfrentamento a crise mundial gerada pelo novo corona vírus (COVID-19).

Tabela 08: Equipamentos de Proteção Individual (EPIS)

Quantidade	Descrição
4.800	Álcool em gel antisséptico 70% 450g/517ml
617	Álcool em gel antisséptico 70% 5 L
28.000	Luvas de procedimento nitrílica (un.)
1.000	Máscara cirúrgica descartável

Fonte: Superintendência de Administração e Finanças

As doações feitas pelo Ministério da Justiça são realizadas através de acordo de cooperação, onde a Segurança Pública cede servidores e o Ministério da Justiça em contrapartida realiza a doação de materiais de consumo e materiais permanentes.

Tabela 09: Bens recebidos em doações

Quant	Descrição	Órgão doador
12	Rádio comunicador	SENASP
25	Equipamento de proteção respiratória	MJ
05	Impressora	ENERGISA - SC
03	Drone	ENERGISA - SC
04	Mesa digitalizadora	ENERGISA - SC
05	Micro computador	ENERGISA - SC
05	Monitor de vídeo	ENERGISA - SC
350	Espargidores	SENASP
34	Colete balístico	SENASP

Fonte: Superintendência de Administração e Finanças

Foram recuperados e distribuídos diversos bens patrimoniais, em situação precária de uso, por meio de consertos e reformas, utilizando-se de mão-de-obra de servidores desta Secretaria, contratados temporariamente. Foram 220 cadeiras giratórias, 70 cadeiras fixas e 10 cadeiras do tipo longarinas.

Ao todo 125 (cento e vinte e cinco) unidades administrativas e policiais receberam 2.530 (dois mil quinhentos e trinta) bens, tratando-se de bens novos e usados em condição de uso, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 10: Bens adquiridos e patrimoniados no ano de 2021

Quantidade	Descrição
01	Aparelho celular
10	Purificador de água
31	Aparelhos de ar-condicionado
01	Micro-ondas
13	Bebedouro industrial
01	Câmera fotográfica

1.154	Microcomputador completo
52	Monitor de vídeo
05	Pulverizador motorizado
01	Motosserra
20	Sofá em courvin
834	Cadeiras em courvin
692	Mesa em mdf
250	Gaveteiro em mdf
02	Veículo caminhonete
150	Armários em mdf
07	Balanças digitais
10	Cadeiras ergonômicas
70	Cadeiras longarinas em courvin

Fonte: Superintendência de Administração e Finanças

De janeiro a novembro de 2021, foram expedidas 324 (trezentos e vinte e quatro) correspondências para diversas localidades, com fito a atender as demandas da Secretaria da Segurança Pública, bem como foram recebidas 412 (quatrocentos e doze) correspondências para diversos departamentos da pasta.

Foram solicitadas 16 (dezesseis) novas linhas telefônicas, 36 (trinta e seis) transferências de linhas telefônicas e internet e 3 (três) identificações de linhas.

Com a execução dos serviços realizados pela Gerência Geral de Administração, foram executadas melhorias, modernização, ampliação em algumas unidades da Secretaria da Segurança Pública, trazendo melhor conforto para o trabalho exercido pelos servidores da Secretaria da Segurança Pública como também da população em geral.

5.2 Planejamento, Compras e Convênios

5.2.1 Planejamento

Com a vigência da Lei Nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019, relativa ao PPA 2020-2023, a qual preconiza sua revisão anual, foi realizada a revisão anual, com alterações de objetivos e indicadores, que expressem de forma mais adequada a realidade dos trabalhos desenvolvidos por esta Pasta. Ressalta-se que durante o processo de revisão do PPA e elaboração do Orçamento 2021 houve uma participação mais efetiva das diversas unidades da Secretaria.

O preenchimento do Sistema de Acompanhamento da Gestão Orçamentário-Financeira, da Controladoria Geral do Estado - CGE foi aperfeiçoado no âmbito interno com a participação mais efetiva de todos os responsáveis, por meio do acompanhamento e avaliação sistemática do planejamento e orçamento.

Foram solicitados 26 (vinte e seis) créditos suplementares, sendo 4 por excesso de arrecadação, 2 por Superavit Financeiro, e os demais sem alteração de valor do orçamento inicial. Ressalta-se que mesmo com a busca da melhoria do processo de planejamento, ainda não foi possível atingir um patamar de excelência, haja vista que mudanças não ocorrem de imediato sendo necessário principalmente uma mudança na cultura de gestão.

Foi elaborado o Relatório de Gestão Anual referente ao exercício de 2020, das UGs 310100 - Secretaria de Segurança Pública e UG 32460 - Fundo de Modernização da Polícia Civil e UG -32480 Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins – FUSPTO, encaminhado a CGE consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado - TCE-TO.

Durante todo o ano, procurou-se estreitar as informações de execução de despesas com todos os setores da Secretaria, além da elaboração sistemática de relatórios de execução orçamentária e financeira, por meio do SIAFE, visando desenvolver este processo de trabalho de forma mais ágil e eficiente.

5.2.2 Compras e Convênios

As atividades no âmbito dos Convênios se concentram em proceder à abertura de processos de aquisições referentes aos convênios, acompanhá-los e executá-los juntamente com a unidade responsável, inserir, nos sistemas informatizados de convênios, as fases da execução das despesas, as alterações de plano de trabalho, prestações de contas e outras necessárias.

A execução dos convênios está demonstrada nos quadros a seguir:

Tabela 11: Convênios em andamento

Item	Convênio	Objeto	Valor total do convênio	Recebido e pago	Empenhado fase de entrega ou pagamento	Licitado a empenhar	Em licitação
1	905021/20	Modernizar Polícia Civil	1.000.000,00	0,00	0,00	304.885,02	116.314,75
2	891177/19 SENASP	Implantar e estruturar ABIS	20.000.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000.000,00
3	853683/17 SENASP	Reaparelhamento das Instituições da SSP-TO	18.514.001,68	11.840.770,87	0,00	0,00	0,00
4	856064/17 SENASP	Reaparelhamento da Polícia Civil e Polícia Científica.	2.390.773,24	2.076.214,80	0,00	0,00	161.413,33
5	811912/14 SENASP	Fortalecimento o Policiamento Comunitário no Tocantins.	2.067.375,80	1.607.821,80	0,00	0,00	394.554,00
6	813525/14 SENASP	Estruturar as Centrais de Custódia da Perícia oficial do Tocantins.	956.790,13	566.466,31	4.800,00	0,00	440.219,54

7	793111/13 SENASP	Reaparelhar Institutos de Criminalística, Identificação e Médico Legal.	1.526.541,00	1.229.255,47	0,00	0,00	449.490,60
8	Termos de Adesão 53 e 54/2019 - FUSPTO	Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins	16.151.183,00	6.385.670,54	3.709.241,47	634.604,49	5.982.726,69
9	Termos de Adesão 53 e 54/2020 - FUSPTO	Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins	16.174.494,00	49.820,00	1.970.705,36	0,00	3.615.871,69
10	Termos de Adesão 53 e 54/2021 - FUSPTO	Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins	25.280.888,39	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			**104.062.047,24**	**23.756.019,79**	**5.684.746,83**	**939.489,51**	**31.160.590,60**

Fonte: Superintendência de Administração e Finanças

Bens recebidos e pagos

- Mobiliário para CICC e outros (R$ 1.096.410,00)
- Munições (R$ 433.012,00)
- Monitores (R$ 57.663,02)
- Desktops (R$ 4.248.622,00)
- Armas Beretta (R$ 549.963,52)
- Condicionadores de Ar (R$ 49.820,00)
- Kits laboratório (R$ 60.655,00)
- Envelopes de segurança (R$ 185.500,00)

Licitado, aguardando recebimento e/ou pagamento

- Notebooks (R$ 216.012,00)
- Certificados Digitais (R$ 31.476,80)
- Balanças Eletrônicas (R$ 3.199,98)
- Condicionadores de Ar (R$ 379.980,00)
- Freezers Vertical (R$ 48.836,58)
- Impressoras Térmicas (R$ 42.999,84)
- Insumos Laboratório (R$ 60.663,31)
- Renovação AXIOM (R$ 72.500,00)
- UFED/Celebrite (R$ 123.000,00)
- Munições (R$ 642.900,00)
- Desktops e Notebooks (R$ 1.700.584,32)

- Bote com casco de fibra (R$ 240.000,00)
- Uniformes (R$ 345.325,02))
- Espectrômetro (R$ 240.000,00)
- Transceptor de Rádio Portátil (R$ 1.833.560,00)

Em virtude da pandemia instalada, decorrente do novo Corona Vírus (Covid-19), os convênios vêm sofrendo impasses nos processos de aquisições, tendo em vista que grande parte dos itens de seus respectivos Planos de Trabalho são provenientes da Europa e/ou EUA, dificultando assim a logística de entrega dos produtos.

Além disso, houve diminuição dos servidores desta e das demais pastas do Estado, seja por eventualmente contraírem a Covid-19, ficando assim afastados dos trabalhos por algum período de tempo, e também, servidores pertencerem ao grupo de risco, estarem em *Home Office*, modalidade essa que, considerando as dificuldades inerentes à ela, dificultam o andamento natural dos processos de trabalho, tais como: menor acesso aos processos físicos e/ou ao banco de dados do setor de convênios, diminuindo a produtividade dos mesmos.

A celebração de novos convênios e a centralização dos recursos do Fundo de Segurança Pública – FUSP, ocasionou alta demanda de trabalho. Para tal, o quantitativo de servidores disponíveis se torna insuficiente, considerando o montante de recursos e processos a serem executados. Os processos do FUSPTO são complexos por sua própria natureza, considerando as aquisições para outros Órgãos do Estado (SECIJU, PM, CBM), morosidade na definição e finalização dos TR/PB dos bens a serem adquiridos pelas partes demandantes, dentre outras;

Os processos de aquisições com recursos federais são analisados com maior rigor nos órgãos de controle – PGE e CGE, onde consomem mais tempo que os processos de outras fontes de recursos.

Uma das grandes dificuldades é a composição dos custos para a licitação, pois nem sempre são encontrados contratos ou atas de registro de preços com especificação idêntica aos itens desejados. Assim, é preciso recorrer ao mercado local ou de outros estados, sendo que a maioria das empresas têm informado que não cotam para licitações.

5.3 Gestão de Obras

A Gerência de Gestão de obras executa durante todo o ano diversas atividades de reforma e manutenção predial, as principais são:

- Execução de reformas (elétrica, hidráulica, construção, execução de drywall e criação de layout;
- Manutenção preventiva e corretiva e instalação de ar condicionado split nas unidades das Delegacias de Polícia Civil, Polícia Científica sendo Capital e Interior e Secretaria da Segurança Pública (Sede);
- Administrativo, acompanhamento de processos, ofícios, orçamentos, requisições de compras de materiais, apoio a equipe externa e coordenação da equipe de ASG.

Os materiais para reforma e manutenção são oriundos de processos administrativos licitatórios e do Termos de Cooperação com as Empresas ENERGISA, que são cotados, adquiridos e controlados pela Gerência de Planejamento e Convênios - GPC, mediante requisição da Gerência de Gestão de Obras – GGO.

A maior parte da equipe que atua neste segmento é contratada por meio de contratos temporários e é composta pelos seguintes profissionais: engenheiro civil, pintor, eletricista, pedreiro, hidráulico, especialista em *drywall*, técnico em refrigeração e auxiliares de serviços gerais. Desta forma, consegue-se atender as demandas por diversos serviços de reparos e manutenção das unidades policiais com qualidade e redução de custos, haja vista não ser necessário a contratação de empresa terceirizada para este fim. Porém, ainda não se consegue atender com a agilidade que as diversas unidades policiais demandam em decorrência do excesso de serviços e número de profissionais insuficiente.

Quadro 01 – Manutenção Predial

LOCAL	OBSERVAÇÕES
Central de Custódia e Vestígios	ecutamos nesta unidade os serviçosde adequações de salas, com inclusãode paredes drywall, pintura geral.
Cidade daPolícia	Realizamos nesta unidade a reforma e adequação das salas, com instalaçõesda rede elétrica, hidráulica e paredes drywall, pintura geral.
Diretoria de Comunicação – SSP	Adequação da sala com paredes drywall conforme layout, instalação deporta e pintura na parte externa

Fonte: Superintendência de Administração e Finanças

5.4 Análise Processual

O Núcleo de Análise Processual - NAP, criado por meio da PORTARIA SSP Nº 1029, de 18 de outubro de 2019 tem por finalidade analisar a regularidade das despesas na fase de execução e suas modalidades. Quando identificado inconsistências e/ou divergências, o NAP manifesta-se pela conformidade dos atos, por meio de emissão de Solicitação de Ação Corretiva – SAC, a fim de regularização do processo. A seguir são apresentadas as principais análises que compõem as suas atividades de rotina:

Processos de diárias: Legislação aplicada – Decreto nº 6.313/2021, Anexo II do Decreto nº 5.979/2019, Lei Complementar nº 90/2013, Instrução Normativa SSP nº 003/2020, Nota de Orientação Técnica nº 01/2020/SUGACO/CGE e checklist de acompanhamento de processo de diárias da Controladoria Geral do Estado. Importante ressaltar, de que a Instrução Normativa SSP nº 003/2020, de 06 de abril de 2020, a qual regulamentou os procedimentos para solicitação, pagamento e prestação de contas de diárias, foi de suma importância para as análises.

Foram realizadas aproximadamente 800 (oitocentas) análises, verificando dentre outros pontos, o correto preenchimento do formulário de afastamento e atribuição de diárias, no tocante à quantidade de diárias e valor correspondente, assim como a regularidade do relatório de viagem e demais documentos de instrução do processo.

Constatou-se divergências nas diárias pagas a servidores, em virtude de solicitação em duplicidade, retorno antes do previsto, e da não aplicação de redutor, conforme dispõe a legislação. Diante disso, foi solicitado a devolução no valor total de R$ 35.660,04

(trinta e cinco mil seiscentos e sessenta reais e quatro centavos). Ressalta-se, que o retorno antes do previsto, ocorre devido à finalidade da viagem ser missão policial, podendo o período da viagem inicialmente previsto, ser alterado no decorrer da missão.

Processos de cumulação de responsabilidades administrativas indenização: Legislação aplicada – Lei nº 3.718, de 12 de novembro 2020 e Portaria SSP Nº 286, de 23 de junho de 2020. Foram realizadas, em média, 600 (seiscentas) análises de prestação de contas.

Processos de Locação de imóvel e tarifas (água, energia, telefone, e correios) e fornecedores, assim como auxílios (maternidade, funeral, alimentação/transporte e é pra já, legislação específica): Legislação aplicada – Lei 8.666/93, Decreto de Execução Orçamentária nº 6237/2021, checklist de acompanhamento de processo da Controladoria Geral do Estado.

Solicitação de Ação Corretiva – SAC: Foram elaborados cerca de 115 SACs, gerando número de SGD, além das diversas solicitações de ação corretiva no bojo dos autos.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/TO

No decorrer do ano de 2021, o Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins – Detran/TO se esforçou com empenho e responsabilidade para continuar seu trabalho. Apesar da permanência de uma situação pandêmica, o Detran/TO foi o único a não cessar os trabalhos e, dessa forma, garantir o atendimento ao usuário.

No entanto, seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, e para preservar a saúde dos servidores, manter um atendimento seguro e de qualidade ao cidadão tocantinense, algumas medidas sanitárias necessárias foram mantidas a fim de evitar o contágio e o alastramento do Coronavírus. E pensando nisso, por meio de uma parceria com a Polícia Militar (PM) e com o apoio do Governo do Estado, realizou-se testagem de todos os servidores desta Autarquia para a detecção da presença do novo cororanavírus (Covid-19).

No tocante, com objetivo de evitar aglomerações, a prestação de serviços ofertados ao usuário permaneceu sendo de forma agendada por meio do *Sistema de Gestão de Atendimento (SGA)*, disponível no site do Detran/TO. Nessa modalidade de atendimento, o usuário pode agendar seu atendimento para um dia e horário específico na unidade de sua preferência e localidade.

Ademais, a nossa Ouvidoria tem trabalhado com desvelo, eficiência e celeridade, adotando medidas de aperfeiçoamento na gestão de processos e de pessoas, tendo uma importância fundamental para a instituição, e sendo uma ferramenta de consolidação da democracia ao viabilizar a participação do cidadão. Uma dessas medidas, é que o serviço de Ouvidoria passou a receber as interações dos usuários por meio da Plataforma Fala.BR, e que permite a integração de todos os órgãos da administração estadual, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE), à plataforma disponibilizada pelo governo federal.

Alguns serviços oferecidos pelo Departamento, como por exemplo, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) continuam sendo executados na versão digital, para smartphone ou outro dispositivo móvel, pelo aplicativo “Carteira Digital Do Trânsito”.

No primeiro quadrimestre iniciou-se o envio oficial dos dados coletados por esta Autarquia para o Denatran, os quais ficam à disposição ao público através do Painel Renaest, disponível no *link*: https://www.gov.br/infraestrutura/ptbr/assuntos/transito/arquivos denatran/docs/renaest.

O Detran/TO, além de apostar no uso da tecnologia, como por exemplo, a implantação do Renaest – Registro Nacional de Estatística, com participação de todos os Estados, onde serão inseridas as estatísticas coletadas de forma que possua uma melhor exatidão, também manteve as parcerias público-privadas com a Polícia Rodoviária Federal - PRF, AMTT (Departamento Municipal de Trânsito e Transportes de Gurupi), Secretaria de Segurança Pública do Tocantins – SSP/TO, as Ciretrans do Estado, Prefeituras do Estado (Palmas, Araguaína com a Agência Municipal de Segurança Transportes e Trânsito de Araguaína (ASSTT), entre outras), Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana de Palmas, Gerência de Fiscalização do Detran/TO, Aprovec Proteção Veicular, Serra Verde Honda, Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, e escolas e Centros de Formação de Condutores de várias cidades. Também deu prosseguimento as suas campanhas de conscientização pelo trânsito seguro por meio das redes sociais, e dentre as campanhas, o

Movimento Maio Amarelo com o tema **"Respeito e Responsabilidade: Pratique no Trânsito",** com o propósito de conscientização para redução de acidentes de trânsito.

Nesse sentido, datas comemorativas que possuem uma maior visibilidade não foram esquecidas, porém foram realizadas ações digitais, utilizando as redes sociais do Detran/TO – Twitter, Facebook, Instagram – compartilhamento massivo por meio de mensagens instantâneas, presenças em rádios e emissoras de televisão, sempre abordando o trânsito com base no tema deste ano, ***"Perceba o Risco. Proteja a Vida".***

O Detran/TO retomou as ações presenciais nas áreas de Educação para o Trânsito, com atividades em escolas públicas e particulares, durante a Semana Nacional do Trânsito (SNT), que ocorre anualmente, entre os dias 18 e 25 de setembro.

Devido à Lei nº 14.071/2020, que altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), que entrou em vigor a partir do dia 12 de abril de 2021, fora preparado um livro digital (*e-book*), informando de forma simples e direta, contendo as principais mudanças do Código.

Posteriormente, o projeto "Educação para o trânsito no Jalapão" entrou em ação, a participação no evento ocorreu no município de São Félix do Tocantins na região do Jalapão, o Detran/TO teve o objetivo de auxiliar na segurança viária de todos aqueles que acompanharam o Rally Baja Jalapão e de conscientizar a população presente sobre práticas corretas no trânsito.

Para ofertar um atendimento de qualidade para todos os usuários, realizou-se a reforma do Bloco 5, localizado na sede do Detran/TO. O novo Posto de Atendimento de Taquaralto foi inaugurado em novo endereço. Além disso, inaugurou-se no Palmas Shopping, o novo Posto de Atendimento do Detran/TO, oferecendo segurança e conforto para usuários e servidores. Importante destacar que a abertura desse Posto foi por meio de convênio, sem custo para o Governo do Estado.

Ainda em 2021, com o propósito de melhorar a vida das pessoas foram implantados e inaugurados os Postos de Atendimentos nos municípios de Ananás e em Divinópolis do Tocantins. O Detran/TO por meio da Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) de Araguaína, promoveu ação de encerramento da programação de atividades de Educação para o Trânsito deste ano, no Colégio Estadual Jardim Paulista. A iniciativa realizada no âmbito do Projeto Toca Trânsito, desenvolvido pelo Detran/TO, levou noções de segurança no trânsito, orientações e distribuiu revistas educativas com dicas sobre o assunto, para alunos de turmas de ensino médio e fundamental.

E por meio de um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Segurança Pública, o Detran/TO fez a doação de 20 kits de captura biométrica (registram as impressões digitais) para atender 20 postos da SSP/TO, para auxiliar na emissão da nova Carteira de Identidade (RG).

Outrossim, o Detran Tocantins recebeu o 70º Encontro Nacional dos Detrans. O encontro foi promovido pela Associação Nacional dos Detrans - AND, e teve como tema: **Tecnologias, soluções e melhorias para o setor do Trânsito**.

Durante o ano, com nova identidade visual, os Fiscais de Trânsito receberam uniformes reformulados, contendo novas cores que facilitarão a identificação pela população tocantinense. Também em 2021, teve-se 73 Operações Preventivas/Educativas, 129

Operações Coercitivas/Repressivas nas vias de trânsito. Além disso, foram aplicados 19.590 Autos de Infração de Trânsito – AITs, 3.689 Medidas Administrativas de Remoção de Veículos, 2.579 veículos foram devidamente liberados após sanar as irregularidades e 4.526 veículos vistoriados, e foram realizados 5 Leilões resultando 2.682 veículos leiloados.

No que tange aos cursos dos institutos credenciados, em 2021 foram certificados 2.633 (dois *mil e seiscentos e trinta e três*) condutores especializados, por meio do ITASET - Instituto Tocantinense de Aprendizagem e Estudos Especializados em Trânsito, do ITT - Instituto Tocantinense de Trânsito, e do SEST/SENAT - Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, sendo 1.307, 78 e 1.248, respectivamente.

De acordo com o Sistema DetranNet, foram realizados 909.412 serviços, e abertura de 164.333 processos de veículos. No início do ano, no Tocantins a frota de veículos era de 756.019, e no encerramento do exercício a frota foi de 792.555, representando um aumento de 36.536, o que equivale a 4,83%.

Com relação à evolução da CNH, no início do ano era de 489.434, e no encerramento do exercício, o total de emissão de CNH foi de 513.676, representando um aumento de 24.242, o que equivale a 4,95%.

No decorrer do ano foram realizadas 382 bancas examinadoras, resultando na aplicação de 31.920 Provas Teóricas e 48.367 de Provas Práticas, totalizando 80.287 provas para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), aumentando em 72,68% o número de provas aplicadas com relação ao ano de 2020 que foi de 46.494.

Em todas as Ciretrans e Postos de Atendimento teve-se um total de 262.480 agendamentos. Com relação aos requerimentos abertos de CNH somam o quantitativo de 121.193.

Em comemoração ao Dia do Servidor, os colaboradores do Detran/TO foram homenageados em animada confraternização, que contou com apresentação musical, café da manhã, ação na área da saúde e sorteio de brindes. E em alusão ao Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito, o Detran/TO promoveu, em novembro, cultos ecumênicos na sede e várias unidades no interior do Estado. Promoveu também uma Cantata de Natal para despertar o espírito do Natal nos servidores e usuários, no mês de dezembro, e também comemorar os 19 anos de instalação da sede definitiva da Autarquia na capital tocantinense (21 de dezembro).

No ano de 2021, o Detran/TO arrecadou **R$114.793.591,35** (cento e quatorze milhões, setecentos e noventa e três mil, quinhentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos).

Ademais, um projeto está sendo elaborado para guiar as ações nessa área para estabilizar e reduzir em até 40% até 2023 (PPA 2020/2023) os acidentes de trânsito no Estado. Enquanto isso, o Detran/TO está empenhado para que as normas de trânsito sejam seguidas, e não descansaremos para que mais ações sejam feitas e vidas sejam salvas por meio da educação para o trânsito, e além disso, promovendo uma abordagem integrada para a saúde e segurança no trânsito.

Inauguração do Posto de Atendimento no Palmas Shopping. Foto - Félix Carneiro.

Inauguração do Posto de Atendimento em Divinópolis do Tocantins/TO, na região do Vale do Araguaia. Foto - Esequias Araújo.

Posto de Atendimento do Detran/TO em Ananás, na região Norte do Estado. Foto - Esequias Araújo.

Ação do Projeto TocaTrânsito no Colégio Estadual Jardim Paulista, em Araguaína. Foto - Ascom/Detran/TO.

Equipes de fiscalização do Detran/TO atuando nas vias públicas de todo Estado – Foto - Félix Carneiro.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES

Tendo em vista o princípio da indisponibilidade do interesse público, a transparência e visibilidade à gestão governamental, bem como a probidade da Administração e a regularidade da guarda e do emprego dos bens, valores e dinheiros públicos, este documento apresenta um panorama da execução dos Programas Temáticos e de Gestão, desenvolvido no exercício de 2021, evidenciando os Objetivos e Metas alcançados através da execução das ações, bem como, a mensuração dos indicadores de resultado.

O montante das despesas correntes e de capital, executado no exercício de 2021, nesta Secretaria, está abaixo demonstrado:

Quadro 1 – Execução por categoria econômica

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
Despesas Correntes	1.668.192.706,00	1.474.611.728,56	196.580.977,44	88,22
Despesas de Capital	276.454.032,00	63.785.684,98	212.668.347,02	23,07
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**1.944.646.738,00**	**1.535.397.413,54**	**409.249.324,46**	**78,96**

Fonte: Anexo 2 (executada = empenhada) - SIAFETO - 12/2021

Quadro 2 – Execução por fonte de recursos

FONTE DE RECURSOS		AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
100	Recursos ordinários	41.875.552,00	38.913.406,57	2.962.145,43	92,93
101	Tesouro-Manut.do Desenv. do Ensino-MDE	588.956.792,00	582.255.951,14	6.700.840,86	98,86
103	Recursos do Tesouro - Contrapartida	34.904,00	16.848,68	18.055,32	48,27
104	Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	10.720.641,00	10.484.604,22	236.036,78	97,80
120	Cota-Parte do Salário-Educação	39.133.515,00	38.996.063,83	137.451,17	99,65
121	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	395.582,00	82.276,00	313.306,00	20,80
122	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	20.592.624,00	16.780.456,40	3.812.167,60	81,49
124	Outras Transferências de Recursos do FNDE	68.649.384,00	1.990.914,32	66.658.469,68	2,90
125	Transferências de Convênio ou Contrato de Repasse Vinculados a Educação	36.755.399,00	61.684,50	36.693.714,50	0,17
140	Cota-Parte de Compensações Financeiras	23.838.838,00	18.814.781,10	5.024.056,90	78,92

210	Cota-Parte Inst. Nac. Desenv. do Desporto-INDESP	3.000.093,00	1.072.389,04	1.927.703,96	35,75
214	Fundo Manut. Desenv. Edu. Bas. Val. Profis-FUNDEB	1.066.512.183,00	1.066.434.525,82	77.657,18	99,99
225	Rec. de Convênios com Órgãos Federais	26.296.692,00	10.730.352,28	15.566.339,72	40,80
228	Operações Financeiras não Reembolsáveis-Inter	3.614.326,00	3.532.665,98	81.660,02	97,74
920	Operações de Crédito Externas - Em Moeda	14.270.213,00	12.634.317,51	1.635.895,49	88,54
TOTAL		**1.944.646.738,00**	**1.802.801.237,39**	**141.845.500,61**	**92,71**

Fonte: Anexo 11 (executada = empenhada) - SIAFETO - 12/2021

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NAS AÇÕES TEMÁTICAS E DE GESTÃO

AÇÕES TEMÁTICAS E DE GESTÃO	
1086	Construção, Reforma e Ampliação de Unidade Escolar
1118	Construção, Reforma e Ampliação de Infraestrutura Esportiva
2007	Aparelhamento de Unidade Escolar
2042	Descentralização de Recursos à Gestão Comunitária
2062	Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica
2042	Descentralização de Recursos à Gestão Comunitária
2116	Manutenção do Transporte Escolar
2114	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar
2109	Manutenção de Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Básica
2286	Manutenção de Recursos Humanos

A ação destinada à Construção, Reforma e Ampliação de Unidade Escolar foi executada com sucesso, sendo que das 04 (quatro) obras de construção previstas, 02 (duas) obras foram concluídas: Escola Estadual Sales Pereira Marins em Miranorte e Escola de Tempo Integral Setor Maracanã em Araguaína – TO.

Escola Estadual Sales Pereira Marins em Miranorte

Escola de Tempo Integral Setor Maracanã em Araguaína – TO.

Em fase de andamento, há um total de 07 (sete) obras, sendo elas: Escola Estadual Getúlio Vargas em Ananás; Construção de prédio escolar em Novo Alegre; ETI Araguatins; ETI Paraíso; ETI Nova Araguaína; ETI AENE 23 em Palmas – TO; ETI em Pedro Afonso – TO.

ETI em Pedro Afonso – TO.

ETI AENE 23 em Palmas – TO

ETI Araguatins

ETI Nova Araguaína

ETI de Paraíso do Tocantins

Destas, 03 (três) obras encontram-se em fase de licitação: Escola Estadual Indígena Gameleira; Escola Estadual Indígena Barra – Itacajá; Conclusão da construção do prédio escolar padrão em Itaguatins - TO.

No que se refere à reforma das Unidades, um total de 12 (doze) obras com execução direta através da SEDUC foram concluídas e entregues, quais sejam: CEM Benjamim José de Almeida em Araguaína; CEM Darcy Marinho em Tocantinópolis; CEM Antônio Povoa em Dianópolis; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Nova Olinda; Colégio Estadual Tancredo Neves em Barrolândia; Escola Estadual Francisco Pereira Felício em Colinas do Tocantins; Reforma e adequação de salas para implantação do Programa Tô Ligado no Colégio Estadual Ademar Vicente Ferreira Sobrinho em Araguaína; Reforma Geral do CEM Indígena Carajá em Santa Fé do Araguaia – TO; ETI Maria da Glória – Tupirama – TO; Colégio Estadual

Marechal Ribas Junior – Axixá do TO; Escola Estadual Nossa Senhora do Carmo em Aliança do Tocantins e Escola Estadual Indígena Tainahaki em Santa Fé Tocantins.

Estadual Indígena Tainahaki

ETI Maria da Glória – Tupirama – TO

Foram realizadas ainda, 89 (oitenta e nove) obras de reformas de pequeno porte através de repasse de recursos financeiros às Associações de Apoio as Escolas da Rede Estadual de Ensino do Tocantins, no valor de 4.920.245,42 (quatro milhões e novecentos e vinte mil e duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), contanto ainda com um repasse de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para execução de reformas emergenciais.

Existem 02 (duas) obras de reforma em andamento: Escola Estadual Família Agrícola em Porto Nacional (reforma do salão de eventos) e Escola Estadual São José Operário em Paraíso do Tocantins (reforma elétrica).

Ressalta-se que o CEM Castelo Branco em Colinas do Tocantins, relativo a reformas pontuais PCPIP, encontra-se aguardando assinatura.

Em fase de licitação, há 13 (treze) obras relacionadas ao processo de reforma, quais sejam: Escola Estadual Indígena Pêpkro – Aldeia Botica e Escola Estadual Indígena Tamkak – Aldeia Bonito ambas em Tocantinópolis; Colégio Estadual Cristo Rei em Pedro Afonso; Escola Estadual Silva Dourado em Arraias; Escola Estadual Hercília Carvalho da Silva em Gurupi; Escola Estadual São José Operário em Paraíso (reforma estrutural); Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto (reformas pontuais e PCPIP); CEM Santa Rita Cássia em Palmas; Escola Estadual Indígena Kwatepó em Tocantínia; Escola Estadual João Pires Querido em Silvanópolis; CEM Rui Barbosa (referente às reformas pontuais e PCPIP) em

Araguaína; Escola Estadual Cívico Militar Maria dos Reis em Palmas e Colégio Estadual Dr. José de Souza Porto em Darcinópolis.

Quanto à ampliação, observa-se que 06 (seis) obras de ampliação com execução direta através da SEDUC foram concluídas e entregues: Colégio Estadual Anita Cassimiro Moreno em Aliança do Tocantins; Centro de Ensino Médio Joana Batista Cordeiro em Arraias; Escola Estadual Floresta em Paranã; Escola Estadual Maria Guedes em Palmeirópolis TO e CEM Paulo Freire (construção de quadra urbanização) e Escola Estadual Ademar Vicente Ferreira Sobrinho em Araguaína.

Dezesseis obras de pequeno porte foram concluídas com recursos repassados através do programa de descentralização extra obra, no valor de R$ 1.619.141,53 (um milhão e seiscentos e dezenove mil e cento e quarenta e um reais e cinquenta e três centavos).

Quatro obras estão em andamento, sendo: Colégio Estadual Darcy Ribeiro em Pugmil; Colégio Estadual Paulina Câmara em Barrolândia; Escola Estadual João da Silva Guimarães em Silvanópolis e Escola Estadual Frederico Pedreira Neto (posto de transformação) em Palmas.

Três obras estão aguardando ordem de serviços: Colégio Estadual São José em Palmas; CEM Benjamim José de Almeida e Escola Estadual São Miguel em São Miguel.

Ainda, em fase de licitação, temos um total de 32 (trinta e duas) obras: CEM Ary Ribeiro Valadão (posto de transformação); Escola Estadual José Seabra Lemos em Gurupi; Escola Estadual Irmã Aspásia; Escola Estadual Angélica Ribeiro Aranha em Porto Nacional; Colégio Estadual David Barbosa Rolins em Marianópolis; Escola Estadual Indígena Wakomekwa; Escola Indígena Warô ambas em Tocantínia; Escola Estadual Liberdade; Escola Adá de Assis em Goiatins; CEM Bom Jesus (refeitório) em Gurupi; Escola Estadual João Guilherme Leite Kunze em Araguaína; CEM de Gurupi em Gurupi; CEM Darcy Marinho em Tocantinópolis; Colégio Estadual Buruti em Buriti do Tocantins (duas obras); Escola Estadual Manoel Vicente de Sousa em Augustinópolis; CEM Antônio Póvoa em Dianópolis; Colégio Estadual Nazaré Nunes da Silva em Aguiarnópolis; Colégio Estadual José Luiz Siqueira em Wanderlândia; CEM Dona Filomena Moreira de Paula em Miracema do TO; CEM Castelo Branco em Araguaína; CEM Oquerlina Torres em Guaraí; Escola Estadual Professora Ranulfa em Aurora do Tocantins; Escola Estadual Indígena Cacro em Goiatins TO; ETI Girassol Augusto dos Anjos em Palmas – TO; ETI Santa Maria em Santa Maria; Escola Estadual Indígena Mangabeira em Itacajá; Escola Estadual Anaídes Brito Miranda em Santa Fé do Araguaia; Colégio Estadual Getúlio Vargas em Ananás; Centro Estadual de Educação La Salle em Augustinópolis; Colégio Estadual Antônio Carlos de França em Ponte Alta do Bom Jesus e Escola Estadual Pedro Ludovico Teixeira em Porto Nacional.

Período	Construção de unidade escolar (quantitativo)	Reforma de unidade escolar (quantitativo)	Ampliação de unidade escolar (quantitativo)	Executada
Janeiro a abril		04	02	06
Maio a agosto	02	02	01	05
Setembro a dezembro		89	16	105
Acumulado	**02**	**95**	**19**	**116**

Houve superação da meta física devido à execução de obras por meio das associações de apoio as unidades escolares através de repasse de recursos financeiros.

Na ação de Construção, Reforma e Ampliação de Infraestrutura Esportiva, foi realizada o programa “Tocando em Frente”, que visa o fortalecimento da economia e geração de empregos para a população nos 139 municípios no desenvolvimento urbano e rural.

O projeto “Plano de Ação Municipal” abrange repasse de recursos via convênios entre o Estado do Tocantins e os 139 municípios com uma estimativa de valor de R$ 2,0 milhões por município para Investimentos em obras e equipamentos públicos.

O Plano de Ação Municipal é gerenciado pelo Sistema CONV@TO – Sistema de Convênios do Estado do Tocantins, onde os 139 municípios cadastram suas propostas de Convênios com o teto máximo de até R$ 2 milhões de reais, não será permitido propostas menor que R$ 300 mil reais. Os objetos propostos deverão estar em consonância com os Eixos do Programa, consequentemente com o PPA vigente.

O Convênio se faz mediante a apresentação de projetos e documentos necessária para celebrar a parceria. A partir da celebração do convênio os municípios ficam responsáveis pela execução dos projetos.

Em 2021 foram recebidos pelo sistema Conv@To 56 projetos do Programa, onde foram formalizados 31 Convênios. Os demais estão aguardando o Parecer da PGE para serem finalizados.

No que concerne ao aparelhamento de Unidade Escolar, houve a execução parcial da ação, atendendo um total de 70 (setenta) unidades escolares, com os seguintes equipamentos: conjunto professor, conjuntos refeitórios, fogão, condicionadores de ar, mesas, armários, cadeiras fixas e longarinas, climatizadores,

contemplando assim escolas de tempo integral de ensino fundamental e de ensino médio, escolas indígenas, dentre outras modalidades de ensino ofertadas por esta Pasta.

Destaca-se que, as unidades contempladas com aparelhamento, apresentavam maiores necessidades, sendo imprescindível priorizar o aparelhamento destas.

Foram aparelhadas as Unidades Escolares por município, conforme apontado na tabela abaixo:

Nº	DRE	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR
1	Araguaína	Araguaína	Colégio da Polícia Militar – Jorge Humberto Camargo
2	Araguaína	Araguaína	Escola Estadual Campos Brasil
3	Araguaína	Araguaína	Escola Estadual Norte Goiano
4	Araguaína	Araguaína	Colégio de Aplicação
5	Araguaína	Araguaína	Escola Estadual Francisco Máximo de Sousa
6	Araguaína	Araguaína	Colégio Estadual Ademar Vicente Ferreira
7	Araguaína	Araguanã	Escola Estadual São Pedro
8	Araguaína	Aragominas	Colégio Estadual Getúlio Vargas (Sede)
9	Araguaína	Aragominas	Escola Estadual José Domingos Carvalho Barbosa (PA Reunidas)
10	Araguaína	Goiatins	Colégio Estadual Adá de Assis Teixeira
11	Araguaína	Araguaína	Colégio de Aplicação
12	Araguaína	Araguaína	Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes
13	Araguaína	Araguaína	Colégio Estadual Jardim Paulista
14	Araguatins	Buriti do Tocantins	Escola Estadual Buriti
15	Araguatins	Buriti do Tocantins	Escola Estadual Darcinópolis
16	Araguatins	Buriti do Tocantins	Escola Estadual Ministro Ney Braga
17	Araguatins	Buriti do Tocantins	Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves
18	Araguatins	Buriti do Tocantins	Escola Estadual Vicente Carlos de Sousa
19	Araguatins	Augustinopólis	CEM Manoel Vicente Souza
20	Araguatins	Augustinopólis	Escola Girassol de Tempo Integral Augustinópolis

21	Araguatins	São Bento do Tocantins	Colégio Estadual Irmãos Filgueiras
22	Araguatins	São Bento do Tocantins	Escola Estadual Anaídes Brito de Miranda
23	Araguatins	São Miguel do Tocantins	Escola Estadual Bela Vista
24	Araguatins	Carrasco Bonito	Escola Estadual Inês Viana Costa
25	Araguatins	Augustinopólis	Escola Estadual Santa Genoveva
26	Araguatins	Augustinopólis	Colégio da Polícia Militar de Augustinópolis
27	Araguatins	Augustinopólis	Escola Estadual Fazenda Dezesseis
28	Araguatins	Praia Norte	Escola Estadual 1º de Junho
29	Araguatins	Praia Norte	Escola Estadual Genésio Gomes
30	Arraias	Combinado	Escola Estadual Girassol de Tempo Integral de Combinado
31	Arraias	Paranã	Escola Estadual Santa Rita do Rio Palma
32	Arraias	Paranã	Escola Estadual Euclides Bezerra Gerais
33	Arraias	Arraias	Escola Estadual Silva Dourado
34	Dianópolis	Conceição do Tocantins	Colégio Estadual Coronel José Francisco de Azevedo
35	Dianópolis	Almas	Escola Girassol de Tempo Integral Deoclides Muniz
36	Guaraí	Guaraí	Colégio Estadual Dona Anaídes Brito Miranda
37	Gurupi	Gurupi	CEM Ary Ribeiro Valadão Filho
38	Gurupi	Gurupi	Escola Estadual Dr. Joaquim Pereira da Costa
39	Gurupi	Gurupi	Colégio Estadual Girassol de Tempo Integral Jose Seabra Lemos
40	Gurupi	Formoso do Araguaia	Polo Indígena - Colégio Tiradentes
41	Miracema	Tocantínia	Escola Estadual Indígena Krãsapte na Aldeia Brupé
42	Miracema	Tocantínia	Polo de Educação Indígena Xerente
43	Miracema	Miracema	Polo EAD de Miracema
44	Miracema	Miranorte	Colégio Estadual Sales Pereira Martins
45	Miracema	Miracema	CEM Dona Filomena Moreira de Paula
46	Miracema	Miracema	Colégio Militar – Santa Terezinha
47	Miracema	Miracema	Colégio Tocantins
48	Miracema	Miracema	Escola Especial um Raio de Luz

49	Miracema	Miracema	Escola Estadual José Damasceno Vasconcelos
50	Miracema	Miracema	Escola Estadual Onesina Bandeira
51	Miracema	Miracema	Escola Estadual Oscar Sardinha
52	Palmas	Mateiros	Escola Estadual Silvério Ribeiro de Matos
53	Palmas	Mateiros	Escola Estadual Estefânio Teles das Chagas
54	Palmas	São Félix do Tocantins	Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus
55	Palmas	Palmas	Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto
56	Palmas	Palmas	CEM Taquaralto
57	Palmas	Palmas	Escola Estadual Liberdade
58	Palmas	Palmas	Escola Estadual Santa Fé
59	Palmas	Palmas	Colégio Estadual Duque de Caxias
60	Palmas	Palmas	Escola Estadual Vila União
61	Palmas	Palmas	Colégio da Policia Militar do Estado do Tocantins – Unidade I
62	Palmas	Palmas	Escola Estadual Vale do Sol
63	Palmas	Palmas	Colégio Estadual Criança Esperança
64	Palmas	Palmas	Escola Estadual Novo Horizonte
65	Palmas	Novo Acordo	Colégio Estadual Professora Eliacena Moura Leitão
66	Paraíso do TO	Paraíso do TO	Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira
67	Paraíso do TO	Paraíso do TO	Escola Estadual Indígena Aldeia Katamjé
68	Pedro Afonso	Pedro Afonso	Escolas Estaduais Indígenas
69	Porto Nacional	Monte do Carmo	Escola Estadual Mestra Bela
70	Porto Nacional	Pindorama	Colégio Estadual Manoel dos Santos Rosal

Em relação à descentralização de recursos à Gestão Comunitária, relata-se que houve êxito na execução da ação, com o repasse de 12 (doze) parcelas para as 495 Unidades Escolares, jurisdicionadas às 13 Diretorias Regionais de Educação, Juventude e Esporte, devido ao superávit financeiro, conforme dispõe quadro abaixo:

ITEM	REGIONAL	META FÍSICA ATENDIDA
1	Araguaína	72
2	Araguatins	40
3	Arraias	17
4	Colinas do Tocantins	20
5	Dianópolis	20
6	Guaraí	24
7	Gurupi	62
8	Miracema Do Tocantins	54
9	Palmas	39
10	Paraiso Do Tocantins	41
11	Pedro Afonso	31
12	Porto Nacional	41
13	Tocantinópolis	34
TOTAL GERAL		**495**

Já no que diz respeito à ação de formação continuada dos profissionais da Educação Básica, um total de 9.981 (nove mil, novecentos e oitenta e um) profissionais foram qualificados, posto que as formações continuadas ofertadas foram:

- Capacitação de mobilização para a participação na 7.ª edição da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa - OLP: 430 profissionais.
- Formação do Plano de Retomada das Atividades Escolares Presenciais - Ensino Híbrido: 100 profissionais.
- Formação para Escolha do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2021 - Objeto 1: Projetos Integradores e Projeto de Vida: 60 profissionais.
- Formação em Gestão Escolar: Frente de Fortalecimento da Gestão: 2500 profissionais.
- Curso de Formação "Educação de Estudantes com Deficiência Múltipla e Deficiência Sensorial - Nível Básico "da Academia PERKINS Internacional. Parceria com SEDUC: 24 profissionais.
- 1° Ciclo de Formação para as escolas-piloto implantação do Novo Ensino Médio: 185 profissionais.
- 1º Ciclo de Formação Continuada sobre o DCT-TO Formação Geral: Linguagens e suas Tecnologias:17 profissionais.
- 1º Ciclo de Formação Continuada sobre o DCT-TO Formação Geral: Ciências Sociais e Humanas Aplicadas: 15 profissionais.
- 1º Ciclo de Formação Continuada sobre o DCT-TO Formação Geral: Ciências da Natureza e suas Tecnologias: 27 profissionais.
- 1º Ciclo de Formação Continuada sobre o DCT-TO Formação Geral: Matemática e suas Tecnologias: 13 profissionais.
- 2º Ciclo de Formação Continuada sobre o DCT-TO- Trilhas de Aprofundamento por área de conhecimento - Matemática e suas tecnologias: 22 profissionais.

- 2º Ciclo de Formação Continuada sobre o DCT-TO - Trilhas de Aprofundamento por área de conhecimento - Linguagens Código e suas Tecnologias: 23 profissionais.
- 2º Ciclo de Formação Continuada sobre o DCT-TO- Trilhas de Aprofundamento por área de conhecimento - Ciências Sociais e Humanas Aplicadas e Ciências da Natureza e suas Tecnologias: 23 profissionais.
- 2º Ciclo de Formação Continuada sobre o DCT-TO; etapa Ensino Médio, Formação Geral Básica (FGB) para Técnicos da Seudc: 185 profissionais.
- Formação com as equipes que irão desenvolver o trabalho Pedagógico no 1° Centro de EJA, município de Gurupi: 44 profissionais.
- Implementação do Programa Brasil na Escola: 74 profissionais.
- Formação sobre a administração e operacionalização pedagógica das tecnologias digitais de formação e comunicação (plataforma moodle e metodologias ativas): 40 profissionais.
- Formação de gamificação: 40 profissionais.
- Formação ensalamento e as ferramentas do google sala de aula: 40 profissionais.
- Seminário online "Aprendizagem essenciais: planejamento a prática pedagógica": 1198 profissionais.
- Reordenamento Curricular 2021; Hibridismo aplicado ao Currículo (Desenvolvendo Competências e Habilidades: Planejamento e Avaliação na prática; Currículo H Diversidade e prática pedagógica; formações nas áreas de Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas): 4458 profissionais.
- Escolha PNLD 2021-Objeto 2: Obras Didáticas por área do conhecimento e obras específicas: 940 profissionais.
- Formação Continuada em Handebol CFHB - Módulo 1: 52 profissionais.
- Seminário em Gestão Escolar: 406 profissionais.
- Agenda da Aprendizagem: 1576 profissionais.
- Seminário online "Gestão de Resultados Educacionais - Planejamento e Monitoramento com base em indicadores": 1198 profissionais.
- Formação sobre os Descritores de Língua Portuguesa: 70 profissionais.
- Formação sobre os Descritores de Língua Matemática: 30 profissionais.
- Encontro Café Jovem em Ação: 121 profissionais.

- Formação de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz para Situações Menos Complexas: 290 profissionais.

Em benefício das regiões:

- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Araguaína: 1.822 profissionais,
- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Araguatins: 781 profissionais,
- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Arraias: 404 profissionais,
- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Colinas do TO: 388 profissionais,
- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Dianópolis: 374 profissionais,
- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Guaraí: 475 profissionais,
- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Gurupi: 1356 profissionais,
- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Miracema do TO: 449 profissionais,
- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Palmas: 1619 profissionais,
- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Paraíso do TO: 789 profissionais,
- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Pedro Afonso: 446 profissionais,
- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Porto Nacional: 631 profissionais,
- Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes de Tocantinópolis: 447 profissionais.

A soma do número de profissionais que constam em cada curso difere do total informado por DRE, uma vez que a maioria dos profissionais participou de mais de um curso.

Salienta-se que a maioria das formações foi realizada de forma online, pela necessidade de distanciamento social em virtude da Pandemia da Covid-19, motivo pelo qual atingiu um número demasiadamente superior à meta física prevista inicialmente, por ter sido realizada através de Ambientes Virtuais de Aprendizagens - AVA, oportunizando a participação de mais profissionais.

Por fim, a despeito da Manutenção do Transporte Escolar, foi realizado o transporte do montante total de 31.782 (trinta e um mil, setecentos e oitenta e dois) alunos mediante o retorno das aulas presenciais. Vale ressaltar que no 1º e 2º

quadrimestres, as aulas presenciais foram suspensas, em virtude da Pandemia da COVID-19, porém, foi realizada a entrega de kits alimentação e material pedagógico, beneficiando os alunos da educação básica das 13 DRE's do Estado do Tocantins.

Evidentemente, a ação foi executada contínua e diária, atendendo a todos os alunos em sua totalidade desde o início do ano letivo.

A ação de Manutenção do Programa de Alimentação Escolar que executa o Programa Nacional de Alimentação no Estado, tem como objetivo suprir parcialmente as necessidades nutricionais do aluno, observando nível e modalidade de ensino, contribuindo para a redução das taxas de abandono escolar e repetência, crescimento e desenvolvimento dos alunos. O Programa oferta a suplementação alimentar ao aluno da educação básica da rede estadual de ensino, tendo como etapas: levantamento de demandas, repasse de recursos financeiros às associações de apoio às escolas contempladas, monitoramento da execução física, pedagógica, nutricional e ainda, capacitação dos conselheiros de alimentação escolar e fiscalização. Foi atendido um total de 158.428 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e vinte e oito) estudantes da educação básica pública estadual, dentre eles, 5.837 (cinco mil oitocentos e trinta e sete) estudantes indígenas e 632 (seiscentos e trinta e dois) alunos quilombolas.

Os estudantes atendidos contemplam os 139 (cento e trinta e nove) municípios jurisdicionados as 13 Diretorias Regionais de Educação, sendo: Araguaína, Araguatins, Arraias, Colinas, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema, Palmas, Paraíso, Pedro Afonso, Porto Nacional e Tocantinópolis.

A ação também atendeu a atividade de Monitoramento, Avaliação e Orientação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar realizado em 139 unidades escolares das Diretorias Regionais de Ensino em 72 (setenta e dois) municípios, atendendo um total de 47.912 (quarenta e sete mil e novecentos e doze) estudantes.

Na ação de Manutenção de Recursos Humanos, a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes efetuou pagamentos de passivos de datas bases referente aos exercícios de 2015 a 2018 e a implementação de progressões e pagamento de passivos dos anos de 2015 e 2016, contemplando mais de 10.600 servidores, nas ações 2186 e 2209, na folha de pagamento do mês de dezembro de 2021, com recursos do FUNDEB e Tesouro 101 - MDE, ajustando dessa forma compromissos atrasados com servidores do Quadro do Magistério da Educação Básica e cumprindo com o percentual mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB destinado à valorização dos Profissionais da Categoria. Foram investidos nessas ações um montante de aproximadamente R$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais).

Na ação de Manutenção do Transporte Escolar, é ofertado o transporte escolar aos alunos da rede estadual de ensino; repasse financeiro aos municípios com alunos residentes na zona rural e semiurbana.

Contratação de transporte escolar destinado a atender alunos da rede estadual de ensino, conforme especificações constantes no código de trânsito brasileiro.

Acompanhamento, fiscalização e medição de aproximadamente 280 rotas, verificar in loco as condições do transporte escolar e buscar capacitações dos profissionais de que acompanham e monitoram o transporte escolar terceirizado.

Ofertar aos alunos da rede estadual de ensino, residentes na zona rural e semiurbana transporte escolar de qualidade e garantir seu acesso à escola.

O acompanhamento será realizado pelos técnicos de transporte escolar que irão percorrer as rotas, fiscalizando e medindo, fazendo as alterações que ser fizerem necessárias, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços e reduzir os custos. Realizar também formação dos técnicos, conhecendo outras realidades, buscando aperfeiçoar o trabalho.

A Constituição Federal estabelece que seja dever da sociedade e do Poder Público garantir a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação do direito fundamental à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (art. 205, Constituição Federal), assegurando educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, inclusive, para aqueles que não tiverem acesso na idade própria (art. 208, inciso I, Constituição Federal).

A execução dos serviços de transporte escolar, para atender os alunos da Rede Pública de Ensino deste Estado possui fundamento legal na regra prevista no inciso VII, do art. 10, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação, com a redação dada pela Lei Federal nº 10.709, de 31 de julho de 2003 e art. 3º, da mesma Lei, segundo a qual constitui incumbência do Estado “assumir o transporte escolar dos alunos da rede pública estadual”, devendo articular-se com os municípios para prover o transporte de escolares da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos.

Para atender os alunos que anteriormente eram atendidos pelos municípios e, atualmente, estes municípios não mais realizam o transporte dos alunos da Rede Estadual de Ensino, além de atender os alunos que mudaram de localidade e necessitam do transporte para terem acesso à Unidade Escolar.

Na ação de Manutenção do Transporte Escolar, o repasse direto e integral do Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE) aos municípios, foi ampliado com o valor estimado de R$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões) ao ano e

ampliação em 25% do valor da contrapartida do Tesouro Estadual aos municípios, aumentando o valor por aluno/dia, saltando de R$ 12,00 para R$ 15,00. Os recursos do PNATE são viabilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pagos em dez parcelas anuais, de fevereiro a novembro, para custear o combustível, a manutenção, o pagamento de impostos, além de outras despesas dos veículos utilizados para o transporte dos estudantes da educação básica pública residente em área rural.

Ainda neste, importante destacar as ações realizadas por meio das emendas parlamentares que, de acordo com a Constituição, a emenda parlamentar é o instrumento que o Congresso Nacional possui para participar da elaboração do orçamento anual. Por meio das emendas, os parlamentares procuram aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo. É a oportunidade que se tem de acrescentar novas programações orçamentárias com o objetivo de atender as demandas das comunidades que representam. Além das emendas individuais existem as coletivas, como as de bancada, produzidas em conjunto pelos parlamentares de estados e regiões em comum.

Em 2021 foram formalizados pelo sistema Conv@To 64 Emendas Parlamentares. Desta forma, foi possível executar boa parte das Emendas Parlamentar, totalizando 29 (vinte e duas) emendas pagas entre elas, prefeituras, associações, institutos e federação, no valor total de R$ 4.558.355,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e cinco reais).

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO TOCANTINS – FAPT

Nesse sentido, as ações desenvolvidas no ano de 2021 vão ao encontro dos objetivos estratégicos da FAPT, os quais são: a) Implementar Projetos Estratégicos em CT&I; b) Fomentar a Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação e c) Promover a difusão e a popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Diante disso, esta Fundação tem sido um instrumento capaz de contribuir com o desenvolvimento regional, o que tende a gerar um avanço significativo na Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado, conforme pode ser observado a seguir.

1. RETOMADA DOS EDITAIS

Houve a retomada dos editais de Bolsa Produtividade e Tradução de Artigos Científicos, o que só foi possível devido à queda do número de casos da Covid-19 e o retorno gradual das atividades educacionais, de serviço e comércio. Os referidos editais seguem com cronogramas diferentes, conforme descrito a seguir:

1.1 EDITAL FAPT N0 01/2019 – BOLSA DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA

Valorizar Pesquisadores Doutores com relevante produção científica, tecnológica e de inovação em suas respectivas áreas do conhecimento, a fim de contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Estado do Tocantins, por meio da concessão de bolsas. A implementação ocorre em duas fases:

1.1.1 **Primeira fase –** A lista com os/as 50 pesquisadores/as doutores/as aprovados/as foi publicada no dia 01/01/2021. Os Termos de Outorga encontram-se em fase elaboração, com previsão para assinatura em fevereiro.

1.1.2 **Segunda fase –** Será publicado um novo cronograma. As propostas encontram-se em fase de análise pelos *ad hocs*, o que conforme andamento tem divulgação do resultado prevista para o mês de fevereiro.

O valor total do recurso é de R$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais), onde serão concedidas 100 (cem) Bolsas de Produtividade em Pesquisa - FAPT no valor de R$ 1.000,00 (um mil e reais) mensais, num período de 12 (doze) meses, para cada proponente.

1.2 EDITAL Nº 04/2019 – FAPT – TRADUÇÃO DE ARTIGOS

Custear serviço de tradução de artigos científicos nas grandes áreas de conhecimento do CNPq do português para o inglês, produzidos por professores/pesquisadores de instituições de ensino, pesquisa e extensão sediadas no Estado do Tocantins. O valor global é de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), onde serão financiados auxílios individuais no valor de até 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) para cada proponente. As propostas encontram-se em fase de análise pelos ad hocs, o que conforme andamento tem divulgação do resultado prevista para o mês de fevereiro.

Com os dois editais (Bolsa Produtividade e Tradução de Artigos) serão apoiados diretamente 330 pesquisadores, sendo 100 doutores que desenvolverão suas pesquisas em áreas estratégicas e importantes para o Estado e 30

pesquisadores que terão a oportunidade de publicar seus artigos em revistas científicas de circulação nacional e até mesmo internacional.

2. PROJETOS EM ANDAMENTO

2.1 FORTALECIMENTO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO TOCANTINS – Acordo n. 051

O Governo do Estado aprovou, por meio da FAPT, 04 (quatro) propostas com o objetivo de fortalecer Programas de Pós-Graduação capazes de contribuir com o Desenvolvimento Estratégico Sustentável do Estado do Tocantins, onde foram contemplados 10 Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrados), sendo 05 em Palmas, 02 em Gurupi, 02 em Porto Nacional e 01 em Araguaína, os quais são:

2.1.1 Consolidação do Mestrado em Agroenergia e Biotecnologia da Universidade Federal do Tocantins como ferramenta para a geração de conhecimento e tecnologias para o desenvolvimento regional (2 PPG's, sendo 1 de Palmas e 1 de Gurupi) - Valor investido pela CAPES: R$1.152.000,00, sendo 32 bolsas no valor de R$1.500,00 por 24 meses.

2.1.2 Ciência e tecnologia de alimentos e saúde como estratégia de aumento da qualidade de vida na Amazônia Legal (2 PPG's de Palmas) - Valor investido pela CAPES: R$720.000,00, sendo 20 bolsas no valor de R$1.500,00 por 24 meses.

2.1.3 Desenvolvimento socioambiental no Tocantins: formação de recursos humanos, sustentabilidade e inovação (3 PPG's, sendo 02 de Porto Nacional e 01 de Palmas) - Valor investido pela CAPES: R$1.080.000,00, sendo 30 bolsas no valor de R$1.500,00 por 24 meses.

2.1.4 Saúde, Meio Ambiente e Sanidade Animal na Região da Amazônia Legal (3 PPG's, sendo 01 de Araguaína, 01 de Gurupi e 01 de Palmas) - Valor investido pela CAPES: R$1.080.000,00, sendo 30 bolsas no valor de R$1.500,00 por 24 meses.

As bolsas vêm sendo implementadas desde julho de 2021, com um total de 112 bolsas de mestrado, conforme demandas apresentadas pelos PPG's. Os 10 Programas contemplados contam também com valor de custeio a ser utilizado no decorrer do Acordo.

O valor total a ser investido é R$5.241.600,00, sendo R$4.032.000,00 em até 112 bolsas disponibilizadas (no valor de R$1.500,00, por 24 meses) pela CAPES diretamente aos bolsistas e R$1.209.600,00 (em forma de custeio e dividida em 3 x

R$403.200,00) como contrapartida do Governo do Estado, tendo a primeira parcela sido liberada em dezembro de 2021.

2.2 Apicultura e Meliponicultura

A Fapt em parceria com a Seagro apoia a execução de cinco projetos de pesquisa na área de apicultura (criação industrial de abelhas) e meliponicultura (criação artesanal de abelhas), sendo investidos R$ 17.655 para a concessão de materiais e equipamentos de insumos. Os trabalhos vêm sendo realizado por meio do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e Centro Universitário Luterano de Palmas (Ceulp Ulbra). Por meio dessa parceria firmada entre FAPT/SEAGRO o investimento científico na área da apicultura é uma realidade no Tocantins, e que contribui com a transferência de tecnologias desenvolvidas nas pesquisas aos produtores.

A demonstração científica para os benefícios da própolis agrega muito valor à cadeia apícola, no que tange ao aumento da produtividade aos agricultores

2.3 Programa de Pesquisa para o SUS – PPSUS

Tem por objetivo financiar pesquisas em temas prioritários para a saúde da população, visando promover a aproximação dos sistemas de saúde, ciência e tecnologia locais e reduzir as desigualdades regionais em saúde. Por meio do referido edital foram selecionados 09 (nove) projetos, visando solucionar problemas na gestão da saúde do Estado no contexto da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico neste segmento, os quais são:

1. Cuidadores de idosos dependentes no município de Palmas: o significado do cuidar e o impacto de intervenção educativa na sobrecarga;

2. Efetividade da marcação combinada de p16 e Ki67 na referência de mulheres com citologia ASC-US ou LSIL para colposcopia;

3. Dificuldades enfrentadas para reinserção social na visão dos familiares dos usuários acometidos por sofrimentos mentais assistidos no CAPS-AD do município de Augustinópolis – TO;

4. Vigilância de arbovírus através do sequenciamento de nova geração em amostras de mosquitos coletados em Tocantins;

5. As dificuldades enfrentadas pelas enfermeiras da atenção básica município de Augustinópolis - TO para atingir as metas pactuadas dos indicadores de saúde do SISPACTO;

6. Perigos microbiológicos e micotoxigênicos à saúde pública dos alimentos de origem animal informalmente comercializados no norte do Tocantins;

7. O Acidente Botrópico no Tocantins: epidemiologia, fatores ambientais e toxicidade do veneno;

8. Validação e confiabilidade de kits de diagnósticos para detecção do Zika vírus via RT-qPCR; 9. Mineração de dados como ferramenta de auxílio a análise do perfil etiológico e suscetibilidade a antimicrobianos em isolados de urocultura no estado do Tocantins.

O PPSUS conta ainda com 06 (seis) projetos que se encontram em fase de prestação de contas, referentes a edital anterior, os quais são:

1. Análises da susceptibilidade a antibióticos de bactérias multirresistentes (BMR) isoladas de Unidade Terapia Intensiva/UTI de Hospital Regional do Estado do Tocantins;

2. Desenvolvimento de uma ferramenta de análise geoespacial a partir dos dados do SINAN-TO sobre os casos de hanseníase no Tocantins através de métodos e ferramentas de inteligência artificial;

3. Leishmaniose Visceral como problema de saúde pública no serviço de hemoterapia na região norte do Estado do Tocantins;

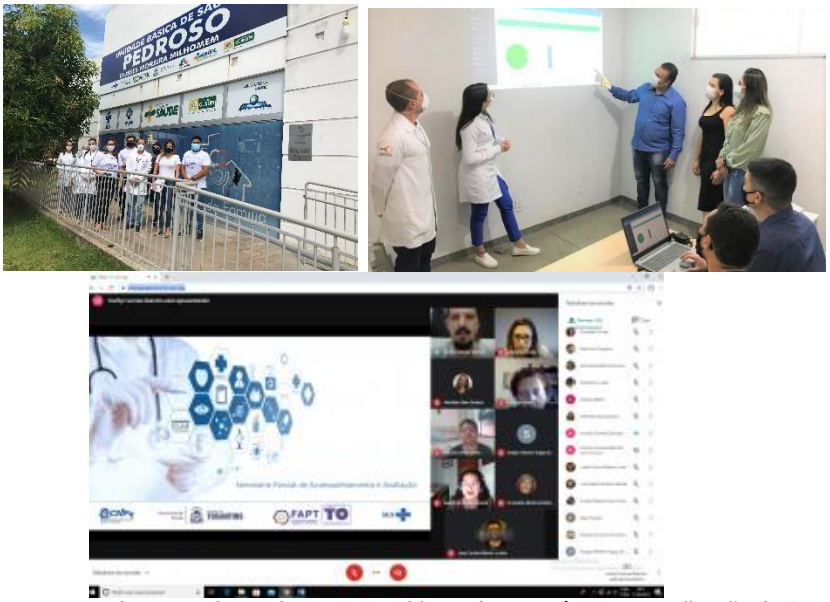
4. Distúrbios neurológicos tardios induzidos por deficiência de tiamina – investigação experimental;

5. Programa de residência médica em saúde da família e comunidade promove melhoria na atenção básica da saúde;

6. Desenvolvimento de formulações de inseticidas biorracionais para controle de mosquistos vetores do zika vírus; No total, o PPSUS dispõe de 15 (quinze), projetos perfazendo um valor global de R$ 600 mil reais.

Com o objetivo de apoiar as atividades de pesquisa que visam o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da área de saúde no Estado,

foram realizadas visitas técnicas pelos servidores da FAPT aos projetos que se encontram em andamento pelo PPSUS.



Visita técnica para acompanhamento dos projetos por servidoras da FAPT à UFT e Realização de Seminário Online

2.4 Finep Estruturante

Por meio deste convênio (execução 2008-2022) várias ações estão sendo desenvolvidas em parceria com o Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Ação que conta com um investimento total de R$ 11 milhões, o qual contempla nove subprojetos realizados por cerca de 300 pesquisadores em diversas regiões estratégicas do Estado como: Palmas, Gurupi e Araguaína. Os pesquisadores estão executando projetos nas áreas de fitoterápicos, uso de efluentes, plantas medicinais, plantas do cerrado, agropecuária, resíduos orgânicos, agroenergia, aquicultura e construção do Laboratório Lara. O Estruturante tem viabilizado a estruturação de laboratórios, a exemplo do laboratório científico na região Sul do Estado, o qual tem contribuído para o conhecimento sobre a composição química de espécies do Cerrado, inclusive com a descoberta de novas moléculas, que poderão, por meio das avaliações biológicas, resultar no desenvolvimento de novos fitoterápicos. O projeto tem previsão para finalização em abril de 2022.

Efluente tratado por fossa biodigestora serve de adubo orgânico para agricultores familiares do Tocantins

O apoio financeiro viabilizou a estruturação de cinco laboratórios científicos, alojamento, aviário, aprisco e viveiro de mudas que contribui para a sustentabilidade dos recursos naturais do projeto. Para a estruturação do complexo laboratorial, foram investidos mais de R$ 3 milhões de reais. Recurso que vem sendo feito gradativamente em mais de dez anos de existência do projeto, pela Financiadora de Estudos e Pesquisa (Finep) através do Governo estadual, por meio FAPT.

2.4.1 Laboratório de Referência Animal de Araguaína (Lara)

O empreendimento conta com um investimento de R$1,9 milhão sendo R$ 1,2 milhão para a construção do laboratório, com recurso oriundo da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com contrapartida do governo do Tocantins. O Mesmo já foi finalizado em dezembro 2021 e tem a previsão de inauguração da obra antes do mês de março.

O LARA atuará como principal suporte para o setor agropecuário do Estado e região, além de atender as demandas da pesquisa. Com a estruturação desse

laboratório serão realizados 18 exames (custo benefício): 1. Exame de Brucelose; 2. Raiva; 3. Febre Aftosa; 4. Mormo; 5. Tuberculose; 6. Diarreia Bovina a Vírus (BVD); 7. Leptospirose; 8. Anemia Infecciosas; Equina; 9. Toxoplasmose; 10. Mastite; 11. Realização de antibiogramas; 12. Rinotraqueite Infecciosa Bovina (IBR); 13. Leucose; 14. Exame de Clostridioses; 15. Artrite Encefalite Caprina a Vírus (CAEV); 16. Maedi-Visna; 17. Andrológico e 18. Bromatológicos. O LARA se encontra em fase final com entrega prevista ainda para o mês de janeiro.

Laboratório – dezembro de 2021

3. PROJETOS ESTRATÉGICOS

3.1 Parque Tecnológico do Tocantins

Considerando que o Parque Tecnológico se encontra como projeto prioritário, o qual foi qualificado junto ao Governo do Estado, o mesmo foi encaminhado à Secretaria de Estado de Parcerias e Investimentos (SPI), conforme Decreto nº 6.189, de 25 de novembro de 2020. A FAPT vem subsidiando com todas as informações técnicas necessárias à SPI. Convém destacar ainda que no dia 13/12/2021 foi lançada Chamada Pública da Finep – Parques Tecnológicos (com valor de até 10 milhões de reais) e que esta Fundação submeterá proposta com vistas à implantação do Parque Tecnológico do Tocantins.

3.2 EDITAL FAPT/SEPLAN – Projeto REDE DESER

Apoiar Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação– PD&I que visem a implementação da carteira de projetos do CDR Sul e a estruturação dos Centros de Desenvolvimento Regional (Centro, Médio Norte e Bico do Papagaio) para a composição da Rede de Desenvolvimento Regional do Tocantins - REDE DESER.

Serão financiadas até 10 propostas no valor de até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para cada proponente, totalizando R$ 500.000,00 para o CDR sul. E até 03 propostas no valor de até R$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais) para estruturação dos CDR's na região Centro, Médio Norte e Bico do Papagaio. As propostas submetidas encontram-se em fase de análise pela Comissão Técnica.

4 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE CT&I

Considerando o período pandêmico, nesse ano de 2021, a FAPT buscou ainda outras formas para alcançar os objetivos propostos, articulando junto a outras instituições a participação dos pesquisadores em eventos, com o intuito de promover a integração com instituições de CT&I, bem como a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas, permitindo assim, a popularização das referidas pesquisas com o apoio da Fundação, em eventos realizados de forma online.

4.1 1ª Oficina Centro de Desenvolvimento da região Sul do Tocantins (evento online) realizado no dia 12/02/2021 com apoio do Governo do Tocantins, cujo objetivo foi debater perspectivas e expectativas, com a definição dos alvos do projeto CDR Sul, sobre o Centro de Desenvolvimento Regional Sul do Tocantins, os quais foram discutidos pelo setor produtivo, poder público, sociedade civil e comunidade científica.

4.2 Seminário de Avaliação Parcial (evento online) realizado no 11/03/2021, o qual contou com a participação de representantes do Ministério da Saúde, Cnpq, Secretaria de Estado da Saúde e Fapt. O objetivo do Seminário foi apresentar os estudos em andamento e apontar novas diretrizes para a conclusão das pesquisas. Os trabalhos apresentados foram:

1. O acidente botrópico no Tocantins: epidemiologia, fatores ambientais e toxicidade do veneno, coordenado pela Carla Simone Seibert;

2. Efetividade da marcação combinada de p16 e Ki67 na referência de mulheres com citologia ASC-US ou LSIL para colposcopia, coordenado pela Jucimária Dantas Galvão;

3. Cuidadores de idosos dependentes no município de Palmas: o significado do cuidar e o impacto de intervenção educativa da sobrecarga, coordenado pela Daniella Pires Nunes;

4. Vigilância de arbovírus através do sequenciamento de nova geração em amostras de mosquitos coletados em Tocantins, coordenado pelo Fabrício Souza Campos;

5. Perigos microbiológicos e micotoxigênicos à saúde pública dos alimentos de origem animal informalmente comercializados no norte do Tocantins, coordenado pelo José Carlos Ribeiro Júnior;

6. Estudo da flutuação mensal e infecção natural por Leishmania infantum em flebotomíneos capturados em Araguaína-Tocantins, coordenado pela Helcileia Dias Santos;

7. Validação e confiabilidade de kits de diagnósticos para detecção do Zika vírus via RT-qPCR, coordenado pelo Horllys Gomes Barreto.

4.3 Agrotins 2021 – 21ª Feira Agrotecnológica de Tocantins (evento online) – realizado no período de 15 a 18 de junho pela SEAGRO. A FAPT participou por meio da ministração de palestras/rodas de conversa, as quais foram:

1. Agricultura 4.0 (no dia 15/06) com o Professor Marcio Silveira (Doutor em Fitotecnia/Melhoramento de Plantas e presidente da Fapt), que abordou as vantagens da revolução tecnológica e das soluções inovadoras para agilizar os serviços rurais com custo benefício, tais como aumento da produtividade, rentabilidade, além de proporcionar qualidade da produção, combate a doenças nas plantações e acima de tudo, a importância do desenvolvimento do trabalho com sustentabilidade ambiental;

2. Incentivo ao cultivo do milho safrinha, mesmo em condições climáticas desfavoráveis, através da utilização de biofertilizantes a base de micro-organismos procariotos, capazes de fixar no solo o nitrogênio atmosférico para favorecer todas as condições agronômicas da planta Professor Raimundo Wagner de Souza Andrade da Universidade Federal do Tocantins e Pesquisador do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) apoiado pelo Governo do Tocantins por meio da Fapt;

3. Roda de Conversa – sobre estudo científico inédito que indica o uso de extrato de própolis para o tratamento de Covid. A pesquisa mostrou que a administração da substância em pessoas infectadas pode diminuir o tempo de internação e acelerar a recuperação se comparado aos que se submeteram ao tratamento convencional, o qual teve a participação do professor Claúdio Fernandes da Unitins e também pesquisador do Finep Estruturante e Projeto Apicultura em parceria com a Seagro e apoiados pela FAPT.

4.4 7ª Semana Integrada de Ciência e Tecnologia de Gurupi – Sicteg, realizado no período de 20 a 22 de outubro de 2021, com o tema “A transversalidade da ciência, tecnologia e inovações para o planeta”. Nesse evento a Fundação participou na organização do mesmo.

4.5 Encontro de integração entre os Programas de Pós-Graduação do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Saúde, Meio Ambiente e Sanidade Animal – realizado no período de 07 e 08 de dezembro, com tema “Integração na Pós-Graduação na Amazônia Legal”, visando a capacitação dos docentes dos 3 PPG’s.

5. DIVULGAÇÃO DAS PESQUISAS REALIZADAS COM O APOIO DA FAPT

A Fundação utiliza como estratégia, a divulgação e a difusão das pesquisas que vem sendo realizadas com o apoio do Governo do Estado, por meio da FAPT, as quais seguem descritas:

1. Cientistas tocantinenses desenvolvem uma ferramenta inovadora aplicando inteligência artificial para análise e controle da hanseníase (30/09/2021) – trata-se de uma pesquisa científica aplicada à saúde pública que permite um mapeamento cronológico dos casos da doença com apontamento de soluções a gestão pública municipal e estadual;

2. Pesquisadores desenvolvem projeto inovador para auxiliar no combate ao Calazar na região Norte do Estado (03/09/2021) - Mais de 400 armadilhas para a captura do mosquito palha serão instaladas em residências de Araguaína para identificação da presença de vetores e análise da taxa de infecção pelo agente causador do Calazar;

3. Pesquisadores desenvolvem estudos que beneficiam a agricultura familiar (05/08/2021) – O estudo analisa a qualidade dos resíduos orgânicos, o uso racional e adequado visando a sustentabilidade e baixo custo do manejo de plantios de diversas culturas;

4. Programa de Residência Médica apoiado pelo Governo do Tocantins promove melhoria na Atenção Básica de Saúde (26/07/2021) – Como resultado de um estudo científico desenvolvidos por pesquisadores e acadêmicos de medicina foi possível fazer um mapeamento dos indicadores de melhoria dos serviços públicos de saúde;

5. Efluente tratado por fossa biodigestora serve de adubo orgânico para agricultores familiares do Tocantins (07/07/2021) – A solução tecnológica visa a preservação do meio ambiente com a destinação adequada e a reciclagem do uso dos macronutrientes: nitrogênio, fósforo e potássio aos plantios;

6. Biofertilizante produzido por cientista tocantinense potencializa o desempenho agronômico de diversas culturas (29/06/2021) – O produto está disponível e apto para ser usado no Estado através de possíveis parcerias pública e privada, o que pode trazer um diferencial a produção, além de custo benefício ao agricultor;

7. Cientistas estudam meios para minimizar as sequelas dos acidentes com animais peçonhentos no Tocantins (11/06/2021) - A pesquisa científica traz um alerta aos trabalhadores rurais para que redobre os cuidados e sigam as medidas de prevenção para evitar acidentes com animais peçonhentos que muitas vezes podem trazer sequelas graves e até o óbito;

8. Estudo científico sobre Hanseníase no Bico do Papagaio aponta soluções para a saúde pública (26/01/2021) – Os casos de hanseníase na região estão sendo estudados por pesquisadores da região visando a intensificação da prevenção e a importância da imunização dos contactantes.

6. REALIZAÇÃO DE PARCERIAS

6.1 Emendas Parlamentares - as quais foram destinadas, por meio do Deputado Júnior Geo, no valor de **R$963.576,25**, com vistas ao Fortalecimento e Modernização das Infraestruturas da CT&I e Fomento a Projetos de Pesquisa Científicos, Tecnológicos.

6.1.1 Construção de curral no campus Colinas do Tocantins, conforme Termo de Colaboração nº 36/2021, no valor de R$ 98.500,00;

6.1.2 Aquisição de equipamentos para desenvolvimento em pesquisa voltada para inseticidas biorracionais, UFT Campus de Gurupi - TO, Conforme Termo de Colaboração nº 37/2021 – no valor de R$ 98.500,00;

6.1.3 Aquisição de equipamentos destinados à modernização da infraestrutura de ambulatório vinculado ao curso de medicina da UFT Campus de Palmas - TO, conforme Termo de Colaboração nº 41/2021, no valor de R$ 118.200,00;

6.1.4 Aquisição de equipamentos de informática (Notebooks, Impressora 3D, Máquina de corte a laser, TVs, Access Point, Switch e monitores) para o Campus Paraíso do Tocantins - IFTO, conforme Termo de Colaboração nº 042/2021, no valor de R$ 98.500,00;

6.1.5 Aquisição de cadeira odontológica, equipamentos para laboratório de robótica e equipamentos laboratoriais para área de recursos naturais para o IFTO Campus Palmas-TO, bem como aquisição de cadeiras odontológica para o Campus do IFTO de Araguatins - TO, conforme Termo de Colaboração nº 43/2021, no valor de R$ 265.950,00;

6.1.6 Aquisição de climatizadores e data show para Instituto Federal do Tocantins, Campus de Pedro Afonso, conforme Termo de Colaboração nº 44/2021, no valor de R$ 49.250,00;

6.1.7 Aquisição de insumos odontológicos para o Instituto Federal do Tocantins, Campus de Araguatins, conforme Termo de Colaboração nº 45/2021, no valor de 78.800,00;

6.1.8 Estruturação de um Centro de Pesquisa Clínica (CPC), na Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Palmas - TO, conforme Termo de Colaboração nº 71/2021, no valor de R$ 98.500,00;

6.1.9 Atender as demandas referente a cursos e simpósios voltado para qualificação de professores da Fundação Universidade Federal, conforme Termo de Colaboração nº 072/2021, no valor de R$ 57.376,25.

6.2 Convênio com a Secretaria da Saúde por meio da ETSUS – no valor de R$100.000,00 (recurso proveniente de emenda estadual) para Edital voltado a Pequenos Projetos de pesquisa em COVID-19; O Edital FAPT/SES-TO Nº 01/2022 – Fomento à produção científica sobre a Covid-19 no Estado do Tocantins encontra-se pronto e ocorrerá a publicação após a liberação do recurso que é oriundo de recurso proveniente de emenda parlamentar.

6.3 TERMO DE COOPERAÇÃO (FAPT/NATURATINS) – Minuta encaminhada ao Naturatins. Tem por objetivo apoiar projetos de pesquisa aplicados ao conhecimento, monitoramento, manejo, uso e proteção da biodiversidade, do patrimônio cultural e dos recursos naturais em unidades de conservação estaduais do Tocantins, a serem selecionados por meio de edital(is) inseridos nas Estratégias de Pesquisas em Unidades de Conservação estaduais.

O valor global é de R$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), onde serão financiadas propostas no valor máximo de até 100.000,00 (cem mil reais).

7. PROJETOS APROVADOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA CENTELHA (MCTI, FINEP) - O Governo do Estado aprovou, por meio da FAPT proposta de R$ 1.197.400 junto ao Governo federal, com contrapartida de R$ 399.333,33. O Centelha Tocantins visa estimular a criação de empreendimentos inovadores e disseminar a cultura empreendedora no Brasil. Apoio de até R$40.000,00 para 25 empreendimentos.

8. CONSIDERAÇÕES

Os esforços envidados até aqui pelo Governo do Estado, tendem a dar um salto qualitativo e quantitativo no âmbito da CT&I, uma vez que as ações propostas são de total relevância para a região e capaz de gerar o fortalecimento da pesquisa tocantinense.

A atuação em rede, de forma articulada, entre as instituições parceiras e, impulsionada pela Fundação, corrobora o comprometimento do Governo do Estado com a CT&I e tem como pano de fundo o desenvolvimento do Estado, além de oportunizar a consolidação das Instituições de Ciência e Tecnologia, de Programas de Pós-Graduação e de pequenas Empresas que ainda esperam uma oportunidade de qualificação e investimento. Além disso, contribui também para o “Fortalecimento da Atuação em Rede do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Tocantins”, que é uma das ações propostas pela FAPT em seu Plano de Desenvolvimento.

Diante disso, espera-se que as ações possam impulsionar a pesquisa científica na região, melhorar a qualidade da produção científica e proporcionar o desenvolvimento de produtos e/ou tecnologias a serem aplicadas no Tocantins,

Região Norte e na Amazônia Legal. Sendo assim, a união de esforços entre parceiros, protagonizada pelo Governo do Estado, podem favorecer uma maior capacidade de atender eficientemente às demandas do setor produtivo e da sociedade, o que vai permitir proporcionar o desenvolvimento local/regional e consequentemente garantir uma maior autonomia ao Estado.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

DIRETORIA DE POLÍTICAS AMBIENTAIS (DPA)

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PERS/TO)

A Lei Estadual nº 3.614, de 18 de dezembro de 2019, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos - PERS, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, e determina ainda, as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público. Dentre os instrumentos em execução estão:

Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS): O Plano é um instrumento normativo de planejamento e gestão que norteia o Estado em suas decisões no enfrentamento dos principais problemas decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. No referido documento foram traçadas diretrizes e metas que incentivam os municípios à implantação e o compartilhamento de ações regionalizadas, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.
Atividades Desenvolvidas: Realização de 09 (nove) Reuniões Ordinárias da Câmara Técnica Permanente de Gestão de Resíduos Sólidos (CTPGRS) do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA), para continuidade do processo de revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS-TO); Revisão e adequação do questionário de revisão para o levantamento de dados de gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos nos municípios e realização do diagnóstico preliminar do Plano Estadual de Resíduos Sólidos - PERS/TO. Planejamento de oficinas virtuais para orientação dos gestores municipais no preenchimento das informações solicitadas no questionário de revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERSTO).

Sistema Informatizado de Gestão de Resíduos Sólidos - SIGERS/TO: O SIGERS é uma ferramenta de monitoramento para armazenar os dados de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos relativos à geração, destinação, transporte e disposição final dos diferentes resíduos de cada município, através de ferramenta segura e de fácil acesso, favorecendo o controle e gestão consciente. Atividades Desenvolvidas: Reativação e abertura do Sistema Informatizado de Gestão de Resíduos Sólidos do Estado do Tocantins – SIGERS/TO para inserção das informações referente ao ano de 2020; Renovação e atualização das informações cadastrais dos técnicos de 139 municípios no SIGERS/TO; Suporte técnico na inserção de dados referentes a gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos nos municípios do Estado do Tocantins; Ajustes do Sistema Informatizado de Gestão de Resíduos Sólidos – SIGERS/TO, junto à Equipe de Sistemas da Agência de Tecnologia da Informação – ATI.

Cooperação Técnica e Financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos: Instrumento utilizado para formalização do acordo de interesse recíproco entre os setores público e privado, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, em regime de mútua cooperação.

Atividades Desenvolvidas: Transferência de recursos financeiros de Emenda Parlamentar ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável (CIDS) do Vale do Rio Palmas, formado pelos municípios de Lavandeira, Combinado, Novo Alegre e Aurora do Tocantins, para a elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; Visita técnica ao Aterro Sanitário de Palmas com os membros do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Rio Manoel Alves (Região Sudeste do Estado), com objetivo de apresentar a operacionalização de um aterro sanitário; Capacitação técnica dos representantes dos consórcios públicos da Região Sudeste do Estado do Tocantins no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – CODANORTE, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e os consócios CIDS Vale do Rio Manuel Alves e CIDS Vale do Rio Palmas; Acompanhamento do estudo gravimétrico de resíduos sólidos realizado pelo CIDS do Vale do Rio Manuel Alves no município de Chapada da Natividade/TO; Integração das ações desenvolvidas pela SEMARH e MPTO, no âmbito de um acordo de cooperação técnica firmado, com a elaboração de um plano de trabalho para a realização de atividades conjuntas ou complementares para o ano de 2022.

COORDENAÇÃO DO FÓRUM ESTADUAL LIXO & CIDADANIA (FELC)

O Fórum é um espaço aberto e permanente de discussão, proposição, sensibilização, capacitação e apoio técnico para a gestão dos resíduos sólidos no Estado do Tocantins e a inclusão dos catadores e catadores de materiais recicláveis segundo os princípios do Programa Nacional Lixo & Cidadania, envolvendo representantes dos poderes públicos federal, estadual e municipal, sociedade civil organizada, iniciativa privada e catadores de materiais recicláveis. A missão do Fórum Estadual Lixo & Cidadania é articular e orientar de forma adequada as instituições, governamentais e não governamentais, de caráter acadêmico e de representação social, para fortalecimento de ações na gestão de resíduos sólidos, para que sejam desenvolvidas de forma integrada, descentralizada e participativa.

Quem compõe o Fórum Estadual Lixo & Cidadania: Instituições Públicas e Privadas e Sociedade Civil - Seduc, Naturatins, AMA 21, Fieto, Ministério Público Estadual, Ecoply, Fazenda do Futuro, Voluntários Ivo, Ecovip, Ascamares, Cooperan, Ascampa, Reciclopalmas, Instituto Brasil, Grupo da Família, IFTO, UFT, CRbio, Atobio, Tribunal de Justiça, Associação de Porto Nacional, Caixa Econômica Federal, IDAHRA, VRP Ambiental, Arius Ambiental. Municípios – Tabocão (Coordenação do FELC), Sandolândia, Palmas, São Salvador, Colinas, Ponte Alta do Tocantins, Babaçulândia, Tocantinópolis, Araguaína, Aliança do Tocantins, Natividade, Almas, Novo Acordo, Santa Terezinha, Peixe, Wanderlândia, Santa Tereza, Silvanópolis, Cristalândia, Filadélfia, etc.

Atividades Desenvolvidas: Realização de 08 (oito) Reuniões Ordinárias; Elaboração do Guia Prático para criação de Fóruns municipais de Lixo & Cidadania e modelos de documentos; Mudança do Logo do FELC; Encaminhamento da Carta aprovada em Assembleia do FELC solicitando aos Prefeitos dos municípios de Palmas, Gurupi e

Araguaína a implantação da Coleta Seletiva porta a porta; Apresentação dos Projetos de Coleta Seletiva pelos municípios de Peixe, Marianópolis, Porto Nacional; Apresentação da Escola de Artes de Araguaína Raimundo Paulino – RECICLART – pela Coordenadora da Valéria Elias; Apresentação da Fazenda do Futuro do município de Caseara – Guilherme Tiezzi. Apresentação do Projeto "Chega de Lixão: estratégia para erradicação dos lixões no Tocantins", pela Eng. Ambiental Dalvany representante do Ministério Público Estadual; Apresentação pela Academia do Projeto Unitins Recicla pela Professora Dra. Thaysi Castro Coelho Andrade.

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO SETORIAL DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –A3P

O Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) tem a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental, a adoção de procedimentos de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público. São eixos temáticos da A3P: I - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; II - gestão adequada dos resíduos gerados; III - qualidade de vida no ambiente de trabalho; IV - sensibilização e capacitação dos servidores; V - contratações públicas sustentáveis; e VI - construções sustentáveis.

Atividades Desenvolvidas: Realização de 06 (seis) reuniões Ordinárias; Atualização de parte dos membros integrantes da Comissão Setorial da A3P; Implantação e manutenção da horta medicinal para os servidores da SEMARH; Realização da coleta seletiva dos resíduos de papel e plástico dentro das diretorias da SEMARH que foram entregues para ASCAMPA (Associação de Catadores e Catadoras da Região Norte de Palmas; Capacitação, instrução e apoio aos municípios interessados na implantação da A3P no órgão municipal; Elaboração da minuta do Termo de Adesão e do plano de trabalho para adesão ao programa da A3P junto ao Ministério de Meio Ambiente.

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (DPGRH)

APOIO AOS COMITÊS – PROCOMITÊS

Objeto: Apoio à Estruturação dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado
Local de Realização: 5 Bacias Hidrográficas- BH Rio Formoso, BH Lago Palmas, BH Lontra e Corda, BH Manoel Alves, BH Santo Antônio Santa Tereza
Recursos utilizados: R$ 69.690,00 (sessenta e nove mil, seiscentos e noventa reais)
Resultados/ Produto: 06 Cursos de capacitações ofertados para membros do SEGRH; 50 Membros do SEGRH capacitados; 15 Reuniões dos Comitês de Bacias Hidrográficas realizadas por Vídeo Conferência; 03 Reuniões da Câmara Técnica do CBH Formoso; 02 Reuniões da Câmara Técnica do CBH Lontra e Corda; 40 Diárias para membros CBH; 19 Diárias de servidor concedidas para compromissos diversos; 100kg Sementes coletadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas; 70 Espécies nativas do Cerrado coletadas; 03 Reuniões Sala de Crise da bacia do Tocantins; 02 Reuniões do Fórum Nacional dos Comitês de bacias Hidrográficas; 03 Campanhas de campo para coleta sementes pelos CBH do Estado.

MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO – PROGESTÃO

Objeto: Monitoramento Hidrometeorológico dos Rios das bacias Hidrográficas do estado (chuva, nível e vazão)
Local de Realização: 26 bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins
Recursos utilizados: R$ 1.626.242,00 (um milhão, seiscentos e vinte e seis mil, duzentos e quarenta e dois reais)
Resultados/ Produto: 20 Campanhas de manutenção no campo realizadas no ano; 89 Diárias concedidas à equipe de campo no ano; 48 PCD's objeto de manutenção preventiva e corretiva; 205 Boletins hidrometeorológicos de chuva, nível e vazão dos rios publicados/Diários; 28 Bacias Hidrográficas Monitoradas Estado.

PROJETO MONITOR DE SECAS

Objeto: Sistematizar e unificar os dados de seca em nível estadual com os índices nacionais
Local de Realização: Todos os municípios do estado do Tocantins
Resultados/ Produto: 07 Boletins do Monitor de Secas publicados/mensais;30 municípios (validação dos dados.

MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO – PROGESTÃO

Objeto: Monitoramento Hidrometeorológico dos Rios das bacias Hidrográficas do estado (chuva, nível e vazão)
Local de Realização Municípios localizados nas bacias monitoradas 26 bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins
Recursos utilizados: R$ 1.626.242,00 (um milhão, seiscentos e vinte e seis mil, duzentos e quarenta e dois reais)
Resultados/ Produto: Estruturação da Rede de monitoramento Hidrometeorológico do Estado
Aquisições 2021: 04 Veículos; 1 Medidor de vazão Sontek Riversurveyor - M9; 10 sensores de nível d'água tipo radar; 20 Sensores de nível de pressão submergível.

AMPLIAÇÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA

Objeto: Ampliação da Rede Hidrometeorológica do estado do Tocantins
Local de Realização: Todo o estado do Tocantins Todo o estado do Tocantins
Recursos utilizados: R$ 1.386.850,00 (um milhão, trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais) (Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH)
Resultados/ Produto: Aquisição de 20 Plataformas de Coletas de Dados e acessórios

PROGRAMA QUALIÁGUA

Objeto: Monitoramento sistemático da qualidade das águas no estado do Tocantins
Local de Realização: 26 Bacias Hidrográficas do estado do Tocantins
Recursos utilizados: R$ 32.735,25 (Trinta e dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos)

Resultados/ Produto: 03 Campanhas de campo realizadas no ano; 56 Diárias concedidas à equipe de campo no ano; 17 Parâmetros de qualidade de água monitorados; 65 Pontos monitorados em todo o Estado; 26 Bacias Hidrográficas Monitoradas Estado.

AQUISIÇÃO DE SONDAS MULTIPARÂMETROS

Ação: Aquisição de 10 Sondas Multiparâmetros com Plataformas de Coleta de Dados para monitoramento de qualidade de água no cultivo de peixes em tanques-rede nos parques aquícolas dos reservatórios do Estado.
Objeto: Monitoramento da qualidade de água nos tanques-rede de cultivo de peixes, localizados nos parques aquícolas dos reservatórios do Estado.
Local de Realização: Parques Aquícolas: Filadélfia, Lajeado, Palmas, Brejinho de Nazaré e Peixe Angical.
Recursos utilizados: R$ 547.500,00 (quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos reais) (Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH)
Resultados/ Produto: Monitoramento da qualidade de água nos tanques-rede dos parques aquícolas.

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Ação: Acompanhamento do Centro de Referência em recuperação de áreas degradadas - CRAD
Objeto: Produção de mudas do Bioma Cerrado, para recuperação de áreas de preservação ambiental degradadas
Local de Realização: Gurupi
Recursos utilizados: R$ 287.000,00 (duzentos e oitenta e sete mil reais)
Resultados/ Produto: Produção de 200.000 mudas nativas do Cerrado.

ASSINATURA DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Ação Contratação de 80 (oitenta) brigadistas de combate a incêndios florestais nos municípios com maior incidência de incêndios florestais no Estado.
Objeto: Ajudar a combater os incêndios florestais nos municípios com maior incidência
Recursos utilizados: R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) (Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH)
Resultados/ Produto: Redução da área queimada no estado

ASSINATURA DE CONVÊNIO COM O CI-LAGO

Ação: Assinatura de Convênio com o Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins (CI-LAGO)
Objeto: Prestar serviço de apoio técnico, administrativo e financeiro aos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios: Formoso, Manuel Alves da Natividade, Lontra e Corda, Lago de Palmas, Santo Antônio e Santa Tereza
Beneficiados: 05 Comitês de Bacias implantados

Recursos utilizados: R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH)
Resultados/ Produto: Comitês de Bacias Hidrográficas fortalecidos

DIRETORIA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL (DIGA)

GERÊNCIA DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS no ano de 2021, realizou as seguintes atividades técnicas:

Liderança na construção da Lei nº 3.804, de 29 de julho de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental no âmbito do Estado do Tocantins; Elaboração da regulamentação da Lei nº 3.804, de 29 de julho de 2021 que dispõe sobre o licenciamento ambiental no âmbito do Estado do Tocantins; Elaboração do Projeto de produção sustentável de peixes nativos em comunidades tradicionais remanescentes de quilombos e indígenas do Tocantins; Cadastramento das unidades de conservação municipais no Sistema de Gestão de Unidade de Conservação do Estado - GESTO; Apoio técnico aos municípios no processo de criação de unidades de conservação; Análise da prestação de contas do ano de 2020 e plano de aplicação do ano de 2021 do Fundo Estadual de Meio Ambiente no âmbito da Câmara Técnica de Compensação Ambiental; Participação nos conselhos das unidades de conservação Área de Proteção Ambiental Lago de Palmas, Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado, Área de Proteção Ambiental do Jalapão, Parque Estadual do Cantão e Parque Estadual do Jalapão.

GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES E INTELIGÊNCIA AMBIENTAL - no ano de 2021, realizou as seguintes atividades técnicas:

Reformulação da plataforma do Sistema de Gestão do CAR estadual - SIGCAR, adicionando 26 novas funcionalidades à plataforma. A manutenção evolutiva e corretiva desta ferramenta ampliou não somente a capacidade de gestão, mas também uma série de benefícios sociais, econômicos e ambientais. A recente atualização se traduz na automatização de processos, na criação de módulos de cadastro ambiental rural (como o módulo direcionado aos povos e comunidades tradicionais), na indexação de novos instrumentos e produtos geoespaciais, na criação de relatórios gerenciais detalhados, dentre outras várias melhorias; Estruturação do Centro de Inteligência Geoespacial de Meio Ambiente -CIGMA, com a compra de diversos equipamentos de informática. O CIGMA será consolidado como um utilitário de distribuição de informações ambientais em dados matriciais e vetoriais para a Infraestrutura de Dados Espaciais do Tocantins – IDE, e para outras ferramentas/sistemas, com finalidade de elucidação pública de todos os indicadores ambientais e processos administrativos, gerenciando os mecanismos necessários para se comportar não somente como um portal de transparência, mas igualmente com um apoiador estratégico nas tomadas decisórias e nas políticas estaduais; Aquisição de equipamento vídeo wall, que terá como fundamentação a exposição de todas as bases de dados geográficas para os servidores técnicos, objetivando assim uma otimização nas tomadas decisórias e acesso rápido à informação, para o cumprimento dos objetivos integrados entre o CAR e os diversos eixos de atuação da Diretoria de Instrumentos de Gestão Ambiental. Haja vista que tais metas devem ser

alcançadas pelo CIGMA, a plataforma de vídeo wall é um instrumento essencial para efetivação deste centro de inteligência; Contratação de plataforma de geoserviços para acesso ilimitado às imagens orbitais de alta resolução espacial, derivadas da Constelação de Planet. Esta plataforma fornecerá produtos diariamente, sistematizando o monitoramento de alertas de desmatamento e queimadas no Estado do Tocantins; Contratação de empresa especializada para a instalação de rede elétrica e lógica na Semarh para evitar os eventos deletérios que surgem das instalações elétricas atuais que podem contribuir para o aumento de consumo de energia elétrica, para o acréscimo de custos com manutenção dos instrumentos de trabalho e também podem provocar acidentes; Aquisição de ativos de rede, switchs com maiores taxas de transferência, em substituição a uma aparelhagem obsoleta, que não consegue atualmente atender o crescente consumo por serviços de tecnologia de informação da SEMARH e do datacenter do governo; Atualização do hardware PCA nas dependências da ATI, de modo a atender as demandas do CAR por servidores físicos e novas unidades de armazenamento, mais eficientes, ALL-FLASH e Switch San; Contratação de suporte especializado da Oracle em um equipamento que sustenta diversos sistemas dos órgãos ambientais do Estado, tais como: GESTO; SIGCAR; Módulo de Análise, dentre outros; Atendimento aos usuários do CAR, com a inscrição de 16 destes processos administrativos por mês. Vale ressaltar que este cadastro envolve conhecimentos na área de geoprocessamento e tecnologia da informação. A gerência do CAR também recebe em média 20 pedidos de esclarecimento sobre a usabilidade do sistema SIGCAR, além de 70 emails relativos a procedimentos técnicos por dia; Atendimento a outros órgãos públicos, como representantes das prefeituras municipais, do INCRA, do Ruraltins, e de entes estaduais e federais sobre assuntos diretamente ligados ao CAR. A Gerência procura dar os encaminhamentos necessários às instituições e exibe relatórios gerenciais sobre as situações do CAR, de caráter mensal, que elucidam a maioria das dúvidas e pedidos direcionados à Semarh sobre o tema; Estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação técnica com os projetos FIP CAR e FIP Paisagens. Ambos alocarão recursos para mapeamentos temáticos de referência, para contratação de pessoal, capacitação técnica, dentre outras atividades que impulsionarão a análise de forma dinamizada e a consequente validação/regularização do CAR; Desenvolvimento de uma série de automações para cálculos de área e elaboração de mapas de desmatamento e de cicatrizes de queimada, utilizando-se de geoserviços de outras instituições como o INPE (PRODES e DETER) e o MapBiomas. Estes scripts de automação criados também compilam cruzamentos espaciais entre estas informações e as bases de dados do CAR; Elaboração de produtos geográficos importantes para análise do CAR, como o mapeamento dos cadastros de mesma dominialidade e a concretização de uma metodologia para tematização do regime hídrico dos trechos de drenagem, individualizado os cursos d'água de caráter efêmero, na escala de 1:25.000, estimativas estas que devem ser validadas e aprimoradas em meados de 2022; Construção de sistema automatizado para diagnóstico da situação de análise a partir dos despachos efetuados pelo órgão responsável, o Naturatins; Articulação para atuar como nó na Infraestruturas de Dados Espaciais (IDE) do Estado do Tocantins e para isto tem estruturado sua base de informações geográficas e respectivos metadados; suporte ao Monitor de Secas da Agência Nacional das Águas (ANA), auxiliando no último semestre na elaboração/traçado dos mapas de categorias de severidade da seca nas regiões norte e centro oeste do Brasil, sob responsabilidade

da Diretoria de Recursos Hídricos, analisando diversos indicadores hidrometeorológicos.

GERÊNCIA DE CONSERVAÇÃO E PREVENÇÃO DE INCÊNCIOS FLORESTAIS - no ano de 2021, realizou as seguintes atividades técnicas:

Elaboração e veiculação de Boletins Diários em âmbito regional apresentando para a população os dados sobre os fatores de risco de incêndios florestais tais como as variações de temperatura, velocidade do vento e umidade relativa do ar; Realização de capacitação sobre a renovação do Protocolo do Fogo, com base em estratégias de prevenção e combate aos incêndios florestais no Estado do Tocantins, que ocorreu entre os dias 07 e 10 de junho, de forma virtual, ofertada aos 139 municípios do Estado com as parcerias da Agência de Tecnologia da Informação – ATI, Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS e Defesa Civil Estadual. O objetivo da capacitação foi instruir os gestores municipais sobre a renovação do Protocolo do Fogo e apresentar estratégias de prevenção e combate aos incêndios florestais no Estado do Tocantins; Atualização do Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos e Incêndios Florestais – PPCDIF (2021-2025), aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA/TO, em julho de 2021 para o quinquênio 2021 a 2025. O Plano tem como objetivo realizar ações e metodologias de prevenção, monitoramento e aprimoramento de comando e controle voltados para o combate ao desmatamento ilegal e aos incêndios florestais em âmbito Estadual, além de enfrentar, de forma ágil e eficaz, os incêndios florestais em todo território do Tocantins e gerar dados, informações e monitorar toda sua execução; Monitoramento em relação à dinâmica de queimadas, em parceria com o Centro de Monitoramento e Manejo do Fogo CeMAF/UFT, através de Termo de Cooperação Técnica; Apoio ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO e a Defesa Civil Estadual através de aporte financeiro, aquisição de equipamentos para atuação no combate aos incêndios florestais no Estado do Tocantins, com: Aquisição e disponibilização de EPIs para a Defesa Civil Estadual; Celebração de Termo de Execução Descentralizada – TED entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMARH e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO, no valor de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), para o financiamento da contratação e aparelhamento de 80 brigadistas civis temporários para atuarem no combate aos incêndios florestais no Estado do Tocantins. O recurso é originário do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH e os brigadistas contratados foram distribuídos nas sedes das unidades operacionais do CBMTO nos municípios de Araguatins, Araguaína, Colinas do Tocantins, Gurupi, Dianópolis, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, bem como deram suporte aos demais municípios do Estado conforme a divisão regional de cada sede; Participação no I simpósio do 22º Batalhão de Infantaria em apoio à Defesa Civil; Participação em Oficinas de sensibilização para capacitação em Boas Práticas em Gestão de PPCDQs, que aconteceu em Belém/Pará, promovida pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, em parceria com a GIZ; Participação na capacitação de brigadistas de combate a incêndios florestais, ministrado pela Defesa Civil Estadual, no município de Novo Acordo/TO; Coordenação Executiva do Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos e Incêndios Florestais do Tocantins – PPCDIF/TO; Elaboração e encaminhamento de Relatórios

de áreas queimadas, através de cruzamento de dados com o Cadastro Ambiental Rural – CAR e definição de rotas de acessos para os órgãos fiscalizadores terem acesso ao local de onde surgiu o foco de incêndio; Participação da equipe técnica na elegibilidade do Tocantins, através da Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa – Conaredd+, captar recursos na modalidade pagamento por resultado de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+); Condução de reuniões da Câmara Técnica Permanente de ICMSEcológico do COEMA; Participação na Câmara Técnica Permanente de Licenciamento e Qualidade Ambiental do COEMA; Participação na Câmara Setorial dos Produtos da Sociobiodiversidade; Participação na Câmara Técnica Permanente de Compensação Ambiental do COEMA; Atendimento e Suporte Técnico aos municípios do Estado do Tocantins presencialmente, via e-mail, ligações e whatsapp.

GERÊNCIA DE RECURSOS ENERGÉTICOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS - no ano de 2021, realizou as seguintes atividades técnicas:

Aprovação de proposta de transação de créditos de carbono futuros para à Coalizão Leaf - LEAF é uma Coalizão que reúne países como a Noruega, Estados Unidos e Reino Unido e mais de uma dezena de empresas privadas que tem como objetivo mobilizar pelo menos US$1 bilhão em financiamento na proteção das florestas tropicais e no desenvolvimento sustentável de esforços público-privados; Em 2021, a Coalizão publicou edital visando receber projetos de países que possuem florestas interessados em transacionar créditos de carbono florestal; A SEMARH submeteu uma proposta mostrando que visa diminuir 15% ao ano do desmatamento ilegal no Estado, de 2022 a 2026. Com isso, cerca 34,5 milhões de toneladas de CO2 serão geradas, podendo ser vendidas, o que pode gerar um total de R$1,9 bilhões; Apresentação de projeto para o edital Fundo Floresta, no valor de 12,9 milhões de Euros: O Fundo Floresta é uma chamada pública lançada pelo Banco Alemão de Desenvolvimento - KfW que busca atender estados amazônicos tanto na diminuição do desmatamento como na promoção da bioeconomia; O projeto foi enviado pela SEMARH em setembro deste ano, intitulado: “SustenTO Amazônia - Promovendo a bioeconomia e a redução do desmatamento na Amazônia tocantinense”, no valor de EUR$12,9 milhões; O projeto visa: i) institucionalizar o Zoneamento Ecológico Econômico, ii) implementar a Estratégia de fiscalização, comando e controle do desmatamento e incêndios florestais, iii) operacionalizar o Centro de Inteligência Geográfica em Gestão de Meio Ambiente, iv) o fortalecer a Governança municipal em torno a estratégia “Município Eco-Produtor”; v) estabelecer parcerias de conservação em investimentos e negócios sustentáveis, vi) criar um sistema de incentivos composto pelo Programa Jurisdicional REDD+ do Tocantins, o selo de sustentabilidade jurisdicional "Município Eco-produtor" e o aprimoramento do ICMS ecológico e vii) fortalecer Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais em seus projetos de desenvolvimento sustentável e integração social desenhados e implementados; O projeto contou com a ajuda de uma consultora contratada pelo próprio Fundo. Assinatura de memorando de entendimento com a Cooperação Técnica Alemã – GIZ: A cooperação técnica está em execução com capacitação dos técnicos do estado; elaboração de arcabouço legal de pagamento por serviços ambientais (PSA) e mudanças climáticas; Preparação do estado para a elegibilidade na Conaredd +; Preparação do estado para acessar recursos financeiros de

pagamento por resultados de redução das emissões dos gases do efeito estufa por desmatamento e degradação. Participação na Conferência das Partes - COP26, em Glasgow: COP é a sigla em inglês para Conferência das Partes (Conference of the Parties) da Convenção-Quadro das Nações Unidas -ONU sobre Mudança do Clima (UNFCCC). As “Partes” são os países que fazem parte da ONU / UNFCCC; O Tocantins participou de dois quadros de apresentação durante a COP26, promovidos pelo Ministério do Meio Ambiente. Além de reuniões bilaterais e participação em eventos do Consórcio Intergovernamental da Amazônia Legal, da Força Tarefa do GCF, da Coalizão Under2, da Coalizão LEAF, do Selo Verde liderado pela UFMG e de negociações bilaterais para investimentos no estado; Assinatura de memorando de entendimento com a Biodivesity and Ecosystem Futures - BEF com o objetivo de realizar um leilão dos créditos históricos de carbono do Tocantins, ainda no primeiro semestre de 2022. A estimativa é que o Estado receba cerca de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); Reunião estratégica com a empresa Mercuria para definir investimentos prévios com vistas a preparar o Estado para transacionar créditos de carbono passados e futuros;

Créditos de carbono florestal (REDD+)	Possibilidade de transação
Históricos - 2006 a 2015	R$ 122 milhões
Vintages - 2016 a 2021	R$ 2,7 bilhões
Futuros - 2022 a 2026	R$ 1,9 bilhões
Total	R$ 4,6 bilhões

Elegibilidade Estado do Tocantins junto à CONAREDD+ para acessar recursos de pagamento por resultado de redução das emissões dos gases de efeito estufa por desmatamento e degradação; A elegibilidade habilita o Tocantins a transacionar seus ativos de carbono por pagamento por resultados, além de colocar o estado num patamar de destaque nacional e internacional, pois somente outros três estados brasileiros também são elegíveis (Amazonas, Mato Grosso e Acre); neste cenário, os esforços realizados concretizam-se em oportunidades futuras para que o Tocantins seja recompensado pela redução de desmatamento já evitada e já comprovada pela CONAREDD +. Participação efetiva do Estado nos trabalhos da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Floresta - GCF Task Force: Reuniões do Fórum de Secretários da Amazônia Legal; Temas abordados: aprovação do projeto da Janela B Regional do GCF; elegibilidade junto à CONAREDD+; promoção da bioeconomia e combate ao desmatamento; estratégia de atuação conjunta dos estados no combate aos ilícitos ambientais; COP26; cadastro ambiental rural; Plano de Manaus e diálogos estratégicos com compradores de créditos de carbono. Participação em Belém – PA, no mês de outubro de 2021, do Fórum Mundial de Bioeconomia e do Fórum de Secretários da Amazônia Legal do Consórcio Intergovernamental da Amazônia Legal; Realização de quatro reuniões (3 Reuniões Ordinária e 1 Extraordinária) do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas - FEMC: com o debate sobre a Estratégia Tocantins Competitivo e Sustentável, tanto para os participantes do Fórum como para possíveis parceiros das ações da Estratégia; as

atribuições Estado perante a Coalizaão Under2 MoU; resultados da COP 26; ´proposta apresentada ao Fundo Floresta; elegibilidade do Estado na Conaredd +. Na Reunião Extraordinária o foco foram as apresentações de convidados, como a ENERGISA; estratégia Produzir Conservar e Incluir – PCI do Estado do Mato Grosso e da Estratégia Amazônia Agora do Governo do Pará, que mostraram suas ações em prol do meio ambiente com vistas a contribuir para a implantação da estratégia de desenvolvimento de baixas emissões de gases do efeito estufa do Tocantins.

ICMS ECOLÓGICO

Implementação do Sistema Informatizado do ICMS-Ecológico, dando mais transparência, segurança e eficiência nas etapas de comprovação, validação e cálculo dos índices do ICMS-Ecológico; Adesão dos 139 municípios do Estado à avaliação qualitativa do ICMS-Ecológico pelo SISECO; Apoio com suporte técnico aos 139 municípios do Estado e aos Órgãos Estaduais responsáveis pela validação dos critérios; Capacitações virtuais do Sistema para os gestores municipais e para os validadores; Auxílio a contestação dos municípios das análises realizadas pelos órgãos competentes; Cálculo dos índices do ICMS-Ecológico e seu repasse à Secretaria Estadual da Fazenda- SEFAZ. Condução da discussão e aprovação da proposta de alteração da legislação do ICMS-Ecológico na câmara técnica e plenária do COEMA.

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DDS)

PROJETO FOCO NO FOGO

Ação coordenada pela Diretoria de Desenvolvimento Sustentável, em parceria firmada com mais de 30 instituições públicas e privadas. No final, foram alcançados 33 municípios, 4 mil propriedades e 12 mil pessoas atendidas. Resultado altamente satisfatório para a população e para o Governo do Estado, com mídia positiva.

PROJETO PRAIA CONSCIENTE

Blitz Educativa nas praias da Capital, com objetivo de estimular a mudança de hábito em relação ao meio ambiente, visando à garantia do uso sustentável dos recursos naturais, junto à comunidade local.

DIA DA ÁRVORE

Doação de 3.500 mudas e 3 mil sementes; Em referência ao Dia Mundial da Árvore, a Semarh, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), por meio do projeto Restaura-TO e Instituto Perene, Capitania Fluvial Araguaia - Tocantins e Consórcio Estreito de Energia (Ceste) realizou no dia 21 de Setembro a doação de 3.500 mudas nativas do Cerrado e 3 mil sementes de espécies variadas.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Palestras sobre reflorestamento de nascentes dos municípios de ananás e riachinho; A Semarh, por meio da Diretoria de Desenvolvimento Sustentável (DDS), em parceria com as prefeituras dos municípios de Riachinho e Ananás, participou nos dias 05 e 06 de novembro das palestras voltadas à orientação sobre reflorestamento de nascentes daqueles municípios; Realização de palestra “Educação Ambiental - Incêndios e Queimadas” no II Fórum de Políticas Públicas, Segurança Alimentar e Meio Ambiente na Agricultura Familiar/ 1° Dia de Campo sobre Enriquecimento Nutricional de Cana de Açucar, que acontecerá no município de Itacajá-TO; Curso de Compostagem Urbana - Crixás-TO; 1º Seminário Ambiental de Pedro Afonso.

PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ PRÓ-ANIMAIS

O Comitê Pró-Animais foi criado com o objetivo de propor políticas públicas de proteção e defesa de animais e ações constituídas entre órgãos e entidades da administração pública do Estado do Tocantins; Apresentação Web Folders Informativos para cinco categorias de animais (Domésticos, Esporte, Laboratório, Produção e Silvestres) – Disponíveis no site da Semarh.

INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS
BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDASGERÊNCIA DE SUPORTE

A2N

- Reunião para realização e apresentação do planejamento anual das atividades daAgenda Ambiental do Naturatins (A2N);
- Atendimento de demanda interna para a limpeza da estrutura física do Projeto Geladeira Teca e encaminhamento para a Diretoria de Administração e Finanças (DIAFI);
- Elaboração de questionários para levantamento de demandas e diagnósticos- A2N/A3P;
- Levantamento de nomes para nova Portaria ECOTIME e publicação no DOE;
- Elaboração de projeto para participação do Programa de Eficiência Energética PEE –Energisa;
- Elaboração de frases para confecção de placas – Rodovias e Entorno de Ucs;

ICMS ECOLÓGICO/PROTOCOLO DO FOGO

- 139 análises de processos referentes a políticas municipais de meio ambiente apresentadas no âmbito do ICMS Ecológico.
- Elaboração de materiais para apresentar durante o evento de transferência do ProgramaICMS Ecológico;
- Duas reuniões, sendo uma com a equipe interna e uma com a equipe da SEMARH, pararealizar a transferência do Programa Protocolo do Fogo para a Secretaria Estadual de MeioAmbiente e para os municípios;

COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

- 10 Termo de Cooperação Propostos com: Instituto Semeia; ONG 8 Billion Tree; Prefeitura Araguacema; Assoc. Artesãs Lajeado; Ruraltins; Instituto Perene; Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPT); World Wide Fund for Nature (WWF)
- Articulação para Termo de Cessão de Uso com a prefeitura de Filadélfia-MONAF;
- Articulação do Termo de adesão do Ministério do Meio Ambiente (MMA)/Naturatins;
- Levantamento de parceiros para REDE Jalapão/ Quilombolas/Torrãozeiros;
- Participação em dez reuniões realizadas entre as Equipes: BNDES, Instituto Pitiguari, ADETUC e Naturatins;
- Análise e contribuição sobre a parte social dos quatro produtos elaborados entre o Convêniopara a concessão das unidades de conservação.

Capacitação

- 139 municípios capacitados sobre a Renovação do Protocolo do Fogo, estratégias de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais no Estado do Tocantins.
- 5 reuniões para levantamento de informações e elaboração de materiais e conteúdo da oficina de capacitação de agentes ambientais/Brigadistas voltadas inicialmente para os brigadistas do Instituto.

Biodiversidade e áreas protegidas
Gerência de Suporte ao Desenvolvimento Socioeconômico

- Elaboração de um material para a oficina de capacitação de agentes ambientais/brigadistas;
- Duas oficinas de formação de agentes ambientais com a equipe de Brigadistas do Parque Estadual do Cantão e do Parque Estadual do Lajeado.

Relacionamento com comunidades

- Elaboração de Tóten sobre o Capim Dourado/Buriti;
- Análise para emissão das licenças capim dourado;
- Planejamento das atividades de disseminação de informações para as Associações de Artesãos quanto às mudanças propostas pela Lei N° 3.594 de 18 de dezembro de 2019;
- Realização de duas reuniões com a equipe do Parque e da APA do Jalapão para definiçãodas atividades de divulgação da Lei N° 3.594 e aprovação do material elaborado pela Assessoria de Comunicação do Instituto;
- Solicitação e encaminhamento do material de divulgação da Lei N° 3.594 para elaboração dos materiais de divulgação necessários;
- 5 atendimentos a demanda do Coordenador do Projeto referente ao etnozoneamento, (Povo Xerente) a construção da casa de cultura e a aquisição de materiais e insumos necessários para a continuidade da

proposta;
- 10 apoios nas reuniões de conselho das APAS Ilha do bananal Cantão, Lago de Palmas, do Jalapão, Parque Estadual do Jalapão e Parque Estadual do Cantão;
- 58 mil mudas distribuídas em ação com a equipe do PEL para prefeituras e pessoas físicas;
- 10 propriedades no entorno do PEL orientadas para plantio de mudas conforme levantamento feito em propriedades que possuem áreas degradadas e/ou alteradas;

Biodiversidade e Áreas Protegidas
Gerência de Unidades de Conservação, PArques e Monumento Natural

ATENDIMENTO PRESENCIAL

Orientação para solicitação de serviços como parecer técnico de viabilidade de atividade dentro de unidade de conservação, criação de RPPNs, autorização para uso publico emunidade de conservação, pesquisa em unidades de conservação.

ATENDIMENTO VIRTUAL

212 atendimentos realizados pelo Whatsapp do Condutor Ambiental.

VIDEOCONFERÊNCIAS

- Reuniões da equipe de execução do Pro-espécies;
- Participação da equipe técnica no 4° Fórum do SNUC;
- Capacitação no Curso SAMGe; Reunião sobre o PNAP – Plano Nacional de ÁreasProtegidas;
- I Fórum Brasileiro de Voluntariado;
- Reunião com os supervisores da UCs para operar no SINAT, SIGAM e GESTO;
- Participação no Webinario com o tema Concessões em Áreas Protegidas: Estudos de caso do EUA e reflexões sobre concessões em Brasil;
- Participação na 5º edição dos Parques do Brasil – SEMEIA;
- Reuniões semanais processo de concessão das unidades de conservação estaduais.

ROTINA DAS UCs

Proteção e Manejo
-28 ações de fiscalização nas UCs e entorno;
-152 Ações de MIF, entre maio e julho;
-Elaboração da sinalização dos limites da Ucs;
-Aquisição de EPIs e Equipamentos;
Pesquisa e Monitoramento;
-Inicio do Projeto Quelônios da Amazônia 2021.
-Ação de monitoramento do Pato-Mergulhão.
-Inicio do processo de reposição florestal no PEL
-Operacionalização;

-Uso publico;
-8 solicitações de uso de imagem nas Ucs.
-Interação com o entorno;
-Renovação e posse aos novos conselheiros das unidades de conservação.

Análise de Processos e Emissão e Termos e Autorizações:
-Análise de 569 processos de uso publico em unidades de conservação;

-Elaboração de 286 pareceres técnicos de atividades em unidades de conservação;

-Análise de 12 processos de solicitação de pesquisa em unidades de conservação;

Produção de Minutas de Normas, Termos de Referência e Formulários:

-Revisão dos planos de manejo dos Parques Estaduais do Jalapão e Cantão.

-Revisão da Instrução Normativa de Atividades de Uso Público em Unidades deConservação.

-Elaboração da Instrução Normativa do Manejo Integrado do Fogo - MIF.

- Formalização do processo de licitação para concessão dos serviços turísticos do ParqueEstadual do Jalapão.

Biodiversidade e áreas protegidas

Gerência de Pesquisa

CEFAU

- Organização do manejo para coleta de sangue para exame genético: onça pintada do CEFAU e da Fazenda Bulterrier/ANIDA; gato-do-mato pequeno. Envio das amostras para PUC/RS e UEMA/MA.
- Contratação de 2 (dois) médicos veterinários.
- Atendimento de 280 animais silvestres, sendo: 41 Mamíferos, 213 Aves e 26 Répteis.
- Produção de roteiro e texto para o Catálogo e Vídeo do Museu de Morfologia que serãoproduzidos no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre o Naturatins e a UFT.
- Articulação para assinatura e finalização do processo do Termo de Doação da MRV paraconstrução do recinto da onça pintada do CEFAU.

- Articulação com o Núcleo de Arquitetura da Unicatólica para elaboração do projeto dorecinto da onça pintada do CEFAU.

- Portaria NATURATINS designando os coordenadores do Centro de InterpretaçãoAmbiental e CETRAS/CRAS, no CEFAU.

- PORTARIA NATURATINS n.º 146, DE 17 DE AGOSTO DE 2021, que dispõe sobre procedimentos para cadastramento de áreas de soltura para animais silvestres (ASAS) eestabelece outras providências;

- Acordos de Cooperação Técnica firmados com Museu de Morfologia da UFT (renovadopor mais dois anos), com ICMBIO, com UNICATÓLICA e com ULBRA (em andamento)

Análise, Processos, Emissão de Termos e Autorizações:

- Processo AMAS – Autorização de Manejo de Animais Silvestres. 28 Processos analisados.

- SISFAUNA - Emissão de autorização de transporte interestadual para destinação defauna silvestre para os estados de Goiás, Bahia e Pará.

- Respostas às solicitações de autorização de estágio supervisionado e pesquisa para trabalho de conclusão de curso (TCC);

- Usuários do SISPASS, devido ao ataque via internet, estão sendo atendidos através dessee-mail para baixar suas licenças anuais, até o restabelecimento da conexão IBAMA Sede – DFcom SEFAZ – TO.

- Regularização das fazendas parceiras por ACT ou processo autorizativo no SISFAUNA

- Realização do I Seminário de Pesquisa e Biodiversidades, em 23 e 24/09/2021 no formato virtual. Com apresentação de várias pesquisas realizadas dentro do Estado de Tocantins.

- Primeiro treinamento para utilização do SISFAUNA 1.2 ministrado pelo IBAMA.

- Atendimento ao público por meio do fauna@naturatins.to.gov.br

Atividades de Campo:

- 4 (quatro) Expedições ao Parque Estadual do Jalapão para coleta de dados relacionadaao PAN do Pato Mergulhão;

- No PAT CERRADO, foram realizadas 2 expedições de 5 dias cada que percorreram todo oterritório Cerrado Tocantins para levantamento de espécies ameaçadas de flora do Cerrado;

- 2 expedições para levantamento da fauna que somaram 7 dias de atividades.Previsão de uma expedição para espécies da fauna no mês de dezembro.

Atendimento Virtual:

- 302 atendimentos realizados pelo Whatsapp do Condutor Ambiental.

Atendimento Presencial:

- Orientação para solicitação de serviços como parecer técnico de viabilidade de atividadedentro de unidade de conservação;

- Criação de RPPNs;

- Autorização para uso publico em unidade de conservação;

- Pesquisa em unidades de conservação.

Videoconferências:

- Reuniões da equipe de execução do Pro-espécies;
- Participação da equipe técnica no 4° Fórum do SNUC;
- Capacitação no Curso Sistema de Analise e Monitoramento de Gestão – SANGe;
- Reunião sobre o PNAP – Plano Nacional de Áreas Protegidas;
- I Fórum Brasileiro de Voluntariado;
- Reunião com os supervisores da UCs para operar no SINAT, SIGAM e GESTO;
- Participação no Webinario com o tema Concessões em Áreas Protegidas: Estudos decaso do EUA e reflexões sobre concessões em Brasil;
- Participação na 5º edição dos Parques do Brasil – SEMEIA;
- Reuniões semanais processo de concessão das unidades de conservação estaduais.

Gestão das Unidades de Conservação:

- 37 ações de fiscalização nas UCs e entorno;
- Elaboração da sinalização dos limites da UCs;
- Recebimento de EPIs e Equipamentos para as Equipe de Brigadas Florestais
- Encerramento do Projeto Quelônios da Amazônia 2021, com mais de 500 ninhosmonitoradas e 8.000 filhotes soltos nas praias do Parque Estadual do Cantão;
- Ação de monitoramento do Pato-Mergulhão;
- 153 hectares de reposição florestal no PEL;
- 80 toneladas de fosseis repatriados MONAF apreendidos em contrabando;
- 13 solicitações de uso de imagem nas UCs;
- 55.579,00 visitantes recebidos nas Dunas;
- Renovação e posse aos novos conselheiros das unidades de conservação.

Diretoria de Biodiversidade e áreas protegidas e áreas protegidas

Gerência de Unidades de Conservação - GPIB

Análise de Processos e Emissão de Termos e Autorizações:

- 801 autorizações validas para atividades de uso público em UC;
- 513 pareceres técnicos de atividades em unidades de conservação;
- 15 análise de solicitação de pesquisa em unidades de conservação;
- 49 Novas autorizações para Agência de Viagens e Turismo;

- 19 Novas autorizações para Guia Nacional de Turismo;

- 202 Novas autorizações para Condutor Ambiental Local.

NORMAS, TERMOS DE REFERÊNCIA E FORMULÁRIOS

- Revisão dos planos de manejo dos Parques Estaduais do Jalapão e Cantão.

- Revisão da Instrução Normativa de Atividades de Uso Público em Unidades deConservação.

- Elaboração da Instrução Normativa do Manejo Integrado do Fogo - MIF.

- Processo de licitação para concessão dos serviços turísticos no Parque Estadual doJalapão. (cancelado)

QUEIMAS PRESCRITAS 2021

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	MESES					TOTAL UC
	maio	junho	Julho	agosto	setembro	
PEJ	15	23	3	0	0	41
PEC	0	4	1	1*	2*	5
PEL	8	33	15	0	0	56
MONAF	2	13	7	11	3	36
APASL	4	20	7	0	0	31
APALP	7	1	0	0	0	8
APAJ	7	8	3	0	0	18
TOTAL/MÊS	43	102	36	11	3	
TOTAL GERAL						195

* Comunidades

PROTEÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - GFISC

DESCRIÇÃO		QTD
Ações e Operações	Ações de Fiscalização	1582
	Operações de Fiscalização	29
Denúncias e Demandas externas	Linha Verde - Denúncias atendidas	475
	Demandas atendidas: MPF, MPE, TJ, IBAMA, DEMA, etc.	372
Procedimentos lavrados	Termos de Notificação	516
	Autos de Infração	1073
	Termos de Fiel Depositário	14
	Termos de Liberação/Desembargo	59
	Termos de Embargo	524
	Termos de Apreensão	183
	Termos de Recolhimento Diversos	75
Atos emitidos	Autorizações de Transito e Comercialização de Pescado	86
	Carteiras de Pesca emitidas	562
	Termos de liberação	16
	Termos de desembargo	12
	Termos de doação	32
Apreensões / recolhimentos	Madeira (m^3)	392,6m^3
	Animais silvestres (un.)	29
	Rede de pesca (mts.)	22.050m
	Pescado (kg)	401,52kg
	Veiculo (un.)	11
	Arma de Fogo (un.)	03

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO AMBIENTAL - GINSP

ATOS ADMINISTRATIVOS	QTD
Relatórios de Inspeção Ambiental	132
Pareceres Técnicos de Monitoramento - inspeção ambiental	72
Ofícios de pendência/inconformidade	12
Atendimento de demandas externas: MPF, MPE, TJ, DEMA, DEFENSORIA PÚBLICA, IBAMA, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, etc.	201
Notas Técnicas	51
TOTAL	**468**

PROTEÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL GERÊNCIA DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS - GMGIA

AÇÃO/PROCEDIMENTO	QTD
Validação em campo de áreas com indicativos de desmatamentos (Mapbiomas)	185 Áreas
Elaboração de Produtos Cartográficos em atendimento a demandas Internas/externas (Desmatamentos e Queimadas) em auxilio as atividades de campo da Fiscalização Ambiental.	167
Elaboração de Mapas com os indicativos de Carga de Combustivel em Unidades de Conservação	07
Atendimentos de demandas externas (minutas) de solicitações diversas	07
Despachos para fins de desembargo, Resposta à Câmara de Julgamento e Fiscalização.	41
TOTAL	**407**

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

DESCRIÇÃO	QUANT.	OBSERVAÇÃO
Documentos SGD recebidos	1.750	Todos os documentos recebidos via SGD na Diretoria de Gestão e Regularização Ambiental
Solicitações SGD respondidas	133	Referente aos documentos respondidos via Ofício, Nota Técnica e Despachos realizados naDiretoria de Gestão e Regularização Ambiental.
Atendimentos realizados	2013	Atendimentos Realizados presencialmente, telefone e agendamento SIGAM
Eventos Realizados	16	Orienta Naturatins
Atendimentos Realizados nosEventos	421	Atendimentos Realizados no Orienta Naturatins
Memorandos	421	Atendimentos Realizados no Orienta Naturatins

ATENDIMENTOS SIGAM - DGRA	
TOTAL DE ATENDIDOS	403
TOTAL DE AUSÊNCIAS	229
TOTAL DE AGENDAMENTOS	632

ATENDIMENTO	QUANT.	PERÍODO
ORIENTA NATURATINS	486	2021
ZAP DO PRODUTOR	298	28/06 a 30/11
TELEFONE	5.138	2021
PRESENCIAL	3.057	2021

GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO

Parecer Técnico	1.247
Nota Técnica	389
Ofício de Pendências	499
Licença Prévia	332
Licença de Instalação	151
Licença de Operação	158
DDLA	7
ATCP	4
Autorização Ambiental	17

DIRREGULARIZAÇÃO AMBIENTALGERÊNCIA DE LICENCIAMENTO

SITUAÇÃO DOS PROCESSOS NA GERÊNCIADE LICENCIAMENTO		
	01/08/2021	12/11/2021
Primeira análise	329	51
Reanálise	297	123
Em análise	135	290
Aguardandovistoria	81	26
Total	**680**	**490**

GERÊNCIA DE CONTROLE E USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

RELATÓRIO AGENDA AZUL

	01/08/2021	12/11/2021
Quantidade de técnicos	5	5
Processos Correntes	361	75

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021 - REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL GERÊNCIA DE RECURSOS FLORESTAIS

ATOS EMITIDOS EM 2021

409

ATENDIMENTOS POR E-MAIL

1219

ATOS EMITIDOS EM 2021

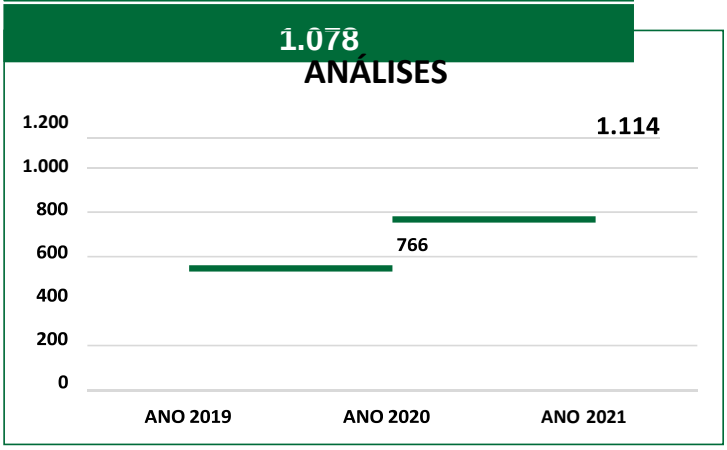
463

GERÊNCIA DE PROCEDIMENTOSE ANÁLISES DE CADASTROS

- Quantitativo de número de técnicos: 05
- Quantitativo de processos correntes: 380
- Quantitativo de processos analisados: 697
- Quantitativo de atos emitidos (Despachos, Notas Técnicas, SGD's e etc): 122

ATENDIMENTOS POR WHATSAPP

1.078



O portal de notícias do Naturatins publicou ao todo 272 matérias até 14/12 de 2021, tendo uma média de 22 matérias por mês e 5 por semana.

MATÉRIAS NO SITE			
JANEIRO	11	JULHO	30
FEVEREIRO	11	AGOSTO	31
MARÇO	24	SETEMBRO	27
ABRIL	23	OUTUBRO	19
MAIO	23	NOVEMBRO	35
JUNHO	29	DEZEMBRO	09*
TOTAL: 272			

*ATÉ 14/12/2021

TELEVISÃO

O Naturatins atendeu 26 solicitações de entrevistas para os canais de televisão e foi pauta naTV 47 vezes, sendo que EM 5, o Naturatins respondeu por Nota. 32 matérias da TV Anhanguera Tocantins – filiada da Globo; 06 matérias na TV Norte – filiada SBT; 02 matériasna TV Jovem – filiada da RecordTV; 02 matérias na TV Amazônia – filial da Band; 01 matériana Rede TV TO.

04 DESTAQUES NACIONAIS

RÁDIO

O Naturatins foi 26 vezes pauta nas rádios regionais do Tocantins, sendo:
- 07 vezes foi Pauta na Rádio Unitins - 96 FM;

- 06 vezes foi Pauta na Radio CBN Tocantins, no programa Radio CBN;

- 05 vezes pauta na FARCOM que distribui as matérias para as rádios comunitárias doTocantins;

- 04 vezes na Rádio Conexão FM;

- 03 Vezes na Rádio Líder de Paraíso do Tocantins no programa Tribuna Tocantins;

IMPRESSO

No Impresso o Naturatins foi Pauta no Jornal Daqui 06 vezes, sendo que 1 vez foi uma resposta em Nota do Instituto;

PORTAIS DE NOTÍCIA

Praticamente todas as pautas publicadas no portal do Estado do Naturatins foram replicadasem diversos sites de notícias do Tocantins.

CONEXÃO TOCANTINS	**272**
SURGIU	**272**
CLEBER TOLEDO	**47**
T1 NOTÍCIAS	**46**
JORNAL DO TOCANTINS	**25**
GAZETA DO CERRADO	**20**
G1 TOCANTINS	**19**

SECRETARIA DA SAÚDE

O Sistema Único de Saúde – SUS é um sistema público, universal e com integralidade no atendimento conforme estabelecido na Constituição Federal, e neste sentido a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins vem empreendendo esforços para assegurar o objetivo da política de saúde, que é garantir o direito à saúde de forma coordenada e em parceria com o governo federal e municipal.

Para garantir o exercício desse direito é preciso uma mobilização de esforços conjunto num sistema de governança tripartite de amplo debate com a participação da sociedade - controle social por meio do Conselho de Saúde.

A Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins – SES-TO tem organizado a prestação de serviços de saúde ordenando os recursos financeiros, físicos, materiais, organizacionais e humanos para que sejam aplicados na política de saúde considerando fundamentalmente o direito da população à saúde.

A gestão e o financiamento do SUS são responsabilidade tripartite, o que introduz uma complexidade no seu gerenciamento e requer ampla capacidade de gestão dado o conjunto de interesses econômicos, políticos e corporativos que disputam os recursos da saúde, a interdependência dos três níveis de governo e os vários órgãos do Estado (federal e estadual) – Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública – que interferem na execução da política de saúde cada qual de acordo com seus mandatos legais.

As organizações da sociedade, como conselhos profissionais, organizações de pacientes, sindicatos e conselhos de saúde, também se mobilizam, participam do debate e intervêm sobre a política pública de saúde.

As regras de gestão do setor público também precisam ser apontadas como variáveis que dificultam gerir com eficiência e qualidade, comprometendo o alcance de resultados na prestação de serviços de saúde à população.

Em 2020 a sociedade brasileira e as autoridades públicas depararam-se com uma situação de elevada gravidade e complexidade gerada pela pandemia de amplitude internacional (pandemia da COVID-19), causada pelo novo coronavírus SARS-COV2, essa situação persistiu em 2021, sendo o 1º Quadrimestre de 2021 o mais crítico em número de casos confirmados e óbitos.

Neste cenário, as políticas públicas de saúde foram desenvolvidas pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins conciliando a rotina de ações e serviços públicos de saúde com as ações necessárias ao enfrentamento da

pandemia e vacinação contra a Covid-19, com planejamento de ações imediatas na busca de resolver, de forma célere, os problemas apresentados e obter resultados, sem deixar de lado as demais políticas públicas de saúde no Tocantins.

Um dos maiores desafios no enfrentamento da pandemia da Covid-19 é o provimento da assistência hospitalar. Nas tabelas a seguir serão demonstrados os quantitativos de leitos Covid-19 que vem sendo ofertados para o provimento da assistência hospitalar dos pacientes acometidos pela Covid-19, desde o início da pandemia, evidenciando a preparação da rede para o crescimento do número de casos, o dimensionamento e ampliação de leitos destinados ao cuidado Covid-19.

Tabela 1 – Evolução da implantação de leitos Covid-19 no Estado do Tocantins, 2020-2021.

PACTUAÇÃO CIB	RECORTE	Leito	Leito Clínico		Leito de UTI			VARIAÇÃO	
		LSVP	Adulto	Ped	Adulto	Ped	TOTAL	Física	%
Resolução CIB Nº 70, de01/04/2020 (Homologada na Res 79).	10 de abril	0	153	6	4	0	163		
Resolução CIB Nº 93, de30/04/2020 (Homologada na Res 100).	10 de maio	9	126	3	46	8	192	29	18%
Resolução CIB Nº 109, de10/06/2022 (Homologada na Res 119).	10 de junho	9	165	2	44	8	228	36	19%
Resolução CIB Nº 122, de10/07/2020 (Homologada na Res 130).	10 de julho	20	184	8	97	6	315	87	38%
Resolução CIB Nº 157,de 25/08/2020.	20 de agosto	21	252	19	166	6	464	149	47%
Resolução CIB Nº. 037, de 27/04/ 2021.	abril de 2021	73	275		213	6	567	103	22%
Resolução CIB Nº. 060, de 16/06/021.		80	275		213	6	574	7	2%
A quantidade de Leitos Covid-19 foi ampliada em 252% de abril de 2020 a junho de 2021								411	252
PACTUAÇÃO CIB	RECORTE	Leito	Leito Clínico		Leito de UTI			VARIAÇÃO	
		LSVP	Adulto	Ped	Adulto	Ped	TOTAL	Física	%
Resolução CIB Nº 144, de 21/10/2021.	outubro de 2021	80	148	0	90	0	318	-256	-55%
Resolução CIB Nº 197, de 29/12/2021.	dezembro de 2021	79	112	0	82	0	273	-45	-10%
De outubro a dezembro de 2021 houve redução dos leitos em função da considerável redução do número de casos de Covid-19								110	67%

Fonte: SES-TO – Leitos pactuados na Comissão Intergestores Bipartite – CIB
Legenda: Res CIB: Resolução da Comissão Intergestores Bipartite – CIB
LSVP - Leito de Suporte Ventilatório Pulmonar.

DIAGNÓSTICO GERAL DA SAÚDE

Em 2019 foi elaborado o PES 2020-2023 (Plano Estadual de Saúde), o PPA 2020-2023 (Plano Plurianual) e o Planejamento Estratégico Institucional (PEI)1, cujos desdobramentos anuais encontram-se nas Programações Anuais

1Disponíveis no site da SES-TO - https://saude.to.gov.br/planejamento-/instrumentos-de-planejamento/

de Saúde. O ano de 2021 é, portanto, o segundo ano de execução do PES/PPA 2020-2023.

O Plano Estadual de Saúde está alinhado ao Planejamento Estratégico que se constitui em linhas de ação a serem seguidas para delimitação da estratégia geral do quadriênio 2020-2023, visando assegurar que as prioridades e estratégias para sua execução sejam coerentes e que possibilitem a organização das ações e esforços, bem como a tomada de decisão para o alcance das metas e entregas previstas tanto no PES 2020-2023 como no Mapa Estratégico que foi elaborado.

A identidade institucional da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins ficou assim definida:

MISSÃO
PROMOVER, ORGANIZAR E IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO ESTADO DE TOCANTINS NA PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, TRATAMENTO E REABILITAÇÃO, COM INTEGRALIDADE DO CUIDADO À POPULAÇÃO.

VISÃO
SER A REFERÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA NA REGIÃO NORTE DO PAÍS ATÉ 2030.

VALORES
ÉTICA, COMPROMISSO, TRANSPARÊNCIA, COOPERAÇÃO, RESPEITO, IMPESSOALIDADE, EFETIVIDADE, HUMANIZAÇÃO, INOVAÇÃO.

Os objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico da SES-TO são:

- Reduzir a morbimortalidade por trauma, causas evitáveis e materno-infantil;
- Propiciar longevidade saudável à população tocantinense
- Integrar a vigilância em saúde e atenção primária na realização de ações de promoção, prevenção e controle de riscos de doenças e agravos
- Reestruturar a gestão hospitalar sob a lógica da Rede de Atenção a Saúde- RAS
- Promover o modelo de atenção à saúde com o fortalecimento da atenção primária
- Fortalecer a rede de atenção à saúde
- Promover a capacidade de gestão e operacionalização da saúde nos municípios

- Desenvolver a cultura de planejamento, fortalecendo o processo organizacional com controle, direção e abordagem estratégica
- Fortalecer a participação do controle social
- Fortalecer a regionalização como diretriz organizativa do SUS
- Fortalecer a gestão profissional e a educação na saúde
- Garantir autonomia plena da gestão do fundo estadual de saúde pela SES
- Ampliar o investimento em infraestrutura em saúde no Tocantins
- Assegurar a suficiência orçamentária e financeira para as ações e serviços de saúde

A Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, além da responsabilidade pela gestão, mediante atuação do exercício do controle, avaliação, auditoria e regulação do SUS (funções importantes relacionadas à gestão das políticas de saúde no Estado), é responsável também pelo provimento de ações e serviços de saúde diretamente à população, por meio da gestão dos serviços de assistência de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar e mediante a contratualização com serviços de natureza filantrópica e privados também de média e alta complexidadede abrangência regional e estadual. Ela tem um papel preponderante na oferta de ações e serviços de saúde diretamente à população por meio da administração direta de uma rede de 18 Hospitais Estaduais que passou a ser 17 Hospitais em agosto de 2021 quando concretizou-se a incorporação do Hospital Infantil de Palmas ao Hospital Geral de Palmas, onde foi criada a Ala Infantil.

Ainda é baixo o índice de descentralização das ações e de serviços de saúde de média complexidade para as secretarias municipais de saúde. Esta situação impõe à Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins acúmulo de atribuições de formulação e implementação das políticas de saúde com as de organização direta dos serviços que prestam assistência à saúde.

O Estado do Tocantins é composto por 139 municípios onde 49% deles possuem menos de 5.000 habitantes. No geral, 93% possui população inferior a 20.000 habitantes o que afeta o processo de organização das estruturas de saúde.

Tabela 2 – Distribuição da população por faixa populacional, quantidadede municípios e percentual, Tocantins, 2021.

Faixa Pop	Quant. Mun.	Percentual	
<5mil	68	49%	
5 a 10 mil	42	30%	93%
10 a 20 mil	19	14%	
20 a 30 mil	3	2%	
30 a 90 mil	5	4%	7%
> 100 mil	2	1%	
TOTAL	139	100%	

Fonte: IBGE - Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados - acesso em 04/10/2021.

Esta realidade apresenta desafios a serem superados, tendo em vista que grande parte dos municípios de pequeno porte necessitam de estrutura econômica e social onde se inclui a proteção social no que diz respeito aos direitos à saúde.

Os Hospitais Estaduais, gerenciados pela Secretaria Estadual de Saúde são regionais, localizados em 15 cidades distintas, dos quais 04 são de alta complexidade (HGP, Dona Regina, Hospital Regional de Gurupi e o Hospital Regional de Araguaína). Todos estes hospitais são “portas de entrada hospitalar”, e funcionam de “porta aberta”. Eles possuem 67% dos Leitos SUS e realizaram no 2º quadrimestre de 2021, 76,4% das internações SUS que ocorreram no Estado. O hospital filantrópico que se localiza em Araguaína, realizou 11% das internações; os hospitais municipais realizaram 11% e o Hospital Federal HDT/UFT localizado em Araguaína realizou 1,6% das internações.

Estes Hospitais Estaduais demandam um volume significante de recursos de todas as naturezas sendo o maior deles o de Recursos Humanos, pois concentram 80% dos profissionais com vínculo na SES-TO.

No Tocantins 93% da população depende exclusivamente do SUS quando se trata de atenção ambulatorial e hospitalar. Apenas 7% da população possui plano privado de saúde.

Mas, a gestão do sistema estadual de saúde não se restringe, nem se limita a assistência hospitalar. Quando se trata de proteção social no que diz respeito a saúde, 100% da população é assistida pelos serviços relacionados às práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. O Estado atua no campo da vigilância epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador utilizando-se das estratégias das políticas da atenção básica apoiando também aos municípios.

A Atenção Primária ainda tem baixa resolutividade o que tem levado muitos usuários a procurarem atendimento na rede hospitalar estadual para resolver problemas afetos à este campo de atenção. Em 2020, o indicador de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica (ICSAB) foi 27,50% de usuários atendidos na rede hospitalar por causas sensíveis à Atenção Primária, ou seja, não deveriam ter chegado lá se tivessem um atendimento adequado na Atenção Primária.

Há fragilidades entre a atenção básica e atenção ambulatorial especializada, prejudicando o fluxo de atendimento do usuário e a troca de

informações sobre o seu caso. Isso evidencia a ineficiência nos serviços de Atenção Primária, cujo desafio é a constante necessidade de qualificação, apoio institucional, monitoramento e avaliação da estratégia, visando não apenas ampliar as equipes, mas dar qualidade às ações e serviços relativos aos ciclos de vida (homem, adolescente, mulher, criança, adulto e idoso) viabilizando assistência e promoção da saúde da população.

É preciso melhorar a estruturação da Rede de Atenção à Saúde - RAS, concentrando esforços no enfrentamento das condições crônicas de saúde, que são as principais causas de adoecimento e morte, inclusive do papel, perfil e função dos Hospitais Estaduais que são em sua maioria de baixa resolutividade e de alto custo.

A grande demanda da população por acesso aos serviços de saúde é principalmente pelos serviços de média e de alta complexidade. Há uma fila significativa de espera para consultas, exames e cirurgias eletivas, além de uma pressão contínua por internações na urgência/emergência. A atenção ambulatorial especializada no que diz respeito a consultas e exames ainda tem baixa resolutividade, implicando um atendimento que ainda requer melhorias para atender às necessidades dos usuários.

O Estado tem como objetivo melhorar a qualidade do atendimento das unidades hospitalares para que se tornem mais resolutivas no tratamento dispensado ao usuário, mas a pandemia da Covid-19 tem demandado redirecionamento de esforços para salvar as vidas acometidas pelo vírus.

O Estado ainda é endêmico para as doenças transmissíveis como dengue, leishmaniose visceral e hanseníase e ainda existem lacunas na operacionalização de ações e serviços, apesar e avanços ocorridos na melhoria do acesso à saúde, constatados, por exemplo, na redução da mortalidade infantil e erradicação do sarampo.

Além destes agravos o Estado deve manter a vigilância constante dos casos de tuberculose, leishmaniose, malária, febre amarela e meningites; continuidade da interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo seu principal hospedeiro (o barbeiro); além da tendência de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos.

Outro aspecto importante considerado na vigilância tem sido a execução de atividades voltadas para a vigilância da saúde do(a) trabalhador(a), da qualidade da água para consumo humano, de populações expostas a poluentes atmosféricos, da exposição humana a áreas contaminadas por contaminantes químicos, além do acompanhamento de riscos decorrentes de desastres naturais e de impactos ambientais gerados por empreendimentos

potencialmente poluidores que se instalam no Estado. Fundamentais, também, foram as ações de inspeção, fiscalização, atividades educativas direcionadas à população e ao setor regulado e atendimento de denúncias relativas à vigilância sanitária.

Para alcance das ações de controle dos agravos, a Secretaria de Saúde possui o Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN-TO em Palmas, referência no Estado, com uma unidade descentralizada em Araguaína fazendo parte de uma rede nacional de laboratórios que dão suporte às ações de vigilância em saúde. O LACEN-TO tem a finalidade de garantir a qualidade do diagnóstico a fim de prevenir, controlar e eliminar riscos inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana e do meio ambiente.

A saúde no Tocantins possui o desafio de fortalecer e integrar a atenção básica à vigilância em saúde; estruturar e expandir a assistência hospitalar/ambulatorial especializada que requer um aporte tecnológico mais amplo e de maior custo, visando reduzir os gastos com demandas de Tratamento Fora do Domicílio – TFD, tornando o Estado autônomo no atendimento de sua população.

A Rede de Atenção às Urgências (RAU) no Estado possui 08 Centrais de Urgência e Emergência com SAMU-192 nas cidades de Palmas, Araguaína, Gurupi, Lajeado, Paraíso, Novo Acordo, Miranorte e Porto Nacional com cobertura populacional de cerca de 698.758 mil habitantes, além dos serviços de Pronto Socorro dos 18 Hospitais Regionais sob gestão estadual e de 06 (seis) Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) conta com 21 CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), sendo 10 CAPS I; 05 CAPS II; 01 CAPS AD; 04 CAPS AD III e 01 CAPS i; 02 SRT (Serviço Residencial Terapêutico) e 21 leitos psiquiátricos em 02 Hospitais Regionais.

Os serviços de hemoterapia do Tocantins encontram-se estrategicamente localizados nas regiões que possuem serviços hospitalares de média e alta complexidade, classificados de acordo com a RDC-ANVISA Nº 151/2001. A Hemorrede do Tocantins é constituída por 01 Hemocentro Coordenador, 01 Hemocentro Regional, 01 Núcleo de Hemoterapia, 02 Ambulatórios de Hematologia, 02 Unidades de Coleta e Transfusão, 01 Unidade de Coleta; 16 Agências Transfusionais Intra-hospitalares (sendo 03 agências de gestão municipal: Colinas, Taguatinga e Tocantinópolis), cujos serviços de produção e distribuição são integralmente públicos.

A assistência farmacêutica e os insumos estratégicos estão estruturados sob a coordenação da Diretoria de Assistência Farmacêutica em três componentes: (I) assistência farmacêutica básica; (II) assistência

farmacêutica para programas estratégicos; e (III) assistência farmacêutica especializada.

Em 2020 a sociedade brasileira e as autoridades públicas depararam-se com uma situação de elevada gravidade e complexidade gerada pela pandemia de amplitude internacional (pandemia da Covid-19), causada pelo novo coronavírus SARS-COV2.

A Covid-19 continua configurando-se como uma ameaça real e iminente, que extenua a capacidade operacional do sistema público de saúde, com consequências para a população, e demandando atitudes e ações enérgicas do poder público para a adoção de medidas de efeito imediato.

Em virtude desta doença de emergência de saúde pública o sistema de saúde no Tocantins, assim como no mundo inteiro, tem sido colocado em prova no que se refere principalmente a operacionalização da assistência à saúde e manejo clínico dos pacientes.

A SES-TO manteve-se trabalhando em 2021 para ampliar e/ou manter a oferta de leitos totalmente equipados para os casos que apresentarem quadros mais graves, considerando o aumento dos casos e a alta transmissão do novo Coronavírus, fazendo dimensionamentos e análises possíveis de demonstrar o que precisa ser ajustado para que se atinjam melhores resultados, buscando, incessantemente, o aumento das condições de atendimentos, conciliando as condições atuais ao atendimento da pandemia da Covid-19, atuando de forma dedicada em atividades de administrar os processos relacionados a recursos humanos, insumos, equipamentos, espaços físicos, qualidade, segurança, fluxos e protocolos.

Os dados epidemiológicos da Covid-19 no Tocantins estão disponíveis para acesso público em http://integra.saude.to.gov.br/covid19, contendo painéis com variáveis de informações atualizadas diariamente.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021

Atenção Primária

As principais atividades realizadas foram no sentido de apoiar os municípios com a qualificação dos processos de trabalho para a resolução dos problemas e necessidades locais, por meio de assessorias on-line, presencial na DAP, via web, e-mail, telefone e processo educacional.

Diretoria de Atenção Primária elaborou o Documento Básico Orientador “Bem-vindos à APS – TO!”2, em maio de 2021, com vistas à nortear os gestores e coordenadores municipais na condução da Atenção Primária à Saúde (APS) do Tocantins; e, ao mesmo tempo apresentar a dinâmica de organização dos processos de trabalho da gestão estadual da atenção primária.

Foram realizadas webconferências com diversos temas para todos os municípios, conforme relacionados na tabela abaixo:

Data	Tema dos Webinários / Seminários / Encontros / Webconferências	Quant. de Participantes
04/02/2021	II Seminário Estadual da Atenção Primária à Saúde	124
10/02/2021	Webinário processo de regulação na Gestão Estadual Tocantins: Região Macro Centro Sul	72
11/02/2021	Webinário processo de regulação na Gestão Estadual Tocantins: Região Macronorte	55
02/03/2021	Webinário Estadual: Manejo da Covid-19 na Atenção Primária à Saúde	132
03/03/2021	Webinário: Cadastro e inconsistência no e-SUS /SISAB	500
10/03/2021	Webinário: Utilização da Ferramenta e-SUS/AB para os profissionais da Atenção Primária à Saúde	219
11/03/2021	Projeto Sorrindo com o SUS - Saúde Bucal no SUS: Considerações atuais sobre a terapia medicamentosa na Atenção Primária à Saúde.	81
30/03/2021	Encontro para Dirigentes e Cuidadores de Idosos de ILPI e Saúde do Idoso.	22
18/05/2021	Utilização do PEC na Saúde Bucal da APS	274
18/06 e 16/07/2021	Sorrindo com o SUS	202 e 49
13/05/2021	Oficina Pré-natal Macro Centro Sul	53
14/05/2021	Oficina Pré-natal Macro Norte	58
27/05/2021	Webinário Teste do Pezinho (comissão organizadora)	265
09/06/2021	Curso de Capacitação Triagem Pré Natal (comissão organizadora)	210
15/06/2021	Webinário Estadual On-line de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa	160
29/06/2021	Webinário Estadual ACS e ACE	338
30/06/2021	Webinário Estadual: ‘Guia Orientador para o enfrentamento da pandemia COVID-19 na Rede de Atenção à Saúde - 4ª Edição	55
01 e 02/07/2021	Seminário Estadual Áreas Estratégicas para os Cuidados Primários.	147 e 97
05/072021	Webinário: Atualizações no Manejo das Gestantes no cenário da Covid-19.	61
13/07/2021	Oficina Regionalizada: Apresentação da Ferramenta para Implantação do Guia orientador - 4° edição (Macrorregião Centro Sul)	37
14/07/2021	Oficina Regionalizada: Apresentação da Ferramenta para Implantação do Guia orientador - 4° edição (Macrorregião Norte)	29
31/08/2021	Seminário Estadual de Aleitamento Materno: Amamentação como responsabilidade coletiva	51
09/09/2021	Webinário Paternidade e Cuidado: A valorização da Paternidade na APS	46
15/09/2021	Webinário Programa Mais Médicos: Acolhimento	63
21/09/2021	Oficina de Fortalecimento da Linha de Ação e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa	65
30/09/2021		73
07/10/2021	Plenária de Saúde das Mulheres do Tocantins	54
20/10/2021	Webinário Programa Mais Médicos: Fortalecimento do Processo de Gestão	29
22/10/2021	Web Lançamento Projeto Fortalece Pré-natal para os municípios prioritários	18
10/11/2021	Webinário: cuidado às condições pós-covid na Atenção Primária à Saúde	68

2 Disponível em: https://central.to.gov.br/download/245256

Data	Tema dos Webinários / Seminários / Encontros / Webconferências	Quant. de Participantes
11/11/2021	Webinário e web conferências regionais sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.	17
16/11/2021	Webinário: A Saúde no Sistema Prisional no Estado do Tocantins	34
19/11/2021	Projeto Sorrindo com o SUS - Cuidados com a Saúde Bucal da Gestante na APS e registro das informações no sistema.	197
30/11/2021	Oficina sobre o financiamento da Atenção Primária à Saúde, evento híbrido, com 137 participantes presencial e + 239 on-line de 106 municípios.	376
01/12/2021	Fórum Perinatal (participação na comissão organizadora)	63

Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Diretoria de Atenção Primária/SPAS/SES-TO, 1º, 2º e 3º quad. 2021. Acessado em 06/01/2022.

Estes encontros virtuais foram amplamente divulgados por meio dos canais oficiais (site e redes sociais) da SES-TO e estão disponíveis no Canal da Atenção Primária Tocantins no YouTube, por meio do link: https://www.youtube.com/channel/UCPAbbRe789vJxCTBnncqrxg.

Foram realizados pelo Ministério da Saúde em parceria com os Estados quatro (04) Encontros de Especialistas para discussão de casos clínicos de gestantes e puérperas com covid-19 da Região Norte, para o Estado do Tocantins.

Os palestrantes convidados foram especialistas em diversas temáticas e que em sua maioria estão na linha de frente no combate ao novo coronavírus no Estado do Tocantins e no Brasil.

A Diretoria de Atenção Primária trabalhou em 2021 em parceria com diversos setores, com diferentes saberes e poderes, a saber: Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS); Ministério da Saúde; Ministério Público; Defensoria Pública; Universidade Federal do Tocantins (UFT); Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS); Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Aquicultura (SEAGRO); Secretaria de Educação Juventude e Esportes (SEDUC); Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA – TO); Sociedade Tocantinense de Pediatria (STOP); Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS); Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI); Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDIPI).

A SES-TO prestou 246 assessoramentos aos 139 municípios visando a qualificação do processo de trabalho da atenção primária. Os 139 municípios foram atendidos com no mínimo 02 atendimentos no período de janeiro a dezembro 2021, conforme critérios preestabelecidos nos instrumentos de gestão.

Detalhamento da distribuição do quantitativo de municípios por atividades realizadas pela Diretoria de Atenção Primária em 2021.

Tabela - Distribuição do quantitativo de municípios por atividades realizadas pela DAP no 1º, 2ºe 3º quad. /2021, Tocantins.

Atividades realizadas	Total de municípios por atividades 1º Quad.	Total de municípios por atividades 2º Quad.	Total de municípios por atividades 3º Quad.
Assessoria presencial individual	39	27	31
Assessoria Via Telefone Individual	109	139	114
Assessoria via e-mail Individual	66	139	139
Assessoria via Web Individualizada	8	17	9
Assessoria via Web Regionalizada ou Coletivo	40	126	124
Webinário/Seminário	106	66	46
Apoio Integrado	5	6	5
Apoio a Gestão	11	15	6
Soma de municípios com no mínimo dois atendimentos	102	78	66
Total de municípios com no mínimo dois atendimentos no período de janeiro a dezembro de 2021.	139		

Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Diretoria de Atenção Primária/SPAS/SES-TO.

A operacionalização dessas assessorias tem contribuído para a melhoria dos processos de trabalho das equipes no atendimento e manejo clínico dos pacientes suspeitos e positivados pelo Coronavírus, conforme os protocolos e recomendações emanadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde (MS) e a publicação dos Decretos pelo Governo do Estado do Tocantins.

Destaca-se ainda a participação da equipe gestora e de vários técnicos da Diretoria de Atenção Primária em vários grupos de WhatsApp com os profissionais de saúde dos municípios, com destaque para o grupo com os Coordenadores de APS, que antes já era rotina, mas após a declaração de pandemia a dedicação da equipe estadual tem se dado de maneira full time, na orientação e esclarecimentos de dúvidas dos profissionais, tanto no enfrentamento à pandemia da covid-19 quanto em outras pautas inerentes à APS.

Participação nos principais Grupos Estruturados – representando a SES-TO:

Colegiado de Diversidade em Saúde;

Comissão de Políticas e Normas do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS);

Comissões Intergestores Regionais (CIR);

Comitê de Gestão Colegiada Intersetorial da Rede de proteção de crianças e adolescentes em situação ou testemunhas de violências – Casa 18 de maio;

Comitê de Prevenção dos Óbitos Maternos, Fetais e Infantis – CEPOMFI (Secretaria Executiva), com o objetivo de mobilizar diferentes parceiros em prol da redução da mortalidade materna e infantil, por meio da articulação entre instituições do poder público e da sociedade civil;

Comitê Gestor Estadual do Programa Criança Feliz;

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA – TO);

Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS);

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) – presidência do Conselho representando a SES-TO;

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH);

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDIPI);

Coordenação de Comissão Estadual do Programa Mais Médicos para o Brasil;

Grupo Condutor de Saúde no Sistema Prisional do Estado do Tocantins;

Grupo de Apoio Técnico aos municípios no enfrentamento à pandemia da covid-19;

Grupo de Trabalho de elaboração de Termo de Cooperação Técnica do Núcleo de Atendimento Integrado de acolhimento de adolescentes em conflito com a Lei –NAI/TJ;

Grupo de Trabalho de elaboração do Plano Estadual de Violência Autoprovocada com ênfase na RAS;

Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual (GTI-E) do Programa Saúde na Escola (PSE);

Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual de Saúde do Sistema Socioeducativo - GTI-E SSE;

Grupo Técnico do Projeto Enfrentamento e Controle de Obesidade no Âmbito do SUS/Tocantins (ECOA SUS).

Projetos iniciados em 2021:

Projeto "Fortalece Pré-natal" – com o objetivo de implementar ações voltadas ao fortalecimento do pré-natal nas oito Regiões de Saúde do Estado do Tocantins, em 10 municípios prioritários.

Este projeto integra o rol de projetos da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES-TO) submetidos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Comitê Estadual de Saúde (CES), no eixo de "Ações para acesso à saúde pública de qualidade".

Ações realizadas em 2021: institucionalização do Grupo de Trabalho para elaboração e execução do projeto; definição dos critérios para eleição dos municípios prioritários do projeto piloto; análise dos indicadores e definição dos 10 municípios prioritários; reuniões de articulação com os parceiros e construção do projeto; Apresentação da 1ª etapa do projeto piloto; preparação do material

(matrizes, apresentações, etc.); reunião com os gestores dos 10 municípios prioritários para apresentação e celebração de parceria por meio do Termo de Adesão assinado; Web de lançamento do Projeto para os profissionais dos 10 municípios prioritários; oficinas de diagnóstico situacional de Gestão – Matriz SWOT, para os municípios de Pindorama, Caseara e Axixá; institucionalização de ferramenta de comunicação entre as equipes dos municípios e os apoiadores técnicos da SES – 01 por município; e, iniciado o apoio Institucional da SES aos profissionais dos 10 municípios prioritários para mapeamento do território e diagnóstico situacional de atenção à saúde da gestante; e, o Monitoramento e Avaliação que é constante.

Projeto de Monitoramento e Avaliação de Indicadores da APS – com o objetivo de realizar o Monitoramento e Avaliação de Indicadores cujas análises estão sob a sua responsabilidade e/ou estão nos instrumentos de gestão da Diretorias de Atenção Primária.

Para execução deste projeto foi criado um Grupo de Trabalho - GT composto por servidores das Diretorias de Atenção Primária, Especializada, da Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS) e da Superintendência de Gestão e Acompanhamento Estratégico (SGAE).

Foram entregues 90 equipamentos de ultrassonografia para 86 municípios. Cada aparelho custou R$155.000,00 e foram adquiridos por meio de duas emendas da Bancada Federal, sendo 74 equipamentos (R$11.470.000,00) da emenda de bancada nº 71280014 e 16 aparelhos (R$2.480.000,00) da emenda de bancada nº 71280007.

Em 27 de outubro cerca de 100 mil kits de higiene bucal começaram a ser entregues para 100 municípios tocantinenses. A ação educacional é fruto de uma parceria entre a empresa multinacional Colgate, através da Associação Brasileira de Odontologia (ABO), Seção Tocantins e faz parte do programa “Um Sorriso do Tamanho do Brasil”.

Doação de Kits Bucais para todas as puérperas e gestantes, do Hospital e Maternidade Dona Regina Siqueira Campos (HMDR) em 25 de outubro, data em que se celebra o Dia do Cirurgião Dentista: uma escova dental, um fio dental e uma pasta dental, e orientação sobre a importância de manter a higienização bucal.

Capacitação on-line sobre o Programa Nacional de Combate ao Tabagismo, como objetivo de reduzir a prevalência de fumantes e a suas consequências na saúde da população nos dia 20 e 21 de outubro teve a participação de 371 profissionais da área da Saúde de 32 municípios.

Adesão do Estado do Tocantins a Estratégia Zero Morte Materna conduzido pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), em conjunto com o Ministério da Saúde (MS).

Atenção Psicossocial

Na Rede de Atenção Psicossocial, destaca-se a efetivação de todos os repasses financeiros pactuados com os 19 municípios que possuem Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. O valor pactuado de incentivo financeiro estadual é de R$2.625.524,88 para manutenção geral e R$692.173,97 para medicamentos, que foram integralmente repassados dentro do exercício.

Implantação da Equipe Multiprofissional em Atenção à Saúde Mental de Guaraí, Arraias e Tabocão.

Assistência Farmacêutica

Na Assistência Farmacêutica, destaca-se a efetivação de todos os repasses financeiros da Farmácia Básica pactuados com os 139 municípios. O valor pactuado de incentivo financeiro estadual é de R$3.947.913,72, que foram integralmente repassados dentro do exercício.

Atenção a Pessoa com Deficiência

Os Centros e Serviços Especializados em Reabilitação existentes no Tocantins realizaram 10.456 mil procedimentos de dispensação de OPMAL e Bolsa Coletora (OPMAL são as Ortese, Prótese e Meio Auxiliar de Locomoção, sendo os aparelhos auditivos os mais ofertados); e 56.740 mil atendimentos nas modalidades de reabilitação intelectual, auditiva e física.

Atenção às Urgências
UPA, SAMU, SAD, Assistência Hospitalar

Na Rede de Atenção às Urgências, destaca-se a efetivação de todos os repasses financeiros pactuados com os 8 municípios que possuem SAMU 192 (R$3.729.942,00) e com os 5 municípios que possuem UPA 24 horas (R$8.100.000,00).

SAMU 192:
SAMU 192 de Palmas Regionalizado com bases em
Novo Acordo
Miranorte
Porto Nacional
Lajeado
Paraíso do Tocantins
SAMU192 de Gurupi
SAMU 192 de Araguaína

UPA 24 horas:
Gurupi: UPA Porte II
Porto Nacional: UPA Porte I
Palmas: UPA Norte Porte II e UPA Sul Porte II
Araguaína: UPA Porte II
Tocantinópolis: UPA Porte I

Apoio e manutenção do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD):

SAD de Palmas – de gestão estadual, atende a demanda de pacientes que estão sob ventilação mecânica com 3 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e uma Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP). Se destaca em relação aos outros, pois encontra-se localizado dentro do Hospital Geral de Palmas - HGP, facilitando a comunicação entre Hospital e Atenção Domiciliar

SAD de Araguaína – de gestão municipal com um EMAD e um EMAP.

SAD de Porto Nacional – de gestão municipal com um EMAD e um EMAP.

SAD de Gurupi – de gestão municipal com um EMAD.

Transportes em UTI Móvel Aérea e Terrestre Regulados em 2021:

Pacientes de patologias diversas:
1.362 transferências em UTI Terrestre
124 transferências em UTI Aérea

TIPO DE TRANSPORTE	1º QUAD	2º QUAD	3º QUAD	TOTAL
UTI MÓVEL TERRESTRE (Contrato ALICIA)	446	445	10	901
UTI MÓVEL TERRESTRE (Contrato TRANSCARE)	-	113	348	461
UTI MÓVEL AÉREA (Contrato)	42	41	41	124
TOTAL	488	599	399	1.486

Fonte: Sistema Estadual de Regulação – SER II extraídos em 10/05/2021; 09/09/2021 e 06/01/2022.

Pacientes de Covid-19:
1.690 transferências em UTI Terrestre
89 transferências em UTI Aérea

TIPO DE TRANSPORTE	1º QUAD	2º QUAD	3º QUAD	TOTAL
UTI MÓVEL TERRESTRE (Contrato ALICIA)	794	590	2	1.386
UTI MÓVEL TERRESTRE (Contrato TRANSCARE)	-	171	133	304
UTI MÓVEL AÉREA (Contrato	63	26	0	89
Total	857	787	135	1.779

Fonte: Sistema Estadual de Regulação – SER II extraídos em 05/05/2021; 09/09/2021 e 04/01/2022.

Em 2021 foram prestados ações e serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar nos 18 Hospitais sob gestão estadual totalizando 4.279.197 atendimentos, sendo 2.028.798 ambulatorial e 2.250.399 hospitalares, conforme dados acessados em 20 de janeiro de 2022 no Sistema SIA-SIH SUS.

O governador, Wanderlei Barbosa, autorizou para a SES-TO, em 3 de novembro, o repasse de R$3 Milhões, oriundos do Tesouro Estadual, para serem utilizados nas cirurgias eletivas, inclusive no pagamento de premiação para os profissionais responsáveis por cada procedimento, alavancando o projeto de retomada destas cirurgias eletivas cuja meta foi de realizar 2.186 procedimentos de outubro a dezembro. Esta meta foi atingida em 60%, pois foram realizados 1.320 procedimentos cirúrgicos eletivos de 20 de outubro a 31 de dezembro.

Após cirurgias eletivas serem retomadas, Governador autoriza liberação de R$ 3 milhões para premiação de profissionais e aquisição de insumos

Barrolândia, Cristalândia e Marianópolis receberam equipamentos de ultrassonografia

por Vania Machado/Governo do Tocantins
publicado: 03/11/2021 22:40:00 - atualizado: 04/11/2021 13:10:09

Governador solicitou aos diretores de hospitais que trabalhassem de forma integrada para zerar a fila de cirurgias eletivas - Foto: Esequias Araújo/Governo do Tocantins

Tabela – Total de cirurgias eletivas e urgência dos Hospitais do Estado, janeiro a dezembro de 2021, Tocantins, 2021.

Hospital	Cirurgias Eletivas	Cirurgias de Urgência
HG de Palmas	4.809	5.058
HR de Araguaína	801	3.230
HR de Gurupi	499	1.747
HR Augustinópolis	465	1.405
HM Tia Dede	218	187
HR Pedro Afonso	211	187
HR Alvorada	142	210
H. Infantil de Palmas	133	119
HR Miracema	90	1.325
HM Dona Regina	78	723
HR Paraíso	69	1.503
HR Porto Nacional	38	1.998
HR Arapoema	24	2
HG Guaraí	20	481
HR Dianópolis	0	320
HR Arraias	0	121
HR Xambioá	0	1
HR Araguaçu	0	0
TOTAL	7.597	18.617

Fonte: SES-TO/ SUHP – Censo Hospitalar.

No dia 26 de outubro foi apresentado ao Conselho Estadual de Saúde (CES/TO) a estratégia para ampliação da oferta de leitos de UTI, que foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros. A estratégia pretende suprir a demanda reprimida de leitos de UTI adulto convencional, leitos de UTI pediátrico

e neonatal, além de reduzir a estimativa de gastos destes serviços em 35%. Atualmente o custo médio da diária do leito no Estado é de R$4.266,35 e no Brasil de R$3.144,24. O projeto de ampliação estima o valor do custo médio da diária do leito em R$2.752,56. A estratégia foi aprovada pelo CES-TO.

Em 31 de outubro foi comunicada a reabertura de 10 leitos convencionais de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital Regional de Gurupi (HRG). A reabertura só foi possível devido a queda significativa das internações por Covid-19 e permitiu à unidade, ofertar um total de 20 leitos de alta complexidade.

No Hospital Geral de Palmas Foram abertas mais duas salas cirúrgicas, totalizando a partir do mês de julho/2021 10 salas para uso de todas as especialidades cirúrgicas.

Foi restruturado do Ambulatório de Fibrose Cística no Hospital Geral de Palmas.

No mês de julho/2021 a Central de Materiais e Esterilização do Hospital Geral de Palmas passou a contar com ambiência física adequada atendendo todos os requisitos técnicos e legais vigentes, contando com os setores de preparo/expurgo, esterilização e distribuição, repouso e copa para funcionários, sala administrativa e vestiários para as áreas suja e limpa.

No final do mês de agosto pacientes começaram ser assistidos com o procedimento de Embolização de Aneurisma no HGP, antes realizado apenas no Hospital Dom Orione, em Araguaína. O procedimento está sendo realizado por uma equipe de neurocirurgia, com o suporte da equipe de hemodinâmica da unidade hospitalar.

Em julho/2021 foram finalizadas no HGP as obras de adequações para incorporar em sua estrutura todos os serviços do Hospital Infantil de Palmas, disponibilizando uma estrutura mais adequada para o atendimento das crianças, aumento no número de leitos, acesso a exames, especialistas médicos e centro cirúrgico, melhorando assim a assistência ofertada as crianças atendidas na ala pediátrica.

Também em julho/2021 foi finalizada a construção da nova UTI Pediátrica, com 20 leitos, repousos médico e multiprofissional, salas de coordenação, de equipamentos, copa para servidores e sala de atendimento familiar. No mesmo mês foi concluída a obra de construção do Pronto Socorro Pediátrico, o qual dispõe de 27 leitos e todas as salas de apoio e consultórios necessários. Em agosto/2021 realizado capacitação dos servidores do Pronto Socorro Pediátrico em Segurança do Paciente, com participação do Núcleo de Segurança do Paciente.

Memória fotográfica - Nova Ala da Pediatria no HGP

Foi criada a Política de Incentivo ao Fortalecimento dos Hospitais de Pequeno Porte (HPP'S), com a pactuação em andamento dos municípios de Sítio Novo e Colinas do Tocantins e em processo de análise os projetos dos municípios de Divinópolis, Cristalândia, Dueré, Palmeirópolis, Taguatinga e Tocantinópolis;

Com o município de Sítio Novo foi pactuado o repasse de R$200.000,00 visando a abertura do Hospital de Pequeno Porte onde serão realizadas cirurgias eletivas.

Foi realizado o repasse de 100% do incentivo aos Hospitais de Pequeno Porte (HPP) de 13 municípios, no valor total de R$535.750,80.

Foi realizado o repasse da pactuação de R$6.524.939,09 referente a pactuação com o município de Araguaína para a manutenção de 10 leitos de UTI pediátrica e a realização de cirurgias cardíacas neonatais e cirurgias cardíacas pediátricas no Hospital Municipal Dr. Eduardo Medrado.

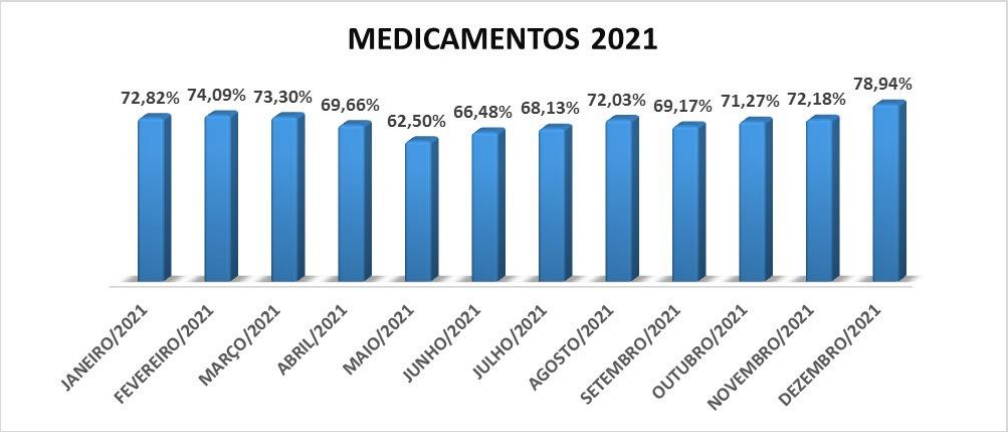
Foi implantado *o Call Center* na Central Estadual de Regulação com o intuito de garantir o acesso dos pacientes as consultas, exames e cirurgias.

Foi informatizado o Setor de Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

Abastecimento de Materiais e Medicamentos

Abastecimento de Materiais e Medicamentos dos 18 Hospitais Estaduais, apesar das dificuldades para as aquisições de alguns itens fazendo com que os estoques da SES-TO em alguns momentos chegassem a ficar baixos ou críticos, não houve desassistência aos pacientes, tendo conseguido manter os níveis médios de 71% de abastecimento de medicamentos e de 76% em 2021.

De abril a junho de 2021 foi o pico da pandemia da Covid-19, por isso, houve uma queda significativa devido às desistências dos fornecedores em manter em contratação as Atas de Registros de Preços (ARPs), e atrasos nas entregas, justificadas pela falta de mão de obra para fabricação, falta de matéria-prima e aumento considerável dos preços de mercado.



Hemorrede

A Hemorrede do Tocantins possui 20 unidades de saúde, das quais 13 são Agências Transfusionais. Possui 2 Centros de Referências Estaduais

para pacientes portadores de doenças hematológicas: Ambulatório de Hematologia vinculado ao Hemocentro Coordenador de Palmas e o Ambulatório de Hematologia vinculado ao Hemocentro Regional de Araguaína.

Em 2021 foram realizadas 72 ações de coleta externa visando a coleta de sangue ou cadastro de medula óssea.

Produção de Serviços Hematológicos em 2021:

Tabela – Produção de Serviços Hematológicos, Tocantins, 2021.

Serviço/Procedimento	1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.	Total
Atendimentos das Equipes Multiprofissionais (Psicológico, Fisioterapeuta, Nutricionista, Serviço Social, Pediatra, Clínico Geral, Enfermagem e Odontologia).	2.399	2.817	2.834	8.050
Exames Realizados	949	1.080	915	2.944
Consultas Hematológicas	1.022	1.265	991	3.278
Total	4.370	5.162	4.740	14.272

Fonte: Hemorrede Tocantins/Ambulatório de Hematologia - em 05/01/2022.

Produção de Serviços de Hemoterapia em 2021:

Tabela – Produção de Serviços de Hemoterapia, Tocantins, 2021.

Serviço/Procedimento	1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.	Total
Total de Candidatos a Doação	9.341	9.866	9.826	29.033
Total de Candidatos Aptos	6.684	7.010	7.059	20.753
Total de Candidatos Inaptos	2.657	2.856	2.767	8.280
Bolsas de Sangue Coletadas	6.469	6.803	6.821	20.093
Coleta por Aférese	92	53	82	227
Hemocomponentes Produzidos	17.119	18.140	18.136	53.395
Hemocomponentes distribuídos para transfusão	8.210	9.385	9.092	26.687
Cadastrados de doadores voluntários de Medula Óssea	1.098	896	420	2.414
Exames Sorológicos	46.312	48.636	48.790	143.738
Exames de Imunohematologia	40.308	44.019	43.626	127.953
Pesquisa de HBS nos doadores de sangue	6.596	6.923	6.988	20.507
Fracionamento Pediátrico	890	886	970	2.746
Filtragem de bolsas	111	218*	334	663
Total	145.887	155.691*	154.911	456.489

Fonte: Hemorrede Tocantins/Hemoprod - em 07/01/2022.

Ressarcimento de custos operacionais relacionados ao fornecimento de hemocomponentes aos usuários não–SUS/setor privado em 2021:

Tabela – Demonstrativo do ressarcimento do setor privado não–SUS à Hemorrede do Tocantins, * 2021.

Período analisado (2021)	Total Faturado	Total Ressarcido	Total Ress. ref. 2021 (R$)**	Perc. do Total 2021 (%)	Total Ress. ref. 2020 (R$)**	Perc. do Total 2020 (%)

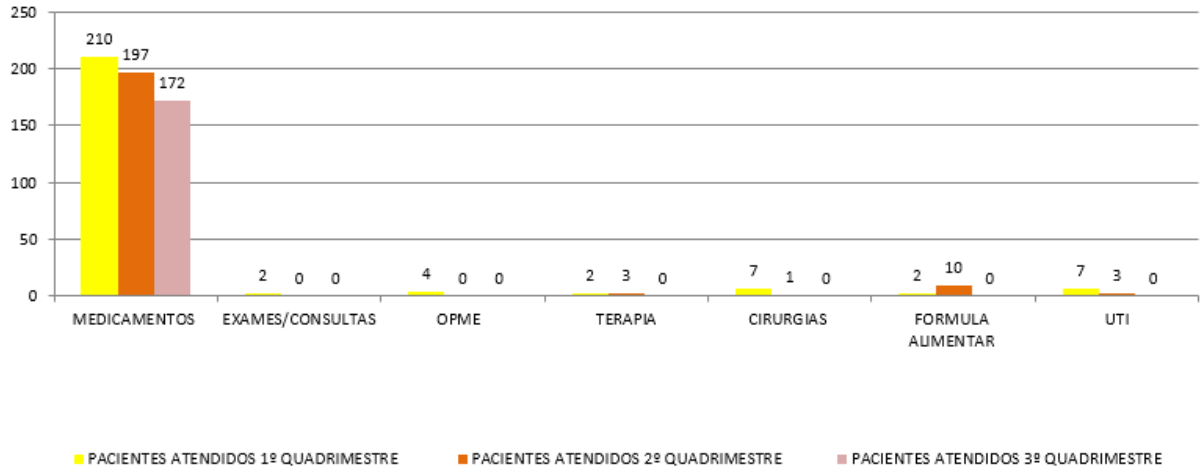
1º Quad	174.264,70 ***	128.175,71	2.190,00	1,71	125.985,71	98,29
2º Quad	271.861,98 ***	213.398,48	145.900,83	68,37	67.497,65	31,63
3º Quad	161.618,50	184.551,92	184.551,92	100%	0,00	0,00
Total	607.745,18	526.126,11	332.642,75	63,22	193.483,36	36,78

Fonte: Documentos do faturamento Contratos e Custos/Hemorrede do TO/2020 e 2021. *Dados parciais, 3º Quad, atualizado em 31/12/2021. **Ao final do exercício de 2021 permanece um débito no valor de 252.776,96 (os débitos dos anos anteriores estão em processo de cobrança extrajudicial e posteriormente judicial se for o caso).
*** Os valores faturados para o 1º e 2º quadrimestre foram atualizados, visto que com o final do exercício de 2021 os dados já estão em sua completude.

Atendimentos das Demandas Judicializadas

Houve uma diminuição de pacientes atendidos quanto a medicamentos, exames/consultas, OPME, cirurgias e UTI, comparados do 1º quadrimestre ao 2º quadrimestre, e em contrapartida, houve um acréscimo nos atendimentos de terapia e fórmula alimentar, no 2º quadrimestre. O 3º quadrimestre foi o período que houve o menor número de atendimentos de pacientes de demandas judiciais.

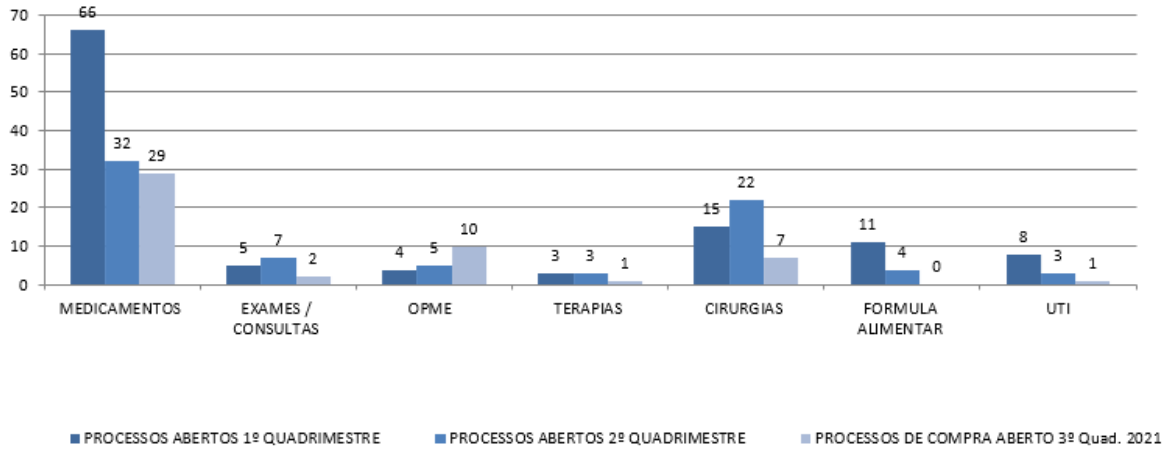
Gráfico – Relatório situacional do atendimento das demandas Judicializadas, SES-TO, Tocantins, 2021.



Fonte: Núcleo de Demandas Judiciais – SES – TO, acesso em 20 de Janeiro 2022.

Houve uma diminuição de processos abertos de medicamentos, terapias, fórmula alimentar e UTI, quando comparados ao 1º e 2º quadrimestre de 2021, OPME houve um crescimento em todos os quadrimestres, cirurgias houve um aumento de processo abertos comparando o 1º quadrimestre ao 2º quadrimestre, e posterior uma diminuição quando comparado ao 3º quadrimestre.

Gráfico – Relatório situacional das aquisições para atendimento das demandas Judicializadas, SES-TO, Tocantins, 2021.



Fonte: Núcleo de Demandas Judiciais – SES – TO, acesso em 20 de Janeiro de 2022.

Vigilância em Saúde

Gestão e Informação de Vigilância em Saúde

Qualificou os profissionais em análise e discussão dos óbitos infantis, fetais, maternos e causas mal definidas e garbagecodes.

Qualificou os profissionais sobre a utilização das diversas ferramentas e digitação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SIM/SINASC/SINAN Net, de forma regionalizada.

Serviço de Verificação de Óbitos

Realizou investigação médica necroscópica de óbitos por causas naturais mal definidas, com ênfase em óbitos com causas naturais mal definidas de interesse epidemiológico.

Realizou o acolhimento familiar social e psicológico para familiares enlutados em casos de óbitos naturais mal definidas que necessitam elucidação necroscópica.

Alimentou os Sistemas de Informação de Mortalidade (SIM) com diagnósticos definidos e especificados das causas de morbidade e mortalidade.

Aprimorou as técnicas de exame necroscópico por meio de capacitação e troca de experiência técnica com os demais serviços da rede nacional de verificação de óbitos, tanto para técnicos de necropsia, quanto médicos, mormente as capacitações em técnicas de necropsia minimamente invasiva com auxílio de ultrassonografia.

Estabeleceu cooperação entre as entidades que lidam com a vigilância do óbito em níveis estaduais e municipais por meio da investigação verbal, laboratorial e epidemiológica dos óbitos suspeitos de síndrome respiratória aguda grave.

Ampliou a remoção cadavérica e edificação para aumentar a capacidade e a abrangência das remoções cadavéricas e o alcance do SVO além das cidades de Araguaína e Palmas.

Sala de Situação de Saúde

Detectou, verificou, analisou e monitorou eventos de saúde pública e dar respostas coordenadas, estratégicas e oportunas aos gestores para evitar a propagação de doenças e agravos e desastres que possam causar emergência em saúde pública.

Manteve a disposição dos municípios o CIEVS com equipe de plantão 24h/7dias da semana para esclarecimentos de dúvidas e orientações dos eventos de saúde pública aos profissionais de saúde.

Realizou a investigação dos eventos de importância para Vigilância em Saúde (caso, surtos, óbitos, desastres ambientais, enchentes e outros) de forma integrada com Atenção Primária.

Disseminou informações referentes aos eventos de saúde pública.

Subsidiou o sistema estadual de saúde, com informações epidemiológicas, análise de Situação em Saúde para o planejamento de gestão.

Elaborou boletins e indicadores e dados básicos para saúde.

Criação, manutenção e disponibilização de painéis para monitoramento dos eventos de saúde pública.

Análise e relatórios técnicos sobre o perfil epidemiológico da Covid-19 e outros agravos.

Vigilância Sanitária

Elaborou o Código Sanitário do Estado, que foi publicado no Diário Oficial do Estado.

Elaborou, publicou e divulgou o relatório anual quanto ao nível de conformidade dos serviços de saúde do Estado do Tocantins quanto a Avaliação Nacional de Práticas de Segurança do Paciente.

Elaborou e aprovou o Programa Estadual de Prevenção e Controle de IRAS (PEPCIRAS) na Comissão (CECIRAS-TO) - 2022/2025.

Elaborou e aprovou o Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde no Núcleo (NESP-TO) - (2022/2025).

Elaborou e divulgou o relatório anual do diagnóstico situacional das Vigilâncias Sanitárias no Estado do Tocantins.

Acompanhou o processo de aprovação e publicação da Lei de criação do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária - SEVISA.

Atualizou a Portaria Estadual de Classificação do Risco Sanitário e acompanhou o processo de publicação.

Aquisição de licença de direito de uso de aplicativo móbile especifico para gerenciamento dos processos da Vigilância Sanitária.

Realizou inspeção e reinspeção sanitária em estabelecimentos sujeitos a fiscalização sanitária e verificação do cumprimento dos protocolos de prevenção a COVID-19.

Atendeu as denúncias e ou reclamações recebidas pela Vigilância Sanitária Estadual referente a estabelecimentos de sua competência.

Coletou amostras e monitorou serviços e produtos sujeitos a Vigilância Sanitária.

Investigou surtos e eventos adversos.

Apoiou tecnicamente os municípios e unidades para a organização das ações e serviços de vigilância sanitária.

Laboratório Central de Saúde Pública

Foram realizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN-TO unidade de Palmas e de Araguaína) no ano de 2021 o quantitativo de 317.045 exames para COVID-19, pelo método RT- qPCR.

Deu-se início a implantação da Vigilância Genômica, por meio do monitoramento da circulação das variantes do vírus SARS-CoV-2, especialmente as variantes classificadas como Variantes de Interesse (VOI) ou Variantes de Preocupação (VOC), oportunizando conhecer a dispersão dessas variantes ou linhagens, que podem repercutir no comportamento epidemiológico da COVID-19. A estruturação inclui também adequações físicas do laboratório (unidade de Palmas) e treinamento dos profissionais dedicados ao processamento, interpretação do sequenciamento genético e identificação das variantes em circulação no Tocantins.

O LACEN-TO estabeleceu parceria com a equipe que compõe a Rede Corona-Ômica no Tocantins, contribuindo ativamente com o suporte técnico/operacional e de critérios para a investigação dos casos sob suspeita para variantes de preocupação ou de atenção do vírus SARS-CoV-2. A parceria permite, além do acesso à resultados de forma mais célere, a troca de experiências e compartilhamento de conhecimento entre as duas equipes, pois parte das análises e processamento das amostras é realizada no LACEN-TO.

Iniciou-se estruturação do Laboratório de Citologia do Tipo I, como parte do plano para o fortalecimento do Programa de Rastreamento do Câncer do Colo do Útero no Tocantins.

Analisou amostra ambiental, produtos e amostras biológicas de doenças e agravos de interesse da saúde pública.

Realizou análise de controle de qualidade laboratorial de doença e agravo de interesse de saúde pública.

Estruturação das instalações físicas da vigilância em saúde, através da construção, reforma, ampliação e ou adequação, bem como a implementação do Laboratório de Citologia.

Vigilância das Doenças Transmitidas por Vetores e Zoonoses

Campanha de divulgação sobre Tracoma (30 de janeiro).

18ª Reunião Anual de Doença de Chagas e Leishmaniose Visceral (março);

Campanha de divulgação do dia Mundial da Luta contra a Malária (25 de abril) e dia da Malária nas Américas (4 de novembro), ocasião em que a SES-

TO chamou a atenção com orientações à população tocantinense para atenção aos sintomas, o diagnóstico, tratamento e a prevenção da doença. O Tocantins está há dois anos sem registros da doença autóctone, ou seja, não houve registro da doença contraída dentro do território tocantinense. Atualmente o Tocantins possui 13 casos notificados, sendo 12 importados de outros estados da Região Amazônica é um caso proveniente da Guiana Francesa.

Campanha de divulgação ao dia Mundial da doença de Chagas.

Capacitação sobre vigilância, diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos.

Campanha para sensibilização e mobilização das Secretarias Municipais de Saúde para a Semana Nacional de Controle e Combate as Leishmanioses.

Campanha de vacinação antirrábica animal.

Campanha para sensibilização e mobilização das Secretarias Municipais de Saúde para a Semana Estadual da Raiva humana e animal em parceria com a ADAPEC (setembro);

Capacitação EaD para médicos e enfermeiros do Estado "8 toques para a Leishmaniose".

Distribuição para as Secretarias Municipais de Saúde de equipamentos de aspersão de praguicidas (bombas costais motorizadas) e praguicidas para as ações de controle de doenças transmitidas por vetores.

Implantação da estratégia de encoleiramento de cães para controle da leishmaniose visceral em municípios prioritários e distribuição de 50 mil folder para divulgação da ação junto a população (janeiro-dezembro).

Disponibilizar, conforme critérios epidemiológicos e operacionais, a UBV pesada (fumacê) aos municípios em situação de surto e/ou epidemia de arboviroses.

Vigilância das Arboviroses

Realização de capacitação referente aos inseticidas empregados no controle do Aedes aegypti(Janeiro e maio).

Capacitação on-line para médicos e enfermeiros em diagnóstico e manejo clínico das arboviroses (Janeiro).

Assessorias técnicas integradas aos municípios, conforme a situação epidemiológica (janeiro a dezembro).

Campanha Estadual de Prevenção e Controle das Arboviroses (outubro/novembro);

Lançamento da Revista das Arboviroses (quadrimestral).

Elaboração e gravação de vídeos para o canal da Saúde, na plataforma YouTube, referentes aos temas relevantes para as arboviroses (janeiro a dezembro).

Distribuição dos equipamentos de proteção individuais para os agentes de combate às endemias (62 municípios, de acordo o TAC).

Realizar reunião técnica regionalizada com os coordenadores municipais da vigilância, atenção primária e controle vetorial para ações de promoção, prevenção e controle das Arboviroses (abril).

Realizar Treinamento de Vigilância Integrada da febre amarela para profissionais do estado e municípios (maio).

Realizar Campanha Estadual de Prevenção da Febre Amarela (junho).

Realizar Semana Nacional de mobilização de combate ao Aedes (novembro).

Laboratório de Entomologia

- Realizou assessorias técnicas integradas aos municípios nas ações de vigilância entomológica e laboratorial.
- Realizou capacitações para profissionais da área de saúde dos municípios em identificação taxonômica e exame parasitológico de vetores de importância médica (março-novembro).
- Realizou reunião anual da rede de laboratórios entomoparasitológicos do estado do Tocantins através de videoconferência por região de saúde.
- Realizou assessoria através de Videoconferência sobre o Levantamento Entomológico da Leishmaniose Visceral para os municípios silenciosos.
- Realizou treinamentos em serviço para a realização do Levantamento Entomológico nos municípios silenciosos para Leishmaniose Visceral.
- Realizou levantamentos entomológicos, malacológicos e para vigilância escorpiônica, elaboração de laudos de Avaliação de Potencial Malarígeno, controle de caramujos e isentos de importância médica.
- Realizou monitoramentos entomoepidemiológicos em municípios prioritários ou em situação de risco para doenças vetoriais.
- Realizou monitoramento entomológico para as arboviroses por meio de armadilhas (ovitrampas)no município de Palmas.
- Realizou monitoramentos mensais da Rede de laboratórios entomoparasitológicos do Estado.

- Realizou investigações entomológicas para a ocorrência de Triatomabrasiliesis em municípios de divisa com outros Estados.

Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador

Vigilância em Saúde Ambiental

- Cadastrou áreas com populações expostas ou potencialmente expostas a solo contaminado por contaminantes químicos, resíduos sólidos e outros.
- Revisou o Plano Estadual de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.
- Realizou monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano em 12 (doze) municípios prioritários.
- Assessorou municípios prioritários para construção dos Planos Municipais de Contingencia para Emergência de Saúde Pública e Mapear áreas exposta a desastres ambientais: inundações, alagamento, incêndios, secas, estiagem e outros.
- Realizou oficinas de educação em saúde para desastres naturais (seca, enchentes, alagamentos, enxurradas, etc.) para melhoria das ações de preparação, prevenção e resposta nos municípios prioritários.
- Realizou Inspeção Sanitária em Sistemas de Abastecimento de água para consumo humano dos municípios.
- Investigou surtos, acidentes relacionados ao trabalho e demais emergências em saúde pública no que couber à Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
- Elaborou e divulgou boletins informativos relacionados a termas de interesse à Vigilância em Saúde Ambiental.

Saúde do Trabalhador

- Elaborou e publicou a lista estadual de doenças e agravos relacionados ao trabalho.
- Contribuiu com o Conselho Estadual de Saúde na organização da 5ª Conferência de Saúde Mental nas etapas: macrorregionais (Gurupi, Araguaína e Palmas); estadual e participar da etapa nacional.
- Contribuiu com o Conselho Estadual de Saúde na organização da 17ª Conferência em Saúde nas etapas: regionais, estadual e participar da etapa nacional.
- Contribuiu com o Conselho Estadual de Saúde na organização da 5ª Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora nas etapas: regionais, estadual e participar da nacional.
- Organizou e participou do Encontro da Rede de Atenção à Saúde do Trabalhador da região norte do país.

- Realizou o III Seminário Estadual de Vigilância em Saúde do Trabalhador.
- Realizou ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador (vigilância em ambientes e processos de trabalho e vigilância de agravos e doenças relacionadas ao trabalho).
- Realizou investigação e análise de surtos, intoxicações, acidentes de relevância epidemiológica em saúde do trabalhador e demais emergências em saúde pública.
- Contribuiu com a vigilância e ações estratégicas de enfrentamento à pandemia de COVID-19, com ênfase aos casos relacionados ao trabalho.
- Promoveu curso da vigilância do câncer relacionado ao Trabalho para atores estratégicos para a implantação da vigilância do câncer relacionado ao trabalho.
- Assessorou e apoiou os 139 municípios para desenvolvimento das ações de Saúde do trabalhador na rede SUS de Atenção e Vigilância em Saúde e implantação de planos municipais de Saúde do Trabalhador.

Vigilância das Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis

Doenças Transmissíveis

- Apoio técnico, assessorias e matriciamento aos municípios para o fortalecimento das ações de Vigilância das Doenças Imunopreveníveis, Doenças de Veiculação Hídrica e Alimentar, Hanseníase, IST/Aids/Hepatites Virais, Meningites e Tuberculose.
- Mobilizou e apoiou os municípios para realizações de Campanhas alusivas ao Combate a Aids, Sífilis e Hepatites virais; Hanseníase; Meningite e Tuberculose.
- Realizou as Oficinas de avaliação, atualização e planejamento das ações pertinentes a vigilância das doenças de veiculação hídrica e alimentar e Toxoplasmose por meio de videoconferência.
- Realizou capacitação de aplicação e leitura de Derivado Proteico Purificado (PPD) para a identificação da Infecção Latente de Tuberculose;
- Realizou capacitação dos profissionais de saúde na metodologia de Teste Rápido e autotestes para diagnóstico da infecção pelo HIV e triagem da sífilis e Hepatites Virais (B/C);
- Realizou assessoria técnica nos Serviços de Assistência Especializada (SAE's) de Porto Nacional e Araguaína.
- Realizou reunião de gestão com os 18 municípios que recebem o valor do incentivo para ações de DST/Aids e HV.
- Distribuiu antirretrovirais (ARV) para as Unidades Dispensadora de Medicamentos (UDM-MAT/URE).
- Distribuiu Testes Rápidos para diagnóstico de HIV, Hepatite B e C, Sífilis.

- Distribuiu insumos para a prevenção (preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante) das IST/AIDS e HV.
- Investigou de Surtos e Epidemias no âmbito das Doenças Transmissíveis.
- Elaborou Informes Epidemiológicos para divulgação dos resultados e situação de saúde do Estado e municípios.

Imunização

- Distribuiu de Imunobiológicos para atender a demanda dos 139 municípios do Estado;
- Realizou capacitação em Sala de Vacina, Rede de Frio e Sistemas de Informação (SIES e SIPNI);
- Supervisionou os municípios para abertura de Sala de Vacinação;
- Realizou reuniões Macro Regionais para alinhamento das Campanhas de Vacinação contra a Covid-19, Influenza, Sarampo, Poliomielite e Multivacinaçao para atualização da caderneta de vacinação da criança e do adolescente;
- Realizou assessoria em Sala de Vacinação e Monitoramento Rápido de Cobertura Vacinal para as 8 regiões de saúde do Estado.
- Como estratégia para melhorar as Coberturas Vacinais, Homogeneidade entre as vacinas e a Alimentação Mensal do Movimento de Imunobiológicos a Gerência de Imunização desenvolveu as seguintes ações de:
- Reuniões Macrorregionais sobre as Campanhas de Vacinação contra a Influenza e Covid-19.
- Reuniões mensais via webconferência em parceria com Conselho de Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS, com a presença dos secretários municipais de saúde, para apresentação da avaliação do banco de dados da Campanha Nacional de Vacinação contra a COVID-19.
- Realização de web conferências para os 139 municípios sobre os temas: Sistema e-SUS Notifica - Eventos Adversos Pós Vacinação (EAPV) Covid-19, Sistema SIPNI Campanha Covid-19, Sistema de Cadastro de Permissão de Acesso (SCPA) para os gestores municipais, Dúvidas Frequentes sobre Eventos Adversos Pós Vacinação (EAPV) – Vacinas Covid-19, para as equipes dos núcleos de vigilância epidemiológica hospitalar.
- Orientações Técnicas relativas à continuidade da Campanha Nacional de Vacinação contra a COVID-19 – vacina Pfizer e grupos comorbidades.
- Atualizações Técnicas sobre a Campanha Nacional de Vacinação contra a COVID 19 e Nota Técnica N° 717/2021.
- Reunião Macrorregional para atualização do calendário nacional de vacinal do ano de 2021/PNI/MS em 11 de fevereiro de 2021.
- Treinamento para os 139 municípios sobre a vacina da Pfizer e atualizações sobre a campanha COVID-19.

- Assessorias Integradas com Atenção Básica via webcoferência, para as Regiões de Saúde Amor Perfeito, Cerrado e Capim Dourado em Sala de Vacina, Sistemas de Informações.
- Monitoramento Rápido de Cobertura Vacinal (MRC) e Vigilância das Coberturas Vacinais.
- Encaminhamento de Notas Técnicas, Ofícios Circulares com as devidas orientações técnicas sobre a Imunização e análises das coberturas vacinais.

Doenças e Agravos não Transmissíveis

- Realizou oficina para a implantação do Programa Vida no Trânsito nos municípios prioritários (Araguaína e Gurupi);
- Realizou Seminário: Saúde e Segurança no Trânsito;
- Publicou o Plano de Segurança Viária do Estado do Tocantins;
- Publicou o Decreto formalizando o Comitê Estadual de Segurança Viária do Tocantins;
- Realizou Curso EAD de Enfrentamento às Doenças Crônicas;
- Realizou reuniões e encontros para execução do "Projeto Saúde em Peso";
- Apoiou os municípios a realização de ações em datas alusivas como: Maio amarelo – Redução a mortalidade no trânsito, Setembro amarelo – prevenção ao suicídio, Doenças Crônicas e Fatores de Risco.

Ainda em 2021 destaca-se no setor de vigilância em saúde:

- Realização do 1º Seminário de Vigilância em Saúde do Tocantins no dia 27 de outubro, tendo como público alvo profissionais de saúde, os gestores municipais e profissionais do Sistema Único de Saúde. A palestra magna teve como tema “Vigilância em Saúde: desafios e perspectivas”, ministrada pelo Doutor Jarbas Barbosa da Silva Júnior, especialista em Saúde Pública e Epidemiologia, pela Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz, mestre em Ciências Médicas, pela Universidade de Campinas e doutor em Saúde Pública, pela Universidade de Campinas.

Em 26 de outubro o Ministério da Saúde realizou no Tocantins uma ação a fim de orientar os gestores locais quanto ao incentivo para que a população participe da Pesquisa de Prevalência de Infecção por Covid-19 no Brasil (PrevCOV) uma das maiores sobre Covid-19 do mundo visa avaliar a prevalência do vírus no Brasil através da coleta de sangue, feita de forma gratuita para quem quiser participar. Neste momento, o estudo sorológico está na etapa de coleta de amostras dos participantes em várias regiões do país, inclusive no Estado do Tocantins, em Palmas.

Enfrentamento da Covid-19

Até 30 de abril de 2021, a situação de transmissão da Covid-19 apresentou crescimentos significativos mês a mês, entre janeiro a abril de 2021 quando comparado com dezembro de 2020.

Em 2021, os maiores números de casos confirmados ocorreram entre a semana epidemiológica 08 e a semana 14 (21 de fevereiro a 4 de abril de 2021), e os maiores números de óbitos ocorreram entre a semana epidemiológica 10 e a semana 14 (7 de março a 4 de abril de 2021).

Em relação à estruturação da rede estadual para atendimento hospitalar para Covid-19 entre abril de 2020 e abril de 2021 houve um crescimento de 248% no número de leitos exclusivos, aumentando de 163 leitos para 567 e em junho de 2021 chegando a 574 leitos, computando um crescimento de 252% até esta data. É importante observar que o paciente hospitalizado por Covid-19 ocupa o leito clínico por 8 dias e 13 dias em média o internado no leito de UTI.

Com regularidade e ampliação da vacinação contra a Covid-19 o Tocantins pôde enxergar a queda dos índices da Covid-19. Dados do Integra Saúde registraram queda nos indicadores da doença, de março a julho de 2021, cujo maior percentual registrado foi em óbitos, com 58%. Em março de 2021 - pico pandêmico - foram contabilizados 640 óbitos; em julho este número caiu para 120. A queda pode ser verificada mês a mês - abril 516 (19%), maio 345 (33%), junho 283 (18%), julho 120 (18%), e em dezembro caiu para 33 óbitos (redução de 73% em relação a julho).

No mês de março foram confirmadas 30.851 pessoas contaminadas, em julho, este dado baixou para 10.519 – redução de 40%. A diminuição dos casos também chegou às unidades hospitalares que possuem leitos exclusivos para tratamento da Covid-19. Em março, 364 pessoas receberam atendimento nos leitos. Este número subiu em abril 6% (387) e maio 4% (404), mas iniciou queda significativa nos dois meses seguintes, junho e julho, respectivamente 364 e 300 internações – redução de 10% e 18%. Ao final de 2021, em 30 de dezembro registrou-se apenas 87 internações – redução de 71% em relação a julho.

Em 8 de novembro, o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde do Tocantins (Cievs/TO), setor responsável da SES/TO pelo acompanhamento das notificações, confirmações e óbitos da Covid-19 no Estado, informou que: “há mais de 10 dias o Tocantins não registra óbitos pela Covid-19”.

Figura – Casos de Covid-19 por macrorregião do Estado do Tocantins – dados acumulados. Tocantins, 2021.

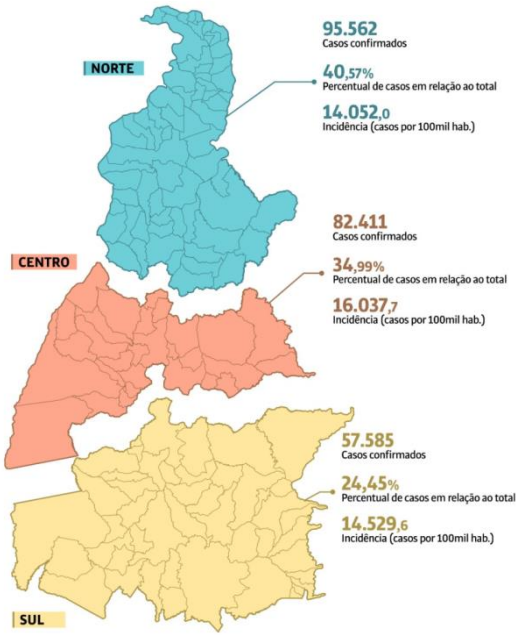
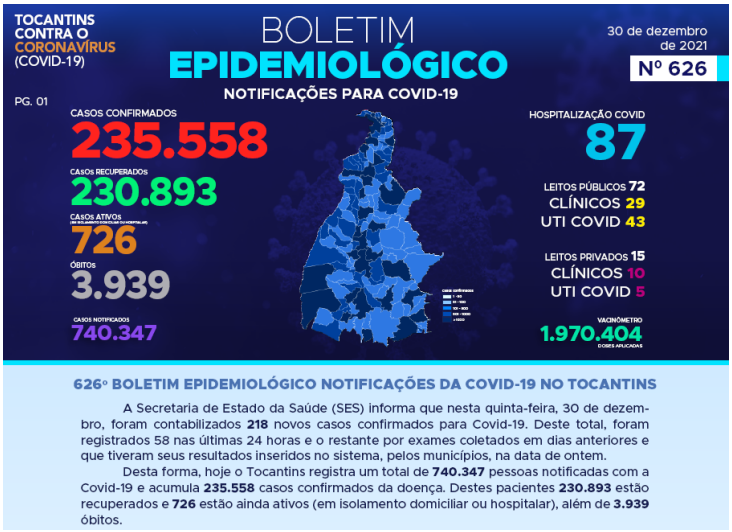


Figura – Boletim Epidiemiologico da Covid-19 no Estado do Tocantins – dados acumulados. Tocantins, 2021.



Educação na Saúde

Foram ofertadas 1.842 vagas em cursos realizados pela Escola Tocantinense do SUS - ETSUS-TO no ano de 2021:

- Qualificação em manejo clínico de pacientes graves com COVID 19
- Curso para Agentes Comunitários de Saúde no enfrentamento à COVID 19
- Formação Inicial para Agente Comunitário de Saúde
- Práticas Educacionais Inovadoras em Saúde: Metodologias para Ressignificação da Aprendizagem
- O Agente Comunitário de Saúde no enfrentamento da Covid-19
- Planejamento como ferramenta de gestão no fortalecimento do SUS - Plano de Saúde
- Formação de Apoiadores para o Acolhimento em Redes de Atenção à Saúde-ApI ARAS

Em 2021, foram emitidos 624 certificados a profissionais que foram capacitados para o desempenho de ações de saúde, trabalhadores do SUS, como Agentes Comunitários de Saúde; Equipes Multiprofissionais e Colaboradores da Vigilância em Saúde, incluindo o Laboratorial Central de Saúde Pública.

A qualificação teórico-conceitual destes profissionais, a vivência prática dos atributos técnicos e a troca de experiências, proporcionadas por estes cursos, colaboram na melhoria dos processos de trabalho e nos modos de fazer o cuidado em saúde.

Os cursos realizados pela Etsus-TO e já certificados foram:

“Formação Inicial do Agente Comunitário de Saúde”;

Curso “O Agente Comunitário de Saúde no enfrentamento da Covid-19, e;

Manejo Clínico do Paciente Grave com Covid-19.

Os cursos realizados pelas demais áreas técnicas da Saúde e já certificados pela Etsus foram:

“8 Toques para a Leishmaniose - EaD”;

“Curso de Vigilância e Prevenção das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis - EaD”,

"Curso para a Pactuação de Indicadores de Desempenho Institucional aplicados ao LACEN/SVPPS",

"Capacitação em exames radiológicos contrastados", e;

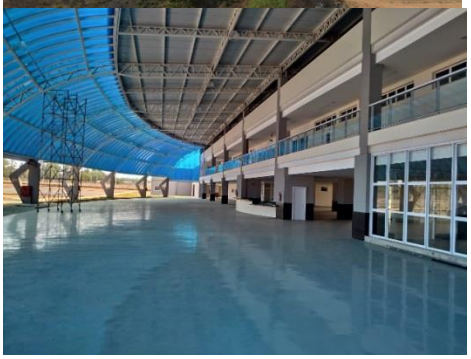
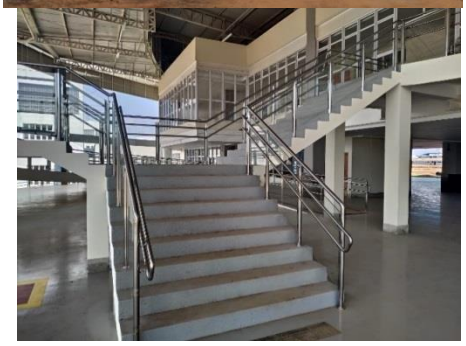
Qualificação do Rastreamento do Câncer do Colo do Útero.

Principais obras executadas em 2021

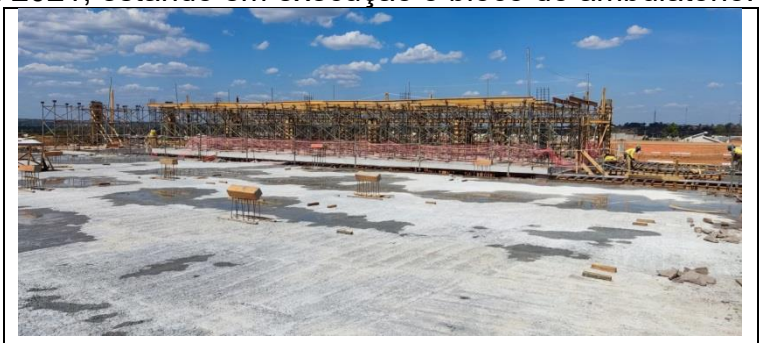
- Obra de construção no HGP dos ambientes necessários para Unidadede Alta Complexidade em Oncologia – UNACON. Esta obra contempla construção de espaços físicos para atendimentos em Oncologia Clínica, Oncologia Pediátrica, Onco-Hematologia, Oncologia Cirúrgica, Ginecologia, Mastologia, Urologia, Dermatologia, Clínica da Dor e Cuidados Paliativos.

- Obra de ampliação do Hospital Geral de Palmas - conclusão de ampliação de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), Conclusão dos eixos públicos, reforma e ampliação da lavanderia, cozinha e refeitório. A prioridade de 2021 foi concluir a UTI que terá capacidade para 60 novos leitos e o eixo público. A conclusão e entrega da obra de construção da UTI.

Primeira Etapa do Hospital Geral de Gurupi

- Obra de construção do Hospital Geral de Araguaína - a obra foi retomada em 2021, estando em execução o bloco do ambulatório.



- Reforma e ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis - a parte do objeto que compreende reforma já foi toda executada, restando ainda para concluir ampliação do Centro de Parto Normal, Bloco Administrativo, Maternidade, Execução de uma Estação de Tratamento de Esgoto e Adequações na Alimentação Elétrica.

- Reforma da Oncologia do Hospital Regional de Araguaína.

- Obra do Centro de Reabilitação de Palmas - a execução financeira no 2º Quadrimestre de 2021 foi de R$ 10.030,45. A obra foi concluída e entregue, porém ainda há saldo pagar e que está em trâmites de pagamento, condicionado a aprovação da obra por parte do Ministério da Saúde.

Reforma na Ala de Internação e Adequação da Imaginologia para instalação do equipamento de Hemodinâmica no Hospital Geral de Palmas – HGP.

Reforma do Hospital Regional de Arraias – a reforma contempla o Ambulatório (Circulações; Sanitário para funcionários; Sala de procedimentos especiais; Sala de suturas e Curativos; Sala de Emergências; DML (Depósito de Material e Limpeza); Sala de Ultrassonografia com sanitário; Consultórios indiferenciados; Consultório de psicologia; Sala de inalação; sala para A.M.I.U. (Aspiração Manual Intra-Uterina); Sala de gesso; Triagem; Nutrição; Serviço social; Sanitários; Sala de apoio; Recepção / Espera; Arquivos) e Centro Cirúrgico (Sala de Pré-parto; DML; Sala de parto normal; Vestiários; Sala cirúrgica – Centro obstétrico; Recuperação pós-anestésica – RPA; Sala de utilidades; Posto de enfermagem; Sala de serviços; Depósito de materiais e equipamentos; Armazenagem e estocagem – CME; Salas cirúrgicas; circulações).

Reforma do Hospital Regional de Xambioá - a reforma contempla diversas áreas no hospital com pinturas novas, troca de pisos e reparo no telhado.

Construção de Ala de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) e Pronto Socorro Infantil no HGP. Serviço realizado por meio de Termo de Compromisso com a instituição de ensino Instituto Presidente Antônio Carlos (ITPAC). A obra contemplou a construção de 20 leitos de UTI e 26 de Pronto Socorro, no valor de R$ 6.262.557,00 oriundo de contrapartida referente à utilização das unidades hospitalares como campo de estágio dos acadêmicos dessas instituições de ensino.

Com esta nova estrutura foi possível transferir o Hospital Infantil de Palmas para uma Ala do HGP.

Gestão e Governança do SUS

No dia 05 de novembro, em reunião extraordinária, ocorreu a eleição da Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde (CES/TO) para o triênio 2021-

2024. A chapa eleita foi a única inscrita e aprovada por aclamação. Presidente eleito: Mário Benício dos Santos - Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

A SES-TO realizou no dia 5 de novembro a primeira reunião presencial com o Ministério da Saúde, o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems-TO) e com a equipe de apoiadores da Beneficência Portuguesa de São Paulo (BP) para alinhamento e definição de estratégias de ação para organizar os serviços de saúde de forma regionalizada no Tocantins, articulando pactos regionais a partir do fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde (RAS) nas regiões e macrorregiões de Saúde.

Este Relatório apresentou resumidamente informações das principais ações de saúde que refletem os esforços para o cumprimento do objetivo da política de saúde que é garantir o direito à saúde através do Sistema Único de Saúde – SUS.

As informações apresentadas refletem o esforço da esfera estadual para prover condições de saúde e bem estar à sua população, evidenciando que apesar das limitações financeiras ocorreram diversas medidas de gestão visando aumentar a eficiência e efetividade da alocação dos recursos disponíveis, inclusive considerando o enfrentamento do cenário posto pela pandemia da Covid-19.

Neste relatório a Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins buscou apresentar as relevantes ações realizadas que refletem as políticas de saúde na gestão e provimento das condições de saúde e bem estar à população.

Por oportuno cumpre destacar a importante ação do Governo Estadual, que de maneira inédita, efetivou dentro do exercício todos os repasses da saúde pactuados com os municípios, pagando integralmente 100% de todos os incentivos pactuados, repassando em 2021 o valor total de R$26.356.244,46. Estes valores foram destinados aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA-24h), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192), Hospitais de Pequeno Porte (HPP), Hospital Municipal de Araguaína (UTI Pediátrica de Araguaína), visando o custeio das ações de saúde por parte dos municípios e aquisição de medicamentos.

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - SETAS com a missão de *"Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, por meio das Políticas Publicas de Assistência Social, Economia Solidária, Segurança Alimentar e do Trabalho".* Considerando os objetivos propostos no referido Plano Plurianual, destacam-se os seguintes resultados no exercício de 2021:

Política de Segurança Alimentar

Recurso Federal R$ 3.889.000,00 – Entrega de **19 caminhões baú refrigerados – PAA Programa de Aquisição de Alimentos**: Alvorada, Ananás, Aragominas, Axixá do Tocantins, Barrolândia, Dois Irmãos do Tocantins, Fátima, Itaguatins, Miranorte, Nazaré, Nova Olinda, Novo Acordo, Palmeirópolis, Pedro Afonso, Pequizeiro, Ponte Alto do Bom Jesus, Santa Fé do

Araguaia, Silvanópolis e Sítio Novo do Tocantins.

- ✓ Recurso Federal R$ 2.340.033,61 – Houve **aquisição de 4.558 itens** (freezer, ar condicionada, computadores, impressora e caixa monobloco), **para os 139 municípios,** destinado ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e será entregue em 2022.

✓ Visitas técnica em 34 municípios nas Centrais de Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar PAA, para auxiliar na montagem, reestruturação e prestação de contas do Convênio/CR.

PAA de *Gurupi TO PAA de Barrolândia TO*

✓ Houve repasse financeiro de Emenda Parlamentar R$ 330.000,00 às entidades para aquisição de pão/leite, peixes e frangos, beneficiando 36 municípios em atendimento a pandemia da COVID-19.

✓ **Em 2021 foram entregues 555.659 Cestas Básicas** e em 2020 492.906, totalizando **1.048.565,** destas 567.810 referentes à Emenda Parlamentar e 480.755 FECOEP/Governo, de cestas entregues as famílias em atendimento a pandemia COVID-19, nos CRAS, Escolas, Entidades Religiosas, Assentamentos, Comunidades Indígenas e Quilombolas. Entregas em parceria com a SEDUC, Polícia Militar, Bombeiros, SECIJU, ADETUC, Industria e Comercio, Ruraltins e SEMARH.

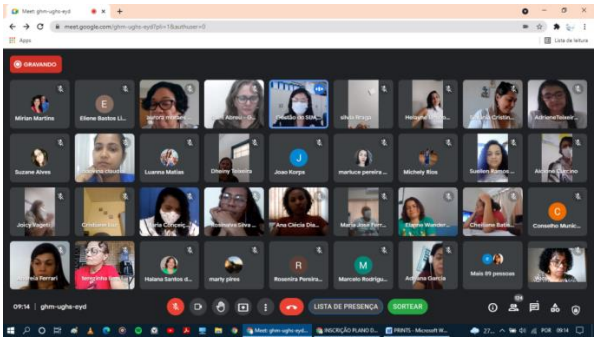
- ✓ Houve repasse financeiro de Emenda Parlamentar de R$ 1.701.000,00 às entidades e Prefeituras para aquisição de cestas básicas em atendimento a pandemia da COVID-19.

Política de Assistência Social

Orientação Técnica online quanto à execução da Política de Assistência Social:

- ✓ **Proteção Social Especial** – Realização de 4 encontros regionais para orientações quanto aos Serviços ofertados pelo CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
- ✓ **Proteção Social Básica/Serviços** – Realização 1 Capacitação e 3 encontros regionais online quanto a execução dos serviços ofertados nos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.
- ✓ **Proteção Social Básica/Cadastro Único e Programa Bolsa Família** - Realização 01 Capacitação presencial e 5 encontros regionais online quanto a execução da gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família.
- ✓ **Proteção Social Básica/Programa Criança Feliz** – Realização de 14 encontros regionais online quanto à execução do Programa.

✓ **Gestão do SUAS** - Realização de 2 Capacitações e 6 encontros regionais online quanto a execução da Gestão do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.



Capacitação Regionalizada online -Elaboração do Plano de Ação da Gestão e do CRAS 2022

Capacitação Regionalizada para gestores e entrevistadores do Cadastro Único.

✓ **Realização de visita técnica para monitoramento e orientação *in loco* quanto à execução da Política de Assistência Social:**

- 12 municípios - Gestão do SUAS e Vigilância Socioassistencial.
- 17 municípios - Benefícios Eventuais, BPC na Escola e Acessuas Trabalho.
- 17 municípios – Programa Criança Feliz.
- 30 municípios - Serviços da Proteção Especial.

✓ **CREAS Regional Centro Leste** - Foram atendidos 385 Atendimentos pela equipe Estadual, 61 Famílias atendidas e 11 Técnicos municipais atendidos, no acompanhamento das demandas apresentadas

pelos municípios com famílias e pessoas que estão em situações de riscos sociais ou tiveram seus direitos violados.

✓ **A Família Acolhedora Regionalizada** conta com 5 Família Cadastrada, até setembro/21 havia 4 criança acolhida, entretanto foram reintegradas as famílias de origem. As mesmas são acompanhadas pela equipe técnica do Serviço Regionalizado (Psicólogo e Assistente Social), incluindo acompanhamento escolar, juntamente com MP e Poder Judiciário. Foram realizada 18 visitas nas Famílias Acolhedora dos 7 municípios atendidos: São Félix, Mateiros, Novo Acordo e Santa Tereza, Lagoa do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins e Pindorama

✓ O Programa Criança Feliz PCF atende gestantes e crianças, de até seis anos, incluídas no Cadastro Único, e crianças de até 6 seis anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A SETAS capacita os técnicos da gestão municipal para execução do Programa.

Há Adesão de 65 municípios no PCF e foram realizadas mais de 640.366 mil visitas de 2019 a 2021, acompanhando 14.148 pessoas visitadas pela equipe municipal, destes 96% são Crianças de 0-36 meses.

Em 2021 foram realizadas 237.973 visitas destinadas 10.361 pessoas atendidas, destas 8.578 criança de 0 a 3 anos e 60 crianças de 3 a 6 anos, que representa 83% das visitas.

O Programa conta com equipe técnica municipal de 59 supervisores e 277 visitadores, totalizando 336 profissionais capacitados. Ressalto que dos 65 municípios, 6 estão em fase de implantação.

Crianças Xerentes acompanhadas pelo Programa Criança Feliz no Tocantins

PRÉMIO: Tocantínia está entre os dez municípios brasileiros que participam e recebem prêmio durante o **Seminário Nacional da Primeira Infância**, promovido pelo Ministério da Cidadania, por desenvolver ações bem sucedidas no âmbito do Programa Criança Feliz.

✓ 101 municípios receberam kits, com orientações técnicas e materiais de apoio, para as equipes municipais que trabalham com os serviços socioassistenciais.

Os 139 municípios realizaram Conferência Municipal de Assistência Social e 28 municípios tiveram apoio Técnico da SETAS quanto a Palestra Magna com tema: **"Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social"**

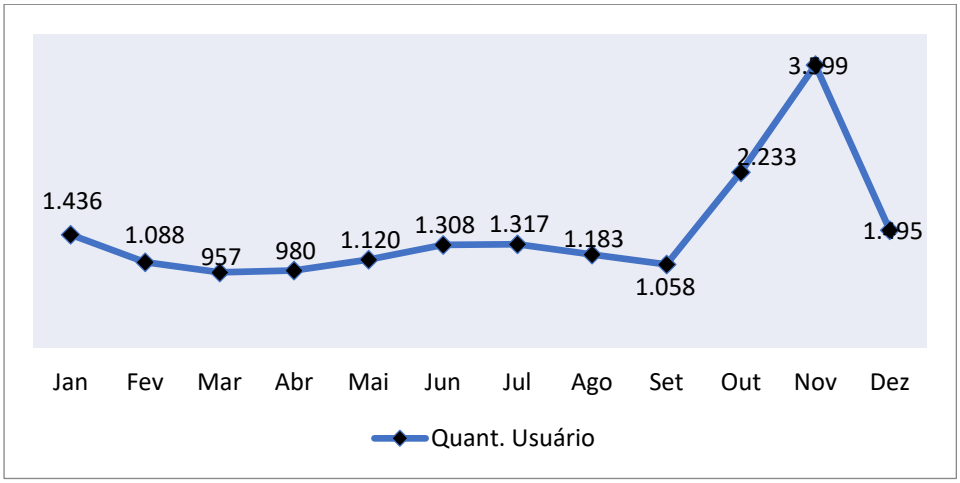
Mateiros TO

✓ Realização da 13ª conferência Estadual de Assistência Social de forma online.

Em 2021 foram entregues 3.303 – Gratuidade em transporte rodoviário intermunicipais de passageiros às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, que residem no Estado e têm renda de até dois salários mínimos.

No exercício de 2021 – 17.774 usuários foram atendidos na Casa de Apoio Vera Lúcia Pagani e 24.943 refeições entre almoço e janta.

Número de atendimento Casa de Apoio Vera Lúcia Pagani exercício 2021.



Fonte: Planejamento e Convênios, segundo Relatório da Casa de Apoio/SETAS dez/2021.

✓ Repasse financeiro de Emenda Parlamentar R$ 235.000,00 às entidades e Prefeituras destinada a oferta dos serviços sócio assistenciais para 5 municípios.

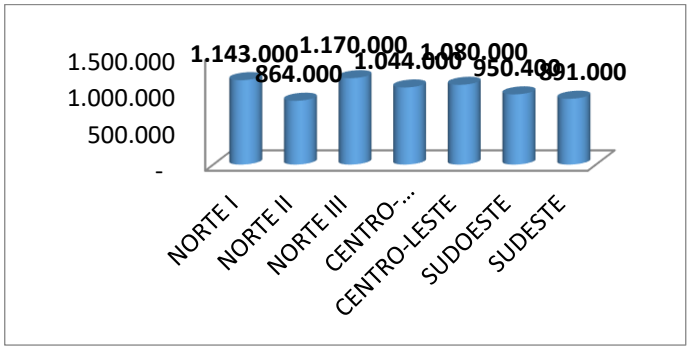
✓ Repasse financeiro destinado aos Benéficos Eventuais para **129 municípios**, no valor de **R$ 7.142.400,00**, que representa 91% do montante destinado aos 139 munícipios R$ 7.808.400,00 referente à parcela de 2020 e 2021.

PORTE MUNICÍPIO	QUANT. MUN.	R$ POR MUNICÍPIO

Pequeno Porte I	120	27.000,00
Pequeno Porte II	7	36.000,00
Médio Porte	1	43.200,00
Grande Porte	1	63.000,00
TOTAL	129	

Reunião no Palácio, Secretários (a) Municipais de Assistência Social – Beneficio Eventual

Valor Repassado aos municípios destinado aos Benefícios Eventuais em 2021.



Fonte: Gerência de Planejamento e Convênios, SIAFE Anexo 11, dez/2021.

- ✓ Projeto VALE-GÁS R$ 10.000.0000,00 inicio da execução no final do exercício de 2021, a previsão é atender aproximadamente 30.000 famílias em vulnerabilidade social por 3 meses.

Política de Economia Solidária

100 pessoas foram capacitados no curso de panificação no Projeto Fornada de Talentos em 5 municípios: Aguiarnópolis, Darcinópolis, Miracema, Palmas e Silvanópolis, capacitando 100 pessoas.

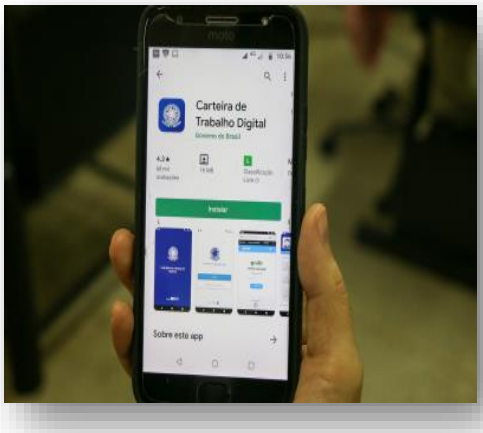
Política *do Trabalhado*

Numero de Atendimentos nos Núcleos do SINE no Estado, dos serviços de Intermediação de mão-de-obra no Exercício de 2021:

- ✓ 93.086 Pessoas atendidas pelo SINE
- ✓ 1.537 Trabalhadores colocados no mercado de trabalho
- ✓ 6.270 Vagas Captadas
- ✓ 18.023 Trabalhador encaminhado ao mercado de trabalho
- ✓ **684 pessoas foram capacitadas nos Núcleos do SINE** de Araguatins, Guarai, Gurupi, e Palmas, que visam oferecer orientações práticas para vida profissional e pessoal, bem como dar oportunidade aos trabalhadores de descobrirem e aperfeiçoarem suas habilidades.

✓ De acordo com o IBGE, o Tocantins tem uma população de 1.596.000 habitantes e a População Idade Ativa – PIA é de 1.235.000 (acima de 14 que podem contribuir com o desenvolvimento econômico), desta 758.000 pertencem a População Ativa, da qual 676.000 estão ocupadas e 82.000 encontram-se desocupadas. A população de pessoas ocupadas aumentou em relação ao primeiro trimestre de 2020 (4,96%), ou seja, foram criadas 32.000 novas ocupações.

✓ Ainda referente à taxa de desocupação, de acordo com os últimos dados divulgados pelo IBGE, o Tocantins possui a 11ª menor taxa de desemprego de todo país, a 3º menor da região norte. Esta taxa está é 1,8 p.p abaixo da taxa de desemprego nacional, conforme gráfico.



A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) conta com uma versão digital e os governos Federal e Estadual têm orientado os trabalhadores a habilitarem o acesso via aplicativo CTPS Digital.

Projeto Tô mais Jovem R$ 117.739.173,00 - Contratação de cerca de 4.000 jovens em vulnerabilidade social entre 16 a 21 anos, alocados nos órgãos estaduais e municipais “CRAS”, inicio da execução no final do exercício de 2021.

Micro Crédito, Assistência Financeira ao Servidor e Recuperação de Crédito

✓ **O montante de R$ 1.179.783,05 de Recursos recebidos** no exercício de 2021 referente ao Micro Crédito, Assistência Financeira e Habitacional.

✓ Nos Grandes Empréstimos houve o recebimento em dação de pagamento 1 imóvel no valor de R$ 650.000,00

CONSOLIDADO DE REPASSE FINANCEIRO E EQUIPAMENTO AOS MUNICÍPIOS

- ✓ **Recurso FECOEP** - **R$ 7.142.400,00** para 129 municípios destinados aos Benéficos Eventuais (auxilio natalidade, auxilio funeral e vulnerabilidade temporária – cestas básicas e outras), referente à parcela de 2020 e 2021.

- ✓ **Recurso de Emenda Parlamentar** - **R$ 2.418.675,00** para entidades e Prefeituras na execução da Política de Assistência Social e Segurança Alimentar.

- ✓ **Recurso Federal de R$ 3.500.000,00** com Ministério da Cidadania - Entrega de 19 caminhões baú refrigerados – PAA Programa de Aquisição de Alimentos.

- ✓ **Recurso Federal R$ 2.287.492,00** - Houve aquisição de 4.558 itens (freezer, ar condicionada, computadores, impressora e caixa monobloco), para os 139 municípios, destinado ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e será entregue no inicio de 2022.